



Reema



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAL-ESTAR NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA
A INVENÇÃO DO MENOR INFRATOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

José dos Santos Costa Júnior

Orientador: Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre, RS.

2021

José dos Santos Costa Júnior

MAL-ESTAR NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA
A INVENÇÃO DO MENOR INFRATOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt.

Porto Alegre, RS.

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Carmem Luci da Costa Silva

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Márcia Montenegro Velho

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Fabiana Hennies Brigidi

CIP - Catalogação na Publicação

Costa Júnior, José dos Santos
Mal-estar na história da infância: a invenção do
menor infrator no Brasil Contemporâneo / José dos
Santos Costa Júnior. -- 2021.
504 f.
Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Dispositivo da menoridade. 2. Menor infrator. 3.
História do Brasil. 4. Pós-estruturalismo. 5. História
da Infância e da Juventude . I. Schmidt, Benito Bisso,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

José dos Santos Costa Júnior

MAL-ESTAR NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA
A INVENÇÃO DO MENOR INFRATOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Porto Alegre, 19 de abril de 2021

Resultado: Aprovado com conceito A

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (Orientador)
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Rosa Maria Bueno Fischer
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Sílvia Maria Fávero Arend
Departamento de História
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Profa. Dra. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes
Departamento de História
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Aos meus pais, José (em memória) e Geralda, com amor.
À minha tia Lia (em memória), que tanto me apoiou nos estudos e que me faz tanta falta.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é um trabalho solitário, mas devo lembrar que essa jornada somente foi possível porque em diferentes momentos pude contar com a parceria daqueles/as que me amam, me estimulam e confiam em meu trabalho. Presentes ou à distância, em diferentes circunstâncias as conversas, os cafés e as trocas foram fundamentais para chegar até aqui.

Agradeço inicialmente a Deus – não necessariamente o das religiões e dogmas – pela força diária diante de tantos desafios nos últimos anos. Obviamente que minha relação com o sagrado e a espiritualidade passou por transformações. Contudo, não inviabilizou que eu tivesse a compreensão sobre como não conseguiria chegar sozinho a lugar algum.

Aos meus pais agradeço por todo o apoio que puderam me oferecer, mesmo com todas as suas limitações (inclusive financeiras) e apesar da falta de compreensão – em alguns momentos – sobre o que é tornar-se professor e pesquisador. Obrigado por tudo que fizeram por mim!

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), agradeço pela acolhida e por terem me proporcionado excelentes condições para estudo, diálogos, atividades discentes e docentes na condição de estagiário no curso de graduação em 2017 na área de Teoria e Metodologia da História. Me sinto orgulhoso de poder defender minha tese em um programa de excelência como o da UFRGS, com a colaboração de profissionais tão competentes e dedicados a fazer da universidade pública, gratuita e de qualidade uma realidade.

Ao meu generoso orientador Benito Bisso Schmidt por sua delicadeza, sensibilidade, companheirismo, acolhida e rigor nas leituras, correções e contribuições diversas que deu a este trabalho. Agradeço por sua paciência, pois sei que sou teimoso em muitas circunstâncias. Mas sei também do quanto corri atrás para convencê-lo sobre as alternativas e escolhas em jogo. Obrigado por me acolher, confiar em mim e nas minhas escolhas, me dando a oportunidade de fazer da pesquisa e da escrita uma experimentação da liberdade intelectual.

À minha amiga Sonally, parceira de todas as horas que nestes quase 20 anos de amizade jamais me negou seu apoio, sua escuta e seu afeto. Obrigado por confiar em mim, por não me deixar abater ao longo do percurso. À minha amiga Sueleide Gadelha, que tanto me apoiou nesses anos todos. Desde 2007 sua parceria é um alento.

Telma Dias Fernandes e Natália Monzón Montebello foram fundamentais. Desde o mestrado atuaram como orientadora e co-orientadora, respectivamente. Obrigado pelo apoio, estímulo, disponibilidade e afetividade.

Ao Pedro, que tanto me apoiou e me afagou. Agradeço por todas as canções e conversas.

Aos amigos que a cidade de Porto Alegre me deu. Alan Alvão, Jacson e Maíra se tornaram especiais pela generosidade em cada conversa. Agradeço também ao Roger por sua intensa presença na minha jornada na capital gaúcha. Dividimos muito, aprendemos bastante.

Aos colegas de doutorado com quem compartilhei tantos momentos alegres, principalmente nas noites de sexta e sábado quando, por meio de baladas e rolês aleatórios, pude conhecer Porto Alegre sob suas várias facetas. Débora, Sulena, Tairane e Eduarda (Duda), principalmente.

De Porto Alegre lembrarei sempre com muito afeto de duas pessoas especiais: D. Eva e Ema. Foram tantas as manhãs e fins de tarde em que eu estava estudando no quarto e de repente elas batiam na porta. Quando abria, lá estavam elas para saber como “os meninos estavam” (José, Roger e Allan). Nos ofereciam um bolo quentinho, um chimarrão, um doce. Com seus sorrisos, afetos e cuidados, sempre se mostraram atentas e preocupadas com a gente. Para essas duas queridas eu deixo o meu mais fraterno abraço. Tornaram-se inesquecíveis! Infelizmente Dona Eva faleceu depois que eu defendi esta tese, mas deixou em mim e em muitos outros a marca da sua generosidade e carinho. Agradeço também a Jairo, que sempre foi tão atento com as nossas solicitações enquanto fomos seus inquilinos. Morei em um lugar calmo, uma casa aconchegante e cheia de afeto!

Não poderia deixar de agradecer àquela que me acompanha desde a graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Regina Nascimento me acolheu e me orientou durante a graduação, quando fui bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História da UFCG. Obrigado por seu incentivo, rigor na análise dos primeiros textos, sugestões e pelas oportunidades que você tem criado e compartilhado comigo. Você sempre estará nas minhas memórias afetivas como uma orientadora generosa, uma professora exemplarmente honesta e dedicada à excelência em tudo que conduz.

Agradeço a Paulo Souto Maior por tantas conversas, trocas, estudos via Skype e cafés diversos nos quais compartilhamos sonhos, angústias e projetos tanto em Campina Grande como em Porto Alegre. Obrigado por sua amizade, generosidade, afeto e escuta.

Às professoras Mara Rodrigues e Rosa Fischer pela belíssima oportunidade de aprendizado no Exame de Qualificação da tese em julho de 2019. Até hoje me emociono ao lembrar daquela tarde fria em Porto Alegre, quando meu coração e meu sonho foram aquecidos pelo afago, afeto e generosidade de vocês e do Benito.

À saudosa professora Sandra Mara Corazza, pela gentileza, acolhida e inspiração.

Às minhas amigas Raquel e Lays que desde a graduação têm sido duas jóias raras.

Às amigas Hilmária Xavier e Talita Rosa Mística, colegas de trabalho em 2019 e 2020 na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Jamais esquecerei dos nossos encontros nos corredores ou na cantina antes de iniciar os trabalhos em sala de aula.

A Ewerton Ferreira, com quem dividi a reta final da escrita da tese e com quem tenho vivido momentos importantes. Obrigado pela compreensão sobre as minhas ausências e o tempo corrido em meio às atividades de leitura, escrita e ensino – uma vez que também dividi parte da escrita com a atividade docente. Amar tem a ver com exercícios diários para compreender as diferenças, reduzir as distâncias e valorizar as presenças. Essa tarefa, acredito, nós temos tentando realizar juntos.

A Ivan Carlos, que apesar da distância sempre se mostrou presente e afetuoso.

À minha amiga Cassandra Veras por sua amizade “descompromissada”, bem humorada e que em tantos momentos me alegrou nessa conjuntura terrível que temos vivido desde 2016.

Aos apoiadores de todas as horas: Ronaldo Mullan, que além de um amigo dedicado e sensível, me ajudou na confecção da imagem de capa. Ao Maxwell agradeço pela paciência e apoio nas variadas demandas técnicas e tecnológicas. A Ramon Tisott pela disponibilidade.

Quero agradecer àquelas com quem iniciei a militância no tema dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens. Às inesquecíveis Flávia Dantas, Adenize Oliveira, Eliane Vicente, Janaína Rocha, Carla Maldonado, Jaciara Arruda (em memória) e a Marcelo Vieira.

Àquela que será sempre minha educadora, Ana Patrícia Sampaio de Almeida, pela generosidade, inspiração e acolhida com que sempre se dispôs a conversar comigo desde 2009, quando ingressei em um curso de formação política do Centro de Ação Cultural (CENTRAC).

Às parceiras de militância que tanto me apoiam: Susana e Renata. Mil beijos!

Às inesquecíveis professoras: Mirta, Elciete, Giseli, Anunciada e Ceíça. Vocês mudaram a minha vida!

Aos funcionários do Centro de Documentação e Informação (CDI), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em especial a Ana Cristina Brito que me recebeu tão bem e foi muito atenciosa, auxiliando na digitalização de todo o material selecionado. Ocorreu que exatamente no período de junho a julho de 2019, em que estive envolvido com encerramento de semestre na UEPB, qualificação da tese em Porto Alegre, viagem para pesquisa documental em Brasília e participação no 30º Simpósio da Associação Nacional de História (ANPUH) em Recife, eu sofri um acidente e fiquei com o braço direito imobilizado por mais de 40 dias. Sendo destro, tudo ficou mais difícil. Em Porto Alegre contei com a ajuda de Roger e Alan Alvão na pesquisa na Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação da UFRGS. Em Brasília, Ana e seu estagiário foram fundamentais no trato com a documentação.

À funcionária da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UNB), Katlen Dayane Alves Soares, que foi muito atenciosa e solícita na digitalização do material solicitado.

Aos funcionários da Câmara dos Deputados e de diversas instituições com as quais mantive contato para fins de pesquisa documental em seus acervos diversos como Biblioteca Nacional de Brasília, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre outras.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por me conceder a bolsa integral nos quatro anos, o que tornou possível a realização dos meus estudos durante o curso de doutorado. Quem valoriza a produção do conhecimento nas diferentes áreas sabe da importância crucial que uma bolsa de estudos tem para fazer um sonho tornar-se realidade.

Alma nua

Ó Pai
Não deixes que façam de mim
O que da pedra tu fizestes
E que a fria luz da razão
Não cale o azul da aura que me vestes
Dá-me leveza nas mãos
Faze de mim um nobre domador
Laçando acordes e versos
Dispersos no tempo
Pro templo do amor
Que se eu tiver que ficar nu
Hei de envolver-me em pura poesia
E dela farei minha casa, minha asa
Loucura de cada dia
Dá-me o silêncio da noite
Pra ouvir o sapo namorando a lua
Dá-me direito ao açoite
Ao ócio, ao cio
À vadiagem pela rua
Deixa-me perder a hora
Pra ter tempo de encontrar a rima
Ver o mundo de dentro pra fora
E a beleza que aflora de baixo pra cima
Ó meu Pai, dá-me o direito
De dizer coisas sem sentido
De não ter que ser perfeito
Pretérito, sujeito, artigo definido
De me apaixonar todo dia
De ser mais jovem que meu filho
E ir aprendendo com ele
A magia de nunca perder o brilho
Virar os dados do destino
De me contradizer, de não ter meta
Me reinventar, ser meu próprio Deus
Viver menino, morrer poeta.

Vander Lee

RESUMO

A tese desenha como objeto de estudo histórico o dispositivo da menoridade, isto é, a rede de saberes e poderes que constituiu o conceito-imagem do menor infrator, sendo tal invenção social e política mediada por marcadores sociais da diferença como raça, classe, idade/geração, gênero e sexualidade. Constituindo-se analítica e narrativamente a partir das ferramentas da genealogia de Nietzsche e Foucault e do procedimento rizomático de Deleuze e Guattari, problematiza-se: como e em que condições de possibilidade tornou-se possível a invenção do menor infrator, cujo estatuto de sujeito foi definido conceitual e imagetivamente na sociedade brasileira a partir da diferenciação com a imagem e o lugar da criança? O texto foi estruturado em três partes com múltiplas seções: I) As formas do visível e as tecnologias da sujeição, na qual se faz uma arqueologia dos saberes que entre o fim do século XIX e início do XX produziram a diferença entre a criança e o menor considerado como “abandonado”, “delinquente” e “infrator”. Foram mobilizados periódicos, livros de intelectuais do Direito Penal, Psicologia e Serviço Social, constituições, códigos penal e civil, entre outros documentos, situando tais produções no campo de forças em que surgiu o Código de Menores de 1927; II) O rosto do infrator e as tiranias da identidade, em que se cartografa a rede de imagens, saberes e poderes que criou uma identidade para o menor infrator com forte apelo visual a partir dos anos 1950 e 1960. Foram arrolados imagens fotográficas, periódicos, filmes, reportagens de televisão, autobiografias, obras literárias, legislação e outras fontes que permitiram demonstrar como a materialidade corpórea do menor foi fabricada e reiterada; III) As figuras da resistência e os aparelhos de captura, em que se problematiza o campo de forças no qual o conceito-imagem do menor infrator foi questionado e desfeito jurídica e politicamente entre os anos 1970 e 1980. Dá-se ênfase para a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), onde a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso desempenhou papel estratégico ao mobilizar gestores públicos, parlamentares e representantes da sociedade civil, incluindo crianças e adolescentes, contribuindo assim para a criação dos artigos 227 e 228 na Constituição Federal de 1988, regulamentados em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Foram igualmente analisados os diversos modos de resistir ao dispositivo da menoridade, fosse por meio de resistências micropolíticas como a escrita autobiográfica de Anderson Herzer e Paulo Collen ou das rebeliões no interior da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM-SP). Em nível macropolítico outras estratégias contribuíram para desfazer tal invenção, tais como o Movimento em Defesa do Menor e a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, em 1987, teve como lema “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. Assim, a tese cartografa a rede que tornou possível a emergência de uma diferença, observando o sujeito como lugar vazio, ocasião linguística e lugar a ser ocupado por determinados indivíduos em processos de sujeição.

Palavras-chave: Dispositivo da menoridade; Menor infrator; História do Brasil; Pós-estruturalismo.

ABSTRACT

The thesis draws the minority device as an object of historical study, that is, the network of knowledge and powers that constituted the image-concept of the minor offender, being such a social and political invention mediated by social markers of difference such as race, class, age/generation, gender and sexuality. Constituting analytically and narratively from the tools of the genealogy of Nietzsche and Foucault and the rhizomatic procedure of Deleuze and Guattari, we problematize: how and under what conditions of possibility did the invention of the minor offender become possible, whose subject status was defined conceptually and imagery in Brazilian society from differentiation with the child's image and place? The text was structured in three parts with multiple sections: I) The forms of the visible and the technologies of subjection, in which an archeology of knowledge is made that between the end of the 19th century and the beginning of the 20th produced the difference between the child and the child considered as “abandoned”, “delinquent” and “offender”. Periodicals, books on intellectuals from Criminal Law, Psychology and Social Work, constitutions, penal and civil codes, among other documents, were mobilized, placing such productions in the field of forces in which the 1927 Code of Minors emerged; II) The face of the offender and the tyrannies of identity, in which the network of images, knowledge and powers is mapped, which created an identity for the smallest offender with strong visual appeal from the 1950s and 1960s. Photographic images, periodicals, films, television reports, autobiographies, literary works, legislation and other sources were listed to demonstrate how the minor's bodily materiality was manufactured and reiterated; III) The figures of resistance and capture devices, in which the field of forces in which the concept-image of the minor offender was questioned and undone legally and politically between the 1970s and 1980s is problematized. We highlight the National Constituent Assembly (1987-1988), where the Subcommittee on Family, Minors and the Elderly played a strategic role in mobilizing public managers, parliamentarians and representatives of civil society, including children and adolescents, thus contributing to the creation of articles 227 and 228 in the 1988 Federal Constitution, regulated in 1990 by the Statute of Children and Adolescents. The various ways of resisting the minority device were also analyzed, whether through micropolitical resistances such as the autobiographical writing of Anderson Herzer and Paulo Collen or the rebellions within the State Foundation for the Welfare of Minors (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM-SP). At the macro-political level, other strategies contributed to undo this invention, such as the Movement in Defense of Minors and the Fraternity Campaign of the National Conference of Bishops of Brazil (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), which, in 1987, had the motto “Who welcomes the child, welcomes me”. Thus, the thesis maps the network that made possible the emergence of a difference, observing the subject as an empty place, linguistic occasion and place to be occupied by certain individuals in subjection processes.

Keywords: Minority device; Minor offender; History of Brazil; Post-structuralism.

RESUMÉ

La thèse dessine le dispositif minoritaire comme un objet d'étude historique, c'est-à-dire le réseau de connaissances et de pouvoirs qui constituait le concept d'image du délinquant mineur, étant une telle invention sociale et politique médiée par des marqueurs sociaux de différence tels que la race, la classe, l'âge / génération, genre et sexualité. Constituant analytiquement et narrativement les outils de la généalogie de Nietzsche et Foucault et de la procédure rhizomatique de Deleuze et Guattari, nous problématisons: Comment et dans quelles conditions de possibilité l'invention du délinquant mineur est-elle devenue possible, dont le statut de sujet a été défini conceptuellement et imagerie dans la société brésilienne à partir de la différenciation avec l'image et le lieu de l'enfant? Le texte était structuré en trois parties avec plusieurs sections: I) Les formes du visible et les technologies de l'assujettissement, dans lesquelles se fait une archéologie du savoir qui, entre la fin du XIXe siècle et le début du XXe, a fait la différence entre l'enfant et le plus jeune considéré comme «abandonné» et «délinquant». Des périodiques, des livres sur les intellectuels du droit pénal, de la psychologie et du travail social, les constitutions, les codes pénal et civil, entre autres documents, ont été mobilisés, plaçant ces productions dans le champ des forces où le Code des mineurs de 1927 a émergé; II) Le visage du délinquant et les tyrannies de l'identité, dans lequel le réseau d'images, de connaissances et de pouvoirs est cartographié, qui a créé une identité pour le plus petit délinquant avec un fort attrait visuel des années 1950 et 1960. Des images photographiques, des périodiques, des films, des reportages télévisés, des autobiographies, des œuvres littéraires, des lois et d'autres sources ont été répertoriés pour démontrer comment la matérialité corporelle du mineur a été fabriquée et réitérée; III) Les figures de la résistance et des dispositifs de capture, dans lesquels le champ de forces dans lequel l'image-conceptuelle du délinquant mineur a été remise en cause et défait juridiquement et politiquement entre les années 1970 et 1980 est problématisé. L'accent est mis sur l'Assemblée nationale constituante (1987-1988), où la sous-commission de la famille, des mineurs et des personnes âgées a joué un rôle stratégique en mobilisant les gestionnaires publics, les parlementaires et les représentants de la société civile, y compris les enfants et les adolescents, contribuant ainsi à la création des articles 227 et 228 de la Constitution fédérale de 1988, régis en 1990 par le statut de l'enfant et de l'adolescent. Les différentes manières de résister au dispositif minoritaire ont également été analysées, soit à travers les résistances micropolitiques telles que l'écriture autobiographique d'Anderson Herzer et Paulo Collen, soit les rébellions au sein de la Fondation d'État pour le bien-être des mineurs (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM-SP). Au niveau macro-politique, d'autres stratégies ont contribué à défaire cette invention, comme le Mouvement de défense des mineurs et la Campagne de fraternité de la Conférence nationale des évêques du Brésil (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB), qui, en 1987, avait pour devise «Qui accueille l'enfant, accueille moi ». Ainsi, la thèse cartographie le réseau qui a rendu possible l'émergence d'une différence, observant le sujet comme une place vide, une occasion linguistique et une place à occuper par certains individus dans des processus d'assujettissement.

Mots clés: dispositif minoritaire; Délinquant mineur; Histoire du Brésil; Post-structuralisme.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bricolagem: cartaz da campanha Gritos dos Excluídos 2007/CNBB	21
Figura 2 – O cotidiano dos menores no Instituto Disciplinar de São Paulo	116
Figura 3 – O aprendizado cognitivo e corporal se davam de maneira indissociável	117
Figura 4 – O “menor delinquente” e o “menor infrator” em números	199
Figura 5 – Capa de “Querô – uma reportagem maldita”	204
Figura 6 – Brasil Jovem apresenta uma cena de desamparo	217
Figura 7 – Infância e habitação	223
Figura 8 – O muro e as sombras	228
Figura 9 – Menino com arma e o cenário de pobreza	229
Figura 10 – capa de “Pequenos Bandidos”	230
Figura 11 – Geraldo e Marcos: o que fazer quando seu rosto não é mais “seu”?	231
Figura 12 – Geraldo e Marcos: da fotografia à pintura	232
Figura 13 – O rosto e seus afetos: entre o choro, o zelo e a ordem	234
Figura 14 – O rosto e a letra da lei	242
Figura 15 – Histórias compartilhadas? Imagens da visita de Evaldo Braga à FUNABEM	253
Figura 16 – O menor como alvo	259
Figura 17 – Tirantias da identidade: o perfil do menor	263
Figura 18 – Ciclo de Marginalização do Menor	264
Figura 19 – Cartaz oficial da CF 1987 da CNBB	266
Figura 20 – A CF nos meios de comunicação	267
Figura 21 – Os meninos brincam	271
Figura 22 – O rosto e as marcas de um problema social	273
Figura 23 – O rosto, o grito e o choro	275
Figura 24 – O rosto e as marcas do abandono	277
Figura 25 – Capa da autobiografia “Mais que a realidade” (1987)	278
Figura 26 – Não precisa nem “aprontar”, basta o guarda invocar com a cara da gente	280
Figura 27 – Paulo Collen e o problema dos menores	282
Figura 28 – Depois de muita surra, melhor mesmo é a cola para esquecer	283

Figura 29 – Fazer das paredes, quadros, e quem sabe, desenhar um sonho	285
Figura 30 – O corpo e a pedagogia do trabalho	287
Figura 31 – Menor assassinado pela polícia de São Paulo no filme Eles não usam black-tie	291
Figura 32 – Da esquerda para a direita a capa e a primeira página do livro Defenda-se de assaltos, trombadinhas, estelionatos, golpistas, etc.	294
Figura 33 – Corpo de Fumaça, um dos companheiros de Pixote no “instituto” de menores, foi atirado em um lixão	305
Figura 34 – Pietà profanada?	306
Figura 35 – Na cena Pixote, Lilica e Dito praticam assalto a um cliente de Sueli	308
Figura 36 – Em um dos assaltos a um cliente de Sueli, Pixote mata Dito	311
Figura 37 – Um rosto entre outros: Wilsinho Galiléia e a espetacularização da delinquência juvenil	312
Figura 38 – Cartaz do programa Globo Repórter, da TV Globo, sobre a história de Wilsinho Galiléia	313
Figura 39 – Policiais mataram Wilsinho Galiléia na casa de Geni, sua namorada	315
Figura 40 – Imagens de Wilsinho Galiléia como criminoso na imprensa	318
Figura 41 – Vinculando a figura do infrator ao do jovem negro no documentário exibido na TV Globo	320
Figura 42 – Capa de Vidas em risco	321
Figura 43 – De cima para baixo temos “Proporção de crianças e adolescentes assassinados por 100 mil habitantes de 0 a 17 anos” e “Número total de delitos”	322
Figura 44 – Motivo do crime	323
Figura 45 – Circunstâncias do delito	324
Figura 46 – Local de ocorrência do crime	325
Figura 47 – Local onde os corpos foram encontrados	326
Figura 48 – Crianças e adolescentes assassinados segundo o sexo	327
Figura 49 – Crianças e adolescentes assassinados segundo a faixa etária	327
Figura 50 – Crianças e adolescentes assassinados segundo passagem pela polícia	328
Figura 51 – Crianças e adolescentes assassinados segundo estar ou não portando arma	329
Figura 52 – Crianças e adolescentes assassinados segundo passagem por instituições oficiais	330

Figura 53 – Da esquerda para a direita temos estatísticas sobre assassinatos de crianças e adolescentes segundo “indício de presença de ingestão de drogas” e segundo “indicação de envolvimento com narcotráfico”	330
Figura 54 – Crianças e adolescentes assassinados segundo onde e com quem viviam	331
Figura 55 – A imagem do menor e a via sacra	336
Figura 56 – Pôr o corpo em cena, mobilizando saberes e afetos, foi uma estratégia da CF 1987	342
Figura 57 – Da conversão à atenção ao menor desamparado	343
Figura 58 – O menor e o meio social	348
Figura 59 – Participação das famílias na Via Sacra do Menor e de crianças na exposição realizada na Galeria de Arte Antônio Bandeira, em Fortaleza/CE	353
Figura 60 – O menor, o trabalho, a violência e a comunidade	360
Figura 61 – Um relato “pessoal” no arquivo institucional	364
Figura 62 – Cartoon de Henfil sobre a ANC 1987-1988	368
Figura 63 – A criança e a Constituinte	370
Figura 64 – Os filhos de ninguém	372
Figura 65 – Participação popular na ANC 1987-1988	373
Figura 66 – Mobilização com participação de crianças e adolescentes no Congresso Nacional em 24 de maio de 1987	387
Figura 67 – No boom dos depoimentos sobre a questão do menor, emerge o relato de Lia Junqueira	393
Figura 68 – Criança dorme na Praça da Sé, aquecendo-se com o “ventinho do metrô”	393
Figura 69 – O corpo nu e a encenação do desamparo	396
Figura 70 – Capa de Infância dos Mortos: do escândalo político ao romance	416
Figura 71 – Anderson Herzer, a questão do menor e o relato de uma sexualidade dissidente	432

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bancadas na ANC 1987-1988	373
Tabela 2 – Resultados preliminares da análise de questionários sobre a natureza de ocorrências anti-sociais praticadas por menores em 1974	424

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ALESP – Assembleia Legislativa de São Paulo

APCA – Associação Paulista de Críticos de Artes

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASSPROM - Associação Profissionalizante do Menor

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEDEP – Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CF – Campanha da Fraternidade

CF – Constituição Federal

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CT – Comissão Temática

CPEC - Comissão Provisória de Estudos Constitucionais

CS – Comissão de Sistematização

CSAM – Centro Salesiano do Menor

CTE – Comunidade Terapêutica Infância

DCI – Defense for Children International

Deic – Departamento Estadual de Investigações Criminais

DNCr – Departamento Nacional da Criança

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESG – Escola Superior de Guerra

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FCC – Fundo Cristão para Crianças (FCC)

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

ICC – Instituto Interamericano da Criança

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IIC – O Instituto Interamericano da Criança

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDM – Movimento em Defesa do Menor

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

ORTN's - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB - Produto Interno Bruto

PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PPA – Plano Plurianual

PROAMEV – Pró-Adolescentes, Mulher, Espaço e Vida

Pró-Menor – Fundação Paulista de Promoção Social do Menor

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

RPM – Recolhimento Provisório de Menores

RTP – Rede Tecendo Parceiras

SAM – Serviço de Assistência aos Menores

SBPC - Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SOHM – Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental

STF – Supremo Tribunal Federal

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UTRAMIG – Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE

Prólogo

Imagens do passado, afetos do presente

Quando uma experiência se faz travessia 21

Introdução

Anderson Herzer, Pixote, Lilica, Querô, Dito, Wilsinho Galiléia...

dos menores da história a uma história menor

Imanências 29

Encenações 31

Fabricações 35

Temporalizações 56

Confabulações 60

Alinhamentos 81

Parte I

AS FORMAS DO VISÍVEL

e as tecnologias da sujeição

Nota metodológica 84

1910 - Um só ou vários começos? 92

O enigma do discernimento 97

Os limites da razão 122

A infância capital e a miséria da nação 133

A criança problema e as tecnologias da correção 160

As poéticas da transgressão 183

Parte II

O ROSTO DO INFRATOR

e as tiranias da identidade

As vidas dos meninos infames 203

Retratos falados, rostos silenciados 216

O rosto sentenciado e a face da salvação 259

O que matar quer dizer 288

Parte III

AS FIGURAS DA RESISTÊNCIA

e os aparelhos de captura

A via crucis do menor 336

Rachar a imagem, desfazer o conceito 366

Itinerários de um escândalo, mapas de insurreições 406

Herzer: um corpo dissidente nas tramas do “sexo-rei” 431

Epílogo

Da forma-infância ao devir criança

(In) Conclusões 460

Fontes 471

Acervos e espaços de pesquisa 479

Bibliografia 480

Prólogo
Imagens do passado, afetos do presente
quando uma experiência se faz travessia



Figura 1 – Bricolagem: cartaz da campanha Gritos dos Excluídos 2007/CNBB; fotografia da mobilização Grito dos Excluídos em Recife, 2007; capa do documentário Redução Não é Solução/CEDCA-PE, 2008.

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

Michel Foucault, *História da Sexualidade II – O uso dos prazeres*, 1984.

A vida, como a experiência, é relação: com o mundo, com a linguagem, com o pensamento, com os outros, com nós mesmos, com o que se diz e o que se pensa, com o que dizemos e o que pensamos, com o que somos e o que fazemos, com o que já estamos deixando de ser. A vida é a experiência da vida, nossa forma singular de vivê-la.

Jorge Larrosa, *Tremores – escritos sobre experiência*, 2014.

Recife, 7 de setembro de 2007.

A mobilização de dezenas de pessoas havia começado por volta das 9 horas da manhã e logo percorreu a Rua Conde de Boa Vista, seguindo até a Avenida Dantas Barreto onde a manifestação foi encerrada com uma grande e alegre ciranda composta por educadores populares, adolescentes, dirigentes de organizações sociais de direitos humanos, além de representantes de órgãos do governo. Era mais uma edição do *Grito dos Excluídos*, mobilização popular ecumênica cuja primeira edição havia sido realizada no Brasil em 7 de setembro de 1995 com o lema *A vida em primeiro lugar*, tendo sido a sua ação estendida pela América Latina a partir de 1999 com uma campanha que dizia *Brasil: um filho teu não foge à luta*.

Aquela havia sido mais uma manhã de luta e resistência. Tecida durante dias a fio, a organização do evento contou com diversas atividades preparatórias como oficinas, rodas de

conversa e entrevistas para emissoras locais. No dia anterior, José Júnior, adolescente de 17 anos, havia chegado de Campina Grande, Paraíba, para participar das atividades da *Rede Tecendo Parcerias* em Recife, em especial de um encontro da Comissão de Crianças e Adolescentes, espaço que unia a cada dois meses representantes de organizações sociais da Paraíba, Pernambuco e Alagoas com o objetivo de discutir diferentes temas e formar multiplicadores/as nas ações de base realizadas em cada instituição¹.

A ideia era capacitar educadores-pares, isto é, realizar processos de formação política horizontal para construir capacidades de intervenção em diferentes espaços discutindo, pensando, formulando, criando e transformando práticas sociais por meio da educação popular na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Assim, durante todo o dia 6, quinta-feira, ele participou de uma oficina e à tarde pôde assistir ao filme *Quanto vale ou é por quilo?*² sobre o qual houve uma conversa entre as educadoras, educadores e crianças e adolescentes que participavam da atividade em uma pousada com grande área verde e piscina. O principal eixo discutido naquele dia inteiro havia sido a proposta parlamentar de *redução da maioria penal* e seus possíveis efeitos na vida de adolescentes considerados infratores. Os educadores e educadoras faziam questão de reforçar a necessidade de evitar chamar o adolescente de *menor*, pois isso reforçaria um estigma e um preconceito que era preciso desconstruir e evitar. Aquele era o primeiro momento em que José Júnior se via diante de uma discussão sobre o tema.

Durante o dia engajou-se no debate, leu materiais informativos, pôde compartilhar ideias e pensar em conjunto com outros adolescentes e os educadores e educadoras sobre o tema em questão. Todavia, quando foi combinado que aquela comissão iria participar do *Grito dos Excluídos* levando como tema específico o posicionamento contrário à redução da maioria penal – fazendo uso de cartazes e faixas – e que ele havia sido escolhido como um dos representantes adolescentes para *falar* em nome da comissão, sentiu-se em conflito. Ocorre que, apesar de toda a discussão realizada e de ter-se mostrado sensível para pensar sobre o tema, ele ainda não se percebia maduro para falar em nome do grupo, pois algo o impedia de compreender aquela proposta e adotar aquele discurso para si.

¹ Ingressei na organização não governamental Pró-Adolescentes, Mulher, Espaço e Vida (PROAMEV) em fevereiro de 2007 e tive a oportunidade de participar de muitos espaços de formação política, me tornando, anos depois, educador da instituição. A PROAMEV é uma organização não governamental localizada em Campina Grande/PB, criada inicialmente como grupo social composto por mulheres e jovens e, posteriormente, sendo institucionalizada em 2004 com apoio da Cáritas Brasileira. Tem a missão de defender direitos de crianças e adolescentes por meio de atividades lúdicas, recreativas, educativas, bem como por meio de assessoria a outras instituições e grupos.

² Quanto vale ou é por quilo? Filme: longa-metragem. Gênero: drama. Direção: Sérgio Bianchi. Roteiro: Sérgio Bianchi, Eduardo Benaim e Newton Cannito. Distribuição: Rio Filme. Nacionalidade: Brasil. Ano: 2005.

Provavelmente as diferentes narrativas que circulavam socialmente há tanto tempo, criando a ideia do *menor infrator* como um perigo social ou uma ameaça, continuava se manifestando com muita força em sua relação com o assunto. Porém, independentemente de suas dúvidas e inquietações pessoais, era necessário tomar a palavra em nome do grupo, enunciar algo que o transcendia para além de uma mera opinião individual. Mas como falar pelos outros? E ainda mais se aquilo que se toma como objeto da palavra não é efeito de um pleno convencimento de quem a enuncia? Seria justo?

O grupo deixou que ele pensasse. Depois da discussão sobre o filme e do café coletivo seguiu-se a produção de cartazes e faixas. Foram compradas diversas camisetas azuis em diferentes tamanhos para nelas estampar uma imagem que, sem fazer uso da palavra, dizia a seu modo o discurso que aquela rede de pessoas defendia: não ao aprisionamento de adolescentes e jovens. Fazendo uso de *spray* na cor preta e uma pequena fôrma com o desenho já definido, imprimiu-se na camisa azul a imagem de um adolescente encarcerado cuja expressão era marcada pelo choro. Seu rosto enunciava o desamparo enquanto as mãos seguravam a grade da prisão.

A tarde caiu marcada pelas brincadeiras, músicas e dinâmicas que, somadas à confecção artesanal dos materiais para a mobilização, deixava o espaço leve e convidativo. No início da noite, antes da atividade de confraternização, José Júnior conversava com sua educadora que mais uma vez disse que caso ele não se sentisse à vontade para representar o grupo no ato do dia seguinte, não o fizesse. Mas, para aquele adolescente cujas experiências pessoais até então haviam passado muito distantes de qualquer militância política ou atividade contestatória pública, aquela parecia ser uma oportunidade importante, mesmo sem que ele soubesse ou pudesse medir os possíveis desdobramentos e deslocamentos do evento do qual poderia participar. De todo modo, era preciso decidir.

O sol estava forte na capital pernambucana naquela manhã de sexta-feira e, após subir alguns degraus que o levariam ao alto do carro de som, trazendo nas mãos uma pequena garrafa de plástico com água já morna, José Júnior avistou uma grande quantidade de pessoas. Diferentes bandeiras, cores, reivindicações e formas de protesto eram indicadas por risos solares e palavras de ordem, acompanhadas por músicas que ecoavam pelo centro de Recife chamando a atenção de algumas senhoras que abriam as janelas no alto dos prédios para observar a movimentação. Nos pontos de ônibus e estabelecimentos comerciais se podia perceber alguns

olhares atentos, enquanto outros expressavam irritação materializada em gestos de pouco caso com aquilo que eventualmente poderiam considerar como uma mera barulheira impedindo o tráfego costumeiro.

Em uma grande faixa na cor laranja lia-se: “a juventude quer viver”.

Eram mulheres reivindicando o direito de decisão sobre seus corpos, cidadãos e cidadãs reclamando do descaso com a saúde pública, entre outros gritos que de uma maneira ou de outra pareciam querer fabricar uma unidade, mesmo que temporária e contingente, entre os diferentes excluídos e excluídas. A frase que dava o tom ao “grito” era *Isto não vale! Queremos decisão nos destinos da nação*, que fazia referência ao principal questionamento político daquele ato: o leilão que em 1997 havia privatizado a Companhia Vale do Rio Doce para a empresa Consórcio Brasil, liderada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), pelo valor de 3,3 bilhões de dólares, um preço muito abaixo do esperável para uma empresa pública da área da mineração como aquela, segundo alguns analistas.³

O Grito dos Excluídos daquele ano se articulava a uma campanha nacional que reivindicava a realização de um plebiscito para anular a privatização da referida empresa, dados os vícios procedimentais denunciados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras organizações populares como a Cáritas Brasileira, que entraram na Justiça questionando o leilão. Além disso, a data para o ato tinha seu simbolismo declarado: que independência efetivamente era vivida em termos políticos e econômicos no país, uma vez que sua soberania continuava sendo fragilizada por uma política neoliberal pautada pela entrega do patrimônio nacional para empresários brasileiros e estrangeiros, sendo a política econômica submetida aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI)?

Nesse contexto, era emblemática a imagem do cartaz do *Grito dos Excluídos*: uma mão com as cores símbolo dos EUA tomava a bandeira do Brasil das mãos de homens e mulheres, negros/as e indígenas que protestavam diante da perda da autonomia nacional. Diferentes enunciados participaram da composição desse discurso que se insurgia contra a opressão política e econômica: a indumentária e os instrumentos de trabalho do operário da mineração, a mulher que segurava uma criança no colo como uma forma de denunciar que a desestruturação econômica ocasionada pelas privatizações comprometeria diferentes gerações e o futuro do país, assim como a presença de um indígena que historicamente não foi considerado como

³ Sobre este tema, ver: ADÃO, Sônia Maria. *Os discursos confrontados no processo de privatização: o caso Companhia Vale do Rio Doce*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, 2006; RUSSO, Fátima Ferreira. *Privatização da Vale do Rio Doce: valores, manifestações e implicações*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, 2002.

protagonista e parte do processo de afirmação da nação e da cultura brasileiras, sendo algumas vezes construído de forma essencializada, romantizada e sem ser considerado como força política específica cuja voz deveria ser escutada e respeitada. O fato de a imagem ser dividida entre uma mão que oprimia e rasgava a bandeira nacional e um conjunto de mãos que lutava pela sua manutenção e sustentação denunciava a obliteração de toda uma pluralidade social e cultural que foi escamoteada em prol dos ganhos do sistema financeiro nacional cujos lucros e dividendos não atendiam aos interesses dessa sociedade diversa que o sustentava a contragosto.

Mas não era exatamente esse argumento que o adolescente José Júnior iria afirmar do alto daquele carro de som que, por sua vez, era muito similar aos trios elétricos que figuravam em outras festas populares país afora. Tratava-se de enunciar uma defesa, falando em nome de certos *outros* e *outras* que somente nos dois últimos meses ele começava a perceber e entender mais claramente como submetidos a uma intensa maquinaria de produção de violações políticas e sociais. Aquele era o primeiro momento em que tomava a palavra para que, por meio de frases curtas e encadeadas da melhor maneira possível no pouco tempo de que dispunha, pudesse rasgar ou minimamente rasurar as narrativas que até ali o tinham convencido de que reduzir a maioria penal era uma solução para o problema da violência cometida por adolescentes e jovens no Brasil. Do alto daquele carro de som, enquanto esperava para pegar o microfone e assumir o discurso, olhou para aquela cidade que somente há poucos meses passara a conhecer, assim como ficou mirando por alguns breves minutos seus colegas que lá embaixo gritavam palavras de ordem enquanto eram espreitados pelos agentes da polícia militar que, em sua maioria branca-masculina-carrancuda, portava os símbolos que distinguiam entre quem poderia usar da violência para impor a ordem e quem não poderia usar da rebeldia para se impor contra a opressão há tempos sofrida.

Entre aquele momento e tudo o que poderia ocorrer depois não existiu uma relação necessária, causal. Um acontecimento em seu sentido eminentemente ético é marcado pela dispersão e pela multiplicidade de forças em jogo, criando efeitos de diferentes ordens e sentidos. A tomada da palavra talvez tenha marcado um ponto de articulação entre o jovem leitor que fora até aquele momento e um novo modo de articular tais leituras na construção de outros repertórios, produzindo uma experiência marcada pelo signo da novidade, da alteridade e da indeterminação. Jorge Larrosa diz que “fazer uma experiência com algo – seja uma coisa,

um ser humano, um deus – significa que algo nos acontece, nos alcança; que se apodera de nós, que nos derruba e nos transforma”⁴.

É fato que depois daquele momento o adolescente foi convidado para participar de um documentário chamado *Redução Não é Solução*, produzido pelo *Coletivo Gambiarra* de Recife em parceria com diferentes organizações sociais, tendo a oportunidade de mais uma vez falar sobre aquele tema, expor-se, dar a ler o seu discurso ao mesmo tempo em que se dava a ler como sujeito. Contudo, no exato momento em que subira naquele carro e tomara a palavra diante de todas aquelas pessoas pela primeira vez, nada estava previsto, articulado e pensado. A experiência se produziu então sem pontos necessários de articulação, mas em um jogo aberto com variáveis distintas que emergiram no próprio instante. Como afirma Gilles Deleuze, o acontecimento não é apenas o que acontece, um acidente, mas fundamentalmente algo “no que acontece” na articulação de forças e fluxos de pensamento e afeto em uma conexão heterogênea, descontínua e que não opera com base na dicotomia causa e efeito. Neste sentido Deleuze dirá que “não perguntaremos, pois, qual é o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido”⁵, devendo ser pensado naquilo que suscita, nas rupturas ou rasuras que institui em certos modos de pensar, ver e constituir a própria existência sempre percebida nas relações com a exterioridade. Logo, o acontecimento não é da ordem do planejado e do mensurável, mas se trata de um efeito de relação entre corpos, constituindo um incorporal partilhado, mediado e que tem na produção de uma experiência ética sobre si e sobre a vida um dos seus desdobramentos e deslocamentos substanciais.

Portanto, em se tratando do adolescente José Júnior, as dúvidas na tarde anterior e o medo diante da possibilidade de falar em nome de *outros* e *outras* cujas histórias começavam a surgir diante dele podem ser vistos como vivências marcadas por uma espécie de transbordamento, pois todas aquelas palavras, gestos e imagens irrompiam de um modo novo e singular, permitindo a releitura de realidades que talvez não estivessem tão distantes, mas que por estarem próximas demais tinham se tornado difícil de estranhar para serem lidas criticamente. Associada àquelas imagens presentes no filme, nos cartazes, nas faixas e mesmo nas canções, esteve a recomendação dos educadores e educadoras: não chamar o adolescente infrator de *menor delinquente*. Essa recomendação ecoou na forma de dúvida e inquietação dali em diante, repercutindo em novas leituras e discussões no retorno para Campina Grande.

⁴ LARROSA, Jorge. Ferido de realidade e em busca de realidade. Notas sobre as linguagens da experiência. In. *Tremores*. Escritos sobre experiência. Tradução de Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 99.

⁵ DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 23.

Quatro anos depois, com o ingresso no curso de graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), tal inquietação pôde ser pensada em termos de um problema no campo dos estudos de história das infâncias no Brasil: como foi possível a emergência histórica do menor delinquente definido em termos conceituais e imagéticos no imaginário brasileiro do século XX por meio da distinção linguística e social entre os termos criança e menor que levou à orquestração de formas de exercício de poder sobre os corpos daqueles sujeitos nomeados como marginais, anormais e/ou perigosos? E quais os processos por meio dos quais estes *menores* puderam reforçar e/ou questionar tais maquinarias de sujeição?

Ao longo dos anos seguintes essa indagação foi sendo organizada, pensada e reestruturada para planejar as diferentes atividades que se somaram àquela da manhã do dia 07 de setembro de 2007, marcando outros encontros, afetos e transformações. Os diferentes seminários, mesas, oficinas, rodas de conversa e cursos de formação aos poucos foram sendo articulados por pesquisas sobre a história das infâncias. Tal investimento era orientado por aquela dúvida suscitada durante o *Grito dos Excluídos* de 2007. Posteriormente, o encontro com a História e a Filosofia tornou possível pensar esse tema como uma problematização do presente e dos modos por meio dos quais nos tornamos o que somos hoje. O desafio desse texto, um pouco semelhante àquele desafio assumido na primeira vez em que tomei a palavra em nome dos outros e outras – uma vez que, nominalmente sou o *mesmo* José Júnior, mas existencialmente sou *outro*, um real estrangeiro de mim mesmo – será pensar e escrever como uma maneira de resistir às diferentes narrativas e tramas que impedem de perceber o que está tão próximo que sequer parece estar presente. Penso que escrever história é antes de tudo desnaturalizar e deslegitimar o presente nas suas estratégias para convencer e amortecer transformações éticas e políticas, conformando e atualizando relações sociais de dominação e resistência. Escrever história como um gesto ético-político, desconfiando das evidências, é o desafio que me proponho nas linhas a seguir, em uma tentativa de mais uma vez esboçar um pensamento outro e inventar uma transformação possível.

Introdução

Anderson Herzer, Pixote, Lilica, Querô, Dito, Wilsinho Galiléia...
dos menores da história a uma história menor

Eu gostaria de dizer [...] qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos 20 anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita.

Michel Foucault, *O sujeito e o poder*, 1982.

“O sujeito” costuma ser interpretado por aí como se fosse intercambiável com “a pessoa” e “o indivíduo”. A genealogia do sujeito como categoria crítica, no entanto, sugere que o sujeito, em vez de ser identificado estritamente com o indivíduo, deveria ser descrito como categoria linguística, um lugar-tenente, uma estrutura em formação. Os indivíduos passam a ocupar o lugar do sujeito (o sujeito surge simultaneamente como um lugar) e desfrutam de inteligibilidade somente se, por assim dizer, estabelecem-se primeiro na linguagem. O sujeito é a ocasião linguística para o indivíduo atingir e reproduzir a inteligibilidade, a condição linguística de sua existência e ação. Nenhum indivíduo se torna sujeito sem antes se tornar subjetivado ou passar por uma “subjetivação” [...].

Judith Butler, *A vida psíquica do poder – teorias da sujeição*, 1997.

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo.

Giorgio Agamben, *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*, 2009.

Imanências

“Olha aí”: escutando a melodia triste da canção *O meu guri*, lançada no Brasil em 1981 no álbum *Almanaque*, de Chico Buarque, era possível ouvir e sentir a narrativa sobre certo guri que chegava em casa com o carregamento, “pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador...”, além de documentos diversos e outros objetos alheios. Era esperado por sua mãe no alto do morro, pois aquela onda de assaltos era um “verdadeiro horror”. Aquele guri já havia nascido com “cara de fome”, diz a canção. Criado não se sabe como, eis que ele chegava todos os dias com um presente diferente. E foi com olhar altivo, fingindo uma coragem diante da miséria cotidiana, que certa vez ele disse à sua mãe que *chegaria lá*. “E ele chega”, diz ela com fé.

Se na canção de Chico Buarque o roubo cotidiano aparece como a forma de materializar conquistas em um mundo marcado pelo consumo de mercadorias e exclusão de crianças e adolescentes pobres, anos depois a superação da pobreza também apareceria na música de MC Guimé, jovem originário da periferia carioca, por meio de outra promessa. Em *País do futebol*, usada como tema de abertura em novela da Rede Globo de televisão que fez propaganda da Copa do Brasil em 2014⁶, ouve-se no ritmo do funk:

Oh, minha pátria amada, idolatrada
Um salve à nossa nação
E através dessa canção
Hoje posso fazer minha declaração
Entre house de boy, beco e vielas
Jogando bola dentro da favela
*Pro menor não tem coisa melhor*⁷
E a menina que sonha em ser uma atriz de novela.

Parece então que há uma nova promessa de saída para a questão do *menor* pobre, de rua: a carreira de sucesso no futebol. Apresenta-se uma nova ilusão, marcada novamente pelo signo do consumo e pela disposição dos próprios corpos infantis e juvenis como objetos de consumo midiático e expostos às redes alimentadas por olheiros que selecionam menores que podem ou não iniciar carreiras em times medianos, até serem “vendidos” para grandes clubes europeus, como já se pôde ouvir diversas vezes no noticiário esportivo nacional.

Um leve recuo. Durante 1979, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o *Ano Internacional da Criança*, na letra da lei houve a alteração do Código de Menores cuja primeira versão datava de 1927 – também conhecido como Código Mello Mattos, dada a

⁶ Telenovela *Geração Brasil*, escrita por Filipe Miguez e Isabel de Oliveira para o horário das 19hs. Período de exibição: 05 de maio a 31 de outubro de 2014. Direção de núcleo: Denise Saraceni.

⁷ Grifo meu.

participação do juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos (1864-1934) no debate público sobre infância na primeira metade do século XX, sendo o primeiro juiz de menores do país. Tal lei se pautava pela lógica policial de identificação e punição dos menores considerados abandonados e delinquentes, sinônimos de instabilidade social, medo e insegurança na sociedade brasileira.

A novidade do Código de 1979 era o paradigma da “situação irregular” forjado por meio da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG) que fez uso de uma imagem do “inimigo interno” para justificar atos e políticas durante a ditadura militar. Esta mudança na legislação menorista esteve imbricada com a maquinaria discursiva e institucional fabricada com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) instituída em 1964 no pacote das primeiras decisões tomadas pelos militares que empreenderam o golpe de Estado depondo o presidente João Goulart em 31 de março. Se no discurso jurídico as diferentes enunciações instituíam novos modos de perseguir, identificar e penalizar o menor delinquente agora visto como inimigo interno, por outro lado, na poesia de Cora Coralina, era possível perceber outros contornos do tema. No poema *Oração do Pequeno Delinquente*, lê-se:

Fazei, Senhor, presente
a razão dos que me julgam
que enquanto os filhos de pais abastados
tinham escolas escolhidas,
alimentos, recreação, carinho e
brinquedos,
eu, filho de pais ignorantes e pobres,
era criança marginalizada,
perdida pelas ruas,
detida no pátio das Delegacias
driblando os guardas,
solerte e malandrim
às voltas com o Juizado de Menores [...].⁸

E prossegue com a descrição e o lamento sobre a situação de marginalização e criminalidade para a qual a pobreza parecia encaminhar os pobres.

Novo solavanco adiante. Em 2012, foi no noticiário nacional que se pôde ver a apresentação e as conseqüentes disputas em torno de uma das mais recentes Propostas de Emenda à Constituição (PEC) apresentada no Senado Federal com o objetivo de reduzir a maioria penal para 16 anos no país, na esteira da conhecida PEC 478 de 2007, aquela que até então tinha caminhado mais fortemente no Congresso Nacional, visando reduzir a idade

⁸ CORALINA, Cora. *Oração do Pequeno Delinquente*. In. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014, p. 232-233.

para imputabilidade penal de adolescentes. O texto de autoria do então senador Aloísio Ferreira Nunes (PSDB) previa a alteração dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal (CF), visando desconsiderar a inimputabilidade penal dos menores de 18 anos, conforme assegura o artigo 228 da CF e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “Não queremos dizer que os reincidentes são irrecuperáveis [...]. Mas os números revelam que a tendência à reincidência é muito alta. E um dos motivos para é sensação de impunidade, que o espírito do ECA atualmente transmite”. Mais adiante, afirma-se:

Da mesma forma, não nos parece insuperável a questão da possibilidade de se aferir, com acurado rigor científico, o nível de consciência acerca da ilicitude de seus atos, de um adolescente infrator de dezesseis anos, levando-se em conta seus antecedentes pessoais, seu histórico familiar, as condições socioeconômicas que lhe foram impostas, as oportunidades para sua recuperação, enfim; as características extraordinárias que justificariam a desconsideração de sua inimputabilidade.⁹

Esta PEC foi reprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2014 e arquivada. Mas este não foi e possivelmente não terá sido o último projeto desse tipo¹⁰, uma vez que as constantes retomadas do tema, principalmente em campanhas eleitorais com candidatos de extrema direita, trazem o assunto à baila. Somada ao noticiário nacional controlado por grandes conglomerados de mídia a favor de tal propositura como “solução” para a violência urbana no país, há ainda todo um conjunto de jornalistas, programas policiais e demais produtos midiáticos que diariamente se dedicam a narrar os problemas de segurança pública em estados e municípios, reafirmando o problema da criminalidade infanto-juvenil e o encarceramento de jovens como a saída mais viável em curto prazo. Tem sido assim em programas diários na televisão aberta como *Cidade Alerta* da Rede Record e *Brasil Urgente* da TV Bandeirantes; em periódicos semanais como a revista *Veja*; entre diversos outros suportes por meio dos quais um mesmo tema parece ser recorrente ontem e hoje: o *menor infrator*.

Encenações

Querô. A tarde caía lentamente quando Querô chegou cansado e ofegante no cais do porto de Santos - SP, fugindo da polícia depois de ter ferido Violeta, que o criou sob violências

⁹ SENADO FEDERAL. Proposta de Emenda à Constituição, n. 33, 2012. Autoria de Aloísio Pereira Nunes (PSDB). 12 p.

¹⁰ Contudo, a proposta mais recente no que se refere a esse tema é a PEC-32/2019 de autoria do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos). O projeto legislativo pode ser acessado na página do Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135977>. Acesso em 22 de dez. 2020.

e humilhações diárias, depois que sua mãe se suicidou e a cafetina o abrigou, temendo a vingança de outras prostitutas que viram sua indiferença àquele caso. Daquela tarde em diante Querô – cujo nome de batismo era Jerônimo da Piedade, mas que desde criança recebera a alcunha de Querosene, em alusão ao fato de sua mãe haver cometido suicídio ingerindo esse líquido, deixaria de ser uma criança pobre e vítima das violações cotidianas para se tornar um *menor*, isto é, um sujeito em conflito com a lei, denunciado ao Juizado de Menores. Narrando sua trajetória, Querô diz, como se estivesse ciente de uma destinação inapelável: “ou a gente nasce de bunda virada pra Lua, ou nasce cagado de arara. Não tem por onde. Assim é que é. Uns têm tudo logo de saída. Os outros só se estrepam. Não têm arrego. É um puta de um jogo sujo de dar nojo”. A partir dali sua vida seria marcada pela internação na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e pelas relações que o constituiriam socialmente como um criminoso, exposto às diferentes formas de dominação, inclusive do Estado, apesar dos discursos sobre proteção e assistência à infância abandonada e delinquente do Brasil dos anos 1970.¹¹

Pixote. É noite na cidade de São Paulo quando uma kombi branca para em frente à delegacia de polícia e dela saem, empurrados, vários menores apreendidos na rua em atos de delinquência. A sala de espera para a oitiva com o delegado está cheia daqueles considerados pequenos infratores. Sentado, Pixote observa a tentativa de uma mulher para ser atendida pelo secretário. Ela reclama de que já estaria ali havia mais de uma hora e que desejava falar sobre o desaparecimento do seu filho que durava um mês. Mas ele continua falando ao telefone sobre assuntos íntimos com uma aparente namorada e ignora a senhora diante dele, dizendo, indiferente, que ela espere. Quando outros meninos sentam próximo de Pixote, um deles pergunta o que está acontecendo e por que eles teriam ido parar ali, ao que Pixote responde que estão “prendendo todo mundo”. Os dois adolescentes ao lado dele são negros, ele é um menino branco, com rosto marcado por ferimentos e ainda há sangue em sua face, especialmente no nariz. Seus olhos tristes, sempre caídos, parecem enunciar um desalento perene. Um dos meninos diz, aparentemente irritado e desconfiado da situação: “Tão querendo pôr no rabo da gente” e, assim, a conversa se encerra quando um policial inicia a chamada dos menores. A lista foi lida em voz alta e de maneira ríspida, acompanhada por um olhar de desprezo: “Pedro Sócrates; pai Júlio, mãe Ambrósia, 15 anos, vila Tucumã, confere?”. E um dos menores

¹¹ Ver: MARCOS, Plínio. *Uma reportagem maldita (Querô)*. 4ª edição. Editora Parma LTDA, 1979. Descrição baseada no capítulo 1.

responde, taciturno: “Tá limpo”. Quando, mais adiante, chama “João Henrique, 10 anos, rua Lava-pés, 35, Fundos Marinha Ribeiro da Costa, pai desconhecido, confere?”. Então Pixote responde, corrigindo-o: “Meu pai morreu”, ao que logo é interrompido pela voz autoritária do policial que repete automaticamente, forçando uma confirmação: “Pai desconhecido, confere?”. Vencido, Pixote responde baixando os olhos: “Confere”. Assim, a chamada prossegue no ritmo apressado e ríspido do policial que se impõe com uma frieza e repulsa em relação aos meninos. A lista não abarcava singularidade alguma e logo Pixote percebeu isso. Na madrugada fria de São Paulo, Pixote aguardava uma decisão alheia sobre ele e seus companheiros. Esta decisão tinha a marca e os efeitos de uma sentença, uma condenação.¹²

Anderson Herzer. São Paulo, capital, 9 de agosto de 1982. Debaixo de um céu escuro tomado por estrelas e sob um concreto frio e sujo, no meio da rodovia já pouco movimentada àquela hora da noite, pois havia passado das 23 h, eis que um corpo agoniza no asfalto. Anderson Herzer havia se atirado do Viaduto 23 de Maio há poucos instantes. Posteriormente, foi encontrado no bolso da sua calça um envelope de Optalidon, indicando que ele havia ingerido dez daqueles comprimidos. Antes de efetivar sua decisão, algumas horas antes ele havia se encontrado com o deputado Eduardo Suplicy, com quem construiu uma relação de confiança quando da sua saída da FEBEM. Falaram sobre seu último poema e, diante da preocupação do amigo que tinha lhe dito que não pensasse em morrer, ele afirmou que se tratava de expressão poética, somente. Em sua certidão de nascimento constava que Sandra Mara Herzer havia nascido em Rolândia, no Paraná, no dia 10 de junho de 1962. Mas foi durante sua vivência na unidade de internação da FEBEM da Vila Maria, em São Paulo, que ocorreu uma transformação em sua vida. Passou a constituir-se de outro modo e nomear-se como Anderson Bigode Herzer, em uma possível homenagem ao seu falecido namorado. A admiração também estava impressa em sua pele por meio de uma tatuagem no punho, em que se lia “Big”. Durante os anos em que foi interno dedicou horas e horas à atividade da escrita, criando poesias e peças de teatro encenadas por suas amigas e colegas dentro da instituição, o que o fez ganhar admiração de amigos e a atenção dos gestores da entidade. Antes de morrer estava ansioso pela publicação de seu livro, um depoimento sobre sua vida e um conjunto de poemas por meio dos quais expressou sua paixão pela escrita como um modo de significar a si e sua jornada. As

¹² Pixote – a lei do mais fraco. Direção: Hector Babenco. Roteiro: Hector Babenco e Jorge Durán. Inspirado na obra *Infância dos Mortos*, de José Louzeiro. Distribuição: Embrafilmes. Ano: 1981. Nacionalidade: Brasil.

primeiras linhas do seu testemunho expressam um desejo e um impasse no gesto de narrar a si mesmo: “Quisera eu ter um início, movido por uma varinha mágica, mas o modo mais simples e sincero seria começar relatando minha vida, sem esconder fatos desagradáveis, pois esses fatos me trouxeram experiências que às vezes me pareciam sem solução, mas me ajudaram a reconhecer como muitos dizem: ‘O único problema sem solução é a morte’”.¹³

Dito. Era uma manhã de sol intenso quando Dito assobiou fazendo sinal para Pichote¹⁴, que saltava do ônibus do outro lado da rua. Do lado de cá, Dito estava com Fumaça, seu companheiro de andanças e aventuras pelo Rio de Janeiro, em frente a uma casa de flores que, por sua vez, ficava diante de um grande cemitério. Outro membro do grupo havia chegado antes de Pichote, mas tinha ficado com a tarefa de dar a volta pelo outro lado do cemitério, fazendo uma espécie de ronda e vendo se Cristal – o traficante com o qual eles haviam combinado uma viagem para deixar uma “encomenda” em São Paulo – já havia chegado e se era cilada ou não aquela situação, pois ele não era de confiança. Depois que Manguito voltou e disse que Cristal os esperava na Biroscas na rua das pedras, o grupo se apressou, pois o plano era pular o muro para entrar no cemitério, percorrê-lo e pular do outro lado, pois assim seria menos arriscado. O caminho quase todo havia sido percorrido quando perceberam que um funcionário os espreitava atrás de um morro de terra próximo às covas rasas. Naquela parte do cemitério não havia túmulos atrás dos quais pudessem se esconder e a única alternativa era correr e rapidamente saltar no muro adiante, conforme o combinado. Dito armou-se com pedras na mão para o caso de precisar defender a si ou seus amigos, mas seu gesto foi inútil quando ouviu um tiro e em seguida percebeu que Pichote, atingido, cambaleava. Novos tiros. Dito volta e ao se aproximar de Pichote vê que ele está com os olhos abertos e um filete de sangue escorre por seu pescoço. Dito olha para todos os lados, mas não é possível identificar de onde os tiros partiram. Atira as

¹³ HERZER, Anderson. *A Queda para o Alto*. Prefácio de Eduardo Matarazzo Suplicy. 7ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

¹⁴ A grafia originalmente presente na obra de José Louzeiro é Pichote, mas na adaptação cinematográfica Hector Babenco usou Pixote e assim o termo ficou popularizado. Uso as duas grafias para diferenciar as duas fontes usadas em cenas distintas dessa abertura. Tendo contribuído na elaboração do roteiro do filme de Hector Babenco adaptando seu livro, José Louzeiro esclareceria que o uso do nome Pichote com ch no romance justificava-se que foi inspiração em um menino que aparentava ter idade entre 7 e 8 anos de idade que morava nas ruas de Copacabana e que teria se identificado como Pixote e lhe apresentara uma ficha do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) na qual lia-se o nome com ch.

pedras sem direção alguma, compreendendo a ineficácia de seu gesto. Olha Pichote pela última vez, já no chão, e ao entender que não poderia tirá-lo dali corre para o muro e salta.¹⁵

Fabricações

“História como fabricação de objetos e sujeitos, como invenção incessante de formas para o passado, de tecelagem permanente dos tempos. Trabalho e arte comprometidos com discussões políticas, éticas e estéticas”, diz o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior.¹⁶ Estranhando e deslegitimando as narrativas que compõem o tempo presente e que parecem ter o objetivo de esgotar as possibilidades de explicação sobre a “realidade” das infâncias no país, e em particular dos adolescentes em conflito com a lei, este texto procura analisar as condições de emergência do conceito-imagem do menor delinquente como um sujeito definido em redes de saber e poder no Brasil, cujo estatuto de sujeito foi definido predominantemente pelos signos da criminalidade e delinquência.¹⁷

Propõe-se investigar a invenção histórica do conceito e da imagem do *menor delinquente e infrator* no imaginário social brasileiro em algumas décadas do século XX, mas com enfoque especial entre os anos de 1964 – pelo fato de que, juntamente com o golpe de Estado e a instauração da ditadura militar, foi implementada a PNBEM, que aqui não será lida como causa de processos que inventaram esse sujeito, mas como um dos efeitos e pontos de sustentação de narrativas dispersas – e 1987 – uma vez que no Congresso Nacional foi por meio da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso que se travou um acirrado debate entre os *menoristas*, que se posicionaram a favor da manutenção do Código de Menores como legislação específica para o segmento infanto-juvenil, e os *estatutistas*, que exigiam a elaboração de uma nova legislação com base em outros princípios e teorias que não referendassem os princípios doutrinários da ESG e fortalecessem a lógica da exclusão e da estigmatização daqueles sujeitos. Contudo, leio estas duas datas como recorte performático e artificial neste exercício de

¹⁵ LOUZEIRO, José. *Infância dos Mortos (Pixote)*. São Paulo: Abril S.A Cultural, 1984.

¹⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

¹⁷ Para fins de formatação da tese, fiz a opção por relativizar algumas regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a fim de evitar sobrecarregar o texto com citações em destaque em alguns trechos. Em todo o texto, cuidei para que sua leitura ficasse a mais fluida possível, sem nenhum comprometimento da apresentação textual em seus aspectos lógico-gramaticais, sintático-semânticos ou quaisquer outros. A respeito das fontes do começo do século XX, fiz a opção por atualizar a grafia, entendendo que tal adaptação não iria comprometer a compreensão dos textos originais. Em casos específicos em que foi necessária a manutenção da grafia, a explicitação foi feita em nota de rodapé.

pesquisa, uma vez que a análise pormenorizada das fontes exigirá sempre a articulação de temporalidades diversas, como explicarei adiante.

Portanto, delimito como objeto desta pesquisa o dispositivo da menoridade¹⁸, isto é, a rede de saberes e poderes que constituiu historicamente o menor infrator em termos conceituais e imagéticos, sendo essa invenção social e política mediada pela intersecção de classe, raça, gênero e geração. Trata-se de fazer a genealogia do menor delinquente e infrator cuja emergência se deu a partir da articulação densa e complexa de múltiplas narrativas culturais, desenhando os contornos do corpo e do rosto do menor, assim como os espaços que ele poderia ocupar e os horizontes sociais aos quais seria articulado por diferentes projetos de governo da infância. Penso que essa emergência demarcou um processo de sujeição caracterizado por dois polos: a) a imposição de normas, modelos comportamentais e existenciais para determinados indivíduos visando a conformação de sujeitos marcados pela dependência; e b) as práticas específicas que tais indivíduos exerceram sobre si próprios resistindo ou atualizando dominações em contextos locais. Faço tal adendo para reforçar que “a partir do momento em que se deixa de lado a prática humana para considerar apenas a estrutura e as regras de coerção, é evidente que se falha novamente em relação à história”¹⁹, uma vez que é preciso trazer o corpo para a cena histórica, demonstrando a sua constituição peça a peça para participar de toda uma economia do poder.

Uma vez desenhado este objeto, faço a escolha eminentemente metodológica de contar tal história a partir do cruzamento de quatro histórias “pessoais” que se articularão a outras. Poderia chamar ainda de quatro figuras da sujeição. Entendo com Judith Butler que “‘sujeição’ significa tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar

¹⁸ O termo também foi cunhado pelo sociólogo Marcos César Alvarez no fim da década de 1980 para analisar as condições de emergência do Código de Menores de 1927, processo no qual o juiz de menores Mello Mattos desempenhou papel crucial. Cf. ALVAREZ, Marcos César. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. 207 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989. Recentemente, o termo apareceu em um texto de Marcos César Alvarez, Luiz Claudio Lourenço e Mariana Chies Santiago Santos em um dossiê temático sobre história da infância e juventude. No texto, apresenta-se uma análise genealógica das instituições disciplinares e das práticas de internação de jovens em São Paulo em meados do século XX. O enfoque é eminentemente jurídico e institucional, guardando consideráveis diferenças em relação a esta tese tanto no que se refere às fontes documentais e extensão da análise em termos espaciais e temporais, como também do ponto de vista da problemática que articula esta tese e o destaque que confere às políticas de subjetivação. Cf. ALVAREZ, Marcos César; LOURENÇO, Luiz Claudio; SANTOS, Mariana Chies Santhiago. Jovens internados em São Paulo (1934-1950): notas para uma análise genealógica das instituições disciplinares e de controle social. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 13, n. 25, Edição Especial de 2021.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. Retornar à História. In. *Ditos e escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Organização, seleção e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 299.

um sujeito”.²⁰ Uso estes termos para dizer ainda que não se trata de uma pesquisa que aborda trajetórias individuais ou faz uma biografia cruzada de determinadas pessoas. A escolha dessas quatro personagens se deu puramente em função da necessidade de compor narrativamente os percursos e os detalhes do processo de sujeição que inventou esse sujeito na ordem do visível. Interessa mostrar as peculiaridades e espessuras desse processo que se efetuou sobre os corpos, urdindo subjetividades e demonstrando assim as multiplicidades que cruzaram tal conceito, o qual apenas em um primeiro momento parece ser uníssono e homogêneo. As histórias de Dito, Querô, Anderson e Pixote serão mobilizadas neste texto para analisar as diferentes experiências e práticas de sujeição que constituíram esse sujeito midiaticamente divulgado sob o signo do Um e do Mesmo.

Para pensar o processo de sujeição em sua complexidade é preciso operar com um conceito de poder que não o tome como algo que uns têm e outros não, nem tampouco como um objeto inerte, sempre aí no mundo da vida, à espera de ser capturado. Penso com Michel Foucault que o poder é algo que se exerce, trata-se de uma relação entre sujeitos historicamente situados, compondo um jogo de ações sobre ações. “E como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social”²¹, afirma o filósofo. Embora esta pesquisa apresente cenas de sujeição em espaços que compuseram a estrutura do Estado por meio de órgãos de gestão das políticas para a infância e juventude como a FEBEM, penso que o poder não se localiza exclusivamente nessa estrutura institucional, partindo de outros espaços sociais. O Estado é mais um dos espaços de poder, sendo ultrapassado e complementado pelas relações que o atingem de ponta a ponta, provocando transformações ou garantindo permanências.

A análise ascendente que Foucault propõe toma

o poder não como dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo existência própria e formas específicas no nível mais elementar. O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes necessários nas sociedades capitalistas.²²

É neste sentido que eu particularmente acredito ser incoerente com a proposta foucaultiana dizer que o poder está “espalhado” pela sociedade e não centralizado em algum

²⁰ BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Tradução de Rogério Bettoni. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

²¹ MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012, p. 18.

²² Idem, p. 16.

ponto. Por mais que essa frase recubra uma parte do raciocínio, ainda assim a linguagem nos engana e perde-se parte do potencial metodológico da sua analítica do poder. Dizer que o poder “está espalhado” pressupõe que ele teve um ponto de onde saiu e se espalhou, o que não faz sentido nessa proposta genealógica, pois o melhor seria usar a expressão de que o poder “parte de diferentes pontos”, estando capilarmente constituído e passível de variadas combinações.

Outro aspecto importante que se apresenta como questão de “método”²³ é que a relação entre poder e saber não é homogênea, unidirecional, convergente e sem contradições. Contrariamente a isso, a relação do poder com o saber é complexa: “É que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de poder, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder”.²⁴ Nessa complexidade inerente às relações de poder como jogos de ações sobre ações, Foucault faz a crítica à tese da hipótese repressiva²⁵ em seu estudo sobre o dispositivo da sexualidade no século XIX, pois mais do que reprimir e violentar, o poder produz. O poder produz espaços, saberes, instituições, modos de governo sobre si e os outros, processos de subjetivação que oportunizam a formação de sujeitos mais ou menos adaptados e convincentes das suas posições sociais e visões de mundo. Produz também a relação que o indivíduo exerce sobre seu próprio corpo como um sujeito moral e de desejo, pois “o indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos”.²⁶

Para esta pesquisa tenho como ponto de partida um arquivo heteróclito e complexo composto por diferentes narrativas fotográficas, cinematográficas, jurídicas, literárias, autobiográficas, periódicas e sonoras que fabricou visibilidades e dizibilidades para tal questão, tendo como um de seus efeitos a produção de um estatuto de sujeito para o *menor*, cuja singularidade foi gerada por uma oposição linguística e social entre os termos *criança* e *menor*. A produção dessa diferença esteve articulada a certos modos de existência e inserção política, econômica e social para aqueles sujeitos compreendidos como desviantes do modelo hegemônico de infância que foi sendo instituído no país principalmente a partir das três primeiras décadas do século XX, estando articulada em uma maquinaria de saberes jurídicos, pedagógicos, psiquiátricos, científicos, entre outros.

²³ Cf. VEIGA-NETO Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault: (im) possibilidades. *Cadernos de Educação*. FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, [34], p. 83-94, setembro/dezembro 2009.

²⁴ MACHADO, *Microfísica do poder*, p. 28.

²⁵ FOUCAULT, Michel. A hipótese repressiva. In. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 19-50.

²⁶ MACHADO, *Microfísica do poder*, p. 25.

Para fazer a articulação e imbricação metodológica dessa variedade documental lanço mão de um termo técnico desenvolvido por Michel Foucault nos anos 1970 para pensar seus estudos genealógicos sobre governamentalidade e que foi ampliado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben: dispositivo. Agamben diz que o dispositivo pode ser caracterizado como tendo três elementos:

- a) é um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos; b) o dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder; c) como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber.²⁷

No caso do objeto de estudo aqui em análise, trata-se de articular toda uma rede que tornou possível a invenção do menor infrator, desde saberes dispersos socialmente e distantes do aparelho de Estado como a literatura marginal de Plínio Marcos (1935-1999), até os estudos de sociologia e assistência social que tinham a função de subsidiar as intervenções pautadas pela PNBEM através da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) no país, passando ainda pela legislação e outros suportes. Somado ao princípio de um pensamento rizomático, como exporei um pouco adiante, o termo dispositivo aqui tem um potencial metodológico relevante para pensar a multiplicidade de narrativas e relações de força em jogo na cena histórica, tendo em vista que “os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação isto é, devem produzir o seu sujeito”.²⁸

Ao comentar sobre a filosofia do dispositivo em Foucault, Gilles Deleuze enfatiza que “os dispositivos, pois, têm por componentes linhas de visibilidade, de enunciação, linhas de forças, linhas de subjetivação, linhas de rachadura, de fissura, de fratura, todas as quais se cruzam e se emaranham, umas que dão mais uma vez noutras, o que suscitam outras, através das variações ou mesmo das mutações de agenciamento”. Portanto, disso

decorrem duas consequências importantes para uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio dos universais. O universal, com efeito, nada explica, é ele que deve ser explicado. [...] A segunda consequência de uma filosofia dos dispositivos é uma mudança de orientação, que se desvia do Eterno para apreender o novo. O novo não deve designar a moda, mas, ao contrário, a criatividade variável segundo os dispositivos, em conformidade com a questão

²⁷ AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In. *O que é um dispositivo?* E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 29.

²⁸ AGAMBEN, *O que é um dispositivo?* p. 38.

que começara a nascer no século XIX: como é possível a produção de algo novo no mundo?²⁹

Neste sentido, propõe-se a genealogia de um sujeito criado historicamente e tecido por múltiplos saberes dispersos socialmente e articulados em momentos específicos por projetos de governo da infância, sem, no entanto, buscar analisar tais projetos em seus mínimos detalhes, na ilusão de caracterizá-los à exaustão. Interessa mais, para os fins delimitados nesta pesquisa, descrever de que modo alguns desses projetos participaram da maquinaria discursiva que produziu o menor delinquente e infrator, daí tais projetos serão mencionados sempre a partir de recortes específicos. Trata-se de que, muitas vezes, para falar disto, é preciso remeter a um certo aquele, aquela, aquilo, a fim de mapear relações e tensões. Por este motivo as diferentes instituições, intelectuais, disciplinas consideradas científicas e narrativas culturais serão pontuadas, analisadas e descritas como pontos de um mapa denso e complexo cujas relações contraditórias, dispersas e descontínuas tornaram possível a produção de um *conceito* (definido a partir de critérios etário, psicológico, pedagógico e jurídico) e de uma *imagem* (elaborada a partir de certos elementos estéticos, raciais, corporais e de gênero e sexualidade), constituindo o menor como um sujeito identificado socialmente por um corpo, um rosto, um modo de vestir e existir que aos poucos foi racializando-o e masculinizando-o.³⁰

As quatro figuras encenadas acima são personagens de obras com distintos estatutos sociais que colocarão o desafio de pensar a literatura e a autobiografia como fontes dessa pesquisa: Dito é o protagonista de *Infância dos Mortos*, um romance escrito por José Louzeiro em 1977. A obra partiu da reportagem que ele fez quando foi enviado como jornalista da *Folha de São Paulo* para cobrir a Operação Camanducaia em Minas Gerais.³¹ Esse foi mais um dos episódios de “limpeza” do centro da cidade de São Paulo empreendido pela Polícia Militar e a Patrulha Bancária que acabaram por confinar cerca de trezentos adolescentes apreendidos sem motivo aparente nas dependências do Departamento de Investigações Criminais de São Paulo (DEIC). Ocorre que, na “calada da noite”, como descreve Isabel Frontana, estes policiais e funcionários puseram noventa e três desses meninos dentro de um ônibus que partiu em direção

²⁹ DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In. *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. Edição preparada por David Lapoujade. Tradução de Guilherme Ivo. Revisão técnica de Luiz B. L. Orlandi. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 363-364.

³⁰ Como algumas estatísticas apresentadas adiante irão permitir pensar, a invenção do menor também instituiu na ordem do discurso o sujeito masculinizado como perigoso e criminoso, ao passo que as menores do sexo feminino foram produzidas a seu modo como vítimas do abuso, exploração sexual e trabalho doméstico. Porém, a invenção “dessa menor” feminizada e marcada pelo signo da violência sexual doméstica e familiar não será objeto desse estudo.

³¹ Sobre esse acontecimento, ver: FRONTANA, Isabel C. R da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. Edições Loyola: São Paulo. 1999.

a Minas Gerais, pela rodovia Fernão Dias, em outubro de 1974. No decorrer da viagem forçada, os meninos foram gravemente feridos, espancados e humilhados pelos policiais. Além disso, quando retirados do ônibus, foram abandonados no meio da rodovia e alguns foram atirados de uma ribanceira, o que provocou ferimentos ainda mais graves. Posteriormente, as investigações demonstraram que nenhum dos meninos apreendidos havia cometido nenhum tipo de infração, nem tinham sido sequer notificados ou procurados pelo Juizado de Menores.

Querô é o protagonista do romance *Uma reportagem maldita – Querô* (1976) do jornalista e dramaturgo Plínio Marcos após ele ter presenciado a morte de um adolescente infrator que havia fugido da polícia em São Paulo. Trata-se de uma obra literária, mas que por sua vez também estabelece uma tensão entre o documental e o ficcional, o que exige uma sutileza teórico-metodológica que será discutida ao longo deste texto. Pixote é o personagem título de *Pixote – a lei do mais fraco*, um filme de Hector Babenco, cineasta argentino naturalizado brasileiro, lançado em 1981. O filme inicia em tom documental, com uma cena na qual o próprio diretor narra a situação da infância abandonada no Brasil da década de 1970, apresentando o cenário social e político em que as cenas de “ficção” serão desenhadas. Tendo sua constituição estética inspirada no neorealismo italiano do pós-Segunda Guerra Mundial, segundo André Campos³², o tom de denúncia do filme marca uma continuidade e simetria com o livro que o inspirou, isto é, *Infância dos Mortos*. O filme possui dois momentos, além da referida introdução com a fala de Babenco: a) a institucionalização de Pixote e o cotidiano na unidade de internação e b) a vida nas ruas depois da fuga do reformatório.

Por sua vez, Anderson Herzer é o protagonista e o autor de sua autobiografia *A Queda para o Alto* (1983), composto por duas partes: a) *Depoimento* que contém textos sobre suas experiências familiares e, posteriormente, sobre sua vida como adolescente interno da FEBEM e seu processo de readequação de gênero naquela instituição quando, mesmo tendo em seu registro o nome Sandra Mara Herzer, passou a nomear-se Anderson Herzer; b) *Poemas*, por meio desses será possível analisar suas composições estéticas e poéticas, os temas recorrentes e suas articulações ao depoimento da primeira parte. As tensões que esta fonte sugere entre o modo como ele se constituiu como sujeito de desejo e o processo social e institucional no qual esteve situado e que, por sua vez, impôs a ele um gênero como a marca de uma destinação, será um aspecto analisado posteriormente. Tal singularidade permite tensionar a definição mais geral e jurídica do “menor” como figura generificada e com pretensão geral e homogênea.

³² CAMPOS, André Luiz Vieira de. Pixote: a infância brutalizada. In. SOARES, Mariza de Carvalho & FERREIRA, Jorge (Orgs.). *A história vai ao cinema*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 111-122.

Partindo do problema de pesquisa e das fontes citadas, outros suportes passam a ser conectados para dar corpo à empreitada de cartografar as relações de força que tornaram possível a invenção do menor infrator. Deste modo, uso o termo cartografia justamente para situar que um dos efeitos da tese reside na composição de um mapa com múltiplas conexões, linhas, fluxos e intensidades marcadas pelos signos da multiplicidade e da heterogeneidade. Para narrar e analisar o processo de invenção desse sujeito instituído como desviante e criminoso, distante da forma idealizada e romantizada da criança e da infância, faz-se necessário percorrer múltiplos labirintos, sem ilusão de origem nem finalidade, mas atento às relações de força, disputas e alinhamentos que se deram em diferentes circunstâncias para fabricar essa imagem na ordem do visível.

Aparecerão fontes como a revista *Brasil Jovem* publicada pela FUNABEM entre 1964 e 1978; o relatório da *Semana do Problema do Menor* realizada por esta mesma instituição em 1981 para discutir o problema da delinquência infanto-juvenil; o manual de orientação político-pedagógica, as músicas, imagens e outros materiais que compuseram a *Campanha da Fraternidade* de 1987 realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo lema era “Quem acolhe o menor, a mim acolhe” e que teve participação importante nas mobilizações que atuaram nos debates da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) entre 1987 e 1988. A imprensa estará presente por meio de periódicos como *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* que figuram no corpus documental para traçar as linhas de força na circulação de imagens que pautaram o tema do menor delinquente e infrator de distintos modos. Além disso, a leitura da legislação apresentada aqui por meio dos *Códigos de Menores de 1927 e 1979*, e das *Cartas Constitucionais de 1967 e 1988*, será efetivada tomando-as como pontos de cruzamentos de muitas práticas discursivas dispersas na sociedade brasileira de diferentes momentos e articuladas estrategicamente pelos operadores do Direito Penal.

Como dito anteriormente, esta pesquisa realiza a genealogia de um sujeito específico, ou melhor, especificado, nomeado, imaginado, mediatizado por signos singulares: o menor delinquente e infrator masculinizado, racializado e definido com base em critérios etários, psicofísicos e mentais como as diversas fontes permitirão perceber. Neste sentido, é preciso que se diga quais as tecnologias políticas que deram os contornos teóricos, metodológicos, políticos e éticos para esta pesquisa.

As linhas de articulação dessa narrativa têm na filosofia da diferença e no pós-estruturalismo³³ seu ponto de partida, mas abrindo-se às conversas e alinhamento de proposições com outros autores e autoras, por meio das contribuições conceituais de Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Judith Butler e Giorgio Agamben, assumindo a tarefa de análise como máquina de produção de sentidos e com capacidade de articular, performar e suscitar problemas acerca de uma imagem recorrentemente tomada na esfera pública. Daí o desafio de pensar além das oposições binárias, das dicotomias simplificadoras e de um realismo apressado que pode comprometer a leitura das fontes, sem compreendê-las como monumentos, instituídas e arquitetadas para promover uma leitura do tempo que as produziu. Pensar o sujeito como ficção, como um lugar a ser ocupado socialmente por certos indivíduos, impõe que se cuide para evitar simplificar o sujeito, mas descrever as tramas que o inventam, os lugares que acolhem, as zonas que sacodem sua “verdade” fabricada peça a peça sob condição de suscitar algum tipo de transformação.

Mais do que portador de uma razão constituinte, o sujeito é efeito de tensões e paixões diversas onde a razão é um dos elementos do tabuleiro, uma paixão que se envergonha de ser paixão, posto que visa assumir um controle unilateral e universal. Ao contrário de toda uma tradição filosófica denunciada por Nietzsche e que tinha na ideia da razão seu substrato “natural”, quando efetivamente se constitui como um “sistema moral de interpretação do mundo”, os alinhamentos que costumam essa narrativa sacodem esse castelo impositivo de uma “identidade”, uma causalidade sem abertura para a contradição (i) negociável no “ser”.³⁴

Tramando a história de uma diferença essa cartografia parte de algumas premissas, ou bússolas: a) distancia-se de uma abordagem assentada na ideia de unidade ou totalidade do real e propõe analisar os processos de transformação social não por uma lógica de divisão binária nem por oposições que se resolvem em sínteses, uma vez que penso aqui que a síntese, mesmo quando há, é de caráter disjuntivo, passivo, polimorfo, sem negar o cunho descontínuo e divergente da luta histórica; e, além disso, mais do que recolocar o problema do negativo como predominante em uma abordagem materialista dialética, interessa mais afirmar o jogo aberto das forças sociais em disputa, em um plano de pura heterogeneidade, sem causalidades necessárias, sem “resolução” das dispersões como fazendo arestas, criando uma unidade ou

³³ Para uma caracterização rigorosa e introdutória do pós-estruturalismo em diversos autores e temáticas, cf. WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Tradução de Caio Liudvik. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

³⁴ MOSE, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 142.

síntese artificial³⁵; b) afasta-se de qualquer ideia de identidade como essência ou substrato natural originário ou da Verdade como categoria moral de unificação de forças sociais, julgamento da vida e como algo que se pode encontrar na ordem do mundo, de modo a ser capturada e tomada como guia seguro para a existência individual e coletiva. Efetivamente, a verdade é uma criação sempre situada no tempo e no espaço por meio do jogo estratégico entre verdadeiro e falso. Assume-se nessa pesquisa o perspectivismo como marca orientadora da análise, não como relativismo em que um “mesmo” objeto é lido de diferentes maneiras por diferentes sujeitos, em momentos distintos, pois nunca se trata exatamente do “mesmo” objeto; uma vez que as miradas partem de locais distintos, estas perspectivas constituem seus objetos, defesas e acusações sobre ele de modos também diferenciados e, possivelmente, divergentes.

Ainda é preciso dizer que perspectivismo aqui tem um sentido metodológico ou procedimental, uma vez que toda análise histórica e política, por mais exaustiva que seja, por mais fontes que sejam cotejadas e organizadas, sempre é parcial e localizada. Não se trata de um critério quantitativo na captura das fontes, pois isso seria afirmar a ilusão de que há um “todo” possível que pode ser acessado ou recomposto. Uma análise é sempre perspectiva porque se constitui a partir de uma certa problematização, um certo delineamento que define o que usar e como mobilizar para construir a leitura. Da mesma maneira, o olhar sempre é historicamente informado por referências, valores e afetos singularmente constituídos e que participam da produção do saber. É o conjunto de monumentos que interessa a essa pesquisa, uma vez que as diferentes narrativas sobre o menor infrator não serão lidas apenas em sua convergência, mas na divergência, na heterogeneidade das forças em luta. Descontinuidade, raridade e regularidade implicam-se e perdem-se na superfície material em que os modos de constituir o menor infrator foram emergindo no tecido social mais amplo.

Mas cartografar as linhas de força que instituíram o menor infrator como sujeito nomeado e apreendido por diferentes artes de governo implica um conceito de sujeito como efeito de uma sujeição e não de uma tomada de consciência, enfeixando as cenas em que seu corpo foi insidiosamente objetivado.³⁶ Eis o desafio de uma genealogia. Tarefa que Nietzsche propôs não como método, mas como um procedimento de análise das relações de força que historicamente tornaram possível o surgimento dos nossos “preconceitos morais” expressos na

³⁵ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. 2ª ed. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 62-64.

³⁶ Metodologicamente, o texto de Gabriela Tebet apresenta *insights* interessantes para pensar a cartografia da infância e da menoridade, desfazendo ou embaralhando as linhas de tal composição histórica e cultural para entender os procedimentos e maquinações em jogo nessa invenção. TEBET, Gabriela Guarnieri C. Desemaranhar as linhas da infância: elementos para uma cartografia. In. ABRAMOWICZ, Anete & TEBET, Gabriela Guarnieri C. *Infância e Pós-estruturalismo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, pp. 133-152.

dicotomia Bem e Mal e “ruim e bom”.³⁷ Longe de um azul metafísico que apele para conceitos além do mundo para explicar a historicidade, a genealogia é cinzenta, pois que a escrita da história como operação sobre os mortos e os insistentes opera sobre o efetivamente documentado, a coisa efetivamente materializada na espessura da escrita ou da voz, assim como falsamente eternizada na concretude da pintura, da imagem parada ou em movimento, mas sempre o efetivamente descritível, localizável e apto para o dismantelamento que a pesquisa histórica pressupõe. “A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos”³⁸, diz Foucault. Somente por meio de uma minúcia constitutiva dessa operação de gestar o saber, mobilizando entre a poeira e o lixo, em zonas pouco iluminadas e regiões desprezadas, “um grande número de materiais acumulados, exige paciência”.

Esquecendo a origem como o enganoso conforto e reconciliação com a “verdade”, uma operação genealógica só pode ser alimentada por um riso que zomba, desestabiliza, racha as imagens e faz tremer a gramática que institui um passado a ser muitas vezes imitado, memorizado. Nessa perspectiva, ganha importância o riso que desembaralha a confusão documental para confundir de outro jeito, ficcionalizar de outro modo³⁹. Se riso e assombro não se excluem na empreitada genealógica, cartografar a invenção do menor infrator em uma rede de poderes e saberes dispersos requer desconfiar grandemente de uma campanha religiosa em que um processo de sujeição foi lido não em sua historicidade, mas como “imitação” da *via crucis* de um outro sujeito, num tempo distante, num espaço estranho. Ao desacreditar as imitações grosseiras, a genealogia descreve a singularidade e os moralismos da boa vontade sobre a criança abandonada, não visando tirar uma máscara sacerdotal para alcançar um rosto essencial, mas para ver de quantas faces se pode constituir um modo de sujeição justificado em critérios morais. Trata-se de mostrar que a “essência” de uma bondade e de um humanismo solidário efetivamente não existe, mas só se constituiu historicamente em um tabuleiro no qual a própria ideia de criança estava sendo discutida.

Foucault diz ainda que os termos alemães *Entstehung* e *Herkunft* demarcam melhor o objeto da genealogia, mas geralmente são traduzidos como origem, ao que é preciso atentar com cuidado. Deste modo, “Herkunft: é o tronco de uma raça; é a proveniência; é o antigo pertencimento a um grupo – do sangue, da tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura

³⁷ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 12.

³⁸ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012, p. 55-86.

³⁹ FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p. 56.

ou da mesma baixaza. Frequentemente a análise da Herkunft põe em jogo a raça ou o tipo social. Entretanto [...], longe de ser uma categoria da semelhança tal origem permite ordenar, para colocá-las a parte, todas as marcas diferentes [...]”.

Por sua vez, “a genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão, do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início [...]. Seguir o filão da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou, ao contrário, as inversões completas –, os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente”.

Assim, “a pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo”.⁴⁰ Por fim, a proveniência diz respeito ainda ao corpo, pois “sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuportável conflito”, como se poderá ver nas relações estabelecidas entre os adolescentes em espaços como o da FEBEM onde a existência corporal de uma masculinidade divergente como a de Anderson Herzer e de Lilica (esta última em *Pixote, a lei do mais fraco*) serão objeto de questionamento. A genealogia, enquanto análise da proveniência, “está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”.⁴¹

Por sua vez, o termo *Entstehung* designa, segundo Foucault, “a emergência, o ponto de surgimento. É o princípio e a lei singular de um aparecimento. Do mesmo modo que se tenta muito frequentemente procurar a proveniência em uma continuidade sem interrupção, também seria errado dar conta da emergência pelo termo final”. Portanto, “a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo causal das dominações”, considerando que a emergência “se produz sempre em um determinado estado de forças”.⁴² Assim, “a emergência é [...] a entrada em cena das forças; é sua interrupção,

⁴⁰ Idem, p. 63-64.

⁴¹ FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p. 65.

⁴² Idem, p. 66.

o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude”; enquanto a proveniência “designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento e a marca que ela deixa em um corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento; é preciso ainda se impedir de imaginá-la como um campo fechado onde se desencadearia uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade; é de preferência – o exemplo dos bons e dos malvados o prova – um ‘não lugar’, uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço”.⁴³ Penso ser importante destacar em breves traços os aspectos metodológicos desse conceito de força que Foucault e Deleuze tomam de Nietzsche para pensar as relações de poder e os processos de subjetivação.

François Zourabichvili diz que

a força só existe em relação, isto é, em exercício. E ainda mais: ela está em relação com outra força, pois seus efeitos superiores são de dominação e não de simples destruição. Donde sua irredutibilidade à violência, que consiste em destruir uma forma, em decompor uma conexão. O conceito de violência considera a força enquanto um ser determinado, sobre um objeto [...]. Reduzir a força à violência é tomar por originário o derivado ou a sombra da conexão real. Fazer isso é não só deixar de ver que uma força se exerce primeiramente sobre outra força, mas de compreender o fenômeno do afeto, isto é, de uma força que se exerce sobre outra, menos para destruí-la do que para induzir um movimento [...]. Deleuze, portanto, não quer dizer que a força nada tenha a ver com a violência; ele diz que a força, sendo essencialmente a instauração de uma conexão, não poderia definir-se pela relação exclusivamente negativa de violência.⁴⁴

Diante do desafio de compor uma cartografia dessas relações de força, articulo a perspectiva genealógica foucaultiana com o conceito de rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari.⁴⁵ Estes autores propuseram o rizoma como um modo de pensar que se diferencia de um pensamento arbóreo justamente porque nem parte nem se destina a uma unidade de qualquer tipo, nem tampouco opera por síntese dialética. Tomando em conta a discussão anterior sobre a analítica do poder a partir do conceito nietzschiano de força, pode-se pensar como tais relações não operam ilustrando a metáfora da ramificação, pois isto ainda seria afirmar uma unidade criadora, mantenedora de alguma essência ou origem distribuída pelo campo social.

⁴³ Idem, p. 68.

⁴⁴ ZOURABICHVILI, François. *Deleuze: uma filosofia do acontecimento*. 1ª ed. Tradução e prefácio de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 68-69. Para uma diferenciação detalhada sobre as relações de poder e as relações de violência, ver: FOUCAULT, Michel. Como se exerce o poder? In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul (orgs.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 283-295.

⁴⁵ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia 2*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011, pp. 17-50.

O rizoma é aberto em múltiplas direções, é performativo, criativo, fugindo das regras estabelecidas previamente e das tentativas de fechamento que as teorias operam sobre seus objetos, por exemplo. O rizoma foge das regras de um método cartesiano, abrindo-se em múltiplas direções, articulando diferentes linhas de fuga que constroem e desconstroem, burlam e transformam os afetos e abrem novas possibilidades para a experimentação. Portanto, o procedimento rizomático nesta pesquisa visa ler a invenção do menor infrator em termos da imagem e do conceito que o institui em um campo de visibilidades e dizibilidades. A partir deste ponto, deste termo é que se desenha o procedimento de conexão, justaposição, multiplicação, concatenação e ampliação do enfoque, a fim de ler tal conceito e tal imagem como efeitos de relações diversas, um processo de sujeição criado a partir de múltiplas referências e expressa por meio de distintos suportes, isto é, uma *heterogênese*.⁴⁶

Ler rizomática e genealógicamente o conceito-imagem do menor infrator exige que eu pense de forma dispersa, pois, por mais unidade e organicidade que este conceito-imagem aparente ter, ele é fruto da dispersão de enunciações que o tornou visível. Apenas acompanhando o intercruzamento deste conceito-imagem com outras noções como discernimento, infração, delito, delinquência, criminalidade, ociosidade, violência, pobreza, degenerescência, desvio social e anormalidade, é que será possível diagnosticar quais forças alinharam-se e participaram de tal invenção. Fazer a história deste sujeito só será possível rachando palavras e imagens, em um gesto assemelhado àquele de um iconoclasta, na tarefa de quebrar uma imagem solidificada que serviu a usos diversos na história da infância e da juventude. Por meio deste procedimento, se constrói as condições de análise para que os fluxos e forças variadas que constituíram tal conceito possam aparecer de novo, não na tentativa de um realismo ingênuo que seria o de reconstituir o passado, mas na busca por descrever conexões possíveis e tráfegos efetivados. Com isto pode-se desmontar a hierarquia geracional entre o maior e o menor, bem como pensar os trânsitos diversos e os múltiplos saberes que engendraram tal imagem.

Uma vez que esta pesquisa toma como objeto de estudo a emergência de um sujeito a partir da análise de um conjunto múltiplo, variado e heteróclito de práticas que o produziram, como pensar o conceito de sujeito? Embora essa discussão seja ampla e muito profícua na

⁴⁶ “Um conceito é uma heterogênese, isto é, uma ordenação de seus componentes por zonas de vizinhança. É ordinal, é uma *intensão* presente em todos os traços que o compõem. [...] O conceito é um incorporeal, embora se encarne ou se efetue nos corpos. [...] O conceito diz o acontecimento, não a essência ou a coisa. O conceito define-se pela *inseparabilidade de um número finito de componentes heterogêneos percorridos por um ponto em sobrevoos absoluto, à velocidade infinita*”. DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 3ª ed. Tradução de Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 28-29, grifos no original.

história da filosofia ocidental e de outros campos como a Antropologia ou a Psicologia, me detenho em referências muito delimitadas. A partir das epígrafes de Michel Foucault e Judith Butler que abrem esta introdução, é preciso compreender o sujeito como uma fabricação complexa mediada por relações de poder e saber cujas dobras podem ser desenhadas em pelo menos dois aspectos: a imposição de uma sujeição de determinadas regras sociais a um certo indivíduo, cobrando e incitando pensamentos, atitudes, respostas a determinadas expectativas culturalmente consolidadas para o exercício de papéis sociais no âmbito público e privado; e como resistência ou atualização singularizada dessas regras por um determinado indivíduo na relação que ele exerce sobre si próprio ao constituir-se como um sujeito com valores, compreensões, afetos, atitudes, escolhas e projetos que, sendo individuais, só se tornam possíveis na relação com a exterioridade e a alteridade que o constitui.

Nota-se que a formação de sujeitos não é um processo mecânico ou de simples reprodução, mas há complexidades inerentes a tal movimento de subjetivação que tanto é socialmente constituído e imposto, como também é individualmente vivenciado, abrindo a possibilidade da resistência e criação de singularidades e diferenças que o indivíduo experimenta consigo ao produzir-se como sujeito individuado e objetivado por certos saberes, dividido e participe de certas relações de poder socialmente constituídas, mas também sujeito de um certo desejo, uma moral ou uma atitude ético-estética em relação ao seu corpo, sua vida, seus prazeres, seus projetos.

Considerando o desafio de analisar o processo de sujeição marcado por essa dobra que lhe é constitutiva, penso que a ideia de sutura, como metáfora médica ou clínica, ajuda a pensar em termos metodológicos tal descrição histórica. Sendo a sujeição marcada pelo polo da dominação e imposição de um certo modo de viver e, por outro lado, o polo no qual um indivíduo singular atua sobre si mesmo na constituição de si, a junção dessas duas partes como fases indivisíveis desse processo de dominação se constitui como uma sutura, sempre deixando marcas mesmo quando fere sem tocar a pele.

Neste sentido, apresentar algumas experiências singulares por meio de narrativas diversas se coloca como um aspecto fundamental para contar tais histórias em suas historicidades. Mas tomo em consideração as problematizações sobre a visibilidade da experiência e esta como categoria para a pesquisa histórica, o que me permite pensar sobre os riscos de naturalização, por exemplo, dos testemunhos de personagens como Anderson Herzer ou Paulo Collen, como se, por serem depoimentos de sobreviventes de tal processo, fossem a expressão de uma Verdade com poder explicativo geral. Afinal, “a experiência concebida por meio de uma metáfora de visibilidade, quanto por outro modo que tome o significado como

transparente, reproduz, mais que contesta, sistemas ideológicos”⁴⁷, como indica Joan Scott, e isso deve ser objeto de cuidado ao se observar fontes sensíveis como algumas que agencio nesta tese.

Entendo que tanto Michel Foucault quanto Judith Butler ampliaram a crítica nietzschiana à ideia de sujeito que alicerçou o projeto moderno ocidental. Viviane Mosé diz que para este pensador a história do pensamento filosófico ocidental é a história da cristalização da ideia de substância, e o “que sustenta a busca por conhecimento é a crença de que exista alguma coisa irreduzível, idêntica a si mesma, e que essa coisa é a essência da vida, o ser, a verdade. No entanto, a existência de uma essência do mundo é uma ficção: se a vida é uma luta, se toda configuração é provisória, então toda ideia de unidade é fictícia. A identidade é uma crença nascida do medo do caráter absolutamente transitório de tudo que vive”.⁴⁸

Os desdobramentos políticos, sociais, econômicos e jurídicos da composição do menor como sujeito infrator foram de longo alcance, isto é, produziram resultados diversos, como demonstrarei adiante por meio das obras de Evaristo de Moraes e Tobias Barreto, nas quais a ideia de discernimento, ancorada em certa concepção do sujeito racional, que origina suas ações como resultado direto do pensamento, foi uma concepção disputada no Direito Penal para definir a imputabilidade do menor entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do XX. A genealogia do menor foge justamente dessa concepção fundadora do sujeito e percorre as linhas de uma rede complexa que o fabricou.

Problematizando a relação entre linguagem e subjetividade, Butler pensa a produção social do sujeito como efeito da primeira, ou seja, o sujeito é definido socialmente a partir de diferentes marcadores sociais da diferença como classe-raça/etnia-gênero/sexualidade-idade/geração, sendo efeito de uma trama linguística e socialmente planejada para circunscrever e delimitar o trânsito e o intercâmbio existencial entre indivíduos distintos. Como a autora sugere na epígrafe deste texto, é importante destacar a diferença entre termos geralmente tomados como semelhantes: sujeito, indivíduo e pessoa. De acordo com suas palavras, “o sujeito é a ocasião linguística para o indivíduo atingir e reproduzir a inteligibilidade, a condição linguística de sua existência e ação. Nenhum indivíduo se torna sujeito sem antes se tornar subjetivado ou passar por uma ‘subjetivação’ [...]”.⁴⁹ O sujeito, portanto, é efeito do discurso e

⁴⁷ SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, fev. 1998, p. 302.

⁴⁸ MOSÉ, *Nietzsche e a grande política da linguagem*, p. 169-170.

⁴⁹ BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Tradução de Rogério Bettoni. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 19.

das relações sociais de poder. Na linha de Foucault, é preciso compreender discurso não apenas como um ato de fala ou um texto escrito, o que já não seria simples. Ele enfatiza que

analisando os próprios discursos vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos.⁵⁰

Com isto, Foucault apresenta uma tarefa intrigante para historiadores/as e filósofos/as: “não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”.⁵¹ Dito isto, como pensar as narrativas sobre o menor delinquente e infrator que emergiram no Brasil a partir de 1910 e que passaram por funcionamentos diversos ao longo das décadas seguintes, disputando verdades sobre tal sujeito e tornando-o uma “questão social”?

Dizer que o discurso é uma prática social, que institui os objetos de que fala, não significa dizer, de modo simplificado, que são as palavras que, em uma espécie de passe de mágica, criariam realidades nas quais determinados sujeitos iriam atuar. É preciso deslocar o olhar e perceber que na filosofia de Foucault não há uma oposição entre linguagem e realidade. Trata-se de uma ontologia crítica do presente que se constrói a partir de uma compreensão da linguagem não como um instrumento para representar o mundo e seus objetos, mas que a compreende como dotada de uma função atributiva e não apenas denotacionista, isto é, ela participa da produção do real não apenas o representando externamente, mas construindo-o peça por peça e sempre de forma contraditória e perspectiva.

É preciso levar em consideração que não há uma relação necessária, causal e natural entre as palavras e as coisas. No caso desta tese, é preciso indagar como e por que razões, em diferentes momentos, palavras diferentes foram agenciadas para caracterizar o menor, o qual foi nomeado algumas vezes como criminoso, abandonado, vagabundo, em situação irregular e delinquente, e em outros momentos como infrator. Com isso, posso pensar e estranhar a diferença instituída entre a criança e o menor.

⁵⁰ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p. 55.

⁵¹ Idem, p. 55.

Neste mapa em que uma palavra remete a outra, contradizendo-a, superando-a ou somando-se na definição de outro objeto, o procedimento rizomático permite pensar as recorrências em seu conjunto e cartografar diferenças como efeitos de relações de força em que nomear é dar a ler e reconhecer determinados modos de existência, mesmo para que sejam objeto de policiamento e exclusão. Disse acima que considero que a produção do sujeito em relações de poder e saber se dá em uma trama complexa que articula diferentes marcadores sociais da diferença, o que se justifica pelo fato de que busco compreender a intersecção desses marcadores de gênero, raça, classe e geração como definidores do menor infrator.

Entendo a interseccionalidade, ou categorias de articulação, conforme proposto pela antropóloga Adriana Piscitelli⁵², como uma noção construída no âmbito dos estudos das feministas negras para pensar as complexidades inerentes aos processos de opressão e dominação que não podem ser lidos apenas com a chave explicativa da classe social⁵³, nem tampouco com qualquer outra como gênero ou geração, tomadas isoladamente. Falar em marcadores sociais significa estar atento para as variadas linhas de força que produzem uma diferença que pode ser agenciada politicamente em termos de igualdade ou desigualdade, inclusão ou exclusão.

O que uma análise interseccional possibilita é que efetivamente a investigação consiga articular os diferentes marcadores para conseguir explicar certos fenômenos ou relações sociais em que a desigualdade ou a promoção de privilégios se expressem de maneira a perpetuar conflitos e hierarquias no tempo e espaço. Tal proposta tem como efeito analítico importante a “dissolução do sujeito universal autoconsciente”⁵⁴, isto é, passa-se a ler o sujeito como efeito de múltiplos atravessamentos. Mas um cuidado metodológico se faz importante, pois, como sugere Carlos Eduardo Henning,

não necessariamente é preciso desenvolver a análise de uma infinidade de marcadores em toda e qualquer análise social, mas atentar para o entrelaçamento daqueles que se mostram relevantes contextualmente, ou seja,

⁵² PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, Jul-Dez. 2008, p. 263-274.

⁵³ A socióloga Helena Hirata sistematiza uma discussão comparativa e crítica em relação às teorias da interseccionalidade e da consubstancialidade propostas, respectivamente, por Kimberlé Krenshaw, nos EUA, e por Danièle Kergoat, na França. “Embora ambas partam da intersecção, ou da consubstancialidade, a mais visada por Krenshaw no ponto de partida da sua conceitualização é a intersecção entre sexo e raça, enquanto a de Kergoat é aquela entre sexo e classe, o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas com diferenças bastante significativas. Um ponto maior de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização das formas de opressão”. HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça – Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, jun. 2014.

⁵⁴ Idem, p. 265.

partindo de análises atentas às *diferenças que fazem diferença* em termos específicos, históricos, localizados e, obviamente, políticos.⁵⁵

Para esta pesquisa compreendo que a articulação das categorias classe, gênero, idade/geração e raça são analiticamente relevantes, mas, ao longo do texto, funcionam de diferentes modos, pois a cada problematização de uma determinada série documental, um certo marcador precisará ser mais explorado que o outro. Ao problematizar a invenção social do rosto do menor, por exemplo, as chaves de gênero e raça precisarão ser mobilizadas de um modo mais intensivo.

“Não existe hierarquia de opressão”, como nos ensina Carla Akotirene, pois “já aprendemos, Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, ressignificadas pelas opressões”. E torna-se importante ressaltar que a interseccionalidade como alternativa de abordagem e compreensão das opressões estruturais não está desarticulada da ética e da política, pois “a interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões”.⁵⁶

Compreendo que tais categorias são ferramentas para entender as batalhas e disputas em um plano de imanência, sem recorrer a universalismos ou relativismos, mas atentando para a historicidade dos processos sociais em suas singularidades. Trata-se de pensar o social a partir não de categorias e conceitos que apelem para alguma expressão da metafísica, mas analisar as relações sociais a partir, do viver e do vivido, das produções e expressões individuais e coletivas que simbolizam, significam, organizam e estruturam determinados modos de pensar e agir no mundo a partir de certas referências éticas, corporais, estéticas, entre outras, que são sempre contingentes, historicamente localizadas, mas nunca o efeito copiado de estruturas ou essências transcendentais.

Deste modo, pode-se pensar como a invenção do menor delinquente e infrator por diferentes maquinarias da sujeição dos corpos e afetos só foi possível em um conjunto dado de relações alimentadas por uma economia política dos afetos, dos sentidos, dos significados e dos

⁵⁵ HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, Jul-Dez. 2015, grifos no original.

⁵⁶ AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019, p. 46 e 47.

modos de utilização e/ou negação de certas experiências e modos de vida, em favor de outros que disputavam a hegemonia nas esferas pública e privada. Procurarei privilegiar sempre a imanência nas análises apresentadas ao longo deste texto, daí a escolha metodológica das quatro figuras expostas anteriormente para pensar a complexidade da dobra entre subordinar para tornar sujeito e sujeitar-se (o verbo reflexivo faz-se mais que necessário) a fim de constituir-se como sujeito de desejos, resistências, potências.

O conjunto de narrativas que surgirá ao longo desse texto pode ajudar a questionar recorrências e permanências na abordagem do tema. Como dito anteriormente, esta pesquisa lança mão de um arquivo marcado pelo signo da multiplicidade de formas, suportes, narrativas, linguagens, cores, intensidades, proveniências e destinos. O problema de pesquisa pode ser formulado do seguinte modo: como e em que condições de possibilidade se inventou o menor infrator, cujo estatuto de sujeito foi definido conceitual e imagetivamente na sociedade brasileira especificamente em momentos em que propostas autoritárias, como aquela que se instituiu a partir da década de 1960 com o golpe civil-militar, fortaleceu uma maquinaria de nomeação e governo dos vivos? Mas, no procedimento arqueológico e genealógico que se propõe aqui, “não se toma como objeto de análise a arquitetura conceitual de um texto isolado, de uma obra individual ou de uma ciência em um dado momento”⁵⁷, mas busca-se cruzar, articular, embaralhar as diferentes peças e ao mesmo tempo separá-las e organizá-las de outro modo, a fim de problematizar os diversos modos de tornar “o menor” visível e dizível. Não se procura, enfim, fazer síntese alguma, mas dar espaço para as multiplicidades tomadas como substantivos. Afirmar as diferenças por meio de distintas estratégias de descrição e análise é o efeito analítico desejado. A pesquisa se debruça sobre um arquivo heteróclito, problematizando as procedências e as diferentes formas dos conteúdos e os conteúdos das formas.

Mais do que a soma de um conjunto de textos, imagens, sons, escritas pessoais ou institucionais, esta genealogia do menor infrator mobiliza uma variedade documental, mas não para dizer que isto é a expressão ou testemunho da identidade do menor, e sim para questionar tal identidade como efeito de uma complexa rede de dominação. Não se trata ainda de circunscrever o arquivo às instituições que se apoderaram de certos materiais, impuseram regras para garantir ou inviabilizar o acesso, nem tampouco se trata das regras de organização técnica de arrumação de uma materialidade dispersa que deve assim ser preservada para fins de “fidelidade” ou reorganizada por critérios de publicidade e conservação. Busco problematizar como narrativas tão diversas, com proveniências tão distintas e redes de circulação tão

⁵⁷ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p. 66.

específicas se articularam, se questionaram, disputaram entre si uma verdade sobre o menor, sobre as condições de sua constituição mediada uma vez pelo signo da anormalidade patológica, da criminalidade na esfera pública, do desvio como comportamento dissonante ou ainda como delinquente frente às tecnologias de correção que falharam em suas promessas.

Nesse arquivo se situa a dramaturgia de um Plínio Marcos ostracizado pela crítica especializada, mas cuja potência narrativa deu a ler as vidas dos meninos infames com seus desejos e crimes; toda uma sociologia da delinquência infantil que, por sua vez, desempenhou papel estratégico para nomear, definir e criar uma visibilidade para o “decente malandro”, no dizer de Maria Lúcia Violante⁵⁸, ou os “pequenos bandidos”, na afirmação de Rinaldo Arruda.⁵⁹ Trata-se de um arquivo pulsante nas imagens de Pixote criadas por Hector Babenco e seu desejo de realidade, sua ânsia documental possibilitando uma leitura sobre as banalidades mais sensíveis e poéticas como os encontros afetivos de Lilica e sua trupe, mas também as imagens de horror e violência nos assassinatos e estupros de “vidas nuas”, expostas demais, vulneráveis a todo tipo de vontade de exterminá-las. Um arquivo sem “razão” alguma que o estructure de ponta a ponta – se por razão se queira entender uma “ideologia” ou uma “teleologia” –, mas pura superficialidade e multiplicidade, pois antes de tudo o arquivo é a lei do que pode ser dito, um sistema que regula a aparição de enunciados, funcionando menos como vetor de conservação de algo a ser memorizado, e mais como algo que suscita os acontecimentos que se materializam e se metamorfoseiam no tempo e espaço. Antes de tudo o arquivo se constitui como sistema de enunciabilidades possíveis.⁶⁰

Mesmo quando determinada fala rasura a ordem do discurso institucionalizado e sedentarizado por organizações do Estado ou outras instituições de conservação e controle, mesmo quando um discurso se interpõe, esse só funciona ancorado em outros sistemas que tornam possível sua fala, pois todo discurso é um “já-dito” que nem sempre é identificável e mapeável em um primeiro olhar. O arquivo composto por diferentes imagens e narrativas sobre o menor infrator deve ser visto não como unidade, mas como multiplicidade densa, tensionada, contraditória e sem sínteses. Pura diferença.

Os modos de conformar a “questão” do menor, fosse desenhando o perfil físico do criminoso com marcas corporais e em sua estrutura óssea à moda de Lombroso; fosse descrevendo características psicológicas que partiram do anormal ao delinquente, incluindo as

⁵⁸ VIOLANTE, Maria Lúcia. *O dilema do decente malandro: a questão da identidade do Menor* – FEBEM. 2ª ed. revista. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1983.

⁵⁹ ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *Pequenos Bandidos: um estudo sobre a gestação dos menores infratores na cidade de São Paulo*. São Paulo: Global Ed., 1983.

⁶⁰ Sobre o conceito de arquivo, cf. FOUCAULT, *A Arqueologia do Saber*, p. 146-147.

“desestruturações” familiares que ocasionariam processos de marginalização conforme se lê em Arthur Ramos; fosse ainda por meio de relatos sobre os modos de convivência dos menores no interior das instituições ou no cotidiano das cidades como se poderá ver em trechos sobre a FEBEM, na escrita de Herzer, nas imagens de Pixote, entre outros materiais, tudo isso e mais um pouco ajuda a pensar que este arquivo se compõe de diferentes conexões, atravessamentos, transbordamentos e interferências.

A presença de uma lei que organiza o arquivo não é impeditiva das forças que se interpõem no processo de arquivamento. Mas, na medida em que o arquivo suscita, produz, incita e faz circular um conjunto de narrativas, existe um princípio arcôntico (tomada do arquivo por uma pulsão de morte, destruição) que faz parte de sua estrutura, como diz Jacques Derrida.⁶¹ A partir de sua impressão freudiana do arquivo regido por um princípio arcôntico, isto é, essa tensão entre pulsão de conservação e pulsão de morte, pode-se pensar as relações de força que inviabilizam a circulação de certos materiais, pois “não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior”. Penso na escrita malcriada, no deboche e na crítica radical de Plínio Marcos aos modos de atuação das instituições de acolhimento e recuperação dos menores. Mas tal narrativa pouco espaço parece ter ocupado no mercado editorial, sendo as peças e novelas como *Querô* impressos por conta própria e vendidos pelas ruas de São Paulo. O arquivo não somente produz e conserva, mas inibe, inviabiliza, pois que certas tramas e imagens podem dar a ler modos de existência e formas de vida que o fascismo pretende relegar ao esquecimento ou a uma invisibilidade estratégica. Ocorre que “a estrutura técnica do arquivo *arquivante* determina também a estrutura do conteúdo arquivável em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivamento tanto produz como registra o evento”.⁶²

Temporalizações

Tomando as fontes como raridades, procuro compor um mapa das transformações que às vezes sorrateiramente, ora em solavancos e sobressaltos, engendraram múltiplas peças com pesos e espessuras diversas que foram articuladas em máquinas de falar, bater, xingar, governar, penalizar, normalizar, diagnosticar, paralisar, morder, acelerar, matar, abusar, sucumbir, educar, resistir insidiosamente captadas pelo dispositivo da menoridade, ganhando mais ou

⁶¹ DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: impressão freudiana*. Tradução Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

⁶² DERRIDA, *Mal de arquivo*, p. 29.

menos visibilidade social. Esse imenso tabuleiro disputado por religiosos, políticos, militantes, intelectuais e pelos próprios indivíduos que tiveram inscritos em seus corpos os sinais de uma sujeição na condição de *menores*, dá o tom das ameaças em curso, mas não lida somente com a análise das violações vividas, mas também das produções capciosamente engendradas no tempo. Daí que temporalizar e espacializar tal dispositivo torna-se relevante.

De início, penso que esta tese não possui, a rigor, um “recorte” temporal e espacial se por isto for entendido um enquadramento de certo conjunto de acontecimentos e processos históricos entre duas datas, a fim de estabelecer os contornos de um objeto de estudo. Entretanto, o presente texto se estrutura a partir da delimitação de um conjunto de séries que são compostas por monumentos com diversas materialidades e suportes e, assim, operacionaliza uma temporalização e uma espacialização do objeto de estudo a partir da problematização proposta. O foco recai no período entre as décadas de 1960 a 1980, mas, compreendendo que a temporalidade, tal como os signos, é vazada e constituída por múltiplas dobras, permanências, repetições, atualizações, transformações e fissuras, procuro ver as estratificações diversas, uma vez que parece leviano dizer que a invenção do menor se deu em uma teleologia ou em uma destinação intransponível.

Por meio da metáfora espacial dos “estratos”, Reinhart Koselleck se propõe a elaborar uma teoria dos tempos históricos que mapeie os “diferentes planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente”.⁶³ Sendo o arquivo da pesquisa variado e volumoso, faz-se preciso operar por recortes que, na historiografia, tem se convencido chamar por espacial e temporal.⁶⁴

⁶³ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução de Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, p. 9.

⁶⁴ Sobre o recorte na pesquisa, acredito ser interessante a seguinte reflexão de Foucault na construção da abordagem arqueológica: “Fora de cogitação, entretanto, está o fato de se poder descrever, sem limites, todas as relações que possam assim aparecer. É preciso, numa primeira aproximação, aceitar um recorte provisório: uma região inicial que a análise revolucionará e reorganizará se houver necessidade. Mas como circunscrever essa região? Por um lado, é preciso, empiricamente, escolher um domínio em que as relações corram o risco de ser numerosas, densas e relativamente fáceis de descrever [...]. Mas, por outro lado, como se dar o máximo de chances de tornar a apreender, em um enunciado, não o momento de sua estrutura formal e se duas leis de construção, mas o de sua existência e das regras de seu aparecimento, a menos que nos dirijamos a grupos de discursos pouco formalizados, onde os enunciados pareçam se engendrar necessariamente segundo regras de mera sintaxe? Como estarmos certos de que escaparemos de recortes como os da obra, de categorias como as da influência, a menos que proponhamos, desde o início, domínios bastante amplos, escalas cronológicas bastante vastas? Finalmente, como estarmos certos de que não os prenderemos a todas essas unidades ou sínteses pouco refletidas que se referem ao sujeito falante, ao sujeito do discurso, ao autor do texto, enfim, a todas essas categorias antropológicas? A menos, talvez, que consideremos o conjunto dos enunciados através dos quais essas categorias se constituíram – o conjunto dos enunciados que escolheram como ‘objeto’ o sujeito dos discursos (seu próprio sujeito) e que se dispuseram a desenvolvê-lo como campo de conhecimentos? Assim se explica o privilégio real que dei a discursos dos quais se pode dizer, muito esquematicamente, que definem as ‘ciências do homem’”. FOUCAULT, *A Arqueologia do saber*, p. 33-34.

“Espaço e tempo representam, como categorias, as condições de possibilidade da história. Mas também o ‘espaço’ tem uma história”, diz Koselleck.⁶⁵ “O espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente”, continua o autor. Penso o espaço como produção da própria experiência individual e coletiva, não naturalizado, embora a relação entre cultura e natureza seja simultânea e superposta em conjunturas diversas.

Entendo-o como categoria mobilizada pela imaginação, intuição e critério metodológico do historiador para analisar de que modo certas práticas cindiram marcações entre “este” e “esta”, “aquilo” e “aquele”, “meu” e “dela”, “dele” e “nosso”. Encaro o espaço como categoria para cartografar as produções espaciais em seus intercruzamentos, interpenetrações, divisões, contragolpes e efeitos de separação e justaposição, não apenas no sentido geográfico físico, mas igualmente simbólico e relacional.

Entre os discursos construídos para definir e exercer poder sobre o menor houve diferenças, uma vez que alguns foram produzidos nos espaços técnicos e burocráticos do legislativo e do executivo no âmbito do Estado, sendo arquitetados em documentos jurídicos “oficiais”. Por outro lado, houve aqueles que foram elaborados, agrupados, tensionados, divididos e visibilizados em ruas, praças, manifestações, emissoras de televisão, cinema, literatura, instituições de aprisionamento presentes em lugares como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Assim, entendo por espacialização de um objeto de pesquisa a definição e delimitação artesanal de territorialidades como espaços que vinculam experiências e oportunizam intercâmbios, transformações, tensões e intensidades diversas, as quais participam da produção de sujeitos via normatização e controle por instituições distintas, mas compreende ainda os processos nos quais os indivíduos *se* constituem como sujeitos a partir de certas práticas que exercem sobre si mesmos.

A epígrafe de Agamben nesta introdução traz a problemática: “de quem e do que somos contemporâneos?”, pois tornar-se contemporâneo pressupõe uma certa discronia, dissociação e desconexão com o atual, para melhor enxergar as heterocronias que sorrateiramente operam no presente.⁶⁶ “Aqueles que coincidem plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem

⁶⁵ KOSELLECK, *Estratos do tempo*, p. 77.

⁶⁶ A respeito disso, Marlon Sarlomon discute sobre a temporalidade em história nos seguintes termos: “habitado ao tempo unívoco, liso, coeso, incolor, orientado, sucessivo, encadeado, axial, progressivo, cumulativo, o espírito historiográfico parece hesitar diante da própria ideia de um tempo histórico formado por uma série de tempos, constituído por inúmeras linhas e camadas do tempo, composto por diversas dimensões e por um emaranhado de temporalidades”. Cf. SARLOMON, Marlon (org.) *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018, p. 9.

vê-la”.⁶⁷ Frente a tal desafio, afirma-se a relevância da pesquisa e do ensino de história para sacudir a cultura histórica, desfazendo as evidências para criar outros modos de ver, pensar e reconhecer a si e aos outros. Dos espaços em que se habita, dos tempos que nos enredam, é possível apreender possibilidades para pensar sobre a contemporaneidade do não contemporâneo, a simultaneidade do não simultâneo, isto é, estranhar o nosso presente e situá-lo na rede em que o passado é disputado, ressignificado e usado tendo em vista objetivos do presente e promessas de futuro.

A temporalização em história é efeito de uma elaboração ficcional, artesanal, intuitiva, imaginativa e metodologicamente orientada pela leitura das fontes. Durval Muniz de Albuquerque Júnior indica que o historiador é um “tecelão das temporalidades”, uma vez que o tempo é sempre perspectivo na operação historiográfica que fabrica a história como discurso sobre o passado. “Historiografia exige o exercitar da imaginação, da capacidade de estabelecer conexões entre os estilhaços do passado, de preencher as lacunas entre os eventos, necessita do exercício da capacidade de ficcionalizar, de intuir articulações daquilo que só nos chega em pedaços”⁶⁸, ressalta o autor. Imaginação, sensibilidade, ficção: o trabalho solitário da pesquisa e escrita da história é mediado pela atenção ética e política com as histórias e os seres humanos do passado, mas também alimentado pela força afirmativa do pensamento que não apenas racionaliza e esquematiza, mas sente, intui, se afeta e produz um texto que, mais do que gerar interpretações sobre o passado, pode efetuar cortes nas narrativas históricas dominantes, possibilitando que a leitura crítica do mundo produza a seu modo certas percepções e afetos.

Neste sentido, compreendo por temporalidade não a cronologia de fatos e acontecimentos estabelecidos em determinada ordem de causa e efeito, mas um recurso heurístico para cartografar experiências individuais e coletivas do passado. Apesar de que o “tempo” como conceito tem sido objeto fugidivo, intrigante e de difícil definição na história do pensamento filosófico no Ocidente desde Santo Agostinho, penso que o tempo e a temporalidade são categorias orientadoras na problematização de experiências históricas, constituindo-se como instrumentos para pensar as multiplicidades que habitaram e habitam os diferentes passados-presentes-futuros.

⁶⁷ AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Tradução: Vinícius de Castro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 59.

⁶⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*, ano 4, n. 19, Rio, 2009.

Se o trabalho de produção do discurso historiográfico⁶⁹ é mediado por um *lugar*, uma *prática* organizada em um conjunto de procedimentos técnicos, metodológicos e princípios epistemológicos e uma *escrita* (uma literatura), Michel de Certeau⁷⁰ nos lembra de que a tessitura dessa narrativa se dá em um espaço entre a *estrutura do passado histórico* e a *estrutura do presente* historiográfico, uma vez que tal relação media uma diferença entre o passado e o presente. Um dos aspectos do trabalho do historiador se refere a “fazer aparecer” uma alteridade que, em sua emergência, relativiza o presente. Isto efetua-se na medida que organiza uma ausência que, por sua vez, é condição para a historiografia.

Portanto, entendo que a definição de certo “recorte” temporal e espacial para analisar o dispositivo da menoridade e as diferentes enunciabilidades que emergiram em determinado período para conformar um corpo, um rosto, um gênero/sexo e uma idade para o menor infrator é, por assim dizer, efeito de um problema de pesquisa e não se refere a uma análise exaustiva de um período.⁷¹ Em outras palavras, digo que tal recorte espacial e temporal está a serviço de uma problematização e não o contrário. É somente por meio de uma problematização que pretenda mapear transformações e permanências que o “recorte” ganha viabilidade e relevância teórico-metodológica. Deste modo, pode-se evitar duas banalizações na escrita da história: a) um cronologismo residual incapaz de analisar o tempo histórico como contingente, dissonante, complexo e teoricamente fugidio; b) um regionalismo metodológico que parte da simplificação e de uma visão muitas vezes anacrônica do espaço como mero “cenário” em que determinados acontecimentos e processos ocorreram, quando a própria ideia de cenário já poderia ser intuída como categoria chave para pensar como o espaço também é espacializado, constituído, fabricado, imaginado, territorializado, habitado, medido, recomposto e atravessado por fluxos nômades ou forças sedentárias que definem seus contornos. Assim, muito mais do que ocupar um espaço “já” dado e sempre “aí”, espacializa.

Confabulações

Todo gesto de escrita se constitui, por condição, como um procedimento de articulação de elementos dispersos. Por mais solitário que seja o gesto de construção de um texto, ele

⁶⁹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 45-114.

⁷⁰ CERTEAU, Michel de. História e Estrutura. In. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução de Guilherme João Teixeira de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 163-178.

⁷¹ Sobre a diferença entre o estudo de um problema e o estudo de um período, cf. FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem. In. *Ditos & Escritos, volume IV: Estratégia, Poder-Saber*. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 316-327.

também é necessariamente polifônico, pois muitos saberes, vozes, “opiniões”, conceitos, ideias e afetos são agenciados conscientemente ou não quando alguém se põe a escrever. Um escritor nunca está sozinho e do mesmo modo um pesquisador também nunca está. Não somente os mortos nos chegam por meio de seus relatos, imagens ou sons arquivados por outrem. As companhias que fazem parte da jornada e que podem habitar continentes distantes nos chegam de modos diversos na oficina da história.

Uma vez que escrever um trabalho historiográfico exige sempre a promoção de uma conversa entre pares, suscitando um diálogo entre partes diferentes e com recursos e repertórios distintos, mobilizo nas linhas a seguir um conjunto de operações analíticas sobre a história do menor delinquente e infrator que já foram traçadas na historiografia da infância. É verdade que há um verdadeiro campo historiográfico que se voltou para os problemas da infância e nisso a figura do menor não se apresenta como novidade.

Muito se tem acumulado de análises sobre o problema social do menor: as políticas e instituições de recuperação e ressocialização de adolescentes infratores; os diferentes saberes articulados para definir o menor como sintoma de uma desvio social, signo de uma anormalidade constitutiva ou a dobra de uma patologia social mais ampla; tem-se dito coisas relevantes sobre as relações de poder e de violência em espaços como o Instituto Disciplinar, patronatos agrícolas, FEBEMs, Fundação Casa, entre outros; tem-se escrito e analisado amplamente os processos de sujeição que diferenciaram *as* menores e *os* menores na história do Brasil, onde a esfera pública foi “ameaçada” pelo terror da criminalidade e habitada pelo menor/menino, enquanto as meninas/as menores foram mobilizadas para zonas de sujeição mais vinculadas ao trabalho doméstico, na esfera privada; assim como foi feito todo um amadurecimento analítico sobre as políticas de assistência, educação, saúde, esporte, lazer e acesso à Justiça que muito contribuem para uma Sociologia das infâncias e juventudes.

Contudo, tenho a impressão de que até o momento persiste um silêncio sobre o estatuto de sujeito inventado para este indivíduo nomeado como “o menor”, o que implica de início uma designação de gênero e um recorte etário. Isto implicou ainda, como mostrarei nas páginas a seguir, em uma racialização, a fabricação de um rosto para o delinquente, assim como a atribuição de uma sexualidade permitida nos espaços de institucionalização, como as histórias de Anderson e Lilica nos permitirão pensar. Contudo, antes de analisar o que já foi dito sobre o menor na história e historiografia da infância, creio ser preciso abrir um espaço ligeiro, uma fenda rápida e sorrateira, que permita estranhar a própria noção de infância.

“Se a noção de infância não é, portanto, nenhuma categoria dita natural, mas é, sim, profundamente histórica, cabe porém ressaltar que entre pensamento filosófico e infância as ligações são estreitas e tão antigas como a própria filosofia, o que não invalida a historicidade nem da noção de infância, nem dessa estranha disciplina que ninguém consegue definir direito, a filosofia”, diz Jeanne Marie Gagnebin, reconhecendo que a emergência da infância tem sido geralmente localizada no século XVIII na Europa, mas iniciando um trajeto mais longo e recuado pela história da infância na filosofia ocidental.⁷²

Passando em revista diferentes pensadores, Gagnebin mostra que a infância ora foi pensada como “um mal necessário, uma condição próxima do estado animalesco ou primitivo” (Platão e Santo Agostinho), necessitando assim de um pastor porque a criança seria, entre os animais, “o mais intratável”, ora sendo lida como “um lugar da perdição e de confusão” e como ausência da razão (René Descartes), ou ainda vista pela ótica do conflito entre uma natureza lida como moralmente inocente e boa e uma civilização arbitrária e deturpadora da ingenuidade e pureza da infância (Jean-Jacques Rousseau). Eis que a concepção da infância e dos infantes foi marcada filosoficamente por um estatuto paradoxal: são seres humanos sim, mas privados de fala, ou seja, “privados daquilo que, segundo toda a tradição metafísica ocidental, é o próprio do homem: a linguagem, portanto a razão, linguagem e razão que permitem a instituição de uma ordem política. Lembremos que *logos* significa, indistintamente, ambos os conceitos, que não há, portanto, linguagem sem uma racionalidade nela inscrita, nem razão que não possa se dizer e se explicitar em palavras”.⁷³

Do ponto de vista etimológico,

a palavra “infância” não remete primeiro a uma certa idade, mas, sim, àquilo que caracteriza o início da vida humana: a incapacidade, mais a ausência de fala (do verbo latim *fari*, falar, dizer e do seu particípio presente, *fans*). A criança, o *in-fans* é primeiro aquele que não fala, portanto aquele animal monstruoso (como o dizia Lyotard), no sentido preciso de que não tem rugido, nem canto, nem miar, nem latir, como os outros bichos, mas que tampouco tem o meio de expressão próprio de sua espécie: a linguagem articulada.⁷⁴

O que caracterizaria a infância seria essa espécie de “ausência primordial”. Da mesma forma que Platão, “Descartes reivindica, portanto, o direito de criticar a tradição e o direito à independência da razão, o que implica uma reforma da educação. Como Platão ainda, Descartes só quer salvar da infância o que a educação tradicional geralmente não percebe: a saber, o brotar

⁷² GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e pensamento. In. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 169.

⁷³ Idem, p. 172.

⁷⁴ Idem, p. 172.

de uma razão balbuciante que, muitas vezes, é sufocado pelo acúmulo de informações escuras e paradoxais. Já que existe esse período infeliz da infância, devemos nos apressar em nos livrar dele da melhor maneira: isto é, criando as condições propícias ao crescimento rápido da luz natural da alma, do *nous* platônico, da *razão* cartesiana, para enfim nos tornarmos adultos; isto é, como o dirá Kant, sem medo de usarmos nosso entendimento, sem medo de sermos independentes e autônomos, sem medo de sairmos da minoridade”.⁷⁵

Ainda no campo da filosofia ocidental e não exatamente entre os estudos de história da infância propriamente, a obra do italiano Giorgio Agamben⁷⁶ parte igualmente da problematização da relação da infância com a linguagem para constituir como objeto de análise a voz humana. Diz o autor: “É significativo que justamente uma reflexão sobre a infância tenha conduzido o autor a uma pesquisa sobre a voz humana (ou sobre sua ausência). A in-fância que está em questão no livro não é simplesmente um fato do qual seria possível isolar um lugar cronológico, nem algo como uma idade ou um estado psicossomático que uma psicologia ou uma paleoantropologia poderiam jamais construir como um fato humano independente da linguagem”. Deste modo,

se a condição de cada pensamento é avaliada segundo o seu modo de articular o problema dos limites da linguagem, o conceito de infância é, então, uma tentativa de pensar estes limites em uma direção que não é aquela trivial, do inefável. O inefável, o “inconexão” [*irrelato*] são de fato categorias que pertencem unicamente à linguagem humana: longe de assinalar um limite da linguagem, estes exprimem seu poder pressuposto, de maneira que o indizível é precisamente aquilo que a linguagem deve pressupor para poder significar.⁷⁷

Com esse *experimentum linguae* é que a infância aparece como possibilidade de pensar os limites da linguagem não buscando elementos externos a ela, visando capturar uma experiência de referência, mas, justamente, a partir dessa característica de uma autorreferencialidade da linguagem pensada em sua zona limite. Do ponto de vista de uma pesquisa como a que proponho a respeito da invenção do menor infrator que se debruça sobre diversas narrativas, este autor suscita atenção redobrada aos limites, asperezas, materialidades e intransigências da linguagem na constituição de certas experiências. Assim, torna-se possível para Agamben fazer a crítica da concepção de sujeito em Descartes – tendo em vista que no cartesianismo o sujeito “nada mais é que o sujeito do verbo, um ente puramente linguístico-

⁷⁵ Idem, p. 175.

⁷⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História*. Destruição da experiência e origem da história. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

⁷⁷ Idem, p. 10-11.

funcional” cuja duração é coincidente com o tempo de sua enunciação⁷⁸ – assim como à ideia de sujeito metafísico até o cogito kantiano.

Terá sido a infância, como objeto conceitual, também colonizada por um imperialismo epistemológico que tinha como um pressuposto constitutivo certa concepção de sujeito, razão, linguagem e corpo? A respeito de tal questão, Antônio Miguel discute sobre a possibilidade de descolonizar a infância.⁷⁹ Se a infância foi significada etimologicamente a partir de certa concepção da linguagem como emancipação e conquista da maioridade, talvez os historiadores do tema devam assumir o desafio de fazer com que a infância gagueje, com que seus saberes sobre a infância apenas balbuciem, permitindo, assim, pensar outras linguagens, expressões, modos de constituição de si e do outro a partir de estratégias diversas de codificação.

Trata-se de descodificar a forma-infância a partir dos critérios com os quais aprendemos a lidar com ela e, assim, derrubar o castelo de cartas, o edifício conceitual, desfazendo o teto de vidro no qual projetou-se historicamente ideias essencializadoras da infância (e da criança) como idade da vida ou como experiência com o mundo.⁸⁰ Miguel destaca que tal empreitada pode ser encarada a partir de uma mirada pós-colonial, na medida em que “os discursos pós-colonialistas são discursos limítrofes que se constituem nas fronteiras, por sujeitos limítrofes de carne e osso, praticantes de línguas fronteiriças e que são muitas vezes discriminados até mesmo por outras comunidades fronteiriças que se constituem em todos os domínios territoriais nacionais ou de outra natureza”.

O perigo de essencializar a infância dentro da abordagem colonizadora consiste no fato de que

tal método estrutural que opera com o propósito de se buscar estruturas invariantes por trás de transformações que dão visibilidade às diferenças, permite que mãos inescrupulosas, carregadas de desejo de poder, suponham a existência de *scripts* estruturais outros justamente para apagar as diferenças, reduzindo-as a um rosto típico comum: novo poder colonial do Ocidente científico, tanto sobre o Oriente quanto a si próprio, desejoso de identificar supostas purezas ou impureza comuns a fim de criminalizar supostas impurezas comuns de pessoas comuns e salvar uma suposta pureza comum de pessoas supostamente incomuns.⁸¹

⁷⁸ Idem, p. 31.

⁷⁹ MIGUEL, Antônio. Infâncias e pós-colonialismo. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 128, p. 629-996, jul-set. 2014.

⁸⁰ Para uma discussão importante acerca das transformações de abordagem da infância e da criança na Sociologia da Infância, com espaços para a interferência da filosofia pós-estruturalista e pós-colonialista, cf. ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In. FARIA, Ana Lúcia Goulart & FINCO, Daniela. *Sociologia da infância no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, pp. 17-36. Para uma focalização no debate infância e raça a partir da sociologia da infância, cf. NUNES, Míghian Danae Ferreira. Sociologia da infância, raça e etnografia: intersecções possíveis para o estudo das infâncias brasileiras. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 2, p. 413-440, 2015.

⁸¹ MIGUEL, *Infâncias e pós-colonialismo*, p. 865.

Portanto, em sua elaboração teórica e imagética no imaginário ocidental, eis que a infância apareceu quase sempre, nas múltiplas cenas em que foi convocada como objeto a ser descrito e (re) visto, como uma alteridade radical em relação à razão. Isto foi traduzido na belíssima e instigante expressão cunhada por Amadeu Weinmann sobre a configuração da infância na interface filosofia e educação a partir de Comenius, Rosseau e Freud na frase: *Infância – um dos nomes da não razão*, constituindo uma das linhas de força para a significação da infância como o lugar do negativo e da falta, fosse por sua ausência constitutiva de linguagem articulada ou desequilíbrios e ausências de toda sorte que sobre ela viria se projetar.⁸²

Diante dessa vontade de saber seria possível desterritorializar a infância, isto é, a “forma-infância” hegemônica, com suas conotações etárias, raciais, sexuais, de gênero, estéticas e políticas? Ana Lúcia Heckert adverte que “a universalização da noção de infância colocou na sombra a diversidade de modos de experimentar a vida, as raridades” do devir criança em sua possibilidade de variação, de diferenciação em relação a tal modelo instituído e que efetivamente se constitui como uma ficção útil. Para além do contraponto “criança x menor”, talvez fosse preciso pensar modos de “minorar a infância” e desenhar infâncias menores, não hegemônicas, não condizentes com o rosto normalizado no esquema “infância-cidadão-consumidor”. Pensar uma infância menor como rota de fuga em relação às armadilhas da “ciência”, do capital e das políticas de subjetivação. Assim, “convocar a afirmação da infância como experimentação, e não como fase ou etapa do desenvolvimento, é afirmar a positividade da abertura infinita para pensar e fazer diferentemente do que se faz e se pensa”.⁸³

Neste sentido, questionar as imagens e significados atribuídos à infância a partir de toda uma retórica do cuidado e do zelo, que tendem a recolocar a criança na condição subalterna e coadjuvante, se torna relevante para analisar as diferentes confabulações e conversações que constituíram e constituem a historiografia sobre o tema como canteiro de estudos, assim como também para perceber os sentidos conferidos à infância e os procedimentos para fabricá-la como objeto de investigação.

⁸² WEINMANN, Amadeu de Oliveira. *Infância: um dos nomes da não razão*. 259 fls. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

⁸³ HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Por uma infância menor. In. LOBO, Lília Ferreira & FRANCO, Débora Augusto (org.). *Infâncias em devir: ensaios e pesquisas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, pp. 325-340.

Diferentemente de uma mirada mais plural e aberta, a historiografia da infância que surgiu a partir dos anos 1960 tomou outros caminhos, o que se explica pelo momento em que surgiu e as condições de pesquisa que lhe deram sustentação inicial dentro das renovações pretendidas pelos Annales, no caso francês. Neste cenário, a obra de Philippe Ariès⁸⁴ constitui um clássico, com todos os elogios e críticas que geralmente se faz a um intelectual que recebe essa pecha. Em 1960, ele publicou na França e nos Estados Unidos o livro *História social da criança e da família*, um dos estudos pioneiros que pôs o tema infância na cena. Sendo um demógrafo histórico, Ariès propôs um tema novo e usou diferentes fontes documentais que contemplavam especialmente a literatura e pinturas desde o Medievalismo à Renascença.

A tese de Ariès é a de que a infância, ou melhor, o “sentimento de infância”, não existia até a Idade Média, uma vez que “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância naquele mundo”.⁸⁵ Diz ele que tal sentimento surgiu no século XVII e isso “não significa o mesmo que afeição pelas crianças”, correspondendo mais a uma espécie de “consciência da particularidade infantil” e seria essa que distinguiria “essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem”.⁸⁶

Um dos desafios postos à historiografia da infância refere-se à ampliação dos estudos que demonstrem a multiplicidade das culturas infantis, assim como metodologicamente construam instrumentos em que não se prossiga falando sobre as crianças e suas infâncias, mas dialogando com as crianças como interlocutoras diretas de suas experiências. Isto se torna importante na medida em que, como discute Liana Sodré, “muitas pesquisas discorrem sobre as crianças e a infância a partir de olhares de adultos”⁸⁷, sendo vistas de fora e muitas vezes tornando-se “alvo de propostas espúrias que refletem mais o imaginário do adulto do que o infantil”.

Voltando seu olhar para a historiografia, Collin Heywood, posteriormente, destaca o papel marginal que a criança ocupou durante longo tempo na história do Ocidente, vindo a se tornar um objeto de estudo mais difundido em um período relativamente recente. O autor dialoga com o medievalista James A. Schutz para pensar como desde o mundo antigo até o

⁸⁴ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

⁸⁵ ARIÈS, p. 17.

⁸⁶ ARIÈS, p. 99.

⁸⁷ SODRÉ, Liana Gonçalves Pontes. A participação das crianças de movimentos sociais em projetos educacionais: um estudo de caso. In. VASCONCELOS, Vera Lúcia Ramos de & SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). *Infância (in) visível*. Araquara, SP: Junqueira & Marin, 2007, p. 141.

século XVIII, as crianças foram consideradas como uma figura marginal no mundo adulto.⁸⁸ Entende que até os anos 1950 ainda eram poucos os profissionais da história dedicados ao estudo da infância e uma parte considerável dos trabalhos era de caráter marcadamente institucional, “descrevendo o surgimento dos sistemas escolares, a legislação sobre trabalho infantil, as agências especializadas em delinquentes juvenis, os serviços de bem-estar infantil e assim por diante”, sendo que as próprias ideias de infância e criança eram pouco tematizadas.⁸⁹ Destaca o estudo de Ariès como sendo um daqueles que possibilitou o reconhecimento da construção social das categorias infância e criança, e discute com uma série de especialistas sobre a repercussão da obra do demógrafo francês. Destaca as críticas ao argumento de Ariès, tendo em vista a possibilidade de pensar a diversidade de experiências de pessoas com pouca idade em diferentes momentos do passado. O fato de o recorte de Ariès ter privilegiado muito mais a infância articulada à aristocracia também foi alvo de crítica, uma vez que sendo seu argumento muito amplo e geral fazia-se necessário pensar também experiências de grupos populares.

É desse modo que Heywood estrutura as seguintes críticas ao trabalho de Ariès: a) “os críticos o acusam de ingenuidade no trato das fontes históricas, e são particularmente severos em relação a suas evidências iconográficas. Ariès fez a famosa afirmação de que, até o século XII, a arte medieval não tentou retratar a infância, indicando que ‘não havia lugar’ para ela em sua civilização [...]. Ninguém questiona a ideia de que as crianças costumam estar ausentes da arte da Alta Idade Média. No entanto, como observa Anthony Burton, a concentração nos temas religiosos fez com que muitas outras coisas também estivessem ausentes, notadamente ‘quase toda a vida secular’, o que impossibilita que se isole a criança como ausência significativa”⁹⁰; b) “os críticos de Ariès apontam para seu caráter extremamente ‘centrado no presente’. Com isso, querem dizer que ele buscou evidências da concepção de infância do século XII na Europa medieval. Como não encontrou indícios, passou diretamente à conclusão de que o período não tinha qualquer consciência dessa etapa da vida. Nas palavras da historiadora Doris Desclais Berkvam, isso deixa aberta a questão da possibilidade da existência, na Idade Média, de ‘uma consciência da infância tão diferente da nossa, que não a reconhecemos’”⁹¹; c) “os historiadores não hesitaram em considerar exagerada a tese de Ariès sobre a completa ausência de qualquer consciência da infância na civilização medieval, sendo rápidos na demonstração de várias

⁸⁸ HEYWOOD, Colin. *Uma História da Infância: da Idade Média à Época Contemporânea*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

⁸⁹ Idem, p. 13.

⁹⁰ HEYWOOD, p. 24.

⁹¹ Idem, p. 26.

formas nas quais havia, pelo menos, algum reconhecimento da ‘natureza específica’ da infância”⁹²; e, uma quarta crítica, d) “uma contraposição ainda mais pungente à conclusão de Ariès de que o período medieval carecia de uma consciência da infância surge da herança do discurso greco-romano sobre o sujeito. O latim medieval adotou a tradição hipocrática de se dividir a infância em três etapas: *infantia*, do nascimento aos 7 anos; *pueritia*, dos 7 aos 12 anos para meninas, e dos 7 aos 14 para meninos; e *adolescentia*, dos 12 ou 14 até os 21. O discurso também funcionava como meio para o pensamento clássico sobre as idades do homem. Alguns dos esquemas disponíveis aos estudiosos tratavam detalhadamente da infância”.⁹³

No âmbito da historiografia latino-americana, Martha Cecilia Herrera e Yeimy Cárdenas Palermo analisam como o fortalecimento e institucionalização acadêmica dos estudos de história da infância se efetuou a partir da década de 1990.⁹⁴ Tal configuração se deu em dois aspectos, pois, por um lado, houve a configuração da infância como objeto paradigmático nas Ciências Sociais e Humanas, permitindo o trabalho entre diferentes disciplinas visando uma dessencialização da infância como categoria; por outro, se verificou que o interesse pela infância como objeto de estudos se relacionou com a tensão entre visibilidade e invisibilidade das crianças como sujeitos jurídicos, entre inclusão e exclusão no cenário social e político mais amplo, perceptível a partir de um conjunto mais geral de transformações nas condições de vida das crianças.

As autoras propõem que quatro tendências teriam marcado a configuração desse campo: *instituições e regimes de criança*, na qual tem-se investido em estudos sobre enfermidade e mortalidade infantil na América Latina, desenhando instituições de controle e proteção da vida das crianças, a exemplo de instituições como casas de expostos e hospícios e os regimes dariam conta de estudos sobre manuais de postura, conduta, educação física e alimentar, etc.; *vadiagem, delinquência e regimes corretivos* constitui numa tendência historiográfica que tem apresentado estudos sobre os regimes correcionais aplicados às crianças consideradas desajustadas socialmente e se articula com as discussões sobre os processos e efeitos da urbanização na América Latina, a partir do século XIX; *escola, civilidade e civismo*: uma tendência bastante profícua que articula estudos sobre a instituição escolar, abordando correntes pedagógicas, modelos curriculares, sentidos de ser criança em determinadas culturas escolares, processos de formação de professores, educação infantil, assim como textos e diferentes materialidades e

⁹² Idem, p. 26.

⁹³ HEYWOOD, p. 26.

⁹⁴ HERRERA, Martha Cecilia & PALERMO, Yeimy Cárdenas. Tendencias analíticas em la historiografía de la infancia em la América Latina. *ACHSC*, Colombia, v. 40, n. 2, jul-dic., 2013.

suportes para pensar a história das práticas educativas; por fim, a tendência nomeada como *infância vivida* busca apresentar algumas pistas sobre a formação do sujeito, configurando-se em uma tendência com produção acadêmica menos numerosa, na medida em que visa pensar a infância como experiência singular, situada espacial e temporalmente, o que pressupõe a mobilização de outras fontes e abordagens.

Trata-se de uma tendência historiográfica mais recente e que se constitui a partir da História Cultural, da Psicanálise, da Literatura e dos Estudos Visuais, e articula estudos que têm como objetivo buscar não apenas os discursos sobre a criança, as formas de controle e pedagogização, mas objetiva trazer a participação efetiva das crianças com suas práticas e experiências singulares, buscando compreender as culturas infantis, os significados de ser criança, os modos de convivência e os processos de subjetivação. Neste sentido, compreendo que meu estudo se configura na dobra entre a segunda e a quarta tendências, uma vez que procuro estudar o processo de invenção do menor infrator a partir de práticas de sujeição mediadas pela imposição de certos modelos identitários e significados para os menores, mas também apresento cenas e personagens por meio dos quais busco pensar as políticas de subjetivação protagonizadas por estes indivíduos, tendo como principal interesse demonstrar as suturas, descontinuidades e amarrações entre tais polos considerados por mim como constitutivos dessa invenção problemática e geradora de dominações.

Tais disputas e elaborações no campo da historiografia permitem pensar os limites e alcances da investigação histórica, mas, do campo da filosofia da educação, Jorge Larrosa⁹⁵ tece uma brilhante reflexão sobre o enigma da infância. Afirma que

podemos abrir um livro de psicologia infantil e saberemos de suas satisfações, de seus medos, de suas necessidades, de suas peculiares maneiras de sentir e de pensar. Podemos ler um estudo sociológico e saberemos de seu desamparo, da violência que se exerce sobre elas, de seu abandono, de sua miséria. Temos bibliotecas inteiras que contêm tudo o que sabemos das crianças e legiões de especialistas que nos dizem o que são, o que querem e do que necessitam em lugares como a televisão, as revistas, os livros, as salas de conferências ou as salas de aulas universitárias.⁹⁶

Temos, portanto, um conjunto de saberes articulados, construídos historicamente e autorizados a abordar, tratar, explicar e delimitar a infância como tema para uma objetivação, mas também objeto de governo. Toda uma engrenagem social foi criada para abarcar a infância e não permitir que aspecto algum fugisse do controle dos profissionais capacitados a lidar com

⁹⁵ LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: *Pedagogia profana*: danças, piruetas e mascaradas. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 183-198.

⁹⁶ Idem, p. 183.

ela, fabricando assim um circuito de práticas de definição e governo da infância que Sandra Mara Corazza⁹⁷ nomeou de *História da Infância sem Fim*. Este investimento contínuo foi cadenciado por um “dispositivo da infantilidade” articulando saberes e práticas diversas sobre a infância, elaborando-se com diferentes cenas de horror e descaso, fortalecendo a perspectiva de que o ato de nomear e renomear a infância de diferentes maneiras torna-se o modo de nos apoderar dela e das experiências que este conceito circunscreve. Assim, embora por caminhos distintos, há algo de semelhante nas análises de Corazza e Larrosa: um desconforto com o que se apresenta ou é apresentado como bom, generoso, gentil e útil. Essa ampla produção de visibilidades e investimentos sobre a infância como um capital a ser gerido mais configura exclusão e violência do que os pretendidos efeitos. Larrosa nos alerta para a importância de se alimentar uma desconfiança em relação aos saberes que se apoderam da infância, alimentando, por outro lado, a potência da infância como novidade e diferença radical.

Penso que a análise de Larrosa possibilita entender a crítica feita por Neil Postman⁹⁸ ao “desaparecimento da infância” no mundo contemporâneo. Segundo Postman, a cultura americana, profundamente midiática e marcada pelo signo do consumo, é “hostil à ideia de infância”. Afirma ainda que “a infância é análoga ao aprendizado da linguagem. Tem uma base biológica, mas não pode se concretizar a menos que um ambiente social a ative e alimente, isto é, tenha necessidade dela. Se uma cultura é dominada por um meio de comunicação que requer a segregação dos jovens para que aprendam habilidades e atitudes antinaturais, especializadas e complexas, então a infância, de uma forma ou de outra emergirá, articulada e indispensável. Se as necessidades de comunicação e uma cultura não exigem a segregação prolongada dos jovens, então a infância continua muda”.

Embora a análise de Postman ajude a pensar uma série de efeitos sociais sobre a concepção de infância, a exemplo da preocupação dele com a relação entre infância e linguagem publicitária que nos remete um pouco às provocações apresentadas acima por Jeanne Marie Gagnebin, por outro lado, localiza-se em um tipo de debate que mais tem a ver com uma Sociologia da Comunicação, pensando nesse âmbito os efeitos sobre a infância como grupo etário. Se, de um lado, a interpretação do autor soa catastrófica e finalista, como se o mundo tecnologizado do contemporâneo não apresentasse outros modos de pensar a infância, ao dizer que “a tecnologia foi deificada, que o processo político foi degradado, que a mente adulta tem

⁹⁷ CORAZZA, Sandra Mara. *História da infância sem fim*. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

⁹⁸ POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2011.

se apequenado e que a infância está definindo”⁹⁹, de outro, faz também uma espécie de convite a refletir sobre as relações intergeracionais.

Este aspecto das tensões na construção da infância por meio da diferença geracional foi abordado por Berry Mayall¹⁰⁰ ao discutir, no âmbito da Sociologia da Infância norte-americana, sobre a necessidade de repensar tal categoria social para analisar as relações entre gerações. De acordo com Mayall as agendas políticas, assim como toda uma série de produções culturais e simbólicas para definir e dar a ler a infância, ocorrem a partir de um conjunto de referências e expectativas mobilizadas pelos adultos. Nisto, a infância tem sido definida sociologicamente sempre com status inferior, pois se trata efetivamente de um adulto por vir, um sujeito autônomo ainda a se constituir e sobre o qual se lança um conjunto de promessas e projetos (e temores), negando-se assim a singularidade das infâncias e crianças, apesar de toda uma retórica política e estética sobre esse grupo social.

Por sua vez, Michelle Perrot¹⁰¹ aborda os primeiros grupos de jovens considerados delinquentes na França na década de 1910, os *apaches*. Ela procede com a análise do Cômputo Geral da Administração da Justiça Penal, um relatório oficial anual no qual havia dados sobre os crimes cometidos, a faixa etária dos condenados, as penas e o grau de reincidência. Discute a pena privativa de liberdade como ponto de sustentação do sistema penal como um todo e a delinquência infanto-juvenil, assim como a violência urbana, como fenômenos que criaram condições de possibilidade para experiências específicas de crianças e jovens no contexto francês do fim do século XIX e início do XX. A autora afirma ainda que em sentido restrito o termo “apache” significava os “jovens malandros dos subúrbios”, passando a ser usado mesmo como “sinônimo de bandido”. Portanto, Mayall e Perrot permitem pensar os processos de definição e diferenciação de “outras infâncias”, distantes do “modelo idealizado” a partir do século XVIII sobre essa etapa da vida, apontando como tais diferenças são mediadas por critérios etários, biológicos e comportamentais.

“Uma ampla literatura procura dar conta da infância, explicar suas fases, entender suas necessidades e definir seus contornos: *dizer o que é a criança*, como se caracteriza, como deve ser tratada e educada, impondo, portanto, uma infantilização exterior a ela”¹⁰², assim Margareth Rago analisa a infância em uma parte do seu estudo dedicado ao processo de urbanização e

⁹⁹ Idem, p. 158-160.

¹⁰⁰ MAYALL, Berry. The sociology of childhood in relation to children’s rights. *The International Journal of Children’s Rights*, n. 8, p. 243-259, 2000.

¹⁰¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰² RAGO, Luzia Margareth. A preservação da infância. In. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 118.

disciplinarização das relações sociais de trabalho em São Paulo entre o fim do século XIX e começo do XX. Ela situa a infância em um movimento de transformação mais amplo no Brasil, destacando o controle do processo de trabalho nas fábricas, a força dos discursos higienistas e sanitaristas e como eles foram incorporados em políticas de Estado, a disciplinarização das práticas culturais, o controle sobre o corpo da mulher e a formação do ideal de família nuclear. Frisa o projeto de controle sobre os corpos, de modo que as crianças fossem medicalizadas e higienizadas sob a ótica eugenista das políticas da época, vendo as crianças como “trabalhadoras em potencial”.

Semelhante ao estudo de Perrot, discute como a rua foi apresentada neste momento como espaço da perdição, da prática do crime e da contravenção e, por isso mesmo, era preciso salvar os menores do “perigo das ruas”. Mas, de modo singular, Rago discute também as instituições definidas para evitar este contato, pois a internação em espaços disciplinadores possibilitava maior vigilância dentro e fora de casa. Assim, esse controle acabou recaindo sobre “a criança pobre das cidades, sobre os órfãos, mendigos, pequenos vagabundos, que apareciam para os médicos e especialistas em geral como possíveis criminosos do futuro”.¹⁰³

Trata-se de uma abordagem diferenciada em relação ao estudo de Esmeralda Moura¹⁰⁴ que parte de pesquisa no âmbito do mundo do trabalho para pensar o menor e a mulher na dinâmica do capital em São Paulo, entre 1890 e as duas primeiras décadas do século XX. Neste caso, verifica-se uma abordagem de história econômica que tematiza as condições de trabalho na incipiente indústria paulistana por meio de fontes como periódicos, decretos, leis e anuários estatísticos. Discute aspectos econômicos da sociedade e a situação de desigualdade entre os grupos sociais caracterizados, por um lado, por empresários da indústria paulistana, e, por outro, pelos operários italianos recrutados para o trabalho industrial, tendo como ênfase as condições laborais das mulheres e *menores* que foram vistos como mão-de-obra barata e vulnerável, enfatizando os acidentes de trabalho.

A autora faz uma analogia entre as relações de produção (empresário e operário) e as relações familiares (pais e filhos) e diz que “constrói-se, portanto, entre o menor e a criança, e os próprios pais a mesma espécie de relação que se desenvolve entre o detentor dos meios de produção e o operário”.¹⁰⁵ Contudo, sua análise não apresenta detalhes mais sutis e vinculados ao cotidiano familiar e laboral que possam sustentar esse tipo de analogia. Trabalhos como os

¹⁰³ RAGO, *Do cabaré ao lar*, p. 126.

¹⁰⁴ MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.

¹⁰⁵ Idem, p. 136.

de Margareth Rago e Esmeralda Moura permitiram construir os contornos iniciais de uma historiografia da infância no país, mobilizando temas bastante caros aos historiadores/as da época e daí a recorrência do tema do trabalho e das relações econômicas em um período marcado pela renovação crítica da herança do materialismo histórico dialético como referencial para a análise do surgimento e fortalecimento do capitalismo latino-americano.

Em um momento posterior, marcado pela redemocratização dos anos 1980-90 e com estudos bastante consolidados na Sociologia da Infância brasileira e a emergência dos movimentos sociais em favor dos direitos humanos de crianças e adolescentes, algumas publicações na área da História passaram a tematizar a infância e juventude. Denise Rollemberg organizou a coletânea *Que história é essa? Novos Temas e Novos Problemas em História*, publicada pela editora Relume-Dumará em 1994. Entre os sete textos que ali figuram pode-se ler *Criança x Menor: a origem de dois mitos da política brasileira*, escrito pelo historiador André Ricardo Pereira a partir de sua pesquisa de mestrado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e cuja dissertação foi defendida em 1992.¹⁰⁶

A partir dos recursos do materialismo histórico dialético analisa essa distinção entre a criança e o menor com base nas primeiras medidas tomadas pelo Estado acerca do problema da delinquência e da marginalização social, a exemplo da Casa de Detenção do Rio de Janeiro (1850), o Instituto de Proteção e Assistência à Infância criado em 1899 e o Código Civil de 1916, entre outras. Em sua análise, Pereira mantém o enfoque sobre a estrutura estatal, deixando claro como a Conferência Nacional de Proteção à Infância, realizada em 1933, configurou-se como espaço de tensão entre a imagem da criança e do menor. Ele afirma que “médicos, juristas e representantes de organizações privadas assistencialistas tomaram parte do evento. Durante sua realização, dois tipos de polarizações se cristalizaram. Em primeiro lugar, a tradicional divisão de juristas e médicos, entre a figura do menor e a da criança. Em segundo lugar, um embate entre os próprios médicos ou, mais especificamente, entre a burocracia federal e os representantes estaduais” sobre a definição ou não de um órgão nacional centralizador das políticas para a infância no Brasil. Lendo a criação dos dois “mitos” como resultado do processo de exploração de trabalho a que tais crianças e seus pais foram submetidos, Pereira entende que criança, menor e adolescente constituem “um todo”. É nesse ponto que reside a minha crítica. Acredito ser problemática a redução de categorias tão distintas e provenientes de teorizações e problematizações tão diversas a um “todo” que o autor não deixa muito claro em termos

¹⁰⁶ PEREIRA, André Ricardo. *Criança x Menor: a origem de dois mitos da política brasileira*. In. ROLLEMBERG, Denise (org.). *Que história é essa? Novos Temas e Novos Problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 104-105.

conceituais. Se as relações econômicas e de trabalho foram pontos importantes nas tensões que balizaram a invenção do menor, seria preciso que a historiografia demonstrasse, posteriormente, como fatores de ordens variadas se combinaram, não “necessariamente” nem para a constituição de uma totalidade dialética, para fabricar tal conceito-imagem.

Ainda nos anos 1990, a historiadora Mary Del Priore¹⁰⁷ organizou e publicou a coletânea *História da Criança no Brasil* que apresenta uma pluralidade de abordagens sobre a história da infância do período colonial à atualidade. Sobre a questão do menor abandonado e delinquente, especificamente, dois textos ocupam espaço na coletânea, o que já denota a relevância do tema e a sua presença na Sociologia e Historiografia da época. Fernando Torres Londoño¹⁰⁸ discute a emergência do conceito *menor* no discurso jurídico brasileiro, processo ocorrido entre a década de 1890 e o início do século XX, culminando com a construção do Código de Menores em 1927, primeira legislação a tematizar a criança no âmbito das políticas de Estado. O levantamento bibliográfico realizado pelo autor no acervo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo tinha como objetivo mapear o termo criança e, ao longo da investigação, foi percebido que “[...] a partir do fim do século XIX e começo do século XX a palavra *menor* aparecia frequentemente no vocabulário jurídico brasileiro. Antes dessa época o uso da palavra não era tão comum e tinha significado restrito”.¹⁰⁹ Isto seria indicativo de que uma nova nomenclatura no vocabulário jurídico estava relacionada a uma nova atitude em relação à criança e, particularmente, a criança marginalizada. Buscando perceber o termo *menor* enquanto construção histórica e polissêmica o autor indica a existência de alguns sentidos atribuídos a este termo.

Ao estudar como o sistema de “justiça de menores” produziu e/ou atualizou uma série de relações de dominação com base na diferença de gênero, Eleonora de Brito mobilizou um arquivo judicial com processos das décadas de 1960-1990, no contexto de Brasília, para problematizar as regras, procedimentos e práticas por meio das quais o campo jurídico normatizou a justiça com enfoque em meninas “caracterizadas” ou “consideradas” delinquentes ou em situação de abandono. Se esta tese se debruça sobre a invenção do menor infrator, tal preocupação com o fato de o menor ter sido “inventado na virada do século XX”¹¹⁰ estava presente no estudo de Brito, no fim da década de 1990. Entre o trabalho dela e esta tese, há

¹⁰⁷ DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

¹⁰⁸ LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito Menor. In. DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996, pp. 129-145.

¹⁰⁹ Idem, p. 129.

¹¹⁰ BRITO, Eleonora Zicari Costa de. *Justiça e gênero: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Finatec, 2007, p. 115.

múltiplas diferenças de procedimento metodológico e de material empírico consultado, uma vez que em sua abordagem focalizou mais a judicialização e institucionalização das meninas, enquanto meu objeto recobre o dispositivo da menoridade como uma rede mais complexa na qual a invenção desse lugar de sujeito foi historicamente possível. Outra diferença reside no gesto de não recortar nessa pesquisa os sujeitos em termos de gênero de forma apriorística, mas demonstrando como o gênero – sobretudo masculino – foi construído nessa trama de relações sociais.

No campo do Direito, Josiane Petry construiu uma análise da palavra *menor* e demonstra como esse termo ganha significados diferenciados dentro do discurso jurídico, pois do ponto de vista da Medicina, o *menor* não é considerado como um sujeito qualificado como delinquente, perverso ou criminoso, mas é localizado dentro da fase de desenvolvimento físico chamada de infância. Neste campo a palavra *menor* não tem apenas um significado, pois este é deslocado a depender do tipo de legislação que aborda este conceito, a exemplo desses tipos de legislação: a) Do Código Civil - Lei nº 3.071, de 19.01.1919; b) Do Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940; c) Da Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto – Lei 5.452, de 19.05.1943; d) Do Código de Menores - Lei nº 6.697, de 10.12.1979. Remetendo à etimologia do termo, tem-se:

MENOR. Derivado do latim “minor”, gramaticalmente é, como adjetivo, comparativo de 'pequeno'. No sentido técnico-jurídico, empregado como substantivo, designa a pessoa que não tenha ainda atingido a “maioridade”. É, assim, aquela que não tenha ainda 21 anos completos, exigidos por lei, para que seja considerada “capaz”. Incapazes civilmente, os menores não podem praticar validamente atos jurídicos. Se no período de “incapacidade” absoluta quando têm menos de 16 anos são “representados legalmente” pelos pais ou tutores. Quando “incapazes” relativamente (maiores de 16 e menores de 21 são “assistidos” por seus representantes legais pais e tutores).¹¹¹

Embora se trate da questão da criminalidade infantil com bastante destaque, o Código estabelecia que “o menor que ainda não completou 18 anos não pode ser considerado reincidente”, embora a repetição da infração penal do mesmo tipo ou a realização de outro tipo aferiria que o *menor* estava moralmente pervertido e com persistente tendência para o delito.¹¹² Até o século XIX, a palavra *menor* enquanto sinônimo de criança, adolescente ou jovem era usada para demarcar limites etários que tinham como resultado impedir as pessoas de obterem sua emancipação paterna, não podendo com isso assumir responsabilidades civis ou mesmo

¹¹¹ PETRY, Josiane Rose. *O problema do menor: uma abordagem jurídico-política*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988, p. 148.

¹¹² Cf. Código de Menores de 1927, art. 85, p. 73.

canônicas, isto é, no período colonial a palavra *menor* aparecia sempre relacionada à idade.¹¹³ Depois da proclamação da República em 1889, os termos *menor* e *menoridade* foram usados na definição da idade a partir da qual os indivíduos seriam responsáveis penalmente por seus atos, o que se diferenciou de toda a discussão ocorrida anteriormente durante o período imperial.

Naquele momento, o código criminal do Império de 1830 havia indicado que os *menores* seriam postos em instituições específicas, mas a prisão comum acabou sendo o destino daquelas crianças até que, no final do século XIX, surgiram as primeiras casas de correção. Entre o fim do século XIX e o começo do XX, Londoño localiza que “*menor* deixou de ser uma palavra associada à idade, quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos”.¹¹⁴

Entretanto, se, em Fernando Londoño, há uma preocupação em traçar uma linearidade histórica que teve na passagem do século um ponto de mutação na construção de um sentido novo para a criança pobre e abandonada, Edson Passetti¹¹⁵ preocupa-se com o *menor* como categoria histórica ao traçar os limites e avanços dos direitos da criança, centralizando sua argumentação na análise da política de bem-estar do *menor* que passou a ser implementada no Brasil em 1964. Diferentemente de Londoño, não visa a localização da emergência do conceito, mas a produção de políticas públicas para a criança abandonada em um momento no qual a ESG orientava as políticas com caráter social. Passetti desconstrói a ideia de bem-estar “do menor”, pois, na verdade, o bem-estar seria “do Estado”, que visava se fortalecer e se aprimorar por meio de políticas que visavam o controle dos problemas sociais. De acordo com o discurso da “degenerescência” social que se caracterizava pela ideia de fragilização das famílias, “[...] os pais passaram a ser considerados incapazes para responder pelo pátrio poder sobre seus filhos menores e, assim sendo, coube ao Estado justificar-se como agente capaz, criando para as crianças a FUNABEM [...]”.¹¹⁶

A contribuição de Passetti para os estudos de História e Sociologia da Infância ainda se apresenta em outros diversos textos. No livro *O que é menor*¹¹⁷ há uma discussão sociológica que tenta mapear a construção do *menor* como sujeito fabricado a partir de distintas relações entre o Estado, a família e a escola. Sua construção se dá a partir de três movimentos retóricos: a) discute as limitações de ideias generalizantes que constroem condições diferentes para as

¹¹³ LONDOÑO, p. 130.

¹¹⁴ LONDOÑO, p. 142, grifo no original.

¹¹⁵ PASSETTI, Edson. O Menor no Brasil Republicano. In. DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996, pp. 146-175.

¹¹⁶ PASSETTI, p. 154.

¹¹⁷ PASSETTI, Edson. *O que é menor*. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

peessoas a partir de critérios etários, problematizando como tanto na família, quanto na escola ou no trabalho a distinção feita entre *menor* e adulto é mera formalidade; b) aborda a “fábula do delinquente”, tendo como principal objetivo pensar a construção da categoria *menor* no Brasil, embora não localize espacial e temporalmente quando isso foi possível; c) reflete sobre as formas de resistência dos jovens em relação ao sistema capitalista na segunda metade do século XX, indicando como o corpo, a arte e a emancipação do gênero feminino passaram a ser bandeiras de luta de uma juventude até então vista como conformada aos *status quo*.

A abordagem com foco nas instituições e políticas de Estado também esteve presente em Irma Rizzini¹¹⁸ que discute o processo de marginalização do *menor transviado* e destaca as transformações históricas nas políticas de repressão a este segmento, desde o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) criado em 1941 até a FUNABEM e as suas subsequentes FEBEMs a partir da década de 1970, instituições questionadas pela academia e a sociedade por denúncias de repressão e corrupção. Abordagem semelhante à empregada por Gutemberg A. Rodrigues¹¹⁹, embora esse traga como elemento diferenciador o aspecto das vivências institucionais, pois discute “o problema das crianças e adolescentes cujas histórias de vida estiveram mergulhadas no silêncio, na violência, na arrogância, assim como na discriminação”. O estudo analisa os pronunciamentos de Mário Altenfelder (primeiro presidente da FUNABEM) e articula periódicos como a revista *Brasil Jovem*, legislação, boletins, autos de prisão e prontuários dos *menores* internos de diferentes Unidades de Triagem (UT), atentando para as violações cometidas contra crianças e adolescentes. Considerando a experiência destes nomeados como menores como crucial na análise histórica, o estudo de Humberto Miranda¹²⁰ narra as histórias de vida de três crianças internadas na FEBEM de Recife/PE, construindo as suas histórias de vida e procedendo com os recursos teórico-metodológicos da História Oral. Assim, articula tais vivências a partir de relatos orais de memória, evidenciando os processos sociais e políticos que as tornaram possíveis, usando também a legislação, relatórios institucionais, periódicos, romance, filme, entre outros documentos.¹²¹

¹¹⁸ RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (orgs.) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 225-286.

¹¹⁹ RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo: a face oculta da menoridade (1964-1985)*. São Paulo: IBCCRIM, 2001.

¹²⁰ MIRANDA, Humberto da Silva. *Nos tempos das FEBEM's: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco/1964-1985)*. 348 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

¹²¹ Em trabalho anterior este autor discutiu as ações e processos que motivaram a prisão de crianças na Casa de Detenção do Recife e as formas pelas quais a cidade efetivou o Código de Menores de 1927, construindo uma história do cotidiano dos *menores* e analisando suas vivências, fugas e disputas com o aparelho policial por meio de fotografias, periódicos, livros de entrada/saída da Casa de Detenção e prontuários. Ver: MIRANDA, Humberto

Operando no campo da demografia histórica, Maria Luiza Marcílio¹²² apresenta um panorama sobre a história do abandono de crianças no Ocidente, da Antiguidade à contemporaneidade. Mostra as mudanças históricas nas formas de abandonar crianças na Antiguidade, a invenção das rodas dos enjeitados na Idade Média e as especificidades desse fenômeno no Brasil até o século XX, avaliando a redução dos índices de abandono e suas conotações sociais. Ao discutir em uma perspectiva comparativa, caracteriza o século XIX como o “século do menor abandonado em Portugal” e de que maneira as Cortes de 1820 elaboraram a Constituição de 1822 em que a criança exposta ganhou status de cidadã portuguesa, o que levou a uma série de reconfigurações políticas e institucionais.

Ainda no âmbito de estudos comparativos entre Brasil-Portugal, a coletânea de Renato Pinto Venâncio apresenta o texto da historiadora Sílvia Arend¹²³ discutindo a transformação do conceito de exposto para o de menor abandonado entre fins do século XIX e começo do XX, esclarecendo que na legislação do Império não havia uma definição jurídica para o termo exposto, o que só ocorre com o Código de Menores de 1927, o qual englobou nessa categoria os infantes com até sete anos de idade que fossem encontrados em situação de abandono. Foi no âmbito dessas transformações que se tornou necessário precisar a diferença entre exposto e menor abandonado. Para tanto, a autora delimita um conjunto de fontes como dicionários lusos e brasileiros, o primeiro Código Civil de 1916, a lei dos municípios de 1828, o Código Criminal do Império e a Constituição de 1891. Tanto este texto como seu estudo¹²⁴ sobre a história dos menores abandonados focando na circulação de filhos de trabalhadores urbanos e na inserção deles no programa de colocação familiar nos anos 1930, em Florianópolis, são contribuições relevantes para a minha pesquisa, em particular tendo em vista que, em sua tese, a historiadora analisou como a noção de *menor* abandonado foi criada também por meio do envio desses infantes para a casa de guardiões que muitas vezes os usavam no trabalho doméstico.

Nessa análise, ela compreende a adoção e a circulação de crianças pobres por parentes e desconhecidos como uma relação de troca simbólica. Tal traço aproxima sua abordagem daquela empreendida por Cláudia Fonseca¹²⁵ ao problematizar a circulação de crianças e

da Silva. *Meninos, moleques, menores...* Faces da infância em Recife (1927-1937). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008.

¹²² MARCILIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 2ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

¹²³ AREND, Sílvia Maria Fávero. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In. VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças*. De Portugal ao Brasil – séculos XVIII ao XX. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010, p. 339-359.

¹²⁴ AREND, Sílvia Maria Fávero. *Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*. 447 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

¹²⁵ FONSECA, Cláudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu* [online]. 2006, n. 26, pp. 11-43.

analisar as redes de ajuda mútua que acolheram os filhos de mulheres que, diante da situação de miséria, confiaram sua prole aos cuidados de conhecidos. A antropóloga articula essa rede de sociabilidade com as leis que regem a adoção de crianças no cenário internacional no Brasil do tempo presente, permitindo pensar continuidades e permanências nas formas de abandono e acolhimento das crianças.¹²⁶ Assim, penso que são dois trabalhos que focalizam – assim como esta tese – os aspectos culturais que tornaram possíveis tais compreensões e relações com os menores marginalizados. Entretanto, procuro cartografar os saberes e relações de força que participaram da invenção do menor em termos conceituais e imagéticos, uma vez que esse personagem social foi constituído a partir do desenho de um corpo e um rosto identificáveis, o que permite pensar os marcadores de classe, raça, gênero e geração.

Produzido no âmbito da antropologia histórica, o estudo de Adriana de Resende Vianna¹²⁷ problematiza as práticas cotidianas da polícia do Rio de Janeiro nas décadas de 1910 e 1920 que incidiram sobre certos indivíduos, produzindo um personagem social, o menor. Embora nossos objetos de estudo guardem uma semelhança entre si, há que se destacar diferenças de procedimento e abordagem teórico-conceitual e até mesmo na definição do problema de pesquisa e manuseio da documentação. Ao focalizar na ação policial e nos registros de ocorrência e em certos dispositivos jurídicos, a autora apresenta informações importantes para entender a construção do menor como um personagem social na década de 1910 e as repercussões desse processo na definição do Código de Menores e em toda uma malha institucional não apenas policial voltada para o tema. Todavia, o estudo que aqui proponho, embora retome fontes e informações do período estudado por Vianna no momento em que eu fizer um recuo estratégico para pensar a invenção do menor delinquente, demarca as recorrências do tema em outros momentos, mapeando outras emergências e transformações nos usos desse conceito-imagem.

Também partindo da legislação menorista do começo do século XX, Mozart Vergetti de Menezes¹²⁸ discute a produção social da criança carente, o que permite pensar as transformações e continuidades na emergência do *menor*. O autor analisa a representação jurídica da criança pobre e articula a lei com obras de intelectuais brasileiros como Tito Rosas

¹²⁶ O estudo de Sílvia Arend apresenta um conjunto de experiências de abandono de crianças em Florianópolis. Por meio das histórias de Alfredo, Adelina e Antenor se pode pensar as diferentes tramas que participaram e incidiram no fenômeno do abandono e circulação de crianças na década de 1930. Cf. AREND, Sílvia Maria Fávero. *Histórias do Abandono: infância e justiça no Brasil (década de 1930)*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

¹²⁷ VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro (1910-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

¹²⁸ MENEZES, Mozart Vergetti de. Ordem e progresso, delinquência e minoridade. *Saeculum* (UFPB), João Pessoa, v. 3, p. 81-92, 1999.

e Barreto Campelo, mostrando a influência e recepção de cientistas como Cesare Lombroso no pensamento político e social nacional. Estudando o mesmo período, mas com foco nas políticas para a infância, Vera Lúcia Braga de Moura¹²⁹ narra as medidas assistenciais adotadas em Pernambuco antes do Código de Menores de 1927. Sua análise contribui com esta tese na medida em que percebe interferências e jogos de poder que não estiveram diretamente articulados pelo discurso jurídico e pelas instituições estatais, mas operaram a partir da produção intelectual.

No caso de Campina Grande/PB, Silvera Vieira de Araújo¹³⁰ diz que a questão do menor aparece vinculada aos projetos de urbanização e modernização, demonstrando como os mendigos, as prostitutas e os *menores* abandonados e delinquentes foram retirados do centro da cidade durante a reforma urbana de Vergniaud Wanderley¹³¹ por ferirem o princípio de embelezamento e higiene do espaço público. Ao construir essa história cultural do espaço, a figura do menor aparece como efeito de uma rede de poder que o construiu como resultado de um projeto de modernização capitalista profundamente excludente e que teve na normatização de sujeitos e práticas sociais um dos seus elementos estruturadores. Por sua vez, no contexto de Curitiba, Judite Trindade¹³² analisou o menor abandonado como uma construção social que apareceu durante a Primeira República. Mobilizou documentação do Asilo São Luiz e do Juizado de Menores para pensar a construção jurídica e social dessa personagem no espaço urbano.

Embora o conceito de menor no século XIX tenha sido definido apenas em termos etários, como destacou Fernando Londoño, o estudo de Vinícius Bandera permite pensar como lentamente foi se constituindo a diferença jurídica para definir a criança pobre e abandonada que, aos poucos, acabou se tornando a criança menorizada. Do campo da Sociologia Política, o autor¹³³ estudou o processo contraditório de fortalecimento do capitalismo no Brasil do século XIX por meio da competição paradigmática do cientificismo e do liberalismo econômico, o que acabou contribuindo para a elaboração do problema dos menores abandonados e delinquentes. O autor fez um levantamento da legislação brasileira no século XIX, vinculando-a ao processo

¹²⁹ MOURA, Vera Lúcia Braga de. *A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

¹³⁰ ARAÚJO, Silvera Vieira de. *Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960)*. 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

¹³¹ Advogado e político brasileiro nascido em 1905 em Campina Grande/PB e faleceu no Rio de Janeiro em 1986. Foi prefeito de Campina Grande por dois mandatos, de 1935-37 e de 1940-45, período no qual implantou a reforma urbana, marcada por episódios como o “bota abaixo”.

¹³² TRINDADE, Judite Maria Barboza. *Metamorfose: de criança a menor – Curitiba – início do século XX*. 257 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Curitiba, 1998.

¹³³ BANDERA, Vinícius. *Ordenação social no Brasil: liberalismo, cientificismo e “menores abandonados e delinquentes”*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

de modernização capitalista e mostrando como esse grupo vulnerável foi tema de definição científica e de certas práticas econômicas que interferiam na fixação de um escopo jurídico e institucional específico que iria se constituir efetivamente apenas no final da década de 1920.

Trata-se de um estudo bastante relevante para a construção desta tese, uma vez que analiso um conjunto de saberes que partiram de campos como o Direito Penal, a Psicanálise, a Educação, o Serviço social e a Literatura para problematizar as primeiras linhas de constituição da imagem e do conceito do menor no imaginário social brasileiro na década de 1910. Farei este recuo estratégico não com o intuito de escrever a história de um século, mas justamente para demarcar diferenças, construir a possibilidade de comparações, tensões e continuidades na história da infância marcada pelo signo da marginalidade e do desvio e, por isto mesmo, não sendo mais nomeada como criança.

Alinhamentos

A tese está estruturada em três partes, contando com um prólogo, uma introdução e um epílogo. A organização das partes e seções não seguiu um critério cronológico, mas temático. Uma vez que o objeto central da tese consiste no dispositivo da menoridade, o objetivo geral diz respeito a analisar as condições de emergência do dispositivo da menoridade e as transformações no conceito-imagem do menor infrator no Brasil. Em todas as etapas ou partes dessa tese foram mobilizadas de maneira mais ou menos explícita as ferramentas da arqueologia e da genealogia foucaultianas combinadas com o modelo rizomático deleuzo-guattariano, conforme esta introdução esboçou de um modo geral.

As três partes são independentes, não havendo nenhum critério prévio para que se leia a partir de uma dada sequência.

Parte I – *As formas do visível* em que se parte de algumas cenas presentes na imprensa brasileira do início do século XX para desenhar o mapa dos saberes e relações de poder que passaram a fabricar a diferença entre o menor e a criança por meio de articulações e maquinações diversas, entrando aqui campos e intelectuais distintos que contribuíram para a emergência do menor como um “problema”. Por meio da descrição e crítica histórica dos conceitos, teorias e diferentes narrativas culturais que elaboraram os contornos econômicos, sociais e políticos do “problema do menor”, abre-se a possibilidade de pensar sua invenção a partir de um campo de forças muito variado em que a legislação de 1927 só aparentemente parece ter feito síntese ou aglutinação dos debates em jogo.

Parte II – *O rosto do infrator*. Dadas as transformações pelas quais passou a imprensa brasileira e a produção e divulgação de livros, revistas, etc., tornou-se possível que na virada da década de 1950 para 1960 fosse possível a modelação de um certo rosto para aquele indivíduo que durante toda a primeira metade do século vinha sendo definido por diferentes saberes como encarnação de um “problema nacional”. Neste ponto, por meio da análise interseccional de um conjunto de imagens fixas e em movimento, assim como recortes de periódicos, literatura, legislação e demais narrativas, faz-se a demonstração de como o racismo estrutural e as relações sociais de gênero foram condições de possibilidade para a criação do menor delinquente e infrator em uma política de identidade.

Parte III – *As figuras da resistência*. Embora em toda a tese existam momentos em que se pode perceber as relações de poder organizando-se em sua fisicalidade e capilaridade como jogos de ações sobre ações, marcadas por resistências diversas, dediquei a terceira parte para cartografar outro aspecto do campo de forças em que a figura do menor foi sendo agenciada e desconstruída temporalmente. Portanto, nesta parte da tese descrevo e problematizo as diferentes formas de resistir ao dispositivo da menoridade, fosse por meio de movimentos sociais e articulações político-institucionais, ou ainda por meio da escrita de si e da produção de lutas que tornaram possível rachar¹³⁴ a imagem e desfazer o conceito do menor infrator. Isto ocorreu não somente em termos oficiais, como se pode ver nas disputas travadas no período da ANC de 1987-1988, mas por agenciamentos diversos e micropolíticas espalhadas em um campo bem mais difuso e complexo que somente de forma tangencial este estudo buscou analisar.

¹³⁴ DELEUZE, Gilles. Rachar as coisas, rachar as palavras. In. *Conversações* (1972-1990). Tradução de Peter Pál Pelbart. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013, pp. 109-121.

PARTE I

AS FORMAS DO VISÍVEL

E AS TECNOLOGIAS DA SUJEIÇÃO

A criança nascida de pais debilitados por excesso de trabalho e por falta de alimentação suficiente – quais são os operários, explorados pelo ganancioso industrialismo do nosso tempo – pode ter o aspecto comum de todas as crianças, parecendo aos olhos de inexpertos, sadia e capaz de afrontar as agruras da existência; mas, provavelmente, desde os primeiros tempos do seu contato com o torvelinho social, se mostrará pouco apta, inferior aos da sua idade, *difícil de educar*, propensa à ociosidade e às sugestões dos criminosos.

Evaristo de Moraes, *Criminalidade da Infância e da Adolescência*, 1916.

Os germens da demência moral e da delinquência encontram-se, não excepcionalmente, mas normalmente nas primeiras idades do ser humano. No feto, encontram-se frequentemente certas formas que no adulto são monstruosidades. O menino representaria como um ser humano privado de senso moral, este que se diz dos frenólogos um demente moral, para nós, um delinquente-nato. Há nisso toda uma violência da paixão.

Cesare Lombroso, *O homem delinquente*, 1876.

A criança “delinquente”, numa grande maioria de casos como prova Aichorn, vem de lares desajustados. São crianças abandonadas moralmente pelos pais, que se desenvolveram sem aquele *quantum* de afeto indispensável ao equilíbrio psíquico. Não são crianças “degeneradas”, nem portadoras de nenhuma cerebrina “constituição delinquencial”. O rapaz das ruas, o rebelde das escolas, a menina adolescente a poucos passos da prostituição... vieram de lares desajustados, ou não tiveram lar. As crianças “delinquentes” ou “dissociais” são na realidade crianças problemas, vítimas do abandono afetivo pelos pais.

Arthur Ramos, *A criança problema*, 1954.

[...] uma vez admitida a não existência do *conhecimento do mal e intenção de o praticar*, o resultado seria a negação da delinquência, a absolvição de um inocente, mas não a punição de um *culpado*, no grau correspondente á sua *culpa*, simplesmente como tal.

Tobias Barreto, *Menores e loucos em direito criminal*, 1926.

Nenhuma outra questão deve merecer carinho igual ao da infância, principalmente da infância abandonada e delinquente: ela se sobrepõe a todas as questões porque está intimamente, visceralmente ligada à existência da própria nação: o problema deve interessar aos homens de estado, ao jurista, ao criminólogo, ao médico, ao filantropo, tanto mais quanto a solução, nos nossos dias, deixou de ser procurada pelos processos empíricos, para resultar, positiva e clara dos métodos científicos.

Vicente Piragibe, *Infância abandonada e delinquente*, 1937.

- É o chefe dos Capitães da Areia. Veja... O tipo do criminoso nato. É verdade que você não leu Lombroso... Mas se lesse, conheceria. Traz todos os estigmas do crime na face. Com esta idade já tem uma cicatriz. Espie os olhos... Não pode ser tratado como um qualquer. Vamos lhe dar honras especiais...

Jorge Amado, *Capitães da Areia*, 1937.

Nota metodológica

Embora a introdução geral tenha desenhado os contornos desse trabalho em seu conjunto, é importante delinear também o procedimento definido para a primeira parte da presente tese, com o objetivo de explicitar as escolhas de caráter metodológico sobre como defino a articulação e o tratamento das fontes que serão arroladas nas páginas a seguir. O objetivo desta primeira parte da tese consiste em descrever os diferentes saberes por meio dos quais começou-se a problematizar e criar o *menor abandonado e delinquente* em termos conceituais e imagéticos nas primeiras décadas do século XX, delimitando as linhas de permanência e descontinuidade com debates ocorridos no último quartel do século XIX na Europa e Estados Unidos e que ganharam repercussão no Brasil.

Ao arqueologizar os saberes da Psicologia Social, Psicanálise, Medicina Social, Educação, Direito Penal, Literatura, Serviço Social, entre outros, busco analisar como o conceito-imagem do *menor* passou a ser definido e investido de sentidos, explicitando as regras de formação de tais enunciações, bem como suas transformações/continuidades e articulações com projetos de governo da infância que emergiram no período. Entretanto, não buscarei analisar em profundidade e mínimos detalhes os diferentes projetos, políticas públicas e instituições que fizeram parte de tal rede, ao passo em que indicarei referências da historiografia da infância que efetuaram tais desdobramentos. Tais construções e estratos político-institucionais aparecerão sempre e apenas na medida em que permitam pensar como contribuíram para a emergência do *menor*, sendo ponto de convergência e/ou divergência em tal invenção histórica.

Esta primeira parte da tese conta com fontes variadas, com suportes e proveniências distintas e que por isso mesmo são lidas como fundamentais para pensar tal emergência. Assim, esquematizo abaixo tais fontes e os principais elementos de ordem metodológica que tomarei em conta ao longo da narrativa, a fim de lê-las em sua historicidade, exterioridade e singularidade. Sobre o uso dos livros de alguns intelectuais brasileiros e um estrangeiro, inicialmente digo que, na esteira da análise arqueológica que procuro realizar, tomo suspeitamente essas “unidades” do discurso que foram materialmente constituídas como “livros” e “obras” pelo fato que não as compreendo como transparentes nem tampouco como pontos de origem da invenção do menor. Efetivamente, essas “obras” aparecem nessa narrativa não para fins laudatórios em torno da imagem do “autor” lido ingenuamente como portador de uma função fundadora, expressando na “obra” ideias provenientes de um fundo eminentemente psicológico, intuitivo e quase transcendente.

Para os fins desta investigação, tais autores e livros funcionam como pontos de articulação de uma rede discursiva mais ampla que os antecedeu e os sucedeu, produzindo efeitos diversos. E uma vez que não é possível em pesquisa alguma que se faça uma análise exaustiva do arquivo de uma época¹³⁵, tais recortes funcionam metodologicamente como pontos de amarração, articulação, costura, tensão e crítica das condições em que apareceram historicamente. Deste modo, ao cruzar as obras desses intelectuais com outros monumentos que emergiram entre fins do século XIX e começo do XX como o Código de Menores, o Código Civil, as Constituições Federais e ainda um conjunto de periódicos, imagens, etc., procuro construir tal articulação para apresentar a materialidade e as condições de análise de saberes variados com ou sem status científico.

Foram mobilizadas obras de intelectuais brasileiros que empenharam esforços para compreender e definir a seu modo o problema do menor delinquente e como o Estado deveria intervir em tal “questão social”. *Menores e loucos em direito criminal (um estudo sobre o artigo 10 do Código Criminal do Império)* foi escrito pelo jurista sergipano Tobias Barreto (1839-1889) com o objetivo de analisar o Código Criminal de 1830 levando em conta principalmente aquilo que o legislador tomou como referência para definir o conceito de delito e quais sujeitos estariam incluídos nesse escopo jurídico como inimputáveis, isto é, menores com idade inferior a 14 anos de idade e pessoas consideradas loucas, por não possuírem discernimento para as ações nas quais se envolvessem. Interessa diretamente a esta primeira parte da tese delimitar e descrever o que estava definido como discernimento e delito, e de que maneira tais definições foram incorporadas no vocabulário presente em uma continuidade histórica específica para garantir a formulação do Código de Menores de 1927. Utilizo a edição lançada em 1926, sendo impressa nas oficinas da Empresa Graphica Editora de Paulo, Pongetti & C., no Rio de Janeiro. A reedição de tal obra aparece no momento de articulação de muitos debates jurídicos que convergiram para a formulação do referido Código de Menores.

Criminalidade da infância e da adolescência foi escrito por Evaristo de Moraes (1871-1939) e publicado pela primeira vez em 1910. Ele foi um advogado criminalista negro, de origem social pobre do Rio de Janeiro que, após acompanhar entre fins do século XIX e começo do XX, as experiências iniciais de institucionalização dos menores delinquentes na capital federal e em São Paulo, ingressou no campo de estudos do direito penal, constituindo interessante produção que apenas muito parcialmente aparece nesta tese. Farei uso, portanto,

¹³⁵ “É evidente que não se pode descrever exaustivamente o arquivo de uma sociedade, de uma cultura ou de uma civilização; nem mesmo, sem dúvida, o arquivo de uma época”, uma vez que “o arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade”. Cf. FOUCAULT, *A Arqueologia do Saber*, p. 159.

da segunda edição datada de 1927 e que apresenta modificações e ampliações em relação à primeira.

No livro *Os menores delinquentes e seu tratamento no estado de S. Paulo*, o professor de direito penal da Faculdade de Direito de São Paulo e delegado Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta (1870-1942) construiu toda uma exposição em torno do problema do menor criminoso e delinquente que começava a se esboçar em termos jurídicos e policiais no início do século XX. Sua obra publicada em 1909 pela Typographia do Diário Oficial apresentava argumentações em torno da degenerescência e o elemento racial na conduta criminal, tendo sido preparada em 1908 para apresentação no 4º Congresso Científico e 1º Pan-Americano em Santiago do Chile. De acordo com Marcos César Alvarez e Fernando Salla¹³⁶, este livro que foi inicialmente elaborado para o congresso continha, por sua vez, argumentos que já haviam sido elaborados em obra anterior intitulada *Classificação dos Criminosos* em 1897 para o concurso de professor substituto na Faculdade de Direito de São Paulo, constituindo-se como marca da chegada da Nova Escola Penal no Brasil.

A criança problema: a higiene mental na escola primária foi escrito pelo médico e psicólogo Arthur Ramos (1903-1949) em 1937. Farei uso da quarta edição revista do livro, publicada em 1954 pela Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro. O livro consiste em um grosso volume que pode ser lido como verdadeiro tratado de Psicologia aplicada à educação e se constituiu em fonte riquíssima para a história da educação brasileira e para a “história da higiene mental” voltada às crianças nas primeiras décadas do século XX, uma vez que o autor usou uma quantidade imensa de dados e casos cotejados nos arquivos do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM).

Nesta tese, o livro de Arthur Ramos contribuiu por meio de alguns excertos e casos clínicos a fim de que se pudesse pensar de que maneira o saber da Psicologia Social e da Psicanálise puderam contribuir a seu modo para que a ideia de anormalidade fosse questionada e o princípio de análise da delinquência infantil e juvenil pudesse ser visto de modo clínico e socialmente condicionado. Deste modo, o autor permite perceber os diferentes sujeitos caracterizados e classificados a partir da hierarquização de casos de desobediência, delinquência, criminalidade e desvio social. Os casos foram lidos por Ramos considerando-se o cotidiano das famílias e da vida escolar das crianças em análise e apresentando dados sobre condições socioeconômicas, gênero, raça/etnia e idade.

¹³⁶ ALVAREZ, Marcos César & SALLA, Fernando. Os novos contornos do bacharelismo liberal: uma análise da trajetória de Candido Motta (1870-1942). *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 39, mai./jun. de 2018.

Por sua vez, *Infância abandonada e delinquente – novos rumos do Serviço Social* foi escrito pelo jurista brasileiro Vicente Piragibe que teve forte atuação na formulação do direito criminal no período anterior à promulgação do Código Penal de 1940. Seu enfoque esteve na questão da delinquência como demanda para o Serviço Social que na década de 1930 ainda estava em processo de formação e consolidação no país. Para esta pesquisa, faço uso da edição de 1937 publicada no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional. Diferentemente das obras anteriormente mencionadas, esta possuiu uma materialidade distinta na medida em que não foi publicada como um denso volume com dados e análises pormenorizadas sobre o tema escolhido, mas parece querer funcionar como um material instrucional de mais fácil circulação e/ou apropriação. Trata-se de um livro que contém dois textos, sendo o primeiro um artigo mais longo publicado originalmente no jornal *Correio da Manhã* no dia 18 de outubro de 1936; o segundo consiste no texto elaborado e lido por Piragibe na Conferência inaugural do Curso de Serviço Social, pronunciada no Laboratório de Higiene Infantil no dia 20 de outubro de 1936.

Capitães da Areia foi escrito por Jorge Amado como um dos romances que iria marcar a segunda geração do modernismo brasileiro na literatura¹³⁷. O romance foi originalmente publicado em 1937, mas tendo sido considerado pela Comissão Executiva do Estado de Guerra, um órgão de repressão do Estado Novo, como uma obra subversiva, cerca de 808 exemplares foram queimados em novembro de 1937 em frente à Escola de Aprendizes Marinheiros, como narrava o jornal *Estado da Bahia* em 17 de dezembro.

Recorto deste romance a personagem Pedro Bala e as insígnias da delinquência e da criminalidade que foram inscritas em seu corpo e sua experiência social, a fim de perceber de que maneira o discurso jurídico e científico proveniente das teorias do delito da época estiveram presentes na composição do protagonista do romance. Por outro lado, mesmo sem ter o intuito de contar a história do modernismo literário no Brasil, farei breves exposições sobre as tensões que um romance com “pretensões realistas” como esse permite perceber para que se pense a literatura como arma política de denúncia social e subversão política. Considero que a composição desse romance esteve fortemente embasada na militância política do autor junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fortemente inspirada na estética do realismo socialista

¹³⁷ Para análise das fontes literárias ao longo de todo o estudo, vários autores foram mobilizados para pensar o estatuto da fonte sensível e seus usos possíveis, como se pode ver ao longo de todo o texto. Contudo, destacaria inicialmente dois textos que ajudaram a orientar a leitura dessa fonte ao longo da tese. Ver, a respeito. EAGLETON, Terry. O pós-estruturalismo. In. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. Revisão da tradução de João Azenha Jr. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 191-226. E ainda, FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In. PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 61-92.

que a III Internacional constituiu, incentivando intelectuais na composição de uma arte e literatura engajadas e criticamente orientadas pelo combate ao capitalismo.

O *Código de Menores de 1927* foi a primeira legislação especificamente voltada para crianças no Brasil, sem desconsiderar obviamente a Lei do Ventre Livre de 1871, mas que por sua vez não consistiu em uma legislação detalhada sobre os serviços, instituições e aparelhos do Estado voltados para garantir atendimento e investigação de casos envolvendo a infância e suas necessidades¹³⁸. Sendo efeito de uma rede complexa de narrativas não somente jurídicas, o Código será lido nesta tese como ponto de atravessamento de enunciações e projetos diversos sobre o problema do menor abandonado e delinquente no país.

Ao lê-lo em sua exterioridade e dispersão torna-se possível articular seus elementos jurídicos a outros que partiram de áreas como a Psicanálise, Literatura, Serviço Social e Direito Penal. Além disso, por meio dele serão pensados e analisados outros dispositivos especificamente jurídicos como o *Código Civil de 1916*, o *Código Penal de 1940* e as *Constituições Federais de 1934, 1937 e 1946*, sempre que permitam pensar aspectos que digam respeito à invenção social do menor como um sujeito marcado pelo signo da delinquência ou da criminalidade ou ainda em contraposição ao projeto de infância hegemônica empreendido pelo Estado Novo e sua retórica sobre o modelo da família. Ao ler o discurso jurídico como parte de uma ampla rede que conecta, dispersa, sobrepõe e amplia enunciados diversos, deve-se ter em conta que a lei penal integrava práticas sociais mais complexas, as quais “podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazer nascer formas totalmente novas de sujeitos, ou simplesmente novos sujeitos”.¹³⁹

Pierre Bourdieu enfatiza ser preciso fugir tanto do *formalismo* (que afirma a autonomia absoluta da forma jurídica em relação ao social) como do *instrumentalismo* (que concebe o direito como “reflexo” ou “utensílio” dos dominantes), para que se analise “o campo jurídico como lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito”, defrontando-se “agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste

¹³⁸ A esse respeito, José Murilo de Carvalho enfatiza que “por iniciativa do Imperador, com o apoio da imprensa e a ferrenha resistência dos fazendeiros, o gabinete chefiado pelo visconde do Rio Branco conseguiu fazer aprovar, em 1871, a lei que libertava os filhos de escravos que nascessem daí em diante. Apesar da oposição dos escravistas, a lei era pouco radical. Permitia aos donos dos ‘ingênuos’, isto é, dos que nascessem livres, beneficiar-se de seu trabalho gratuito até 21 anos de idade”. Ver: CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 52.

¹³⁹ LÉON, Adriano de. O cárcere das palavras: o poder simbólico da linguagem jurídica. *Verba Juris*, ano 3, n. 3, jan/dez. 2004, p. 45.

essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre e autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social”.¹⁴⁰

O discurso jurídico gera efeitos diversos, como o de *neutralização*, que é obtido por um “conjunto de características sintáticas tais como o predomínio das construções passivas e das frases impessoais, próprias para marcar a impessoalidade do enunciado normativo e para constituir o enunciador em sujeito universal, ao mesmo tempo imparcial e objetivo”.¹⁴¹ Por outro lado, o efeito de universalização pode ser obtido por processos diversos e convergentes: “o recurso sistemático ao indicativo para enunciar normas, o emprego próprio da retórica da atestação oficial e do auto, de verbos atestativos na terceira pessoa do singular do presente ou do passado composto que exprimem o aspecto realizado (“aceita”, “confessa”, “compromete-se”, “declarou-se”, etc.), o uso de indefinidos (todo o condenado) e do presente intemporal – ou do futuro jurídico – próprios para exprimirem a generalidade e a omnitemporalidade da regra do direito: a referência a valores transobjectivos que pressupõem a existência de um consenso ético (por exemplo, ‘como bom pai e de família’); o recurso a fórmulas lapidares e a forma fixas, deixando pouco lugar às variações individuais”¹⁴². Assim, o trabalho com a legislação impõe o cuidado de que, por ser oficial, não se a interprete ou hierarquize em relação às demais, pois também foi fabricada historicamente, tendo um alcance social eminentemente estratégico e devendo ser lida não de modo descendente, mas ascendente. A linguagem produz poder e por uma gramática própria o discurso jurídico instituiu-se como pretendendo ser incontestável, monofônico e sem ambiguidades. Pode-se desconstruir tal discurso percebendo sua gramática, sintaxe, formas de composição, estratégias de persuasão e supressão da diferença ao buscar ser unívoco e verdadeiro.¹⁴³

O homem delinquente data de 1882 e foi escrito pelo criminalista italiano Cesare Lombroso (1835-1909). Trata-se da única obra de origem estrangeira inserida como fonte na primeira parte da tese. Por que então arrolar, entre as outras fontes, esta com estatuto tão peculiar? Ocorre que ao ler o romance de Jorge Amado vê-se que em uma das cenas o menor delinquente foi definido pelo diretor do reformatório a partir dos critérios formulados por Lombroso para diagnosticar o “criminoso nato”, termo cunhado por Enrico Ferri (1856-1929)

¹⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989, pp. 210-254. Neste texto ficam explícitas algumas diferenças metodológicas em relação aos procedimentos da abordagem foucaultiana do Direito. Cf. CALLEWAERT, Gustave. Bourdieu crítico de Foucault. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 19, 2003, pp. 131-170.

¹⁴¹ Idem, p. 216.

¹⁴² Idem, p. 215-216.

¹⁴³ BRITO, Diná Tereza de. Linguagem: o poder no discurso jurídico. *Diálogo e Interação*, vol. 1, 2009.

mas que se tornou mais conhecido a partir de Lombroso; na obra de Tobias Barreto, Evaristo de Moraes e tantos outros intelectuais brasileiros como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), o nome e a obra de Cesare Lombroso foram recorrentemente citados para entender as causas da delinquência e da criminalidade praticadas por crianças.¹⁴⁴

Marcos César Alvarez¹⁴⁵ enfatiza que a história da Criminologia não começou no fim do século XIX com Lombroso, mas tem raízes mais profundas na história das ciências médicas na Europa desde o fim do século XVIII. Sobre a obra *O homem delinquente*, em particular, Alvarez enfatiza o seguinte:

O livro mais importante de Lombroso, *L'Uomo delinquente*, foi publicado pela primeira vez em 1876. Este trabalho, no qual Lombroso desenvolve suas principais idéias acerca das raízes do crime, foi várias vezes reeditado na Itália e traduzido em diversos países europeus. O livro ganhou notoriedade a partir da segunda edição italiana em 1878, e com as traduções em francês e alemão, publicadas em 1887, passou a ser amplamente conhecido também no exterior. Ao longo das cinco edições em italiano, o livro foi sendo ampliado por Lombroso que, a cada publicação, adicionava novos dados antropométricos para confirmar suas teorias. Em 1899 publicou *Le Crime: causes et remèdes*, no qual deu atenção também aos fatores sócio-econômicos que causariam o crime.¹⁴⁶

Entre uma perspectiva biologizante e a naturalização do social, o saber criminológico foi se constituindo em meio às críticas e proposições variadas. Se Lombroso acabou se destacando nesse campo, por sua vez não esteve alheio às críticas de autores como Alexandre Lacassagne (1843-1924) e Gabriel Tarde (1843-1904). Para os propósitos desta tese, mesmo não querendo realizar um estudo de recepção ou apropriação cultural de determinada obra por intelectuais de outro tempo e espaço (neste caso, o livro de Lombroso), nem tampouco pretendendo empreender uma história comparada do direito penal, penso que apresentar alguns elementos da teoria do delito que o referido criminalista produziu, a fim de estabelecer conexões e diferenças com o que se disse por aqui, tem o seu valor analítico e pode contribuir para pensar a emergência do menor no Brasil, uma vez que os discursos produzidos nacionalmente muitas vezes referenciaram e citaram tal obra como condição de sua própria enunciabilidade.

As cenas de assombro que abrem a primeira parte da tese foram coletadas de três periódicos com vasta circulação no país no período em análise. A escolha por partir dessas

¹⁴⁴ Para um estudo sobre a recepção das teorias raciais a partir da Escola Nina Rodrigues e sua contribuição para a formação da Antropologia no Brasil do século XIX, cf. CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2ª ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

¹⁴⁵ Cf. ALVAREZ, Marcos César. O homem delunquente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. *Teoria & Pesquisa*, n. 47, jul./dez. 2005.

¹⁴⁶ Idem, p. 80, grifos no original.

cenar teve o intuito de demonstrar que a invenção do menor não precisa ser pensada necessariamente como efeito de uma maquinaria jurídica ou institucional, uma vez que ler tal processo dessa maneira invisibiliza uma série de narrativas culturais e sociais dispersas na sociedade e que permitem pensar porque tal “fantasma” se tornou tão consolidado no imaginário social brasileiro, retornando de diferentes modos e sendo articulado a diferentes tecnologias da exclusão. Porém, ao partir de tais cenas apresentadas na imprensa brasileira vê-se que, mais do que meramente informar (o que não seria pouco ou simples), um periódico fabrica visões de mundo sobre os temas dos quais trata. Ao compreendê-lo como artefato histórico construído em diferentes condições sociais e por variadas técnicas, vinculado ou não a uma instituição oficial e com público circunscrito ou amplo, enfatizando sua materialidade e as linguagens que o constitui, assim como os conteúdos recorrentes, colaboradores assíduos e o uso que se fez ou não das imagens, pode-se pensar sobre a visibilidade acerca do menor delinquente.¹⁴⁷

Portanto, começar esta narrativa em 1910 significa entender uma década em que as narrativas sobre o menor abandonado e delinquente passaram a se delinear com mais força, ganhando mais espaços institucionais e políticos para definir um problema que surgia, um mal que se adivinhava, um medo que começava a ter grande repercussão e em direção ao qual deveriam ser envidados esforços de toda sorte.¹⁴⁸ Esquecendo o dilema e a ingenuidade da origem como lugar de uma verdade confortável e abonadora, eis que 1910 foi o ponto de surgimento, isto é, a zona de articulação de uma série de discursos até então dispersos socialmente – e que assim continuarão sendo para se articularem de outros modos, posteriormente –, mas que foram pensados, analisados, descritos, sobrepostos e diferenciados a fim de que se lesse o problema do menor delinquente no país. O recuo às décadas iniciais do século XX funciona nesta primeira parte do texto, portanto, como ponto de amarração de uma diferença nas relações de força que a tornou possível historicamente, empreendendo a arqueologia de uma diferença entre o menor e a criança. Foi somente para descrever em suas sutilezas o que diferencia tal emergência no começo do século daquilo que ocorrerá depois, que este recuo estratégico fez sentido.

¹⁴⁷ Sobre o trabalho metodológico com periódicos, cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015. Para um rico levantamento com interessantes reflexões sobre as revistas e jornais brasileiros de fins do século XIX até a década de 1920, cf. MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*, São Paulo (1890-1922). 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

¹⁴⁸ Os textos que figuram na seção “1910 – um só ou vários começos?” consistem em transcrições dos materiais encontrados na imprensa da época, alterando-se a grafia de algumas palavras para facilitar a compreensão e fluidez do texto, sem comprometer o sentido.

1910 – Um só ou vários começos?

Correio Paulistano (SP)

Menor delinquente.¹⁴⁹

Santos, 25 – Hoje, às sete horas da noite, no José Menino, o menor José Isidro, após uma violenta alteração, feriu gravemente com uma faca a Leopoldo Vergani. O ferido foi socorrido pelo dr. Silverio gani (sic).

O Paiz (RJ)

A criminalidade infantil.¹⁵⁰

O problema da criminalidade infantil preocupa os homens de ciência em todos os países; na Itália, esse problema reveste um aspecto muito grave, e deu lugar a que um antigo ministro, o sr. Orlandó, nomeasse uma comissão para estudar o aumento progressivo desse mal e propor os remédios convenientes para a sua atenuação.

Para se avaliar do aumento que tem tido na Itália a criminalidade dos menores, basta ler a seguinte relação dos menores condenados pelas várias autoridades judiciais em diversos anos. Assim os menores condenados foram:

Em 1890.....30.108

Em 1900..... 42.684

Em 1905..... 67.944

É, como se vê, um crescendo terrível.

O grande contingente de menores delinquentes é fornecido pela infância abandonada.

Segundo um eminente criminalista italiano, a infância abandonada pode dividir-se em três categorias:

1ª – Infância materialmente abandonada. Os órfãos que, escapando a mortalidade, quase sempre são candidatos ao crime.

2ª – Infância moralmente abandonada. Os filhos de viciosos e degenerados. Maltratados pelos pais, impelidos por eles para a mendicidade, a vagabundagem, o furto, a prostituição, etc.

3ª – Infância, necessariamente abandonada. Esta é a categoria mais numerosa e mais desgraçada.

O moderno industrialismo, obrigando não só os homens mas as mulheres e mães de família, a buscar o pão cotidiano nas fábricas e oficinas, desorganizou e fez dispersar a família.

O pai e a mãe, trabalhadores honestos, são forçados a passar o dia fora de casa, e têm necessariamente de abandonar os filhos, que andam pelas ruas aos bandos, na convivência dos piores indivíduos. Assim sem a disciplina e sem o aconchego da vida de

¹⁴⁹ *Correio Paulistano*, terça-feira, 26 de Abril de 1910, número avulso.

¹⁵⁰ *O Paiz*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 4 de fevereiro de 1910, página 7.

família, as pobres crianças, sem os pais o quererem, acabam por seguir, muitas vezes, o caminho do crime.

Eis aqui exposto o mal e definidas as suas causas.

Em França, a marcha da criminalidade dos menores não tem sido tão alarmante como na Itália, mas, em todo o caso, não é tranquilizadora.

Foram condenados:

Em 1880..... 23.000

Em 1905..... 31.000

Na Alemanha, o acréscimo da criminalidade entre os menores é muito grave, como pode ver-se da estatística dos condenados:

Em 1882..... 30.000

Em 1905..... 51.000

Em 1906..... 55.000

Na Inglaterra e nos Estados Unidos o mal tem sido muito atenuado. Com efeito, o número de menores delinquentes tem diminuído nestes dois países.

Os ingleses atribuem essa diminuição à lei sobre a infância, promulgada pelo governo liberal. Quanto aos americanos, esses orgulham-se por ter dado ao Velho Mundo o exemplo de uma instituição que é e será o modelo de todas as reformas a realizar. Queremos nos referir aos tribunais para menores.

Essa instituição foi também adoptada pela Alemanha desde há um ano. A emoção produzida no público pelas estatísticas da criminalidade infantil deu lugar a que o governo alemão procurasse um remédio para tão grande calamidade. O remédio encontrou-o nos tribunais de menores, à semelhança dos que existem nos Estados Unidos.

Segundo os novos processos de correção, parte-se do princípio de que o menor delincente deve ser julgado, vigiado e castigado como criança e não como se fora um homenzinho.

O pequeno acusado não é conduzido aos tribunais por agentes da força pública, mas, citado diretamente para comparecer livre no tribunal, onde é julgado de maneira que do seu julgamento assista o menor número de espectadores.

Mas, isto é apenas o aspecto exterior, decorativo, da reforma. A sua essência está na composição do tribunal, e nas medidas de proteção aplicadas ao menor.

O juiz especial é nomeado tendo em atenção as suas qualidades particulares de bondade e perspicácia. Junto dele, e fazendo parte do tribunal, estão alguns particulares, que pela sua prática da vida, professores, filantropos, diretores de asilos, etc., tenham conhecimento das misérias sociais e da vida das crianças pobres.

O juiz dispõe da dupla qualidade de julgador e de tutor. Se resolve não aplicar nenhuma pena, fica autorizado a decidir sobre a maneira de viver do menor, vigilância a que deve ficar sujeito, etc.

Também na França o problema está sendo estudado pelos homens mais eminentes, devendo em breve o governo apresentar às câmaras um projeto sobre a reforma do código da infância e a adopção da proposta de Paul Deschanel, para a criação dos tribunais destinados ao julgamento de menores.

Diário de Pernambuco (PE)

Ferimentos¹⁵¹.

Às primeiras horas da manhã de ontem, o major Julio Agostinho Bezerra, proprietário da “Agência Jornalística Pernambucana”, foi no seu estabelecimento, vítima de um atentado, que por pouco não lhe custou a vida.

Pormenorizando: Durante algum tempo fora empregado de baleão do major Agostinho o menor José Carlos da Cunha Mello, cujo comportamento ultimamente vinha provocando censuras da parte do patrão.

De tais circunstâncias pouco e pouco se originou uma certa animosidade entre aquele comerciante e seu empregado, animosidade de que se explodiu uma repreensão mais ou menos áspera.

A situação do empregado resolveu-se anteontem, após uma discussão, durante a qual o major Agostinho, exaltando-se deu alguns afanões, no Carlos, despedindo-se por fim.

Parecia assim liquidado o caso.

Não o estava, entretanto. E agora entrava em jogo a vida do major Agostinho. Um irmão do mau caixeiro, ciente do que ocorrera com o Carlos, tomou-se de raiva e projetou levar a efeito uma desforra. É ele Juvêncio da Cunha Mello Filho. Assentado que se vingaria de qualquer meio, Juvêncio armou-se de uma pistila [sic] “Mauser” e, de ânimo premeditado para a prática do crime, dirigiu-se muito cedo para a rua do Imperador.

A esse tempo o major Agostinho Bezerra dirigia a distribuição de jornais, serviço a que se entrega quotidianamente em seu estabelecimento.

Quando estava quase a terminar aquele serviço, sendo por conseguinte insignificante o número de pessoas que se encontrava no local, Juvêncio aproximou-se, penetrando no estabelecimento, interpelando o negociante. Houve então uma violenta troca de palavras, dando o major Agostinho uns empurrões no agressor, mandando pô-lo para o meio da rua. Nesse momento Juvêncio puxa da arma que trazia e detona contra o comerciante que desta vez reagiu com energia, investindo contra o criminoso, armado de cano de ferro. Outro tiro se fez ouvir, ferindo o alvo no braço direito, em seguida mais outro, cuja bala se foi alojar na perna direita da vítima.

Juvêncio, ao passo que se utilizava da pistola, fugia em vertiginosa disparada.

Mas o ferido perseguia-o sempre, sendo repetidamente alvejado, sem contudo ser mais atingido. Já andava o fugitivo pelo palco do Paraíso, quando outro tiro atingiu o major Agostinho, na região lateral do tórax, com escoriação interessando o pulmão.

Populares auxiliavam a perseguição do criminoso, que afinal foi preso pelo capitão Francisco Pereira de Souza, gerente do “Jornal do Recife”. Ainda no momento em que se efetuava, a vítima conseguiu dar uma forte bordoadada no braço esquerdo do preso.

Levado para o quartel da subdelegacia do distrito de Santo Antônio, o criminoso ali apresentado à autoridade que fez lavrar o auto de flagrância.

¹⁵¹ *Diário de Pernambuco*, segunda-feira, 30 de agosto de 1915, página dois.

A vítima, que em consequência dos ferimentos recebidos, sentia-se um pouco enfraquecida, foi conduzida por alguns amigos para a redação d' "O Tempo". Ali a encontrou a assistência pública, que lhe prestou os necessários socorros médicos, transportando-a em seguida para o Hospital Português.

O estado do major Agostinho Bezerra não é grave, contudo, inspira cuidados.

Hoje devem ser extraídas as balas.

— O menor delinquente conta com 17 anos de idade e é de cor branca.

— No seu depoimento à polícia disse que praticou o crime em legítima defesa. Sabendo, disse, que seu irmão havia sido despedido da casa na noite anterior e que o patrão dele o esmurrara perversamente, negando-se a entregar-lhe a mala, tomara a resolução de pedir satisfações ao sr. Agostinho Bezerra do que praticara. Mas, chegando pela manhã na "Agência", ao censurar aquele negociante, foi por este também esmurrado.

Diante da atitude do major Agostinho, que saíra para os fundos da litografia a buscar um cano de ferro, ele esperou-o. Ao receber umas pancadas e depois de pedir socorro, foi que fez uso da sua pistola "Mauser", atirando.

Deu quatro tiros apenas, dos quais dizem que três pegaram. No pátio do Paraíso. Quando foi preso, acrescentou, ainda recebeu uma cacetada no braço esquerdo, que está ferido.

— Sobre o fato foi aberto inquérito no qual depuseram, além do delinquente, as testemunhas Euclides Francisco Callado e José Hortência da Silva, empregado da "Agência Jornalística". Hoje deverão depor outras pessoas.

Entre cenas de assombro e violência descritas pela imprensa do país, eis que no limiar de um novo século forças diversas parecem dar os contornos para um sujeito, um personagem social, um certo modo de vida que, na ótica de alguns jornalistas, intelectuais, advogados, políticos e cientistas, deveria ser estudado e compreendido em sua dimensão mais cotidiana. Como era possível que crianças se tornassem delinquentes? Em um momento em que uma série de preceitos médicos, pedagógicos, higienistas, artísticos, entre outros, prescreviam como a criança deveria ser educada e a infância cultivada, eis que um contraponto, um imprevisto, um acaso qualquer, um objeto impensado em meio a alguns projetos de governo da infância, emerge. Começava assim a ganhar contornos e a emergir sob o signo de uma diferença um certo sujeito: o menor delinquente.

José Carlos e Juvêncio apareceram no texto do jornal *Diário de Pernambuco* como personagens símbolo de um conflito social em curso. A oposição parecia clara entre trabalhador e empregado. Na condição de proprietário e patrão, Júlio Agostinho pareceu se sentir no direito de ferir o corpo do outro, não o remunerar do modo devido, mandá-lo embora quando bem lhe

aprouvesse ou ainda humilhá-lo na rotina de trabalho. Por outro lado, a narrativa permitiria pensar como diferentes redes de sociabilidade entravam em conflito, esgarçando suas forças e fazendo uso dos diferentes recursos que possuíam para se impor uma diante da outra. Foi assim que, vendo o irmão humilhado e machucado, Juvêncio seguiu para o local de trabalho dele com o objetivo de realizar uma vingança, lavar uma honra ferida, reaver os direitos de uma existência menosprezada.

Luta de classe¹⁵², mas também luta de geração entre quem possui os meios de sobrevivência, mas que também se legitima sob o signo da idade e da condição de maioridade, pois sendo adulto poderia mandar calar, prender, bater, expulsar. Dessa rotina de violações cotidianas, sentimentos de ordem diversa se constituem e dão sustentação a certas modalidades de vingança e reparação. Mas se acerca do conflito protagonizado pelo menor Juvêncio foi possível acessar informações mais detalhadas, visando construir uma narrativa explicativa sobre um fato considerado relacionado a uma certa cadeia de acontecimentos anteriores, algo diferente ocorreria quando se diz respeito à história do menor José Isidro. Este aparece em uma matéria nomeada não ingenuamente e em letras grandes de “menor delinquente”. Sobre ele não se sabe quase nada, mas se poderia perceber que o esquema que distribuía posições de poder era semelhante. Nesta outra notícia o corpo emergiu novamente como superfície de inscrição de decisão final sobre como inverter posições de poder ou, ao menos, livrar-se momentaneamente de situações de exposição extrema. A coluna em que a história de José Isidro apareceu foi intitulada “Ferimentos”.

Não haveria como saber muito bem os motivos e as causas sociais ou familiares de tal acontecimento. Como tantas outras personagens narradas em diferentes jornais, de lugares e regiões distintas do Brasil, essa multiplicidade de histórias e de experiências não deveria ser subsumida ou desconsiderada ao querer-se compreender como foi possível a invenção de uma falsa unidade, uma unidade montada peça a peça e justificada nessa dispersão absoluta de relatos, de casos, de experiências singulares esquecidas. Algumas delas foram descritas em páginas que o tempo desgastou, sendo tingidas por manchas e marcas diversas, mas que dos porões dos arquivos permitiram pensar sobre como na cotidianidade dos gestos e espaços foram sendo criadas as condições de surgimento de um problema social

Diferentemente de algumas páginas da imprensa que se ocuparam em descrever sem grandes detalhes os casos em que menores feriram, foram feridos, perseguiram e se

¹⁵² Sobre a análise de classes sociais e os deslocamentos teóricos operados pela analítica foucaultiana nas Ciências Sociais, cf. ADORNO, Sérgio. Perturbações: Foucault e as Ciências Sociais. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, pp. 33-61, abril, 2017.

empenharam em vinganças, ou foram objeto da violência de empregadores, pais ou outros adultos, os intelectuais da época se dedicaram a narrar aquele problema social em detalhes. Produziram obras que se impuseram inicialmente pela materialidade que as tornaram possíveis em termos de impressão e difusão. Motivadas por experiências ou olhares diversos, no começo do século passado foram produzidos verdadeiros compêndios ou tratados sobre a infância e essa estranha figura opositora que somente aos poucos – e numa linha de continuidade muito sutil – foi sendo nomeada por meio do termo “menor”. Longe de conotar apenas uma menoridade etária, o termo também indicava uma menoridade em termos de discernimento, responsabilidade, capacidade de tomada da palavra e enunciação sobre si. Palavra mais que fugidia e difícil, a menoridade serviu para fins diversos. Um deles foi a categorização de um sujeito, isto é, um certo lugar ou posição social para certos indivíduos que tiveram o corpo e o rosto marcados pela força de uma distinção.

O enigma do discernimento

*Não se nasce vicioso, mas sim viciável.*¹⁵³

Em uma visita à Casa de Detenção do Rio de Janeiro no ano de 1898 a convite de Arthur Moncorvo (1846-1901), médico e puericultor que criou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância em 1899, o advogado criminalista Evaristo de Moraes assombrou-se com a situação dos menores internos. Ambiente sujo, mal iluminado, fétido e o mais grave de tudo para ele era a mistura de crianças com adultos condenados por crimes diversos. Disse o criminalista:

Aqui no Brasil, ainda temos – até mesmo na Capital Federal – de suportar essa abominação, que consiste em manter menores de 14 e 15 anos, processados ou condenados, nas prisões ordinárias, em inevitável contato com velhos reincidentes, sujeitos, mais ou menos, à *tarifa* das penalidades instituídas para adultos, sob a guarda de funcionários que não dispõem do mais insignificante preparo para a reeducação de caracteres precocemente transviados.¹⁵⁴

Tal cena de assombro surtiu efeitos diversos e um deles foi a publicação sistemática de artigos diversos em jornais como *Tribuna* e *Gazeta da Tarde*, ambos da capital federal, durante a última década daquele século, uma vez que suas visitas à casa de detenção tinham sido

¹⁵³ MORAES, Evaristo de. *Criminalidade da infância e da adolescência*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927, p. 13.

¹⁵⁴ Idem, p. 66.

iniciadas em 1894. Dali em diante, uma certa militância, articulada a todo um investimento teórico e político, passou a fazer parte do trabalho de Evaristo de Moraes na seara jurídica, um campo social complexo no qual este advogado precisou encarar o preconceito racial devido sua origem racial e social e mediante o fato de jornais como *O Paiz*, órgão oficial de imprensa, o ter categorizado e menosprezado como rábula¹⁵⁵, não o considerando um advogado portador do título de doutor. Isto ocorreu tanto no episódio em que Evaristo de Moraes se colocou a favor do direito das prostitutas, como também quando precisou ir aos tribunais para fazer a defesa de seu próprio pai.

Se em 1893 a sua inserção no trabalho forense havia se dado como tentativa de superação de algumas dificuldades financeiras, posteriormente, a partir de 1894, seu envolvimento teórico e político no campo do direito criminal e sua atuação nos tribunais passou a tomar lugar central em sua trajetória. Como destaca a historiadora Joseli Mendonça, “o jovem rábula empenhava-se também nos estudos sobre criminalidade e continuava a escrever seus textos polemistas”¹⁵⁶, colocando-se como ferrenho crítico do positivismo que desde a década de 1870 influenciava os ares de toda uma geração de intelectuais no país, com a projeção, no caso do Direito Penal, de figuras como Cesare Lombroso, Enrico Ferri, Raffaele Garófalo e Scipio Sighele. Deste modo, os estudos no campo do Direito Criminal associados com a sua vivência na cidade do Rio de Janeiro e sua observação sobre as condições de vida dos prisioneiros o fez dar atenção para o diagnóstico das condições sociais, psicológicas, morais e afetivas que poderia suscitar o abandono e a delinquência infantil. Condensando as discussões a que havia se somado, no ano de 1916 Evaristo de Moraes publicou *Criminalidade da Infância e da Adolescência* pela Livraria Francisco Alves no Rio de Janeiro. Trata-se de uma obra de fôlego e que seria lida e articulada como linha de força das narrativas sobre o menor delinquente em um momento no qual o Estado passava cada vez mais a investir recursos financeiros e institucionais para driblar aquele que se apresentava como um problema ou uma ameaça ao sonho da modernização capitalista.¹⁵⁷

¹⁵⁵ “A possibilidade de advogar sem formação acadêmica existiu oficialmente desde o período colonial. Um alvará régio – de 24 de julho de 1713 – definiu que qualquer pessoa idônea, mesmo sem o diploma em direito, poderia exercer a advocacia, desde que recebesse autorização para tal”. Cf.: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: tribuno da república*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 62.

¹⁵⁶ Idem, p. 65.

¹⁵⁷ A Livraria e Editora Francisco Alves exerceu grande influência na formação do mercado editorial brasileiro a partir da segunda metade do século XIX, publicando livros escolares, romances, contos e estudos jurídicos, como os de Evaristo de Moraes. Foi fundada na rua Gonçalves Dias, no Rio de Janeiro, em 1854, pelo imigrante português Nicoláo Antônio Alves e, posteriormente, foi adquirida pelo seu sobrinho Francisco Alves, o qual, de início, entrara como sócio no empreendimento. Inicialmente se chamou Livraria Clássica, posteriormente Livraria Alves, até que foi adotado o nome Francisco Alves, começando sua atuação na capital federal e depois também em São Paulo (1884) e Minas Gerais (1910), tendo já no fim do XIX ampliado seus negócios para a Europa,

O livro foi composto por dez partes ou capítulos com temas e subtemas que buscaram descrever em detalhes o problema já enunciado no título da obra. A própria distribuição dos conteúdos do livro demonstrava o tipo de raciocínio que orientou toda a estruturação e distribuição das ideias. Evaristo principiou o livro tratando do aumento da criminalidade a partir de determinadas estatísticas não apenas do Brasil, mas também de outros países como Alemanha, Itália, França e Estados Unidos, semelhante ao procedimento adotado por *O Paiz*, o que demonstrava o seu desejo de situar tal problemática no âmbito da civilização ocidental e não apenas como algo característico do Brasil. Se o problema parecia ser comum a diferentes países, os modos de lidar com a questão era o ponto de diferenciação almejado pelo autor. Foi exatamente disso que decorreram seus longos comentários sobre os congressos internacionais voltados ao tema e as questões alusivas aos tribunais de menores dos Estados Unidos e Alemanha.¹⁵⁸

Buscava-se entender “a causa familiar” e os problemas relacionados com a situação da criança órfã, a negligência, a incapacidade de os pais manterem seus filhos, etc. A instrução e educação das crianças também foi objeto de seu interesse, uma vez que afirmava ser preciso estar atento para as falhas na educação na necessidade de promoção do ensino profissional, a fim de que se evitasse a todo custo o fantasma da criança abandonada e incapaz de assumir alguma tarefa no processo produtivo. Às escolas correcionais foi dedicada uma exposição na qual Evaristo de Moraes fez um levantamento sobre as mudanças e transformações pelas quais passou esse tipo de instituição socialmente “apta” ou “destinada” a lidar com as crianças cujas

incorporando algumas livrarias-editoras de Portugal e França como a Aillaud (francesa) e a Bertrand (portuguesa). Com exceção da Imprensa Nacional, a Francisco Alves é a editora mais antiga em funcionamento no Brasil. No período em análise, exerceu forte poder na produção e divulgação de livros no país. Cf. BRAGANÇA, Aníbal. Francisco Alves, uma editora sesquicentenária (1854-2004). *XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

¹⁵⁸ Em seu estudo sobre a criação do tribunal para menores nos Estados Unidos em 1899, Anthony Platt analisa todo um período anterior a esta data para compreender as condições de surgimento e as características do movimento “salvadores da criança” liderado por reformadores no âmbito do discurso penal. Tal movimento criou as bases da discussão sobre delinquência e marginalização infanto-juvenil. O autor problematiza por meio de pesquisa documental a invenção da categoria “delinquência” e as diferentes relações de força que participaram da criação dessa problemática, criando todo um campo disponível para o estudo e intervenção nessa seara que se constituía àquela época e mobilizou lideranças feministas, inclusive, para atuar nessa pauta. “Esta obra acaba con el mito de que el movimiento pro salvación del niño tuvo éxito em la humanización del sistema de justicia penal, que salvo a los niños de cárceles y prisiones y creó instituciones dignas, judiciales y penales, para los menores. Declara que, si acaso, los salvadores del niño contribuyeron a crear um sistema que sometía a más y más menores a castigos arbitrarios y degradantes. Pero ¿ como ocurrió esto? ¿ Fue simple consecuencia de las buenas intenciones malogradas, del excesivo idealismo o ingenuidad, o talvez de una conjura bien instrumentada entre los salvadores del niño? Este nivel de explicación, implícitamente sostenido em nuestra obra, es reduccionista porque subestima la importancia de las condiciones estructurales y fía demasiado em la critica subjetiva de la motivación y las ambiciones profesionales de los salvadores del niño. Poniendo el movimiento pro salvación del niño em contexto de la economia política del progresismo tal vez se logre arrojar uma luz nueva sobre sus factores”. Cf. PLATT, Anthony M. *Los salvadores del niño o la invención de la delincuencia*. Traducción de Félix Blanco. 3ª ed. Mexico/España/Argentina/Colombia: XXI Siglo veinteuno editores, p. 19.

famílias já haviam sido desfeitas ou não tinham as condições materiais e morais para provê-las. Sob este aspecto, a figura do Estado ganha contornos importantes, pois enumera-se as condições e situações em que esta instituição social deveria intervir na situação da infância criminosa. Aí se apresentava uma série de informações sobre o “exemplo” da Inglaterra. Apontou, em várias passagens, como sendo dignas de imitação, as experiências da Suíça, Bélgica e Estados Unidos no tocante a esse assunto.

Situar o tema internacionalmente parecia importante tanto para desnaturalizar e desmistificar as causas do assunto, como também para burilar propostas e intervenções. No panorama estrangeiro situaram-se os Congressos Internacionais de Londres, Estocolmo, Roma, São Petersburgo, Paris, Amsterdã, Turim e o Congresso Pan-Americano, cuja primeira edição ocorreu em 1916 na Argentina, assim como o Congresso de Washington de 1910, o Congresso Penitenciário da Argentina de 1914 e o Congresso Jurídico Brasileiro de 1922. Todas essas articulações de fatos, investimentos e resultados no estudo daquele problema estaria articulado com preocupações conceituais e jurídicas de fôlego.

Uma das questões estruturantes do debate foi a temática do discernimento, tomada por Evaristo de Moraes a partir de uma perspectiva profundamente crítica. Ele considerava que se havia tomado o discernimento como um falso critério de análise das situações de delinquência e criminalidade, integrando os procedimentos de análise e classificação dos menores ditos criminosos com base em critérios provenientes da teoria do delito à moda de Cesare Lombroso. Pensar o discernimento, no entanto, esteve articulado com a temática da limitação do pátrio poder, algo que foi objeto de muita disputa jurídica e política principalmente na época do Estado Novo e seu ideário de família. Este conjunto de temas parecia convergir para aqueles que encerrariam o debate proposta nesta obra, isto é, as críticas de Evaristo de Moraes aos métodos para preservação, educação e correção dos menores considerados abandonados, corrompidos ou criminosos.

Diante de tal temática e os desafios que ela impunha do ponto de vista econômico, institucional e político, a figura dos juízes e juizados especiais também mereceu destaque, fazendo um histórico desse tipo de instituição, indicando o exemplo inicial dos estadunidenses na configuração dessa institucionalidade específica e relatando as discussões que estavam ocorrendo no Brasil sobre esse tipo de órgão. Figurando na estrutura do livro como apêndices, constavam um texto sobre *A prostituição da infância e da adolescência* e o decreto nº 16.272 no qual se aprovava o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes, sendo apresentado juntamente com o Regulamento. Nos documentos oficiais anexados à sua narrativa, podia-se ler o Decreto 17.508 de 4 de novembro de 1926 que aprovou

o regulamento da Escola João Luiz Alves, com o referido regulamento em anexo. Entre os documentos de natureza jurídica, um dos mais singulares seria o Decreto 5.083 de dezembro de 1926, que instituiu o Código de Menores, vindo a ser regulamentado em dezembro do ano seguinte pelo Decreto Federal 17.943-A. observando-se a materialidade do texto pode-se perceber como as narrativas exteriores a ele funcionaram como a sua rede de sustentação, como a condição não meramente textual, mas eminentemente política, para seu aparecimento na ordem do discurso.

O fato de na segunda edição do livro haver a referência explícita aos documentos que instituíram o Código de Menores como a primeira lei especificamente definida para a assistência aos considerados menores de idade e em situação de abandono e delinquência, diria muito sobre como a obra estava sendo usada nas redes institucionais que teceram a legislação, tendo em vista que os juizados de menores estavam em funcionamento na capital desde 1925.

Em quase todos os países civilizados, onde a estatística criminal pode merecer algum crédito, tem sido feita, nestes últimos tempos, lamentável observação: AUGMENTA A CRIMINALIDADE DA INFÂNCIA E DA ADOLESCENCIA, REVELANDO-SE, DE DIA A DIA, MAIS PRECOCEMENTE OS IMPULSOS ANTI-SOCIAES¹⁵⁹.

Assim iniciava-se o livro de Evaristo de Moraes, fazendo a frequente referência à civilização como modelo distante e a ser imitado. As letras em destaque compoem toda uma sequência do parágrafo faria parte de uma estratégia de persuasão que se materializava em um recurso gráfico para reforçar o tom de alarme. Àquele momento a estatística se mostrava como recurso seguro para produzir aquela leitura sobre o real. E foi justamente em uma nota de rodapé no começo do livro que o autor fez uso dessa estratégia discursiva abordar o tema:

o aludido fenômeno, que tanto alarma a sociedade moderna, manifesta-se intensamente no Rio de Janeiro. Só pôde ser estatisticamente bem apreciado de alguns anos a esta parte. É assim que sabemos terem dado entrada na prisão e respondido a processos-crimes, no ano de 1908, 493 menores e 20 anos. Entre eles, 46 houve *com menos de 15 anos*. Em 1909, deram entrada na Casa de Detenção 708 menores de 20 anos (dos dois sexos), contando-se, entre eles, 66 menores de 15 anos. Desde 1894, o saudoso magistrado Dr. Viveiros de Castro (então promotor público) chamava a atenção da Justiça para o fenômeno alarmante da criminalidade infantil entre nós, sentindo-se pasmo, não só ante número de delitos, como, também, ante a torpeza, a infâmia e a crueldade por eles reveladas [...]. A última estatística criminal do Rio de Janeiro, que nos foi concedida, refere-se ao ano de 1918, durante o qual a

¹⁵⁹ MORAES, *Criminalidade da infância e da adolescência*, p. 9, destaques no original.

Polícia procedeu contra 1.876 acusados, entre os quais se encontravam 327 menores.¹⁶⁰

Averiguando os aspectos disso que Evaristo nomeou como *patologia social*, passou-se a expor as causas e componentes de tal processo, sem prescindir da tarefa de propor medidas de prevenção visando a atenuação ou a cura da delinquência e da criminalidade da infância e da adolescência. “Em tese, poderemos aceitar as duas grandes categorias de fatores, apontados pelo professor Vidal, da Universidade de Toulouse: - *fatores individuais e fatores sociais*”. O primeiro aspecto que o jurista levantou para pensar as causas do problema foi a categoria da hereditariedade, embora logo tenha feito a ressalva de que

não se pretende sustentar que, *sejam quais forem as condições do meio e da educação, TODOS os filhos de criminosos tenham de ser, necessariamente, precoces criminosos*; não se afirma que a hereditariedade exerça, *por si só, ação fatal, incoercível, inelutável, insuperável, que seja fator exclusivo de criminalidade*. Concebe a ciência de outra maneira a transmissão das taras físicas e psíquicas dos ascendentes aos descendentes, e a ninguém é lícito, no estado atual dos conhecimentos humanos, negar essa influência hereditária.¹⁶¹

Note-se que as reflexões desse autor, embora não possam ser consideradas meros reflexos das teorias raciais da época em que atuou, emergiram entre as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX, quando uma grande profusão de ideias e conceitos articulados com a teoria racial proveniente da Europa, especialmente da França e da Inglaterra, deu o tom para tratar de questões sociais do Brasil. Nesse conjunto mais amplo de debates, o conceito de hereditariedade serviu como ponto de articulação para explicar diferentes questões sociais, como a diferença racial, as distintas aptidões e o desenvolvimento intelectual e cognitivo. Mas para Evaristo de Moraes, hereditariedade significava especificamente a lei biológica por meio da qual os ascendentes transmitiam aos seus descendentes particularidades de organização e aptidões normais ou mórbidas. Portanto, cindido do começo ao fim pelas ideias de sua época, a obra de Evaristo acabou fazendo parte de uma longa série de produções intelectuais em que os conceitos provenientes do positivismo, darwinismo e evolucionismo eram articulados para pensar “o social”.

Lília Moritz Schwarcz destaca que não foram poucas as interpretações de *A origem das espécies* que se desviaram do propósito de Charles Darwin (1809-1882), fazendo uso de conceitos básicos de sua obra para analisar comportamentos sociais como, por exemplo,

¹⁶⁰ Idem, p. 10-11, grifos no original.

¹⁶¹ Idem, p. 11-12, grifos no original.

competição, seleção do mais forte, evolução e hereditariedade.¹⁶² Como se pode perceber ao longo do livro de Evaristo de Moraes, a interlocução com intelectuais estrangeiros foi recorrente e no caso do conceito de hereditariedade ele se remeteu aos professores Vidal (da Universidad de Toulouse) e Raymond (da Faculdade de Medicina de Montpellier) para poder, ao mesmo tempo, exibir uma certa erudição e demonstrar o cabedal analítico manipulado para analisar os problemas do país. No que concernia ao problema do menor, o conceito de hereditariedade deslocado da perspectiva biológica abre todo um campo de compreensão de como seria possível ou não evitar e diagnosticar a delinquência como marca de certa classe social ou grupo mais propenso a esse comportamento.

Um exemplo da manipulação de certas categorias do glossário médico para pensar o social pode ser lido no seguinte trecho:

Outro médico, o Dr. FRANCISCO CHAILLOUSE, estudando, em 1900, perante o Congresso Internacional de Psicologia, os *fatores da viciosidade moral*, estabeleceu a identidade do *processo* de transmissão, quer se trate de uma *enfermidade material*, quer se trate de uma *enfermidade moral*. Relembrou quantas dúvidas foram levantadas antes que se admitisse a hereditariedade como causa ou fator da tuberculose. E mostrou o *símile*. Não se nasce tuberculoso; nasce-se *tuberculizável*, na feliz expressão de PETER. Pois bem; não se nasce vicioso, mas, sim, viciável. Se sobre o terreno preparado (numa como noutra hipótese) vem agir o contágio, as aptidões se desenvolvem, recobram energia no *meio favorável*.¹⁶³

Tratava-se de todo um investimento teórico mediado por referências diversas para balizar uma análise, construir uma explicação sobre o processo que ocasionaria a criminalidade infantil. No conjunto do livro, podia-se ler citações de intelectuais franceses, ingleses e italianos a fim de demonstrar tanto a familiaridade do autor com os diferentes estudos, idiomas e abordagens sobre o tema em questão, como uma erudição que faria diferença no seu processo de inserção na esfera pública com o reconhecimento desejado.

Ainda sobre a delinquência, pode-se destacar a citação que Evaristo de Moraes faz da obra *La criminalité dans l'Adolescence* (Crime na Adolescência) de Guillaume-Leonce Duprat:

a hereditariedade patológica não consiste, ordinariamente, na transmissão aos descendentes das moléstias mentais, disposições enfermigas ou taras determinadas, dos ascendentes [...]. Trata-se, principalmente, da *ação debilitante* exercida, sobre o embrião humano, pelas más condições em que

¹⁶² SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 73.

¹⁶³ MORAES, *Criminalidade da infância e da adolescência*, p. 13, grifos no original.

ele se desenvolve, dada a perturbação sofrida pelo organismo dos produtores, em razão de intoxicações, moléstias, hábitos viciosos.¹⁶⁴

Toda essa articulação em torno do conceito de hereditariedade foi justamente para pensar e dar suporte a outra noção correlata, a de degenerescência¹⁶⁵. Tal termo se referia ao processo de perda ou enfraquecimento dos caracteres biológicos natos como efeito da miscigenação ou mistura racial. Nessa direção, ao realizar um estudo sobre o fascínio brasileiro pela categoria “raça” e articular a política social e racial com o processo de escolarização entre as décadas de 1910 a 1940, Jerry Dávila permite pensar que,

na virada do século, as elites brasileiras, seguindo a moda do determinismo racial na Europa, adotaram prontamente a crença científica racista de que os brancos eram superiores e as pessoas de ascendência negra ou mista eram degeneradas. Mas, por volta da segunda década do século XX, as mesmas elites começaram a tentar escapar da armadilha determinista que prendia o Brasil ao atraso perpétuo por causa de sua vasta população não-branca.¹⁶⁶ E abraçaram a noção de que a degeneração era uma condição adquirida – e, portanto, remediável. A negritude ainda conserva todas as suas conotações pejorativas, mas os indivíduos podiam escapar à categoria social da negritude por meio da melhoria de sua saúde, nível de educação e cultura, ou classe social. Inversamente, os brancos podiam degenerar por meio da exposição à pobreza, vícios e doenças. Em outras palavras, dinheiro, educação, *status* de celebridade e outras formas de ascensão social aumentavam a brancura.¹⁶⁷

Se o menor delinquente aos poucos foi sendo constituído em uma maquinaria de sujeição e exclusão, aos poucos vamos percebendo como essa categoria só se tornou possível articulada a toda uma teia conceitual mais ampla, o que implica dizer que tocar em um ponto dessa teia faz ressonância noutro ponto e são justamente as conexões que interessam diagnosticar e descrever em seus efeitos de superfície. Na abertura da primeira parte dessa tese a epígrafe de Evaristo de Moraes afirma: “A criança nascida de pais debilitados por excesso de

¹⁶⁴ Idem, p. 14.

¹⁶⁵ Para uma análise da teoria da degenerescência, especialmente a partir da obra de Bénédict-Augustin Morel (1809-1873), cf. DROUX, Joelle & KABA, Mariana. Le corps comme élément d’élaboration de nouveaux savoirs sur l’enfance délinquante. *Revue d’histoire de l’enfance “irrégulière”* – Le temps de l’histoire, v. 8, 2006, pp. 63-80.

¹⁶⁶ Sobre a população do Rio de Janeiro no começo do século XX, o estudo de Sidney Chalhoub informa o seguinte: “[...] havia um grande desequilíbrio entre o número de homens e mulheres na primeira década do século XX – segundo o censo de 1906, havia na cidade 463.453 homens para 347.990 mulheres –; sendo que este desequilíbrio se acentua ligeiramente se pensarmos que a demografia da imigração levava a uma concentração ainda maior de homens adultos na faixa dos 15 aos 30 anos de idade – 59% dos habitantes incluídos nesta faixa eram homens, contra 57% na população total da cidade”. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 143.

¹⁶⁷ DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1817-1945)*. Tradução de Cláudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 26.

trabalho e por falta de alimentação suficiente – quais são os operários, explorados pelo ganancioso industrialismo do nosso tempo – pode ter o aspecto comum de todas as crianças, parecendo aos olhos de inexpertos, sadia e capaz de afrontar as agruras da existência; mas, provavelmente, desde os primeiros tempos do seu contato com o torvelinho social, se mostrará pouco apta, inferior aos da sua idade, *difícil de educar*, propensa à ociosidade e às sugestões dos criminosos”. Com isto, se pode perceber em que contexto o processo de degenerescência se efetivava e era aí que emergiam problemas como a delinquência, pois, citando Niceforo, “É erro acreditar que a miséria somente arrasta ao crime por causa da necessidade, da tentação, da fome. A miséria é grande geradora de criminosos, porque é grande geradora de degenerados”.¹⁶⁸ Em outros termos, isso significava dizer que aqueles eram sujeitos marcados pela falta absoluta, pela carência radical e nesse contexto psíquico e econômico a delinquência se instaurava.

Hereditariedade, raça e degenerescência aparecem como categorias articuladas para pensar o sujeito criminoso. Daí a necessidade da observância de certos hábitos e comportamentos como definidores do caráter dos indivíduos e como partícipes do processo de sua formação. Em tal perspectiva, um dos riscos era o alcoolismo, mencionado por Evaristo por meio da sua leitura do doutor Paulo Garnier, pois, como fator individual, tal prática atuaria diretamente determinando a delinquência infantil e juvenil. A respeito do tema, são arroladas citações de autores como Edmundo Bertrand para demonstrar que o alcoolismo era um fator individual e social determinante para a configuração do delinquente precoce. Dialogando com Stanley Hall (1846-1924), o autor apresentava sua definição de adolescência dizendo que dificilmente se encontraria dois autores que concordassem na fixação das idades em que ela começava e em que terminava. Contudo, ele afirmava que, *para simplificar*, poder-se-ia admitir como ponto de partida o critério psicológico da puberdade. Assim seria possível definir que a adolescência decorreria dos 14 ou 15 anos até os 20 ou 21 anos de idade, independentemente de sexo e diferenças étnicas.

Para Hall, a influência dessas transformações físicas sobre a vida psíquica dos adolescentes não dependeria de demonstração, pois seria de compreensão intuitiva. Ninguém ignoraria, em sua visão, principalmente a importância decisiva que têm as transformações do aparelho genital, quando adaptadas à sua função. A adolescência aparece então como a “idade da vontade fraca”, conforme definição de Duprat. Seria o momento dos sofismas da paixão, das crenças ardentes, negações audaciosas e entusiasmos passageiros, como também marcado pelas repulsas prontas a se manifestarem, da amizade e do amor sem esperança, da emulação e do

¹⁶⁸ MORAES, *Criminalidade da infância e da adolescência*, p. 15.

crime, da vaidade, da oscilação entre o trabalho regular e a preguiça, da continência e do deboche, da aprendizagem sob todas as suas formas, da preparação decisiva para a vida honesta ou para a atividade imoral.¹⁶⁹ O autor concluía da seguinte maneira o seu raciocínio: “Dadas estas características essenciais da alma do adolescente – a instabilidade, ou mobilidade moral, e a intensidade dos sentimentos – é bem de ver que a elas devem corresponder uma criminalidade especial”.¹⁷⁰ Sendo justamente essas as características subjetivas e sociais do criminoso juvenil que agiria diante da primeira excitação ou contrariedade, tais conceitos e critérios serviram para que se refletisse sobre os impasses e fragilidades de outra categoria operada juridicamente para caracterizar e julgar a conduta criminal, a de discernimento.

A “causa familiar” obteve destaque, pois, na ótica de Evaristo de Moraes, seria a desorganização da família que apareceria como causa social comumente destacada por quem se dedicara a estudar o tema da criminalidade na infância e adolescência, pois tal situação exerceria má influência em certos meios nos quais crianças estariam inseridas. Assim, “a maior parte dos delitos cometidos por menores resultam dos maus exemplos ou da negligência dos pais”. Assim, nota-se como a categoria *menor* vai sendo constituída paulatinamente em um jogo de diferenciações com outros conceitos que denotam práticas distintas. A relação com o conceito de “exposto” fica muito patente em um fragmento como este: “a destruição completa da família pela morte, ocasionando a orfandade, não é o pior mal [...]. O órfão, bem como o *exposto ou materialmente abandonado*, tem mais probabilidade de obter o amparo social, de escapar à corrupção das ruas, ao convívio, dos viciosos e criminosos, às solicitações perniciosas que não escasseiam nas grandes cidades”.

A primeira vez que o termo “menor” foi usado na obra de Evaristo de Moraes consta na nota de rodapé número 25, do segundo capítulo, quando, ao comentar a obra *The medical inspection of school-children* (A inspeção médica de crianças em idade escolar, 1904), de Leslie Mackenzie e Edwin Mathew, dizia que ambos “notaram que o menor pertence à família moradora *em um só cômodo*, se revela, por isso mesmo, *insuficiente hereditário* e que o meio defeituoso no qual vive aumenta e desenvolve a tara inicial”. Daí se percebe como o menor definido apenas em termos etários começava a ser caracterizado e mencionado na articulação com outras categorias que provinham da análise psicológica e biológica.

Esteve presente no conjunto de preocupações de Evaristo de Moraes a forma como o Brasil seria visto por intelectuais estrangeiros:

¹⁶⁹ MORAES, *Criminalidade da infância e da adolescência*, p. 25 a 29.

¹⁷⁰ Idem, p. 26.

que diriam a nosso respeito, os observadores estrangeiros si visitassem esta cidade, Capital da República Brasileira, e lhes fosse dado surpreender as condições das nossas casas de cômodos? Acumulam-se nelas os fermentos de todos os vícios e de crimes repugnantes, vivendo as crianças pobres em contato com os piores fatores da dissolução social, tendo, às vezes, por única escola a do vício e do crime”.¹⁷¹

Higiene e sanitização eram temas que estavam na ordem do dia, fortalecendo-se a partir da primeira metade do século XIX com a emergência do eugenismo e do higienismo como procedimentos ancorados em uma medicina social e seu desejo de corrigir comportamentos coletivos. Tal transformação na vida pública e privada no país, como bem analisa Jurandir Freire Costa, permitiu uma alteração de conjunto, impondo a ideia de uma casa higiênica e a sua oposição que seria a anti-higiênica, conforme aparece posteriormente no próprio Código de Menores como um dos fatores que viabilizaria a identificação do menor moral e materialmente abandonado e delinquente ou em condições de vir a sê-lo.¹⁷²

A inserção do médico no espaço da família possibilitou uma transformação importante na própria estrutura econômica da sociedade brasileira, redistribuindo papéis como o da mulher de elite, que passou a cuidar mais dos filhos e ser estimulada a amamentá-los em vez de deixar tal tarefa aos cuidados da nutriz. Isso permitiu a emergência da família nuclear como modelo imposto aos grupos sociais de elite, pois as experiências de parentesco e estruturas familiares dos grupos familiares passaram por mudanças e permanências de outras ordens e tempos, o que permite pensar os limites das práticas disciplinares tendo em vista os diferentes grupos e experiências sociais.¹⁷³

Aos poucos, a família passaria a ser colonizada pelo saber médico, conforme Jurandir Freire Costa, mas isso não significa dizer que não houve resistências diversas a esse tipo de saber com pretensão científica e moral sobre alguns grupos sociais.¹⁷⁴ Sobre a ingerência do saber médico especificamente no campo da infância, Irene Rizzini enfatiza que tal movimento higienista não teve expressão significativa no corpo legislativo daquele período, mas terminou

¹⁷¹ MORAES, *Criminalidade da infância e da adolescência*, p. 35-36.

¹⁷² Um dos efeitos dessa normatização das moradias é comentada por José Murilo de Carvalho da seguinte maneira: “O prefeito Pereira Passos deu início em 1902 a uma reforma urbanística e higiênica da cidade. Abriu grandes avenidas, endireitou e alargou ruas, deixando os moradores sem teto. Na área da saúde, Oswaldo Cruz atacou primeiro a febre amarela pelo combate aos mosquitos que a transmitiam, aproveitando método recente aplicado em Cuba. Dezenas de funcionários percorriam a cidade desinfetando ruas e casas, interditando prédios, removendo doentes. Foram especialmente visados os cortiços, conjuntos de habitações anti-higiênicas onde se aglomerava boa parte da população pobre. Muitos deles foram condenados à demolição”. Ver: CARVALHO, *Cidadania no Brasil*, p. 78.

¹⁷³ Para importantes esclarecimentos sobre as resistências populares dos moradores de cortiços do Rio de Janeiro frente aos investimentos do poder de higienistas no fim do século XIX, cf. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

¹⁷⁴ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

contribuindo para o movimento jurídico que posteriormente tomou a linha de frente na atuação sobre a família¹⁷⁵. Tal processo se desenvolveu a partir das primeiras décadas do século XX, culminando na criação da Ordem dos Advogados do Brasil em 1930, da qual Evaristo Moraes fez parte.

Ainda pensando a relação entre o menor e sua família, ou a ausência desta, Evaristo de Moraes afirmava que a indiferença do “industrialismo”, somada à penúria das famílias, possibilitara o crescimento de jovens inúteis ou inutilizados, os quais não passariam de maus aprendizes de várias artes e ofícios. Incapazes assim de ganhar honestamente a vida, acabariam indo precocemente engrossar as fileiras do “exército do crime”, pois tais “famílias foram vistas como criadoras de criminosos e delinquentes e acusadas de incapazes”, no que dizia respeito à educação e formação de suas crianças, em um claro contraponto com as famílias abastadas.¹⁷⁶

Estando a produção social do menor situada em uma longa temporalidade histórica, e sendo produzida em uma transformação de conjunto, o estudo de Sílvia Arend permite pensar que antes que este conceito ganhasse força no começo do século XIX, a categoria de “exposto” era mais utilizada para nomear a situação de exposição e vulnerabilidade da criança durante o período colonial e imperial. Partindo da constatação do médico Arthur Moncorvo Filho em *Histórico da Proteção à Infância no Brasil (1500-1922)*, a historiadora analisa o percurso da passagem da categoria de “exposto” para a de “menor” no cenário de ordenação das políticas para a infância brasileira, “quando os primeiros governantes republicanos (1889-1930) transformaram em uma questão social os destinos das crianças e dos jovens pobres”.¹⁷⁷

Recorrendo à legislação do Império, assim como estudando os dicionários lusos e nacionais, Arend analisa que, embora o termo *exposto* fosse largamente usado, a sua definição jurídica só passou a ser mais claramente expressa no Código de Menores de 1927 que, em seu artigo 14, afirma: “São considerados expostos os infantes até 7 anos de idade, encontrados em estado de abandono, onde quer que seja”¹⁷⁸. A situação de abandono e os elementos constituintes da postura delinquencial do menor foram sendo estudadas e nomeadas aos poucos, por meio do cotejamento de fatores e experiências diversas, o que permite pensar que a emergência desse sujeito em termos conceituais se deu em uma cadeia de signos mais ampla na

¹⁷⁵ RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 105.

¹⁷⁶ OLIVEIRA, Paloma Rezende de. *Vinde a mim os pequeninos: políticas de educação e assistência às infâncias*. Juiz de Fora: Funalfa, 2012, p. 52-53.

¹⁷⁷ AREND, Sílvia Maria Fávero. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In. VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças*. De Portugal ao Brasil – séculos XVIII ao XX. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010, p. 340.

¹⁷⁸ BRASIL. *Código de Menores*. Decreto nº 17.943 A, de 12 de outubro de 1927. Artigo 14.

qual os termos “exposto”, “infante”, “pivete”, “abandonado” e “órfão”, entre várias outras categorias, existiram e foram perdendo força ao longo do tempo, marcando uma descontinuidade em relação às práticas discursivas que posteriormente se constituiriam. Este trabalho não ficou obviamente no nível das palavras, o que não seria pouco complexo, pois nomear tais sujeitos era parte estratégica do dispositivo da minoridade que foi dando os contornos para identificar e agir em relação ao menor.

Por meio do Código Penal da República de 1890, os termos *expor* e *abandonar* passaram a ter significados semelhantes e Sílvia Arend estabelece uma relação direta entre o aspecto semântico dessa legislação com os discursos que culminaram posteriormente na lei de 1927, em que tais definições e compreensões socialmente dispersas foram articuladas no escopo jurídico e institucional voltado para essa infância que deveria ser alvo de observação e controle. Contudo,

do ponto de vista jurídico, a diferenciação entre o que era uma criança exposta e um infante considerado menor abandonado estava sendo construída. Da mesma forma que a legislação anterior, emitida no Império em âmbito municipal, a lei penal federal criminalizava a prática de expor caso a criança corresse risco de vida. O que diferia em relação àquela legislação era a penalidade aplicada aos considerados criminosos, ou seja, a prisão celular de até um ano para a pessoa que abandonasse a criança em algum lugar ermo e o encarceramento de até quatro anos, se o infante falecesse. A atribuição dessa pena tão mais severa pelos juristas e legisladores aos que expunham ou abandonavam um bebê tinha por finalidade obstruir essas práticas.¹⁷⁹

Com tal processo de patologização do abandono que, por sua vez, esteve articulado a todo um julgamento da postura da “mãe desnaturada”, a qual contribuiu para invisibilizar a figura paterna e masculina na relação com a criança e a infância, pôde-se perceber a mudança de tom na abordagem do problema com a proeminência crescente do conceito de menor abandonado e delinquente e seu apelo social.

Na própria distribuição do conteúdo do Código de 1927, encontram-se três capítulos abordando a matéria dos menores abandonados e delinquentes, enquanto o tema do exposto esteve apresentado em apenas um, o que indica na própria materialidade do monumento o funcionamento e o grau de perda da força explicativa desse último conceito para o que vinha se constituindo como “o problema do menor”. Tal mudança no glossário jurídico voltado para a infância no Brasil se configurou, como demonstra Sílvia Arend, quando se observa que a legislação civil, penal, trabalhista ou minorista brasileira sancionada depois de 1940 não fazia mais menção à categoria dos expostos. Associada a toda uma nova gramática jurídica, médica,

¹⁷⁹ AREND, *De exposto a menor abandonado*, p. 352.

literária, imagética e científica, a partir de então seria a categoria do menor que daria o tom para pensar e definir o que passava a funcionar como problema. As sutis transformações que tornaram isso possível foram materialmente constituídas e trabalharam na elaboração do que posteriormente viria a ser nomeado como um tipo de inimigo a combater.

Criança era quem resistia, menor era quem sucumbia ao mal e ao crime. Assim se pode interpretar a leitura de Evaristo de Moraes do processo de institucionalização dos delinquentes recolhidos em espaços correccionais. Citando François Coppée (1842-1908) para distinguir os diferentes efeitos do regime sobre o que ele chama de *pantes* (que seriam os tolos e submissos) e sobre os *mariolles* (indomáveis e rebeldes), diz o autor que

os *pantes*, assim chamados com escárnio e menosprezo pelos outros, se submetem à dura disciplina, procuram fazer o que podem, laboriosamente, obedientemente. São raros: mas muitos são hipócritas, que se põem ao serviço dos guardas para denunciar e trair os seus companheiros. Entretanto, há algumas crianças que dispõem de bastante energia e bastante juízo para aguentar o perigo dos estabelecimentos de correção, para lutar contra o contágio do mal que os ameaça e os cerca, fechando ouvidos aos maus conselhos e olhos aos maus exemplos.¹⁸⁰

Dessa forma, abria-se uma leitura não apenas sobre as condições sociais da delinquência e da criminalidade, mas também sobre as atitudes, as posturas e os conflitos em seu nível mais capilarmente constituído. Na descrição apresentada, os *mariolles* eram indomáveis e incorrigíveis, sendo muitos deles semelhantes aos frutos corrompidos, cujo amontoamento lhes completava a podridão, pois que entravam viciosos no estabelecimento correccional e saíam como verdadeiros celerados, sendo este um dos principais efeitos do regime de internação e correção ao qual estavam sujeitos: “as penitenciárias de crianças são viveiros de ladrões e de assassinos”.¹⁸¹ Mas a chegada desses indivíduos aos espaços de internação e correção era mediada por critérios jurídicos baseados na teoria do delito para pensar questões como a imputabilidade e o discernimento desses sujeitos no momento em que cometeram crimes e infrações.

¹⁸⁰ MORAES, *Criminalidade da infância e da adolescência*, p. 74.

¹⁸¹ *Idem*, p. 74.

Lília Moritz Schwarcz analisa que o “bando de ideias novas” que chegou ao Brasil na década de 1870 com a divulgação das teorias raciais provenientes da Europa havia aportado por aqui com certo atraso e não haviam sido lidas em todos os seus desdobramentos e peculiaridades teóricas, mas foram apropriadas por meio de manuais de divulgação. Mesmo assim foram aplicadas a domínios diversos e para justificar formas de dominação e subjugação com base na ideia de raça. Tal análise permite pensar de que maneira em obras como as de Evaristo de Moraes e Arthur Ramos – como se verá adiante – houve um combate ao conceito de discernimento usado para julgar condutas criminosas de crianças e adolescentes brasileiros, expressos na legislação nacional, embora lançassem mão de outras noções e tecnologias para sujeitar o que se constituía como perigo. Essa tensão foi importante porque se, por um lado, a legislação se servia desse critério interpretativo, por outro, os teóricos estrangeiros lidos pelos intelectuais nacionais apontavam noutra direção e demonstravam como naqueles países já se havia questionado e superado tal conceito e as suas implicações na gestão das políticas sociais e penais para crianças e jovens.

Discernimento foi tomado por Evaristo de Moraes como um falso critério jurídico, pois um dos postulados da criminologia moderna foi o abandono de tal conceito que, desde sua adoção no Código Penal Francês, serviu de “base movediça” para a repressão e a educação correcional dos adolescentes. Seguindo o ensinamento do Dr. Alfredo Pinto, ele considerava a questão do discernimento como estando falida no direito penal moderno, embora quase todos os códigos penais do Ocidente, inclusive o brasileiro, ainda fizessem referência a tal critério. Recorrendo ao Direito Romano para fins de comparação, diz que os romanos discriminavam o período da infância do período inicial da adolescência e pretendiam que, cometido algum crime por um menor nessa fase da vida, se procurasse saber “se ele havia compreendido que praticara uma infração penal”.¹⁸²

A questão acerca da capacidade de compreensão do criminoso ficava resolvida pelo simples arbítrio do juiz e o tema do discernimento tomava o mesmo destino, o que acabava por gerar um debate não apenas entre juristas, advogados e juízes, mas também entre intelectuais diversos. Evaristo de Moraes chegara a dizer que não se sabia em que consistia ao certo o discernimento, de acordo com o Código Penal Francês, bem como os que dele derivaram. Tal código não definia o que seria discernimento, de acordo com o autor, e com isso acabava por não subministrar as regras para sua leitura psicológica e jurídica. Criticou os juízes que ainda seguiam o critério do discernimento, pois adotá-lo não auxiliava na elucidação do “problema

¹⁸² MORAES, *Criminalidade da infância e da adolescência*, p. 112.

psicológico” em questão, conforme expressão de Albanel. Ocorre que, segundo Evaristo de Moraes, percebia-se que não era seguro assentar decisões judiciais em critério indefinido e, ao que parecia, “indefinível” diante das perplexidades dos juízes, que eram constantes.

Toda a discussão em torno do conceito de discernimento ocorria porque ele era o dispositivo jurídico para aferir a culpabilidade do sujeito, mas nem mesmo o Código Criminal do Império havia definido claramente o modo de averiguação desse critério a fim de poder imputar a conduta criminal no contexto em que reduziu a idade de responsabilidade penal de 14 para 9 anos de idade. O conjunto dessa polêmica indica, como enfatizou Ailton Morelli em seu estudo sobre as ações do Estado e as percepções de juristas e assistentes sociais sobre o atendimento infantil no interior de São Paulo, que entre o fim do século XIX até a emergência do Código de Menores de 1927 havia caído em desuso a prática de verificação do discernimento.¹⁸³

Enredado numa teia mais complexa, tal noção persistiu por muito tempo, justamente porque foi criada – apesar de suas fragilidades conceituais e operacionais – como recurso técnico para aferir a culpa e traçar a pena correspondente. Para Evaristo de Moraes, ocorria que a concepção de discernimento era frágil e, na definição de Etienne Garraud, aparecia de maneira muito vaga, ao dizer que “discernimento consiste na plena consciência da ação, compreendendo, ao mesmo tempo, a consciência da ilegalidade e punibilidade do ato e a consciência moral do bem e do mal”. A esta concepção de Garraud, o jurista brasileiro afirmava que se poderia objetar de todos os lados, tanto da parte dos criminalistas como dos juízes, porque embora existindo a consciência da ilegalidade e da punibilidade do ato, poderia a consciência moral estar falseada pelas condições de hereditariedade, fisiológica e psicológica, assim como da educação do menor.

Tratava-se de pôr em causa o critério da ação apenas racionalmente orientada e definida por vontade do sujeito, devendo-se compreender isso no conjunto onde tal sujeito e sua ação se efetuaram. A “deliberação consciente” estaria subordinada à influência do conjunto das condições sociais. Para este criminalista, quase todos os adolescentes possuíam o discernimento jurídico, ou seja, a consciência da ilegalidade e da punibilidade do ato. Quase todos sabiam mais ou menos quando praticaram furto e que seriam perseguidos pela polícia. Porém, cabia reconhecer que eles viviam “fora da sociedade honesta” e que eram vítimas do abandono, crescendo em atmosfera viciada, tendo sobre si, muitas vezes, o peso da “hereditariedade patológica”, que lhes deformaria desde cedo a consciência do bem e do mal, modificando a sua

¹⁸³ MORELLI, Ailton José. *A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1996.

responsabilidade. Adiante, no sentido de tentar fechar a questão, Evaristo de Moraes cita Ugo Conti, da Universidade de Bologna, para dizer que ele, “encarando a questão do discernimento como a mais difícil da psicologia criminal”, não considerava os impúberes psicologicamente *normais*”, pois eles não seriam imputáveis, principalmente tendo em vista o *meio* em que viviam.

O abandono do critério do discernimento, segundo o criminalista brasileiro, foi se dando aos poucos por causa, inclusive, da realização de congressos internacionais de assistência que passaram a questionar sua viabilidade na determinação de sentenças judiciais. Isto fez com que fossem reconhecidas as dificuldades inerentes à sua aplicação e assim acabasse colocado de lado na codificação penal.¹⁸⁴ Os franceses foram muito auxiliados na superação da questão do discernimento pela *Junta de defesa das crianças processadas*. Nesse ponto do seu estudo pode-se atentar para outra aparente banalidade, cujo efeito discursivo esteve intimamente estruturado em uma rede mais ampla de produção social de uma certa diferença:

As dúvidas a este respeito e as divergências judiciárias que cercam a questão, levaram todos que se ocupam com *crianças e menores*¹⁸⁵, e, em particular, os membros da citada junta, a recomendar praticamente aos juízes que fugissem da declaração do discernimento, evitando, assim, ao menos, o aprisionamento dos acusados, isto é, sua sujeição ao regime penitenciário.¹⁸⁶

Portanto, a distinção entre *crianças* e *menores* foi sendo aos poucos constituída não apenas pelas peças jurídicas, mas de maneira socialmente mais dispersa. Irene Rizzini¹⁸⁷ analisa esse processo dizendo que “a infância foi nitidamente ‘judicializada’ neste período, decorrendo daí a popularização da categoria jurídica ‘menor’, comumente empregada nos debates da época. O termo ‘menor’, para designar a criança abandonada, desvalida, delinquente, viciosa, entre outras, foi naturalmente incorporado na linguagem, para além do círculo jurídico”. Efetivamente, e tem sido nesta direção que construo o argumento de tese, a popularização do termo menor não “decorreu” do processo de judicialização da infância no Brasil nas primeiras décadas do século XX, como sugere a autora, mas teve no processo de judicialização mais uma

¹⁸⁴ Para uma discussão sobre a presença do tema nos Congresos Panamericanos del Niño, ver: NUNES, Eduardo Silveira Netto. *A infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 2011.

¹⁸⁵ Grifo meu.

¹⁸⁶ Idem, p. 118.

¹⁸⁷ RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (orgs.) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 97-150.

de suas linhas de sustentação e divulgação, implicando que tal cristalização da imagem do menor no imaginário social seja lida em termos de uma maior pluralidade de forças em jogo.

Partindo das cenas de assombro que abriram a narrativa sobre os diferentes pontos de surgimento da categoria menor, sigo na direção de propor que, longe de essa categoria ter sido “naturalmente incorporada na linguagem” cotidiana e não apenas na elite intelectual e econômica da época, ocorreu um movimento muito mais complexo, uma vez que a referida categoria foi alvo de disputa e tensão entre diferentes campos do saber. Se efetivamente se constituiu no país o conceito e a imagem do menor delinquente como signo de uma diferença negativada e excluída, sendo apropriada pelas classes populares e disseminada socialmente ao longo de todo um século, criando obstáculos consideráveis para as futuras políticas públicas principalmente a partir do último quadriênio do século XX, tal processo foi marcado por disputas diversas. Embora o ambiente jurídico e os profissionais do direito tenham sido uma espécie de máquina de catalisação ou vampirização de certas práticas dispersas que nomearam e criaram leituras para o tema, efetivamente o campo do Direito foi mais um efeito dessa rede do que propriamente seu órgão gerador.

Os debates em torno da questão do discernimento e das condições de internação e correção dos menores delinquentes, nos quais Evaristo de Moraes se insere, vinham sendo objeto de longas preleções em diferentes meios. No ano de 1909 o professor Dr. Candido Motta publicou um pequeno livro intitulado *Os Menores delinquentes e o seu tratamento no Estado de S. Paulo*. Ele era professor catedrático de Direito Criminal na Faculdade de Direito de São Paulo e havia atuado como delegado. Em seu livro apresentava informações semelhante às aquelas que constavam na obra de Moraes, como por exemplo, dados estatísticos e informações jurídicas sobre o tratamento de menores em outros países como Suécia, Estados Unidos e Inglaterra. Contudo, o ponto de intersecção entre ambos que nos interessa ressaltar diz respeito ao procedimento de identificação do criminoso menor de idade e a crença na teoria da degenerescência racial. Motta, após uma série de exposições sobre a tara e a degenerescência, bem como a respeito do fato familiar na conduta criminosa, ressaltou um caso que, em função da sua condição de delegado, vale a pena ser considerado:

Há pouco tempo foi recolhido ao Instituto Disciplinar um menor com a idade de 16 anos, preso conjuntamente com um irmão de 15 anos, assassino de um agente de polícia, que os perseguia como vadios. É uma natureza que parece absolutamente indomável e selvagem. É um criminoso de raça; basta atender a que o irmão mais velho já cumpriu uma pena de dois anos de prisão por atentado à propriedade, o mais moço é assassino e uma irmã vive de prostituição. Desde a sua entrada no Instituto tratou de os outros menores e

induzi-los a atos de insubordinação e revolta. O campo lhe parecia favorável para desenvolver seus maus instintos, mas o resultado foi-lhe inteiramente adverso, porque os outros menores foram os primeiros a denunciá-lo como perigoso. Hoje vive ele completamente segregado, olhado com desprezo pelos demais, e se a sua natureza, como parece, não for inteiramente refratária, terá que se amoldar ao regime do instituto. Até hoje é a única exceção conhecida.¹⁸⁸

A apresentação de tal caso policial se deu em um livro dedicado a contar no início do século XX quais estavam sendo os investimentos para institucionalizar os menores considerados delinquentes e criminosos na cidade de São Paulo que, àquele momento, contava com uma população de 340.000 mil pessoas de acordo com dados de 1906. “A criação de estabelecimentos destinados ao recolhimento de menores moralmente abandonados e criminosos era, de há muito, exigida entre nós pelas circunstâncias decorrentes do aumento considerável da população do Estado de S. Paulo, e principalmente da sua Capital”¹⁸⁹, dizia Candido Motta. Tratava-se de um tema que cada vez mais ganhava repercussão e era objeto de proposições judiciais e sociais, pois “de todos os infortúnios o da infância abandonada ou culpada é o mais digno de nossa solicitude”. Apesar dos desafios que se impunha, Candido Motta afirmava que

os doentes, alienados e velhos são certamente carecedores de todo interesse; mas, a maior parte destes infelizes é composta de miseráveis já no declínio da vida. O menor abandonado, ao contrário, vai crescer e tornar-se-á um perigo para os que o cercam, ou um homem capaz de formar, pelo exemplo, núcleos de homens de bem.¹⁹⁰

Portanto, somente com instituições especificamente voltadas a este público era que se faria o necessário e relevante para driblar tal problemática social, de acordo com as propostas em discussão. Por esse motivo, o autor em questão fazia a defesa de que era preciso pôr em prática o que já estava prescrito no Código Penal de 1890, notadamente os artigos 30 e 49 que versavam sobre o recolhimento de menores criminosos a estabelecimentos disciplinares especiais. Foi neste livro que Candido Motta apresentou a redação do projeto submetido à Câmara dos Deputados – na qual a discussão foi breve, facilitando a tramitação – e em seguida sendo objeto de muito debate no Senado Federal. O objeto dos dois projetos era a criação de uma instituição que efetivasse o que estava indicado no Código Penal vigente. Na primeira versão votada pelos deputados deu-se o nome de Instituto Educativo Paulista a tal órgão. Mas

¹⁸⁸ MOTTA, Candido N. Nogueira da. *Os Menores delinquentes e seu tratamento no estado de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1909.

¹⁸⁹ Idem, p. 5.

¹⁹⁰ Idem, p. 7.

a versão efetivamente tornada aprovada como lei nº 844 de 10 de outubro de 1902 e regulamentada pelo decreto nº 1079, de 30 de dezembro do mesmo ano, criava o Instituto Disciplinar.

O Código de Menores de 1890 dizia expressamente, em seu artigo 27, que não eram criminosos os menores de 9 anos de idade, assim como os maiores de 9 e menores de 14 que obrassem sem discernimento.¹⁹¹ A problemática do discernimento, como analisarei adiante, esteve bastante presente nos debates sobre a “questão do menor”, na medida em que ela articulava não somente o fator etário para definir ou não a ação delituosa e o seu grau, mas elementos de natureza subjetiva. Por sua vez, tal “critério” atualizaria ou mobilizaria um repertório teórico-científico fincado no positivismo jurídico e em teorias raciais. Tais critérios iriam cada vez mais caracterizar o problema do menor e da infância abandonada em um registro discriminatório, justificado ou embasado em um racismo de cátedra cujos efeitos se desdobrariam por várias décadas.

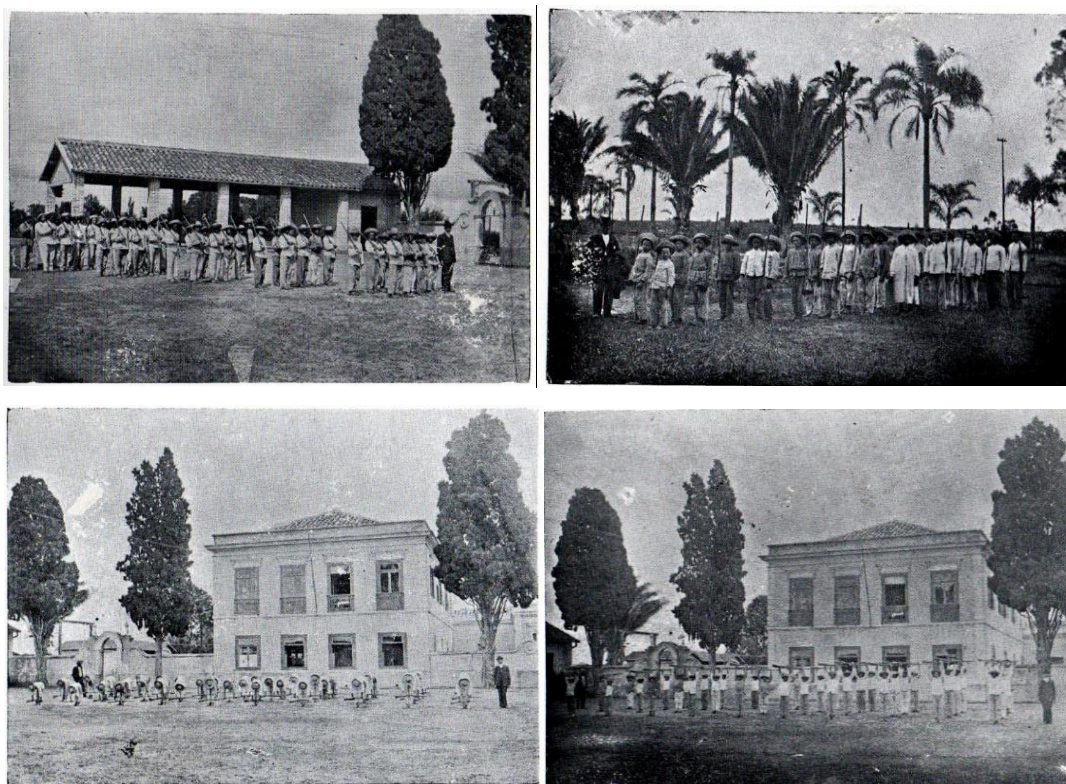


Figura 2 – O cotidiano dos menores no Instituto Disciplinar de São Paulo. Fonte: *Os menores delinquentes e o seu tratamento no estado de S. Paulo*, 1909.

¹⁹¹ Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 - Código Penal. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 27 de set. 2020.

O conjunto de fotografias selecionado por Candido Motta foi apresentado como uma espécie de anexo ao livro, compondo um total de nove imagens, das quais algumas constam acima nas Figuras 2 e 3. A presença de elementos como espaço abertos, livres, bem como o cotidiano voltado para a educação física na militarização dos corpos e na condução de uma nova geografia corporal permite pensar sobre as sutilezas que se materializaram na composição das imagens. Afinal de contas, recuperar o menor e evitar a delinquência passavam pela orquestração de toda uma reforma subjetiva que não prescindiria de modo algum de uma nova educação corporal, milimetricamente orientada e treinada. Eram fotografias realizadas com a finalidade institucional e, por isso mesmo, os corpos das crianças e dos funcionários do Instituto Disciplinar apareciam dispostos de tal maneira que o registro servisse para os fins político-institucionais desejados. Tais imagens mesmo quando parecem querer “retratar” o cotidiano da internação de crianças, precisam ser vistas dentro desse campo semântico mais amplo, no qual os critérios de seleção e divulgação não são claramente apresentados.

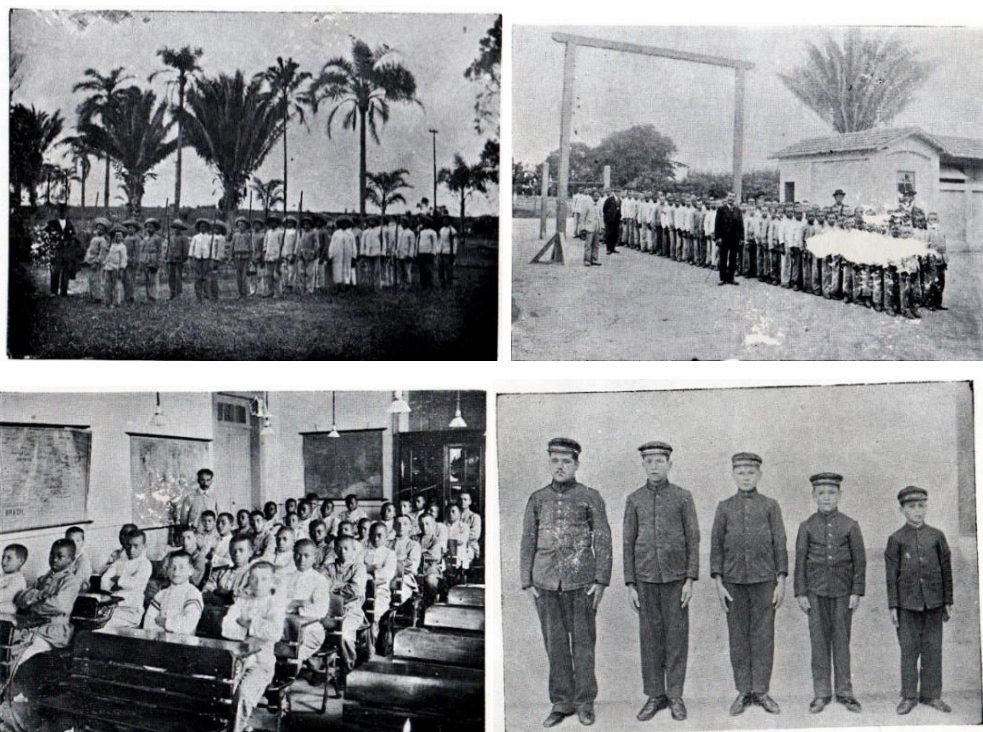


Figura 3 – O aprendizado cognitivo e corporal se dava de maneira indissociável.
 Fonte: *Os menores delinquentes e o seu tratamento no estado de S. Paulo*, 1909.

As práticas educativas alinhadas aos princípios da disciplina e do trabalho apareciam nessas fotografias como emblemas da transformação operada nas vidas de tais crianças. A militarização do corpo e a pedagogia do trabalho funcionavam desde o início do século como elementos articuladores no dispositivo da minoridade, ora propondo caminhos e soluções, ora

descrevendo situações a combater. Em ambos os casos o problema já começava a ser lido em função de seus efeitos sobre a construção da República brasileira e o modelo de nação que se queria delinear.

Tais aspectos presentes no texto de Candido Motta materializavam aquilo que também constava na produção de Evaristo de Moraes. Ambos se mostravam bastante preocupados em apresentar a legislação como aspecto fundamental para implementar mudanças no que se referia ao tema em pauta. De acordo com Rizzini,

em se tratando de legislação, é a criança-menor que protagoniza esta história – aquela que necessita de assistência e sobre a qual a sociedade precisa definir o campo das responsabilidades e das ações – caridade, filantropia, regulamentação de cunho social ou penal, assistência pública ou privada. Sobre quem recai a responsabilidade e o que deve ser feito? “Salvar a criança é defender a nação” – foi este o lema que moveu ilustres brasileiros na passagem do século XIX para o XX, considerarem a infância como uma “magna causa”.¹⁹²

Analisando os efeitos políticos dessa distinção entre os dois sujeitos, a autora¹⁹³ afirma que foi justamente a partir da divisão do seu objeto de intervenção que o Estado – subsidiado por uma rede ampla de saberes – pôde criar um domínio para a direção ou correção de certas condutas e, assim, “o *menor* permanece sob o domínio da esfera jurídica e a *criança* sob a proteção da esfera médico-educacional”.¹⁹⁴

Os rostos e corpos encenados permitem pensar como estas fotografias estiveram articuladas em uma economia do visível que colocou o corpo das crianças em uma espécie de marco temporal. Por um lado, tais imagens estavam situadas no âmbito de uma política de Estado que se voltava para o problema do abandono e da delinquência. Por outro, esse aspecto não era o que figurava nas imagens, mas o seu contrário: a regeneração da criança. A visibilidade requerida, fabricada e sedimentada por meio de tais fotografias em branco e preto, indicava processos de normalização e recondução dos corpos infantis que se desviassem do modelo de “ser criança”. Com base nos critérios etário e de gênero, expressos em debates entre

¹⁹² RIZZINI, *Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever*, p. 98.

¹⁹³ RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados. In. RIZZINI & PILOTTI, op. cit, p. 261.

¹⁹⁴ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada em 1942, no contexto de entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para prestar apoio médico, jurídico e assistencial às famílias dos pracinhas. Posteriormente, a ação da LBA estendeu-se por todo o país a partir de comissões estaduais e municipais sob a liderança das primeiras damas, mas tendo sido liderada por homens em diferentes momentos, como no caso da Paraíba. Atuou nas áreas de educação, saúde e assistência social. Teve sua ação marcada pela atenção à maternidade e infância, sendo extinta em 1995. Sobre as políticas públicas que operaram a partir das esferas jurídica (voltadas ao menor) e as da esfera médico-assistencial (voltadas para a criança), cf.: COSTA JÚNIOR, José dos Santos. *Páginas de um novo tempo: a invenção do corpo infantil e as imagens da infância no boletim da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba (1947-1955)*. 281 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, 2017.

intelectuais e logo por meio do Código de Menores em 1927, os destinos das crianças e as experiências das suas infâncias estariam cada vez mais articuladas e redesenhadas dentro daquilo que as fotografias expostas no livro do delegado Candido Motta já enunciavam e circunscreviam como horizonte possível.

Naquilo que Evaristo de Moraes considerava como sendo um anteprojeto de 1916, o Dr. Galdino Siqueira, acompanhando a mesma orientação que o Dr. Alfredo Pinto, prescindiu do “*enigma do discernimento*, considerando *não criminosos* os menores de 14 anos completos, mesmo quando cometessem atos considerados crimes”.¹⁹⁵ Por sua vez, esse famigerado conceito estava articulado como outra questão considerada melindrosa por Evaristo, a da maioridade penal. Daí a importância de o autor reforçar a necessidade de fazer a crítica de tal categoria, uma vez que ela não podia ser considerada como critério seguro para repertoriar as decisões judiciais, gerando diversos efeitos negativos. Neste sentido, a articulação teórica entre os conceitos de discernimento e de maioridade penal foi levada a cabo por outro jurista, Tobias Barreto de Meneses (1839-1899), sergipano e membro da Escola de Direito do Recife. Evaristo de Moraes se refere a ele nos seguintes termos:

Foi a delicadeza da questão [refere-se ao tema do discernimento e da maioridade penal], entre nós, perfeitamente salientada por Tobias Barreto de Menezes, escrevendo, em 1884, sua preciosa obrinha *Menores e Loucos*. Temos lido, muitas vezes, em celebrados autores estrangeiros, conceitos relativos ao assunto que em nada se avantajam aos do sabido professor sergipano. Mostrou ele, antes de todos, a absurdez que vai em ser fixada teoricamente, uma só idade para limite extremo da menoridade penal, sem atenção às variedades de raça, civilização e cultura.¹⁹⁶

Entretanto, a definição de uma idade para a maioridade penal era exigência prática para a legislação penal. Daí sua defesa de que, uma vez afastada a questão do discernimento, a divisão dos delinquentes deveria se dar pelo menos em duas grandes classes ou grupos: a dos menores e a dos maiores, podendo-se e devendo-se admitir na primeira delas, uma ou duas divisões. Diante de tão espinhoso tema Evaristo diz que, naquele momento, porém, havia a tendência vencedora de definir aos 18 anos a maioridade penal. Mas isso não levava em consideração o fato de que o organismo humano continuava a se desenvolver até mais tarde e por essa razão algumas leis já estendiam a menoridade civil até os 21 anos de idade, o que não deixa de expressar que as querelas entre os criminalistas em tal matéria era assunto de longa data. Desse modo, ao investigar o processo de produção do menor como personagem social

¹⁹⁵ MORAES, *Criminalidade da infância e da adolescência*, p. 124.

¹⁹⁶ MORAES, p. 125-126.

através das atividades de policiamento, recolhimento e classificação de um conjunto de indivíduos legalmente em situação de menoridade no Rio de Janeiro das décadas de 1910-1920, a antropóloga Adriana de Resende Vianna afirma que

ao se falar em menoridade, não se está lidando somente com um *status* legal a que os indivíduos estariam submetidos durante um determinado período de suas vidas, mas com uma relação estabelecida a partir de uma contraposição lógica básica (frente à maioridade) e atravessada por significados variáveis em diversas situações sociais.¹⁹⁷

A diferença entre maior e menor acabou funcionando de um modo mais complexo do que se pode ler a priori, por algumas razões. A primeira delas seria a de que tal diferenciação não se basearia em uma definição meramente quantitativa ou numérica, isto é, na quantidade efetiva de anos que um sujeito detinha, mas era uma diferença qualitativa, pois ao maior (singularizado pelo pai, a polícia, o juiz, o médico e, em última instância, o Estado) cabia não somente definir o outro como menor, mas capturá-lo, persuadi-lo de sua condição inferior e submissa, impor sanções, corrigir comportamentos, repreender ideias e atitudes, prescrever e exercer modos de punição e controle que se efetuavam na superfície do próprio corpo, fosse por meio da violência física e muitas vezes letal, ou ainda – como se pode perceber com ricos detalhes no estudo de Jerry Dávila, anteriormente mencionado – por meio de violências simbólicas suscitadas por questões de raça, classe e gênero, e que marcavam o corpo sem ferir a pele. Uma segunda razão para pensar essa diferença entre maior e menor estaria situada em um aspecto econômico, pois excluir o menor, criar zonas de repressão para ele e assim garantir mais segurança e controle em relação ao que ele poderia vir a fazer ou experimentar se justificava pelo medo de que tais sujeitos, com suas existências e modos de experiência distintos, questionassem ou pudessem até disputar certos privilégios que se expressavam na aquisição financeira e econômica de determinado status social, mas que também se articulava com posições de prestígio, visões de mundo historicamente legitimadas ou vistas como legítimas para explicar o real, conformar posições e reafirmar interesses.

Daí se verá em personagens que logo aparecerão nesse texto como Pedro Bala, Lilica, Dito e outros, as interlocuções da religião para reformar o menor, reconduzi-lo ao caminho do bem e da “verdade”, criando uma espécie de trajeto à redenção, assim como a promoção de atividades que contaram com o apoio de empresários para “regenerar” os menores abandonados e delinquentes pela via do trabalho. Para isso, foram construídos espaços como o das colônias

¹⁹⁷ VIANNA, *O mal que se adivinha*, p. 135.

ou patronatos agrícolas a fim de garantir a retirada dos menores das ruas e colocá-los em instituições de recuperação e correção sob a vigilância, obviamente, dos maiores.¹⁹⁸

Logo, maior e menor foi uma oposição vazada pelo medo. O medo da perda do privilégio, da descontinuidade das aquisições e da identidade branca, heterossexual, burguesa, monogâmica, racional, autossuficiente, masculina. O menor marcado pela falta e pela negação foi historicamente a alteridade capaz de colocar em xeque a estabilidade de certos caracteres dessa identidade hegemônica instituída, pois “o problema do menor” só faria sentido historicamente em relação a uma concepção e imagem hegemônicas da criança e da infância, com suas remissões de classe, gênero, raça e sexualidade. O menor amedrontava não apenas pela violência que produzia, mas por um vir a ser, por uma diferença radical, por uma inversão qualitativa, uma perda do “eu maior”, autorizado e legitimado para definir e intervir na existência do outro. Daí o não reconhecimento em termos igualitários da singularidade dessas infâncias lidas pela ideia do desvio social e assinaladas por uma falta ou ausência constitutiva: sem pai, sem família, sem bens, sem discernimento, sem conhecimento de si, sem religião, sem educação moral, sem...

Perante o desafio da *salvação da infância*, não apenas Evaristo de Moraes, mas outros intelectuais de sua época fizeram coro em torno do ensino profissional como modo de transformação de tais condutas criminosas e garantia da regeneração pelo trabalho. Acreditava-se que assim seria possível evitar a vadiagem e a delinquência, o que se materializou na letra da lei por meio do Código de Menores e suas escolas de reforma e de preservação onde o trabalho dava o tom para a recuperação de tais sujeitos.¹⁹⁹ Diante desse cenário foi que Evaristo de Moraes disse, dialogando com a obra de Carneiro Leitão, que “é, sem dúvida, muito para desejar que, imitando o exemplo da Alemanha e da Bélgica, entre o Brasil no verdadeiro caminho da salvação, pondo o ensino primário e o complementar ao lado do ensino profissional, facilitando o preparo técnico do povo, e, assim, diminuindo a falange dos desclassificados e descontentes”.

¹⁹⁸ Para um estudo sobre as políticas públicas para a infância na Primeira República (1889-1930) e uma análise das condições de inserção e socialização dos menores no patronato agrícola em Anitápolis/SC, permitindo pensar a pedagogia do trabalho como forma de correção de sujeitos socialmente “desviados”, cf. BOEIRA, Daniel Alves. *Uma “solução” para a menoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis – SC (1918-1930)*. 138 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Santa Catarina, 2012.

¹⁹⁹ O estudo de Sônia Câmara permite compreender as tramas jurídicas e políticas mobilizadas e agenciadas por homens como Evaristo de Moraes, Noé de Azevedo, Astolpho Rezende, Lemos Brito e Levi Carneiro para articular o processo de construção da criança minorizada nos anos 1920 que resultaria na fabricação do Código de Menores de 1927. Articula-se também de modo singular o problema da infância aos desafios perante a implementação do projeto republicano no país. Cf. CÂMARA, Sônia. *Sob a Guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

Os limites da razão

“Desde que na ideia do direito entrou a ideia da luta, desde que o direito nos aparece, não mais como um presente do céu, porém, como um resultado de combate, como uma conquista, caiu por terra a intuição de um direito natural”. Foi assim que o jurista sergipano Tobias Barreto de Meneses (1839-1889), vinculado à Faculdade de Direito do Recife, iniciou seu ensaio teórico que se tornaria clássico na história do direito penal no Brasil, *Menores e loucos em direito criminal* (1884). Inicialmente, Tobias havia construído sua formação alicerçada no ecletismo espiritualista de Victor Cousin (1792-1867) e Théodore Simon Jouffroy (1796-1842), rompendo depois com esta corrente e se articulando ao positivismo comtiano, com o qual também viria a romper posteriormente, se tornando um antipositivista e principal representante da filosofia germânica no Brasil. Daí ele se pôs a extrair lições das teorias de Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834-1919), Noirée e Charles Darwin, em uma espécie de combinação com Rudolf von Ihering (1818-1892) e Herman Post, para interpretar fenômenos de ordem jurídica na sociedade.²⁰⁰

Mas por qual motivo utilizar a obra de Tobias Barreto, sendo que o período sobre qual me debruço guarda significativas diferenças em relação ao contexto de publicação original da obra? Ocorre que em 1923 o presidente do estado de Sergipe, Maurício Gracho Cardoso, emitiu mensagem por meio de decreto no *Diário Oficial*, ordenando a edição e publicação da obra integral de Tobias Barreto a ser custeada pelo Estado e sob a organização e condução do Dr. Manoel dos Passos Oliveira, que havia sido amigo e discípulo do jurista. Pretendia-se dar publicidade para a sua formidável produção poética, crítica, oratória e polemista, tendo sido ele um intelectual que contribuiu para renovar as letras nacionais no último quartel do século XIX, mas que, entretanto, naquele momento sua obra não era conhecida por todos, daí havendo, segundo o governante, a necessidade de garantir sua publicação para renovar o campo das ideias.²⁰¹ Neste sentido, a edição da obra de Tobias Barreto tanto no Sergipe quanto no Rio de Janeiro da década de 1920 permite pensar como seu pensamento foi mobilizado para articular o debate em torno daquilo que se tornaria a “questão do menor”.

Antes de entrar nos detalhes da sua argumentação teórica, importa destacar a estruturação ou a forma como o texto foi montado pelos editores. Na edição carioca de 1926 de que lanço mão, o índice está organizado da seguinte maneira: *Razões desta edição* (com o

²⁰⁰ Sobre tais dados, ver: BANDERA, op. cit. p. 165.

²⁰¹ Cf. *Edição das obras de Tobias Barreto*. In. *Menores e loucos em direito criminal*. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1926.

decreto e a mensagem de Maurício Graccho Cardoso); *Advertência* da 1ª edição de 1884 e da 2ª de 1886; *Como introdução* (em que se faz um prelúdio sobre sua concepção de ciência social com observações a respeito do método de observação e indução na Sociologia); em seguida os treze capítulos do livro, sendo que destes farei uso mais detidamente de alguns fragmentos dos capítulos I, II, V, VIII, IX e XII; consta ainda um Apêndice intitulado *Algumas ideias sobre o chamado fundamento do direito de punir*, acrescido na segunda edição de 1886.

De acordo com Tobias Barreto, a Sociologia que circulava nos círculos intelectuais do Brasil do último quartel do século XIX ainda trazia consigo um “pedaço de metafísica, um resto de mitologia”, pois, mesmo no ambiente dos cursos jurídicos, ainda se propunham a discutir questões como as seguintes: “Conforma-se com os princípios da Ciência Social a doutrina dos *direitos naturais e originários do homem?*”. Diante de questões desse tipo, o jurista se colocava na contramão dos mais entusiasmados e dizia que efetivamente a Ciência Social, considerada como um conjunto de ideias adquiridas e sistematizadas sobre os fenômenos sociais e suas leis, ainda se achava em estado verdadeiramente embrionário.

Todavia, não se diferenciando muito da maioria dos intelectuais de sua época inspirados na ótica positivista, Tobias Barreto diz que caberia às Ciências Sociais se orientarem por um método e este seria o de observação e indução. Para ele, claramente a Sociologia daquele momento ainda não satisfazia essa exigência, pois os fenômenos analisados por ela ainda não tinham se prestado a uma observação regular. Por causa disso, ainda não era possível, do pouco que se havia observado até então, induzir leis e chegar assim ao conhecimento das causas que geram os fatos, cuja soma constituía a sociedade.

Dizia que era um fato evidente que a sociedade se desenvolvia, mas as leis desse desenvolvimento não estavam descobertas. Importava dizer que a Ciência Social existia ainda apenas como uma aspiração e que em tais condições não poderia ainda ter seus próprios princípios por meio dos quais fosse possível conformar quaisquer direitos dos homens. Além disso, nem mesmo as noções de valor, capital e trabalho estavam assentadas definitivamente. Tais considerações de ordem mais ampla servem de marco de orientação para tudo o que será dito posteriormente sobre a teoria do delito a partir da leitura que Tobias fez do Código Criminal do Império de 1830. Ali se definiu delito, discernimento e imputação criminal, noções mobilizadas para constituir o perfil do criminoso. No Código Penal de 1830, constava:

Art. 13. Se se provar que os menores de 14 anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às casas de correção, pelo tempo que o juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda a idade de 17 anos.

Rompendo com a ideia de direito natural que havia orientado a Filosofia do Direito até a primeira década do século XIX, Tobias Barreto diz que “a universalidade do direito é simplesmente uma frase” e que a expressão direito natural valeu por muito tempo e ainda valia como antitética da expressão direito positivo. Para ele, a admissão de um direito natural seria admitir que a positividade não era a característica de todo o direito. Afirmava a necessidade de situar historicamente o direito, pois o compreendia como produto da cultura humana, assim como as artes e as ciências. Atuando no âmbito da Faculdade de Direito do Recife, que fora originalmente criada em Olinda no ano de 1828, sendo transferida em 1854 para a capital pernambucana, Barreto fazia parte de um grupo de intelectuais que se apropriou de todo um jargão evolucionista. Isso ocorreu principalmente a partir de suas leituras dos filósofos alemães Ernest Haeckel e Stephen Buckle em um momento de divulgação de vários outros autores estrangeiros como Herbert Spencer, Charles Darwin, Émile Littré, Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play, Gustave Le Bon e Arthur de Gobineau.

O conjunto de leituras realizado por tais intelectuais somado à mudança da Escola de Direito de Olinda para Recife criou a pretensão de que eles eram liderados pelo germanismo de Tobias Barreto, os verdadeiros renovadores daquela escola.²⁰² Nisso, a declaração de que a metafísica estava morta e a dura crítica à ideia dos direitos naturais se tornaram características de um pensamento radicalmente crítico em Barreto. Tratava-se de criar uma nova concepção de direito que pretendia ser mais científica, pois para Barreto tal disciplina “surge aliada à biologia evolutiva, às ciências naturais e a uma antropologia física e determinista”.²⁰³

Necessário situar ainda que estes intelectuais vinculados às Escolas de Direito de Recife e de São Paulo, ambas de 1828, estiveram profundamente marcados pela recém proclamada Independência do Brasil em 1822 e procuraram responder a algumas das necessidades que o momento impunha. Daí a formação de um quadro de personalidades articuladas com a produção científica internacional, com o objetivo de se criar uma *intelligentsia* capaz de mobilizar forças e conhecimentos visando a solução dos problemas do país. Todavia, ainda seguindo a análise de Lília Schwarcz, se torna preciso atentar para o fato de que havia diferenças consideráveis entre a Escola de Direito do Recife e a de São Paulo, pois enquanto esta foi mais influenciada pela referência teórica do modelo liberal, aquela esteve mais atenta com o problema racial, daí uma forte inserção do darwinismo social e evolucionista como os grandes modelos de análise referenciados naquele espaço acadêmico em obras como as de Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Tobias Barreto.

²⁰² SCHWARCZ, *O espetáculo das raças*, p. 195.

²⁰³ Idem, p. 196.

Logo no início de *Menores e loucos*, o autor diagnosticava o método que havia sido adotado pelo legislador para definir a punição, pois o Código Criminal de 1830 passara a mencionar aqueles que seriam considerados inimputáveis. Os motivos para considerar determinado indivíduo como não sendo imputável compreendiam tanto aqueles aspectos de ordem política, como também os de ordem psicológica. Segundo Barreto:

a este duplo processo de inclusão e exclusão é consagrado o primeiro capítulo, composto de 13 artigos, que na sua aparente simplicidade, debaixo do espartilho de um laicismo exagerado, escondem matéria suficiente para largos e longos tratados, sem falar do muito que eles prestam a erros e disparates na prática forense.²⁰⁴

Em sua visão, o código estava muito aquém do que deveria ser naquela época a legislação penal de qualquer país que tomasse parte no “banquete da cultura moderna”. Ainda mais em se tratando do Brasil, que estava no grupo dos que ficaram para a “segunda mesa”. O código seria lacunoso e incompleto e por isso Barreto tinha esperanças de uma efetiva reforma da legislação.

O artigo 10 do Código Criminal de 1830 abordava a questão da imputação criminal e a respeito disso Tobias afirmava que “geralmente a psicologia, de que se servem os legisladores penais para delimitar o conceito do criminoso, é uma psicologia de pobre; e o nosso não faz exceção. Três ou quatro noções, tradicionais, que se recebem sem exame, como velha moeda, cujo peso e legitimidade ninguém se dá ao trabalho de verificar, a isto se reduz toda a despesa filosófica do nosso Código. Não sei se é um bem, ou um mal; nem eu pretendo elogiá-lo, ou censurá-lo, por tão pouco”. Segundo Tobias Barreto, tal artigo estava assentado em três noções tradicionais e que caracterizariam todo o investimento ou “despesa filosófica” na confirmação daquela legislação.

A noção de *vontade* aparecia como pressuposto indispensável na definição do crime nas expressões de ação ou omissão voluntária. Em seguida havia a *má fé* que apareceria como uma imbricação entre o *conhecimento do mal* e a *intenção de o praticar*. Ainda havia o princípio do discernimento aludido no artigo 13 da lei, o qual também operava como um dos elementos ou fatores psicológicos que permitiam entender o funcionamento de uma genética do delito, isto é, o desenho de procedimentos e princípios por meio dos quais se poderia identificar, classificar e prescrever modelos de conduta e relações de causalidade entre atitudes e ações consideradas criminosas. O momento da liberdade, como se poderia perceber pelo desenho jurídico em

²⁰⁴ BARRETO, Tobias. *Menores e loucos*, p. 1.

questão, teria sido posto de lado pelo legislador, aparecendo apenas de forma muito indireta e negativamente no § 3º do artigo 10 da lei, afirmava o jurista.

Do ponto de vista filosófico essa falta somente indicaria algum mérito se se pudesse crer que o legislador procedeu de tal forma com consciência do grande passo que dava em deixar de parte, como prejudicado e sem valor apreciável, o conceito de liberdade. Porém, Barreto pensava que era certo que isto não havia se dado de tal maneira e, mesmo que viesse a sê-lo, também ainda não haveria dúvida de que, sob o ponto de vista jurídico, a qualidade se converteria em falta ou defeito. Afirmando sua concepção de direito e o efeito que a noção de liberdade implicaria no conjunto de sua reflexão sobre essa ciência, ele ainda dizia que em tal terreno pouco importaria se o homem fosse dado como livre ou não, assim como ficavam fabulando de um lado os metafísicos do espírito e, do outro, os metafísicos da matéria. Por isso, seria preciso ter em conta que, na conformação da doutrina da imputação, o direito aceitava a liberdade como um postulado da ordem social, sendo isso suficiente.

A teoria da imputação, ou *fisiologia criminal*, como a denominam os juristas alemães, apoia-se no fato empírico, indiscutível, de que o homem normal, chegando a uma certa idade, legalmente estabelecida, tem adquirido a madureza e capacidade precisas, para conhecer o valor jurídico de seus atos, e determinar se livremente a praticá-los. São portanto condições fundamentais de uma ação criminosa imputável as únicas seguintes: 1º. O conhecimento da ilegalidade da ação querida (*libertas judicii*); 2º. O poder agente, por si mesmo, deliberar-se a praticá-la, quer comissiva, quer omissivamente (*libertas consilii*). É o que resulta do próprio conceito da imputação.²⁰⁵

Foi neste sentido que ele prosseguiu no raciocínio dizendo que o Código não teria pecado por excesso de clareza se tivesse manejado com um tanto mais de ciência estas primeiras verdades do direito penal, pois

o conhecimento do mal, de que fala o art. 3º, satisfaz à exigência da *libertas judicii*; mas o mesmo não sucede com a *intenção de o praticar*, que não corresponde exatamente à consciência da *libertas consilii*. Como fenômeno intelectual, como sinônimo de desígnio ou intuito, a intenção não pressupõe necessariamente a liberdade de escolha entre caminhos diferentes. Como forma da vontade, como desejo ou propósito deliberado de obrar, também não exclui a possibilidade da falta de livre arbítrio. Sobre este ponto, a lacuna do Código é incontestável.²⁰⁶

Mas esse não seria o principal objeto de lástima, pois que aquilo que lhe causava mais impressão de estranheza era ver que o referido artigo estava aberto e continuava a abrir caminho

²⁰⁵ BARRETO, *Menores e loucos*, p. 8.

²⁰⁶ *Idem*, p. 9.

para interpretações grotescas. Em seu modo de ver, os tribunais, com os seus julgados, e o governo, com os seus *avisos*, estavam mostrando novamente que as altas posições não se livravam sempre da tolice, da ignorância chata e irremediável; tal era a força dos dislates ocasionados pela forma como se compreendia aquele referido artigo do Código Criminal.

A imputação criminal consistia justamente na possibilidade de obrar conforme o direito, isto é, na possibilidade de *adaptar* livremente os atos às exigências da ordem social, cuja expressão seria a lei e, assim, considerava que o crime era uma clara manifestação do princípio da hereditariedade. Portanto, mesmo se constituindo como um fenômeno mórbido, um resultado de doença, nada proibia que, também naquele domínio, como em todos os outros da natureza, a *adaptação* procurasse eliminar as irregularidades da *herança*.

Todos esses elementos foram mobilizados pelo autor para que aos poucos fossem conformando a ideia do criminoso. Este seria caracterizado como aquele que se acharia no exercício regular de suas funções e tendo, portanto, atravessado quatro elementos constituintes da evolução individual: “1º. A consciência de si mesmo; 2º. A consciência do mundo externo; 3º. A consciência do dever; 4º a consciência do direito”. Assim, compreendia que “o estado de irresponsabilidade por causa de uma passageira ou duradoura perturbação do espírito, na maioria dos casos, consistia em um estado de perda das duas primeiras formas da consciência ou da normalidade mental. Dadas essas explicações e diagnósticos que funcionavam discursivamente na categorização de um sujeito, um perfil e um ou mais critérios para poder identificá-lo, o autor enfatizava que o Código em seu artigo 10 não havia feito mais que reconhecer uma “velha verdade” já consagrada pela história em todos os períodos culturais do direito penal. Mas teria cometido, porém, um erro de método: reunir em uma só categoria diversas classes de sujeitos irresponsáveis, que não se deixavam reduzir a um denominador comum, isto é, a ausência do que ele chamou de *normalidade mental*.

O Código havia confundido a *imputatio júri* ou *imputabilitas*, cuja falta caracterizaria os menores e os mentecaptos, com a *imputatio facti*, que não se fazia valer para com os mencionados nos §§ 3º e 4º do citado artigo. O ponto central de sua análise se referia, portanto, ao fato de que o Código definia que também não se julgariam criminosos: 1º. Os menores de quatorze anos; 2º. Os loucos de todo o gênero, salvo se tivessem lúcidos intervalos, e neles cometessem o crime; 3º os que cometessem crimes violentados por força ou por medos irresistíveis; 4º. Os que cometessem crimes casualmente, no exercício ou prática de qualquer ato lícito, feita a atenção ordinária.

Tal definição significava para o autor um modelo de simplicidade que não teria se tornado também um modelo de perfeição. Os legisladores de quase todos os países daquele

período haviam estabelecido “uma época certa” depois da qual e somente depois dela poderia ter lugar a responsabilidade criminal. Barreto afirmava que o nosso Código havia seguido o exemplo da maioria dos “povos cultos” e fixado a menoridade de quatorze anos, como razão peremptória de escusa por qualquer ato delituoso. Em termos técnicos, o Código havia estabelecido também, em favor de tais menores, a *presumpcio juris et de jure* da sua imaturidade moral. Era, contudo, motivo de lástima que, aproveitando-se da doutrina do art. 66 e seguintes do *Códe Penal* (Código Penal), o nosso legislador tivesse, no art. 13 consagrado a singular teoria do discernimento, que pôde abrir caminho para muitos abusos, criando um espetáculo doloroso, na acepção de Tobias Barreto.

Tendo ciência de que a definição de uma idade depois da qual o indivíduo poderia ser responsabilizado criminalmente ainda não era objeto de consenso entre os criminalistas, Tobias Barreto dizia que

as *individualidades físicas* são em geral muito mais variadas do que as *individualidades somáticas*, e não se deixam prender a uma norma determinada. Quem quer que pretenda julgar da madureza do entendimento, da força do livre arbítrio, segundo o número dos anos de idade, iludir-se-á constantemente... A experiência diária nos ensina que o desenvolvimento psíquico aparece em um indivíduo mais cedo, em outro mais tarde. Pelo que a determinação de uma idade igual para todos os indivíduos, quando é tão desigual o desenvolvimento de cada um, não pode oferecer uma segura medida da culpabilidade e de grau da pena merecida.²⁰⁷

Contudo, opondo-se a esse raciocínio que, tomado em abstrato faria sentido, mas que, considerado na concretude da lei em sua efetividade, ganharia significados e graus de importância diferentes a depender de onde tais fatos ocorressem, Barreto disse que: “Porquanto os males, que sem dúvida resultam de taxar-se, por meio da lei, uma espécie de maioridade em matéria criminal, são altamente sobrepujados pelos que resultariam do facto de entregar-se ao critério de espíritos ignorantes e caprichosos a delicada apreciação da *má fé* pueril”, pois, em todo caso, seria melhor correr o risco de ver passar impune, por força da lei, quando viesse a cometer algum crime, “o *gymnasiasta* de treze anos, que já fez os seus versinhos e sustenta o seu *namorico*, do que se expor ao perigo de ver juízes estúpidos e malvados condenarem uma criança de dez anos”.²⁰⁸

Ao analisar o Direito Criminal do final do século XIX a partir das obras de Tobias Barreto e João Vieira de Araújo, Bárbara Lisboa Pinto comenta sobre as ideias do sergipano em relação ao critério do discernimento como elemento chave na discussão sobre o menor. A

²⁰⁷ BARRETO, *Menores e loucos*, p. 14-15.

²⁰⁸ *Idem*, p. 14-15.

crítica dele em relação a tal conceito tem a ver com o fato de que “esta noção dava lugar para muitos abusos. Assim, a questão da fixação legal de uma época para o homem ser criminalmente responsável era uma questão em aberto. Isto porque as individualidades psíquicas eram para ele muito mais variadas do que as somáticas”. Por este motivo, a autora diz que tanto

Tobias Barreto quanto João Vieira de Araújo concordaram que uma idade deveria ser estipulada para tornar o menor passível de imputabilidade. Pensaram assim não por acharem que todos os jovens fossem iguais em formações psíquicas, mas por pensarem na proteção ao menor, que poderia ser vítima de abusos com a brecha da lei expressa na noção de discernimento.²⁰⁹

Para o intelectual sergipano “a principal questão na ideia do crime e do criminoso estava no momento da liberdade na hora do crime, vinculando-se assim à ideia de livre-arbítrio. Contudo, na hora de discutir sobre o menor ele reconheceu que este não poderia ser enquadrado na mesma categoria dos loucos e que deveria ser protegido dos abusos”, dada a fase da vida em que se encontrava. Mas, ainda de acordo com Pinto, “não discutia como pensar o discernimento no momento da hora do crime quando este era cometido por um menor. Como se entenderia a ideia de liberdade em um crime cometido por um menor? Da mesma forma, qual seria o entendimento sobre a pena? Até que ponto ela seria corretiva para um menor? Isto era um grande problema na sociedade brasileira, pois o menor quando era preso era colocado no mesmo espaço dos adultos, facilitando e incentivando o aprendizado do crime”.

Tobias Barreto produziu sua obra no momento em que Cesare Lombroso estava sendo recepcionado no Brasil. Segundo Edmundo de Oliveira Gaudêncio,

o que é central na teoria de Lombroso é que, primeiro, não lhe interessava tanto o crime, como nos tratados dos autores clássicos, quanto lhe interessava a figura do criminoso, e, segundo, é que ele fez uma leitura do crime enquanto fato social, usando os óculos, não das “ciências morais”, como até então, mas das “ciências naturais”. Fundiu Darwin, para quem tudo é luta de espécies, com Comte, para quem somente através da ordem, dá-se o progresso, e com Virchow, para quem a ontologia recapitula a filogenia, fazendo de saberes velhos, saberes novos.²¹⁰

Foi partindo desse objetivo central de estudar a figura do criminoso para instituir significados e procedimentos sobre o corpo e a existência social do criminoso que se criou uma

²⁰⁹ PINTO, Bárbara Lisboa. O Menor e menoridade sob a ótica do Direito Criminal Brasileiro na década de 1880: as obras de Tobias Barreto e João Vieira de Araújo. *Revista Justiça e História*, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, v. 2, n. 3, p. 9-11.

²¹⁰ GAUDÊNCIO, Edmundo de Oliveira. *Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia: arqueologia do bandido*. 439 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

das linhas de constituição do menor abandonado, delinquente e, posteriormente, definido como infrator. Segundo Gaudêncio, “foi munido dessas ideias que Lombroso tomou da topografia física do rosto (que se havia transmudado, na Idade Clássica, em uma topografia política da face) e transformou-a em uma topologia policial da cara”. Em uma cena adiante será possível demonstrar melhor a espessura desse rosto e dessa cara tomados como objeto de policiamento, partindo inicialmente da figura de Pedro Bala para que se possa ler depois outras rostidades policiadas na segunda parte da tese. Por ora, se faz preciso descrever melhor os contornos da crítica que o sergipano fez ao criminalista italiano.

Não há muito veio-me às mãos a celebre obra — *L’Uomo delinquente* (O homem delinquente) — do grande psiquiatra e professor italiano Cesare Lombroso. [...] A celebridade do livro e o renome do seu autor, unidos à circunstância de ocupar-me de assunto que tem pontos de contato com as doutrinas expendidas, tornam explicável a avidez, com que tratei de apoderar-me das ideias de Lombroso. Mas bem quisera que a impressão de doçura, produzida pela ciência do profundo observador, não tivesse sido perturbada por um pouco de amargo, que deixaram-me os exageros do especialista infatigável. [...] O livro de Lombroso, seja-me lícito dizê-lo, é *italianamente escrito e germanicamente pensado*. [...] importa reconhecer que o autor alargou demais as suas vistas e é excessivo nas suas apreciações. Tudo tem seus limites. O conhecimento exato do criminoso não se compõe somente de dados psicológicos, fornecidos pela observação interna, direta ou indireta; mas é igualmente certo que não se compõe só de dados *craniométricos*, *dinamômetros*, *oftalmoscópicos* e todos os mais epítetos sesquidaes, de que soe usar a tecnologia médica.

[...]. O *Homem delinquente* de Lombroso, — apresso-me em declará-lo, não está de perfeito acordo com a ideia sustentada pelos patologistas do crime. Para ele o delito e a loucura são fenômenos semelhantes, porém não são idênticos [...].

[...] *Seja como for, o certo é que a alma humana, quer individual, quer socialmente considerada, é o produto de mil circunstâncias*²¹¹, de mil fatores diferentes, em cujo número entra a própria atmosfera com a sua cota de calor e eletricidade.

[...] importa reconhecer que a ideia capital de Lombroso não é de todo isenta de um certo saber de paradoxia. Reduzindo o crime às proporções de um fato natural, incorrigível, inevitável, tão natural e incorrigível como a doença, ele parece julgar inútil a função da justiça pública. E uma das mais vivas provas desta inutilidade é fenômeno constante da reincidência. [...].

Nada melhor do que o livro de Lombroso me faz compreender uma justa observação de Moritz Lazarus em sua *Völkerpsychologie*.²¹² Apreciando o fenômeno da invasão recíproca de domínios intelectuais limítrofes, ele explica pela mesma lei o fato estranho de indivíduos investidos de uma profissão determinada empreenderem excursões insensatas em alheias e superiores esferas — excursões, cujos resultados se dão a conhecer como planos grandiosos de melhoramento, messianicamente anunciados [...].²¹³

²¹¹ Grifo meu.

²¹² Do alemão “Völkerpsychologie”: psicologia social.

²¹³ BARRETO, *Menores e loucos*, p. 67-75.

Se o “direito penal, é uma arte de mudar o rumo das índoles e o curso dos caracteres, que a educação não pôde moldar”, se trata de um investimento político de enorme alcance. Tobias Barreto dimensiona a postura de Lombroso como alguém que particularmente rompeu um acordo tácito e adentrou em campos estranhos. Ao dizer que em sua obra, “o psiquiatra quer destronar o jurista, a psiquiatria quer tornar dispensável o direito penal”, indica uma disputa por campo intelectual e por relações de força que não poderiam ser questionadas, mas cada vez mais blindadas.

Com Tobias Barreto se pode notar a complexidade de tais articulações, uma vez que esses saberes não simplesmente se somaram uns aos outros para compor algo, mas as próprias noções e conceitos que mediavam o debate eram objeto de disputas diversas. Barreto adotou uma postura bastante crítica e resistente ao positivismo. Como sugere Vinícius Bandera, “a Escola Positiva chegou atrasada no Brasil, como quase todas as ideias e práticas que nos vinham do ‘mundo civilizado’. Não por acaso, a porta de entrada dessa corrente jurídica foi a Escola do Recife, justamente o polo inaugurador e principal irradiador do cientificismo (‘bando de ideias novas’ de que se ufana Sílvio Romero) entre nós”²¹⁴.

A ojeriza de Tobias Barreto pelo positivismo em geral fez com que ele tivesse uma postura eminentemente crítica às ideias de Lombroso, rejeitando-as e chegando a ridiculizar suas formulações, fosse pelo potencial de desqualificação que elas tinham acerca do campo do Direito Penal, reduzindo o crime à ideia de fato natural, fosse ainda por suas simplificações acerca da reincidência criminal. Ao seu modo, Barreto foi crítico dessa maneira de pensar a penalidade e parece ter reconhecido as estratégias e tecnologias de dominação em curso.

Em seu estudo sobre o crime na historiografia, Elizabeth Cancelli enfatiza a diferença entre a Escola Clássica e a Escola Positiva, no âmbito do Direito Penal. Os clássicos, representados por autores como Cesare Beccaria (1738-1794), Jeremy Bentham (1748-1832) e Paul Johann Anselm von Feuerbach (1775-1833), “postulavam em primeiro lugar que as condições socialmente determinadas conduziam ao comportamento desviado, razão pela qual todo o indivíduo podia apresentar um comportamento desviado”²¹⁵. Assim, o enfoque recaía sobre o ato criminoso em si e não sobre o criminoso, o autor do ato. Por sua vez, a Escola Positiva impôs um “rígido determinismo em que homens cunhados biológica e socialmente de determinada maneira seriam impulsionados sem resistência a suas ações”. Com isso, “o exame criminal não seria mais sobre o ato, mas sobre o criminoso”, inventando-se assim todo um novo

²¹⁴ BANDERA, *Ordenação Social no Brasil*, p. 174.

²¹⁵ CANCELLI, Elizabeth. Criminosos e não-criminosos na história. *Textos de História* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, v. 3, n. 1, 1995, p. 64.

arsenal técnico e científico para individualizar os processos investigativos e elaborar o “caráter individual do criminoso”.²¹⁶

Bandera afirma que se o Estado não tomou a iniciativa de proteger a criança e o adolescente, dotando-os de direitos derivados dos direitos dos “cidadãos ativos”, articulou isso no sentido de proteger a sociedade dos menores desviantes da nova ordem. Na sociedade brasileira marcada pelo tom autoritário, rural, patriarcal e patrimonialista, a pedagogia repressiva naturalmente se impunha a uma possível pedagogia formadora de subjetivas mais críticas e cidadãs. De acordo com o autor, se efetivamente desde as Ordenações Filipinas “a lei referia-se ao delinquente menor, mas ainda não o tinha como menor delinquente”, a partir do começo do século XX tal processo sofreria mudanças. Partindo de um referencial metodológico materialista dialético, Bandera analisa que

os primeiros menores marginais a surgirem no real concreto e na superestrutura foram os expostos ou enjeitados, exclusivamente na qualidade de problema social de caráter passivo [...]. Por terem sido os primeiros a se consagrarem como categoria e problema sociais, e, além disso, terem uma instituição (de sequestro) – a Casa de Expostos – especificamente sua, foram também os primeiros a ter um histórico escrito pormenorizado, do qual é possível tecer estatísticas, análises e ilações.²¹⁷

Em Tobias Barreto, as grandes marcas que dão o tom da sua tematização desse assunto são a crítica à ideia de discernimento e os desdobramentos da teoria lombrosiana sobre a relação entre crime e criminoso na ótica positivista. Bárbara Lisboa Pinto afirma que

a imputabilidade do menor, que se vinculava à própria ideia que se fazia de menor, era um problema presente desde antes da criação do Código Criminal, porém eclodiu no final do século XIX devido às transformações sofridas pela sociedade brasileira e sempre foi resolvido, na prática, com a jurisprudência e com as decisões do juiz permitidas pelo artigo 13º. A decisão do discernimento, que deveria possuir um dispositivo mais preciso e menos lacunoso, possibilitou que ficasse nas mãos de quem julgava a incumbência de decidir o destino do menor”.²¹⁸

Neste quadro, Tobias Barreto foi um dos primeiros a demonstrar preocupação sobre não culpar criminalmente um “jovem inocente”. Portanto, a reflexão teórica de Tobias Barreto sobre o Código Criminal de 1830 focalizou os limites da razão, isto é, da racionalidade política que informava o debate sobre o discernimento àquela época. Questionou o primado desse modelo

²¹⁶ Idem, p. 65.

²¹⁷ Idem, p. 30-31.

²¹⁸ PINTO, *O Menor e minoridade sob a ótica do Direito Criminal Brasileiro na década de 1880*, p. 9-11.

de racionalidade como único fundamento possível da subjetividade humana, uma vez que as condutas eram o produto de múltiplos encontros, afetações e condições sociais, devendo ser compreendidas nessa dispersão e não na leitura causalista de que apenas a “intenção” definiria a conduta do indivíduo. Esse intelectual se preocupou com a criação de instrumentos que regulassem as escolhas e opiniões dos juízes a fim de evitar excessos e injustiças. Naquele momento, contribuições críticas ao problema do menor emergiram de diferentes campos e saberes. Sem necessariamente somarem-se uns aos outros, tais saberes disputaram sentidos e modos de intervenção. Ao seu modo, o Serviço Social que emergia na década de 1930 teve na figura de Vicente Piragibe um mentor sobre como encarar aquele espinhoso tema e sobre quais caminhos pautar a reforma das condutas frente à promessa do projeto de nação.

A infância capital e a miséria da nação

Era manhã do dia 20 de outubro de 1936, na cidade do Rio de Janeiro, quando o desembargador Vicente Piragibe tomou a palavra na aula inaugural do curso de Serviço Social, no Laboratório de Biologia Infantil, dizendo:

A honrosa presença do Sr. Ministro da Justiça, Dr. Vicente Ráo, o empenho, reiteradamente demonstrado pela S. Ex. de comparecer à inauguração do primeiro Curso de Serviço Social nesta Capital, o que lhe veio dar maior relevo, a presença de vários membros do Poder Judiciário e de distintíssimas senhoras, entre as quais noto, desde logo, incansáveis trabalhadoras da causa da infância, constituem demonstração eloquente da larga e patriótica visão com que no nosso país está sendo encarado o problema que se nos depara. Quero, desde logo, justificar-me, declarando que, aos incansáveis promotores desse inestimável serviço, Sra. Deputada Dr^a. Carlota Queiroz, desembargador José Burle de Figueiredo e prof. Leonídio Ribeiro, e tão somente a eles, caberá a responsabilidade pelo desvalor desta conferência inaugural que, pela magnitude do assunto, a outros deveria tocar o encargo de pronunciar. Felizmente, as falhas serão amplamente compensadas com as sábias lições que serão professadas desta cátedra pela palavra erudita e fluente de mestres dos mais notáveis, com talento e capacidade para honrar qualquer instituto de ensino: Afrânio Peixoto, Aloysio de Paula, Almir Medeiros, Maria Til, Barros Barreto, Pedro Pernambuco e o diretor do Laboratório de Biologia Infantil, dissertarão em dias sucessivos sobre os temas mais diretamente ligados ao Serviço Social.²¹⁹

Infância abandonada e delinquente havia sido o tema definido para a conferência de abertura do curso, o mesmo que intitularia a publicação em que constava a fala pronunciada

²¹⁹ PIRAGIBE, Vicente. *Infância abandonada e delinquente (Novos rumos do Serviço Social)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937, p. 27.

pelo desembargador e o seu texto homônimo divulgado dois dias antes no jornal *Correio da Manhã*. Um evento daquele tipo demonstrava a centralidade do tema da infância abandonada e delinquente na ordem do dia, mobilizando diferentes setores da sociedade para estudar, debater, questionar e divulgar as ações promovidas.

Daí o intercâmbio de intelectuais e políticos naquela época, como Leonídio Ribeiro que, em abril do ano seguinte, proferiria conferência em Lisboa a convite do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, sendo reconhecido como fundador do Laboratório de Biologia Infantil que funcionava nas dependências do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro. Entre seus títulos estavam, como bem destacou o reitor da Universidade Técnica de Lisboa no momento da conferência: professor na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, fundador do Laboratório de Antropologia Criminal e ganhador do prêmio Lombroso de 1933.

Esta conferência proferida por Leonídio Ribeiro em Portugal foi publicada um ano depois nos Arquivos de Medicina Legal e Identificação que trazia como título *A criança e o crime* e que tinha como objetivo apurar as causas físicas e mentais da criminalidade infantil no Brasil. Assim, pode-se perceber como uma ampla e complexa rede de saberes e relações de poder se constituiu naquele momento, não se limitando a recortes espaciais e geográficos prévios, mas se articulando de modos diversos, por meio do intercâmbio de juristas, educadores, políticos e médicos autorizados a tomar a palavra não somente para dizer a seu modo o que pensavam sobre o problema da infância criminosa, mas também indagar e perscrutar sobre o que outros países estavam fazendo nessa seara, mostrando os esforços institucionais que estavam sendo viabilizados no Brasil.²²⁰

Partindo da fala de Vicente Piragibe já se nota de entrada a divisão de papéis sociais no que se referia ao trato com a “questão do menor”. Se, no campo do Direito, autores como Evaristo de Moraes e Tobias Barreto disputavam a cena jurídica questionando e propondo novos modos de nomear a questão do discernimento como critério para a imputabilidade penal, deste outro lado, a cena estava sendo habitada por homens que lideravam o processo de regulação econômica e política sobre tal questão.²²¹ Contudo, as mulheres também

²²⁰ Para um estudo sobre o Laboratório de Biologia Infantil, cf. SILVA, Renato da. “*Abandonados e delinquentes*”: a infância sob os cuidados da medicina e do Estado – o Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941). Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Fundação Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2003.

²²¹ Em 1933 Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher a participar de uma Assembleia Constituinte na condição de parlamentar, assinando a Constituição de 1934. Educadora e médica, Carlota pertenceu a uma família tradicional das elites paulistas, tendo também interferência nos debates públicos sobre políticas de educação e saúde voltadas às crianças e mulheres. Esteve no Congresso Brasileiro de Proteção à Infância em 1920. Em 1942, Carlota se tornou a primeira mulher a integrar a Academia Nacional de Medicina, compondo também organismo similar na Argentina. Sobre a sua trajetória política, sua postura aproximada do *status quo* político da época no

participavam, sendo atribuído a elas um papel central na gestão daquilo que passou a se tornar uma “questão social”.

As “incansáveis trabalhadoras da causa da infância”, como nomeia o desembargador Piragibe, eram mulheres provenientes não de setores populares, mas esposas de juristas, políticos, advogados, professores renomados, entre outros intelectuais que participaram da esfera pública na condição de nomeadores dos temas e problemas. A antropóloga Mariza Corrêa analisou esse papel da “mulher medianeira” como sendo efetivamente daquelas responsabilizadas por gerir a questão social, mas, mais que isso, tinham a função de mediar a relação entre as classes sociais no momento em que a elas estava sendo destinado um processo de profissionalização ou especialização na área da infância.

Efetivamente, “a figura da mãe vai se desdobrar na da professora primária e na da assistente social”²²², ao passo que outra transformação histórica se dava naquele momento e dizia respeito ao fato de que se passava da caridade a uma filantropia mais cientificamente orientada. Isso estava fortemente articulado à redução ou gerenciamento das consequências sociais e econômicas de um capitalismo industrial sobre as classes populares que, por sua vez, eram cada vez mais excluídas não do processo produtivo, mas da distribuição equitativa que deveria lhe ser subsequente.

Ao se referir aos profissionais que iriam conduzir o curso de Serviço Social, Vicente Piragibe disse: “Trarão assim, com o seu saber e a sua experiência, o contingente precioso e indispensável para a perfeita solução do maior problema nacional: o da infância abandonada e delinquente. E acentuo bem – o maior problema nacional – porque nenhum outro, por mais estreitamente ligado aos interesses do Brasil, sobreleva a esse, entrelaçado que está com o problema econômico, com o financeiro, com o social, com o militar, ou seja, com o da produção, com o da riqueza, com o da ordem pública interna, com o da segurança da sua independência”. Afirmou ainda que era “a própria existência da Nação”²²³ que estava em jogo. Se desde a Proclamação da República em 1889, tomada como ponto de efervescência política e articulação de conflitos diversos,²²⁴ começou a ganhar materialidade uma certa obsessão pela

parlamento e na Liga das Senhoras Católicas com pautas assistencialistas e suas reservas a respeito de propostas de feministas como Bertha Lutz e Maria Eugênia Celso, cf. SCHPUN, Mônica Raisa. Carlota Pereira de Queiroz: uma mulher na política. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 167-200, 1997.

²²² CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In. FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2016, p. 149.

²²³ PIRAGIBE, *Infância abandonada e delinquente*, p. 28.

²²⁴ Para uma análise política da emergência da República e os conflitos enfrentados na confecção de uma cidadania para o povo e uma efetiva vivência republicana no país entre fins do XIX e primeiras décadas do século XX, cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ideia de Nação, a partir da década de 1930 houve um verdadeiro afã relativo ao tema e se investiu na constituição de uma “identidade nacional” e numa espécie de brasilidade primeva, algo que a própria literatura do Segundo Reinado já havia contribuído para ganhar foros de verdade.²²⁵

Nesse aspecto, Vicente Piragibe mostrava a centralidade da infância para a própria existência dessa Nação grafada em letras maiúsculas como símbolo do maior, do molar, daquilo que se imporia não só simbolicamente, mas territorialmente na disposição de certos espaços sociais e possibilidades de inclusão e exclusão de certos grupos através da definição de direitos e deveres para os considerados cidadãos. Assim, seguiu argumentando que nos países considerados avançados as preocupações máximas voltavam-se justamente para este problema, chamando a melhor atenção de estadistas, médicos, juristas, sociólogos e filantropos. Afirmava que não era outra razão que também animava tal movimento no Brasil.

Ao fazer uma genealogia do “social” como campo problemático de definição e intervenção de diferentes profissionais e saberes no contexto francês, Jacques Donzelot²²⁶ analisa as práticas que contribuíram para a construção do modelo de família e combate ao abandono de crianças. Lê o “social” como objeto de investimento de saberes e poderes no qual a Medicina exerceu poder sobre o corpo infantil a partir do século XVIII. No contexto brasileiro, o desembargador Piragibe buscava diferenciar as ações em curso do seguinte modo: “a mentalidade é outra”, dizia ele, pois a “penalologia” sofreu profundas modificações, uma vez que no Congresso de Antropologia Criminal de Turin, Anton Gerard van Hammel, ao se referir às duas figuras centrais na ciência penal italiana, Cesare Beccaria e Cesare Lombroso, afirmava que o primeiro, nos dias em que tudo era arbitrário, disse ao homem: *Conhece a Justiça*; e o segundo, na época em que triunfava a rigidez, o convencionalismo das fórmulas jurídicas clássicas, disse à Justiça: *Conhece o homem!* No conjunto dessas transformações descritas, a orientação científica era seguir anotando e se apropriando das experiências externas, daí os ensaios de erudição e as citações constantes de inúmeros casos, métodos e exemplos estrangeiros apresentados tanto por Vicente Piragibe, como também por Tobias Barreto, Evaristo de Moraes e Arthur Ramos.

Segundo o desembargador Piragibe: “O pelourinho, que humilhava sem corrigir, cedeu lugar à oficina, que nobilita, ensinando; a clausura teve derrubadas as pesadas muralhas que,

²²⁵ Detalhamentos a respeito disso podem ser encontrados em BOSI, Alfredo. Cultura. In. CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011, p. 225-280.

²²⁶ DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão da tradução de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

isolando da convivência dos homens, privava também de ar e de luz, para deixar ver, numa resplendente alvorada de redenção, a grande escola ao sol, a terra, de cujo seio fecundo surdem inesgotáveis as prodigalidades da natureza. As prisões transformaram-se em casas de trabalho e dos campos incultos formaram-se os jardins, as granjas e as colônias; o deserdado, olhado como um fardo, foi, desde então, cuidado como um elemento de progresso e de vida”. Assim, a lição central da aula inaugural parecia se resumir no ensinamento de que “não bastava corrigir”, pois seria “indispensável ir mais longe e mais fundo; [sendo] preciso evitar a correção”. Aí o discurso da profilaxia teve o seu lugar, investindo na observação e descrição das causas, fossem elas congênicas ou sociais. “Cuidemos da criança abandonada para nos pouparmos de punir o adulto delinquente”²²⁷, ressaltou o autor.

O modo como tal enunciação se constituiu produziu efeitos ligados diretamente a um aspecto específico e largamente comentado na história do Direito Penal, que se refere ao processo de “humanização” das penas por meio de transformações nos dispositivos jurídicos e institucionais para lidar com a criminalidade e o criminoso. Isso produziu uma leitura que visava afirmar uma superação das formas de penalização que ocorreram até o século XVIII como marca do *Antigo Regime* e que se caracterizaram por tratamentos atrozés com a figura do criminoso.

No caso dos reformadores penais do Estados Unidos, quando da criação dos Tribunais para Menores e todo o movimento de salvação da criança, houve também todo um cuidado voltado para recuperar e tornar úteis as vidas até então consideradas infames e não mobilizados na maquinaria de produção. Neste contexto, Anthony Platt afirma em seu estudo sobre tal processo de reformulação político-penal que inventou a delinquência infantil e juvenil no âmbito estadunidense que

o movimento pela salvação da criança não era um empreendimento humanitário em apoio à classe trabalhadora e contra a ordem estabelecida. Pelo contrário, seus impulsos vieram principalmente das classes média e alta, que contribuíram para a invenção de novas formas de controle social para proteger seu poder e privilégios. Esse movimento não foi um fenômeno isolado, mas refletiu mudanças maciças no modo de produção, do desapego ao capitalismo monopolista e na estratégia de controle social da repressão ineficaz da benevolência do Estado benfeitor. Essa reconstrução das instituições econômicas e sociais, que não foi realizada sem conflitos dentro da classe dominante, representou uma vitória dos mais “esclarecidos” dos líderes corporativos, que defendiam alianças estratégicas com os reformadores urbanos e apoiavam as reformas liberais.²²⁸

²²⁷ PIRAGIBE, *Infância abandonada e delinquente (Novos rumos do Serviço Social)*, p. 28-29.

²²⁸ Tradução do seguinte trecho: “El movimiento pro salvación del niño no era una empresa humanitaria en ayuda de la clase obrera y frente al orden establecido. Al contrario, su impulso procedía primordialmente de la clase media y la superior, que contribuyeron a la invención de nuevas formas de control social para proteger su poderio

Todavia, se tratava ainda de um processo muito mais amplo e complexo cujos contornos foram delineados na obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault²²⁹. Definindo como objeto de pesquisa a história dos modos de punir no Ocidente entre os séculos XVII e XIX, o filósofo mapeou uma transformação nessa seara e que foi particularizada também, mas não apenas, pela emergência da prisão como instituição autorizada a gerir a execução das penas por meio da restrição da liberdade como tecnologia generalizada de punição. A prisão emergiu historicamente no mesmo lastro histórico em que se afirmavam os lemas da “igualdade, liberdade e fraternidade”, se constituindo como uma ossatura curva na espinha dorsal do discurso dos direitos humanos em sua concepção clássica.

Como marca não apenas de uma “contradição” política, mas de uma ambivalência constitutiva, o nascimento da prisão fez parte de uma transformação mais ampla nos modos de punir e de vigiar socialmente os comportamentos e os costumes do sujeito moderno que se visava instituir com base na retórica da razão iluminista e do pensamento liberal. A prisão não foi uma contradição porque seu surgimento fez parte de uma maquinaria social muito mais complexa ancorada, mas não determinada unilateralmente, pelo fortalecimento do modo de produção capitalista e por uma transformação nas sensibilidades da época, quando os martírios e suplícios clássicos passaram a ser objeto de repulsa.

Ocorre que uma certa concepção social de “empatia”, como afirma a historiadora Lynn Hunt, se instituiu socialmente, contribuindo para que se produzisse e vivenciasse outra compreensão sobre como lidar com o corpo dos condenados.²³⁰ Efetivamente, como Foucault demonstra, a transformação histórica nas formas de punir teve na expressão do próprio corpo um ponto de atravessamento e sustentação fundamental. Uma nova política do corpo, uma nova economia dos gestos e da disposição social da corporeidade individual no espaço social foi se delineando, fazendo com que o corpo passasse a ser lido de outro modo, mais produtivo e passível de adestramento, não sendo mais possível permitir sua extinção de forma violenta por meio do suplício e do cadafalso ou com outros instrumentos de matança como a história do

y sus privilegios. Este movimiento no fue un fenómeno aislado, sino que reflejaba cambios masivos acontecidos en el modo de producción, desde el dejar-hacer hasta capitalismo monopolico, y en la estrategia del control social de la ineficaz represión ala benevolencia del Estado benefactor. Esta reconstrucción de las instituciones económicas y sociales, que no se llevó a cabo sin conflictos dentro de la clase gobernante, representaba una victoria de la más ‘ilustrada’ de los dirigentes de corporación, que preconizaban alianzas estratégicas con los reformadores urbanos y apoyaban las reformas liberales”. Cf. PLATT, op. cit., p. 22.

²²⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 40ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

²³⁰ Sobre este tema da mudança cultural de sensibilidades baseada na construção de uma empatia, isto é, uma compreensão ética acerca do sofrimento infringido ao outro considerado como intolerável, principalmente a partir do século XVIII, e mapeado a partir de produções culturais, ver: HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Antigo Regime produziu. Contudo, na segunda parte desta tese teremos a oportunidade de desdobrar aspectos da analítica foucaultiana para pensar as políticas de morte.

Associada com a emergência do capitalismo e a intensificação do industrialismo após os acontecimentos provenientes da Revolução Industrial Inglesa, foi se constituindo outra percepção do corpo e outro modo de usá-lo socialmente. Daí não o surgimento inédito, mas a emergência das disciplinas como técnicas, procedimentos para lidar com o corpo a partir de outra lógica: torná-lo economicamente mais rentável e politicamente controlável. Houve todo um investimento político e econômico no treinamento desse corpo desde a infância, com destaque para o papel disciplinar da escola, mas também em vários outros espaços sociais como a fábrica e o exército. Toda uma distribuição espacial do corpo e uma cadência temporal dos gestos visavam formar trabalhadores e trabalhadoras produtivas, mas com as capacidades de resistência política controladas. Este foi o projeto de uma sociedade disciplinar que se articulava com base no princípio do confinamento de certos indivíduos e coletividades, a fim de melhor gerenciá-las.²³¹

Vicente Piragibe descreveu algumas experiências de tratamento da questão da infância abandonada e delinquente em outros países e frisou que as leis italianas de amparo às crianças vulneráveis eram as mais eficientes. Naquele momento a Itália dispunha de dois mil institutos públicos para lidar com os órfãos abandonados, tendo 26.876 postos de recolhimento. Um dos itens fundamentais na proposta de mudança nos modos de lidar com as crianças consideradas como desajustadas ou viciadas moralmente era a ideia de que o trabalho poderia ser a via de transformação, o ponto de mutação principal da conduta daqueles indivíduos.

Também na aula inaugural daquele mês de outubro de 1936 o desembargador dedicou espaço a isto na sua narrativa sobre as políticas desenvolvidas nos países considerados avançados: “A Colônia Agrícola de Mettray, na França, destinada aos menores do sexo masculino atingidos por decisão dos tribunais tem como programa esta eloquente divisa: - Melhorar a terra pelo homem; melhorar o homem pela terra”. No caso do Brasil, pode-se localizar entre 1890 e a década de 1930 o surgimento dos primeiros patronatos agrícolas, inspirados na versão francesa e assumindo uma das partes do processo de institucionalização do menor. Tratava-se de um elo muito forte e constante na história da invenção do menor, pois falar dele, nomear esse “problema”, caracterizar tal sujeito foi algo que esteve diretamente

²³¹ Sobre os desdobramentos da análise foucaultiana sobre as disciplinas e a falência do projeto da sociedade disciplinar, cf. FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Disciplinar em Crise*. In. *Ditos e escritos*, v. IV: estratégia, poder, saber. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 261-263.

articulado desde o começo do século XX com a sua institucionalização. Obviamente que articulada ao aparelho estatal esteve toda uma rede composta por muitos intelectuais, juristas, professores, pedagogos, psicanalistas, advogados, instituições privadas e/ou filantrópicas que fizeram parte dessa articulação de saberes e poderes em jogo.

Mas por que institucionalizar? Efetivamente, na órbita do capital e das relações sociais de trabalho, estava em jogo criar corpos dóceis, educados para o trabalho, articulados com o projeto nacionalista que naquele momento ganhava novos foros de verdade e força mobilizadora. Quando Vicente Piragibe fala e ecoa um discurso que não tem nele origem alguma – mas um novo ponto de amarração e prolongamento – sobre salvar o Brasil por meio da educação e da profilaxia da criança abandonada (delinquente em potencial), se tratava de criar os braços necessários para erguer o projeto de país que se construía aos poucos. De acordo com Rizzini,

a legislação dirigida aos menores de idade vinha a legitimar o objetivo de manter a ordem almejada, à medida que, ao zelar pela infância abandonada e criminosa, prometia extirpar o mal pela raiz, livrando a nação de elementos vadios e desordeiros, que em nada contribuía para o progresso do país. Para atingir a reforma almejada para “civilizar” o Brasil, entendia-se ser preciso ordená-lo e saneá-lo. Designada como pertencente ao contingente de “menores abandonados e delinquentes” (portanto potencialmente perigosos), a população jovem que fugia aos mecanismos sociais de disciplina, foi um dos focos para a ação moralizadora e civilizadora a ser empreendida. Sob a forma da Justiça e da Assistência, julgou-se estar, desta forma, combatendo os embriões da desordem. Traços desta história assombram o país até os dias de hoje.²³²

Por sua vez, Morelli se refere ao processo de construção do termo “menor” como uma das estratégias que se consolidou a partir da década de 1920 para lidar com a questão do trabalho, quando os problemas relacionados com as crianças desamparadas causavam muita preocupação para vários segmentos sociais. O autor diz que era um desafio “encarar a criança em situação de abandono enquanto ‘ameaça social’, um delinquente em potencial”. Essas ações contribuíram, e talvez ainda contribuam, para a divulgação do termo ‘menor’ no sentido de que *‘não se trata de crianças, mas de delinquentes’*.²³³

Somente com corpos aptos ao trabalho seria possível a expansão da indústria, a ampliação do processo de urbanização das cidades, o crescimento do número de fábricas para gerar trabalho e lucros, daí a intensa mobilização da força de trabalho infantil nas primeiras décadas do século XX, como demonstra Esmeralda Bolsonaro de Moura ao pensar os fatores

²³² RIZZINI, *Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever*, p. 139.

²³³ MORELLI, *A criança, o menor e a lei*, p. 72.

sexo e trabalho na dinâmica do capital na nascente indústria paulista entre os anos 1890 e 1920.²³⁴ Assim, quem seria o sujeito institucionalizado?

Claramente se tratou daqueles menores pobres que habitavam as ruas da cidade, “sem eira nem beira”, praticantes de furtos, sem instrução alguma ou apenas com pouca leitura e que, por motivos diversos, não conseguiam se adequar totalmente à ordem do trabalho. Institucionalizar e pôr tais sujeitos em espaços onde pudessem praticar o trabalho agrícola tinha dois ganhos, pelo menos. O primeiro deles era afastar tais crianças do espaço urbano e minimizar o fantasma da violência e dos roubos diários relatados na imprensa. Mas um segundo elemento importante nessa institucionalização através dos patronatos agrícolas era que se poderia efetuar um treinamento com aqueles ainda pouco aproximados com a rotina de trabalho diário. Vistas como desamparadas do ponto de vista material e moral, aquelas crianças que passaram a ser nomeadas como menores, em especial as do sexo masculino, foram tornadas alvo de diferentes tecnologias de controle e disciplina.

Esse processo chamado de reeducação do menor foi descrito por Vicente Piragibe quando relatou que o estado de São Paulo diagnosticara o grau de ineficiência do Instituto Disciplinar – aquele cujo projeto foi relatado por Candido Motta em 1909 - do seguinte modo: a orientação da instituição era

cada internado, abandonado, delinquente ou pervertido, aprendia a ler e trabalhar no estabelecimento. Mas esse trabalho era um castigo. E esse castigo era aplicado, sem o menor vislumbre de diferenciação, ao menor de 14 anos, internado por abandono, ao menor pervertido, ao menor deficiente ou anormal, ao impulsivo e ao perverso, ao menor de 17 anos, abandonado ou não, doente ou não, dotado ou não de uma psicologia fixada de adolescente. O critério era um só. A disciplina era uma só. Pagava o inocente pelo pecador. Criava-se uma mentalidade de revoltados e hipócritas. E, como resultado, um só: a perversão geral, pela comunicabilidade do vício, a moralidade presidiária, o nível mental da malandragem, o efeito inteiramente negativo do estabelecimento.²³⁵

Nesse contexto de institucionalização,

os frutos não se fizeram esperar: aquele instituto era uma escola de aperfeiçoamento no crime. Resolveu então o governo do Estado [...] unificar a política de defesa da infância desvalida, criando o Serviço de Reeducação do Estado; e ao mesmo tempo que doava amplo terreno, no bairro de Água Funda, para que a Liga das Senhoras Católicas construísse a cidade dos Menores abandonados, fundou o Instituto Disciplinar de Taubaté. O Serviço de Reeducação, subordinado ao Juizado de Menores, destina-se a fiscalizar e

²³⁴ MOURA, op. cit.

²³⁵ PIRAGIBE, *Infância abandonada e delinquente (Novos rumos para o Serviço Social)*, p. 35-36.

orientar o funcionamento pedagógico e administrativo dos Institutos Disciplinares do Estado.²³⁶

De acordo com Morelli, o surgimento do Instituto Disciplinar, após a promulgação do Código Penal, esteve articulado ao projeto de diferenciar a prisão das instituições aptas a lidar com os menores. Mas a descrição sobre a situação da infância passou por uma leitura idealizada do passado histórico brasileiro, conforme aquela aula inaugural:

Quando, em 13 de Maio de 1888, a princesa Izabel assinou a Lei Aurea, existiam em nosso país 723.419 escravos. Para alcançar essa vitória, que perpetuou o nome da Redentora no coração dos brasileiros, a Nação inteira se movimentou; levantaram-se os partidos; durante anos o Parlamento viveu agitado; a grande maioria da imprensa bateu-se com denodo pela libertação dos escravos. Não poderemos permanecer impassíveis, de braços cruzados, ante a sorte de milhões de brasileiros, ainda na infância ou em plena mocidade, que vivem algemados à miséria e à doença e que, desamparados, caminharão para um cativo muito mais humilhante: o crime e o cárcere. O quadro do presente aí está. É preciso defender o futuro do país. Para tanto basta que neste instante, em que se pesam sobre nossos destinos as mais sérias ameaças, cada cidadão enxergue, bem nítida, sobre a nossa bandeira, a expressiva flâmula de Barroso, - *O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever*”.²³⁷

Parecia mesmo que ampliar as possibilidades de combate sobre a questão da infância passava necessariamente por expor uma lição realizada no passado com o uso de expressões como “algemados” e “cativo”, que teriam um efeito retórico. Aproximações desse tipo atendem a um objetivo de gerar comoção, uma vez que ao afetar as pessoas citando experiências de violência desse nível, talvez se abrisse a possibilidade de inteligibilidades futuras sobre a condição que ali estava sendo exposta.

Um elemento recorrente nas narrativas dos intelectuais abordados nesta primeira parte da tese parecer ser o de querer emocionar, afetar, mobilizar sentimentalmente os leitores. O mesmo tom esteve presente no texto publicado por Piragibe no *Correio da Manhã*, no dia 18 de outubro de 1936, dois dias antes da aula inaugural. Na articulação da oralidade e do texto escrito, vê-se que um mesmo conjunto de ideias estava sendo recorrentemente mobilizado para reforçar seu lugar político. A materialidade da voz, proferida em público tinha uma função semelhante ao do texto, mas o processo era diverso, na medida em que era acompanhada por gestos corporais, olhares, isto é, toda uma linguagem não escrita que tinha uma função importante naquele espaço que se pretendia marcado pela ideia de “comunhão de propósitos”.

²³⁶ PIRAGIBE, p. 35-36.

²³⁷ Idem, p. 37-38.

Esse grupo precisaria tanto de informações como de um posicionamento crítico sobre o tema da infância abandonada e delinquente, mas como espécie de linha articuladora desses dados a dimensão afetiva e emocional poderia contribuir retoricamente. Isto não se distanciava em nada de outras estratégias de mobilização das emoções para abordar o tema do menor, pois ali estavam as representantes da Liga Católica cuja narrativa se ancorava nesse tipo de estratégia.

“Ou salvamos a criança de hoje ou perderemos o Brasil de amanhã”, assim começava o artigo de Vicente Piragibe no *Correio da Manhã*. Não se tratava de uma frase original de modo algum, uma vez que o discurso salvacionista e ao mesmo tempo gerador de uma espécie de pânico social estava sendo praticado na sociedade brasileira – e mesmo em outros países da América Latina e do Ocidente em geral àquela época – como indicava a frase do juiz de menores, Saul de Gusmão: “só a criança pode salvar o homem do nosso século”, publicada no jornal carioca *A Manhã* em dezembro de 1943.²³⁸ Daí as inúmeras comparações e citações tanto no pronunciamento do desembargador como no de outros intelectuais brasileiros sobre a situação da criança no mundo.

Por meio da leitura do trecho abaixo pode-se perceber como toda a articulação de dados estatísticos, informações e demais aspectos que compusessem o cenário da infância estava associado a uma retórica que denunciava o risco do comunismo:

Antes de fixarmos as diretrizes que precisam orientar os trabalhos do Serviço Social da Infância, antes de estabelecermos as linhas dentro das quais deve ele caminhar no seu desenvolvimento, devemos esmaltar, diante dos nossos, e dos olhos dos nossos compatriotas, este dilema que, palpitante na consciência de cada um, é a expressão viva da atualidade nacional: ou salvamos a criança de hoje ou perderemos o Brasil de amanhã. Para desde logo compreender a grande verdade enfeixada nestas poucas palavras, bastará demorar, por um instante, a atenção nestes algarismos profundamente impressionantes: aqui, na nossa capital, segundo afirmação autorizada do juízo competente, existem, carecendo de assistência, nada menos de 250.000 menores. Ponha-se ao lado desta, esta outra cifra não menos desoladora: o número de socorridos, por todos os serviços públicos e particulares, não atinge a 5.000. Reflita-se um pouco mais e chegaremos a esta conclusão acabrunhadora: dentro de poucos anos, uma grande parte dessa massa, que por ali vem rolando, das alforjas para as trapeiras, das trapeiras para os monturos, da fome para o vício, do vício para o crime e do crime para o cárcere ou para o manicômio, estará definitivamente incorporada à sociedade, multiplicando o número de descontentes e dos revoltados, arrastados, pela ignorância e pelo desespero, a aceitarem qualquer solução, por mais violenta, por mais contrária

²³⁸ Cf. RIZZINI, *Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever*, p. 97.

aos princípios sadios que concorrem para a nossa formação, prontos a adoptarem as ideologias exóticas e os credos selvagens, que fazem a abolição de Deus, da Pátria e da Família .

Em qualquer lugar se topava com a criança maltrapilha, desnutrida e esfaimada. Com sua face lívida e o olhar amortecido, servindo de reclame à miséria para tocar o coração do transeunte, sendo coberta por todo tipo de imundície e sugando desesperadamente um “seio murcho e ressequido”, dizia o texto de Piragibe. Quando já crescidas tais crianças se somavam aos bandos que percorriam bairros afora, batendo de casa em casa, implorando por uma esmola e dormindo ao relento. Enquanto isso os tribunais iam guardando os processos dos atentados contra o pudor de crianças, algumas na primeira infância, fisicamente perdidas pelas infecções e moralmente degradadas pela corrupção. Esse era o quadro da infância abandonada. E era dessa infância que se formava o exército do crime, de acordo com Piragibe.

Tratava-se de um pronunciamento que fazia do medo o elemento gerador de defesa não apenas da criança como vítima de um processo de dominação econômico-social mais amplo, mas da sociedade como um todo. O anticomunismo que passou a ser divulgado e praticado no Brasil desde 1935 com a “Intentona Comunista” e o contexto que preparou o Plano Cohen e o golpe do Estado Novo em 1937, semeou o medo ao comunismo como forma de controle social. Rodrigo Patto Sá Motta, a respeito das relações internacionais do Brasil com os países do bloco socialista e com a União Soviética, enfatiza que

[...] a URSS era perigosa não apenas por ser fonte para construção do imaginário comunista. Ela passou a ser vista, sobretudo depois de 1935, como potência agressora, Estado inimigo responsável por treinar, financiar e infiltrar agentes subversivos no Brasil, devotados à destruição da pátria e de seus valores básicos (religião, família e, dependendo do autor do discurso, a liberdade). Ela representava doutrina revolucionária "exótica" e contrária aos valores brasileiros e, simultaneamente, potência estatal agressora. O fato da polícia ter descoberto evidências da participação de estrangeiros no movimento (um grupo de agentes da Internacional Comunista) forneceu as provas necessárias para conferir consistência a acusações já divulgadas antes da comprovação factual. O ideário comunista e a URSS imbricaram-se de tal forma que tornou-se difícil distinguir um do outro e, da mesma forma, as campanhas contra o comunismo mesclaram a dimensão interna à externa.²³⁹

Considerando-se a força que o discurso religioso exercia no momento e os traços da elite conservadora brasileira, o anticomunismo foi uma arma poderosa para gerar exclusão, justificar atuação violenta e repressiva por parte do Estado e distanciar da população – pelo

²³⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: o Brasil e a URSS. *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 234, 2007.

menos em alguns momentos, como sugere a pesquisa de Motta – as referências socialistas sobre a luta contra o capitalismo.

No texto de Piragibe pode-se ver claramente a presença de um discurso em torno da defesa da sociedade frente aos inimigos internos e externos. A defesa da sociedade emergiu como princípio a partir do século XVIII no Ocidente, baseando-se em critérios muitas vezes racistas, eugenistas e xenófobos. Por mais que se repetisse o mantra “ou salvamos a criança de hoje ou perderemos o Brasil”, isso só fazia sentido na retórica da infância como modelo universal a ser copiado, reproduzido. Logo, nem todas as crianças, nem todas as infâncias cabiam no projeto de país para o futuro.

A preocupação com a saúde e a segurança era um indicativo da constituição de sujeitos que, se não fossem corrigidos, passariam a ser lidos como inimigos da nação, pois, como destaca Olga Brites, o que estava alimentando essa lógica política era efetivamente que tais médicos, pedagogos, artistas, fotógrafos, jornalistas, publicitários, assistentes sociais e juristas pensavam “na criança enquanto realizadora de um projeto que consagrava a sociedade idealizada”.²⁴⁰ O cuidado com saúde, assistência e educação indica a série de tecnologias de governo da infância e os procedimentos elaborados para moldar o corpo da criança. A historiadora Annie Marie Moulin identifica o foco na saúde do indivíduo em uma transformação histórica mais ampla que tornou possível a invenção do corpo como objeto de estudo, definição e prescrição principalmente no século XX. Ela nos diz que:

[...] a preocupação com a saúde é superior taticamente à preocupação com a doença. Se a palavra-chave do século XVIII era felicidade, e a do século XIX a liberdade, pode-se dizer que a do século XX é a saúde. Afirmando em 1949 o direito à saúde reconhecida como preocupação universal, a Organização Mundial de Saúde (OMS) dotou o século XX de um novo direito ao homem. Ele aparece hoje na maioria das constituições nacionais. A definição da saúde da OMS como estado de completo bem-estar físico, mental e social, tornou-se referência inevitável colocando a noção positiva de saúde no lugar da ausência de enfermidade ou de uma deficiência conhecida, a OMS propõe um novo ideal, mas um ideal dificilmente acessível. A extensão dos fatores que intervêm na definição da saúde, que cobrem a totalidade do campo biológico e social, torna de fato improvável a posse desse estado de bem-aventurança, privilégio inatingível: não apenas a saúde no silêncio resignado dos órgãos, definição minimalista do fisiologista e cirurgião Leriche, mas a saúde exuberante, a grande saúde como proclama com eloquência Nietzsche. A saúde passou a ser a verdade e também a utopia do corpo, aposta da ordem

²⁴⁰ BRITES, Olga. *Imagens da infância: São Paulo e Rio de Janeiro – 1930 a 1950*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999, p. 11.

social de uma ordem internacional futura, mais equitativa e mais justa, no conjunto do mundo.²⁴¹

A postura paranoica em torno da nação soberana, arrogante em relação aos países vizinhos da América do Sul e bastante laudatório em relação aos países europeus e aos Estados Unidos tenderia a se acentuar com a emergência do Estado Novo. Este viabilizou políticas públicas de saúde, educação, lazer, entre outras, que passaram a ser muito orientadas com base nas ideias e modelos provenientes principalmente da cultura estadunidense por meio de acordos de cooperação técnica nas áreas de saúde e educação.²⁴²

Efetivamente, a fala de um homem como Vicente Piragibe ocorreu em um momento muito específico em que o Serviço Social estava sendo institucionalizado, mas o modo como falou e escreveu deixa muito claro o conjunto de referências e as apostas que ele partilhava com o grupo no qual estava inserido. Sobre isso, Olga Brites enfatiza que, no contexto das críticas realizadas nos anos 1930-40 ao Estado liberal e que se efetuaram de modo paralelo ao fortalecimento das argumentações de caráter corporativista, o “puro assistencialismo filantrópico” passou a ser rejeitado “em nome de um Serviço Social com pretensões modernas” e, assim, a educação se constituiu em campo estratégico para a formação do futuro trabalhador.²⁴³

Sem fugir às características de um intelectual de sua época e nas condições sociais em que circulou e se formou, Vicente Piragibe fez uso da citação a autores estrangeiros como retórica para demonstrar sapiência e erudição, mas também para apresentar as referências que eram mobilizadas na formação de assistentes sociais. Deste modo, Piragibe citou Alexandre Lacassagne (1843-1924), fundador da Escola de Criminologia da França e oponente da Escola Positiva de Direito, representada por Cesare Lombroso, para dizer o seguinte: “as sociedades só têm os criminosos que merecem porque o ambiente social é o caldo de cultura da

²⁴¹ MOULIN, Annie Marie. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. *História do corpo*. As mutações do olhar. O século XX. Tradução e revisão: Ephraim Ferreira Alves. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 18.

²⁴² Ao estudar os Congressos Pan-Americanos da Criança entre 1916 e 1948, Eduardo Silveira Netto Nunes analisa, entre outros fatores, a presença dos Estados Unidos nesses eventos que emergiram articulados a uma intensa produção de debates sobre a infância na América Latina, mas, por extensão, em todo o continente americano. Os congressos se constituíram como verdadeiras plataformas articulando governos, estadistas, intelectuais, juristas, pedagogos, assistentes sociais, médicos, psicanalistas, entre outros profissionais que atuavam diretamente na agenda política que produzia a ideia da infância como “portadora do futuro”, espécie de redenção em prol de um porvir que, por sua vez, também foi positivado, idealizado e orquestrado a partir do presente na configuração de políticas públicas, mas também oportunizou a discussão sobre a despenalização das condutas criminais na infância e a redefinição da categoria da delinquência infantil no contexto de debates sobre os Tribunais de Menores. Ver: NUNES, Eduardo Silveira Netto. *A infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948*. Tese (Doutorado em História Social). 314 fls. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.

²⁴³ BRITES, *Imagens da infância*, p. 79.

criminalidade, e o micróbio – o delinquente – é o elemento sem valor, enquanto não encontra o meio propício para desenvolver-se’. O mesmo conceito se encontra no asserto de Ferriani quando afirmava que 70% dos que caminham até o delito o fazem graças ao abandono em que os deixa uma civilização, que inventou o cinema, o telefone, o rádio, e, em troca, não se ocupa de salvar a criança. A demonstração desse erro está feita por todos os modos; é de aceitar-se, como verdade positiva, a seguinte conclusão, já por vezes proclamada: o que a sociedade economiza, deixando à margem a criança, tem que despender triplicado, em polícia, prisões e tribunais, quando é certo, como faz notar Magnan, que a degeneração se verifica em progressão aritmética e a regeneração, ao revés, faz-se em progressão geométrica”.

Estas palavras do desembargador, tomadas em seu conjunto e considerando os dois meios de comunicação em que foram constituídas visando uma ampla visibilidade, permite pensar como a questão da infância passava a ser lida cada vez mais por uma ótica que visava equilibrar perdas e ganhos, custos e benefícios. Colocava-se em destaque nesse cenário o papel do Estado como administrador, gestor dos problemas sociais vistos de forma técnica e cientificamente mensuráveis. Do ponto de vista econômico, talvez seja preciso radicalizar a ponto de dizer que as crianças passaram a ser vistas na ótica de um processo de acumulação em que seu corpo e suas trajetórias precisavam ser enquadrados na produção da mais-valia absoluta no seu mais alto grau. Daí o surgimento de escolas de reforma e espaços como os patronatos agrícolas que exploraram a mão de obra infantil a fim de potencializar o enriquecimento de alguns poucos. No texto do projeto que iria criar o Instituto Disciplinar, apresentado na obra de Candido Motta em 1909, era possível ler claramente o uso do trabalho das crianças: “Art. 23. – A metade do produto do trabalho do menor será recolhida ao Tesouro do Estado para ser-lhe restituída por ocasião da sua saída do estabelecimento. A outra metade constituirá receita do instituto, destinada a seus melhoramentos”²⁴⁴.

Tal aspecto demonstra como a cultura da exploração da criança, que teve suas raízes fincadas desde o período colonial e imperial, foi possível graças ao papel exercido pelo Estado, não controlando e fiscalizando, mas, ao contrário, como propulsor, facilitador, mediador e gerenciador de uma maquinaria de dominação com fins de produção e reprodução de ganhos por meio do trabalho. Isto ocorreu inicialmente com as crianças escravizadas e a exploração do trabalho infantil ganhou contornos distintos ao longo da história do Brasil tanto no âmbito do

²⁴⁴ MOTTA, op. cit., 20.

trabalho doméstico como aquele desempenhado nas ruas e demais espaços onde as condições de segurança eram mínimas ou absolutamente inexistentes.²⁴⁵

Aprendemos com a crítica da economia política empreendida por Karl Marx que somente por meio do critério da utilidade é que se atribui a uma determinada coisa o seu valor-de-uso.²⁴⁶ Neste sentido, o dispositivo da menoridade articulou em seu amplo conjunto de invenções e práticas, aquelas que destinariam o corpo infantil pobre e subalternizado para espaços de trabalho, com a retórica de que por meio disso a recuperação se efetuará, quando, efetivamente tratava-se de um processo de dominação com base na produção de trabalho não remunerado. Apesar de que mesmo em caso de remuneração no sistema de assalariamento característico da máquina capitalista a produção da mais-valia não permite distribuição equitativa. O trabalhador ou a trabalhadora sempre trabalhará x e a isto será remunerado ou remunerada com $x-1$, justamente porque para a própria manutenção do modo de produção e a transformação da matéria em mercadoria, da mercadoria em dinheiro e do dinheiro em capital – sendo tudo isso mediado pela tensão trabalho-capital – não se constitui possibilidades efetivas para a equidade e a distribuição justa da riqueza produzida pelas mãos exploradas e os corpos surrupitados.

Analisando o dispositivo da infantilidade no Ocidente e o como o infantil se constituiu historicamente como efeito de uma complexa rede de saberes e poderes, Sandra Mara Corazza nos inquieta a pensar que aquilo

que o corpo infantil vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho. O valor do infantil é, como para todas as outras coisas, o seu preço; quer dizer, o que se pagaria pelo uso de sua força. Podemos determinar o valor do trabalho do infantil, nas sociedades ocidentais, como o de todas as outras mercadorias.²⁴⁷ Mas, antes de fazê-lo, poderíamos perguntar: de onde provém esse fenômeno singular de que no mercado nós encontraremos um grupo de compradores, que possuem coisas, produtos de trabalho, e, por outro lado, um grupo de vendedores que nada têm a vender senão sua força de trabalho, os seus braços laboriosos e cérebros?²⁴⁸

²⁴⁵ Sobre infância e trabalho, cf: RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In. DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, p. 376-406; NUNES, Eduardo Silveira Netto. O trabalho infantil em debate na América Latina: primeira metade do século XX. In. AREND, Sílvia; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; SOSENSKI, Susana. *Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018, p. 307-334.

²⁴⁶ MARX, Karl. *O Capital (livro I): crítica da economia política/O processo de produção do capital*. 2ª ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

²⁴⁷ Para uma reflexão sobre a leitura da relação produção e improdução no capitalismo a partir da leitura deleuzo-guattariana, cf. GUÉRON, Rodrigo. A axiomática capitalista segundo Deleuze e Guattari. De Marx a Nietzsche, de Nietzsche a Marx. *Revista Filosofia, Aurora*, Curitiba, v. 29, n. 46, pp. 257-282, jan./abr. 2017.

²⁴⁸ CORAZZA, *História da infância sem fim*, p. 214.

Tais questionamentos permitem pensar como a invenção da infância e o seu outro, isto é, o menor infrator e delinquente no Brasil, se deu na interface com a produção e distribuição social de mercadorias por meio do uso intensivo do trabalho como marcador de divisão não somente em termos de classe, mas facilitando outros exercícios de dominação. Se o critério de classe social tomado isoladamente não permite compreender as facetas e implicações do dispositivo da menoridade, por outro lado prescindir desse aspecto compromete a análise histórica de seus efeitos sociais e culturais. Assim, após fazer a descrição do corpo da criança delinquente como sendo pobre, desamparado, sujo, imundo, carente moral e materialmente de todo suporte e apoio, Piragibe prosseguiu nos seguintes termos:

É preciso, ao par disso, não esquecer nunca, como salienta o dr. Sand, estudando o serviço social através do mundo, que um país vive e enriquece com o trabalho dos seus habitantes. Se um deles desaparece ou se torna prematuramente inválido, a nação está empobrecendo. Quando uma criança morre, a nação perde tudo que os pais e os poderes públicos despenderam. Daí o comentário de Jaquelilne Hebrard, sustentando que *a primeira riqueza de um país é o seu capital humano*²⁴⁹ e que este capital será mais produtivo, quanto mais a saúde, a cultura, moralidade e o bem estar estiverem disseminados no povo. Um estado zeloso do seu futuro deve, pois, preocupar-se com o desenvolvimento perfeito de cada indivíduo.²⁵⁰

Elementos apresentados nesse excerto permitem pensar sobre o surgimento das políticas públicas e como lê-las em sua historicidade. Ao estudar as políticas voltadas para a infância nas décadas de 1930 e 1940, Olga Brites propõe que,

apesar de certa resistência preliminar em trabalhar com políticas públicas dirigidas para a infância, por considerar que a pesquisa corria o risco de priorizar uma política institucional que visse no Estado o sujeito social privilegiado, harmonizador das relações entre diferentes grupos e porta-voz dos diversos sujeitos, percebi, no entanto, que não podia ignorar sua atuação, uma vez que elas marcavam presença de forma significativa quando se discutia infância naquele período. Ao mesmo tempo que o Estado se apresentava como doador, ele recebia múltiplos influxos de diferentes práticas sociais, enfrentando até certa disputa na primazia de argumentos e atitudes por parte de organismos e instituições, casos da Cruzada Pró-Infância, em São Paulo, ou da imprensa, que se colocava como vigilante, conselheira e proponente de iniciativas.²⁵¹

A resistência de alguns estudos históricos em relação ao tema das políticas públicas parece, como atesta a reflexão de Brites, se ancorar na ideia de que ao estudá-las, estaria sendo

²⁴⁹ Grifo meu.

²⁵⁰ PIRAGIBE, *Infância abandonada de delinquente*, p. 8.

²⁵¹ BRITES, *Imagens da infância*, p. 5.

privilegiada a estrutura do Estado. Ora, já faz algum tempo que historiadores e historiadoras se voltaram para a história política – focada ou não nas histórias de governos e da estrutura estatal – a partir de outros enfoques e questões. Desse modo, ao fazer a genealogia do menor infrator e mobilizar informações técnicas, estatísticas e demográficas sobre as políticas públicas, penso que está em questão refletir sobre como o Estado não é um ente isolado, mas como demonstrou a reflexão de Brites, é uma instituição atravessada por demandas, influxos e tensões que diferentes setores da sociedade constroem e negociam. É nesse canteiro de forças que as políticas públicas podem ser pensadas como efeito dos processos de estatização e crítica do Estado, mas não somente como concessão.

O que tenho analisado neste texto são justamente as diferentes linhas de articulação na constituição do menor tanto conceitual como imagetivamente enquanto problema social no início do século. Este procedimento genealógico que visa articular saberes distintos em uma rede heterogênea com múltiplas forças em jogo faz pensar como foram criadas as condições para pressionar, propor, corrigir e adaptar ações e projetos no âmbito do Estado. No pronunciamento de Vicente Piragibe, aquilo tudo que foi objeto de sua descrição funcionaria como o “índice alarmante de males que não são de agora”, mas que diriam respeito a um certo tipo de acúmulo do processo histórico que ele nomeava como uma prova da “desagregação das forças vivas” do país.

Isto seria acompanhado por um desinteresse pelas energias da nação. Relatando em seguida um caso ocorrido dez anos antes, quando ele precisara julgar um menor que vinha sendo acusado de vadiagem e por peregrinar nas ruas da capital federal, ele havia dito que o vagabundo seria, via de regra, uma espécie de sintoma denunciador de um mal que precisaria ser cuidado e que teria sua origem na situação da criança órfã, criada ao léu, vivendo graças aos favores de estranhos. Tal criança seria muitas vezes tolerada pelos parentes ou “suportada como um peso estranho por estranhos, humilhada a cada hora, enganando a fome com as migalhas e carregando a pesada cruz da esmola”.²⁵²

Os próprios termos mobilizados na análise e na descrição de suas experiências articulavam um vocabulário médico para caracterizar a situação da criança abandonada e delinquente como efeito de uma “enfermidade social”, expressão que intitulava uma das seções do seu texto publicado no *Correio da Manhã*. Lá se dizia:

A infância abandonada, assim como a delinquência infantil que dela se forma, é uma grave enfermidade resultante de vários fatores, e tem de ser interpretada

²⁵² PIRAGIBE, p. 10.

como a expressão aguda e impressionante da questão social. Como todas as enfermidades, compreende três problemas, que precisam, que devem ser atendidos: 1º, a sua etiologia, ou seja, a averiguação das causas produtoras; 2º, a profilaxia, a prevenção, a defesa; 3º, a terapêutica, a correção, a cura. As causas produtoras podem ser consideradas de duas naturezas: causas sociais, causas congênitas.²⁵³

Um vocabulário desse tipo, repertoriado no saber médico e produzindo metáforas em torno da cura, esteve direcionado ao corpo infantil no qual estaria depositado e materializado o capital humano que o Estado deveria gerir, pois tal corpo doente foi entendido como expressão das doenças da Nação. Isto explicava a sua centralidade nas políticas que se constituíram à época, pois o corpo humano não foi apenas adereço ou suporte secundário na experiência histórica, mas materialidade fundamental, estruturadora dos modos de pensar, sentir, intervir, resistir e vivenciar experiências. Nada ocorre historicamente que não passe pela materialidade do corpo, estimulando ou inibindo os sentidos; gerando ou obstruindo sensações; incentivando ou impossibilitando o gozo.

De acordo com Piragibe havia quem considerasse a criança como um “animal incômodo”, que deveria ser evitado e relegado para um plano inferior, deixando-se que imperasse o material. Aí desenhava-se a necessidade de criar um grupo bem formado, repertoriado tecnicamente para poder incidir do melhor modo possível na dinâmica social e econômica, a fim de que as crianças pudessem experimentar outros modos de vida em consonância com os projetos orquestrados para elas. No jogo das diferenciações entre a criança e o menor, ocorreu que “na criança representavam-se a visão edênica, paradisíaca” e, por outro lado, forjou-se para os menores a visão “demoníaca, julgando-se necessário criar espaços de reclusão para os indesejados”.²⁵⁴ Decorre disso o surgimento dos parques infantis para os filhos de operários e aqueles espaços de correção como o reformatório e Instituto Disciplinar, cujo projeto seria usado posteriormente para a constituição das FEBEMs a partir da década de 1970.

O grupo que fez da caridade uma religião e da filantropia um dever, e que tinha “alma para sentir as dores alheias”, também era marcado pelo privilégio de certas práticas e espaços. Os desafios para a assistência se mostravam de diferentes modos e um dos exemplos dados pelo desembargador foi o de que a imprensa reproduzia em largos títulos documentos como o ofício de um juiz de menores em que se falava sobre a necessidade de extinguir um espaço voltado especificamente para meninas, pelo fato de que aquele espaço havia se transformado em verdadeiro estabelecimento de depravação. Conforme o Código de Menores de 1927 algumas

²⁵³ Idem, p. 10.

²⁵⁴ BRITES, *Imagens da infância*, p. 21.

instituições como abrigos, institutos disciplinares, casas de reforma e casas de preservação tinham o objetivo de prestar assistência e efetivar medidas não somente profiláticas, mas corretivas em relação aos vícios adquiridos pela vivência nas ruas ou em situações consideradas imorais como “prostituição”, roubos e furtos. Daí a separação entre meninos e meninas, e não somente em relação aos adultos, uma vez que o Código previa em seu artigo 57 que nenhum menor de 18 anos seria preso por qualquer motivo ou apreendido, e em nenhuma hipótese seria posto em prisão comum.²⁵⁵

Entretanto, havia exceção na legislação, uma vez que o Código de Menores definia a penalidade do menor delinquente do seguinte modo:

Art. 71 – Se for imputado crime, considerado grave pelas circunstâncias do fato e condições pessoais do agente, a um menor que contar mais de 16 anos e menos de 18 anos de idade ao tempo da perpetração, e ficar provado que se trata de indivíduo perigoso pelo estado de perversão moral, o juiz lhe aplicará o art. 65 do Código Penal, e o remeterá a um estabelecimento para condenados de menor idade, ou em falta deste, a uma prisão comum com a separação dos condenados adultos, onde permanecerá até que se verifique sua regeneração sem que, todavia, a duração da pena possa exceder o seu máximo legal.²⁵⁶

Isto permite pensar como, a depender das situações institucionais em que se encontrava o Estado, seria possível flexibilizar a regra e com isso abrir margem para manipulações e violências de toda sorte.

Quando Vicente Piragibe criou uma seção intitulada “Capital Humano” em seu artigo publicado no periódico carioca, tal conceito estava articulado a uma formação discursiva muito mais ampla que o tornou possível. Nesse emaranhado de palavras e coisas que o procedimento genealógico analisa, acaba se tornando inevitável e também uma necessidade documental e conceitual que o olhar se demore nesse transcórre de termos diversos que participaram de uma certa formação social e que foram mobilizados dentro desse conjunto de regras que define o nomeável e não nomeável, o descritível e o recalado. Falar em capital humano na cena em questão relacionava-se diretamente com os interesses do Estado brasileiro na conjuntura política que os anos 1930 apresentava para a América Latina, que ainda sofria os efeitos da

²⁵⁵ BRASIL. *Código de Menores*. Decreto federal nº 17.943-A de outubro de 1927. Organização, índices e notas de Fernando H. Mendes de Almeida. Edição Saraiva: São Paulo, 1955, p. 30.

²⁵⁶ *Código de Menores*, Art. 71, p. 69-70.

crise econômica desencadeada pelo crash da bolsa de Nova York e a instauração da grande depressão em 24 de outubro de 1929.

Em um momento de forte crise econômica, instabilidade política e emergência de problemas sociais diversos, aos poucos foi se constituindo a ideia de uma espécie de perigo a ser corrigido. Tratava-se de um “inimigo interno”, como os militares iriam nomear os menores nas décadas adiante. Neste contexto, o menor era um perigo, um mal, um problema a ser extirpado. Por isso, mesmo quando o menor já houvesse cometido delinquência, fosse por “causa” ambiente, ou ainda por “causa congênita”, a preocupação inicial deveria ser a de salvá-lo e readaptá-lo ou transformá-lo de mau em bom. O primeiro cuidado deveria ser o de conhecer-lhe o passado, a filiação, os antecedentes patológicos, o seu desenvolvimento; estudar o presente sobre todos os aspectos, isto é, constituir uma “biografia”.²⁵⁷ Esse inquérito, que seria a base do Serviço Social conforme orienta Vicente Piragibe, teria por fim esclarecer a verdadeira situação do menor. Vê-se como na atividade do Serviço Social o mecanismo do exame como técnica de produção de informações sobre a situação social foi um elemento estruturante da intervenção.

No trabalho da assistente social o exame se constituía em meio de objetivação dos sujeitos, uma vez que estava ancorado na produção de registros e informações que visavam caracterizar, descrever posições e comportamentos, hierarquizar tendências e observar o conjunto da vivência em que estava inserido determinado indivíduo. O exame se constituiu como mecanismo de vigilância justificado na lógica do acompanhamento, legitimando a inserção do Estado na dimensão privada da vida das pessoas. Exemplo disso foi o controle do aleitamento materno, o que se podia perceber por visitas domiciliares, mas também pela pesagem mensal e os concursos de robustez infantil, medindo o ganho ou perda de peso e a higiene corporal, conectando uma rede de assistência e vigilância sob a criança, a mãe e a família.

Tal dinâmica contribuiria, na ótica de Piragibe, para a prevenção da delinquência. Apontava que “muito raramente”, a não ser em casos excepcionais de precocidade, o menor cometia qualquer fato delituoso antes dos oito anos de idade. Aqui o autor fez referência ao artigo 68 do Código de Menores, em que se lia:

²⁵⁷ Sobre o funcionamento da justiça e a fabricação do criminoso como parte substancial para retroalimentar certas práticas de dominação, cf. FOUCAULT, Michel. Do Bom Uso do Criminoso. In. *Ditos e escritos VIII: Segurança, Penalidade, Prisão*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, pp. 115-120.

O menor de 14 anos indigitado autor ou cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção, não será submetido a processo penal de espécie alguma; a autoridade competente tomará as informações precisas, sobre o fato punível e seus agentes, o estado físico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e econômica dos pais ou tutor ou pessoa em cuja guarda viva.²⁵⁸

A este elemento jurídico somavam-se informações estatísticas: dos 2.425 menores julgados pelo Juiz de Menores, as idades eram as seguintes: 327 contavam menos de 15 anos; 295 já haviam completado essa idade; 582 tinham 16 anos; 1.982, 17 anos; 154 com mais de 17 anos. Haviam sido processados pelas seguintes infrações penais: delitos contra a segurança pública e a vida, 791; delitos sexuais, 283; delitos contra a propriedade pública ou particular, 791; delitos contra a pessoa e propriedade, 99; outros delitos e contravenções, 553. Eram do sexo masculino 2.213 e do sexo feminino 212.²⁵⁹

Constituindo uma leitura para o real, uma lente para que se pudesse ler a situação desafiadora colocada ao Serviço Social, a apresentação das estatísticas funcionava como parte de uma retórica que visava convencer e apresentar aquilo que Vicente Piragibe hierarquizou como um primeiro passo do trabalho, ou seja, uma etiologia ou averiguação, um diagnóstico das causas que produziram determinada situação. Disso haveria dois desdobramentos: a prevenção e a correção do problema. Nessa relação direta de causa e efeito, os três elementos se organizariam a partir da produção de um repertório conceitual e político para gerar a capacidade analítica de uma intervenção efetiva. Tratava-se de conhecer os antecedentes do menor e um dos elementos chave para tal etiologia foi a descrição da herança que o havia constituído como delinquente. Entre as causas que concorriam para a delinquência infantil a “herança” aparecia como uma das mais preponderantes, pois a criminalidade seria uma enfermidade da família. Recuperava-se o princípio da hereditariedade, presente em Evaristo de Moraes e Candido Motta, inserindo-o na prática do Serviço Social.

Pensada e descrita no âmbito da teoria do capital humano, a criminalidade e a delinquência infantil participaram de uma composição que se deu a partir da articulação de elementos jurídicos, pedagógicos, institucionais, médicos, psicofísicos e corporais, para fabricar a diferença entre o menor e a criança. Tal distinção foi articulada em outros autores a partir de conexões diversas, como por exemplo em Tobias Barreto na crítica ao critério do

²⁵⁸ BRASIL, *Código de Menores de 1927*, p. 68.

²⁵⁹ A este respeito, vale considerar a problematização de Carmen Oliveira, quando ressalta que “com a tese da masculinização da violência não se pretende nem circunscrever o comportamento violento ao sexo masculino, tampouco apelar para uma suposta identidade feminina pacifista”. Cf. OLIVEIRA, Carmen. Quem tem medo da violência juvenil? In. HARTMAN, Fernando & ROSA JR, Norton Cezar Dal Folio da (org.). *Violências e Contemporaneidade*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005, p. 26.

discernimento e da proposição de instrumentos jurídicos capazes de observar as situações e evitar juízos baseados apenas em opiniões grosseiras. Portanto, cruzando infância e Serviço Social, o capital humano aparecia como a primeira riqueza do país. Isto definia o lugar da infância na ordem do capital, uma vez que em um cenário marcado pela miséria da maioria da população, o capital humano aparecia como ponto de virada, como o cerne a ser cuidado e cultivado para tornar real a pátria imaginada por meio do processo de acumulação e expansão do valor-trabalho. Todo esse processo seria mediado por instituições a quem caberia gerir a sociedade.

Ao passo em que direitos sociais emergiam como ligados ao acesso à saúde, educação, lazer e alimentação, toda essa engrenagem foi tecida de modo a inviabilizar e minimizar os direitos civis e, às vezes, até mesmo, os direitos políticos, especialmente durante o Estado Novo.²⁶⁰ Ao analisar as políticas de saúde durante o governo de Getúlio Vargas nas décadas de 1930-40, Cristina Fonseca enfatiza que esse período foi caracterizado pelo fortalecimento da burocracia estatal e pela promoção de direitos sociais. O estatuto de cidadão era conferido de acordo com a posição do sujeito no mercado de trabalho, o que guarda semelhanças com um processo mais amplo também na Europa onde a afirmação da cidadania esteve diretamente ligada à posição dos indivíduos como trabalhadores e trabalhadoras.²⁶¹

Mas se tratava também de instituições denunciadas pelos próprios intelectuais da época. Basta lembrar do posicionamento crítico de Evaristo de Moraes sobre os modos de atender e recuperar os menores. Entre cenas de violência e medo, entre saberes diversos e dispersos na sociedade brasileira das três primeiras décadas do século passado, eis que emergiu algo que se pode esboçar nos termos de uma “infância capital”. Provinha dos Estados Unidos e da Europa uma série de saberes sobre a Criminologia, a relação do delinquente com o meio social onde habitava, assim como projetos de diferentes instituições e tecnologias de assistência médico-social às famílias pobres. Estas foram cada vez mais pensadas como objeto chave para estruturar a ideia de nação e foi naquele momento que aquilo que tinha sido visto como secundário passou ao primeiro plano: a população.

Ao estudar a genealogia do liberalismo (século XVIII) e neoliberalismo alemão (ou ordoliberalismo, nos anos 1930) e o neoliberalismo norte-americano que já se esboçava na década de 1930, mas se acentuaria a partir da década de 1960, Foucault propõe uma abordagem

²⁶⁰ Para um interessante estudo sobre a genealogia do direito à saúde no Ocidente e no Brasil, em particular, ver: CATÃO, Marconi do Ó. *Genealogia do direito à saúde: uma reconstrução de saberes e práticas na modernidade*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

²⁶¹ FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

que discute a reestruturação do papel do Estado como também a orquestração das políticas econômicas em novas bases.²⁶² Ao analisar tal emergência no contexto estadunidense a partir dos anos 1930, Michel Foucault²⁶³ destaca a implementação do New Deal por Franklin Delano Roosevelt entre 1933 e 1934 e as críticas dirigidas a esta política econômica, partindo principalmente da Escola de Chicago²⁶⁴; assim como o Plano Beveridge²⁶⁵ e o conjunto de

²⁶² Para uma leitura sobre a crítica de Foucault ao neoliberalismo, cf. COLLIER, Stephen J. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, Brasília, janeiro-junho de 2011, pp. 245-284. Para pensar os desdobramentos da crítica foucaultiana no âmbito das políticas públicas para a infância, cf. BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Políticas sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais. In. RESENDE, Haroldo de (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, pp. 259-280. Para uma abordagem crítica sobre as leituras que se fez da análise foucaultiana sobre o liberalismo e o neoliberalismo, caracterizando os equívocos e simplificações de alguns autores, cf. AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo) liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 21, Brasília, setembro-dezembro de 2016, pp. 227-284. E, ainda, para uma caracterização e análise do último volume da história da sexualidade [*Histoire de la sexualité 4: Les aveux de la chair*, publicado na França em 2018] como continuidade da crítica deste filósofo ao neoliberalismo, cf. HARCOURT, Bernard. Foucault’s Keystone: Confessions of the Flesh. *Foucault Studies*, n. 29, pp. 48-70, abril. 2021.

²⁶³ Sobre a constituição dessa agenda econômica neoliberal nos Estados Unidos, considerando-se as relações com a Alemanha, Foucault tece algumas considerações relevantes. “Nos Estados Unidos, a difusão do modelo alemão adquire um aspecto bem diferente. E, antes de mais nada, será que podemos falar verdadeiramente de difusão do modelo alemão? Porque, afinal de contas, o liberalismo, a tradição liberal, a renovação perpétua da política liberal foi uma constante nos Estados Unidos, o que faz que o que se vê surgir agora, ou o que se viu surgir em reação ao New Deal, não é necessariamente a difusão do modelo alemão. Pode-se perfeitamente considerá-lo um fenômeno absolutamente endógeno aos Estados Unidos. Haveria toda uma série de estudos mais precisos a fazer sobre o papel que representaram os imigrantes alemães nos Estados Unidos, o papel que desempenhou alguém como Hayek, por exemplo. Bom. Entre o modelo neoliberal alemão, formado essencialmente em torno das pessoas de Friburgo, e o neoliberalismo americano há toda uma série de relações históricas, sem dúvida muito difíceis de ser deslindadas”. Cf. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Edição estabelecida por Michel Senellart. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão da tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 266-267.

²⁶⁴ A Escola de Chicago, considerada como importante campo de produção teórica e de pesquisas empíricas, surgiu nos Estados Unidos em 1895 a partir de uma grande doação financeira realizada por John Davison Rockefeller. Tal escola foi responsável pela criação da Sociologia Urbana como uma profícua área de estudos sociais, oportunizando investigações sobre fenômenos como exclusão e desvio social, violência, criminalidade e delinquência juvenil, que passaram a ser observados como resultados do próprio processo de desenvolvimento econômico e urbano da cidade de Chicago, tomada como efetivo laboratório da pesquisa social. Fizeram parte da primeira geração de sociólogos da Escola de Chicago intelectuais como Albion W. Small, Robert Ezra Park, Ernest Watson Burgess, Roderick Duncan McKenzie e William Thomas. Posteriormente, outros autores deram continuidade aos trabalhos, como Frederic Thrasher, Louis Wirth e Everett Hughes. Um traço metodológico da Escola de Chicago foi o cruzamento de métodos quantitativos e qualitativos, assim como uma aproximação com a Antropologia para construir o que ficou conhecido como interacionismo simbólico – modelo para pensar as relações sociais em seus conflitos e formas de significação –, que teve na obra de Erving Goffman um dos autores mais destacados. Cf. BECKER, Howard. A Escola de Chicago. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.

²⁶⁵ “Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo britânico deu início a uma reforma dos seguros sociais na Inglaterra, incumbindo William Beveridge, economista reconhecido por seu envolvimento acadêmico e político com o tema do trabalho, de coordenar um amplo estudo sobre seguros e serviços sociais. A investigação resultou na publicação, em 1942, do *Relatório ao Parlamento sobre seguro social e serviços afins (Report to Parliament on social insurance and allied services)* que serviu de base, com suas recomendações, não só para a Lei de Seguridade Social, aprovado pelo Parlamento inglês em 1946, como para as reformas operadas em vários países europeus após a guerra. A proposta de Beveridge estava fundamenta em dois princípios considerados basilares de uma nova concepção de proteção social. O princípio da unidade tinha por metas a unificação das múltiplas instâncias de gestão dos seguros sociais e a homogeneização das prestações básicas. Universalidade, o outro princípio, dizia respeito à cobertura – todos os indivíduos – e ao escopo da proteção – todas as necessidades

políticas de intervencionismo econômico e social durante a guerra; e, por fim, os programas relativos à pobreza e à educação e que se constituíram no contexto da administração do presidente Harry S. Truman nos Estados Unidos entre 1945-1953. Considera, portanto, que estes foram três elementos da política keynesiana, constituindo uma espécie de adversário mor do pensamento neoliberal. Estes elementos foram usados para que essa proposta – que não tinha apenas um caráter econômico – se desenvolvesse. No conjunto mais amplo do liberalismo estadunidense Foucault selecionou dois aspectos para focalizar sua análise: a teoria do capital humano e o programa da análise sobre a criminalidade e a delinquência.

Se, por páginas a fio, venho demonstrando a articulação de diferentes saberes que emergiram no Brasil nas três primeiras décadas do século XX para criar os contornos da infância abandonada e delinquente como “questão social”, por outro lado demonstrei como em Vicente Piragibe se destaca a questão da infância como riqueza da nação e objeto essencial para que a soberania nacional se efetivasse. Deste modo, penso que se faz importante frisar o deslocamento histórico que ocorreu quando algo que não era exatamente da esfera econômica passou a ser continuamente lido nessa chave. Ocorre que a teoria do capital humano, mobilizada por Piragibe em seu pronunciamento, operava fazendo um movimento interessante que consistia primeiramente em inculcar a análise econômica em um campo até então pouco explorado. Em segundo lugar, visava-se gerar a possibilidade de interpretar em termos estritamente econômicos todo um vasto terreno que, até aquele momento, pôde ser considerado, e de fato o foi, como sendo simplesmente não econômico.

A teoria do capital humano passou a colocar como objeto de definição e preocupação da política econômica elementos como o próprio tempo de aleitamento materno e de dedicação da mãe ao nascituro, uma que vez que tal relação de afeto poderia repercutir futuramente na configuração psíquica do indivíduo. O capital humano consistiria na presença, no próprio indivíduo, de elementos inatos e elementos adquiridos, sendo que o conjunto disso seria objeto de avaliação e atribuição de valor econômico, a fim de garantir a inserção social sob certos termos. Na categoria dos elementos inatos estaria aquilo que se referia aos fatores hereditários.

Na história da invenção do menor delinquente no jogo de diferenciação desse conceito com outros, o elemento hereditário foi mobilizado muitas vezes para “demonstrar” aspectos

essenciais. A grande novidade, todavia, consistiu na associação que o *Relatório* estabeleceu entre proteção social e desenvolvimento econômico. Políticas econômicas na teoria keynesiana e, sobretudo, medidas para assegurar o pleno emprego configuraram, em conjunto com a seguridade social, o arcabouço do Estado de bem-estar social que se consolida com o término do conflito mundial em 1945”. Cf. TEIXEIRA, Maria Lúcia & VIANNA, Werneck. Seguridade social. In. GIOVANNI, Geraldo de & NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Dicionário de políticas públicas*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP; Fundap, 2015, pp. 911-916.

caracterizadores da degenerescência como chave de leitura biologizante das condutas. Se a hereditariedade indicaria os elementos inatos, por outro lado, na configuração do capital humano considerado adequado para ser inserido na lógica da relação de trabalho assalariado, havia também os elementos adquiridos. Daí os investimentos educacionais, as políticas de saúde e educação, assim como os diagnósticos da medicina orientada pelo darwinismo social²⁶⁶ e toda uma série de sistemas de exclusão de indivíduos lidos “cientificamente” sob o rótulo da anormalidade.²⁶⁷ Longe de ser uma anormalidade abstrata, todo esse vasto campo sob a ótica da política econômica passou a materializar julgamentos sociais na própria pele dos indivíduos, tratando de certas marcas e conformações físicas e culturais como signos de uma degenerescência, ou seja, de uma inferioridade inata. Isto gerou efeitos de “verdade” para juízes, delegados, promotores e muitos operadores do direito que exerceram papel na política sobre o menor abandonado.

Embora o Código de 1927 disciplinasse o trabalho de menores de 18 anos naquela época, houve também todo o processo de industrialização e urbanização do país e, especialmente, das grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, mobilizando a força de trabalho infantil que, desde a colonização, era usada de forma exploratória. Mesmo o Estado criou instituições de “recuperação” e “correção” de menores que tinham no trabalho compulsório um modo de dominação e reforma de condutas. Isso acabou dando vazão para fugas e tensões de todos os tipos. Se a riqueza da nação era o capital humano e por isso mesmo visava-se criar o homem novo, o cidadão brasileiro foi avaliado como aquele capaz de ter sua força de trabalho valorizada para gerar renda e poder consumir os signos do moderno.

A renda se constituiu como o produto ou o rendimento de um certo capital e, contrariamente, se poderia chamar de capital tudo o que pudesse ser, no futuro, fonte de renda. Daí a infância se constituir como infância capital, dada a potencialidade econômica que ela apresentava do ponto de vista de homens como Vicente Piragibe. Desse modo, a invenção da infância como tema estratégico na economia permitiria pensar historicamente como ela foi agenciada para fins de acumulação e ampliação da riqueza nacional por uma elite dirigente, acirrando divisões de classe social por meio de hierarquias geracionais. O menor a ser

²⁶⁶ O estudo de Luis Ferla permite pensar os efeitos raciais e sociais da utopia médica do biodeterminismo no Brasil na primeira metade do século XX. Cf. FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo*, São Paulo (1920-1945). São Paulo: Alameda, 2009.

²⁶⁷ “Poder-se-ia fazer igualmente a análise dos cuidados médicos e, de modo geral, de todas as atividades relativas à saúde dos indivíduos, que aparecem assim como elementos a partir dos quais o capital humano poderá primeiro ser melhorado, segundo ser conservado e utilizado pelo maior tempo possível. É necessário portanto repensar todos os problemas. Em todo caso, podem-se repensar todos os problemas da proteção da saúde, todos os problemas da higiene pública em elementos capazes ou não de melhorar o capital humano”. FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica*, p. 316.

recuperado e institucionalizado recebeu status de “problema” justamente porque representou a força improdutiva, a contramão da acumulação primitiva e expansiva do capital em seus fluxos parasitários.

Por outro lado, se a infância foi vista como etapa da vida, momento de desenvolvimento do corpo da criança em seus aspectos anatômicos, físicos, biológicos, psicológicos, sociais e afetivos, foram sendo desenhadas no cotidiano das práticas educativas os modos de moldar, elaborar, constituir e apresentar socialmente os resultados de todo um trabalho sobre a criança que estaria destinada a se tornar uma trabalhadora, apta a reconhecer e devolver à nação tudo que lhe fora “ofertado”. Configurou-se assim um mecanismo sustentado na oferta do próprio corpo, da própria vida e isto se constituiu como condição para a inclusão, elemento de mediação das relações sociais e da construção de projetos de vida. Emergiu toda uma pedagogia do corpo, uma ritualização do cotidiano mediado por instituições, trabalhando molecularmente na composição de afetos, percepções, relações orientadas por princípios articulados a um projeto de vida orquestrado e assegurado em vários aspectos. Como enfatiza Alcir Lenharo em estudo sobre o Estado Novo: “modelado para o trabalho, o corpo é disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica; cada cidadão é convidado a dar sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário”.²⁶⁸

Ao seu modo, o tom de Piragibe parecia confiante no futuro ao dizer que “havemos, pois de triunfar; havemos de vencer; as tendências do nosso povo são todas para o trabalho fecundo, graças ao qual, sob a proteção de Deus, a nossa pátria, desdobramento da família, caminhará para os seus grandes destinos. Salvaremos a criança de hoje, certos de que, amparando-a, defendendo-a, fortalecendo-a, tirando-a do abandono, garantiremos, maior ainda, o Brasil de amanhã”. No contexto de intercâmbio intelectual e interferências econômicas supranacionais na construção das políticas para a infância no Brasil, tais iniciativas se deram articuladas ao capital internacional.

Contudo, sendo a infância um capital humano a ser gerido, o que fazer com as crianças “anormais”? Seriam os conceitos de “anormalidade” e “sujeito anormal” efetivamente adequados para diagnosticar uma conduta e prescrever sua transformação? Sendo o investimento na educação e na saúde física e mental algo visto como prioridade, o que foi feito com as diferenças que se constituíram pelo caminho? A Psicanálise e a Psicologia tiveram em Arthur Ramos um ponto de cruzamento importante dos diferentes saberes que dariam a ler a “criança desajustada”. Por meio desse outro agenciamento de saberes passo a ler agora como a

²⁶⁸ LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2ª ed. Campinas: SP, 1982, p. 18.

saúde mental foi outro fator de articulação dos conceitos que definiram os contornos faciais, comportamentais e psicológicos do menor como sujeito de uma diferença incômoda. Uma presença a ser sutilmente diagnosticada e eficazmente corrigida.

A criança problema e as tecnologias da correção

Entre tantos campos e saberes que disputaram as narrativas em torno da infância abandonada e delinquente, a Psicanálise se constituiu como um domínio cujos conceitos e categorias de análise foram desdobradas no âmbito da educação escolar para que se pudesse investigar as condições em que a criança se tornava um problema pedagógico e social, considerando-se a vida psíquica articulada diretamente com o meio em que ela estivesse inserida.

Neste cenário, o médico e professor Arthur Ramos desempenhou uma função estratégica, tecendo articulações entre as políticas públicas de saúde mental que emergiam nos anos 1930 com o repertório do freudismo que começara a chegar no país no fim da década de 1880. Arthur Ramos era natural de Pilar, em Alagoas, tendo nascido no dia 7 de julho de 1903, filho do Dr. Manoel Ramos de Araújo Pereira e de D. Ana Ramos de Araújo Pereira. Inicialmente estudou na sua cidade natal e também na capital alagoana, diplomando-se mais tarde na Faculdade de Medicina da Bahia. Trabalhou no início de sua carreira no Hospital Psiquiátrico São João de Deus, em Salvador, e depois de exercer diferentes cargos assumiu uma cátedra de Antropologia e Etnologia da Faculdade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil), desempenhado posteriormente, a convite da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a chefia do Departamento de Ciências Sociais. Faleceu em Paris, em 1949, tendo deixando vasta obra sobre educação, Psicologia Social e sendo um dos intelectuais que partiram do Nordeste para morar no Rio de Janeiro, compondo um grupo de letrados fortemente inspirado nos debates provenientes da Escola Nina Rodrigues e que articulariam o problema da nação, da miscigenação e dos fatores hereditários na configuração da criança e dos povos considerados “não civilizados”. No caso de Arthur Ramos, sua chegada na capital federal ocorreu em 1933, onde construiu uma relação muito próxima com Afrânio Peixoto e Anísio Teixeira, que haviam participado de um momento importante na história da educação pública no Brasil, liderando o movimento em prol da Escola Nova e assinando o Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, do qual também são signatários intelectuais como Cecília Meireles, Lourenço Filho e Edgar Roquette Pinto.

Em 1910 a Associação Internacional de Psicanálise (International Psychoanalytical Association – IPA) passou a reunir as diferentes sociedades de psicanálise que foram surgindo, garantindo certa unidade institucional para um debate teórico em curso desde a segunda metade do século XIX e que contribuiria para a abordagem de diversos assuntos. Os trabalhos teóricos de Arthur Ramos passaram a circular efetivamente no fim dessa década, pois em 1919 ele publicou *Ensaio de crítica, folk-lore e psychanalyse*.

Contudo, para abordar de que modo a reflexão teórica de Arthur Ramos na interface entre psicanálise e educação permite pensar a figura da “criança anormal” e da “criança problema”, assim como os traços psíquicos e sociais que seriam configuradores daquilo que os criminologistas da época chamavam de uma “constituição delinquencial” e que Arthur Ramos criticará diretamente, mobilizarei especificamente a quarta edição do livro *A criança problema: a higiene mental na escola primária*, cuja publicação original data de 1939.²⁶⁹ Procurarei ler os diversos atravessamentos e conexões que criaram as condições para que esta obra fosse constituída de um determinado modo e não de outro.²⁷⁰ Ao definir o objeto da higiene mental, o autor enfatiza que:

Todos os círculos sociais – de família, de religião, dos vários agrupamentos espirituais, recreativos, as várias instituições... – tudo isso tem que ser investigado do ponto de vista da higiene mental, que penetra “intersticialmente” na sua urdidura íntima. O estudo pormenorizado dessas instituições compete à sociologia. A higiene mental indaga das repercussões que sobre a personalidade têm esses círculos sociais.²⁷¹

Diferente do pronunciamento de Vicente Piragibe, o material de Arthur Ramos constituiu-se materialmente de outro modo, impondo-se textualmente na condição de um livro com suas 407 páginas nas quais se sistematizou um estudo que durou cinco anos e que se refere ao período em que o médico trabalhou no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM). Este serviço foi criado em 1933 no âmbito do Instituto de Pesquisas Educacionais e como

²⁶⁹ RAMOS, Arthur. *A criança problema: a higiene mental na escola primária*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, 407p.

²⁷⁰ O livro de Arthur Ramos foi dividido em duas longas partes, além do texto de Introdução, sendo a primeira intitulada *As Causas* e composta pelos seguintes capítulos: I – Herança e ambiente; II – A criança mimada; III – A criança escorraçada; IV – A criança escorraçada (continuação); V – A criança escorraçada (continuação); VI – A criança escorraçada (conclusão); VII – As constelações familiares; VIII – O filho único; IX – Avós e outros parentes. A segunda parte foi intitulada *Os problemas* e nela foram apresentados os seguintes capítulos: X - A criança turbulenta; XI – A criança turbulenta (conclusão); XII – Tiques e ritmias; XIII – As fugas escolares; XIV – Os problemas sexuais; XV – Os problemas sexuais (continuação); XVI – Os problemas sexuais (conclusão); XVII – Medo e angústia; XVIII – Medo e angústia (conclusão); XIX – A pré-delinquência infantil: a mentira; XX – A pré-delinquência infantil: os furtos. A conclusão geral, por sua vez, foi intitulada *Tratamento e Assistência* sendo colocado nela o capítulo XXI com o mesmo título.

²⁷¹ RAMOS, *A criança problema*, p. 37.

consequência da reforma do ensino municipal promovida por Anísio Teixeira na gestão de Pedro Ernesto Rego Batista, prefeito do Rio de Janeiro por duas gestões, de 1931-1934 e 1935-1936.²⁷² Assim como as obras de Evaristo de Moraes e Tobias Barreto, tratava-se também de um livro que resultava de uma ampla pesquisa, analisando as duas mil fichas de “crianças problema” matriculadas nas escolas da cidade do Rio de Janeiro.

Quanto ao método de investigação e análise, Arthur Ramos diz que seu procedimento se efetuava por meio da combinação de métodos ou métodos especiais, a depender do caso, como:

observação incidental, fragmentos biográficos, observação sistemática, questionário, história de casos, *tests* e medidas, experimentação, etc. É, porém, o método clínico que reúne a maior soma de processos de investigação da personalidade, o mais comumente empregado por nós. Poderemos chamá-lo de método de observação ‘pologional’, pois ele utiliza de todos os dados de observação da criança, fornecidos pelo professor de classe, pelos pais, etc., tudo isso devidamente controlado pelo pessoal técnico do Serviço.²⁷³

De acordo com Elisabete Mokrejs, ele foi um “leitor atento às variações do pensamento psicanalítico” e teria se deixado conduzir por esse referencial teórico principalmente embasado em Sigmund Freud (1856-1939), Alfred Adler (1870-1937) e Carl Gustav Jung (1875-1961) a partir de suas primeiras produções acadêmicas como *Primitivo e Loucura* para o doutoramento em 1926, assim como na obra *Sordície nos Alienados – Ensaio de uma Psicopatologia da Imundície* em 1928, trabalho por meio do qual ele obteve o título de docente livre na Faculdade de Medicina da Bahia.²⁷⁴ Foi Afrânio Peixoto que, ao perceber a notória adesão de Arthur Ramos às ideias de Freud, o convidou para compendiar o que a Psicanálise estava fazendo no que se referia em particular ao domínio da pedagogia. A partir disso surgiram as duas obras do alagoano que construíram essa articulação psicanálise-educação, quais sejam: *Educação e Psicanálise* (1934) e *A criança problema* (1939).

Mas por que se deter a partir de agora no campo da Psicanálise e sua interferência ou contribuição nas políticas de educação infantil? Em que aspecto isso contribui para pensar a invenção do menor delinquente? Mais do que situar a Psicanálise como mais um dos discursos em um contexto prévio em que emergiram as narrativas que, diretamente ou indiretamente, elaboraram suas versões sobre o problema do menor, se trata efetivamente de, nesse percurso

²⁷² Sigo de perto as informações presentes em: LOPES, Eliane Marta Teixeira. A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”. In: FREITAS, Marcos Cezar & KUHLMANN JR, Moysés (org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 319-344.

²⁷³ RAMOS, *A criança problema*, p. 23, grifo no original.

²⁷⁴ MOKREJS, Elisabete. *Psicanálise e Educação: Arthur Ramos – um episódio da história da educação no Brasil*. *Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*, v. 13, n. 1, jan-jun. 1987, p. 91-104.

da genealogia de um sujeito, mapear o discurso psicanalítico associado ao da educação como parte constitutiva do dispositivo da minoridade.

O saber psicanalítico operou a partir de critérios e procedimentos muito distintos do que estava no jargão criminológico da época. Mas ao seu modo tal saber permitiu pensar a criança problema e demonstrar as dimensões sociais disso, o que chegou a ser singularizado na ideia do *meneur*. Arthur Ramos disse que “psicanalistas e não-psicanalistas [...] mostram o papel da infância, na espécie humana, como uma fase em que a sua exposição inerme à cultura vai moldar impressões definitivas na vida adulta”²⁷⁵, daí a necessidade de criar procedimentos para compreender e intervir em tais processos, mas ainda assim com uma questão de método que foi muito importante para este intelectual: “jamais adotamos o critério de interrogar diretamente a criança”.²⁷⁶ Tais sujeitos foram sempre lidos a partir do olhar dos educadores, puericultores e técnicos do SOHM.

Obviamente que não partilho da ideia de que se as crianças analisadas tivessem aqui os seus relatos apresentados diretamente por meio de entrevista ou técnica semelhante se poderia acessar mais ou menos o real que partilhavam. Não se trata disso, mas me refiro ao fato de que, ao fazer essa escolha metodológica – que, por sua vez, estava embasada juridicamente no dispositivo do próprio Código de Menores sobre a proteção da identidade dos menores de 18 (dezoito) anos de idade –, coloca-se um elemento a ser considerado em uma análise histórica e sociológica sobre o tema: as infâncias e as crianças ali narradas foram produzidas discursivamente pelos atores responsabilizados e autorizados socialmente para observá-las e narrar suas histórias nas fichas do SOHM. Ramos descrevia

as condições de vida da criança carioca explanadas sob o ponto de vista da higiene mental. Os dois polos da sua vida em casa: ou a criança mimada, vivendo como prisioneira no lar, cercada de cuidados, impedida de procurar o contato com os outros meninos da vizinhança, ou a criança do ‘morro’, da ‘favela’, do ‘barracão’, em vida promíscua, dormindo em condições precárias.²⁷⁷

Questionando a divisão entre o normal e patológico, entre a criança sã e a doente, assim como possibilitando a construção de uma “clínica do social”, a leitura que Arthur Ramos constituiu na interface entre o discurso pedagógico e o psicanalítico foi relevante nos debates da época em que a resolução sobre o problema da infância abandonada e delinquente passava

²⁷⁵ RAMOS, Prefácio à segunda edição. In. *A criança problema*, p. 10.

²⁷⁶ RAMOS, *A criança problema*, p. 282.

²⁷⁷ RAMOS, p. 39.

por dois conceitos-chave: trabalho e educação. Sem estar comprometida diretamente com a lógica institucional e jurídica que ancorava os discursos de outros intelectuais da época, pode-se ler o trabalho de Arthur Ramos como uma maquinaria que construiu visibilidades e dizibilidades para a infância e criou uma argumentação sobre as causas sociais e psíquicas que produziriam o sujeito delincente. No prefácio à segunda edição da obra ele situou as condições sociais e políticas em que *A criança problema* foi construída como reflexão teórica e social sobre a infância.

Para tanto, remetia às mudanças empreendidas pelo Estado Novo na política educacional por meio da incorporação dos princípios de uma disciplina rígida de interdições e coações, desconfigurando uma série de características empreendidas pela gestão de Anísio Teixeira, o que teria afetado o próprio SOHM. Argumentava que

as causas geradoras de problemas se ampliaram de maneira trágica no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar estão as condições criadas pela própria guerra, o que pela segunda vez neste século, veio convulsionar o mundo e complicar o problema dos ajustamentos pacíficos entre os homens. Em seguida estão as próprias condições deficitárias, no Brasil, e em condições especiais no Rio de Janeiro. Crise alimentar. Crise de habitações. Índices assustadores de mortalidade e morbidade infantis. Fatores deficitários em todos os sentidos, que vieram complicar tremendamente o problema da assistência aos menores. E a delinquência infantil? E o menor abandonado? Nunca a higiene mental teve a lidar com tantos fatores primários, que converteram a capital do país num grande feudo urbano, desprotegido e entregue à sua própria sorte. Com razão se poderia achar atividade desnecessária ou inócua um serviço de higiene mental, que tivesse de desbastar essas causas próximas, tão grosseiras e tão deprimentes.²⁷⁸

Portanto, a operação eminentemente clínica efetuada por Arthur Ramos durante os cinco anos em que esteve no SOHM permite pensar as demais linhas de força que participaram do debate mais amplo em torno da infância. Assim como outros conceitos apareceram anteriormente, articulados por meio da operação rizomática cruzando uma palavra a outra, um conceito a outro, agora também se poderá tecer outros pontos nesse labirinto de imagens e conceitos.

“A nossa experiência, no exame dos escolares ‘difíceis’ mostrou que havia necessidade de inverter os dados clássicos da criança chamada ‘anormal’. Esta denominação – imprópria em todos os sentidos – englobava o grosso das crianças que por várias razões não podiam

²⁷⁸ RAMOS, Prefácio à segunda edição. In. *A criança problema*, p. 8.

desempenhar os seus deveres de escolaridade, em paralelo com os outros companheiros, os ‘normais’”: assim começa Arthur Ramos uma longa análise sobre as condições de educação das crianças na cidade do Rio de Janeiro a partir dos registros produzidos pelo SOHM.

Arqueologizando esse saber, interessa ver seus intercruzamentos e bifurcações, mapeando as linhas de força que o sustentaram como “obra” importante para a história da educação no Brasil, um campo disputado e negociado quando se tratou de investigar, descrever, classificar e pautar modos de intervenção. Foi apenas em um momento de toda essa obra que o termo “menor” foi mobilizado para categorizar o perfil de um sujeito, mas para compreender seu alcance conceitual torna-se preciso cruzá-la a outras noções agenciadas na malha textual. Somente assim torna-se possível ler essa concepção pela sua exterioridade constitutiva. Interessa demonstrar outras cenas de sujeição – a partir de casos clínicos – por meio das quais um outro tipo de saber exerceu sua força, constituindo o menor à sua maneira.

Obs. 175 (Escola “General Trompowiski”, ficha nº 70 do S.O.H.M).

C. G., menino de 10 anos, cor preta. O pai, brasileiro, pedreiro, não goza de boa saúde; castiga os filhos com “chicote de borracha”, alcooliza-se com frequência. A mãe, brasileira, empregada doméstica, não goza de boa saúde; apanha do marido. 4 irmãos, mocinha de 14 anos, dois meninos de 8 e 3 anos, menina de 5 anos. O irmão de 8 anos está também matriculado nesta Escola. Moram em barracão de morro, sem acomodação para a criança. O menino trabalha em casa: faz o café, carrega água, cuida dos irmãos mais moços. Nada de anormal na história obstétrica. Nascimento a termo, em condições normais. Algumas dificuldades no desenvolvimento do menino. Subalimentação. Deita-se às 20 horas, levanta-se às 6; dorme no mesmo leito com o irmão de 8 anos. Não apresentava, em 1935, nenhum problema de comportamento na Escola. Do seu registro de observações:

1936 – Perguntou à professora de religião se podia pedir a Deus que o “pai ficasse bom”, e se seria atendido se rezasse. A professora respondeu-lhe que sim.

1937 – Contou que o pai “não estava melhor” e que ele agora não rezava mais, mas queria que o pai morresse... Começou a mudar. Tornou-se uma criança problema. Furtou dinheiro da professora. Foi encontrado furtando outros objetos: brinquedos dos colegas, etc.

12-11-1937 – C.... fugiu de casa. Grande aflição dos pais, que o procuraram por toda parte, inutilmente. O menino fora bater à porta da casa de uma família, pedindo auxílio e dizendo que o pai o pusera para fora de casa. A cozinheira desta casa, porém, conhecia os pais, a quem entregou a criança. No dia seguinte, fugiu novamente, e foi encontrado vagando na rua, com um bando de meninos.

O pai esteve na Escola, a nosso chamado. Queixou-se muito do filho: sabe que ele lhe fazia acusações, dizendo que é muito castigado, “mas não é verdade, não lhe toco o dedo”.

Sabemos, porém, que ele se alcooliza muito e castiga os filhos, especialmente C... Proibiu o menino de frequentar a Escola prendendo-o em casa.

1938 – Não se matriculou este ano. Sabemos que fugiu de casa, levando desta vez o irmão de 8 anos. Estiveram fugidos por 4 meses. O irmão voltou para casa, mas C... foi levado para S. Paulo por uma família”.²⁷⁹

Por meio da análise cruzada entre psicanálise e educação, Arthur Ramos apresentava uma série de casos clínicos acompanhados pelo SOHM. Procurava descrever um conjunto de relações sociais que produziam determinados comportamentos vistos como desajustados ou perigosos, mas fugindo de qualquer tentativa de naturalizar ou biologizar as condutas, uma vez que eram os arranjos familiares, as relações de afeto, os conflitos de ordem psíquica e as necessidades de ordem material e econômica que contribuía efetivamente para a produção social da subjetividade.

A estrutura em que os casos foram narrados era sempre a mesma: apresentação da escola onde o caso foi coletado, número da ficha com o registro de observações, iniciais do nome da criança – pois àquela época o Código de Menores protegia a identidade do menor –, e também constavam aspectos como a raça/etnia. Em seguida eram descritas sucintamente informações sobre o pai, a mãe, irmãos e sobre a rotina da criança (horário de dormir e acordar; tempo de sono durante a noite; condições da gestação da criança para mapear possíveis problemas; as condições do leito da criança; descrição sobre o comportamento em determinado período de tempo, a fim de mapear mudanças ou agravamentos). Tratava-se de um registro produzido a partir da observação dos profissionais que compunham a instituição.

O próprio nome do serviço era sintomático do tipo de diagnóstico que se desejava promover. Ortofrenia parte etimologicamente do termo grego *orto* + *fren* que significa a arte de corrigir as tendências morais e/ou intelectuais. Deste modo, como sugere a etimologia do radical *orto* (certo, reto) tratava-se, efetivamente, de uma concepção moral que também estava em jogo e que discursivamente funcionou para gerar hierarquias entre os comportamentos das crianças, classificando e pautando formas de controle e correção. Mas, ao passo em que isso constituiu parte da atuação tanto da Liga Brasileira de Higiene Mental, que havia sido criada em 1923, como das políticas de saúde da época, faz-se importante pensar como Arthur Ramos construiu a sua argumentação sobre os modos de constituição da criança problema.

Ramos disse que “a nossa experiência, no exame das crianças ‘difíceis’ mostrou que havia necessidade de inverter os dados clássicos da chamada ‘criança anormal’. Esta denominação – imprópria em todos os sentidos – englobava o grosso das crianças que por várias razões não podiam desempenhar os seus deveres de escolaridade, em paralelo com os outros

²⁷⁹ RAMOS, *A criança problema*, p. 255.

companheiros, os ‘normais’. No entanto [...], somente uma percentagem insignificante destas crianças mereceria, a rigor, a denominação de ‘anormais’, isto é, aqueles escolares que, em virtude de defeitos constitucionais hereditários, ou de causas várias que lhes produzissem um desequilíbrio das funções neuropsíquicas, não poderiam ser educados no ambiente da escola comum”.

Desse modo, a orientação geral do estudo partia dessa inversão: “em vez de partirmos do estudo da criança ‘anormal’, começamos a estudar a criança ‘normal’, a criança dentro das suas constelações totais de vida e de experiência. A criança é turbulenta, agitada, desobediente, desatenta...? Na grande maioria dos casos, não se trata de nenhuma anormalidade constitucional, mas tudo aquilo pode revelar a existência de reações de desajustamento. A criança furta, mente, tem muitos desses ‘maus hábitos’, catalogados pelo educador clássico? *Não se trata igualmente de nenhuma cerebrina “constituição delinquencial”*, sobre que tanto se discute nos congressos doutos de criminologia, mas de crianças abandonadas ou escoraçadas moralmente, ‘anormalidade’ pelo meio, *verwahrloste*²⁸⁰... no sentido de [August] Aichorn”²⁸¹, um psiquiatra alemão que se envolveu nos debates sobre criminalidade infantil e o sistema de tribunais para menores nos Estados Unidos e Alemanha.²⁸²

O procedimento desenhado por Ramos deixava previamente claro que não se articulava diretamente com as análises que circulavam no momento sobre a constituição delinquencial, com um enfoque não no crime, mas no criminoso, visando a configuração de um perfil, com base em uma determinação natural, racial na configuração desse perfil individual. Afastando-se grandemente da abordagem de Lombroso sobre o criminoso nato, a análise de Ramos apresentava outras referências, mobilizava outras categorias e constituiu outro modelo de análise. Embora a teoria lombrosiana não se dirigisse diretamente ao campo educacional, sua interferência foi relevante para pensar políticas de recuperação do menor abandonado.

Talvez por ter se afastado de tal referência, mas também por seu posicionamento crítico em relação ao Estado Novo e as políticas de educação²⁸³, sua obra não se situou nos mesmos circuitos sociais e intelectuais. Por isso mesmo, ele disse, no prefácio à segunda edição da obra²⁸⁴, que “se o livro, agora em segunda edição, não teve pelos motivos apontados, nenhuma

²⁸⁰ Termo de origem alemã que significa “negligenciada”.

²⁸¹ RAMOS, *A criança problema*, p. 13, grifos nossos.

²⁸² Sobre esta participação de Aichorn no debate dos reformadores penais, cf. PLATT, op. cit., p. 16 e ss.

²⁸³ “Com o advento do Estado Novo, uma falsa educação nacionalista, de imposições e restrições, passou a substituir o conceito de liberdade vigiada, condição essencial para o estabelecimento das verdadeiras regras da higiene mental”. Ver: RAMOS. Prefácio à segunda edição. In. *A criança problema*, p. 8.

²⁸⁴ O autor afirma que não efetuou nenhuma modificação na obra para a segunda edição. Diz que “em essência nada realmente haveria a modificar, senão a acrescentar ou ajustar. Preferi não fazê-lo. Deixei ao volume a

repercussão nos meios oficiais então responsáveis pela educação no Distrito Federal, foi recebido com carinho e palavras de louvor por aqueles que lhe compreenderam a mensagem ‘cheia de calorosa e sincera simpatia humana’”. Portanto, a oposição de Arthur Ramos ao conceito de “criança anormal” parecia sintomática de um procedimento e de uma compreensão pessoal e intelectual em torno da infância. Mas esta ideia da criança anormal esteve vinculada a uma concepção de indivíduo anormal, expressa por Foucault em seus estudos sobre como o domínio da anomalia foi constituído no século XIX pela definição de três figuras:

A primeira dessas figuras é a que o chamarei de “monstro humano”. O contexto de referência do monstro humano é a lei, é claro. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza. [...] O campo de aparecimento do monstro é, portanto, um domínio que podemos dizer “jurídico-biológico”. [...] Ele é o limite, o ponto de inflexão da lei e é, ao mesmo tempo, a exceção que só se encontra em casos extremos, precisamente. Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido.

[...].

A segunda [...] é a que poderíamos chamar de figura do “indivíduo a ser corrigido”. [...] O indivíduo a ser corrigido é, no fundo, um indivíduo bem específico dos séculos XVII e XVIII – digamos da Idade Clássica. O contexto de referência do monstro era a natureza e a sociedade, o conjunto das leis do mundo: o monstro era um ser cosmológico ou anticosmológico. O contexto de referência do indivíduo a ser corrigido é muito mais limitado: é a família mesma, no exercício de seu poder interno ou na gestão da sua economia; ou, no máximo, é a família em sua relação com as instituições que lhe são vizinhas ou que a apoiam. O indivíduo a ser corrigido vai aparecer nesse jogo, nesse conflito, nesse sistema de apoio que existe entre a família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc. esse contexto, portanto, é que é o campo de aparecimento do indivíduo.

[...] O monstro é, por definição, uma exceção; o indivíduo a ser corrigido é um fenômeno corrente. É um fenômeno tão corrente que apresenta – e é esse seu primeiro paradoxo – a característica de ser, de certo modo, regular na sua irregularidade.

[...].

Quanto ao terceiro, é o “masturbador”. O masturbador, a criança masturbadora, é uma figura totalmente nova no século XIX (é na verdade própria do fim do século XVIII), e cujo campo de aparecimento é a família. É inclusive, podemos dizer, algo mais estreito que a família: seu contexto de referência não é mais a natureza e a sociedade como [no caso de] o monstro, não é mais a família e seu entorno como [no caso de] o indivíduo a ser corrigido. É um espaço muito mais estreito. É o quarto, a cama, o corpo; são os pais, os tomadores de conta imediatos, os irmãos e irmãs; é o médico – toda uma espécie de microcédula em torno do indivíduo e do seu corpo.

[...].

Acho que podemos dizer para situar essa espécie de arqueologia da anomalia, que o anormal do século XIX é um descendente desses três indivíduos, que

espontaneidade algo abrupta da sua primitiva edição”. RAMOS, Prefácio à segunda edição. In. *A criança problema*, p. 9.

são o monstro, o incorrigível e o masturbador. O indivíduo anormal do século XIX vai ficar marcado – e muito tardiamente, na prática médica, na prática judiciária, no saber como – nas instituições que vão rodeá-lo – por essa espécie de monstruosidade que se tornou cada vez mais apagada e diáfana, por essa incorrigibilidade retificável e cada vez mais vestida por aparelhos de retificação. E, enfim, ele é marcado por esse segredo comum e singular, que é a etiologia geral e universal das piores singularidades. Por conseguinte, a genealogia do indivíduo anormal nos remete a estas três figuras: o monstro, o incorrigível, o onanista.²⁸⁵

Esta genealogia do indivíduo anormal permite pensar de que maneira a oposição de Arthur Ramos ao conceito de anormalidade funciona em sua crítica tanto à Pedagogia quanto aos métodos da Psiquiatria para aferir tal anormalidade e, assim, patologizar as condutas. Buscou apontar as questões sociais mais amplas e complexas que acabavam por definir as condutas adaptadas ou não a um certo padrão para as crianças. Esteve no horizonte das críticas de Arthur Ramos as posturas pedagógicas baseadas na crença de que os testes seriam suficientes para enquadrar uma criança na categoria “anormal” ou com “atraso mental”, pois “logo se verificou que uma enorme percentagem de crianças classificadas como ‘anormais’, não eram portadoras de nenhuma anomalia mental, mas sofriam a ação de causas extrínsecas”.²⁸⁶ Mas isto nem de longe significava dizer que não havia na proposta desse intelectual uma proposta de governo da infância, pois a higiene mental se caracterizava em dois largos traços: um trabalho preventivo, mas também uma intervenção corretiva. Ela estudaria o desenvolvimento e a formação dos hábitos na primeira e segunda infância, acompanhando o escolar no período da escola primária, assistindo o desabrochar da adolescência, tendo em vista que esse era o processo de preparação do jovem para a perfeita adaptação à vida adulta.

Sendo a prevenção a principal e a primeira tarefa da higiene mental visando ajustar a criança ao seu meio, a correção se daria como processo posterior uma vez que os esforços iniciais não surtiram os efeitos desejados na configuração subjetiva. Essa correção partiria do princípio de que era preciso “ajustar a criança desajustada”.²⁸⁷ Buscando compreender as condições sociais, familiares, afetivas e psíquicas em que as ditas “crianças problema” estavam situadas, era que sua análise se imiscuía e se tornava viável. Daí a própria definição da ficha de observação com aquela estrutura e não outra, pois para ele “o aspecto social é que antes de tudo, deve definir a noção de um ‘desvio’”.²⁸⁸ Como consequência, a intervenção deveria atuar sobre

²⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2010, p. 47-51.

²⁸⁶ RAMOS, A *criança problema*, p. 18.

²⁸⁷ Idem, p. 21-22.

²⁸⁸ Idem, p. 19.

esse contexto no qual a criança estava inserida e não em uma patologia neurologicamente diagnosticável e individualmente atribuída.

Para compreender o processo social de ajustamento ou desajustamento de determinados indivíduos à sociedade, ele fez referência ao psiquiatra e pedagogo Erich Stern (1889-1959) que disse:

psiquicamente desviado podemos chamar, pois, a um homem quando não pode responder às exigências da sociedade quando sua capacidade de acomodação a ela é nula ou escassa, quando as relações com seus semelhantes são difíceis. *Enfermidade psíquica é, pois, perturbação da capacidade de adaptação social*. O conceito de enfermidade resulta deste modo deslocado, em grande parte, para o aspecto social.²⁸⁹

No conjunto dessas formulações ele situava ainda que o moderno higienista mental das escolas deveria fugir das rígidas classificações, que visavam dar um “rótulo” para as crianças desajustadas. Tais reflexões consubstanciavam sua leitura de que, “para fins de ciência, *não há, em rigor, o normal e o anormal*²⁹⁰, ambos esses termos designando, tão somente, posições relativas, de um, ou outro, ou muitos fatores, em uma situação altamente complexa”, pois, em se tratando de medida orgânica e mental, eram “imprecisos os limites entre o normal e o anormal. O conceito de sanidade física e mental é relativo. São conceitos fenomenológicos, fundados na noção de média”.²⁹¹

A partir desse diagnóstico antes de tudo sobre as próprias condições de enunciabilidade da questão, Ramos afirma que se criou o conceito de “criança problema” em substituição ao termo pejorativo e estreito de “criança anormal”, para indicar todos os casos de desajustamento caracterológico e de conduta da criança ao seu lar, à escola e ao currículo escolar. Alguns autores tomavam esse conceito de “problema” para englobar todas as dificuldades infantis, fossem elas físicas, mentais ou sociais.

Segundo o autor, a expressão passou a designar mais especialmente os casos-limite do distúrbio mental constitucional. Assim, pode-se pensar como o nomear de *criança problema* obteve outro alcance do ponto de vista analítico e interventivo, participando da constituição do objeto a partir de outros critérios, escolhas e possibilidades de abordagem. Eliane Lopes enfatiza que foi se baseando nas ideias de Oskar Pfister (1873-1956)²⁹² de que a psicanálise seria um “instrumento de trabalho”, de que sua grande contribuição para a pedagogia estava na

²⁸⁹ Idem, p. 19, grifos meus.

²⁹⁰ Idem, p. 19, grifos meus.

²⁹¹ Idem, p. 18.

²⁹² Para uma leitura introdutória sobre a obra de Oskar Pfister, discípulo de Freud que articulou uma obra sobre psicanálise e educação, ver: GOMEZ, Maria Luísa Trovato. O pastor psicanalista Oskar Pfister: um legado de desconforto. *Psicologia Ciência e Profissão* [online]. 2000, vol. 20, n. 3, pp. 34-41.

“investigação da vida psíquica profunda, do inconsciente” e de que os testes haviam fracassado grandemente que Arthur Ramos construiu seu trabalho no SOHM, o que possibilitou que ele escrevesse posteriormente seu livro *A criança problema*.²⁹³

Uma vez que nomear é fazer existir, a mudança do termo “criança anormal” para “criança problema” foi muito importante, pois cada conceito abria por sua vez distintos campos de análise e de intervenção. Como criança-problema outro horizonte de descrição das vivências – e nisso as experiências, afetos, aprendizados, não aprendizados, hábitos e comportamentos – se abria para o tipo de articulação que Arthur Ramos visava propiciar ao ler o processo de escolarização da criança.²⁹⁴ Para ele não havia “criança problema” como tipo único de reação e sim “problemas da criança”, apresentando-se sempre em “graus variados, subindo a escala de uma complexidade crescente. Para a solução desses ‘problemas’, devemos armar a equação da criança com os termos fornecidos, em primeiro lugar pelas pessoas e ‘imagens’ da sua ambiência familiar”.²⁹⁵

Se a objetivação do menor delinquente foi sendo constituída paulatinamente a partir da observação e descrição das condições de abandono, estruturas familiares, sistema de inclusão e exclusão econômico-social, assim como a inserção ou não em redes de sociabilidade violentas, simbolicamente marcadas pelo signo da marginalização social e da criminalidade, historicamente a constituição desse sujeito se deu por meio de saberes que o objetivaram e práticas de poder que o apreenderam, mas que por sua vez estiveram articuladas a outros processos de objetivação que se estruturaram com base em alguns conceitos.

Incidindo na leitura pedagógica e psicanalítica de Arthur Ramos alguns conceitos articularam e sustentaram essa parte da rede no jogo das diferenciações e sobreposições: criança anormal, criança problema, criança escorraçada, criança turbulenta, pré-delinquência.²⁹⁶ No seu vocabulário pode-se ver como Arthur Ramos pensou a relação entre criança e delinquência do seguinte modo:

²⁹³ LOPES, *A psicanálise aplicada às crianças do Brasil*, p. 333.

²⁹⁴ A reflexão de Arthur Ramos sobre psicologia social, educação e tratamento da infância ou da criança-problema – ou os problemas da criança, como ele menciona – também pode ser lida com detalhes e ricas descrições e elaborações teóricas e conceituais noutra obra de sua autoria, na qual o conceito de “criança-problema” estava esboçado. Cf. RAMOS, Arthur. *Introdução à Psicologia Social*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante, 1957.

²⁹⁵ RAMOS, *A criança problema*, p. 44.

²⁹⁶ Em outro trecho, Arthur Ramos afirma o seguinte: “Em vez de considerarmos a criança um ser isolado, responsável pelos seus atos, ou julgada portadora de uma ‘tara’ ou de um fato adverso, a higiene mental, aproveitando a lição da psicologia social contemporânea, ensina-nos a olhar a criança como uma entidade móvel, complexa, boiando à mercê de múltiplas influências do seu meio, e reagindo das mais variadas maneiras a essas influências”. Ver, RAMOS, *A criança problema*, p. 44.

Obs. 126. (Escola “General Trompowski”, ficha nº 2 do S.O.H.M).

M. F., menino de 11 anos, cor branca. O pai, português, falecido; não gozava de boa saúde, muito nervoso e irascível, era violento para com toda a família, espancava muito o menino, que fugia para o mato. A mãe, brasileira, não goza de boa saúde. 2 irmãos, de 17 e 14 anos. O menino está em companhia da avó materna, há três meses. A vida matrimonial dos pais sempre foi muito desorganizada; muitos conflitos; o marido era um algoz para a família, obrigando a mulher a trabalhar para prover a subsistência da casa. Traumas morais durante a gravidez materna. Dificuldades no desenvolvimento da criança. Subalimentação. O sono é agitado; loquacidade hipnagógica. Na Escola, o menino é desobediente, com tendência a dominar os companheiros nos jogos. Atormenta os colegas, agredindo-os às vezes violentamente. É insociável, agitado, agressivo, irascível, desconfiado, fanfarrão, bulhento. Nada de anormal nas funções psíquicas. Tem 1m39 de altura e pesa 35 quilos e 500 gramas. O exame orgânico revelou sinais de lues congênita e verminose. Do seu registro de observações.

1937 – O menino esteve dois anos no Instituto Ferreira Viana, onde nada aproveitou e de onde voltou empregando termos obscenos. Na turma de M... foi encontrado um frasco de cola, com urina. O fato foi atribuído ao menino. Há dias em que está agitadíssimo, chegando a andar de gatinhas na classe.

Agosto de 1937 – A professora, conquistando a afetividade do menino, tem conseguido modificá-lo um pouco, dando-lhe tarefas de responsabilidade e trabalhos manuais. Mas o menino continua a ter momentos de raiva, em que agride os colegas, destrói os objetos de massa, etc.²⁹⁷

Sobre este caso, Arthur Ramos diz o seguinte:

Todas essas observações mostram o dinamismo afetivo da criança turbulenta. Considerados isoladamente, os problemas de turbulência e agressividade poderiam ser relacionados à existência de “desvios”, de “anormalidades” psicológicas, reveladores de uma cerebrina “constituição delinquencial” na criança. Se a estudarmos, porém, dentro do jogo afetivo das suas constelações familiares, os problemas de turbulência e agressividade logo se esclarecem a uma luz nova de explicação. Estes problemas são comportamentos reacionais, movimentos-símbolo de vingança, de ódio, de fuga e evasão diante de situações de desajustamento, tudo isso às vezes facilitado pela existência de “fixações” da personalidade a uma fase pré-genital da libido, de acordo com a hipótese psicanalítica.²⁹⁸

Portanto, foram vários os conceitos mobilizados em sua obra para se referir aos diferentes tipos de crianças e infâncias sob análise a partir dos documentos do SOHM. E é interessante notar como seu procedimento não isolou dois fatores que, para os fins de minha análise, são importantes: abandono e delinquência. Diz ele:

No órfão de ambos os pais, os seus problemas estão ligados ao fator do abandono. Alguns autores clássicos que estudaram a delinquência na infância

²⁹⁷ Idem, p. 203.

²⁹⁸ RAMOS, p. 203.

assinalaram que a orfandade de pai e mãe não é o maior mal, porém, o abandono produzido por aquela condição. As nossas observações, conduzidas na sua maior parte em meios economicamente pobres, mostram uma grande percentagem de problemas de comportamento nas crianças órfãs de ambos os pais. Quando não há o abandono, surge o problema da criança recebida em lar de alheio, ou da criança internada em asilo. Por isso, o estudo do órfão de ambos os pais está intimamente ligado ao da criança abandonada, asilada ou adotada.²⁹⁹

Uma vez que ele fez todo um esforço analítico de fugir de uma abordagem instintivista e que essencializasse o processo de marginalização e produção da delinquência infantil, era seu interesse mobilizar sua análise clínica e social de modo a demonstrar que

É, portanto, a constelação familiar que influiria na fachada de comportamento da criança, atendo-se à sua posição na família. E os estudos sobre as reações delinquentiais na infância, vêm comprovar essas vistas. Foram as escolas da psicanálise e da psicologia individual que acentuaram o papel das influências familiares no desenvolvimento psicológico da criança.³⁰⁰

Em um momento em que diferentes narrativas disputavam a definição e as formas de corrigir a infância abandonada e delinquente, Ramos alertava que

é perigoso o diagnóstico simplista da criança, isolada dos seus círculos de influência. Considerada num corte da sua personalidade, sem as amarras que a prendem no tempo e no espaço, a criança nunca se apresenta em seus aspectos reais de vida. O heredologista apelaria para as famosas leis da herança e falaria em “taras”, e outras coisas; o psiquiatra puro faria diagnósticos com rótulos pomposos, na classificação de uma “anormalidade” ou “psicopatia” qualquer; o testólogo (o aplicador primário de tests) apelaria para um atraso mental, visto ter achado um Q.I abaixo da “média”... Quanta ilusão, porém! Vejam-se as duas observações precedentes. Em ambas ou se falaria erradamente de anormalidade, de atraso mental, ou de taras nervosas, “constituições delinquentiais”... que sei mais?³⁰¹

Chamando a atenção para a necessidade de observar não momentos isolados, mas o desenvolvimento de comportamentos e condutas no tempo, ele afirmava que “a simples leitura do *curriculum vitae* dessas crianças mostra as influências poderosas dos meios desajustados, de conflitos domésticos, de escorraçamento afetivo, de péssimos modelos a imitar, de fadiga em consequência de subnutrição e do trabalho... tudo isso determinando mau ou nenhum rendimento na Escola e problemas de personalidade e de conduta”.³⁰²

²⁹⁹ Idem, p. 125.

³⁰⁰ Idem, p. 144.

³⁰¹ Idem, p. 144.

³⁰² RAMOS, p. 41, grifos no original.

Ao passo que as crianças diagnosticadas como problemáticas deveriam ser objeto de um investimento que visaria a correção e a adaptação delas ao espaço escolar, mas por extensão transformando suas relações afetivas e domésticas, Ramos destaca que era preciso “obter a confiança da criança e não maltratá-la e castigá-la” e nisso a “a educação dos pais se impõe, como medida óbvia. Se há complexos afetivos que os impedem de receber a criança, com afeto e carinho, uma análise da situação resolverá as dificuldades. É o que temos feito em nosso Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. A escola completará a obra, procurando compreender a criança, não como uma entidade isolada, portadora de ‘vícios hereditários’, de ‘constituições delinqüenciais’ e outras coisas cerebrinas, mas como um ser vacilante, afetivo, em formação, no meio de constelações afetivas dos adultos”.³⁰³

Ao tratar da criança turbulenta, Arthur Ramos afirmava que reconhecia o seguinte:

Hoje, porém, há necessidade de estabelecer-se uma discriminação indispensável no largo grupo das “crianças turbulentas” das escolas. Num primeiro grupo, vem a turbulência ligada a condições mórbidas; incluímos aqui os atrasados, portadores da síndrome de debilidade motora de Dupré, os instáveis, ligados a vários estados mórbidos, e os impulsivos. Num segundo grupo, consideramos todas as demais formas de turbulência devido a condições afetivas e ambientais sem nenhum *déficit* ou distúrbio psíquico. Ao contrário dos velhos autores, que consideravam o primeiro grupo mais extenso, achamos, ao revés, que o segundo grupo constitui a grande maioria dos turbulentos da população escolar; grupo constituído de crianças que sofrem desgostos afetivos e morais, crianças abandonadas ou escorraçadas, crianças incompreendidas, que reagem na indisciplina e na turbulência. Neste grupo está o grosso das crianças “caudas de classe”, turbulentas, agressivas, desobedientes, desatentas... Os dois grupos, porém, confluem frequentemente. Encontramos, na prática, a ação das duas causas neuro-orgânicas e ambientais, às vezes em proporção equivalente, outras vezes com predomínio de uma sobre a outra. No problema da turbulência, temos ainda o destaque de um traço de comportamento psicomotor. Ora é a turbulência simples propriamente dita, que aparece em primeiro plano. Outras vezes, temos a turbulência unida à agressividade. Ou ainda são aspectos escolares de indisciplina e desobediência que chamam a atenção. Estes aspectos se entrosam e se conjugam, na maior parte dos casos [...]. Para o nosso estudo da turbulência infantil, vamos inverter a ordem clássica desses assuntos, considerando: 1.º) a turbulência ligada a condições ambientais e afetivas e 2.º) a turbulência ligada a distúrbios neuro-orgânicos do desenvolvimento psicomotor.³⁰⁴

Inovando na análise frente aos pares, Arthur Ramos fez da clínica propiciada pelo SOHM um modo de propor alternativas para a análise psicológica das crianças. Noutra descrição clínica, o caso de uma criança turbulenta foi articulado a algo de alcance mais amplo,

³⁰³ Idem, p. 140.

³⁰⁴ RAMOS, op. cit., p. 195, grifo no original.

uma vez que havia se constituído o que ele chamou de um “líder de bando”, noção que posteriormente servirá para ampliar sua diferenciação sobre a criança escorraçada:

Obs. 27 (Escola “Manuel Bomfim”, ficha n.º 253 S.O.H.M). B. G. A., menino de 12 anos, cor branca. O pai é português, negociante, enérgico; corrige os filhos a bordoadas. A mãe, portuguesa, não goza de boa saúde, 5 irmãos, sendo uma moça de 21 anos, duas meninas de 8 e 3 anos, e dois meninos de 11 e 1 ano. Moram em casa alugada, situada nos fundos de uma casa de negócios; não há acomodação para a criança; pátio muito acanhado. Em casa castigam com brutalidade as crianças, mas não as assistem como necessitam. Há a influência desfavorável da vizinhança. Nada de anormal na história obstétrica materna. O menino se desenvolveu sem anormalidade. Subalimentado. Não tem hora certa para deitar-se nem para se levantar. Vive na rua e em más companhias de botequins e tavernas.

Na Escola, brinca muito com companheiros, com tendência a dominar. Gosta muito de meninas; tem várias namoradas e escreve no braço, a tinta, o nome delas. Na Escola, é líder de um bando mal ajustado: fuma, diz palavrões, vive a mexer nos órgãos genitais. Conta fanfarronadas, atormenta os colegas, furta. É alegre, irônico, bulhento, irreverente. Atenção e memória fracas. Aprendizagem medíocre. O exame orgânico revelou lues congênita e hipertrofia das amígdalas.

Do seu registro de observações:

“Maio de 1935 – Difícil a adaptação à Escola. Este menino vive à solta, brincando na rua. Mostra-se irreverente com as professoras quando admoestado, replica: “eu sou assim mesmo!” É falastrão, seus movimentos são desordenados.

“Novembro, 1935 – B... saiu com seus companheiros da Escola a vadiar pelos arredores, e tomar banho no ‘Trapicheiro’; mas desavieram-se e o resultado foi que um relatou todas as irregularidades praticadas: furto de cigarros, nomes feios...”.³⁰⁵

Tal caracterização serviria para constituir todo um repertório para definir e estabelecer diferenças entre os tipos de crianças e os procedimentos por meio dos quais elas se constituíam socialmente como problemáticas, inclusive observando-se as suas formas de organização e socialização. O caso seguinte inseria-se no quadro da criança escorraçada:

A grande maioria das crianças escorraçadas, como se pode ver nas observações do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, vem de lares desajustados, de meios economicamente pobres. O pauperismo carrega em seu bojo múltiplas condições de desajustamento: a subalimentação, o alcoolismo, a doença, as reações anti-sociais... É por isso que os educadores e psicossociólogos assinalam tanta importância ao estudo da criança vinda de meios pobres. Esse estudo vem de milênios e é uma das preocupações mais angustiosas da humanidade. Doutrinas e diretrizes político-sociais têm sido aventadas para atacar o mal fundamental do pauperismo.

Meng Tseu dizia, no seu tempo, que os anos de miséria e esterilidade arrastam consigo as más ações; as boas ações são frutos dos anos de abundância. O

³⁰⁵ RAMOS, p. 84.

efeito desmoralizador da miséria tem sido abordado por inúmeros ensaístas e escritores de ficção. As estatísticas mostram uma diminuição da delinquência com a melhoria do estado econômico e social; de outro, a fome, a miséria impulsionam ao furto e outras reações anti-sociais [...].

Na infância, os seus problemas de desajustamento, principalmente no caso da criança escorraçada, reconhecem numa grande percentagem, fatores de miséria social. E a delinquência: “Até debaixo do aspecto fisiológico – escreve Bujallo Sanchez – é o delito filho da miséria. Enquanto meninos pobres as deficiências psíquicas não são mais do que deficiências de alimentação! A carência ou a escassez extrema dos elementos econômicos, as dificuldades terríveis para satisfazer as mais elementares exigências da vida (alimento, abrigo, descanso), determinam no organismo perturbações funcionais grandemente propícias a uma conduta irregular e preparam estados depauperantes de miséria fisiológica, de esgotamento de energias, que fazem quase irremediável a degradação moral, o fomento de ideias tenebrosas e sentimentos ruins e violentos, a queda e o crime.”³⁰⁶

Na leitura do psicanalista alagoano, a relação entre abandono e delinquência era intrínseca e deveria ser analisada e definida como objeto de intervenção a partir dessa articulação complexa, a fim de evitar culpabilização e responsabilização unilateral do sujeito infantil ou a criminalização da postura dos pais. Ailton Moreli enfatiza as variações sobre a condição do menor, pois além de ser abandonado ele também poderia ainda ser enquadrado como vadio, mendigo e/ou libertino. Dessa forma, visando a preservação dos “menores”, acabam confundindo o abandono com atitudes que dele podem derivar”.³⁰⁷ A análise de Ramos tinha como corolário desconstruir a visão romântica da criança e da infância, pois, disse ele:

não se pense que a infância é a idade feliz, livre dos temores, das inquietações, das angústias, que martirizam a alma do adulto. Pelo contrário, a angústia infantil toma às vezes, uma intensidade extraordinária. Quase sempre, aliás, são os adultos os responsáveis, criando para o psiquismo infantil, processos os mais complexos e esquisitos de amedrontamento.³⁰⁸

A desmontagem das narrativas românticas em torno da infância e da criança, singularizadas por termos como inocência, docilidade, pureza natural, etc., – que tem suas ressonâncias da teoria rosseauiana do “bom selvagem”³⁰⁹ – torna-se relevante para pensar as

³⁰⁶ Idem, p. 91-92.

³⁰⁷ MORELLI, *A criança, o menor e a lei*, p. 90.

³⁰⁸ Para uma leitura do pensamento de Arthur Ramos partindo da sua obra *Loucura e crime – questões de psiquiatria, medicina forense e psicologia social*, em que se descreve como esse autor pensou os temas da angústia e do medo a partir do diálogo com Freud e Otto Rank, ver: MACHADO, Josiane Cantos. *A história da psicanálise no Brasil nas primeiras décadas do século XX e sua influência na concepção e constituição de saúde mental no país*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

³⁰⁹ Cf. ROSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

subjetividades sem incorrer em simplificações de natureza ontológica e metodológica. Acerca deste tema, o psiquiatra e psicanalista inglês Donald Winnicott afirmou o seguinte, no âmbito de seus estudos sobre a tendência antissocial: “parti do pressuposto, o qual tenho consciência de que nem todos consideram correto, de que todo o bem e o mal encontrados no mundo das relações humanas serão encontrados no âmago do ser humano. Levo esse pressuposto mais longe afirmando que no bebê existe amor e ódio com plena intensidade humana”.³¹⁰

Considerando a necessidade de observar o contexto em que a criança se situa e a história de vida que vem sendo constituída, outro aspecto se torna importante para pensar o aparecimento da tendência antissocial na criança, pois Winnicott afirma que se constitui um erro analisar tal comportamento na chave de leitura que coloca as crianças como não tendo “senso moral” algum, o que as levaria a praticar atos delinquentiais. Ao contrário disso, ele aponta que “precisamos abandonar totalmente a teoria de que as crianças podem ser inatamente amorais. Isso nada significa em termos do estudo do indivíduo que se desenvolveu em conformidade com os processos de maturação herdados e permanentemente interligados com a ação do ambiente facilitador”.³¹¹

Ao tomar em conta os aspectos psicológicos da delinquência infanto-juvenil, Winnicott propôs que se analisasse isto a partir do “complexo de privação”. Inicialmente dever-se-ia tomar o inconsciente como categoria importante, uma vez que o inconsciente poderia se tornar um “estorvo” para aqueles que gostassem de soluções simplistas, não devendo ser este o tipo de postura esperada por parte de planejadores e pensadores, segundo este autor. Seria preciso entender como as conformações familiares e os processos vivenciados pelo indivíduo por meio de privações poderia ocasionar situações que, posteriormente, seriam geradoras de violência. Seria preciso lembrar, diz Winnicott, que “temos magistrados que não enxergam que os ladrões estão inconscientemente procurando algo mais importante do que bicicletas e canetas-tinteiro”.³¹²

Portanto, as preocupações em torno da identificação das causas e do tratamento das condutas consideradas antissociais tornou-se objeto de investigação que foi ganhando muitos contornos ao longo das décadas e em diferentes países. Uma narrativa desse tipo permite pensar que, por mais recursos, políticas, técnicas e profissionais que estivessem sendo articulados ao debate sobre a infância, a todo o tempo tratava-se efetivamente de criar as condições

³¹⁰ WINNICOTT, Donald W. *Privação e delinquência*. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão de Mônica Stahel. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 93.

³¹¹ Idem, p. 125.

³¹² Idem, p. 128.

minimamente adequadas para a vida do adulto. A teorização winnicottiana da delinquência permite pensar historicamente as relações de força que incidiram sobre o corpo do infrator por meio das tecnologias de julgamento institucionalizadas ou não. Para este autor, “o crime produz sentimentos de vingança pública” e isto “redundaria em algo perigoso, se não fosse a lei e aqueles que têm por missão implementá-la. No tribunal, o magistrado, antes de mais nada, expressa os sentimentos de vingança pública e só assim podem ser estabelecidas as bases para um tratamento do infrator”.

Tal aspecto abre a possibilidade de compreensão sobre como a lei estaria historicamente mediada por um jogo de tensões e poderes que lhe seria inicialmente externo, mas condição de sua possibilidade. Enquanto disparador jurídico das possibilidades e impossibilidades a serem efetuadas sobre o corpo do outro, a lei funcionaria como mediadora do desejo de vingança partilhado contra aquele que rompeu um acordo tácito. A arbitragem desse conflito seria protagonizada pelo aparelhamento judiciário a fim de administrar, na estrutura do Estado, o direito de punir. Contudo, para Winnicott “a legislação e a justiça devem proteger o criminoso dos efeitos da vingança inconsciente e cega dos outros”.³¹³

Do mesmo modo que a lei funciona socialmente no jogo de mediação com forças que impelem atos contra ou a favor do indivíduo, vemos na obra de Howard Becker uma interessante abordagem do desvio como produção social eivada de tensões quando ele nos informa que a “concepção sociológica define o desvio como a infração de alguma regra geralmente aceita”. Assim, passa-se a perguntar “quem infringe regras e a procurar os fatores na personalidade e situações de vida dessas pessoas, e que poderiam explicar as infrações. Isso pressupõe que aqueles que infringiram uma regra constituem uma categoria homogênea porque cometeram o mesmo ato desviante”. Contudo, para Becker tal pressuposto esqueceria o fato de que o desvio seria “criado pela sociedade”, mas isso não no sentido de afirmar como comumente se faria que “as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em ‘fatores sociais’ que incitam sua ação”. Para este autor, tratava-se de que

grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um infrator. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com

³¹³ ONOCKO-CAMPOS, Rosana. Comportamento antissocial nos jovens como sequela da privação: contribuições da clínica winnicottiana para as políticas públicas. *Interface – comunicação, saúde e educação*, v. 22, n. 67, 2018, p. 1095.

sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.³¹⁴

Portanto, mesmo não seguindo de perto todos os desdobramentos técnicos e teóricos das reflexões de Winnicott e Becker acerca da produção social da delinquência e do desvio social, torna-se relevante pensar sobre o conjunto de tensões e maquinações socialmente dispostas que operaram na produção das diferenças entre a criança normal e anormal, criança desajustada, criança-problema, entre outras categorias nas quais emergiria o conceito de menor desviante, abandonado, delinquente e, posteriormente, infrator. No conjunto de elementos apresentado anteriormente sobre os usos sociais e econômicos do corpo infantil, pode-se ver como neste emaranhado de noções ergueu-se uma concepção adultocêntrica da infância em que seu valor era atribuído por aquilo que ela viria a se tornar. Isso, no plano econômico, significava que ela seria uma força de trabalho apta e, no plano político, significaria a constituição de um trabalhador dócil, não questionador nem mobilizador social, mas sujeito heterossexual que por sua vez também estaria em condições para reproduzir a força de trabalho e reforçar a roda dos infortúnios a serem vivenciados pelas gerações.

Ao analisar a emergência da anomalia como critério de análise das condutas, Michel Foucault, no âmbito das suas análises sobre a psiquiatrização da infância, afirmou que todo o investimento desses saberes contribuiu para um processo que visava “pôr em imobilidade a vida em torno da infância” e isso foi fundamentado do ponto de vista pedagógico, político e econômico, pois “a infância foi o princípio da generalização da psiquiatria; a infância foi, na psiquiatria como em outros domínios, a armadilha de pegar adultos”.³¹⁵ Neste sentido, percebe-se a complexidade das tecnologias de governo da vida infantil pensadas estrategicamente como forma de mobilizar outros domínios, grupos sociais e indivíduos em faixas etárias diversas.

Ao estudar os Congressos Pan-Americanos da Criança e, em especial, como as políticas de saúde passaram a ser discutidas e propostas, Eduardo Nunes diz que

a infância ganhava importância central no projeto de futuro da sociedade em diferentes dimensões – genética, física, sanitária, higiênica, disciplinar. As doenças e as moléstias que afetavam a criança e o adolescente, muitas vezes não começavam e nem terminavam neles, mas se materializavam ou se expressavam em suas vidas, servindo de indicadores aos adultos para legitimar as suas atividades. *O adulto do futuro começava no adulto do passado, a criança nisso era um detalhe, significativo, diga-se.*³¹⁶

³¹⁴ BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica de Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 21-22, grifos no original.

³¹⁵ FOUCAULT, *Os anormais*, p. 264 e 266.

³¹⁶ NUNES, *A infância como portadora do futuro*, p. 229, grifos meus.

Àquela época, o desenho político e institucional tornou possível a emergência do povo como objeto de definição e intervenção e nesse canteiro de amplas discussões sobre o trabalhador, a criança, a mulher, a cidadania, todas ditas sempre no singular, foram afirmadas e disputadas muitas posições, uma vez que um dos elementos em jogo era definir os indivíduos aos quais certas instituições e serviços seriam direcionados. Tais disputas não poderiam prescindir da alteração da própria legislação interna do país, como nos mostra Celi Regina Jardim Pinto valendo-se das cartas constitucionais brasileiras para pensar os diferentes processos de inclusão e exclusão.

Ao analisar a Constituição de 1934, produzida sob a força política de Getúlio Vargas ainda no governo provisório, esta autora afirma que foi neste documento que o povo foi nomeado pela primeira vez. Nela o país foi definido como “um conjunto de pessoas, organizadas em famílias, por sexos diferentes, em estágios geracionais diversos, com diferentes graus de riqueza, com direitos específicos e particulares e, mais importante, uma população de trabalhadores, com direitos assegurados”.³¹⁷ O artigo 138 da Constituição de 1934 fazia referência à infância do seguinte modo:

Art. 138. Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.³¹⁸

Considerado o cenário em que tais debates ocorreram e as diferentes linhas de força que permitiram a problematização da infância pela Psicanálise e Psicologia Social, vê-se como o trabalho de Arthur Ramos procurava construir os instrumentos para uma análise crítica e propositiva sobre a situação da infância a partir de suas experiências na capital federal, abrindo

³¹⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. Foucault e as Constituições Brasileiras, *Educação & Realidade*, v. 24, n. 2, jul-dez. 1999, p. 33-58.

³¹⁸ Constituição de 1934. Organização e edição de Ronaldo Poletti. 3ª. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

mão das idealizações e dos modelos pouco práticos para lidar com as crianças que apareciam diariamente no SOHM.

A desnaturalização da infância, o rompimento com o mito da criança feliz e da responsabilização unilateral do sujeito que praticava a delinquência e a criminalidade foram elementos muito relevantes em suas análises clínicas. Foi a partir desse jogo de diferenciações entre os tipos de comportamentos que ele passou a caracterizar o que chamou de *meneur*, fazendo uso da terminologia francesa. De acordo com Ramos

muitas vezes, os furtos na infância se apresentam como uma atividade de jogo, ligada ao espírito de aventura e imitação. São os furtos da terceira categoria, geralmente de crianças pré-adolescentes, abandonadas moralmente, meninos que vivem nas ruas em “bandos” ou associações, que fazem proselitismo para as suas atividades sociais. Em rigor, esses casos entram no capítulo da criança abandonada e “delinquente”, das crianças que fazem “gazeta” à escola, etc. Aqui há a distinguir a figura do *meneur*, do chefe do grupo, que age sobre os outros, os “cúmplices”, estes quase sempre sugestionados, muitos débeis de inteligência e vontade.³¹⁹

Como de praxe, suas afirmações sobre o menor como chefe de bando e com força para sugestionar e induzir comportamentos em um pequeno grupo, esteve articulada à leitura de um caso clínico:

Obs. 266 (Escola “Argentina”, ficha n.º 195 do S.O.H.M). J. R., menino³²⁰ de 13 anos, cor branca. O pai, português, eletricista, enérgico, colérico, “mau”, queixa-se o filho. A mãe, portuguesa, não goza de boa saúde. 6 irmãos, quatro meninos, de 15, 8, 6 e 5 anos; duas meninas, de 2 e 1 ano. Moram em casa própria; sublocam quartos a outras pessoas. Subalimentação. Deita-se às 20 horas, levanta-se às 7; luta com um dos irmãos no leito, antes de dormir; tem “sonhos com a garota”, diz ele. Vive sempre na rua, onde chefia um grupo de companheiros. É desobediente, atormenta os colegas, é fanfarrão e tagarela, suspeitas de furto. É agressivo, valentão, bulhento. Aprendizagem difícil. O exame orgânico revelou amigdalite, verminose com anemia secundária. Da sua ficha:

“1936 – Conhece vários jogos de azar. Fuma muito, às escondidas. Vive a proferir palavras grosseiras. Conta valentias e fanfarronadas, levando vantagens sobre os adversários. Certa vez, passou a faca na barriga de um camarada que se fez de tolo”, etc. Diz que “não leva desaforo para casa”. Chefia um grupo que vive a fazer distúrbios pela rua. Sai de casa para jogar cartas e dados com os amigos. Há suspeitas de furtos. Teve uma discussão com uma professora, sendo por isso suspenso da Escola.
“Agosto de 1936 – J... foi retirado da Escola”.³²¹

³¹⁹ RAMOS, *A criança problema*, p. 373.

³²⁰ Embora esteja escrito o termo “menina”, acredito que se trate de um erro de digitação pois a descrição revela se tratar de um menino.

³²¹ RAMOS, *A criança problema*, p. 373-374, grifos no original.

Concluindo, Arthur Ramos afirmava que:

mas como aconteceu na própria assistência aos alienados, onde se vieram substituindo os asilos fechados pelas colônias abertas, pelos dispensários de higiene mental, etc., da mesma forma, nas Escolas. Cada clínica de higiene mental que se abre, é uma “escola de anormais” que se fecha. As escolas de anormais, como os reformatórios, os depósitos “fechados” de crianças... são antecâmaras da loucura e do crime, para parodiar uma velha frase de [Gabriel] Tarde, com relação aos estabelecimentos de correção.³²²

Entre instituições, políticas e saberes, as citações acima mencionadas permitem perceber como de casos clínicos específicos, mas não necessariamente isolados, Arthur Ramos buscou construir uma análise crítica e clínica do social e das instituições de tutela. As tecnologias de correção no campo educacional e da saúde mental foram formas de captura da criança patologizada e diagnosticada a partir de certos princípios analíticos em relação aos quais Arthur Ramos foi severamente crítico. Todo o investimento de Arthur Ramos ao promover o cruzamento de dois campos tão distintos como a Pedagogia e a Psicanálise de matriz freudiana e adleriana permite ver um modo de empreender a clínica do social, isto é, um laboratório de descrição e análise das condições em que se encontravam as crianças da cidade do Rio de Janeiro em um momento em que o Estado buscava se apropriar de suas vidas, corpos, trajetórias.

Na contramão de muito do que foi realizado durante o Estado Novo, Arthur Ramos elaborou uma análise que permitiu problematizar e compreender os excessos retóricos e as generalizações de toda sorte a que se prestaram políticos e intelectuais que se arvoraram autorizados a falar em nome das crianças. Por meio de seus repertórios técnicos e teóricos, foram produzidas diferenças entre a criança e o menor no plano discursivo/imagético.

Ao seu modo, Arthur Ramos produziu essa diferença, balizada pela noção de “bando” como aglomeração, ajuntamento, constituição coletiva de um grupo liderado por certa figura de comando e que, esta sim, poderia ser nomeada como *meneur*, como símbolo de um certo desajuste em grau elevado. Essa figura aparece como a contramão do que se esperava de uma criança pedagogizada e psiquicamente ajustada, uma vez que se refere a um sujeito que se associa a outros com idade aproximada para conduzir ações violentas e repreensíveis. Contudo, se em Arthur Ramos se vê um verdadeiro compêndio teórico e clínico sobre a situação da criança, desembocando na categorização do “bando” como fenômeno social a ser compreendido e analisado, também existiram outros modos de narrar o problema do menor. A literatura de Jorge Amado narrou as aventuras e tristezas que fizeram parte de um certo grupo de capitães

³²² Idem, p. 395.

que habitou o cais do porto de Salvador. Os *Capitães da Areia* se tornaram poetas de uma cidade que os excluía e os lia sob a ideia de um “bando” de demônios contra o qual deveria ser travada uma verdadeira cruzada.

As poéticas da transgressão

As paredes carcomidas pelo mofo e a sujeira permaneciam em pé como guardiãs do grupo de meninos abandonados que descobriram aquele velho trapiche para transformarem-no em lar, em espaço habitável, compartilhado e dividido por mais de cem crianças pobres, esquecidas pela cidade alta e pela classe política da Bahia de Todos os Santos na década de 1930.

Fabricado como espaço de sobrevivência, sendo mais usado para dormir, uma vez que os dias eram marcados pelas andanças nas ruas da cidade, praticando alguns furtos, driblando a polícia e se esgueirando por entre as ruelas pobres da cidade, eis que aquele velho trapiche se constituiu como refúgio para todos aqueles meninos cujos comportamentos e trajetórias eram objeto de policiamento. Assim era a rotina do grupo conhecido na cidade como os *Capitães da Areia*, liderado por Pedro Bala, um menino chamado assim desde os cinco anos de idade e que, aos quinze, trazia no rosto uma cicatriz vermelha que resultou da luta corporal com Raimundo. Este havia feito parte do grupo e durante a disputa arrastara uma navalha que ferira para sempre a face de Pedro. Mas o agressor acabou perdendo a disputa em uma das mais inesquecíveis brigas que se pôde ver naquele cais de Salvador, o que fez com que, a partir de então, Pedro Bala fosse simbolicamente definido como chefe do grupo, cuja voz seria respeitada sob o signo de uma lei que prescindia do papel, mas se inscrevia nos corpos e gestos daqueles meninos que habitavam o trapiche e dividiam o cotidiano de violências e exclusões.

“Incinerados vários livros considerados propagandistas do Credo Vermelho: Aos 19 dias do mês de Novembro de 1937, em frente à Escola de Aprendizes Marinheiros, nesta cidade de Salvador e em presença dos senhores membros da comissão de busca e apreensões de livros, nomeada por ofício número seis, da então Comissão Executora do Estado de Guerra, [...], foram incinerados os livros apreendidos e julgados como simpatizantes do credo comunista, a saber: 808 exemplares de *Capitães da Areia*”, assim dizia a reportagem publicada no jornal *Estado da Bahia* no dia 17 de dezembro de 1937.

O livro de Jorge Amado, autor àquela época já conhecido não somente por sua intensa produção literária, mas também por sua militância como membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde 1933, não agradou àqueles que se articularam ao Estado Novo como promessa de transformação política no país. A instauração do Estado Novo no campo de possibilidades já desenhado pelos acontecimentos da Revolução de 1930 e o governo provisório deixou muito clara a impossibilidade de diálogo com outras propostas políticas e sociais que destoassem do tom autoritário que dava as cartas àquele momento e as suas promessas de um “tempo novo”. Assim, Jorge Amado logo teve seu romance impedido de circular pois era uma narrativa que fazia uso de toda uma estética literária para questionar algumas relações sociais e o papel violento como o Estado agia em relação às populações mais pobres e historicamente excluídas no país.

Jorge Amado nasceu na cidade de Itabuna, no sul do estado da Bahia, sendo filho de fazendeiro de cacau. Fez sua formação acadêmica na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro em 1935, mas, antes disso, durante os estudos secundários, havia se envolvido no trabalho de edição de jornais e na produção literária, tendo sido um dos fundadores da Academia dos Rebeldes.³²³ Por conta da perseguição contra sua militância política foi obrigado a exilar-se na Argentina e no Uruguai entre 1941 e 1942, retornando ao Brasil em 1944. No ano seguinte foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte pelo estado de São Paulo, tendo criado a lei que defendia o direito à livre expressão do culto religioso. Contudo, quando o PCB foi declarado ilegal em 1947 no contexto do governo de Eurico Gaspar Dutra, teve seu mandato cassado mais uma vez, exilando-se na França. Inicialmente seu plano era morar na Itália, mas a derrota do Partido Comunista Italiano (PCI) inviabilizou essa alternativa. Residiu em Paris até 1950 quando foi expulso ao ter seu visto de permanência suspenso pelo governo francês. De volta ao Brasil em 1955, dedicou-se mais exclusivamente ao trabalho como escritor, mas sem nunca ter se desvinculado do PCB.³²⁴

³²³ “Em 1928, [Jorge Amado] fundou com amigos a Academia dos Rebeldes, reunião de jovens literatos que pregavam ‘uma arte moderna, sem ser modernista’, antecipando a ênfase social e o teor realista que caracterizariam o romance do Movimento de 30. O grupo era liderado pelo jornalista e poeta Pinheiro Viegas e dele faziam parte Sosígenes Costa, Alves Ribeiro, Guilherme Dias Gomes, João Cordeiro, o etnólogo Edison Carneiro, entre outros”. Disponível em: <http://www.jorgeamado.com.br/vida.php3>. Acesso em 05 de mai. 2019.

³²⁴ Dados biográficos consultados na página da Fundação Casa Jorge Amado, no seguinte endereço: <http://www.jorgeamado.org.br>. Acesso em 31 de dez. 2018.

Depois de deslindar algumas das camadas que constituíram historicamente o conceito-imagem do menor delinquente por meio de saberes como o Direito Penal, Psicanálise, Psicologia, Educação e Serviço Social, problematiza-se nesta seção a narrativa literária. Penso que o texto amadiano pode ser lido como ponto de cruzamento e crítica de uma série de outras práticas discursivas que circulavam naquele momento. Da sua maneira produziu a imagem do menor delinquente, mobilizando outras estratégias e partindo de outro plano de composição artística.

Considerando-se as múltiplas possibilidades para entrar e sair da obra de Jorge Amado, focalizo de modo mais direto e circunscrito a imagem de Pedro Bala, considerando sua corporeidade, as marcas do estigma que carregou na própria pele, assim como seu perfil diagnosticado na malha discursiva que o nomeou como delinquente.³²⁵ Outras personagens tecidas na escrita rebelde de Jorge Amado despertam afetos de múltiplos tipos como Dora, Pirulito, Sem-Pernas, João Grande e Professor, mas, para apresentar com o mínimo de zelo essa última cena da primeira parte da tese, faz-se preciso operar recortes. Não meramente por ser o protagonista da trama, mas porque sua história e os traços literários que compõem sua imagem permitirão pensar o corpo, a imagem do rosto e as resistências singulares aos aparelhos de Estado como a polícia, faz-se de Pedro Bala um ponto de partida para pensar sobre as dimensões e escolhas que operaram na composição de um rosto, um gesto, um sonho e um protesto.

Os capitães eram os poetas da cidade e a conheciam como ninguém. Nos territórios projetados pela prefeitura e pelos comerciantes para garantir a ordem pública e a circulação dos consumidores e dos assim chamados cidadãos, aqueles meninos inventavam outra coisa. Da dispersão desses lugares com objetos e apetrechos que eram estranhos aos seus modos de existência, eles fabricaram espaços próprios. Daí o cais não se tornar apenas lugar de comercialização de produtos e uso extensivo da força de trabalho, mas também espaço de conversação habitado por risos e afetos diversos como no dia em que Pedro Bala descobrira, pela narrativa de João de Adão, que seu pai também havia sido um doqueiro que lutara pelos direitos dos trabalhadores e que, justamente por isso, fora morto com um tiro no peito, disparado pela polícia. Pedro ficou pensando como, debaixo daquelas pedras do calçamento, havia corrido o sangue de seu pai, após ser impedido de seguir lutando por uma vida livre não somente para ele, mas para seus companheiros e companheiras de trabalho. E, depois de saber da história do

³²⁵ Para um relevante estudo da produção social do estigma a partir do interacionismo simbólico empreendido na Antropologia estadunidense, cf. GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. São Paulo: LTC Editora, 1988.

seu pai, Pedro Bala acabou o imaginando como símbolo de uma luta a ser continuada e da qual ele se empenharia em participar.

Quanto ao espaço da cidade, a estratégia oficialmente empreendida buscava evitar a circulação dos menores por certos territórios, a fim de não espantar a população, não incomodar as beatas lhes mostrando a realidade que elas evitavam perceber refugiando-se em terços longos, orações monótonas e missas regadas à escuta das vidas alheias. Visava ainda que a presença daqueles moleques não sujasse os ambientes pensados para os coronéis, os comerciantes ou mesmo os turistas que por ali podiam passar. Todos eram produtores ou consumidores. Logo, os menores não cabiam nessa estreita lógica moderna que dividia os “cidadãos” daqueles que não recebiam esse enganoso epíteto.

Frente a tal estratégia que circundava e limitava as possibilidades de circulação com uso da própria polícia, restavam apenas as táticas sempre singulares e situadas para fazer outro uso daquilo. Não se constituindo em espaço próprio nem em apreensão material permanente, as práticas de espaço e os usos que se fazia desses ambientes muitas vezes geravam incômodo. Um exemplo disso se deu quando os capitães da areia puderam brincar de “graça” no parque de diversões que chegara na cidade. Durante todo o dia ajudaram na montagem dos brinquedos e da maquinaria que, mais tarde, daria a possibilidade às crianças brancas e limpas virem chorar dengosas durante a noite. Nesse momento uma beata vigilante repreendeu o padre José Pedro que estava com os capitães. Em tom inflamado ela dizia que se decepcionava ao ver um padre acompanhado por tais figuras conhecidas por serem os ladrões da cidade.

Assim, fosse brincando nos ambientes projetados para a seriedade; usando o cais como o espaço para experimentar noites de prazer e conhecer o sexo com as “negrinhas” (ou mesmo com os companheiros do bando, como foi o caso de Ramiro e Barandão ao viverem uma relação proibida pelo próprio Pedro Bala), eis que o cotidiano dos capitães era marcado por essas burlas, criações e invenções que aos poucos iam constituindo linhas de fuga para as opressões e perseguições diárias que eles combatiam na tentativa de fazer da experiência da liberdade algo o mais intenso possível. Pedro Bala, por sua vez, aprendera com a narrativa sobre o seu pai e as diversas situações que vivenciou naquele cais e na cidade, que a liberdade era como o sol, o maior bem do mundo.³²⁶ Porém, muitas vezes, as tecnologias de sujeição, as maquinarias socialmente constituídas para aprisionar e governar os corpos desviantes e as existências

³²⁶ Sigo de perto neste trecho as formulações de Michel Certeau sobre as artes de fazer e o modelo polemológico com suas distinções entre as estratégias e as táticas cotidianas de microrresistência, constituindo microliberdades na vivência cotidiana frente aos distintos aparelhos de opressão, disciplina e controle. Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. 17ª ed. Tradução de Epherim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

infames, conseguiam efetuar-se sobre os fugitivos, capturando-os e fazendo da produção da dor um modo de punição.³²⁷

Estampada em letras grandes, o *Jornal da Tarde* trazia o nome Reformatório, acompanhado de uma manchete que ocupava a primeira página de lado a lado: “Preso o chefe dos ‘Capitães da Areia’”.³²⁸

Na polícia, logo depois que os jornalistas saíram, Pedro Bala foi levado para uma sala onde ele já imaginava o que lhe aconteceria. Cercado por dois soldados de polícia, o investigador e o diretor do reformatório, lhe questionaram sobre o lugar onde o bando se escondia. Como ele não falou nada, não expôs seus companheiros e se recusou a obedecer às ordens, não tardou para que o espancamento começasse. Primeiro, duas chicotadas, seguidas do pé do investigador pressionando fortemente sua *cara*.

Agora davam-lhe de todos os lados. Chibatadas, socos e pontapés. O diretor do reformatório levantou-se, sentou-lhe o pé, Pedro Bala caiu do outro lado da sala. Nem se levantou. Os soldados vibraram os chicotes. Ele via João Grande, Professor, Volta Seca, Sem Pernas, o Gato. Todos dependiam dele. A segurança de todos dependia da coragem dele. Ele era o chefe, não podia trair.³²⁹

Se fez noite e os maus-tratos só cessaram depois que Pedro Bala desmaiou. Com a autorização do investigador, no dia seguinte ele foi levado para o reformatório, onde o diretor disse que conseguiria extrair todas as informações de que precisavam.

O bedel Ranulfo, que o tinha ido buscar na polícia, o levou à presença do diretor. Pedro Bala sentiu o corpo todo doer das pancadas do dia anterior. Mas ia satisfeito, porque nada tinha dito, porque não revelara o lugar onde os Capitães da Areia viviam. Lembrava-se da canção que os presos cantavam na madrugada que nascia. Dizia que a liberdade é o bem maior do mundo. Que nas ruas havia sol e luz e nas células havia uma eterna escuridão porque ali a liberdade era desconhecida. Liberdade. João de Adão, que estava nas ruas, sob o sol, falava nela também. Dizia que não era só por salários que se fizera aquelas greves nas docas e fazia outras. Era pela liberdade que os doqueiros tinham pouca. Pela liberdade o pai de Pedro Bala morrera. Pela liberdade – pensava Pedro – dos seus amigos, ele apanhara uma surra na polícia. Agora seu corpo estava mole e dolorido, seus ouvidos cheios da moda que os presos cantavam. Lá fora, dizia a velha canção, é o sol, a liberdade e a vida. Pela

³²⁷ Para um estudo sobre as práticas de resistência dos meninos, moleques e menores de Recife nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, cf. MIRANDA, op. cit.

³²⁸ AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. Ilustrações de Poty. 114ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 185.

³²⁹ AMADO, p. 190.

janela Pedro Bala vê o sol. A estrada passa adiante do grande portão do reformatório. Aqui dentro é como se fosse uma eterna escuridão. Lá fora é liberdade e a vida. E a vingança, *pensa* Pedro Bala.

O diretor entra. O bedel Ranulfo o cumprimenta e mostra Bala. O diretor sorri, esfrega as mãos uma na outra, senta ante uma alta secretária. Olha Pedro Bala uns minutos:

— Afinal... Faz bastante tempo que espero este pássaro, Ranulfo.

O bedel sorri aprovando as palavras do diretor.

— É o chefe dos tais de Capitães da Areia. Veja... O tipo do criminoso nato. É verdade que você não leu Lombroso... Mas se lesse, conheceria. Traz todos os estigmas do crime na face. Com esta idade já tem uma cicatriz. Espie os olhos... Não pode ser tratado como um qualquer. Vamos lhe dar honras especiais.

Pedro Bala o espia com os olhos injetados. Sente cansaço, uma vontade doida de dormir. Bedel Ranulfo aventura uma pergunta:

— Levo para junto dos outros?

— O quê? Não. Para começar, meta-o na cafua. Vamos ver se ele sai um pouco mais regenerado de lá...

O bedel cumprimenta e vai saindo com Pedro Bala. O diretor ainda recomenda:

— Regime número 3.

— Água e feijão... — murmura Ranulfo. Dá uma espiada em Pedro Bala, balança a cabeça. — Vai sair bem mais magro.

Lá fora é a liberdade e o sol. A cadeia, os presos na cadeia, a surra ensinaram a Pedro Bala que a liberdade é o bem maior do mundo. Agora sabe que não foi apenas para que sua história fosse contada no cais, no Mercado, na Porta do Mar, que seu pai morrera pela liberdade. A liberdade é como o sol. É o bem maior do mundo”.³³⁰

A explosão discursiva sobre o menor delinquente desde fins do século XIX e as primeiras décadas do XX foi marcada pela multiplicidade de narrativas, modos de abordar, pensar, definir, circunscrever e dar a ler esse objeto na ordem do discurso. Na estrutura da narrativa literária também se percebe a presença dos conceitos que haviam sido constituídos em outros saberes, como nas referências à regeneração (como superação da degenerescência) e a inscrição no próprio corpo das marcas de uma identidade presumida anteriormente em bases criminológicas.

Aparecendo de modos distintos na maioria dos autores mencionados nas seções anteriores, a abordagem de Cesare Lombroso deu o tom ao debate sobre raça e criminalidade desde a geração de 1870, passando para o século XX, sendo objeto de muitas críticas e disputas. Todavia, lá estava ela, na literatura da segunda geração do modernismo brasileiro. Evaristo de Moraes e Tobias Barreto foram críticos ferozes da teoria do criminoso nato, operando cada um em um recorte, mas mobilizando esse arsenal da Antropologia Criminal italiana para mostrar

³³⁰ AMADO, *Capitães da Areia*, p. 191-192, grifo no original.

seus limites teóricos e práticos, uma vez que sabiam muito bem os usos e abusos que se faria dela ao ser tomada como referencial analítico por legisladores, políticos e gestores da famigerada causa da infância abandonada e delinquente.

Por diferentes alinhamentos e bifurcações essa teoria lombrosiana apareceu em diferentes suportes e a literatura de Jorge Amado não fugiu disso. Mas, longe de haver qualquer determinismo neste aspecto, faz mais sentido notar como, ao decidir escrever uma literatura fortemente engajada e repertoriada no “realismo socialista”³³¹, o escritor baiano colocava em causa não apenas os problemas sociais do país, mas também as próprias “lentes” usadas pelos políticos e intelectuais da época para compreender tal situação e explicá-la.

Obviamente que o modo de abordar constitui o objeto de que se fala e nisso estava o perigo da teoria lombrosiana, uma vez que ela não representava nem expressava um delinquente nato que estaria na ordem da natureza, como um ser sempre aí, sem história. Era justamente o contrário. O que tal abordagem possibilitou enquanto maquinaria discursiva articulada a esquemas de poder pautados no racismo de cátedra, foi justamente a constituição de um indivíduo social a ser perseguido e extirpado. Foi a disseminação da discriminação e do preconceito, a instituição do indivíduo perigoso em potencial, destinado biologicamente a uma trajetória criminosa.

Foi este perigo que Jorge Amado denunciou na cena em que o destino de Pedro Bala foi definido a partir da observação rápida de sua face. Vê-se como toda a maquinaria política que aos poucos foi inventando a imagem do menor a partir da articulação densa e tensa de múltiplas peças teve também na materialidade do rosto, na espessura da pele e no desenho corporal um suporte relevante e um fator elementar, uma vez que tais aspectos gerariam imediata e irrefletidamente a identificação do criminoso nato. A cicatriz no rosto se constituiu como marca de uma destinação, relegando-se a história individual a um esquecimento estratégico que, numa operação como aquela, se configurava muito mais como indiferença explícita.

Foi deste modo que, em sua “obra”, Cesare Lombroso se referiu à cicatriz: “outro sinal que pode tornar-se precioso ao médico legista por distinguir um malandro e um ladrão de um

³³¹ Vittorio Strada faz uma apresentação historicamente contextualizada e teoricamente bem formulada sobre o surgimento do “realismo socialista”, mostrando a importância do Congresso dos Escritores de 1934, mas destacando sua formulação desde a década de 1920. No estatuto da *União dos Escritores Soviéticos* da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dizia-se: o realismo socialista, que é o método fundamental da literatura soviética, exige do artista uma figuração verídica e historicamente concreta da realidade em seu desenvolvimento revolucionário. Ao mesmo tempo, a veracidade e a concreticidade histórica da figuração artística da realidade devem se unir à tarefa da remodelação ideológica e da educação dos trabalhadores no espírito do socialismo”. Cf. STRADA, Vittorio. Do “realismo socialista” ao zhdanovismo. In. HOBBSAWM, Eric. *História do marxismo - o marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. v. IX. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques, Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 151-219.

homem honesto e pacífico cidadão, é a frequência das cicatrizes na cabeça e nos braços”.³³² Sinal. Palavra estratégica para um vocabulário da censura racista e classista. O que uma cicatriz sinalizaria? No conjunto dos investimentos para identificar e classificar socialmente os indivíduos, os sinais poderiam ser de diferentes tipos: comportamentais, no caso de Arthur Ramos; ambientais, na ótica do que dizia o Código de Menores para identificar as casas anti-higiênicas e, por isto mesmo, espaços propícios à delinquência e ao abandono; econômicos e sociais, parece ter sido assim que a questão se configurou na abordagem de Evaristo de Moraes com base nas cenas de assombro que o levou a enunciar o problema da infância delinquente. No caso de Lombroso, o sinal que se materializava na face se efetivava como indício de algo que estaria além dela. Indício de uma natureza incorrigível.

O fato de as crianças aparecerem como perturbadoras, criminosas, ladronas, entre outros termos depreciativos, não era à toa, uma vez que para Lombroso:

É fato fugidio talvez aos observadores, exatamente pela sua simplificação e frequência, e apenas levantado por Moreau, Perez e Bain, que os gérmenes da demência moral e da delinquência encontram-se, não excepcionalmente, mas normalmente nas primeiras idades do homem.³³³

E, como as diferenciações com base em critérios racistas e na dominação de classe precisavam de diversos elementos para “ilustrar” ou “expressar” a natureza do criminoso, traçando para este um perfil e lhe atribuindo um contorno físico e psicológico,

outro caráter que torna semelhante o menino ao delinquente nato é a preguiça intelectual, o que não exclui a atividade pelo prazer e pelo jogo. Eles fogem de um trabalho contínuo e sobretudo a um novo trabalho a que se sentem desadaptados. Quando constrangido a um estudo fazem o primeiro esforço, repetem sempre esse, mas evitam outros, pela mesma lei da inércia pela qual não gostam de mudar de atividade ou conhecer fisionomias novas. Isto porque o intelecto nosso sofre com toda sensação enérgica, enquanto se apraz com as antigas, ou com as novas que sejam de pouca importância.³³⁴

Neste sentido, as inúmeras cenas em que o personagem Professor aparece lendo, estudando, compartilhando suas impressões de leitura com os amigos do grupo e sendo elogiado por eles, assim como também pelo padre José Pedro e o turista que o encontrou na rua com Bala e acabou levando-o para constituir uma carreira artística e intelectual no Rio de Janeiro, podem ser lidas como estratégias do próprio Jorge Amado para fazer contraponto a essa leitura

³³² LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Tradução: Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2016, p. 45.

³³³ LOMBROSO, *O homem delinquente*, p. 59.

³³⁴ Idem, p. 67.

lombrosiana. Tal teoria ganhava foros de verdade em setores da sociedade brasileira, especificamente em grupos de intelectuais e homens que conduziam instituições públicas.

O critério do discernimento foi questionado duramente por Tobias Barreto, como pude demonstrar anteriormente, e o da preguiça intelectual foi apenas um dos elementos que deram sustentação para a ampla tese do discernimento ou da sua ausência, mas funcionando principalmente como fator de discriminação. Ocorre que aqueles indivíduos foram lidos preconceituosamente como inábeis para a instrução, o pensamento reflexivo e a leitura, passando a ocupar o lugar de sujeito inerte, irascível e com tendências criminosas. Quando se referiu às sanções e prevenções destinadas principalmente ao criminoso, Lombroso mencionou que

fica então demonstrado que em uma certa cota de criminoso a raiz do crime remonta desde os primeiros anos do nascimento, intervenham ou não causas hereditárias, ou para dizer melhor, que se há alguns causados pela má educação, em muitos não influi nem mesmo a boa. A sua grande ação benéfica surge, exatamente do fato de ser geral a tendência criminosa no menino, de modo que sem essa educação não se poderia explicar a normal metamorfose que acontece na maior parte dos casos. De resto, entendemos por educação, além das simples instruções teóricas que raramente ajudam, também aos adultos, para quem vemos tão pouco apontar a literatura, os discursos, as artes ditas moralizadoras.³³⁵

Se, em toda sua ótica, tratava-se de naturalizar as condutas desviantes ou delinquentes com o recurso à Biologia, desconsiderando os fatores sociais e culturais, o argumento se sustentava na descrença em possíveis técnicas e instituições que pudessem recuperar tais sujeitos ou dar-lhes outras formas de inserção social. Tratava-se, em outros termos, de uma lógica nada sutil em prol do genocídio de um determinado grupo social cujas características gerais foram criminalizadas em função de casos e aspectos muito especificamente selecionados para constituir e justificar um processo de exclusão.

O delinquente nato se configurava na ótica de Lombroso como questão eminentemente moral, pois, “antes de passar ao estudo do delinquente-demente, devemos começar a tratar, ou melhor, excluir dessa classe o delinquente moral, do qual já havíamos tratado ao estudar o delinquente-nato”. Dentro dessa configuração dada pela natureza, ele pode então enumerar alguns comportamentos “típicos” ao dizer que os delinquentes ou criminosos “são vaidosos da própria força, da própria beleza, da própria coragem, das mal conquistadas e pouco duradouras riquezas, e o que é mais estranho e mais triste, da própria habilidade em delinquir”.³³⁶ No

³³⁵ LOMBROSO, *O homem delinquente*, p. 85.

³³⁶ Idem, p. 114.

conjunto das definições e diferenciações, ele destacava que “o demente mais raramente nasce maldoso e imoral”.³³⁷ Para Lombroso, se tratava de dizer que

os alienados raramente têm paixão pelo jogo e pela orgia, frequentemente os malfeitores adquirem ódio pelas pessoas queridas, como a mulher e filhos. Enquanto o delinquente não pode viver sem companhia e a procura, mesmo com risco, os dementes preferem sempre a solidão e fogem do convívio com os outros. As sublevações são muito raras nos manicômios tanto quanto são frequentes nas prisões.³³⁸

Sobre os afetos e as relações pessoais dos criminosos, o criminalista afirmava ainda que “seria, porém, grave erro supor que todos os sentidos tenham sido extirpados dos criminosos”³³⁹, uma vez que os casos estudados demonstravam sempre a permanência de alguma relação desses indivíduos, a exemplo de Troppmann, assassino de várias mulheres e crianças, mas que se emocionou e chorou quando ouviu o nome de sua mãe.

O criminalista italiano diz ainda que

a fisionomia dos famosos delinquentes reproduziria quase todos os caracteres do homem criminoso; mandíbulas volumosas, assimetria facial, orelhas desiguais, falta de barba nos homens, fisionomia viril nas mulheres, ângulo facial baixo; em nossas tabelas fotolitográficas do álbum germânico observar-se-á que 4 entre 6 dos dementes morais têm verdadeiro tipo criminal. Menos são talvez as anomalias no crânio e na fisionomia dos idiotas, em confronto com os criminosos, o que se explicaria pelo maior número de dementes morais, ao menos no manicômio, surgidos na idade tardia, motivada por tifo, etc. Para estes, a fisionomia não teve tempo para tomar feição sinistramente, como nos réus natos. Eles frequentemente acompanham essas deformidades que são próprias nas paradas de desenvolvimento, ou da degeneração: e tais eram exatamente as loucuras cuidados por Salemi-Pace e Bonvecchiato.³⁴⁰

Estas eram as características do indivíduo patologizado, descrito sobre o signo da anormalidade. Mas ocorria também que se havia uma definição e prescrição de análise em termos de quem era o delinquente individualmente, também se construiu a compreensão sobre a coletividade em que ele se inseria, gerando o que entrou no vocabulário policial e judicial sob o epíteto de “bandos”, expressão presente também nas formulações de Lombroso, como se pode ler neste trecho:

as condições dos malfeitores associados correspondem, naturalmente, às do maior número de delinquentes. Os do sexo masculino têm a máxima predominância, embora se encontrem esporadicamente bandos chefiados por

³³⁷ Idem, p. 169.

³³⁸ Idem, p. 125.

³³⁹ Idem, p. 111.

³⁴⁰ LOMBROSO, *O homem delinquente*, p. 197.

mulher, como o de Luiza Bouviers, que dirigiu por volta de 1828 um bando de ladrões. Veremos nas mulheres, porém, inclinação para males domésticos; predominavam há tempos em Roma e Paris associações para o envenenamento.³⁴¹

Nesse conjunto de descrições e prescrições, o corpo do delinquente aparece como objeto de investigação, classificação e identificação em um sistema de diferenciações. Neste aspecto, Lombroso descreveu a “insensibilidade do criminoso à dor”, em um trecho que pode ser lido como uma verdadeira apologia da perversão sob o nome de “ciência”:

Melhor ainda se houver analogia nas anomalias funcionais constatadas por Legrand de Saulle, Krafft-Ebbing, Bonvecchiato: estrabismo, nistagmo, motoconvulsionismo de rosto, atasia em leve grau, pé equino; hiperestesia temporânea e periódica, exagero ou falta de excitação genérico, intolerância dos alcoólatras.

Entre os caracteres biológicos poder-se-ia crer que a analgesia e a anestesia fossem privativas dos criminosos, mas as últimas histórias recolhidas na ciência provam precisamente o contrário. Comuniquei como na prática privada encontrei um demente moral que, mesmo tendo blenorragia, continuava a cavalgar e fez uma escalada alpina, e ria enquanto lhe era extraído um membro. Renaudin relata o caso de um jovem, a princípio bom, e, de repente, se fez estranhamente perverso. Embora não fosse reconhecido absolutamente demente, tornou-se insensível; voltando depois de um certo tempo à vida sensata de antes, sua sensibilidade cutânea foi reintegrada, mas, recaindo na perversão moral até o homicídio, recaiu também na insensibilidade.

Tamburini e Sepilli, no estudo de um fraticida, parricida e demente moral, acharam-no analgésico. Assim, é que furando, com um alfinete, as carnes, a língua, a fronte, não viam nele sinais de dor. Um dos examinados apresentou diminuta sensibilidade elétrica na palma e outro no dorso da mão.

É portanto a analgesia (insensibilidade à dor) um dos caracteres mais frequentes do demente moral, como também dos criminosos natos. Lembrome como nos poucos casos de histerias hipnóticas com a desintegração da personalidade, a irrupção das tendências imorais se manifestasse muitas vezes na completa anestesia e analgesia.³⁴²

Talvez tenha sido esse tipo de compreensão que orientou as posturas violentas do diretor do Reformatório e dos soldados que espancaram Pedro Bala durante quase uma noite inteira nesta espécie de associação mental possivelmente desejada por Jorge Amado no jogo entre o ficcional e o real. No dia seguinte ainda o colocaram na cafua, um espaço minúsculo debaixo da escada, que não permitia que se ficasse de pé, nem deitado com as pernas estiradas. A linguagem cifrada dos profissionais do Reformatório constituía um modo de comunicação interna sobre as penas e as correções a serem impostas àqueles menores. Logo que o diretor

³⁴¹ Idem, p. 186.

³⁴² LOMBROSO, *O homem delinquente*, p. 198-199.

disse “regime número 3”, o bedel Ranulfo murmurou “água e feijão” e observou o corpo de Bala que já estava muito machucado, mas ainda assim passaria dali por mais oito dias por todos os tipos de privação.

Água salgada com feijão cru. Defecava e urinava no espaço onde estava deitado com as pernas curvadas, sentindo dores na barriga, mas sem sequer poder gritar, pois poderia servir de motivo para aumentar o prazo de oito para quinze dias. Sem água suficiente, pois apenas uma vez por dia colocava-se um copo com água para ele, o que de nada adiantava, tamanha era sua sede. A angústia e raiva aumentavam. Durante os dias na cafua percebeu que mais uma das maldades estava na própria “comida oferecida”. Assim, passou a comer apenas os caroços duros de feijão, pois notou ao longo dos dias que o caldo salgado só aumentava sua sede desesperadora. E foi assim por oito longos dias. Parece mesmo que o raciocínio de Lombroso sobre a insensibilidade do criminoso à dor física funcionou como alimento para a indiferença e as relações de violência que se configuraram no espaço do reformatório. O corpo passível de tortura. A pele passível de ser dilacerada e a vida passível de ser esquecida à própria sorte, debaixo das piores condições possíveis. Um misto de ciência com perversão.

Ao analisar a literatura de Jorge Amado, Lícia Souza pensa como nesse romance se fez uso de um “dispositivo semiótico de pluralizar os focos narrativos”³⁴³, ao abrir a narrativa com a seção “Cartas à Redação” e matérias do *Jornal da Tarde* abordando a situação das “crianças ladronas”. Em seguida, uma carta do secretário do chefe de polícia; outra do juiz de menores; a carta de uma mãe costureira sobre o que acontecia com as crianças que eram internadas no reformatório; outra do padre José Pedro e, por fim, a missiva do diretor do reformatório visando desqualificar a opinião dessa mãe, definindo a instituição como “estabelecimento modelar”. Tal procedimento foi usado pelo autor ao longo do romance em dois momentos, este inicialmente com as cartas e, posteriormente, com a transcrição de matérias sobre a captura de Pedro Bala.

Buscava-se instituir um “efeito de real”³⁴⁴ por meio da narrativa de ficção que Jorge Amado constituía em uma linguagem popular, sem grandes elaborações teóricas nem descrições exageradas, pois esta era a orientação do próprio movimento do realismo socialista, o qual visava incorporar o ideário político da União Soviética em produções culturais que pudessem contribuir para a formação política da classe trabalhadora, “mostrando-lhe” a

³⁴³ SOUZA, Lícia Soares de. Infância e errância: imagens da criança abandonada na ficção brasileira. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 46, p. 79-103, jul-dez. 2015.

³⁴⁴ Sobre a produção do efeito de real no discurso histórico e literário, cf. BARTHES, Roland. O efeito de real. In. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. Revisão de tradução de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

realidade na qual estava inserida e apresentando os elementos para lê-la criticamente, em uma clara ressonância do raciocínio dialético materialista mobilizado para fazer literatura.

Marcelo Ridenti³⁴⁵ salienta que um dos aspectos da estética socialista de Zdanov era a “criação de heróis positivos”, o que se pode ler claramente no desenho narrativo de *Capitães de Areia*. A trajetória de Pedro Bala foi sendo constituída rumo a espécie de redenção, pois quando ele descobre a história do seu pai como um militante proletário e que, por isso mesmo, havia sido assassinado pela polícia, o menino passa a se constituir nessa relação afetiva com a imagem paterna idealizada. Esta projeção na figura do pai o leva a tomar posturas e fazer escolhas que se encadeiam para o desfecho bastante simbólico em que ele passa da condição de delinquente a de revolucionário.

O romance foi encerrado com uma pequena seção intitulada *Uma pátria e uma família*, dois conceitos estruturantes da política brasileira nos anos 1930, em que se narra que o líder proletário Pedro Bala, já na condição de adulto e bem inserido no movimento dos trabalhadores do país, havia fugido da prisão. Jorge Amado finaliza do seguinte modo: “E no dia em que ele fugiu, em inúmeros lares, na hora pobre do jantar, rostos se iluminaram ao saber da notícia. E apesar de que lá fora era o terror, qualquer daqueles lares era um lar que se abriria para Pedro Bala, fugitivo da polícia. Porque a revolução é uma pátria e uma família”.³⁴⁶

Se a experiência de liberdade de Pedro Bala como adulto e líder da luta dos trabalhadores pôde iluminar alguns rostos pobres e carentes até mesmo do alimento mais básico, o seu rosto ainda como criança minorizada funcionou como índice para localização de um sujeito desviante. Uma face marcada por uma cicatriz que foi codificada sob o signo da delinquência não adquirida, mas naturalmente constituída na configuração física e psíquica. Diante do diretor do reformatório e com o corpo machucado da surra na cadeia na noite anterior, era um menino vulnerável, uma vida nua exposta a todas as formas de violência. Tratava-se de uma cena de interpelação em que o sujeito teve sua identidade imposta por uma instituição, uma máquina de produção social de corpos, subjetividades, afetos, gestos autorizados e outros que deveriam ser subjugados, humilhados. Significando uma infância em negativo, ou mesmo uma infância diferente que se recusou ou não pôde ser a reiteração da imagem romantizada, acabou pagando um preço alto demais.

Quem sabia o código para identificar o criminoso? O bedel Ranulfo não sabia, pois não tinha lido Lombroso e assim não podia agenciar a máquina de nomear sujeitos desviantes a

³⁴⁵ RIDENTI, Marcelo. Jorge Amado e seus camaradas no Círculo Comunista Internacional. *Sociologia e Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 165-194, 2011.

³⁴⁶ AMADO, *Capitães da Areia*, p. 256.

partir de uma imagem codificada. A Ranulfo cabia obedecer. Mas dar um nome era também instituir um certo modo de existência, uma certa forma de poder sobre essa existência, capaz de autorizar sua permanência ou não. Como vida passível de ser aniquilada, nem o diretor e nem mesmo o juiz de menores achariam que alguém sentiria a falta de Pedro Bala se acaso ele não retornasse nunca mais. Mas sentiriam sim. Observando o lento ir e vir das ondas no cais, os companheiros o esperavam. Ansiavam por seu retorno, sua risada, sua brincadeira, sua liberdade dividida com todos eles.

Enquadrada nos critérios da fisionomia lombrosiana, uma condenação já havia sido enunciada para o indivíduo identificado e posto na condição de sujeito delinquente, desviante. Mas como seria possível que uma definição assim tivesse tanto poder sobre a vida daqueles meninos que com ele dividiriam o reformatório? Ocorre que, como analisa Edmundo Gaudêncio, as fisionomias tendem a propor, geralmente, “que o rosto é um mapa, um mapa dos sentimentos, um mapa dos graus de civilidade, um mapa das tendências criminosas, estando colocado, de mudança em mudança, para a metafísica, para a moral, para a ‘ciência’, respectivamente, como um espelho do *ethos*, como um espelho da *civitas*, como um espelho dos *instincta*, a cada época que se faça a leitura do rosto”. Tais reflexões indicam a dimensão política que esteve implicada historicamente na produção do rosto. O autor prossegue do seguinte modo:

Verifica-se, assim, que, para os gregos, o rosto era semblante, porta secreta de entrada para a alma. Era através do rosto, sobretudo, que se podia ler o temperamento e o *ethos* de um homem, fosse ele o *fleumático*, o *colérico*, o *bilioso*, o *melancólico*; fosse ele o *equilibrado*, aquele que, sem discrasias, era capaz de manter o métron em sua conduta, fosse o *desequilibrado*, capaz de *hybris*, o descontentamento. O *ethos* estava às vistas, na *physis*, mas sobremodo no rosto. Na Idade Média, da *physis* ao *visu*, o rosto o livro da alma, assim como a natureza era o livro de Deus; no ato da criação, Deus colocara em todas as coisas a sua assinatura. A noz não conservava na forma de sua amêndoa os relevos do órgão para o qual servia o remédio? Da mesma forma o homem trazia inscrito no corpo a assinatura de Deus ou a “marca do Diabo”. Na Idade Clássica, lida a face a partir da noção de *representação*, o rosto era *expressão*. A face era, então, a via régia para a decifração dos graus de *civilidade* e, simultaneamente, caminho privilegiado para o auto-governo, posto lugar de encenação dos jogos da Corte. Para a modernidade, o rosto é *fácies*, designação clínica da face, embora seja também *cara*, lugar estratégico de assinalamento dos instintos e análise da periculosidade, uma vez que, melhor que face, o criminoso ou delinquente-nato, para a fisionomia, possui cara, à semelhança dos bichos brutos.³⁴⁷

Portanto, mapeando e descrevendo enunciações diversas que partiram do Direito Penal, da Psicanálise, Educação, Serviço Social, Literatura, Imprensa e demais suportes e

³⁴⁷ GAUDÊNCIO, op. cit, p. 93-94.

materialidades por meio das quais se deu a ler historicamente no começo do século XX o problema da infância abandonada e delinquente, se pôde ver como a configuração de um tipo de rosto, uma materialidade óssea e epitelial funcionou estrategicamente. Os ensaios e suspensões da democracia no Brasil após 1945 contribuiriam para uma recorrência das narrativas que dariam novamente a ler o problema do menor articulado a um cotidiano repleto de múltiplas opressões. Operando com diferenças de abordagem e intensidade e contando com novas possibilidades técnicas como a ampla difusão da imagem colorida pela imprensa escrita e televisiva, a partir da segunda metade dos anos 1950 narrativas diversas tornariam a tematizar o objeto “menor delinquente” e “menor infrator” investindo ainda mais naquilo que foi apenas esboçado na primeira metade do século: a fabricação do rosto.

Ainda nos anos 1930, um rosto como o de Pedro Bala funcionou como marca de uma perseguição social e índice de uma condenação inapelável, podendo ser visto de diferentes modos, partindo de diferentes experiências e logo sendo não mais o rosto de um Pedro Bala, mas de outros indivíduos que sofreriam de modos distintos os horrores de ser um menor no Brasil. Sem esquecer nisso as tentativas, sempre muito pontuais e singulares, de experimentação de liberdades e práticas de resistência, tratava-se de ver também os processos de diferenciação em que idade, classe e raça foram agenciadas, como nos parece dizer Jorge Amado.

Nesta genealogia resta ainda um conjunto de cenas, enunciações, encenações e tramas que participaram da produção do menor – chamado cada vez mais de infrator a partir dos anos 1950 – no imaginário social brasileiro. Entre ressonâncias dos saberes elaborados na primeira metade do século e outros que iriam emergir posteriormente, contornos de distintos tipos foram mobilizados para criar e dar credibilidade às narrativas sobre este tema. Se o racismo havia sido mobilizado de maneira mais ou menos explícita em diferentes textos do XIX e do início do XX, posteriormente um novo conjunto de imagens e escritos possibilitaria ver os novos efeitos que as marcações sociais produziram na ampla e intensiva máquina de inscrições e governo dos ingovernáveis. Entre escândalos, críticas, sensacionalismo midiático e políticas estatais novos procedimentos ganhavam seus contornos. Inscrevendo-se em corpos negros, brancos, menores e maiores, toda uma tirania da identidade necessitaria da estrutura epitelial, óssea e biológica dos vivos para poder produzir os seus mais tiranos e insidiosos efeitos em múltiplas existências.

PARTE II

O ROSTO DO INFRATOR

E AS TIRANIAS DA IDENTIDADE

O rosto não age aqui como individual, é a individuação que resulta da necessidade de que haja rosto. O que conta não é a individualidade do rosto, mas a eficácia da cifração que ele permite operar, e em quais casos. Não é questão de ideologia, mas de economia e de organização do poder. Não dizemos certamente que o rosto, a potência do rosto, engendra o poder e o explica. Em contrapartida, *determinados agenciamentos de poder têm necessidade de produção de rosto*, outros não.

Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mil Platôs*, 1980.

A ficção consiste, portanto, não em mostrar o invisível, mas em mostrar o quanto é invisível a invisibilidade do visível.

Michel Foucault, *O pensamento do exterior*, 1966.

Em vez de a ficção ser sinônima de descompromisso, de falta de seriedade, de convite ao relaxamento, ela não se mostra como forma discursiva perturbadora da homogeneidade, da segurança e estabilidade político-cultural?

Luiz Costa Lima, *História, Ficção, Literatura*, 2006.

[...] A raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar a atenção de conflitos considerados, sob outro ponto de vista, como mais genuínos – a luta de classes e a luta de sexos, por exemplo.

Achille Mbembe, *Crítica da razão negra*, 2018.

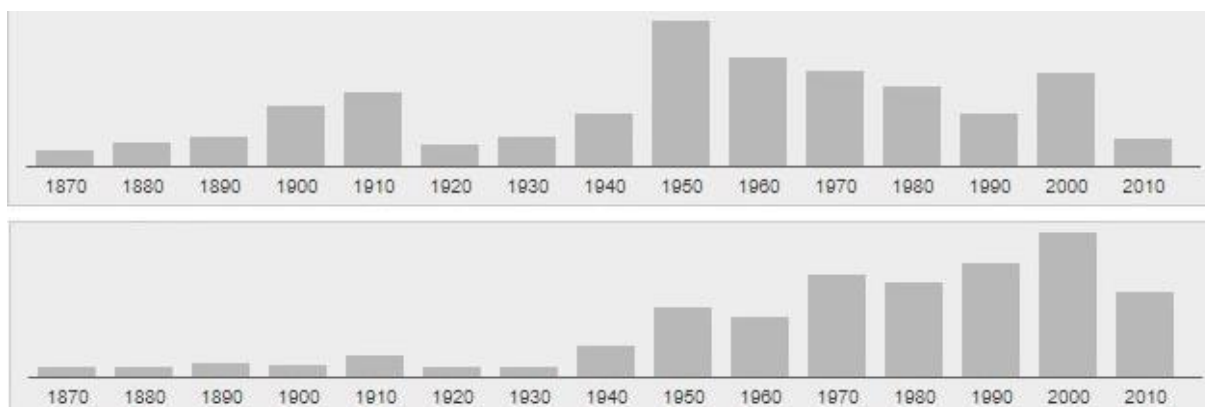


Figura 4 - O “menor delinquente” e o “menor infrator” em números.

Fonte: Acervo *O Estado de São Paulo*.

A rápida industrialização e urbanização do país durante a década de 1950 criou novos tons para o afã do progresso econômico, fazendo crer que se poderia avançar efetivamente “cinquenta anos em cinco”, de acordo com o lema do presidente Juscelino Kubitschek. Por outro lado, as ruas de São Paulo e de muitas outras cidades do país continuavam habitadas pelas presenças incômodas e as figuras indômitas dos menores como uma espécie de contramão, um entrave à efetuação da modernidade que se materializaria não apenas em um modelo de desenvolvimento econômico e urbano, mas igualmente por formar certas condutas sociais que operariam na dinâmica do dentro e fora, “excluído” e “incluído”.

Na medida em que *O Estado de S. Paulo* noticiava outras transformações vivenciadas no país, também permitia ler de que maneira o problema do menor tomava novas dimensões. A ocorrência do termo “menor delinquente”, de acordo com a primeira imagem (de cima para baixo) [Figura 4], permite pensar que, entre 1870 e 1950, essa expressão havia sido mais mencionada do que “menor infrator” que, por sua vez, passou a ganhar destaque efetivamente a partir dos anos 1970, seguindo um aumento exponencial até os anos 2000, quando o tema do menor infrator foi retomado a partir de outras questões – a exemplo dos projetos relativos à redução da maioria penal – sobre as quais este estudo não se debruça.

Situando um pouco em que condições de possibilidade uma estatística como essa se configurou, cabe pensar nas repercussões midiáticas, acadêmicas, técnicas e institucionais ocasionadas por toda uma maquinaria discursiva que desde 1910 investiu fortemente na produção de textos, explicações, análises, descrições, imagens, amostragem de dados comparativos da situação dos menores abandonados e delinquentes no Brasil e em países como França, Itália, Estados Unidos e Alemanha, criando um campo de problematizações sobre o menor. Naquele momento, como se pôde ver na primeira parte deste estudo, houve o desenho

de instituições habilitadas para lidar com a “questão do menor”, desde o SOHM, passando pela LBA, os Institutos Disciplinares, Colônias Agrícolas até as Casas de Correção e Reformatórios.

Ao longo desta tese, pretendo demonstrar como os modos de dar a ver a questão do menor foi passando por transformações. Isto esteve situado no conjunto de mudanças pelo qual passou a própria imprensa paulista e carioca entre as décadas de 1950 e 1960, momento marcado pela profissionalização do jornalismo, assim como também pelo contexto político da época. Importante recordar que com a queda do Estado Novo (1937-1945), a nova Constituição promulgada em 1946 trazia a possibilidade de retomada de uma imprensa mais livre e, por isso mesmo, crítica e propositiva, o que foi vivido intensamente por jornais como *Correio da Manhã* durante o segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954).

Com a renovação política ampliada radicalmente no período JK, o ideário do nacional-desenvolvimentismo teve sua ingerência na imprensa nacional, uma vez que esta passou cada vez mais a incorporar o modelo jornalístico estadunidense. Esse é um aspecto curioso, pois se por um lado o período pós-Estado Novo foi marcado pela retomada de posição crítica e combativa de uma parte da imprensa que havia sido policiada, houve também o período mais aberto dos anos 50, que foi marcado pela ingerência do modelo estadunidense de jornalismo que pressupunha mais objetividade e imparcialidade.

Isso tinha como efeito principal o fato de que alguns jornais não expressavam claramente suas opiniões e opções políticas em nome de um jornalismo “transparente” que diria a verdade do real. Outro fato que influenciou nesse sentido foi a maior presença da publicidade nos jornais, como forma de custeá-los, pois o apoio de órgãos do Estado para financiamento parece ter diminuído gradativamente ao longo das décadas. Com a necessidade de conquistar anunciantes, os jornais evitavam cada vez mais tomar posições explícitas, a fim de agradar um público consumidor mais amplo e variado, assim como também o empresariado.³⁴⁸

Como enfatiza Carlos Fico em seu estudo sobre a reinvenção do otimismo brasileiro à época da ditadura militar³⁴⁹ por meio da propaganda, a imagem fotográfica desempenhou papel

³⁴⁸ A este respeito, cf. AREAS, Daiana Maciel. Imprensa política na década de 1950: o caso do Correio da Manhã. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*, 2012.

³⁴⁹ Existe um debate na historiografia brasileira sobre as formas de nomear esse período da história do Brasil como regime militar, ditadura militar, ditadura civil-militar, etc. Compartilho da compreensão de Carlos Fico que, ao debater sobre a historiografia da ditadura militar brasileira e estabelecer um diálogo com a ideia de Daniel Aarão Reis sobre nomear este período como “ditadura civil-militar”, pelo fato de que teria havido forte apoio civil (empresariado, grupos profissionais como advogados, Igreja católica, etc.) ao golpe e ao regime instituído a partir de março de 1964, diferencia-se optando pela noção de “ditadura militar”. Justifica-se da seguinte maneira: “A denominação civil-militar seria razoável, segundo Daniel, por causa do apoio civil que o golpe e a ditadura tiveram, o que constituiria a ‘dimensão civil’ do regime ditatorial, mesmo que o topo da pirâmide do poder fosse ocupado por chefes militares’ [...]. Entretanto, virtualmente, tudo em política pode ser analisado segundo a rede de apoios e adversidades em que se insere, de modo que dizer que algo recebeu apoio de outrem não retira a essencialidade

importante nas transformações na esfera pública e nos órgãos de imprensa entre as décadas de 1950-60, pois a “preocupação com a imagem fotográfica marcou os veículos de imprensa que mais obtiveram sucesso no Brasil desde os anos 30”, a exemplo da revista *O Cruzeiro*, lançada em 1928, chegando a tiragem de 500 mil exemplares.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a revista adotou o formato da *Life*, convertendo a fotografia em notícia. O tratamento técnico da imagem também foi objeto de cuidados por parte do periódico *Manchete*, sendo uma precursora da televisão no país. Todo o desenvolvimento técnico da imagem estava articulado também ao interesse de capturar os momentos políticos, como a posse de JK, algo que a *Manchete* se vangloriou de ter feito de modo quase exclusivo, com exceção do fotógrafo oficial.³⁵⁰

A invenção do menor infrator esteve articulada a toda uma economia do visível e do dizível que só pôde ser alimentada por aspectos técnicos que produziriam as diferentes materialidades por meio das quais seria retomada e ampliada toda uma rotina do assombro. O menor permanecia como um problema e com a chegada dos “anos de chumbo” este sujeito seria constituído como um inimigo nacional, justificando episódios de execução sumária e tortura indiscriminada como a *Operação Camanducaia*, na fronteira entre São Paulo e Minas Gerais, como se poderá ler adiante.

Longe de ser um mero espelhamento do mundo, as estatísticas disputam significados sobre o social e toda uma gramática dos números participa da produção do real, instituindo sentidos, selecionando e desenhando modos de entrar em contato ou não com as experiências individuais ou coletivas. Uma linha histórica, como sugere a imagem que abre esta parte do texto, permite perceber o crescimento exponencial do uso do termo “menor delinquente” nessa mídia impressa que, tomada em sua exterioridade e como ponto de articulação de outros saberes, ajuda a pensar a relevância que o tema ia tomando ao longo dos anos. Se desde 1870 o termo tinha sido recorrente nesse jornal, as décadas de 1910 e 1950 apresentam uma transformação de conjunto, pois houve aumento considerável das abordagens a respeito desse problema social brasileiro.

As próprias formas de composição visual desse documento, com a distribuição gráfica de informações sumárias que se multiplicam das décadas aos anos, meses, dias, fabricando as continuidades e as discontinuidades dessa invenção do menor, permitem ler a banalidade e

de algo, sua configuração imanente”. Cf. FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

³⁵⁰ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 111.

cotidianidade que sustentou tal elaboração. Tal aspecto torna possível analisar historicamente os momentos chave em que esse tema foi debatido e também ir além de uma pseudotransparência dos números, inquirindo sobre as descontinuidades desse processo, as bifurcações e os jogos de poder que participaram de tudo aquilo que de forma muito sorrateira criou as condições para que algo fosse apropriado e burilado em periódicos ao longo de anos. A este traço linear que demonstra os momentos de maior recorrência dos termos “menor delinquente” e “menor infrator” nos periódicos, cruzam-se outras linhas que produziram enunciabilidades diferentes sobre tal sujeito em um momento singular da história do país.

Entre as formas do conteúdo e os conteúdos da forma, emergiu o rosto do menor infrator com formatos e proveniências distintas e como peça chave para instituí-lo como sujeito na ordem do visível. Neste ponto da narrativa, busca-se problematizar genealogicamente a produção política do rosto do menor infrator por meio da articulação de diferentes saberes em um mesmo campo de forças, descrevendo as intersecções de gênero, geração, classe, sexualidade e raça que participaram da fabricação da imagem do indivíduo identificável e vulnerável aos aparelhos de captura dentro e fora do Estado. Trata-se de duvidar de outro aspecto fortemente naturalizado no processo de invenção do menor infrator, pois o rosto mostrado em uma grande quantidade de documentos foi construído historicamente e associado a todo um conjunto de sinais que se poderia ler em certas condutas, posturas corporais, formas de falar, hábitos alimentares, práticas sexuais, trejeitos, palavreado, entre outros elementos “identificadores”. Deste modo, o rosto e o corpo foram elementos fundamentais na produção de uma identidade do menor infrator.

De acordo com Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche, uma história do rosto se caracterizaria, antes de mais nada, como uma história da *emergência da expressão*, que se tornou cada vez mais crescente e exigente a partir do século XVI, quando o rosto passou a ser fabricado como signo da identidade individual. “Uma história do rosto é, com efeito, ao mesmo tempo, a história do controle da expressão, das exigências religiosas, das normas sociais, políticas e éticas que contribuíram desde o Renascimento para o aparecimento de um tipo de comportamento social, emocional, sentimental, psicológico fundado no afastamento dos excessos, no silenciar dos corpos”, dando início à formação de um homem sem paixões e com comportamento moderado, medido, reservado e prudente, muitas vezes reticente, calculado e silencioso.³⁵¹

³⁵¹ COURTINE, Jean-Jacques & HAROCHE, Claudine. *História do rosto: exprimir e calar as emoções*. Tradução de Marcos Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 17-18.

Contudo, em direção a esta concepção mais ocidental sobre o rosto e a produção social da expressão, conforme as análises de Courtine e Haroche, assume-se o desafio de pensar por meio do conceito de rostidade de Deleuze e Guattari sobre os procedimentos singulares pelos quais o rosto do menor infrator foi produzido no Brasil. Isso parece ter ocorrido como estratégia de identificação do não idêntico, isto é, como forma de tentar conferir uma unidade ao menor, muitas vezes dito no singular, quando as experiências e processos foram diversos e não convergentes. Ao observar o processo de racialização e generificação deste sujeito, pretende-se pensar para além desse enquadramento analítico eurocêntrico, abrindo possibilidades para uma leitura mais plural e aberta.

Se o rosto surgiu historicamente como signo de uma unidade, como afirmação de uma identidade pessoal – mas coletivamente forjada – composta por determinadas características ou predicados, fazer a história do rosto do menor infrator supõe como principal tarefa “desfazer” tal rosto como critério analítico usado para discernir, “interpretar” e legislar sobre o sujeito identificado/identificável a partir de um conjunto de marcas ou sinais. Desfazer o rosto, embaralhar as linhas e desmontar a unidade constitutiva como princípio identitário pode permitir que se entenda as micropolíticas dessa invenção a partir de algumas sinuosidades, afrontamentos, disparates, detalhamentos, enfoques e descontinuidades agenciadas para montar o rosto como união, unidade, síntese de partes distintas para formar o Todo, o Um, o Mesmo.

Toda uma máquina de gestos, expressões, sinais, saberes, desejos, tensões e distinções de múltiplos tipos participou dessa produção. O que significa dizer que os rostos concretos são produzidos a partir de uma máquina abstrata de rostidade por meio de certas combinações e engrenagens.³⁵² Desfazer o rosto significa, neste sentido, historicizar os processos e mecanismos da sua modelagem.

*As vidas dos meninos infames*³⁵³

³⁵² DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Ano zero - Rostidade. In. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 35-68.

³⁵³ O título desta seção faz referência a um texto de Foucault cujas linhas inspiraram a análise contida não somente nesta seção, mas também ao longo da tese em seu conjunto. Destaco um trecho belíssimo: “É uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos. Exempla, mas – diferentemente do que os eruditos recolhiam no decorrer de suas leituras – são exemplos que trazem menos lições para meditar do que breves efeitos cuja força se extingue quase instantaneamente [...]. Vidas singulares, tornadas, por não sei quais acasos, estranhos poemas, eis o que eu quis juntar em uma espécie de herbário”. Cf. FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber. Organização, seleção de textos e*

Não era um quarto. Era um espaço para despejar gente. Se bem que gente mesmo eles nem eram mais. Quando Querô fugiu da casa de Violeta, depois que a feriu com uma faca e a espancou, ficou por muito tempo no cais de Santos, meio perdido, mas paradoxalmente bem melhor situado, pois conhecia a região e dali em diante não teria mais que tolerar e suportar o massacre diário conduzido pela cafetina que o adotara desde os primeiros dias de vida.

Logo fez amizade com o bando do Tainha e entre as atividades desempenhadas ele ajudava a “descarregar barco de pesca, roubava[m] café da manhã da sacaria do caminhão, levava[m] recado de puta, comia[m] bundão de marujo veado, afanava[m] qualquer bagulho que estivesse no bom jeito, engraxava[m] sapato, campaneava[m] boca de fumo e de jogo de ronda pros vagaus da pesada”. Tais passos do cotidiano de Querô já indicam como diferentes marcadores sociais vão conduzindo a produção do corpo do menor articulado a modelos de gênero sexualidade, idade e condição socioeconômica diante das intempéries e pobreza de toda sorte.

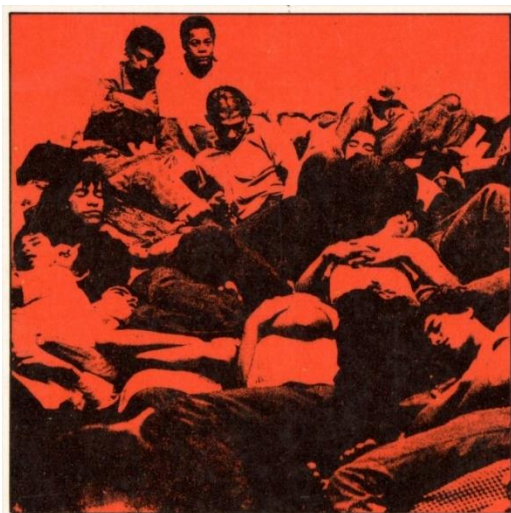


Figura 5 – Capa de “Querô – uma reportagem maldita”.

“Ou a gente nasce de bunda virada pra Lua, ou nasce cagado de arara. Não tem por onde. Assim é que é. Uns têm tudo logo de saída. Não tem arrego.”, diz Querô rememorando o que não viu, mas paradoxalmente, viveu.

Ocupando praticamente toda a imagem que estampa a capa do livro de Plínio Marcos [Figura 5], estava um conjunto de corpos enredados, sobrepostos, sustentando-se e apoiando-se um no outro. Alguns dormem deitados, mas outros sentados apoiam-se com o próprio corpo. Dois dos meninos se destacam na cena marcada por múltiplos corpos, rostos, posturas distintas, mas tomados pelo mesmo enfado. Eles estão acordados. Um, taciturno, com a cabeça fixando o horizonte no qual estava situado o fotógrafo, parece encará-lo enquanto suas mãos estão

largadas ao regaço. Ao seu lado, outro adolescente estava com as mãos cruzadas e os cotovelos sobrepostos nos joelhos, enquanto mantinha o olhar fixo para baixo, fitando os demais corpos estendidos ali. Parecia haver um descompasso entre seu olhar e seu pensamento, se bem que a materialidade da imagem como captação de um instante não permitiria saber o que ele “pensa”, o que “sonha” ou “quer” naquele momento.

O semblante do menino era pensativo e distante, tomado por um silêncio arrebatador e talvez até mesmo ensurdecador. Desse modo, a capa do romance *Querô – uma reportagem maldita*, escrito por Plínio Marcos em 1974, nos chega não como uma fotografia, mas como um quadro. Pode-se perceber isso na própria materialidade da imagem, pois ela passou por um tratamento em que sua substância visual foi deliberadamente cuidada, reelaborada, passando por um processo de construção pictural para que fosse apresentada como um quadro, uma pintura, o que marca um procedimento que Roland Barthes chamou de estetismo.³⁵⁴

A composição dessa imagem que antecede a narrativa ficcional pliniana também se deu por meio de outros traços. A disposição espacial dos meninos em tela parece ter sido objeto de certo enfoque, não no sentido de recomendar ou orientar diretamente uma pose, mas no de que, ao fazer tal gesto, o fotógrafo operou um recorte no “real” com o objetivo de transmutar a imagem daqueles indivíduos por meio do recurso analógico que os inseriria noutra regime visual. Isto, por sua vez, já incide como gesto conotativo, isto é, de imposição ou de colagem de outro sentido àquilo que o senso comum concebe como gesto de apresentação mimética e realista da cena em questão. Obviamente que uma fotografia diz algo do real, capta algo dele, mas tal captura, mesmo que não se opere posteriormente na base de um estetismo, também constitui ao seu modo o objeto que elege como fotografável, arquivável. Outro elemento ainda diz respeito à tensão entre imagem e texto, uma vez que são retóricas distintas que operaram na construção do objeto e nos modos de enunciá-lo.

Embora não se trate de um material eminentemente jornalístico, o romance tem como subtítulo “uma reportagem maldita” e toda a obra parte de uma tensão com a realidade dos menores de rua da cidade de Santos, em São Paulo, o que permite pensar em um desejo de “demonstrar” uma conexão, se não direta, pelo menos bastante aproximada com o que os meninos “reais” teriam vivido. Tratava-se de um romance com feições de documentário. Porém, cabe pensar como a relação entre uma fotografia jornalística e um texto que a precede ou sucede também esteve eivada de tensões, pois o texto se constitui como “mensagem parasita” destinada a conotar a imagem, insuflando nela um ou mais significados. Ou seja, a imagem não ilustra

³⁵⁴ BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

nada, mas é estruturalmente organizada pelo texto dentro de um certo campo semântico, como nos sugere Barthes. E quanto mais próxima a imagem do texto, menos parece evidente o processo de conotação que a palavra incide sobre a imagem fotográfica. Se o romance conta a história de Querô a partir das múltiplas relações que o constituíram como sujeito infrator, desviante e criminoso, o procedimento que procura evitar uma essencialização da sua conduta e, assim, rasgar um tecido social mais amplo no qual crianças e adolescentes sofriam certos processos sociais, parece ser antecipado discursivamente na capa. Tal imagem de abertura direciona um sentido e expressa um conteúdo que somente a leitura da malha textual da obra permite desdobrar.

O romance premiado em 1976 pela Associação Paulista de Críticos de Artes (APCA) e logo depois transformado em peça teatral, se estrutura a partir da narração em primeira pessoa de Querô, um menino abandonado e que se tornou um infrator, a partir das circunstâncias acima descritas. Um romance ancorado na experiência jornalística de Plínio Marcos e no relato que ouvira de um adolescente que havia sido interno em uma unidade da FEBEM de São Paulo. Situada na cidade natal do escritor, a obra se constituiu como espécie de livro-reportagem, romance-denúncia no estilo romance-reportagem que emergiu nos anos 1970.

Desde a capa montada em tons escuros, focalizando uma certa disposição de corpos em um espaço institucional e tomados como objeto de vigilância, o romance de Plínio foi atravessado por diferentes momentos em que o fluxo de consciência do protagonista deseja “reconstruir” circunstâncias que ele não viveu efetivamente, a exemplo do período em que sua mãe estava grávida e foi expulsa por Violeta. A constituição de vozes e modos de existência dos sujeitos considerados marginais e esquecidos socialmente foi uma das linhas de sustentação da literatura “maldita” de Plínio Marcos.³⁵⁵ Ele foi escritor, jornalista, palhaço, diretor e ator de teatro e televisão, tendo sua experiência artística sido marcada pela perseguição do Estado às suas obras, mesmo antes da implantação da ditadura militar no Brasil em 1964, uma vez que sua primeira obra teatral (*Barrela*, 1958) foi censurada ainda em 1959 e só pôde ser encenada em 1979. Mesmo assim, isso só aconteceu devido à forte pressão exercida por artistas como Tônia Carrero (1922-2018) e Cacilda Becker (1921-1969).

Definindo-se como “repórter de um tempo mau”, Plínio Marcos fez da escrita um modo de expressão de conflitos sociais bastante agudos. Em suas histórias, as protagonistas são prostitutas, homossexuais, presidiários e presidiárias, menores infratores ou delinquentes, cafetões, isto é, toda uma gama de personagens estigmatizados socialmente e cujas experiências

³⁵⁵ Cf. COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Um gesto menor, logo rebelde, na literatura brasileira: escrita e subjetividade em Plínio Marcos. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2020, pp. 1-12.

singulares haviam sido muitas vezes rotuladas e marcadas preconceituosamente como efeito de escolhas individuais e tendências criminosas ou antissociais “inerentes”. Como um escritor cuja narrativa esteve muito assentada na sua experiência como jornalista, a escrita de Plínio Marcos se caracterizou por um certo caráter memorialista, pois, “mesmo escrevendo em jornais e revistas de circulação nacional, não deixou de contar as histórias da sua gente. Ao mesmo tempo em que fincava uma estaca no passado, Plínio tinha um compromisso indissociável com o presente e com o futuro”³⁵⁶, embora não fizesse de sua obra ficcional a expressão de projetos sobre como um certo estado de coisas deveria ser alterado.

Se produzir uma literatura engajada no sentido como outros autores do momento faziam, a exemplo de Gianfrancesco Guarnieri (1934-2006), partia da crítica sobre os conflitos sociais derivados da desigualdade econômica e da situação de classe, identificando-se assim “o trabalhador” como sujeito de uma transformação social mais ampla e portador da consciência política revolucionária, em se tratando de Plínio Marcos não houve esse tipo de leitura. Em sua obra, as personagens não são apresentadas como possíveis revolucionárias da situação que as oprime. O autor se empenha em descrever em suas sinuosidades e detalhes os valores, comportamentos, gestos, desejos e carências de todo um grupo social excluído por diferentes motivos. Portanto, não são apresentadas personagens possivelmente engajadas, mas por outro lado narra-se como entre os próprios excluídos são tecidas redes de dominação, sem empatia ou cooperação de qualquer tipo.

Havia em Plínio Marcos um conjunto de subversões, tensões, construções estético-narrativas e visuais que permitem pensar o seu modo particular de fazer a crítica social. Sob a materialidade da língua, em seus escritos se pode ler um vocabulário não oficial, não culto, não disposto a afirmar o cânone literário. Desterritorializando a língua, fazendo-a tremer por dentro, a literatura pliniana³⁵⁷ se constituiu como efetiva máquina de produção de outros sentidos para “o social”, colocando o “humano” em situações limite, sem apelos psicológicos sobre uma consciência passível de ser “emancipada”.³⁵⁸

O gesto da escrita literária nada tem a ver com uma interiorização do mundo, uma vez que, como aponta Michel Foucault acerca da literatura,

³⁵⁶ CONTRERAS, Javier Arancibia; MAIA, Fred; PINHEIRO, Vinícius. *Plínio Marcos: a crônica dos que não têm voz*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 27.

³⁵⁷ Para uma análise da obra de Plínio Marcos a partir da relação entre literatura e marginalidade, cf. ENEDINO, Wagner Corsino. *Entre o limbo e o gueto: literatura e marginalidade em Plínio Marcos*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

³⁵⁸ ARAÚJO, Gessé Almeida. Plínio Marcos e o Teatro Brasileiro: da semente latente à consagração como auto. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

o acontecimento que fez nascer o que no sentido estrito se entende por ‘literatura’ só é da ordem da interiorização em uma abordagem superficial; trata-se muito mais de uma passagem para ‘fora’: a linguagem escapa ao modo de ser do discurso – ou seja, à dinastia da representação – e o discurso literário se desenvolve a partir dele mesmo, formando uma rede em que cada ponto, distinto dos outros, a distância mesmo dos mais próximos, está situado em relação a todos em um espaço que ao mesmo tempo os abriga e os separa”.³⁵⁹

Afinal, a máquina literária, mais do que gerar uma interioridade reflexiva, conduz e atrai ao *fora*, na acepção de Maurice Blanchot³⁶⁰, ao encontro radical e performático com os fluxos de pensamentos e sensações diversas, jamais “representando” algo, mas produzindo, fabricando. Assim, o fictício

não está nunca nas coisas nem nos homens, mas na impossível verossimilhança do que está entre eles: encontros, proximidade do mais longínquo, absoluta dissimulação lá onde nós estamos. A ficção consiste, portanto, não em mostrar o invisível, mas em mostrar o quanto é invisível a invisibilidade do visível. Daí sua profunda afinidade com o espaço que, entendido dessa forma, está para a ficção como o negativo está para a reflexão.³⁶¹

A própria disposição espacial dos corpos das crianças e adolescentes na imagem de capa do romance *Querô* suscita pensar sobre os procedimentos particulares dessa ficcionalização, pois constitui uma espacialidade e toda uma geografia dos afetos.

De acordo com Luiz Costa Lima, “o ficcional literário incorpora, ainda que de maneira velada ou esotérica, parcela da realidade. Não define o grau em que o faz. Ao caracterizá-lo por esse grau, confundimos a ficção com a fantasia e, a seguir, ou a desprezamos – atitude do realista – ou a valorizamos – atitude do anti-realista –, ou seja, porque ressaltamos a subjetividade dita criadora, seja, ao contrário, porque julgamos que tal fantasia se apropria do núcleo duro da realidade. O realismo se torna o ponto de referência em torno do qual giram as opções ideológicas”³⁶², as quais por sua vez tendem a contribuir para um obscurantismo de outro tipo, que dificulta mais do que abre possibilidades para pensar as tensões entre realidade e linguagem, verdade e mundo.³⁶³ Tais questões conceituais permitem entender uma produção

³⁵⁹ FOUCAULT, Michel. O pensamento do exterior. In. *Ditos e Escritos III*. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Dautran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 220-221.

³⁶⁰ BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

³⁶¹ FOUCAULT, Michel. *O pensamento do exterior*, p. 225.

³⁶² LIMA, p. 282.

³⁶³ Sobre esse aspecto, cf. NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. Apresentação de Noéli Correia de Melo Sobrinho. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 05-23, jul-dez. 2001.

dramatúrgica intensa como a de Plínio Marcos e as tensões que ela provocava com os profissionais autorizados a explicar a realidade do país.

Por meio da literatura se pode pensar sobre as diferentes políticas de subjetivação que participaram da invenção do sujeito infrator, delinquente. Vê-se a proliferação das práticas de poder e dos saberes que constroem certas subjetividades marcadas pela repetição da dor sobre si e o outro, reforçando socialmente a construção de tipos sociais que seriam objeto de uma descrição detalhada e de uma intervenção constante através de tecnologias que as tornariam vidas meramente biológicas, eticamente desconsideradas e socialmente descartáveis.

Tainha era o mais velho e experimentado nas quebradas do mundaréu e o grupo era formado por ele, Bolacha Preta e Querô, mas era o primeiro quem dava as ordens e já estava quase deixando de ser menor, isto é, logo completaria os dezoito anos de idade. O moleque era “pedra noventa” – sabichão, experimentado naquela vida de aventuras e crimes – e Querô botou a maior fé nele, pois foi quem de alguma maneira lhe estendeu a mão, inserindo-o nos esquemas da sobrevivência, ensinando os trambiques e macetes cotidianos. Mas o que mais ele gostava era que na “curriola”, isto é, na turma do Tainha, ninguém o chamava de Querosene, algo que o fazia lembrar que sua chegada ao mundo foi do pior modo possível, seguido do suicídio de sua mãe que, com ele recém-nascido nos braços, foi expulsa por Violeta do local onde trabalhou como prostituta por muito tempo. Violeta logo havia dito que aquele não era local para criança e que ela poderia ir embora imediatamente, mesmo sabendo que a moça não tinha recurso algum, nem parentes ou amigos que pudessem ajudá-la.

Não havia rumo algum, promessa alguma, nem chance de nada para aquela jovem e a criança. Em um dos diferentes momentos em que o garoto relembra seu passado por meio de projeções e imaginação, diz: “Minha mãe e eu fomos pro olho da rua. Pra comemorar a liberdade, minha mãe me embrulhou num chalé, me largou na porta do puteiro da velha porca e se abilolou de vez. Meteu cachaça na caveira até transbordar pelas orelhas, ou até acabar a grana. Sei lá. O que sei é que, quando estava bem chapada de pinga, bebeu querosene. Foi pras picas. Mas devagar. Devagarinho. Saiu do boteco e foi cair na porta da Igreja do Valongo”. Por lá agonizou longamente, se contorcendo, gemendo, vomitando, cagando, mijando e chamando por Deus e pelos santos enquanto pedia pelo recém-nascido e já abandonado que sequer tinha um nome. “Tinha um monte de gente vendo”, prossegue Querô”, “mas ninguém se doía.

Ninguém chamou ambulância nem porra nenhuma. Aqueles veados miseráveis eram todos surdos pra dor dos outros”.³⁶⁴

Mas se a vivência com a turma do Tainha havia se apresentado como alternativa inicial para sair de uma vida marcada por chantagens e violência doméstica, logo tudo mudaria. Certo dia os três estavam de bobeira no pontilhão das catraias no mercado de Santos, quando logo Tainha se deu conta de um gringo bêbado que estava rondando por ali e que ele logo viu como alvo de um roubo. “Pela pinta do bruto, até um cego podia ver que se tratava de uma bichona loucona”, disse Querô. Depois de alguma discussão sobre quem ia fazer o quê, Tainha definiu que Querô ia chamar a atenção do gringo, pedir um cigarro e tentar levá-lo para outro local.

— “Vai lá, Querô. Pega o veado pra nós. Leva o putto ali pra trás das caixas. Quando tu tiver ferrando ele, eu mais o Bolacha entramos na fita e apatolamos o desgraçado” — recomendou Tainha.³⁶⁵

E assim aconteceu. Interessante notar os detalhes narrados por Querô em um acontecimento para o qual ele foi “destinado” sem sua plena vontade.

Eu fui indo e ele veio atrás de mim. Atrás da caixaria, o veado foi logo arreando as calças. Eu me amarrei um pouco. Mas o Tainha e o Bolacha Preta estavam devagar. Eu tive que tirar a rola pra fora e o gringo se agarrou nela de boca. Aí, meus parceiros deram o flagra. O gringo se assustou. Mas, o crioulo deu um pé no saco do gringo. O porra se dobrou. O Tainha deu uma joelhada na boca do otário. Saiu sangue paca. Porém, o gringo era forte. Não caiu. O Tainha encostou uma faca na barriga dele e aí o gringo, que já estava sem vontade, amoleceu de vez. Encostou nas caixas. Segurava a calça com uma mão e com a outra limpava a cara.

Querô narra em tom de irritação que aquela “raça” loira só sabia falar “yes, yes” e não dava para entender nada. Mas naquele momento o que mais importava era roubar o que fosse possível. Como o gringo estava se penando de medo de que o Tainha o perfurasse com a faca, não resistiu de modo algum. “Ele estava carregado”, relembra Querô. – “Relógio, dinheiro, corrente de ouro e até o cinto dele, que era bacana, a gente tomou. Quando o gringo ficou depenado, o Tainha lhe deu uma rasteira e o otário, de calça na mão, caiu. E a gente deu o pinote”. Mas ocorre que nem a aparente tranquilidade nem a fidelidade de Tainha durariam muito tempo. Com o roubo do gringo, os três puderam ficar luxando por alguns dias, na “vida mansa” e sem necessitar de novos furtos ou trabalhos temporários, o que chamou logo a atenção

³⁶⁴ MARCOS, *Uma reportagem maldita*, p. 8.

³⁶⁵ *Idem*, p. 15 e ss.

de algumas pessoas e dos policiais que circulavam por aquela área à procura dos ladrões que o gringo, oficial da Marinha Inglesa, havia denunciado na delegacia.

“Se eu soubesse que aquela bicha era troço importante, eu não ia nela”, reclama Querô em suas lembranças.

Eu, achando que se tratava de um merda, já não estava querendo ir. E o Tainha, tou sabendo que, se desconfiasse que aquele perobo era oficial que tirou a farda pra arrumar macho, não ia vacilar em acabar com ele atrás das caixas. Defunto não fala. Vivo fala. E esse falou pra caralho. Assanou a polícia. Até os jornais contaram a história. Só que falaram que o gringo foi grudado na valentona. Ninguém falou das mumunhas de bicha do oficial inglês. Mas isso não interessa. O que interessa é que a polícia começou a varrer o cais na captura dos negos que afanaram o gringo. Procuravam um crioulo forte, um mulato e um pivete branco.

Todo mundo sabia que Tainha, quando estava na “maré mansa”, isto é, com recursos suficientes para se manter por uns dias, gostava de dançar no Brasil Moreno, uma gafieira que tinha para os lados do mercado público. Com o relógio do gringo no braço, ele o ostentava quando foi pego pelos policiais. Pressionado para explicar onde e quando tinha conseguido aquele relógio ele, para livrar-se da polícia – e por saber que sendo “de menor” Querô pegaria pena leve –, entregou o comparsa dizendo que tinha comprado daquele pivete. Este, até então desconhecido na área, não teve apoio de ninguém na hora em que os policiais chegaram no mercado, à procura dele. No dia em que foi pego estava fazendo um pequeno bico para Kioto, japonês que tinha uma venda de frutas. Quando os policiais perguntaram se ele trabalhava ali há muito tempo, o negociante respondeu, temeroso, que sequer o conhecia e não tinha vínculo com ele e que, na ausência de alguém para trabalhar, o pivete estava apenas ajudando.

Selou-se assim o destino de Querô. Pela primeira vez ele iria para a delegacia. Lá, ele se viu diante do gringo que havia roubado e depois de tentar fugir de algumas perguntas do delegado, decidiu contar que havia ganhado o relógio e outros objetos do servidor da marinha inglesa em troca de favores sexuais. O delegado e os policiais puseram-se a rir de Querô, mas principalmente do gringo e, aproveitando-se que este não entendia o que eles falavam, passaram a dizer coisas do tipo: “quem é teu fanchona no navio?”, “tu gosta de dar o botão, é, comandante?”, “agora, se tu pensa que vamos devolver o teu relógio, se entortou”, “veado sem-vergonha não precisa ver hora” ou ainda “Oficial da Marinha Inglesa e veado. Bela merda tua Marinha”.

São frases ditas por homens no espaço de uma delegacia que permitem perceber não somente a expressão de certos modelos de comportamentos considerados adequados à masculinidade cisheteronormativa e hegemônica, mas um território onde aqueles sujeitos, cujos

comportamentos se desviavam do padrão estabelecido, não poderiam entrar ou, se o fizessem, seriam alvo de piadas, chacotas de toda sorte e uma desmoralização impiedosa.

Embora estivesse numa condição etária e econômica muito inferior àqueles que o avaliavam, Querô a eles se assemelhava pelo desejo de ridicularizar e ferir um corpo masculino que só aparentemente era dotado dos valores que eles, como homens “heterossexuais” e cisgêneros, julgavam como sendo corretos e permitidos.³⁶⁶ Mas, por outro lado, uma cena assim denota um grau acentuado da covardia e da hipocrisia que esteve presente nesse modelo de comportamento impositivo em relação aos outros, pois, por meio da barreira da língua, podia-se tornar o comandante da marinha britânica um personagem risível, uma vez que ele não poderia compreender, retrucar e buscar reparação. Sem tal barreira linguística, porém, o insulto a um homem branco, britânico e de classe média alta seria, provavelmente, algo impossível de ser feito diante dele ou seu representante.

O comandante foi liberado, mas Querô permaneceu na delegacia, o que lhe causou estranhamento, uma vez que sua versão tinha sido aceita e não havia mais acusação.

— “Que se faz com esse pivete?” — indagou o policial ao delegado.

— “Desce ele. Deve ter alguma bronca dele aí. Espreme, que ele entrega”.

Se Querô havia escutado muitos relatos sobre o tratamento da polícia com pessoas de sua condição econômica e etária, aquele seria o momento para sentir literalmente na pele os horrores que o poder policial exercia sobre o corpo dos mais fracos, pobres e menores. “Não tinha nada meu”, conta Querô ao lembrar aquele dia,

mas apanhei pra caralho. Pau de arara, choque elétrico e porrada. Me entortaram. Tudo que pediram, confessei, só pra não apanhar mais. Jurei que fui eu que fiz todos os azares em todo aquele cais do porto, desde o dia em que nasci até aquela data. Jurei. Que é que eu podia fazer? Ficar levando porrada até o cu criar bico? Aqui, ói! Quem gosta de mim sou eu. Pararam de me bater. Me puseram numa surda, até minha cara desinchar. Depois, eu sabia que iam me entregar pro Juiz de Menores.³⁶⁷

³⁶⁶ Trata-se de pensar como os diferentes modelos de masculinidades são constituídos socialmente e de que maneira o heterossexismo (compreendido aqui como produção social e histórica que educa corpos masculinos e femininos em uma lógica binária e que se assenta na “verdade”, “essencialidade” e no caráter “natural” da heterossexualidade como a maneira normal para que o indivíduo experimente sua orientação sexual, isto é, o direcionamento do seu desejo afetivo-sexual) e a cisgeneridade (que significa a identificação de gênero, por parte do indivíduo, dando-se de forma atrelada ao sexo que lhe foi designado ao nascer). Tais elementos que fazem parte da produção social do sexo e da sexualidade na construção de subjetividades ocorrem em relações de poder que atualizam o machismo, o sexismo e a intolerância às experiências dissidentes ao modelo heteronormativo. Para uma discussão sobre a produção social da masculinidade, cf. WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. Sobre a categoria cisgeneridade, cf. SILVA, Felipe Cazeiro da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans) tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.

³⁶⁷ MARCOS, *Uma reportagem maldita*, p. 25 e ss.

Antes de habitar o espaço coletivo com outros menores por decisão do Juizado, coube a Querô o espaço da solitária escura, fria e habitada por ratos e baratas que durante toda a noite insistiam em subir-lhe pelo corpo. Após a longa sessão de tortura perpetrada por três homens contra um garoto, era preciso que o rosto desinchasse para que não houvesse mais marca alguma a ser identificada pela equipe do Juizado de Menores. Dar um tempo ao rosto ferido significava preservar os traços que deveriam ser identificados pelo juiz no dia seguinte, quando ele fosse entregue na condição de infrator, fora da lei.

Corpo surrado, rosto desfigurado. Ao longo da noite o inchaço poderia diminuir um pouco e devolver as feições de um adolescente sofrido, carenciado sob todas as formas que se poderia pensar, mas também constitutivo de uma rede que retroalimentava violações diversas. Identificar o menor, realizar sua ficha, reconhecer sua condição como infrator, pobre, abandonado e com acentuada ausência de referências, como o Juizado de Menores poderia querer atestar logo mais, passava por um jogo na base do corpo a corpo. Um “face a face”.

Mas o rosto de Querô estava desfeito. Como reconhecer e atestar sua condição de menor sem um rosto reconhecível, passível de ser encarado e avaliado por outras personagens daquela trama? Pelas mãos de Plínio Marcos acessa-se a história de um menino cuja trajetória foi marcada pela presença constante do desamparo, pois se desde criança o nome colado à sua pele foi objeto da sua repulsa e horror por lembrar a marca do abandono originário, naquele momento era na própria arquitetura de seu corpo que uma nova violação se mostrava com toda a sua força. Ocorre que o nome e o rosto são elementos fundamentais na produção social das identificações e das subjetividades mediadas em formas de opressão ou cultivo da liberdade.

Como nos lembra David Le Breton, “do mesmo modo que o nome que o designa pessoalmente, assim também qualquer indivíduo, inclusive o mais humilde, carrega o seu rosto como o mais lídimo sinal de sua diferença”, pois nas relações sociais “se o rosto é o núcleo secreto do ser – de alguma maneira, a capital (do latim *caput*, cabeça, cujo plural é *capita*) do sentimento de identidade de uma pessoa –, por sua vez, a desfiguração é vivida como uma privação de ser, uma experiência de desmantelamento de si”.³⁶⁸ Este antropólogo analisa ainda o fato de que o rosto funciona socialmente de um modo muito singular, uma vez que “em nossas sociedades ocidentais, o princípio de identidade está estabelecido essencialmente no rosto”³⁶⁹,

³⁶⁸ LE BRETON, David. *Rostos: ensaio de antropologia*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 14.

³⁶⁹ Idem, p. 272.

o que produz perdas e ganhos na interação social, a depender dos critérios e saberes que informam a apresentação social do rosto e a identidade que ele pretende revelar.

Na economia do poder que se instaura em instituições e repartições como as que capturaram Querô – e que antes haviam feito o mesmo com Pedro Bala –, havia uma dissimetria no trato com o próprio corpo do menor que passaria por um circuito de encenações o qual começaria com o interrogatório, passaria pela sessão de espancamento, sendo seguido do abandono na solitária ou na “surda”. Foi dessa forma que Querô nomeou aquele espaço, referindo-se ao silêncio absoluto e à impossibilidade de ter seu grito escutado por qualquer pessoa que tivesse condições de ajudá-lo, até a destinação final para outra instituição ou setor do aparelho estatal.

Tratava-se de um circuito retroalimentado por cenas, comportamentos e atitudes mais ou menos programadas, compondo um roteiro inarredável. Mas ler tal conjunto de relações apenas pela ótica da violência não parece dar conta de outros processos que fazem parte de sua dinâmica. Sim, efetivamente houve gestos e comportamentos de violência coordenada, mas cabe pensar o alcance e a própria fisicalidade dessas relações institucionais e que estiveram para além das próprias instituições, produzindo – e aqui este verbo deve ser tomado na dimensão de um fazer, reforçando estruturas ou criando novas formas de se relacionar e exercer domínio sobre si e os outros – subjetividades pautadas em certos critérios que definiam quem pode viver e quem deve morrer; quem teria o poder sobre o corpo do outro; qual o papel do Estado e da Justiça na orquestração das relações sociais; e quais as dinâmicas afetivas e libidinais que participariam da estruturação dessas ações. Deste modo, pode-se evitar a individualização dos atos, mas pensar os elementos que insinuaram e tornaram possível tais modos de relação.

Se foi necessária uma noite para que o rosto desinchasse, para que o corpo suportasse a miséria que era estar entregue à escuridão, na companhia de ratazanas e baratas insistentes, suportando o mau cheiro, a fome e as dores lancinantes na face e no corpo inteiro, foi durante esse tempo que uma transformação se deu, como diz o “próprio” Querô:

Foi nesse tempo em que fiquei sozinho, que deixei de ser pivete trouxa. Ali, sozinho na surda. Comecei a me ligar na bosta toda. Cresci. Cresci paca. Todas as pancadas que me deram, as sacanagens todas que me fizeram começaram a se escancarar em mim. Comecei a perceber que estava ficando duro ou sacana. Já podia olhar bem pras coisas, sem me apavorar, sem ter pena de mim. Então, abri bem as janelas e pude cheirar a bosta toda. Um “salve-se quem puder”. Um puta fedor. Eu botava fé no Tainha. Ele me passou pra trás direito. Isso me picava de raiva. Ali na surda, eu imaginava mil jeitos de matar aquele filho da puta, frouxo, que me caguetou por medo de tomar pancada. Isso me fazia ver bem que não se pode confiar nos outros. Essa verdade é ardida. Mas, é como é. No virador, é cada um por si e Deus pra todos. Pros bons e pros maus.

Então, não tem jeito. Dali pra frente, eu teria que me valer. E eu sozinho por mim não era nada. Uma merda. Um monte de merda. Fedida. Machucada. E ainda tendo que pensar. Pensar é doloroso. Pensar me dá gosto de sangue na boca. Me traz no nariz o cheiro de perfume que as putas da Xavier usavam. Me dá desespero. Sempre me deu. Naqueles dias, na surda, eu ficava como louco. Os ratos andando de um canto pra outro da cela me atormentavam. Eu não tinha medo. Medo, eu não tinha. Tinha nojo e raiva. Uma raiva fudida que me fazia cagar na comida de porco que os tiras me empurravam pelo buracovigia. Uma raiva de fogo que me queimava a mufa, me deixava de cabeça gira, sem dormir nem um pouco. Só ali aceso. Ligado. Matutando. Querendo com todas as forças do querer uma chance de forra. De sair pra revanche com a filha da puta da Violeta, aquela cadela podre e empestiada na cona e na alma, com o Tainha, aquele desgraçado que me entregou, com os tiras que me bateram, com o corno preto do crioulo Bolacha, com todo mundo. Cobrar de todos os filhos das putas a merda que me coube na vida. Não era possível que eu tivesse culpa. Alguém me funicou. Eu não vim ali por gosto. Não escolhi. Então me empurraram. E eu estava ali, na surda. E foi ali que cresci.³⁷⁰

Nesse processo de análise sobre si próprio, sua vida pretérita aparece condicionada por outras pessoas e acontecimentos. Diante de um futuro já dado como certo, isto é, capturado pelo Juizado de Menores e um novo circuito de violações, aquele menino se constituiu sob o signo da vingança e da busca de uma reparação. Frente a um mundo assim, um “jogo sujo”, seria preciso não confiar em ninguém, mas ao mesmo tempo somar-se às forças que poderiam ajudá-lo no plano de vingança.

Pode-se pensar como a própria subjetividade de Querô se construiu na marca da violência originária, pois ele sempre se remeterá à ausência da mãe e do pai, à falta do lar e da família como espaço de acolhimento, como no seguinte trecho: “minha mãe queria ter alguém dela neste mundo de gente sozinha”.³⁷¹ Plínio Marcos foi constituindo a narrativa – como se fosse o próprio Querô tomando a palavra – para expor como o ato de “pensar” lhe causava dor e gerava o sabor de sangue na boca. Todas as vezes em que se permitiu pensar se deu conta de que as relações que o constituíram tinham sido marcadas por ausências, imposições e, mais recentemente, pela traição e sua entrega direta a quem poderia lhe machucar.

Entre as marcas corporais da violência e a saída daquele local ou circuito inicial marcado pela figura dos tiras, impunha-se a regra do silêncio, pois, no dia em que Querô foi retirado da solitária e levado para o Juizado de Menores, um dos policiais se aproximou dele e disse, quando abriu a porta da solitária e a primeira fresta permitiu que a luz lhe tocasse o rosto machucado:

³⁷⁰ MARCOS, *Uma reportagem maldita*, p. 25 a 27.

³⁷¹ *Idem*, p. 34.

— “Se espalhar que apanhou aqui, já viu. Botamos as pata em você de novo e aí não sobra nada. O cacete que tu tomou foi só amostra. Se contar pro juiz que apanhou, é que tu vai sentir o aroma da perpétua. Quando a gente te agarrar, nem a puta que te pariu vai te reconhecer”.³⁷² E a essa ameaça Querô só pôde responder com um silêncio massacrante. Quando entrou no carro que o levaria para o Juizado, virou-se e respondeu-lhe com uma escarrada no rosto. Isto deixou o policial enfurecido, mas era tarde demais para fazer qualquer coisa que pudesse ser usado contra ele pelos representantes do Juizado de Menores. Naquela hora foi Querô, ao lado de outros menores que foram colocados no “carro de presos”, que riram abertamente da cara do policial. Eles se sentiam minimamente vingados enquanto seguiam para o outro passo da institucionalização dos considerados menores infratores.

Retratos falados, rostos silenciados

Que lugar a infância ocuparia na ditadura militar?

No dia 1º de dezembro de 1964 o governo federal sancionou a lei nº 4.513 que criava a FUNABEM. Tal lei foi instituída ainda no governo Castelo Branco, com apoio do ministro da Justiça, Milton Campos. Um ano depois a lei nº 4.887 de 09 de dezembro de 1965 autorizaria ao Ministério da Fazenda a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTNs, para a referida fundação. Segundo Luiz Cavalieri Bazílio³⁷³, foi com o recurso de duzentos bilhões de cruzeiros antigos, a juros de 6% ao ano, que se assegurou a autonomia financeira da FUNABEM até 1974, quando a instituição passou a ser subordinada ao Ministério da Previdência Social que, por sua vez, incorporou estas ORTNs. A partir daí os recursos para a FUNABEM passaram a ser direcionados pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS).

³⁷² Idem, p. 27.

³⁷³ BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. *O menor e a ideologia de segurança nacional*. Belo Horizonte: Vega-Neto Espaço, 1985.



Figura 6 – Brasil Jovem apresenta uma cena de desamparo. *Brasil Jovem* – Revista da FUNABEM, v. 8, n. 29, Ano 1974, p. 81.

De acordo com o jornalista Carlos Alberto Luppi (1950-2014), em publicação realizada no início dos anos de 1980, em 1969 o número de menores delinquentes na cidade de São Paulo era de cinco mil. Em 1971, 8 mil; em 1973, dez mil; em 1976, quatorze mil; em 1980 eram cerca de dezoito mil no contexto de cerca de sete milhões de carenciados e marginalizados, moradores de bairros paupérrimos, apresentando quadros de desnutrição, subemprego ou desemprego e demonstrando intensa “insatisfação” com a cidade e suas condições de vida.³⁷⁴

Era justamente voltada para este público que a PNBEM e a FUNABEM começaram a dar os seus primeiros passos em 1964. A revista *Brasil Jovem* se empenhou em publicar diversas matérias sobre o tema da delinquência. Numa delas, de 1974, o artigo de Everaldo Alves da Silva (professor de Direito Penal e Presidente das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU) propunha que se pensasse a delinquência apenas a partir dos padrões da criminalidade, uma vez que o sistema social seria a força que responderia em parte pela produção de certas condutas criminais nos jovens. Para ele, “a precária economia das populações pobres leva os menores à prática dos pequenos furtos que, com o tempo, formam hábito, já com um passo bem largo no caminho da criminalidade”.

Diante disso, pedagogos, psicólogos e sociólogos estariam cada vez mais devotados a entender as condições sociais da delinquência, mas “infelizmente, nosso sistema de avaliação mental dos cérebros doentios é precário, porquanto não se dá o necessário atendimento aos casos que lhe são enviados, muito menos poderá exercer fiscalização mais ampla em todos os

³⁷⁴ LUPPI, Carlos Alberto. *Agora e na hora de nossa morte: o massacre do menor no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982, p. 117.

setores da avaliação juvenil”³⁷⁵, dizia o articulista. Vê-se como os processos políticos e saberes que contribuíram para a criminalização da juventude pobre iam se compondo.

Durante dez anos, de 1964 a 1974, coube a Mário Altenfelder a direção institucional da FUNABEM. A partir de 1975 foi dirigida por Fawler Melo e, posteriormente, por Eclea Guazzeli, que ficaria de 1979 a 1980 no cargo. Depois de sua criação em dezembro de 1964 foi estabelecido um prazo de noventa dias para que fosse iniciado o seu funcionamento. Gozando de autonomia administrativa e financeira, com sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, a FUNABEM tinha como objetivo central formular e implantar a PNBEM, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executassem a política.

Considerando-se que desde as primeiras décadas do século XX o país vinha se somando às discussões sobre políticas de atendimento às crianças e adolescentes, a FUNABEM não surgiu desarticulada de certas condições de possibilidade para que na letra da lei ela fosse justificada e apresentada como estratégia macropolítica de gestão daquela parcela da população. Tais mudanças ocorreram no âmbito do que Eduardo José Grin afirma ter sido o início do “processo de regulação social e intervenção do Estado para estruturar o regime de bem-estar no Brasil”.³⁷⁶

A constituição de um Estado de bem-estar social no país se daria na mediação com as relações internacionais e a agenda econômica. O Brasil já havia pactuado documentos como a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 e, posteriormente, também assinaria a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989. Esta foi produzida para ampliar uma série de princípios e objetivos definidos na Declaração de Genebra em 1924. Neste sentido, o documento que instituía a PNEBM e a FUNABEM estava situado neste caldo político-jurídico e fixou em dezembro de 1964 o seu conjunto de diretrizes:

- I – assegurar prioridade aos programas que visassem à integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos;
- II – incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aprimoradas das que informam a vida familiar e, bem assim, a adaptação, a esse objetivo, das entidades existentes de modo que somente do menor à falta de instituições desse tipo ou por determinação judicial [sic]. Nenhum [sic] internacional se fará sem observância rigorosa da escala de prioridade fixada em preceito regimental do Conselho Nacional;

³⁷⁵ *Brasil Jovem* – Revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 29, Ano 1974, p. 81.

³⁷⁶ GRIN, Eduardo José. Regime de Bem-Estar Social no Brasil: Três Períodos Históricos, Três Diferenças em Relação ao Modelo Europeu Social-democrata, *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 18, n. 63, Jul-Dez. 2013, p. 190.

III – respeitar no atendimento às necessidades de cada região do País, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades.

Ao assumir o poder institucional, o grupo político do momento também visou criar uma narrativa histórica contemplando a infância e mobilizando elementos do passado para legitimar alternativas e projetos em curso. A criação de instituições, serviços e políticas públicas específicas e embasadas no que a PNBEM definiria ocorreria a partir de leituras sobre a história da infância e os rumos que deveriam ser construídos para incidir sobre o futuro. Se isto pode soar óbvio, no entanto mais do que redistribuir recursos financeiros, construir cargos e funções técnicas para profissionais habilitados para atuar com a “questão social” ou ainda a descentralização de tais políticas nos estados da federação, todo esse investimento dizia respeito a processos e políticas que incidiriam sobre os corpos infantis, moldando subjetividades, comportamentos e atualizando práticas punitivas e/ou de controle. Neste contexto, competia à instituição FUNABEM:

- I - Realizar estudos, inquéritos e pesquisas para desempenho da missão que lhe cabe, promovendo cursos, seminários e congressos, e procedendo ao levantamento nacional do problema do menor;
- II - Promover a articulação das atividades de entidades públicas e privadas;
- III - Propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar necessário a seus objetivos;
- IV - Opinar, quando solicitado pelo Presidente da República, pelos Ministros de Estado ou pelo Poder Legislativo, nos processos pertinentes à concessão de auxílios ou de subvenções, pelo Governo Federal, a entidades públicas ou particulares que se dediquem ao problema do menor;
- V - Fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos com ele celebrados;
- VI - Fiscalizar o cumprimento da política de assistência ao menor, fixada por seu Conselho Nacional;
- VII - Mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda a comunidade na solução do problema do menor;
- VIII - Propiciar assistência técnica aos Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas, que a solicitarem.

A definição de tais objetivos para orientar a atuação nacional da instituição demonstra o amplo escopo de questões sobre as quais ela se dedicaria e a complexidade da engrenagem administrativa que o governo militar estava construindo. A partir de 1976 um importante elemento nesse tabuleiro seria criada: a FEBEM, no estado de São Paulo. Logo seria também institucionalizada em todas as unidades da federação, pois esta descentralização ocorreu fortemente entre os anos de 1966 e 1972, conforme Luiz Cavalieri Bazílio. Dentro de tal estratégia, esse tipo de instituição deu o tom para o atendimento direto aos menores, uma vez

que à FUNABEM cabia a definição da política em âmbito nacional, suas diretrizes, fiscalização e produção de saberes, a serem apropriadas localmente. Inicialmente esta instituição firmou convênios com Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Distrito Federal e com o passar dos anos conseguiu se implantar em todos os estados.

Uma vez que um dos objetivos da FUNABEM era a produção e disseminação de saberes por meio da promoção de estudos, inquéritos e pesquisas sobre o “problema do menor”, uma das estratégias desenhadas para dar visibilidade e operacionalidade a esta meta foi justamente a criação da revista *Brasil Jovem* no ano de 1966, sendo editada pelo Setor de Relações Públicas do órgão. Até 1972 tinha circulação trimestral, tornando-se uma publicação quadrimestral a partir de 1974. Apresentava uma tiragem aproximada de 5.000 exemplares, sendo destinada gratuitamente para autoridades, órgãos de comunicação social, juízes e demais interessados na questão. O periódico contaria com 40 edições, sendo a última datada de 1978.

Ao passo em que as estruturas institucionais foram montadas para prestar atendimento ao “problema do menor”, diferentes narrativas acadêmicas também foram sendo construídas na tentativa de promover leituras críticas sobre o atendimento institucional em tempos de ditadura. Partindo de sua própria experiência na FEBEM de São Paulo, Luiz Cavaliere Bazílio construiu um estudo na segunda metade dos anos 1970 com o objetivo de questionar os motivos que levaram a questão do menor a ser tratada no âmbito da segurança nacional.

Tratava-se de uma pesquisa defendida no mestrado em Educação da Universidade de São Paulo (USP) e publicada no começo dos anos 1980. Ali, Bazílio argumenta que “a documentação produzida pela Funabem utiliza abundantemente termos e conceitos de origem médica para explicar os fenômenos sociais – perspectiva terapêutica – palavras como ‘tratamento’ do jovem infrator, ‘prevenção’ à marginalidade, ‘terapia’, são constantes em sua produção documental”. Isso demonstrava a concepção de que a sociedade era lida como um corpo humano, característico de uma visão funcionalista, e por isso deveria ser urgentemente medicada. A marginalidade era lida como uma disfunção. A moral é clara: sociedade é boa, o homem marginal é quem está doente”.³⁷⁷

O autor enfatiza ainda o caráter liberal que norteou o projeto da FUNABEM, uma vez que sua análise da marginalidade se limitava ao binômio anomia e divergência, o que tinha como um de seus efeitos centrais a culpabilização do indivíduo pela marginalização. A criação da FUNABEM esteve diretamente articulada aos ditames da ESG e sua “ideologia” de segurança nacional que tinha no comunismo um inimigo primordial a ser combatido. Nesse

³⁷⁷ BAZÍLIO, *O menor e a ideologia de segurança nacional*, p. 51.

contexto, “o problema do menor adquiriu status de Problema na ótica do Estado e suas instituições apenas quando a ação desse menor passou a alterar a ordem instituída”,³⁷⁸ considerando-se nisso as situações de violência e criminalidade que, por sua vez, resultaram das ações ou falta de ações da sociedade e do Estado com as crianças e adolescentes.

O Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos (CEDEP) foi criado em 1973 com o objetivo de capacitar os recursos humanos da FUNABEM e das FEBEMs. Funcionando como a “universidade da Funabem”, promovia cursos para diferentes níveis de estagiários, diretores de escolas, chefes de setor, assistentes sociais, inspetores de alunos, professores, coordenadores pedagógicos, etc., sendo órgão muito importante na consolidação do investimento na produção de saberes sobre o tema e na orientação de como intervir em diferentes espaços e instituições. Considerando toda essa engrenagem de órgãos e entidades, Bazílio enfatiza que tanto para a ESG como para a FUNABEM e CEDEP, o menor não era somente uma questão de segurança nacional, assim como a PNBEM era um instrumento a serviço da manutenção do poder para o regime que se estabeleceu em 1964.

Entre instituições e investimentos diversos na produção de saberes sobre o menor, por mais de dez anos seguidos a FUNABEM produziu uma revista que, como avalia Gutemberg Rodrigues, “tornou-se um fórum de debate por meio do qual a instituição procurou divulgar seus projetos em todo o território nacional. Além disso pretendiam promover a discussão sobre as causas determinantes do abandono e da delinquência”. Diferentes personalidades do meio político e acadêmico participaram dos debates, os quais contribuíram para a efetivação de propostas estatais, a exemplo da criação de espaços institucionais como a FEBEM.³⁷⁹ Por meio do periódico *Brasil Jovem*, circularam informações, imagens, análises sociológicas e políticas, relatos de experiências, biografias e autobiografias de jovens em situação de marginalização e infração, divulgação de eventos organizados pela FUNABEM e dos quais ela participou no exterior, assim como também constaram inúmeras imagens e textos sobre os menores atendidos em diferentes partes do país. A cada edição, podia-se ver diferentes narrativas textuais e fotográficas sobre os flagelos pelos quais passavam as famílias pobres brasileiras e os menores que cada vez mais deixavam de ser chamados de delinquentes para serem nomeados como infratores.

Como parte constitutiva da máquina abstrata de rostificação do menor infrator, o periódico foi relevante para disputar sentidos na esfera pública sobre esse sujeito que se buscava inventar no imaginário social. Para tanto, mobilizava diferentes suportes e estratégias

³⁷⁸ FERREIRA, 1971 apud BAZÍLIO, 1982, p. 62.

³⁷⁹ RODRIGUES, op. cit., p. 32.

discursivas a fim de narrar situações que “ilustrariam” o drama do menor, em suas ambiguidades e contingências. Deste modo, cabe pensar que enquanto agenciamento específico, a revista *Brasil Jovem* buscou a todo tempo instituir uma imagem do menor ao mesmo tempo em que isso só fazia sentido dentro do aparelhamento institucional que a FUNABEM proporcionava e que precisava ganhar visibilidade e credibilidade. Um aspecto político fundamental era promover uma distinção da FUNABEM em relação ao SAM que a antecederia e havia sido criado em 1941 por Getúlio Vargas. Também o SAM ficou posteriormente conhecido como verdadeira máquina de “produção de bandidos” e sendo objeto de denúncias.³⁸⁰ Distinguir-se do legado nada elogiável da atuação do SAM era o que estava no horizonte dos responsáveis pela ação institucional da FUNABEM, liderados por Mário Altenfelder.

Portanto, a invenção da identidade do menor a partir de uma certa rostidade não estava dissociada, de modo algum, desse agenciamento maquínico institucional que visava a fabricação da imagem pública para a instituição. Porém, isto não significa dizer que o rosto do menor esteve em relação direta com a face de uma instituição isolada como a FUNABEM, pois como tenho demonstrado neste estudo, o dispositivo da menoridade e a máquina abstrata de rostificação que foi um de seus efeitos esteve articulada em uma rede de instituições, saberes e relações dispersas no tecido social. Por outro lado, houve conexões de diferentes níveis para construir uma imagem do rosto do infrator que ganharia notoriedade e alcance social. Pensado rizomaticamente, o rosto do menor só pode ser lido nas diferentes interferências, codificações e descodificações que atuaram nesse processo, isto é, tanto as práticas que compuseram o rosto do infrator como aquelas que questionaram, criticaram e apontaram outras formas de instituir a questão do menor. Exemplo: se a racialização do menor infrator negro foi objeto de amplo investimento e reiteração midiática, isto não impediu que movimentos sociais e indivíduos em circunstâncias variadas criticassem tal imagem, reconhecendo a sua força expressiva vinculada a um conteúdo eminentemente político.

³⁸⁰ As denúncias sobre o SAM se intensificaram ao ponto de a situação ficar insustentável. Os escândalos de corrupção, assim como as denúncias de violência contra as crianças e adolescentes dentro do serviço eram constantes e alarmantes. Uma fonte muito singular desse período permite ver detalhes dessas questões. Refiro-me ao livro publicado pelo ex-diretor do SAM, Paulo Nogueira Filho, no qual denuncia em tom inflamado e com detalhes, o funcionamento do serviço e os horrores praticados contra os ditos “menores” abandonados. Cf. NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Sangue, Corrupção e Vergonha: S.A.M. Sangue da mocidade, lama da corrupção e vergonha da incúria recaem sobre a sociedade brasileira, enquanto perdura a tragédia dos menores abandonados*. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA. São Paulo, 1956, 391 p. Para uma leitura crítica do SAM, cf. RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 225-286.

A Maldição do Ser Menor. Foi com este título que uma matéria publicada na revista *Brasil Jovem* em dezembro de 1969 apresentou uma entrevista com o presidente da FUNABEM e um conjunto de informações sobre a situação do menor no país. Por meio dela se pode perceber as diferenças de abordagem da questão, mas também continuidades em relação ao que desde o começo do século se fazia para explicar e definir tal “problema”.

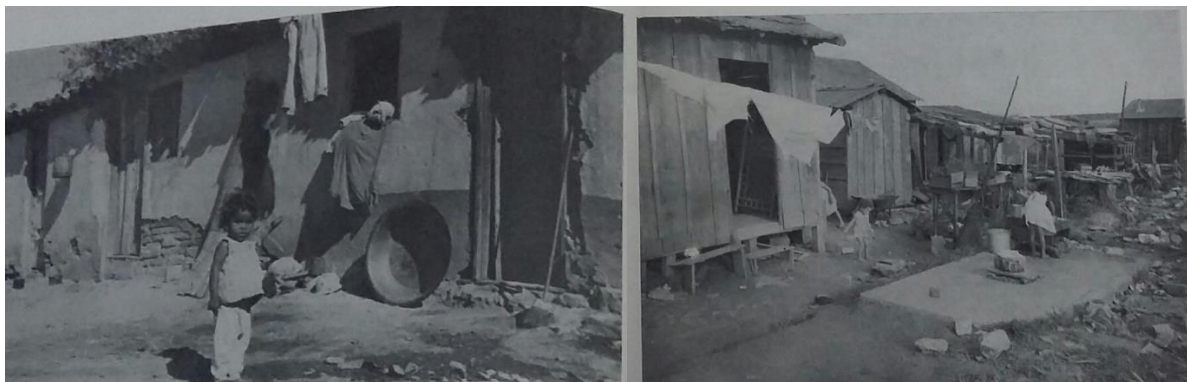


Figura 7 – Infância e habitação. Fonte: *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Ano IV, nº 13, dezembro de 1969.

Colados às diferentes imagens que circularam por meio da revista *Brasil Jovem*, muitos textos foram produzidos com o intuito de analisar e problematizar temas referentes às ações da FUNABEM e a situação da infância no Brasil. Ao passo em que o governo militar instituía uma identidade para o país, um programa de desenvolvimento, a imagem da FUNABEM era veiculada e associada diretamente com essa promessa de uma nação revigorada, com seus problemas solucionados. Tratava-se da produção de uma FUNABEM-promessa, como analisou Camila Serafim Daminelli ao pesquisar detidamente o periódico institucional que veiculou a imagem de um *Brasil Jovem*, produzindo diferenças entre o que havia sido o SAM e a novidade que a Fundação representara no período entre 1964 e 1979. Posteriormente, segundo a autora, uma nova fase se constituía, quando as críticas às políticas institucionais fabricaram aquilo que ela nomeia como a “FUNABEM-estigma”, resultado do descrédito público à entidade.³⁸¹

O fato é que a revista contribuiu enormemente para a proliferação de narrativas sobre o problema do menor. Em certo momento da referida entrevista a qual me referi acima, lê-se: “O problema do menor – acentua o dr. Mário Altenfelder, presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e líder da mudança de métodos e de mentalidade que se processa no setor

³⁸¹ DAMINELLI, Camila Serafim. *Uma fundação para o Brasil Jovem: FUNABEM, menordade e políticas sociais para a infância e juventude no Brasil (1964-1979)*. 305 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2019.

– é devido mais à desorganização da família”, o que estava muito próximo das explicações presentes já nos anos 1930 e 1940. Em seguida, continua afirmando que:

as causas são múltiplas, mas avulta entre elas a situação socioeconômica. As mudanças que se operam quando um país passa da vida predominantemente agrícola para um sistema industrial, são muito profundas. A grande indústria, se não for humanizada, quebra a própria constituição familiar, separa seus membros, facilita a promiscuidade, provoca separações, perverte costumes. A atração das cidades obriga ao aparecimento de janelas, porões, habitações coletivas que são focos de desagregação e de queda dos padrões familiares. A explosão demográfica cria situações quase impossíveis de serem bem contornadas. A educação familiar – prossegue – é fundamental porque, até agora, muitíssimo pouco se fez. Ninguém se prepara para casar. Constitui-se família sem a menor preocupação com a estabilidade conjugal. A tendência das leis é afrouxar os laços familiares e dar proteção aos indivíduos, não às famílias. Pensa-se cada um em si mesmo e não no conjunto familiar. *Sendo o problema do menor eminentemente social e jamais um problema de polícia, é fácil compreender que a busca de soluções para ele se faz na busca da organização da sociedade que deve defender a família e procurar melhor distribuir os bens, pois a distribuição de misérias não leva a nada que preste e entre nós esta distribuição não é pequena...*³⁸²

Por meio de um texto deste tipo vê-se que, para entender o problema dos menores no Brasil, seria preciso articular uma série de informações que abarcasse um amplo universo de tensões e ações sociais, tendo ingerência sobre as dinâmicas das famílias, a renda per capita, os serviços socioassistenciais e assim por diante. Ao passo em que o trecho acima parece querer caracterizar uma análise sociológica do processo que constituiu o problema da marginalização do menor, ao mesmo tempo mobiliza formas de julgamento e avaliação que há algumas décadas vinham dando o tom para tal debate. Se nos diagnósticos do antigo SOHM, por exemplo, os “maus comportamentos” das crianças que estavam em vias de praticar a delinquência foram vistos como efeito de “taras” e “perversões”, ou ainda se desde as primeiras décadas as políticas sociais vinham tentando ter mais interferência sobre o cotidiano familiar, aqui também se pode ler como são colocados no âmbito da família as “causas” daquele problema.

Tudo fica mais denso quando se vê que, ao denunciar de forma pretensamente imparcial e técnica aquela situação social, certos valores e modelos de família e conjugalidade acabam sendo usados como critério para avaliar relações e pessoas cujas circunstâncias de vida não necessariamente correspondiam a tais exigências. Saberes médicos e jurídicos se articularam com o enfoque na higiene, sendo possível notar como os Códigos de 1927 e 1979 prescreviam cuidados em relação à casa, pois uma residência anti-higiênica poderia ser geradora das

³⁸² A Maldição do Ser Menor, *Brasil Jovem* - revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Ano IV, nº 13, dezembro de 1969, p. 26-29, grifo meu.

condições de marginalização. Por outro lado, o texto demonstra um mal-estar e uma insegurança em relação às transformações pelas quais passava o país desde a década de 1930 com a urbanização, o privilégio das cidades em detrimento do campo e uma industrialização que ia se constituindo, especialmente na região Sudeste.

Na mesma matéria podia-se ler a seção intitulada “Quem são”, e o próprio título já sugere como a revista se empenhou em definir a identidade do menor infrator. Importante entender que toda essa construção que vai do diagnóstico à terapêutica parte da ideia de que a FUNABEM se estrutura na ideia de prevenção e não de criminalização ou policiamento. O fantasma do menor pode ser lido no seguinte trecho da entrevista com Altenfelder:

Quando o menor chega ao internato, os setores de triagem se deparam com verdadeiros espectros humanos. Pálido, mal nutrido, mal amado, sem instrução, sem alegrias, sem esperança, ele é a antividua, o antifuturo, a negação do amanhã que os ufanistas insistem em apontar como o homem de amanhã.

Por um trecho como este se vê de que maneira as experiências do tempo são produzidas por meio de tensões entre passado-presente-futuro, pois muitas são as matérias e imagens deste periódico que fizeram “o diagnóstico” sobre a situação do menor. Isso esteve diretamente articulado com uma espécie de “terapêutica” a ser realizada e cujos resultados incidiriam no futuro, como instância temporal passível de controle pelos gestores das políticas para a infância. Fabricar o homem do amanhã começaria – não de forma paradoxal, mas complementar – hoje. Os meios para isso foram largamente descritos e experimentados pela FUNABEM e suas congêneres estaduais. Mas “trabalho” e “educação” se tornaram os eixos estruturadores dessa vontade de interferir no fluxo do tempo. Tal aspecto explicita ainda como tal política do tempo trazia em seu cerne uma concepção cumulativa, progressiva e linear que, por sua vez, também esteve presente no discurso jurídico cujo silogismo impediu que se percebessem as singularidades e impermanências das experiências temporais.

Mas o tom da matéria era também o de que não apenas alimentação e outros cuidados básicos seriam suficientes, pois havia “coisas irreparáveis” que a instituição nem sempre teria como dar conta, a exemplo dos problemas de ordem afetiva e psicológica, originadas provavelmente do abandono por parte dos familiares ainda nos primeiros anos de vida. Explicaria-se nesse sentido o fato de o presidente da FUNABEM ter afirmado que ao “menor” faltava amor. Porém, “não o amor dos funcionários, que hoje existe, mas a relação interpessoal, infinitamente profunda que existe entre mãe e filho, a vivência da família”.

Assim, ao passo em que a fala do gestor parece recobrir um problema de ordem psicológica e não passível de solução institucional, também incorre em um apagamento sobre as relações que produziriam o menor em situação de abandono. Ao recolocar de maneira muito enfática a relação afetiva entre mãe e filho, tal enunciação deixa subentendido o fato de que a paternidade não teria papel fundamental e, nesse sentido, o abandono praticado por homens produziria menos efeitos do que aquele praticado pelas mulheres. Isso tanto atualiza o “ideal da maternidade”, produzido e reiterado compulsoriamente, como desconhece ou faz desconhecer que o abandono de crianças não tinha somente nas mães a sua única razão de ser. O fato de ser um homem conduzindo tal instituição e proferindo uma afirmação desse tipo direcionada às mulheres e sua relação com a maternidade e a infância permite ver como de modo algum tal enunciação esteve isolada de uma estrutura não somente adultocêntrica, mas atravessada por imagens e significados que reforçavam os papéis de gênero tradicionais.

Por meio do setor de Psicologia visava-se definir as causas e as intervenções possíveis no problema do menor, daí o seguinte diagnóstico:

O Setor de Psicologia da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor realizou uma pesquisa em 1968 com 567 menores “marginalizados” e chegou a estas terríveis conclusões:

1 . Em testes de rendimento mental (inteligência não verbal), 30,5% eram infradotados; 42,1% de inteligência inferior e média inferior (“fronteiriços”); 11,9% de inteligência na faixa média e apenas 15,5% de inteligência superior à média;

2 . Utilizando-se o Teste de Goodenough, em 572 menores testados, 29,9% eram oligofrênicos, débeis mentais, imbecis e idiotas (QI inferior a 70); 40% de rudeza e inteligência lenta inferior; 23,4% de inteligência na faixa média e apenas 6,7% de inteligência superior à média.

Essa é a safra de homens de amanhã. Não adianta atendê-los senão nas necessidades animais, porque a maioria simplesmente não compreenderá nem terá condições de saber ou frequentar um curso técnico, de manejar simples cartões na Era dos Computadores que vivemos. São seres gastos, sem utilidade no valor econômico e precisando somente da caridade, em tempos em que a caridade já não é um valor tão presente.

Pode-se alegar que isso representa apenas uma fração da população, mas, pergunta-se, qual outro setor necessitado que apresenta no Brasil resultados superiores? No máximo, se houver, será exceção da regra.

Outra pesquisa concluiu que os infratores (*os antigamente chamados delinquentes*) [grifo meu] têm o nível mais baixo entre todos os menores marginalizados. O maior número de infrações, por exemplo, do artigo 121 do Código Penal se situa nas faixas de inteligência média e média inferior, enquanto o art. 129 é infringido em sua maioria pelos oligofrênicos. Isso comprova que se a teoria de Lombroso está sendo comprovada hoje pelos fatos (delinquência latente se daria pelo número anormal de cromossomos), a miséria, a subnutrição, a má habitação e a falta de higiene são responsáveis por seres fracos que delinquem porque o crime é o caminho aparentemente mais fácil de comer.

Estudos sobre as possibilidades de recuperação dos infratores deram à FNBEM outras conclusões estarrecedoras:

- a) 25% dos menores *provavelmente* se readaptarão ao meio, mediante orientação e permanência prolongada em ambiente saudável no qual se possam sentir aceitos, valorizados e estimados;
- b) 23% dos menores apresentam dificuldades que *possivelmente* serão solucionadas através do auxílio de técnicas psicoterápicas mais superficiais, tais como aconselhamento, terapia rogeriana, terapia ocupacional e outras semelhantes;
- c) 37% dos casos exigem aplicação de técnicas mais profundas, como psicoterapia de base analítica, técnicas reflexológicas de condicionamento;
- d) Em 15% dos casos graves em que a estrutura de personalidade se encontra bastante comprometida, há necessidade de tratamento psiquiátrico, medicamentoso ou mesmo internação em clínicas especializadas.

Que espectro era aquele que passava a cada vez mais atormentar a sociedade brasileira? Constituindo-se como um verdadeiro espectro humano, o menor (abandonado, delinquente, infrator) foi sendo marcado pelo signo da “falta”. Era o antimodelo da infância e da criança almejada e desejada. Tal imagem também era delineada no quadro de debates que a própria *Brasil Jovem* promovia para discutir sobre a desnutrição que assolava o país, fazendo com que das três mil calorias indicadas para consumo diária pela UNESCO apenas dois mil ou uma quantidade menor fosse consumida diariamente em alguns estados do Nordeste e da cidade de São Paulo entre as décadas de 1960 e 1970.

Tal diagnóstico biologicista fazia da alimentação um elemento comprometedor do tipo de indivíduo que iria ser formado. Novamente aqui o futuro aparece em um plano de controle, mas dessa vez a formação do cidadão passa pela sua alimentação básica, elementar. Tendo em vista que essa necessidade não estava sendo suprida, usou-se o termo “matança dos inocentes” para designar os corpos cuja subnutrição os alijaria do futuro.³⁸³ Se a infância vinha sendo fabricada como fase substancial para inculcar valores e modelos de vida que dariam sustentação ao castelo social, o menor apresentava um risco à sociedade, daí os diversos mecanismos que deveriam incidir para “consertá-lo”.

O espectro do menor foi sendo reativado aqui e ali a partir de algumas recorrências que bebiam na fonte da teoria de Lombroso, pensador que foi sendo retomado como uma espécie de guru da criminologia ao longo do século XX quando se tratava do debate público sobre delinquência juvenil. Verifica-se, pois, uma continuidade histórica perigosa, na medida em que se tratou efetivamente de uma leitura da Antropologia Criminal que apresentou discriminações de caráter racial. Além disso, na segunda metade do século, cada vez mais a definição do menor

³⁸³ A matança dos inocentes. In. *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 7, n. 25, 1973, p. 8-16.

infrator foi predominantemente construída a partir do recurso visual, o que não tinha sido tão comum nos primeiros anos da República, até pelas limitações para produção e difusão de imagens pela imprensa.

Portanto, um espectro rondava a sociedade brasileira há muito tempo, mas a partir dos anos 1950-1960 muitos saberes se ocuparam dele, dando-lhe um rosto, atribuindo-lhe um corpo, dotado de uma cor, um tamanho, uma idade, um sexo, uma série de gestos e marcas características. A identidade do menor só foi possível nesse cruzamento dos diferentes critérios de sexo/gênero, idade, sexualidade, raça e classe social. Assim, uma vez definida uma identidade que seria colada a certos indivíduos, os tipos de intervenções se davam sobre a própria materialidade do corpo, na condução dos gestos e das expressões individuais. Isto pode ser notado nos tipos de tratamento, técnicas e procedimentos recomendados na revista *Brasil Jovem*.



Figura 8 – O muro e as sombras. Fonte: *Psicologia, Ciência, Profissão*, Brasília, v. 8, n. 1, 1988.

O investimento institucional, tanto para diagnósticos e estudos, quanto para o atendimento direto aos menores, foi fundamental para constituir uma identidade social a partir de certas características corporais, faciais, comportamentais e sociais. A respeito disso, quando da publicação do dossiê “O problema dos menores” na revista *Psicologia, Ciência e Profissão* do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 1988, isto é, noutro momento em que as discussões sobre o menor ganhavam contornos distintos, a pesquisadora Paula Gomide afirmava que “as instituições têm favorecido o desenvolvimento da Identidade do menor infrator, através da aquisição e fortalecimento de características físicas próprias deste grupo social e do desenvolvimento de hábitos importantes para a sobrevivência do grupo”.³⁸⁴

³⁸⁴ A instituição e a identidade do menor infrator, *Psicologia, Ciência, Profissão*, Brasília, v. 8, n. 1, 1988, p. 21.

A identidade do menor foi construída de modo tão intenso no imaginário social do Brasil durante décadas a fio que, ao fazer parte também de uma certa cultura visual, em diferentes momentos se tornou possível prescindir de um rosto claramente exposto, pois outros elementos estéticos serviram para caracterizar e *identificar* o menor. Tal afirmação pode parecer contraditória, mas efetivamente funciona muito mais como uma ambivalência: ocorre que a máquina abstrata de rostificação teve uma atuação tão potente que em certos casos pôde-se prescindir da imagem do rosto, pois o efeito de sentido continuava sendo o mesmo, isto é, a tensão gerada pelo termo menor.

Ao se referir às vivências de adolescentes internos, a autora do artigo da revista diz que “a ausência do referencial de origem, ou seja, quem são meus pais, onde estão, para onde vou quando sair daqui, quem me orientará, como vou sobreviver, são apenas algumas questões que estão presentes para os menores, porém não estão entre as principais preocupações dos responsáveis pelas Instituições. Não há de fato comprometimento com as dificuldades e aspirações de cada um, visto que são muitos os menores e poucos aqueles que têm preparo para orientá-los”.



Figura 9 – Menino com arma e o cenário de pobreza. Fonte: *Vidas em Risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro:IBASE; NEV-USP, 1991, p. 31.

Uma fotografia como esta permite entender as linhas de força que constituíram o dispositivo da menoridade e as tiranias que estiveram na construção da identidade do menor infrator. A foto consta do relatório publicado em 1990 pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em continuidade a uma pesquisa dos anos 1980, da qual tratarei posteriormente. O cenário marcado pela carência, a própria condição de fotografia posada e as

diferenças de brinquedos apresentados por cada uma das crianças – estando ao centro o menino com uma arma de brinquedo – dá o tom de como um certo tipo de rostificação ocorreu historicamente. Uma leitura interseccionalizada de tal imagem fotográfica permite ver as abomináveis interações entre classe, raça e gênero, mas sem cair na simplista tese de que a pobreza seria destinação para a marginalização ou criminalidade e sim que aqueles que estavam aquém de recursos econômicos satisfatórios, desde cedo pareciam ser treinados para apenas uma alternativa: o abandono e a violência.

Tal produção de imagens sobre o menor foi um dos traços que caracterizou as tiranias de uma política de identidade dos anos 1960 a 1980, forjada para dar visibilidades ao tema em diferentes suportes. Se em alguns casos a imagem do rosto foi dispensada ou estrategicamente não mobilizada, isto se explica porque a produção da imagem-conceito esteve em uma rede semântico-discursiva ampla que mesmo na ausência de suporte imagético fazia o significado circular.

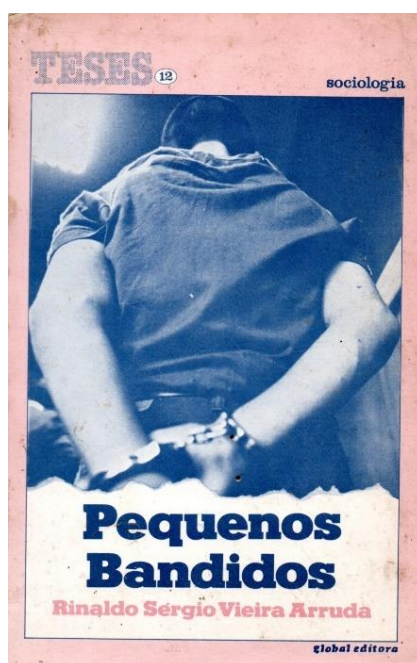


Figura 10 – capa de “Pequenos Bandidos”, livro sobre jovens infratores.

Pode-se perceber tal aspecto do funcionamento do dispositivo da menoridade na capa do manual da *Campanha da Fraternidade* (1987) e do livro *Pequenos Bandidos* (1983), um estudo sociológico sobre a trajetória de jovens infratores em São Paulo, de autoria de Rinaldo Arruda, publicado no início dos anos 1980 na série “Teses” da Global Editora. Assim como a capa do manual da CF, a do livro de Arruda prescinde da visualização do rosto, mas reitera a atmosfera de temor causado pelo problema do menor no país ao apresentar um adolescente algemado com as mãos para trás, de costas para o fotógrafo. Deve-se considerar que essa

produção de imagens se deu na tensão com a própria legislação, que não permitia a disseminação de registros fotográficos ou radiofônicos dos menores, sob o pretexto de resguardar a sua identidade pessoal.³⁸⁵ Ao cartografar as linhas de força que participaram da construção do rosto do infrator, pode-se perceber as diferentes zonas de tensão e agenciamentos que compuseram o que tenho chamado aqui de máquina abstrata de rostificação, que se efetuou a partir da produção, mobilização, construção, desmontagem e difusão de materialidades em suportes distintos.



Figura 11 - Geraldo e Marcos: o que fazer quando seu rosto não é mais “seu”? *Brasil Jovem*, revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Ano II, Número 7, outubro de 1968.

Nem todo agenciamento necessariamente articula a produção de um rosto, mas em casos e processos específicos isto se dá, gerando efeitos diversos. Não se trata apenas de uma *necessidade*, mas principalmente de uma *estratégia*, o que implica diretamente na formulação de certas escolhas, cálculos, organizações e elaborações visando um certo alcance social e ganhos políticos, os quais obviamente não se reduzem ao aspecto institucional-burocrático-partidário. Ocorre que “o rosto nunca é uma natureza, mas uma composição”, como enfatiza David Le Breton. “Ele é matéria para um trabalho sobre si e, ao mesmo tempo, para uma sutil

³⁸⁵ No Título I (Disposições Preliminares) do Código de Menores de 1979, define-se a proteção à imagem do menor da seguinte forma:

“**Art. 3º** - Os atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a menores são gratuitos e sigilosos, dependendo sua divulgação, ainda que por certidão, de deferimento da autoridade judiciária competente. Os editais de certidão limitar-se-ão aos dados essenciais à identificação dos pais ou responsável.

Parágrafo único – A notícia que se publicar a respeito de menor em situação irregular não o poderá identificar, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência, salvo no caso de divulgação que vise à localização de menor desaparecido”.

influência social e cultural. A socialização modela a mais secreta intimidade corporal de um indivíduo, como é demonstrado pela sociologia e pela antropologia”, continua o autor.³⁸⁶

A produção social do rosto do menor infrator ancorou-se em princípios que visaram exercer certo domínio sobre a expressão. Isto também operou com base na diferenciação de certas emoções e comportamentos que particularizariam o menor abandonado ou infrator, tais como raiva e medo. Assim, pode-se pensar como a produção política do rosto do menor agenciou desejos, práticas culturais diversas e projetos variados. Um exemplo disso parece ter sido o modo como o rosto de Lilica e Anderson Herzer foram produzidos como marcas de uma distinção nessa categoria mais geral chamada “menor”, fabricada a partir da intersecção de diferenças de gênero.

Por meio da revista *Brasil Jovem*, a FUNABEM fez um intensivo investimento na produção visual do rosto do menor atendido pela instituição, ora sendo nomeado como abandonado, ora como delinquente ou infrator em potencial. Neste sentido, foi no segundo número da revista, publicado em dezembro de 1966, que os rostos de Geraldo e Marcos passaram a circular socialmente, estreando na capa desse periódico. A fotografia foi feita por Rubem Américo e circulou no Brasil, sendo mobilizada como “símbolo” da atuação da FUNABEM. Geraldo e Marcos, dois menores assistidos pela “Casa Lar” do Rio de Janeiro, teriam seus rostos mobilizados para a divulgação de toda uma maquinaria institucional.



Figura 12 – Geraldo e Marcos: da fotografia à pintura.

O texto da matéria em que figurava a imagem do menino Geraldo contava que:

Aos seis anos de idade, Geraldo foi encaminhado pelo Juizado de Menores à Triagem da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, em total estado de

³⁸⁶ LE BRETON, *Rostos*, p. 157.

abandono. Hoje, após quatro, a FUNABEM é o seu lar, os professores seus pais e os outros tantos Carlinhos e Luisinhos os seus irmãos. E Geraldo está contente. O fotógrafo, em momento feliz, soube aproveitar, naquela época, um instante de alegria: *Geraldo é o pretinho símbolo*. Nesta matéria, os leitores tomam conhecimento das atitudes atuais do menino-símbolo, de suas dificuldades e alegrias, e das características de sua casa, a Escola Luiz Alves, na Ilha do Governador.³⁸⁷

Pode-se pensar como a máquina abstrata de rostificação funcionou também por meio da produção de narrativas pessoais sobre os menores, isto é, mobilizando e fazendo ver as histórias daquelas crianças carenciadas, abandonadas e entregues à própria sorte até o momento em que a instituição surgiria como tábua de salvação, reforçando aquilo que Bazílio havia diagnosticado como perspectiva messiânica elaborada pela elite pedagógica da FUNABEM que deveria “reconduzir os menores atropelados pelo processo de marginalização”³⁸⁸ e abandono. Diferentes instituições e setores – FUNABEM, Igreja Católica, televisão, rádio – disputaram a imagem e o conceito do menor, daí os usos de histórias e dramas pessoais para sensibilizar a população. Tal agenciamento também poderá ser visto na literatura e no cinema do período.

Mas as histórias daqueles meninos passaram cada vez mais a ser impessoais, em certo sentido, uma vez que foram tomadas como a marca de outra coisa: a instituição FUNABEM. Ao fabricar a imagem de Geraldo e Marcos como uma espécie de “símbolo” da instituição, vários objetivos estavam em jogo. No caso de Geraldo existia uma demarcação social claramente exposta, pois aquele menino trazia em sua pele uma diferença a ser lembrada, a ser afirmada e sobre a qual se deveria ou poderia exercer um tipo de leitura e/ou vigilância, afinal ele era um “pretinho símbolo”. A construção de sua imagem colada às propostas institucionais no seio da ditadura militar precisou mobilizar estrategicamente um conjunto de diferenças sobre as quais se poderia exercer um certo poder de normatização. De fato a vida de Geraldo passou a ser vivida no interior da FUNABEM. Mais do que isso, sua própria história passou a ser usada, divulgada, publicada nacionalmente para dar legitimidade aos projetos do governo.

Ao passo em que efetivamente uma nova condição de vida foi oportunizada àquela criança, tal acontecimento ganhou sentidos e usos muito importantes para entender como a racialização participou da elaboração da imagem do menor. Como pensar então os procedimentos por meio dos quais um corpo foi apartado de si mesmo, uma história pessoal passou a compor uma narrativa institucional midiaticizada por um setor estatal de propaganda? E, mais do que isso, como um caso singular como o de Geraldo demarcou diferenças em relação

³⁸⁷ *Brasil Jovem*, revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Ano II, Número 7, outubro de 1968, grifo meu.

³⁸⁸ BAZÍLIO, op. cit., p. 60.

aos outros menores pretos que surgiram em narrativas diversas? Pois, se Geraldo tornou-se o pretinho-símbolo, logo disciplinado, tendo seu corpo agenciado na máquina institucional que propunha projetos educativos e reformadores para ele e seus semelhantes, por outro lado, outros meninos de pele preta tiveram suas imagens agenciadas e apresentadas como o antimodelo, a indisciplina por excelência, a delinquência como marca de sua condição até mesmo “biologicamente atestada” em alguns casos.

Entre expressar um sentimento e tê-lo captado, registrado e publicado, existe o cruzamento de processos distintos. Por um lado, tratava-se de expressar um afeto, um certo estado emocional ocasionado sempre por uma relação com a exterioridade, mesmo estando sozinho. Por outro, se tratava de um processo de captura que tendia a reforçar um certo enquadramento social sobre o sujeito em questão. No caso da FUNABEM, captar o choro, a fome, a carência, bem como as atividades que seriam o seu contraponto essencial – a disciplina, a higiene física e mental, educação escolar, alimentação e as interações consideradas saudáveis –, tornava-se parte de uma orquestra fundamental para justificar, legitimar e ampliar os modos por meio dos quais se poderia exercer um poder muito insidioso e capilar sobre tais corpos.



Figura 13 – O rosto e seus afetos: entre o choro, o zelo e a ordem. Fonte: *Brasil Jovem*, 1972.

Oito anos depois da criação da FUNABEM, esta instituição editou uma publicação intitulada “Política Nacional do Bem-Estar do Menor em ação”, em cuja capa figuravam os rostos de Geraldo e Marcos e na qual constava uma carta ao leitor, escrita por Mário Altenfelder, na qual ele dizia em 1 de dezembro de 1973:

o problema do menor no Brasil, especialmente, o que se refere ao menor marginalizado ou em vias de marginalização, é dos mais agudos. Contrariamente ao problema do menor infrator, cuja incidência em nosso meio é quase insignificante, o menor carenciado se constitui em grave desafio. O esforço governamental, acrescido da maciça iniciativa privada, representada pelas igrejas e por grupos leigos, não é suficiente para debelar tal mal. Daí se haver apelado para a ação preventiva de que se pode esperar resultados seguros, a médio prazo.

Fez-se ali o esforço de demonstrar novamente que a PNBEM nascera no âmbito da chamada “revolução” de 31 de março de 1964. Foram narrativas como as de Altenfelder, Emílio Garrastazu Médici e Alfredo Buzaid, por exemplo, que figuraram na referida publicação sobre a PNBEM. Permitem perceber que se a instauração da ditadura militar não foi a causa da invenção do menor, foi ao seu modo uma condição de possibilidade para as transformações operadas no dispositivo da menoridade a partir dos anos 1960. Três anos antes desta carta, Médici havia dito o seguinte na abertura da Semana da Criança em 5 de outubro de 1970:

— “Ligado este ano mais intimamente ao destino de todas as crianças de meu país desejo que essa comemoração seja muito mais que isso, para nunca mais ser um momento só de caridade. Cuido dar-lhe outro sentido e dimensão, vindo ver a criança, no local mesmo em que a nação inteira viveu o drama do SAM, e, fundamentalmente, para assinalar o compromisso da Revolução com uma política nacional do bem-estar do menor, sempre mais consequente”. As tentativas de diferenciação entre FUNABEM e SAM foram feitas de diferentes formas e em circunstâncias distintas. No caso de Médici, ele mobilizou termos corriqueiros da época para se referir ao SAM como “sucursal do inferno”, “escola do crime” e “fábrica de monstros morais”, afirmando que a partir dali tal realidade não existiria mais na relação do Estado com as crianças. Obviamente se tratava de um jogo político, buscando a legitimidade das ações por meio da aprovação da população, pois como enfatiza Vicente Faleiros:

As críticas ao sistema vigente também começam a emergir tanto por parte de atores governamentais como da sociedade. Alguns juízes passam a condenar o SAM como fábrica de delinquentes, escolas do crime, lugares inadequados. O próprio Supremo Tribunal Federal assim se pronunciou, por intermédio de seu presidente Ministro Ribeiro Costa: “O Supremo Tribunal Federal, por intermédio de seu presidente, dirigir-se-á em ofício ao Senhor Presidente da República, comunicando-lhe que, nesta data, foi concedido *habeas corpus* ao menor C. M., por ter demonstrado que o SAM não tem condições necessárias para garantir a readaptação dos menores, mas que, ao contrário disso, como é notório, e segundo depoimentos das autoridades as mais idôneas, esse estabelecimento tem contribuído para a formação de verdadeiro núcleo de criminosos, motivo por que o Supremo Tribunal Federal encarece ao Senhor Presidente da República que determine uma medida saneadora conforme Exposição de Motivos do Ministro Milton Campos em 20/10/1964, ao

anteprojeto de lei que encaminhou ao Congresso Nacional criando a FUNABEM”³⁸⁹.

Na medida em que tentava diferenciar as instituições, Médici também se colocava na linha sucessória daqueles que, em seu modo de ver, tinham contribuído para uma “nova política” no Brasil. Daí o uso de termos como “no lugar do SAM, a Fundação; o amor ao invés do crime”. Dizia também que o seu trabalho daria prosseguimento àquilo que havia sido oportunizado pela “Revolução de março”, pois “este milagre, nós o devemos a quantos denunciaram a criminosa irresponsabilidade daqueles tempos anteriores à Revolução. Nós o devemos à determinação dos Presidentes Castelo Branco e Costa e Silva; nós o devemos ao Dr. Mário Altenfelder e à equipe de educadores da Fundação, assim como aos representantes da Magistratura e do Ministério Público, juízes e curadores, que souberam dar ao problema a marca de sua sensibilidade humana”.

Além disso, os projetos em torno da infância não estiveram de modo algum apartados de uma perspectiva internacional, uma vez que os Congressos Pan-Americanos da Criança, assim como outras iniciativas, tiveram como característica a análise e intervenção sobre a questão da criança a partir de uma perspectiva não limitada às fronteiras nacionais. Este traço apresentava elementos importantes para pensar políticas regionais e internacionais pró-criança. Demonstrava também como as dificuldades estruturais, as carências de toda sorte e as formas seculares de dominação ainda imprimiam sobre o corpo infantil as marcas de uma ingerência econômica e cultural de longa data. Tal interferência foi elaborada sob o sangue de muitas e muitos daqueles que somente bem depois seriam retrospectivamente chamados de latino-americanos.

Neste sentido, se uma revista como *Brasil Jovem* tinha como interesse publicar imagens e narrativas textuais diversas sobre o atendimento aos menores, tal investimento não ocorria apenas de modo endógeno, pois intelectuais e técnicos desses serviços do Estado volta e meia participavam de eventos (congressos, encontros, etc.) em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, onde se nutriam de referências e métodos por meio dos quais iriam desenhar suas estratégias de intervenção no país.³⁹⁰ Tais aspectos ficaram muito evidentes na fala de Alfredo Buzaid, então ministro da Justiça, na instalação do *I Encontro Nacional de Secretários*

³⁸⁹ FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e processo político no Brasil*. In. RIZZINI & PILOTTI, op. cit., p. 61.

³⁹⁰ Na revista *Brasil Jovem* em diferentes edições foram relatados os intercâmbios internacionais. Pode-se ler, entre outras matérias: *Le traitement des mineurs au Canada* (O tratamento de menores no Canadá), *El futuro de los tribunales de menores* (O futuro dos tribunais de menores), *Papel del abogado del niño en el sistema procesal contradictorio* (O papel do advogado da criança no sistema processual contraditório). Cf. *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 13, n. 42, 1978.

Estaduais e Diretores de Serviços de Menores, na FUNABEM, em 29 de outubro de 1971. O ministro fez alusão aos princípios contidos na Declaração dos Direitos da Criança, promulgada pela ONU em 1959 e da qual o Brasil se tornou signatário, expondo e desdobrando tais princípios nas diretrizes e objetivos da PNBEM. Disse o ministro em determinado trecho:

Estamos, na verdade, diante de uma causa nacional. Para conjurar os males que afligem a infância e a adolescência em nossa Pátria devemos congregarmos nossos esforços em busca de soluções que traduzam a cooperação comum. O que se impõe é um planejamento ordenado, sistemático e racional, cuja execução guarde a unidade superior dos princípios, posto que atendendo às peculiaridades regionais; é assegurar à infância e à juventude um tratamento digno, a fim de que a personalidade humana se forme sem ódios, sem ressentimentos e sem complexos; é dar aos desamparados um ambiente familiar, onde recebam manifestações de afeto, prepará-los para adquirir uma profissão; assisti-los em suas enfermidades e proporcionar-lhes as recreações legítimas e sadias. Este empreendimento depende, para o seu êxito, não só da colaboração dos Governos estaduais e municipais, como também das milhares de associações e entidades beneficentes criadas pela iniciativa particular. Uma causa nacional e não só do Poder Executivo Federal: é de todos.³⁹¹

Neste sentido, as falas de Médici e Buzaid estiveram intimamente articuladas a um conjunto de transformações que tinha como tendência a elaboração de todo um mapeamento da rede social e assistencial. Se havia um conjunto de interações e articulações internacionais, tais critérios e procedimentos eram operacionalizados localmente por um modo de atendimento que o período da ditadura iria imprimir diferencialmente nas políticas para a infância. O objetivo declarado era o de integrar o menor à comunidade e isto exigiria perscrutar as diferenças dos bairros, cidades e estados, fazendo toda uma topografia sobre a qual o governo poderia atuar de maneira muito mais qualificada e intensa, identificando as lideranças estratégicas desses territórios.

Articulou-se às ações de clubes de mães e associações de moradores que estivessem em acordo com a PNBEM e os ditames da ESG. Outro efeito desse tipo de capilarização política foi o controle das lideranças e grupos que se opusessem ao regime. Enfim, se tratava de todo um diagrama³⁹² intrincado de relações de poder e agenciado em níveis e esferas distintas, mas que em seu conjunto teve como efeito o fortalecimento de algumas perspectivas e modos de

³⁹¹ Cf. FUNABEM. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor em ação*, p. XXXVII.

³⁹² “O diagrama, ou a máquina abstrata, é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos, ‘ou melhor’, em toda relação de um ponto a outro’ [...]. Mas não deixa de ser verdade que o diagrama age como uma causa imanente não-unificadora, estendendo-se por todo o campo social: a máquina abstrata é como a causa dos agenciamentos concretos que efetuam suas relações; e essas relações de forças passam, ‘não por cima’, mas pelo próprio tecido dos agenciamentos que produzem”. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. Revisão da tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2013, p. 46.

atendimento da criança pobre e vulnerável. Nisso a revista *Brasil Jovem* exerceu o papel de divulgar ações em diferentes territórios do país por meio de seções como “Bem-Estar do Menor chega à ...” sendo que o complemento da frase era o nome do espaço ou estado onde a FEBEM havia sido instituída e as ações em curso.

Cabe lembrar que a ditadura militar no Brasil se deu em um contexto internacional marcado pela Guerra Fria, ou seja, pela polarização entre capitalismo (EUA) e socialismo (União Soviética). No caso da América Latina a explicação geopolítica de tal conflito passou pela elaboração da oposição entre o Ocidente cristão e democrático e o bloco expansionista soviético. Esse processo também fomentou toda uma produção política diretamente articulada à questão da infância, pois como destaca Fúlvia Rosemberg, tal guerra fermentou a produção de um modelo societário que acabou por embasar a DSN no Brasil, assim como toda uma proposta em torno do Desenvolvimento de Comunidades (DC), que vinha sendo formulada desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

A base teórica estava na concepção de que a população pobre poderia vir a ser um risco, um entrave ao desenvolvimento econômico nacional. Por isso deveria ser localmente mobilizada e articulada para que se atingisse determinados fins através de meios institucionais e pedagógicos.³⁹³ No caso brasileiro, a autora destaca o Projeto Casulo, primeira iniciativa de educação infantil em massa dirigida pela LBA em 1977. Este foi um caso sintomático de toda uma arquitetura do poder e do saber, isto é, das tecnologias de governo da população que estava sendo testada em larga escala.

Através do par segurança-desenvolvimento o Brasil construiu um conjunto de mudanças políticas que tinha em seu escopo temas estratégicos como a educação em massa visando à formação para o trabalho. Este foi um ponto de transformação importante no âmbito do dispositivo da minoridade, na medida em que a partir dos anos 1960 a “questão do menor” passou a ser articulada com o tema do “desenvolvimento” nacional, algo fartamente documentado em *Brasil Jovem*. Ali emergia também o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)³⁹⁴ e as políticas de saúde e previdência social.

³⁹³ ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cézár de (org.). *História social da infância no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016, p. 205-228.

³⁹⁴ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) consistiu em uma fundação de direito público criado “pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 [...] com a ambiciosa meta de alfabetizar 11,4 milhões de adultos até 1971, objetivando a eliminação total do analfabetismo no país até 1975. Depois de um período de organização e ensaios de estratégias de atuação, o Mobral começou a funcionar, efetivamente, em setembro de 1970, contando com recursos da Loteria Esportiva e do Imposto de Renda, além de doações de empresas estatais e particulares”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>. Acesso em 13 de set. 2020.

A DSN produziu a figura do “inimigo interno”, isto é, do sujeito que a partir de certos critérios militares de identificação poderia ser compreendido como verdadeiro insurgente interno. Entendia-se que geralmente estes indivíduos eram orientados pela base teórico-política do marxismo-leninismo e deveriam ser extirpados. Enrique Serra Padrós, ao estudar o período e a perseguição do regime às crianças pobres, afirma que

o regime entendia que a infância pobre produzia insegurança e temor em diversos setores sociais, e seu entorno, marcadamente deprimido, era um nutrido caldo de cultura para propagação da “subversão”; isso levou a ESG a ministrar cursos, palestras e capacitar recursos humanos para atuar nos estabelecimentos destinados à recepção dessas crianças.³⁹⁵

Na prática o inimigo interno foi um tipo de figura usada de modo indiscriminado para criminalizar e perseguir diversos indivíduos e grupos da sociedade civil. A figura do menor infrator – mesmo que nada provasse uma infração ou ato delinquencial – era vista também como inimigo do país, do desenvolvimento nacional e do projeto gerado pelo Estado “revolucionário” para as crianças. Feita essa “análise”, o menor também estava passível de sofrer as perseguições, humilhações e violências direcionadas a todo aquele que fosse visto como um típico inimigo interno.

Ao analisar o estatuto do jovem “sob o signo do perigo” ao longo do século XX, Rosana Botelho mapeia uma série de transformações na percepção social sobre a juventude. Enfatiza que a partir dos anos 1960 houve uma mudança de foco na abordagem a respeito do problema do menor abandonado e delinquente. A partir dali o tema seria enfocado de uma maneira menos alarmista, mas colocado como questão econômica estratégica para propor alternativas ao desenvolvimento do país. A autora ressalta a diferença entre crescimento (que diria respeito ao aumento do Produto Interno Bruto – PIB, sem a eliminação dos problemas sociais) e desenvolvimento (que pressuporia um conjunto de etapas sucessivas em direção determinada, sendo tal processo conduzido pelas elites e tendo uma perspectiva integral da sociedade, não considerada apenas em termos econômicos, mas dentro de uma racionalidade técnica que favorecia uma visão integral do desenvolvimento).

No que diz respeito às formulações sobre o problema do menor como questão nacional, Botelho indica que eventos como o II Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, realizado em Londres em 1960, demarcou o referido tom menos

³⁹⁵ PADRÓS, Enrique Serra. Crianças, ditadura e inimigo interno: histórias de infâncias roubadas, controladas, perseguidas... In. CARDOZO, José Carlos da Silva et al (org.). *História das crianças no Brasil meridional*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 267.

alarmista no trato com o assunto. Uma série de conferências e congressos internacionais teria incidência sobre o contexto brasileiro e latino-americano, sendo que cada vez mais a referência a “planos de desenvolvimento” se tornou recorrente. O Instituto Interamericano da Criança (IIC) divulgou em seus congressos e boletins a temática do abandono infantil em articulação direta com a delinquência. Uma mudança nesse discurso, e que foi analisada por Botelho, se refere ao fato de que “ao final dos anos 50 e no transcorrer da década de 60 as abordagens relativas à criminalidade juvenil veiculadas no Boletim do IIC concentravam as soluções já institucionalizadas (os tribunais e a legislação específica para menores), com a inserção de programas de bem-estar infanto-juvenil nas estratégias de planejamento”, produzidos a partir de teses defendidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).³⁹⁶

Nesse período, tais políticas que pretendiam favorecer o desenvolvimento ocasionaram deslocamentos no sentido de “perigo” atribuído ao jovem, pois a perspectiva de desenvolvimento nacional, com a qual o tema do menor e do jovem foi cada vez mais articulado, se tornou um modo de o Estado exercer controle sobre as “novas formas de delinquência”, tais como: “bandos juvenis, infrações gratuitas, atos de vandalismo, brincadeiras ao volante”.³⁹⁷ Outra transformação também analisada pela autora se refere a que, devido aos acontecimentos de Maio de 1968, passou-se a mobilizar a juventude para as “tarefas do desenvolvimento” de modo que os jovens contribuíssem para a manutenção da ordem. Isso adquiriu “a função estratégica de antecipar-se ao engajamento juvenil na oposição ao regime, canalizando suas energias na ‘prevenção na marginalização do menor’”.³⁹⁸

Por sua vez, o estudo de Franciele Becher sobre a relação entre a menoridade e as políticas públicas em Caxias do Sul (RS) entre as décadas de 1960 e 1990 permite entender localmente como se deu a relação política entre filantropia privada, políticas públicas, desenvolvimentismo e exclusão social de jovens em situação de marginalidade social.³⁹⁹ Ao mostrar os descompassos entre o crescimento econômico da cidade durante a ditadura militar e as políticas públicas para crianças e jovens, Becher considera como não foi a ditadura de Segurança Nacional que criou a estigmatização da menoridade, mas que, durante os anos 1964-1985, crianças e jovens pobres tiveram suas vidas marcadas por um sistema jurídico-social que

³⁹⁶ BOTELHO, Rosana Ulhôa. *Sob o signo do perigo: o estatuto dos jovens no século da criança e do adolescente*. 267 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2000, p. 112.

³⁹⁷ Idem, p. 109.

³⁹⁸ Idem, p. 125.

³⁹⁹ BECHER, Franciele. *O “perigo moral” em tempos de segurança nacional: políticas públicas e menoridade em Caxias do Sul – RS (1962-1992)*. 302 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

tentou ajustá-las ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, sendo condenadas em função de sua “situação irregular”. O limite de tal processo pode ser visto em episódios como chacinas e formas de extermínio desse segmento social entre o fim da década de 1980 e começo dos anos 1990.

A engrenagem montada para lidar com a infância e com as populações a partir de estratégias locais foi muito bem-sucedida, mas só se tornou possível nessa cartografia mais ampla de relações de força entre o Brasil e outros países e legislações supranacionais. No que diz respeito à agenda para crianças, assim como outros países marcados pela dependência no contexto latino-americano, o Brasil foi “bombardeado com assessorias, recomendações, propostas de organismos internacionais e intergovernamentais” que passaram a atuar decisivamente na elaboração de políticas públicas para a infância, estando presentes no “jogo de tensões, conflitos e coalizações que marcam as políticas sociais brasileiras destinadas à pobreza”, como destaca Rosemberg. Sendo 1979 o *Ano Internacional da Criança*, o Brasil vivenciou um processo relevante nesta seara das políticas públicas, pois se há alguns anos vinha sendo discutida a alteração do Código de Menores de 1927, naquele momento específico um novo código seria promulgado, aquele que seria conhecido como o Código de Menores de 1979.

Vê-se então como desde os anos 1960 com a instauração da PNBEM o tema do menor foi passando por transformações e novos usos sociais. No que se refere à fabricação do seu rosto torna-se relevante informar que tal processo não estava fora de todo esse conjunto de referências, informações e questões geopolíticas nacionais e internacionais mencionadas acima. No conjunto dessas tensões, a capa do novo Código de Menores trazia uma foto.⁴⁰⁰ Entre os vários rostos, um se destacaria por ocupar o centro da imagem. Sua pele, seu olhar, sua face e a expressão que ela gera estiveram insinuados na espessura da fotografia associada diretamente à letra da lei que estaria detidamente expressa nos mais de 120 artigos do documento.

Portanto, tratava-se de uma decisão eminentemente política a elaboração de uma fotografia por meio da qual apresentava-se quatro rostos que figurariam como capa da edição de 1984 publicada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Tratava-se de algo novo? Possivelmente, pois o Código de Menores sancionado em outubro de 1927 havia se tornado objeto de muitos debates no Congresso Nacional na década de 1970, o que levou à apresentação de um “novo” projeto de lei de autoria do senador Nelson Carneiro (PMDB).

⁴⁰⁰ Utilizo uma edição publicada pelo Senado Federal em 1984 com o texto integral, assim como outros materiais em anexo e o comparativo com o Código de 1927.



Figura 14 – O rosto e a letra da lei. Fonte: Código de Menores. Senado Federal, 1984.

Em diferentes documentos, tanto oficiais como provenientes de outros espaços sociais, apresentaram-se os rostos dos menores em suas capas ou contracapas. Redigir um novo Código de Menores foi um dos procedimentos tomados como prioridade pelos militares e por parlamentares pressionados por juízes e demais órgãos da sociedade civil. Isso ocorreu no momento em que a própria estrutura do regime ditatorial passava por transformações naquilo que foi chamado de “abertura lenta, gradual e segura” pelo general Ernesto Geisel a partir de 1974. Foi a partir do projeto do senador Nelson Carneiro que o Congresso Nacional redigiu o novo código, que foi promulgado em 10 de outubro de 1979 através da lei 6.697.

O Código legislava sobre assistência, proteção e vigilância a menores de até dezoito anos de idade e vinte e um anos, nos casos expressos em lei. As medidas preventivas dispostas na referida codificação deveriam ser estendidas a todos os menores, independentemente da situação peculiar de cada um. Um conceito chave fez parte da própria doutrina sustentando juridicamente o Código de 1979: “situação irregular”. Um dos primeiros gestos dessa lei foi justamente definir o “menor em situação irregular” com base nos seguintes critérios:

- I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para prová-las;
- II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III – em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

- IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI – autor de infração penal.⁴⁰¹

Mais uma vez estava-se longe de uma legislação ampla para a infância no país. O menor infrator foi lido a partir da doutrina da situação irregular que, dando continuidade ao tipo de lógica que já havia orientado o primeiro código em 1927, continuava destinando-se às crianças e adolescentes pobres. Se o menor já vinha sendo nomeado e particularizado como uma espécie de desvio ao modelo da criança idealizada, durante a ditadura militar esse precisou ser cada vez mais caçado, capturado, governado e consertado, dado o risco social que representava. Entretanto, deixar passar despercebida essa noção de uma infância hegemônica em relação à qual o menor infrator estaria se desviando pode incorrer no risco de naturalizar sua própria composição histórica e cultural que serviu para colonizar o imaginário ocidental, impondo concepções e conceitos que partiram dos países do Norte Global para serem tomados como referência universal.

Rita de Cássia Marchi e Manuel Jacinto Sarmento, desde o campo da Sociologia da Infância, refletem sobre os múltiplos atravessamentos que enredaram a concepção hegemônica de infância sistematizados nos documentos da ONU voltados para regulamentar em âmbito multilateral e transnacional as políticas públicas para crianças e adolescentes no século XX e início do XXI. Isto significa que a infância tem sido objeto de normatização que só se efetuou no tempo por meio de marcadores como gênero, raça, etnia, origem, idade e língua.

Trata-se de um debate denso levado a cabo também por Antônio Miguel ao tensionar o conceito de infância como sendo ele mesmo uma produção colonizadora em seus aspectos linguísticos, semânticos, imagéticos e culturais, compreendendo que este é um desafio colocado também para os estudos pós-coloniais e decoloniais. Uma vez que a pesquisa constitui-se como gesto político sobre o mundo, cabe indagar: “sob um olhar pós-colonialista da pesquisa acadêmica em educação da infância, discursos representacionais da infância e sobre a infância não poderiam ser vistos como formas de colonização da infância e dos territórios da infância?” ou ainda, de modo talvez tão embaraçoso e desafiador como a questão anterior:

estariamos nós constituindo a criança como o Outro Estrangeiro e Estranho – o mau selvagem, ateu, inferior, naturalmente corrupto, deficiente, deficitário, ou então, o bom selvagem rousseauiano, puro, naturalmente dotado e bem

⁴⁰¹ ALENCAR, Ana Valadares A. N de. *Código de Menores: lei nº 6.697/1979: comparações, anotações, histórico, informações*. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1984, p. 9.

dotado, indefeso e corruptível, mas igualmente colonizáveis, cristianizáveis, aculturáveis, civilizáveis, escolarizáveis, liberalizáveis e ocidentalizáveis, e, em ambos os casos, escravizáveis e exploráveis pelo brilho sedutor do poder da mais valia do ouro estrangeiro proveniente dos estranhos territórios do Outro?⁴⁰²

Toda essa dinâmica do Eu e do Outro fez parte das tensões em que foram elaborados os documentos que normatizaram a infância no século XX, especialmente após 1945. No que se refere por exemplo à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC) de 1989, Marchi e Sarmiento discutem como este tem sido o instrumento de direitos humanos mais ratificado em escala mundial desde sua aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Como documento universal sobre os direitos da criança que pretende considerar as múltiplas faces que a infância assume no nível global, a CDC é produto de intensas e prolongadas negociações originadas da complexidade que emerge das diferenças sociais, culturais e religiosas, entre as diversas nações.⁴⁰³

Um aspecto importante e que tem a ver com sua apropriação no Brasil, refere-se ao fato de que esse documento foi constituído como convenção. Tal formato tem poder vinculante e obriga os Estados signatários a adotarem seus princípios e diretrizes no ordenamento jurídico interno, com o objetivo de causar efeitos diretos nas políticas públicas.⁴⁰⁴ Este elemento permite pensar sobre as condições de possibilidade dos debates nos anos 1990 com a promulgação do ECA e todo um novo conjunto de direcionamentos para as políticas voltadas à infância e adolescência.⁴⁰⁵ Mas como indicam Marchi e Sarmiento,

essa orientação normativa sobre a infância não existe apenas na produção legislativa. Um conjunto de assunções, formas de conhecimento, ideias, pressuposições e representações sociais incorporam, no seu todo, modos dominantes de resposta às questões: o que é ser criança? Como agir em face das crianças? São modos dominantes que se exprimem em padrões de comportamento e condutas, hábitos e procedimentos dos adultos em face das crianças e que são configuradores da normatividade da infância.⁴⁰⁶

⁴⁰² MIGUEL, op. cit., 864-865.

⁴⁰³ MARCHI, Rita de Cássia & SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, Normatividade e Direitos das Crianças: Transições Contemporâneas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 141, Out-Dez. 2017, p. 953-954.

⁴⁰⁴ O documento pode ser acessado na íntegra juntamente com outras normativas na área de direitos humanos internacionais em coletânea brasileira organizada pelo Senado Federal, cf. *Convenção Internacional dos Direitos da Criança*. In. Direitos humanos: atos internacionais e legislação correlata. 4ª ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013, p. 202-216.

⁴⁰⁵ Sobre o tema das políticas públicas no contexto pós-ECA, cf. SCHUCH, Patrice. *Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

⁴⁰⁶ MARCHI & SARMENTO, op. cit., 955.

Qual o perigo do modelo hegemônico da infância?

O colonialismo foi um projeto de dominação econômica, social e cultural que para se estruturar fez e continua fazendo uso de múltiplos instrumentos de convencimento, imposição de modelos comportamentais e padrões existenciais.⁴⁰⁷ Veja-se, entre outros, a predominância do *american way of life* e outros signos de consumo e distinção que marcaram as políticas culturais para diferenciar o modo europeu e norte-americano (leia-se estadunidense) de civilização. Isto chegou no tema da infância porque as políticas brasileiras de educação e saúde sofreram grande interferência dos Estados Unidos nos anos 1920 a 1940.

Estas relações internacionais criaram efeitos diversos na composição da imagem hegemônica da infância e, como enfatizam Marchi e Sarmiento,

a filiação das bases ideológicas e culturais das normas legais e das orientações implícitas que integram a normatividade da infância tende a excluir para as margens as crianças que escapam ao enquadramento em que se fundem essas bases, e que é condição das crianças das classes médias e superiores dos países de capitalismo avançado ou do Norte Global (e das classes médias e altas dos países periféricos).⁴⁰⁸

Em meio a tais mediações jurídicas e culturais, a partir de 1974 a estrutura burocrático-administrativa da ditadura militar entrava cada vez mais em um processo que a levaria para dissolução, dadas as múltiplas pressões e resistências da sociedade civil ao regime, bem como os escândalos e críticas ocasionadas tanto pela corrupção como também pela explicitação da tortura como política de Estado. Quanto ao menor infrator, seguia-se a perseguição, criminalização e violência por parte do Estado ou da sociedade civil, veja-se a atuação dos esquadrões da morte e das milícias em ações de “limpeza social”. No campo jurídico, tanto a ação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Menor (CPI do Menor) em 1976 como a alteração do Código de Menores em 1979 deixaram claro como o tema continuava dividindo opiniões e posições.

⁴⁰⁷ Para uma discussão sobre a experiência do colonialismo e a sua continuidade econômica, epistemológica e cultural lida a partir do conceito de colonialidade, cf. QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais; ASSIS, Wendell Fischer Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez., 2014. Da crítica feminista decolonial, uma densa e relevante reflexão sobre o tema pode ser vista em: SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e contribuições à crítica feminista da ciência. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, Belo Horizonte, 2018.

⁴⁰⁸ MARCHI & SARMENTO, op. cit., p. 956.

Se o Direito funciona socialmente como máquina de normalização e produção de condutas, tornava-se sintomática a discussão que ocorria desde meados da década de 1970 sobre a distinção entre um direito do menor e um direito da criança. Se era a própria definição e o lugar de sujeito que estavam em disputa, tais debates jurídicos acabaram dando ênfase a esta questão. Para tal debate a revista *Brasil Jovem* também prestou seus serviços⁴⁰⁹, pois a rigor tinha o interesse de mostrar uma discussão crítica e plural sobre a situação da infância no país.

Criança e menor foram nomeações que partiram de espaços enunciativos e horizontes distintos. Apesar das diferenças e impermanências em jogo, o termo criança sempre esteve vinculado ao projeto de nação + trabalhador + defesa do modelo de civilização que, por sua vez, estava assentado em preceitos raciais e econômicos. Em contraponto, o menor constituía-se como o outro da infância e da criança, sendo o lugar de uma negatividade singular, exposta a exames discriminatórios e práticas genocidas.

Foi também na revista *Brasil Jovem* que se elaborou e difundiu uma série de matérias acerca dos métodos, técnicas e exames pertinentes ao conhecimento adequado da realidade do menor. Em 1975 podia-se ler uma reportagem que se intitulava “Fazer Justiça exige Exame Criminológico do Delinquente”, assinada por João Mineiro e Hipólito Soares.⁴¹⁰ Nela estavam expressas as preocupações e pontos de vista do juiz Álvaro Mayrink, que atuava na Sétima Vara Criminal do Rio de Janeiro.

Na reportagem dizia-se que a expressão “exame criminológico” era usada para “designar o exame científico da personalidade do delinquente, face às interferências multidisciplinares e o aspecto conceitual da criminologia moderna”. O fato era que na política que criou a identidade social do menor delinquente e infrator como perigo social, o exame consistiu em técnica eficiente e importante não para aferir a verdade sobre a personalidade do sujeito, mas para participar de um jogo em que verdadeiro e falso eram peças de uma maquinaria de produção de subjetividades. Isto significa dizer que não era o valor em si da verdade que estava em questão, mas a capacidade de encenar, constituir indícios, “diagnosticar” e estabelecer relações de causa e efeito que pudessem ser convincentes e prováveis na “explicação” da delinquência.

⁴⁰⁹ Veja-se, por exemplo, o texto de Alyrio Cavaliere sobre tal assunto publicado na revista da FUNABEM, expondo ainda a transcrição do projeto de lei que estava no Congresso Nacional e que tinha o objetivo de alterar o Código de Menores, o que só se efetivaria em 1979 como já falamos anteriormente. Cf. Direito do Menor não é o mesmo que Direito da Criança. In. *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 10, n. 35, 1976.

⁴¹⁰ Fazer Justiça exige Exame Criminológico do Delinquente. In. *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 32, 1975, p. 36-38.

O exame criminológico permitiria o “conhecimento integral do homem, sem o qual não se poderá vislumbrar uma justiça eficaz e apropriada, uma vez que a aplicação fria da norma penal, tomando como ponto de partida um critério de valoração político-jurídica, inevitavelmente conduziria a enormes injustiças e monstruosos equívocos”. Mas tal enunciação do juiz não estava historicamente deslocada de um conjunto de regras de formação enunciativa que permitiria que sua fala fizesse sentido e fosse divulgada. Suas palavras compunham uma rede de enunciações que remetiam a enunciados que desde o século XIX se empenhavam em tal tarefa de “descobrir” a personalidade do infrator. Não parece ter sido à toa a citação de autores europeus como Karl Von Hammel (nome importante na Escola Moderna de Direito Penal da Alemanha), o qual, segundo o juiz Álvaro Mayrink, havia feito alusão aos nomes de Beccaria e Lombroso em um Congresso de Criminologia realizado em Turim, na Itália. O exame criminológico demandava uma abordagem multidisciplinar que integrava profissionais como sociólogos, médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais.

Tal investimento visava algo que desde o século XIX se tornou objeto de observação: a “individualização” da penalidade. Em uma sociedade marcada por tantas diferenças como aquelas nas quais tais tecnologias de investigação eram desenvolvidas ou apropriadas, o princípio da individualização se constituía como elemento estratégico no cálculo para fazer viver, deixar morrer, punir ou disciplinar diferentes indivíduos considerando os estratos sociais dos quais eles provinham com seus caracteres endógenos (biológicos) e exógenos (influências do “meio”).

O próprio corpo da matéria expressava uma compreensão sobre este aspecto:

esse conhecimento do homem é precisamente a tarefa que a investigação criminológica, coordenada e disciplinada através da norma adjetiva penal, cumprirá para atingir o diagnóstico sintético e completo da personalidade do delinquente, a fim de que o moderno juiz penal possa verdadeiramente individualizar a pena privativa da liberdade, no sentido de que a sanção atinja o seu fim científico, realizando a defesa do grupamento societário e do próprio indivíduo como partícipe da sociedade.⁴¹¹

Os usos científicos desses nomes da criminologia ocorreram em outras ocasiões no periódico da FUNABEM. Mas outros documentos também se empenharam em tratar sobre como “reconhecer” o infrator. Exemplo disso foi o livro com forte tom sensacionalista publicado pelo delegado Fausto Macedo em 1981, apresentado adiante. Todos estes elementos

⁴¹¹ Idem, p. 36-38.

se constituíam de modo explícito como aspectos da política de constituição do rosto e do corpo do menor infrator visando defini-lo e circunscrevê-lo.

A imagem apresentada [Figura 5] articulava-se a uma narrativa ficcional sobre uma personagem específica por meio da qual se buscava dar a ler as condições em que um indivíduo se constituía na posição de sujeito infrator. Nas figuras 5 e 14 o procedimento de construção do rosto do menor era ao mesmo tempo semelhante e distinto. Semelhante porque, em ambas, se trata de um grupo apresentado imagetivamente a partir de um certo recorte que, no caso da primeira fotografia transformada em pintura, teve como efeito situar tais indivíduos a partir de uma marca da expressão de exaustão física e abandono em um espaço institucional. A segunda imagem foi elaborada para constar na capa da edição do Código de Menores publicada pelo Senado Federal, focando bem menos o espaço e mais a superfície da face.

A captura do rosto de cinco crianças com pose semelhante – olhar fixo em direção ao fotógrafo, mão abaixo do queixo, sorriso levemente esboçado e enquadramento direto nas suas faces – conota uma particularidade, mesmo que ainda situada no coletivo. Apesar das poses semelhantes e de uma mesma distribuição temporal do gesto das três crianças que aparecem em primeiro plano, aqui o investimento social no rosto dos menores parecia ter operado a partir muito mais do desejo de demonstrar uma certa expressão de tranquilidade, leveza, passividade ou, até mesmo, um ar angelical, suave e pouco resistente à máquina de captura ali diante deles: a câmera analógica. Esse equipamento, manuseado por um profissional habilitado a registrar cenas e personagens, tinha um uso político na composição social de uma memória sobre o problema do menor. Ocorria que aqueles meninos capturados analogicamente não seriam governados somente em sua própria carne e gesto dentro das instituições sociais, mas teriam suas existências e a própria materialidade de suas faces registradas e arquivadas para fins que eles próprios desconheciam.

A clivagem entre imagem e nome, na medida em que só temos acesso a uma dessas informações por meio da presente fonte (Figura 14), parecia indicar como a máquina abstrata de rostificação ia produzindo arquivos e memórias visuais que logo seriam objeto de novos investimentos do saber tanto por parte do Estado como também pela legião de especialistas. Capturar o rosto significou produzi-lo, urdindo-o peça a peça por meio de toda uma engrenagem montada para registrar, arquivar, dar a ler e *fazer ver* os rostos de todos aqueles meninos infames, cujas trajetórias e histórias foram capturadas para fins institucionais. Nem sempre tal rosto seria usado como o modo de identificar e conduzir tais sujeitos para experiências de institucionalização mediadas pelo Juizado de Menores, mas de toda forma seria um ponto fundamental no processo social de construir e identificar o menor.

Mas a máquina abstrata de rostificação só se constituiu efetiva e historicamente a partir da articulação e da sobrecodificação de materialidades e todo um conjunto concreto de sinais, coisas, objetos e espessuras passíveis de serem agenciadas para constituir outras coisas que, por sua vez, passaram a pertencer a outro domínio de saberes e a outros sistemas de inclusão e exclusão. As figuras 5 e 14 foram produzidas para fins públicos e institucionais e isto já denotava aspectos importantes de sua fabricação visando ampla circulação e constituição de um acervo ou um repertório social sobre o tema. Se ambas as imagens se tornaram públicas e construíram o rosto do menor a partir da perspectiva de localizar tal sujeito coletivamente, havia também na Figura 14 o tratamento do rosto com algumas diferenças significativas.

Diferentemente da Figura 5, esta fotografia não apresenta os corpos dos menores em sua integralidade, privilegiando o rosto e nela aparecendo apenas ombros e braços, sem maior localização do corpo no espaço em que se encontrava no instante da pose. Foram pelo menos quatro rostos que fixaram a câmera, enquanto o garoto que ocupava a parte central e que repetia o mesmo gesto dos demais não encarava o fotógrafo, mas tinha o olhar destinado para o lado esquerdo. As personagens foram posicionadas para o momento de captura da imagem e o menino negro ficou ao centro. Em sua aparente banalidade tal gesto permitiria compreender, na articulação com outros registros visuais que compõem o arquivo social sobre o menor, que o elemento racial foi fundamental na constituição histórica do conceito-imagem do menor infrator. A máquina abstrata de rostificação só funcionaria socialmente na articulação de tensões e diferenciações diversas na composição de um rosto expressivo. Isto significou historicamente que a produção do rosto foi efeito de uma rede (o dispositivo da menoridade) que esteve intimamente articulado a um aspecto fundamental na constituição da sociedade brasileira: o racismo estrutural.

Se o dispositivo da menoridade se constituiu como uma rede ele também foi retroalimentado em seu circuito pelas heranças e gestos socialmente deliberados para atualizar uma estrutura de diferenciação racial no país. O mais importante foi que a racialização por meio da distribuição de posições para meninos brancos e negros foi um elemento fundamental para entender a invenção social e cultural do menor infrator. Ao dizer que a invenção do menor foi efeito do racismo brasileiro, dialogo com Sílvio Almeida, o qual afirma

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até mesmo familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.⁴¹²

⁴¹² ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019, p. 50.

Para os propósitos desta tese cabe destacar que “a ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento”.⁴¹³ As políticas de subjetivação produzem os sujeitos e neste sentido impõe a necessidade de ler tais construções em suas distintas marcas históricas aqui e ali, pois “pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Neste sentido podemos dizer que é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados”.⁴¹⁴

Daí a importância de tomar a raça não como critério biológico de diferenciação, mas como conceito socialmente constituído para dar conta de diferenças sociais com base em imaginários, repertórios culturais e heranças geracionais. Em seu estudo sobre racismo e antirracismo no Brasil, Antonio Guimarães propõe um denso e importante debate sobre a categoria da raça, reconhecendo inclusive a resistência de alguns setores do campo acadêmico no país para usar esse conceito como categoria de análise. Daí a importância de “teorizar as ‘raças’ como elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios”.⁴¹⁵ Portanto, “se as raças não existem como num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas”.⁴¹⁶

A partir das reflexões de Achille Mbembe⁴¹⁷ sobre a invenção da raça como categoria explicativa pode-se pensar sobre aquilo que ele nomeia como o *devoir negro do mundo* criado pelo neoliberalismo e suas políticas de morte. Tal expressão significa a exposição social de todos às ações, omissões e tratamentos que um sujeito racializado como negro sofre em uma sociedade racista. Significa dizer que

as mazelas econômicas antes destinadas aos habitantes das colônias agora se espalham para todos os cantos e ameaçam fazer com que toda a humanidade venha a ter o seu dia de negro, que pouco tem a ver com a cor da pele, mas essencialmente com a condição de viver para a morte, de conviver com o medo, com a expectativa ou com a efetividade da vida pobre e miserável.⁴¹⁸

⁴¹³ Idem, p. 51.

⁴¹⁴ Idem, p. 64.

⁴¹⁵ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 67.

⁴¹⁶ Idem, p. 67.

⁴¹⁷ MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

⁴¹⁸ ALMEIDA, p. 125.

Mbembe analisa toda uma rede discursiva sobre o negro. Nisso, a raça foi constituída como categoria de análise das relações de diferenciação entre negros e não negros, estabelecendo assim uma “teoria explicativa das relações entre um pensamento racial no mundo ocidental e a emergência da modernidade em sua relação intrínseca com o desenvolvimento do Estado moderno e do capitalismo”.⁴¹⁹ Pensada histórica e sociologicamente, “a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ‘ideológica’, cuja função é desviar a atenção de conflitos considerados, sob outro ponto de vista, como mais genuínos – a luta de classes e a luta de sexos, por exemplo”.⁴²⁰

De acordo com Mbembe,

a fabricação dos sujeitos raciais no continente americano começou por sua destituição cívica e, portanto, pela consequente exclusão de privilégios e de direitos assegurados aos outros habitantes das colônias. Ela prosseguiu com a extensão da servidão perpétua a seus filhos e descendentes. Essa primeira fase se consolidou num longo processo de construção da incapacidade jurídica. A perda do direito de recorrer aos tribunais fez do negro uma não pessoa do ponto de vista jurídico. Agregou-se a esse dispositivo jurídico uma série de códigos de legislação escravocrata, muitos deles na sequência de levantes de escravos. Consumada essa codificação, pode-se dizer que, por volta de 1720, a *estrutura negra do mundo*, que já existia nas Índias Ocidentais, fez oficialmente a sua aparição nos Estados Unidos, e a *plantation* era a cinta que fazia a amarra dos seus contornos.⁴²¹

O negro passa ser visto como um bem móvel do ponto de vista legal e jurídico. E foi no momento em que se precisou decidir sobre de que forma mobilizar toda uma população enquanto mão de obra para garantir a produção comercializada em longas distâncias que o negro foi inventado para responder a essa demanda que se impunha, ou que na verdade era fabricada pelo próprio sistema econômico.

Assim, voltando-se novamente para a capa do Código de Menores de 1979, foi uma operação estratégica construir aquela imagem capa, constando no centro da imagem um sujeito “negro”, racialmente diferenciado e visibilizado. Pois, segundo Mbembe,

ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, pele e de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura: a da loucura codificada. Funcionando

⁴¹⁹ ROBYN, Ingrid. Capitalismo, esquizofrenia e raça: o negro e o pensamento negro na modernidade ocidental. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 696-703, set/dez. 2017.

⁴²⁰ MBEMBE, *Crítica da Razão Negra*, p. 28-29.

⁴²¹ MBEMBE, *Crítica da Razão Negra*, p. 45.

simultaneamente como categoria originária, material e fantasmática, a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres.⁴²²

Dizer, portanto, que a máquina abstrata de rostificação produziu um rosto do menor como um sujeito racializado implicará dizer, ainda com Mbembe, que,

vista em profundidade, a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como *semelhante a si mesmo*, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total.⁴²³

A narrativa da revista *Brasil Jovem* também emergiu nessa trama racial, pois o periódico se empenhou em contar histórias de menores recuperados ou ressocializados pela FUNABEM, nomeando Geraldo como o “pretinho” da instituição. Em sua estratégia editorial, também se utilizou da história de um cantor que fazia sucesso no mercado fonográfico entre os anos 1960 e 1970, para mostrar sua vida pretérita como criança negra, pobre e institucionalizada. Tratava-se de Evaldo Braga (1947-1976), famoso por suas canções de amor e que havia sido abandonado ainda quando criança, sendo inserido no SAM. No interior dessa instituição ele conheceu o inspetor José Póvoas Neto, que o adotou como filho e o criou com sua esposa, Dona Cândida. Em reportagem da revista *Brasil Jovem* em 1974 nomeava-se a matéria, assinada por Ronaldo Zambrano, do seguinte modo: “Evaldo Braga: o menor atrás do mito”. O termo “atrás” já parecia significar uma espécie de segredo revelado.

O conjunto de imagens publicado pela revista retratando a visita do artista ao setor de Triagem da FUNABEM situava-se em um contexto discursivo em que se propunha que o cantor teria compartilhado sua história com outros meninos, os quais se encontravam em situação de risco e abandono antes de serem acolhidos pela instituição. O modo como as legendas, os textos e fotografias foram elaboradas fazia parte da constituição de um acervo institucional que mobilizou histórias e trajetórias pessoais visando o reconhecimento da entidade. A revista fez questão de demarcar a diferença e a excepcionalidade de Evaldo ao dizer que “ninguém poderia supor que, anos depois [de ter sido um interno do SAM], aquele *pequeno escurinho*, pouco mais

⁴²² MBEMBE, *Crítica da razão negra*, p. 13.

⁴²³ Idem, p. 27.

do que um bebê, se tornaria o ídolo de uma juventude, o ‘*ídolo negro*’ como ficou conhecido o cantor Evaldo Braga”.⁴²⁴

No periódico, constam uma pequena narrativa da história de Evaldo, assim como outros dois textos importantes: uma pequena autobiografia do artista e uma entrevista com Dona Cândida. A “autobiografia” inacabada teria sido encontrada pela equipe da revista nos arquivos da Phonogram, empresa fonográfica que lançou Evaldo como cantor, e a grafia original foi preservada. Como artista negro que teve grande visibilidade nas décadas de 1960 e 1970, a história de Evaldo foi mobilizada na revista da FUNABEM de um modo que parecia querer inculcar a retórica de um exemplo, de uma diferença.



Figura 15 - Histórias compartilhadas? Imagens da visita de Evaldo Braga à FUNABEM. Revista *Brasil Jovem*, 1974. Acervo Faculdade de Educação da UFRGS.

Em entrevista cedida à revista *Brasil Jovem*, Dona Cândida falava sobre a “preferência” que Evaldo tinha pelo trabalho no rádio, em detrimento da televisão. O motivo de tal “preferência” explicitava-se na própria entrevista em trechos emblemáticos. Segundo D. Cândida, ele teria dito:

O que mais projeta um cantor é o rádio, apesar de toda a força da televisão. Mas a TV gasta muito a imagem da gente. Quem não tem *boa imagem*, não dura na televisão. O rádio não. É a voz, a mensagem. Por isso, só canto no rádio. É lá que o povo escuta e compra o disco no dia seguinte.⁴²⁵

Mas apenas nos parágrafos finais da reportagem é que outros trechos permitem perceber o motivo pelo qual Evaldo não queria expor o seu rosto na TV. O subtítulo da reportagem fala de um “menino alegre”, mas Dona Cândida expunha também uma tristeza que acompanhou o

⁴²⁴ *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 29, 1974, p. 4, grifos meus.

⁴²⁵ *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 29, 1974, p. 7, grifos meus.

artista por longos anos, moldando-se em sua própria carne. Disse a mãe de Evaldo ao repórter do periódico:

O primeiro emprego dele foi na Funerária Estrela. *Ele tinha complexo da sua cor escura.* Num dia recebeu a missão de fazer alguns recebimentos, para a prestação de contas no final do dia. No finalzinho do seu expediente, Evaldo aproveitou um pouco de seu tempo para *esticar o cabelo.* Parece-me que ele não contava sair tão tarde do salão, de modo que só foi fazer a prestação de contas na Funerária no dia seguinte. O patrão de Evaldo, sabendo que o menino tinha saído do SAM, achou que não poderia ter mais confiança nele, por não ter ido no final do expediente para trazer o dinheiro. Resultado, foi demitido.⁴²⁶

O fato de ter passado pelo SAM ter ocasionado a demissão de Evaldo deixa muito claro o tipo de imagem que a instituição tinha na sociedade da época. Apesar de um pouco longo, o trecho abaixo traz na íntegra a “autobiografia” de Evaldo, usada pela revista *Brasil Jovem* para mostrar a trajetória de um ex-menor e a superação da marginalização social:

No dia 28 de setembro nascia na cidade de Campos no estado do Rio de Janeiro. Infelizmente não tive a sorte de conhecer os meus pais, mas sei o nome de ambos... Evaldo Braga e Benedita Braga, que talvez por não poderem me dar o sustento me abandonaram.

Foi quando tive a sorte de ser encontrado por uma senhora do Juizado de Menores, cujo nome é D. Maria, que estava passando suas folgas no bairro do Caju. A bondosa senhora apanhou-me e foi diretamente telefonar para o juiz, e o mesmo respondeu que todos os colégios estavam preenchidos e não havia vaga. Finalmente ficou resolvido que iam transferir-me para o Rio de Janeiro. Ao chegar no Rio o Instituto Edson já estava a minha espera. O referido colégio era dirigido por D. Noêmia e o mesmo pertencia ao Serviço de Assistência ao Menor (SAM), hoje Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, (FNBEM). No SAM estive em vários colégios: Instituto Edson, Escola Delfim Moreira e Escola Campos Sales, em Passa Quatro, cidade de Minas Gerais, posteriormente na Escola João Luiz Alves na Ilha do Governador no Rio de Janeiro. Todas as escolas pertencentes ao Serviço de Assistência a Menores em que estive são boas, pois lá tive a minha educação, aprendi música e a ser um homem correto e sabedor de minhas obrigações etc. Fiquei 20 anos por conta do Juizado de Menores. Durante esse tempo a minha maior loucura seria um dia conhecer a minha estimada e querida mãe. Como é triste uma criança sem mãe, ou melhor, sem ninguém. Se alguém por acaso soubesse onde poderia encontrá-la, ficaria muito grato. Quando deixei para prestar o serviço militar, não consegui fazer o mesmo por excesso de contingente. Procurei arrumar os meus documentos e saí em busca de emprego.

Trabalhei na companhia funerária Estrela, General Elétrica (GE), Varig, mas a minha vontade mesmo era ser cantor, gravar um disco para minha mãe ouvir. Ao sair desses empregos não consegui mais nada a não ser engraxar sapatos dos artistas na rádio Mairink Veiga. Em pouco tempo fiz amizade com todos os funcionários, principalmente com Isac Zaltaman que apresentava, na época, um famoso programa “Hoje é dia de Rock”. Pedi ao mesmo uma oportunidade, ele marcou o meu nome e disse-me “está certo garoto”. Fiquei

⁴²⁶ Idem, p. 8, grifos meus.

muito entusiasmado, mas foi tudo em vão, pois o programa e a emissora saíram do ar por alguns meses. Um dia conheci o Sr. Rubens Machado que prometeu uma gravação. Eu sempre com esperança mas nunca chegava o tão desejado dia. Resolvi sair para fazer vários testes e nada consegui, nunca deixei de tentar porque sabia que um dia teria o meu ideal. Certo dia, num programa da Rádio Vera Cruz, no Rio de Janeiro, dirigido pelo amigo Edson Santana, cantando para poucas pessoas, notei uma criatura fitar-me carinhosamente e esta pessoa passou a ser minha namorada e incentivadora. Estava sem um tostão no bolso e Adelaide pediu para o seu pai arranjar um emprego para mim. Graças a ele fui trabalhar na Light, onde fiquei somente dois meses, porque só pensava em cantar. Ao sair do emprego os pais de Adelaide ficaram furos e me aconselharam a deixar a mania de rádio, que não dava futuro a ninguém, ou terminar o namoro com sua filha. Eu disse que ficaria com os dois mas Adelaide não concordou dizendo que queria um esposo só para ela e não para as outras. Resolvi ficar com o rádio. Passei a dormir nos estúdios da rádio Metropolitana, quando meu amigo Roberto Muniz me arranhou para trabalhar no disco “Ébrio de Amor” de Lindomar Castilho que chegou ao primeiro lugar em todas as paradas de sucesso.

O meu amigo Muniz, sabendo que eu cantava, começou a levar-me para **shows** e sentiu que eu estava agradando. Sempre pagava o meu quarto e ainda me dava “grana”. Estava na rádio Globo e encontrei Osmar Navarro que 4 anos antes havia dado uma esperança de ajudar-me. Este foi o único que manteve a palavra, várias vezes pagou meu almoço e nunca negou, graças a Deus. Osmar levou-me a RCA-Rio e ficou tudo certinho, eu ia gravar o primeiro disco da minha vida, chegando o grande dia que tanto esperava, tive que chorar de emoção. Gravei as seguintes músicas: **Dois bobos**, de Osmar Navarro e **Não importa**, de Evaldo Braga e Carmen Lúcia, e graças ao meu bom Deus cheguei ao 12º lugar nas paradas do Rio. Em 5-7-71, vim para a Phonogram, gravando para a Polydor, por intermédio do divulgador Hailton Ferreira onde gravei **Só quero**, de Evaldo Braga e Carmen Lúcia e **Por uma vez mais**, de Neneo, produzido por Jairo Pires, que atingiu o 1º lugar em todas as paradas do Brasil.

Se o discurso jurídico prescindia das trajetórias singulares em seu silogismo pragmático que submetia toda diferença a uma norma geral a ser aplicada, outras narrativas fizeram uso das biografias de personagens para poder ancorar interpretações sobre a questão dos menores. Ao seu modo, a revista *Brasil Jovem* fez isso continuamente. A aparição da autobiografia de Evaldo Braga parece ter mobilizado sentidos como a “superação individual”, mas também se fez alusão à relevância das instituições de internação das crianças em situação de abandono como peça fundamental para garantir a educação formal. Referia-se também à formação subjetiva do cidadão, como fica expresso quando ele diz que as escolas por onde passou foram importantes para que ele se tornasse “um homem correto e sabedor” de suas “obrigações”.

O SAM havia deixado uma herança ambivalente, pois apesar das críticas que sofrera, histórias como a do ex-menor que se tornara cantor e despontara nas paradas de sucesso do país todo pareciam arregimentar sentimentos e alicerçar apostas na superação daquele “problema

nacional”. Além disso, o uso político da biografia do cantor também parecia mobilizar as referências sobre a centralidade da figura feminina na educação e proteção das crianças.

Outra cena que permite pensar como o trabalho de instituições como o SAM e FEBEM atualizou uma certa pedagogia do trabalho e uma série de valores que deveriam ser inculcados pode ser vista na autobiografia do adolescente Paulo Collen, branco. Após sua internação, ele conta que a rotina seria assim: “café às sete; trabalho na fábrica às oito; almoço ao meio-dia; volta para o trabalho às treze; física às quinze; finalmente, banho, jantar e escola”.⁴²⁷ Ele afirma que mais de 80% dos meninos não eram alfabetizados e, por isso, a escola deveria ser o mais importante. “Toda essa rotina seria principalmente para os menores infratores. Eu também acho que entre ficar com o bundão sentado na quadra e a rua, é preferível a rua”. Mas na FEBEM a assistente social logo informava:

Olha, rapaz, você foi pego cometendo infração e não é a primeira vez. Queira você ou não, vai ter que acordar às sete horas. Só que agora mudou. Sabe por quê? Porque antes você só ficava fazendo tapetinho, selinho de maço de cigarro, cordão de bronzeador. Agora nós vamos te dar um emprego para você sair desta. Temos uma fábrica e estamos precisando de funcionários. Você vai ser registrado, vai ganhar seu salário como qualquer funcionário, só que tem uma coisa: só vai sair daqui a três meses porque esta foi a ordem do juiz. Durante estes três meses você só sai daqui se fugir. Também tem a escola, que vai ajudar você a se transformar em homem.

Entre as cenas de Evaldo e Collen existem diferenças, na medida em que um enuncia sobre si mesmo o que era tornar-se homem enquanto o outro descreve uma fala impositiva e prescritiva de uma profissional da instituição. Cada uma dessas histórias mobilizou sentimentos e expectativas variadas em relação às suas vidas dentro e fora das entidades.

A história do cantor Evaldo Braga apresentada nas páginas da *Brasil Jovem* permite pensar sobre os efeitos sociais e subjetivos do racismo estrutural na trajetória de um menino abandonado, mas que fizera do canto um modo de vida. Assim, o racismo atravessaria a formação subjetiva de Evaldo por meio de práticas sobre si mesmo que se ancorariam no sentimento de vergonha em relação à própria cor da pele. O esforço em alisar o cabelo, o ato de evitar ou não “preferir” aparecer na TV porque não tinha uma “boa imagem” a apresentar, assim como a própria exposição da sua vida como um ex-interno do SAM e a demissão pelo fato de que ele tinha esse histórico, tudo isso constitui os traços de uma sociedade estruturalmente alicerçada no processo de exclusão social com base na diferença racial.

⁴²⁷ COLLEN, *Mais que a realidade*, p. 126.

Raça constitui uma “ficção útil” e em torno dela se elaborou todo um imaginário social capaz de materializar gestos, comportamentos, modelos institucionais, códigos de normalização, legislação e formas de facilitar ou impedir o acesso a bens simbólicos e materiais. Em outros termos, a raça se constitui como ficção útil para as análises que pretendem colocar em causa a diferença racial socialmente construída. Neste jogo de entrar e sair de certos circuitos sociais o rosto funcionou como forma de abrir ou não algumas possibilidades. O relato de Evaldo sobre a sua aparência física indica isto, nos remetendo ao que Le Breton analisa ao dizer que “na linguagem corrente, a face ou a fisionomia valem pela pessoa em sua totalidade, pelo sentimento de identidade que a caracteriza e pela estima de que usufrui por parte dos outros. A face (ou a fisionomia) é aqui uma medida da dignidade social de que um ator é objeto”.⁴²⁸

Ao escrever uma obra fundamental para o pensamento social brasileiro em 1977, o cientista social Abdias Nascimento (1914-2011) referia-se à estética da brancura incorporada por diversos artistas e intelectuais negros na história do Brasil. Ao falar sobre os casos de personagens como Domingos Caldas Barbosa (1738-1800), Manoel Inácio da Silva Alvarenga (1730-1800), Gregório de Mattos (1633-1696), Gonçalves Dias (1823-1864), João da Cruz e Sousa (1861-1897), Lima Barreto (1881-1922), o autor analisa que “entre nós há inúmeros exemplos de negros e mulatos tão profundamente marcados por essa assimilação a ponto de manifestarem ódio à própria cor. Tentam exorcizar sua negrura usando os recursos da autoflagelação, mas só conseguem o autodesprezo”.⁴²⁹

Portanto, se o racismo não pode ser lido somente na chave de atitudes individuais, como nos sugere Sílvio Almeida, por outro lado essa estrutura social que antecede e sucede os indivíduos não pode prescindir de corpos, gestos, falas, cabelos, expressões, afetos e desejos para ter seus dispositivos atualizados e postos em funcionamento. A história de Evaldo Braga, assim como a de Geraldo e outros que figuraram em diferentes narrativas no período estudado, foram constituídas de modos diversos e para atender a objetivos nem sempre declarados abertamente. Se Evaldo Braga e Geraldo se sobressaíram graças ao talento musical e ao acolhimento institucional na FUNABEM, respectivamente, suas histórias individuais foram objeto de uso político do Estado para garantir um certo controle sobre as narrativas geradas socialmente em torno do problema do menor. Afinal de contas, por trás do “mito” das massas ou do “ídolo negro” havia um menor.

⁴²⁸ LE BRETON, *Rostos*, p. 163.

⁴²⁹ NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016, p. 154.

Tal memória figuraria como uma espécie de chaga, uma ferida ainda aberta. Um passado que não passou. Parece que a revista incitava a ideia de que mesmo com as honras e glórias havia uma espécie de defeito de nascença, uma falta originária. Um sujeito em negativo, apesar de ter se constituído como uma exceção. Uma história entre outras histórias, mas que não deveria ser esquecida do lugar de onde partiu socialmente. Ao passo em que usava histórias individuais para mostrar efeitos positivos da institucionalização e miradas de esperança sobre o espinhoso problema assumido pela instituição, parecia também que o periódico dialogava diretamente com uma perspectiva que individualizava os problemas, diferentemente da chave de análise da Teologia da Libertação que informaria outros modos de ler tal tema, como se descreve adiante.

Essa forma de dar a ler o assunto estava centrada discursivamente na perspectiva liberal assumida pela FUNABEM, fazendo uso de metáforas e exemplos diversos centrados no indivíduo como causa de problemas ou de soluções, sem atentar nem privilegiar um horizonte de leitura que pudesse entender os fatores condicionantes e as heranças culturais e sociais que permitiram que certos processos se tornassem possíveis ou não. Obviamente que nos diversos textos presentes na revista *Brasil Jovem* pode-se ver que não existe uma única tônica dominante, mas certos traços de continuidade são possíveis de se perceber e avaliar. Portanto, percebidas algumas linhas do funcionamento rizomático e libidinal do racismo e do capitalismo como estruturas que não somente engessaram e reprimiram, mas que produziram subjetividades e espacialidades, pode-se notar como o rosto do infrator cada vez mais ia se constituindo em uma maquinaria de produção das identidades sociais e da estigmatização de diferenças raciais.

No processo de invenção do menor infrator a raça foi mobilizada como marcador social para distinguir tal personagem de outra, a criança. Isto se deu apesar das imagens de crianças brancas – e as branquitudes pensadas no plural – também terem sido subalternizadas pelo cruzamento com dinâmicas de classe (Querô, Pixote, Collen) e/ou gênero e sexualidade (Lilica e Anderson). Portanto, as diferentes políticas que incidiram sobre os corpos “dos menores” criaram distinções a depender desses marcadores e, em seu conjunto, contribuíram para que a imagem do menor infrator negro fosse sobreposta a outras imagens. A capa do Código de Menores, assim como várias outras imagens em periódicos e filmes permitem perceber a recorrência da figura do menor infrator como sendo um menino ou um jovem negro.

O rosto sentenciado e a face da salvação



Figura 16 – O menor como alvo. Manual da Campanha da Fraternidade. CNBB: Brasília, 1987, p. 299.

Pela articulação expressa entre o racismo estrutural e a sociedade que inventou o menor infrator no imaginário social, pode-se pensar a configuração imagética desse adolescente negro como parte de uma economia psíquica, libidinal e monetária retroalimentando um circuito de extorsões. Tal lógica parece ter operado na configuração da imagem que figura no manual de instrução da Campanha da Fraternidade (CF) de 1987 [Figura 16], organizada e financiada pela CNBB para ocorrer durante a Quaresma no período de 4 de março a 19 de abril. O tema para a campanha havia sido proposto na 23ª Assembleia da CNBB realizada de 10 a 19 de abril de 1985 em Itaipic, no estado de São Paulo. Este tema vinha sendo objeto de estudos na entidade desde 1975 quando a Pastoral do Menor foi criada.⁴³⁰

O manual foi produzido e impresso em Brasília pela equipe responsável pela CF 1987 com o objetivo de instruir o passo-a-passo das atividades que iriam compor a campanha cujo tema era “O menor e a fraternidade” e o lema “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. Tal frase constou da capa do material, seguido da “assinatura” de Jesus Cristo, uma vez que a frase repercutia de outro modo uma sentença do Evangelho de Mateus.⁴³¹ A CF começou a ser desenvolvida pela Igreja Católica em todo o Brasil a partir de 1964, momento histórico importante pois foi a partir de tal conjuntura que a própria estrutura eclesial passou por

⁴³⁰ AZZI, Riolando. *A Igreja e o menor na história social brasileira*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

⁴³¹ “**O maior no Reino dos céus**. Naquele momento os discípulos aproximaram-se de Jesus para perguntar: ‘Quem é o maior no Reino dos céus?’ Jesus chamou um menino, colocou-o no meio deles e respondeu: ‘Eu vos declaro esta verdade: se não vos tornardes de novo como os meninos, não podereis entrar no Reino dos céus. Portanto, aquele que se dizer pequeno como este menino será o maior no Reino dos céus. Quem acolher um menino como este em meu nome, é a mim que acolherá’ (Mateus, 18: 1-5)”. Cf. *Bíblia*. LEB - Edições Loyola. São Paulo, 1994.

significativas transformações, concretizadas graças ao Concílio Vaticano II (1962-1965) e as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979). No manual explicava-se sobre as duas fases que marcaram a história da CF:

De 1964 a 1972, os temas da Campanha da Fraternidade (CF), inspirados na Constituição dogmática conciliar sobre a Igreja – LUMEN GENTIUM, voltaram-se mais para a renovação interna da pessoa e da Igreja. De 1973 até hoje, sem deixar de lado essa tarefa própria do período litúrgico quaresmal de PENITÊNCIA E CONVERSÃO, a CF passou a dar ênfase ao documento conciliar GAUDIUM ET SPES, isto é, à renovação da Igreja em relacionamento com o mundo, sob a influência de Medellín (1968), do Sínodo sobre Justiça no Mundo (1971) e dos acontecimentos sociais e políticos da América Latina e do Brasil.⁴³²

Por meio de tais mudanças na estrutura eclesial a Igreja assumiu a sua “opção pelos pobres”. Contudo, tal mudança não teve efeito meramente retórico, pois a partir dali novas relações entre a Igreja e a comunidade de fiéis se deram por meio de atividades, engajamentos e outras compreensões sobre a história do Brasil e da América Latina, cujas histórias foram marcadas por violações contra as populações nativas. Deste modo, em todo o manual da CF se percebe a preocupação em destacar as crianças indígenas, pobres, do meio rural e urbano, bem como se tentava enfatizar a realidade social do menor e da menor, diferentemente de outras narrativas que focalizaram muito mais a realidade do menor singularizado em uma masculinidade cisgenerificada. Ainda no manual, podia-se ler:

A escolha do tema do MENOR empobrecido e marginalizado para a CF-87, está em coerência com os temas tratados, sobretudo nestes últimos anos. De fato: família (1977), trabalho e justiça (1978), migração (1980), saúde (1981), educação (1982), violência (1983), vida (1984), fome (1985), terra (1986) revelaram o absurdo no qual sobrevivem milhões de Menores neste imenso e rico Brasil. Em cada um destes temas a Igreja foi percebendo o rosto de Cristo na cruel realidade do Menor empobrecido e marginalizado. Antes mesmo de ser assunto de uma CF, em muitos lugares, a Igreja começou a reagir criando grupos e organizações, entre as quais a Pastoral do Menor e a Pastoral da Criança.⁴³³

Pode-se ler ainda todo um histórico das campanhas e das mudanças que ocorreram na Igreja e que se deram na interface entre religião e política. A partir dos anos 1970 as obras de teólogos como Leonard Boff e Pablo Richard cada vez tiveram mais incidência no repensar da própria prática da Igreja Católica como instituição social. Como destaca Flávio Sofiati, houve entre os anos 1970-80, uma nova forma de a instituição eclesial ler a realidade brasileira e

⁴³² Manual da Campanha da Fraternidade. Brasília: CNBB, 1987, p. 2-3.

⁴³³ Manual da CF, p. V.

latino-americana. Usou-se como referencial teórico e político elementos do marxismo, exercendo o conceito de classes sociais uma força explicativa considerável no âmbito do que se tornou a chamada Teologia da Libertação. Esta, por sua vez, propunha outra experiência religiosa e espiritual que estivesse em sintonia com os problemas estruturais da sociedade em que se vive. Portanto, a crítica do capitalismo como produtor de misérias e desigualdades de múltiplas facetas – e cujas heranças nefastas podia-se perceber ao ler a história da América Latina – foi um conteúdo político de longo alcance, apesar de que a ala católica professante da Teologia da Libertação nunca tenha sido a maioria hegemônica na instituição.⁴³⁴

Tratava-se de uma teologia eminentemente política que emergia e que, ao vincular-se à ideia da “igreja como povo de Deus e não como instituição hierárquica”⁴³⁵, inseria-se em um debate que tinha a ver com a própria ideia de modernidade capitalista e seus efeitos. Em perspectiva decolonial, Martinez compreende a Teologia da Libertação como uma “crítica moderna da modernidade”, pois na interface com as Ciências Sociais aqueles teólogos desvelavam “os mecanismos da exploração e da dominação estabelecidos desde a Conquista”.⁴³⁶ Tal crítica sobre as condições estruturais das sociedades latino-americanas permitiam compreender as questões sociais a partir de uma perspectiva histórica que as explicava e impedia que se incorresse em raciocínios simplistas como o que culpabilizava as camadas populares por problemas vinculados à segurança pública, migrações, entre outros temas.

Sob este prisma, a mirada crítica sobre o problema do menor permitia lê-lo como questão vinculada ao racismo, à exploração capitalista da mão de obra infantil e da não distribuição equitativa de renda. Assim, o alcance social da leitura que a teologia propunha sobre este e outros temas que a CF abordou ao longo dos anos, permite pensar como mesmo em se tratando de uma instituição com tradição bastante conservadora, criou-se um campo de tensões e negociações internas. Isso tornou possível a inserção de fiéis na organização de ações de incidência política como estava expressa na proposta das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Um traço importante na configuração da temática do menor infrator pela CF se deveu à sua articulação com outros setores sociais na busca de constituição de um arquivo sobre aquele tema, com estatísticas, análises e materiais que pudessem produzir subsídios para uma

⁴³⁴ Sobre as diferentes tendências do catolicismo brasileiro, cf. SAFIOTI, Flávio Munhoz. O novo significado da “opção pelos pobres” na Teologia da Libertação. *Tempo Social*, revista de Sociologia da USP, v. 25, n. 1, p. 218.

⁴³⁵ ANDRADE, Luís Martinez. O capitalismo como religião: a Teologia da Libertação em uma perspectiva decolonial. *Caminhos*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 168-180, jan./jun. 2018.

⁴³⁶ ANDRADE, op. cit., p. 174.

incidência social forte. A presença de uma peça do Ministério Público do estado de São Paulo junto aos arquivos da campanha deixa isso muito claro. Ainda em 1986, quando a CF estava sendo preparada, recolheu-se junto ao MP-SP um texto que trazia a transcrição de uma palestra proferida pelo promotor Paulo Afonso Garrido de Paula. O documento intitula-se “A questão do menor e a constituinte” e faz toda uma problematização jurídica e política sobre o tema do adolescente infrator, posicionando-se contrariamente às possibilidades de redução da idade de responsabilidade penal. Critica o Código de Menores e a prática indiscriminada da institucionalização de adolescentes como sendo a pior das alternativas. Na ótica do promotor,

a questão do menor é antes de tudo uma questão sócio-política. Reside, na origem em um sistema que se sustenta através de estruturas desiguais, destinadas a manter o poder político nas mãos do poder econômico. Para acumular capital, concentrar riquezas e beneficiar-se de privilégios, a minoria que comanda pauperiza e explora a classe trabalhadora, mantendo a gritante desigualdade na relação capital-trabalho.⁴³⁷

Ora, tal enunciação presente em um documento jurídico e político fundamentado em termos teóricos foi uma peça importante para que a CNBB construísse sua argumentação em torno do problema do menor, imprimindo obviamente suas peculiaridades ao abordá-lo inclusive no âmbito da ANC 1987-1988. Contudo, tal aspecto permite pensar a rede de saberes e poderes em funcionamento mirando a Constituinte como espaço de disputa e para a qual estas instituições se direcionariam. Delineava-se toda uma preocupação e um compromisso social com a questão da infância e do menor marginalizado.

Um dos aspectos mais interessantes do manual da CF-1987 foi a composição do perfil do menor infrator como modo de contribuir para a identificação desse sujeito, como se este fosse algo externo às diferentes narrativas que lhe davam os contornos e sentidos socialmente fabricados. A armadilha da identidade como construção social arbitrária e eminentemente política foi um dos principais vetores de articulação das enunciações que constam dos materiais da CF, pois definir o perfil consistia em atividade fundamental para acomodar inquietudes, inseguranças e incompreensões sobre o tema, mesmo que tal perfil não condissesse efetivamente à realidade múltipla em que os processos de marginalização e delinquência ocorreriam nos lares e ruas do país.

⁴³⁷ MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. *A questão do menor e a constituinte*. Documento datilografado. São Paulo, 1986, 24 p.

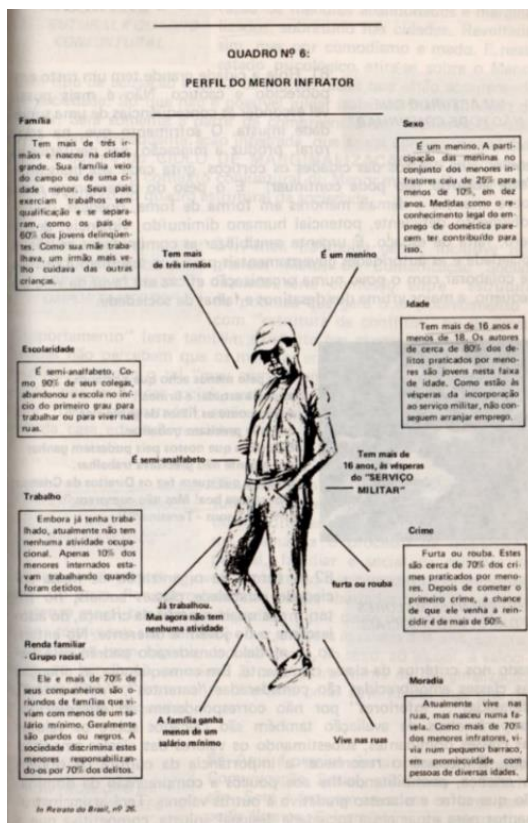


Figura 17 – Tiranias da identidade: o perfil do menor. *Manual da Campanha da Fraternidade*. Brasília: CNBB, 1987, p. 37.

Se a Figura 16 apresentava uma relação entre o corpo infantil carente diretamente vinculado ao mapa do Brasil, o que permite pensar imageticamente como estava sendo gestado o “problema nacional” do menor em sua dimensão demográfica, por outro lado a Figura 17 enfocará outro processo vinculado a este primeiro: o perfil do infrator.⁴³⁸ Nas duas imagens vê-se que se trata de crianças negras, em situação de abandono. O desenho coloca a criança na “mira” da imprensa e de todos que se preocupariam com o futuro do país. Tornar o menor um “alvo” terá efeitos bastante contraditórios, na medida em que, nessa condição, será objeto tanto de cuidados e ressocialização, como também de políticas de morte.

O que quer dizer um perfil? As linhas que traçaram as características do menor infrator que ocupava o centro da imagem [Figura 17] retomavam alguns critérios e processos de diferenciação descontínuos, articulando todo um repertório social e cultural que levou a definir um sujeito de certo modo. Tratava-se de defini-lo a partir da colagem de um sexo (masculino), uma cor da pele (preta) com base no critério da raça, uma idade (mais de 16 e menos de 18 anos), uma escolaridade (semianalfabeto), um modelo familiar composto por mais de três filhos

⁴³⁸ Em uma pesquisa no campo das Ciências Jurídicas, nos anos 1980, Maria Silveira nomeou como “problema brasileiro”. Cf. SILVEIRA, Maria Regina Cavalcanti da. *O menor infrator como problema nacional*. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1984.

e que estaria situado na dinâmica urbana. O problema do menor foi colocado desde o começo do século XX como uma questão urbana, resultado dos padrões e modelos de relação e distribuição socioeconômica das cidades. Isso fez com que os patronatos agrícolas e outras instituições de internação compulsória fossem construídas no campo, constituindo todo um lugar da diferença e dos diferentes.

Portanto, partindo de um gesto aparentemente banal como a figuração dessa imagem em um manual voltado para a educação popular, todo um conjunto de conceitos e regras de funcionamento entraram em jogo. Em sua historicidade, a imagem que figura no manual da CF somente poder ser entendida nessa rede de instituições, saberes e disputas agenciadas pelo dispositivo da menoridade e a máquina abstrata de rostificação. Foi por meio de um repertório social e cultural que os estudantes da PUC Campinas puderam elaborar tais imagens e fazê-las funcionar dentro da narrativa da CNBB.



Figura 18 - Ciclo de Marginalização do Menor. Manual da CF. Brasília: CNBB, 1987, p. 15

No contexto do manual da CF-1987 a temática do menor abandonado, delinquente e infrator de ambos os sexos foi amplamente abordada em suas mais de 300 páginas.⁴³⁹ Porém, o modo como a própria definição do problema foi construído e o diagnóstico sobre a realidade brasileira foi realizado – usando-se dados estatísticos, demográficos e econômicos articulados com conceitos das Ciências Sociais – merece ser visto em sua interação com a perspectiva

⁴³⁹ O ciclo de marginalização foi usado em apresentação de Maria do Carmo Cintra, representante da CNBB na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso no âmbito da ANC 1987-1988, como se poderá ver adiante. Cf. BACKES, Ana Luíza; AZEVEDO, Débora Bithiah de; ARAÚJO, José Cordeiro (org.). *Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009, 153.

teológica judaico-cristã. Por sua vez, esta perspectiva se estruturava em três passos ou aspectos centrais, conforme explicava-se nas primeiras páginas para um público-alvo composto por agentes de pastorais, coordenadores, assessores, jovens, lideranças comunitárias, etc.

VER

A **primeira parte**, o VER apresenta a crua realidade em que sobrevive o Menor e a Menor na sociedade brasileira. Interessam aqui as causas e consequências sociais da situação e que estão configuradas no contexto socioeconômico e político do Brasil, retratado sobretudo no chamado CICLO DE MARGINALIZAÇÃO, aplicado ao caso do Menor e da Menor. [...]

A **segunda parte**, o JULGAR propõe, em nível de fé, desafios específicos à consciência de todos, visando a conversão pessoal e social em vista da busca de soluções libertadoras para o Menor. Recorre-se então à própria ação de Deus na história, que se manifesta sempre como defensor da viúva, do órfão, do estrangeiro, do pobre.

Na **terceira parte**, o AGIR apresenta propostas para desencadear ações que concretizem uma resposta ao apelo da criança, do adolescente e do jovem empobrecidos. Sejam, ao mesmo tempo, sinal de que está havendo uma busca eficaz de libertação global. É preciso buscar soluções corajosas para a questão do Menor e da Menor no Brasil. A partir do que está sendo feito na prática das comunidades e nas tentativas de mudança nas estruturas sociais injustas procurar-se-á sensibilizar toda a Igreja e pessoas de boa vontade e autoridades constituídas para um compromisso organizado e orgânico em favor dos irmãos pequeninos marginalizados, explorados e alienados, vítimas de um contexto social de pecado.⁴⁴⁰

Ao longo de todo o manual afirmava-se que o menor não era efetivamente um problema, uma vez que deveria ser considerado pelo Estado e a sociedade como solução para os desafios do país. Para isto, tal sujeito deveria ser considerado como titular da cidadania e que por esta razão sua dignidade precisava ser afirmada e defendida. A Igreja reconhecia que desde o período colonial coube a ela prestar assistência aos desvalidos da América portuguesa, mas propunha que na década de 1980 a perspectiva mudasse radicalmente, pois tratava-se de cobrar políticas sociais do Estado que garantissem a cidadania de todas as crianças.

A articulação entre fé e política parecia apresentar os recursos necessários para renovar o contato da Igreja com seus fiéis, mas também para produzir outras leituras que explicassem a realidade em que se vivia e que somente outro modelo de sociedade mais justo iria viabilizar. Em um momento marcado por tantas disputas na esfera pública a Igreja fazia da espiritualidade um gesto político com enfoque nas questões sociais que atravessavam a história do Brasil e das quais os brasileiros mereciam tomar consciência (migração, fome, doação, participação, entre outros). A divulgação da CF 1987 foi planejada com base em três materiais iniciais:

⁴⁴⁰ Manual da Campanha da Fraternidade. Brasília: CNBB, 1987, p. 5-6.

Texto-base: que era o documento principal contendo a reflexão da presidência e do Conselho Episcopal de Pastoral sobre o tema da CF e que inspira todos os demais subsídios da campanha; o *Manual*, que trazia enfeixados em forma de livro, quase todos os demais subsídios como os cânticos, as orientações litúrgicas, os encontros nas famílias, os encontros catequéticos com crianças, os roteiros para jovens, os círculos bíblicos, a Via Sacra, a Hora Eucarística, a Celebração da Penitência, as orientações paras os MCS; o *Cartaz*, impresso em 4 tamanhos diferentes.⁴⁴¹

O Cartaz foi construído por alunos do curso de Publicidade e Propaganda da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), em São Paulo. Eles se inscreveram no Concurso Nacional para o Cartaz sob o nome “Equipe Markemos”, concorrendo com outros 52 candidatos. Os estudantes vencedores do concurso foram: Ana Flávia Rodrigues, Eliete Maria Campanha, José Francisco Broglio, Marcella Missaglia Bresciani, Marcos Antônio Nascimento, Sandra Regina Antonietto e Olindo Sousa Filho.

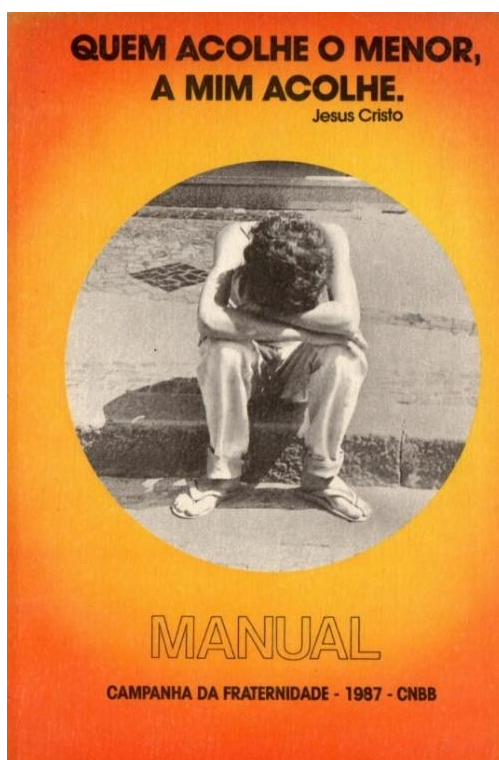


Figura 19 - Cartaz oficial da CF 1987 da CNBB.

⁴⁴¹ Transcrição com alteração do tempo verbal, cf. *Manual da CF 1987*, p. XIV. Na pesquisa realizada no acervo da CNBB, em Brasília, tivemos a oportunidade de ver um dos cartazes usados na CF, cujo tamanho era de 45,6 de largura por 64,1 de altura.

Em um texto enviado junto com a proposta de imagem para o cartaz da CF, dizia-se o seguinte: “Trata-se de uma foto de um Menor sentado à beira de uma calçada, inclinado, de cabeça baixa, solitário em pleno dia, desanimado e esperando a solidariedade de alguém. Um círculo de suave colorido ressalta o Menor e lhe dá sinal de esperança”.⁴⁴² Nesta imagem também se vê como, ao prescindir da visualização do rosto do menor, não houve comprometimento do conteúdo político almejado. Paradoxalmente, somente com os efeitos produzidos pela máquina abstrata de rostificação isto se tornou possível.

Apesar de a CF ter sido um vetor importante na produção do rosto do menor infrator, não foi no cartaz que tal investimento na rostidade figurou com maior centralidade. Isto porque sob o prisma de uma impessoalidade ou generalidade, o menor que figurava no cartaz da campanha não tinha o seu rosto apresentado. O corpo era de um menino, branco, com cabelos encaracolados, aparentemente vestido apenas com uma calça e usando um chinelo de dedo. Sentado em uma calçada, sua imagem figurava dentro de um círculo que serviu para focar a imagem no cartaz, sendo que o jogo de cores entre o laranja (mais forte, nos extremos da imagem) e o amarelo (mais claro, ao centro) favoreciam o enfoque, o direcionamento do olhar de quem mirasse o cartaz que continha outros elementos: nome da campanha, sigla, ano e menção ao Evangelho.



Figura 20 – A CF nos meios de comunicação. Manual da CF. CNBB: Brasília, 1987, p. 293.

⁴⁴² CNBB, *Manual da CF 1987*, p. VII.

Entre as várias imagens presentes no manual, estava a figura 20, em que se vê um menino, branco, com cabelos lisos, que aparece em meio a vários elementos representativos dos meios de comunicação social como TV, rádio e jornais impressos. Tal gravura sugere a centralidade do tema na mídia⁴⁴³, mas também o modo como a CF iria incidir para disputar narrativas e sentidos referentes àquele assunto. Se na figura 17 nota-se como, ao definir o “perfil do menor infrator”, foi apresentada a imagem de uma criança negra, em outras imagens do manual da CF crianças brancas também apareciam, mas não na condição singular de serem “perfil” de um problema social mais amplo. Distinguindo as várias imagens da CF, nota-se que, ao construir a criança negra como o “perfil do menor infrator” e direcionar outras branquitudes para o interior do manual em que as imagens não deveriam “sintetizar” o problema social, o racismo funcionou como marca estruturante da identidade do infrator.

Estes três instrumentos básicos de divulgação da campanha estiveram articulados a uma produção mais ampla, pois a CNBB sabia que o tema do menor era objeto de narrativas nem sempre convergentes, e muitas vezes contraditórias. Buscando exercer o maior controle possível sobre a recepção da CF pelo público, a equipe montou uma série de materiais que tinha como objeto subsidiar a divulgação da campanha e garantir sua “correta” recepção. Nesse sentido, foram produzidos materiais como trechos (*spots*) para rádio, textos de síntese para serem lidos na imprensa e circuitos de som, assim como mini artigos com recortes do manual e do texto-base da CF visando facilitar a comunicação com jornalistas, redatores de revistas e de boletins; o disco “Missa CF-1987”, resultado de concurso de letra e música visando divulgação por meio do canto; Fita K-7 trazendo a “Missa da CF-1987” com muitos cânticos não litúrgicos para encontros, cursos, catequese e o hino; spots para MCS (“meios de comunicação social”), destacando-se especialmente dois: um filmeto para TV e circuito de cinema (16 mm) e um disco spot com frases e sonoplastia para rádio, circuito internos de som (rádio, colégios). Preparou-se ainda um conjunto de mensagens para rádio que sintetizaram uma série de compreensões e análises da CNBB sobre o tema daquela campanha:

“O menor não é problema, é solução!”

“A estrutura social mata sete crianças, [a] cada cinco minutos no Brasil”.

⁴⁴³ A adolescência foi posta em discurso para que por meio dela fossem debatidos variados assuntos como corpo, sexualidade, consumo, entre outros. Para uma análise da relação entre mídia e adolescência na segunda metade do século XX no Brasil. cf. FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. 300 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

“O Brasil tem 36 milhões de Menores abandonados, dos quais sete milhões são delinquentes. Conheça esse menor oprimido, sua história, seu mundo, suas aspirações”.

“O Menor é visto como caso de polícia, ameaça à sociedade. Importa ver o Menor como vítima indefesa da sociedade omissa e desumana”.

“A solução não é ajustar o Menor à sociedade para que não perturbe. A solução é diminuir a miséria e a injustiça que produzem o Menor”.

“A igreja optou pelo Menor, porque fez opção preferencial pelo pobre. O importante é atuar na causa da situação do Menor, que é o sistema social”.

“O Menor sente o desprezo da sociedade, onde é desvalorizado e agredido”.

“A polícia prende o Menor, para livrar a sociedade do incômodo que ele representa”.

“O Menor marginalizado não nasceu mau e nem por acaso. Ele é fruto do modelo econômico do Brasil”.

“O Menor abandonado é resultado da injustiça social crônica em que sobrevive a maior parte da população brasileira”.

“A conduta do Menor, que agride e assusta a sociedade, é pedido de ajuda e de socorro”.

“Deus se mostra, na Bíblia, defensor e protetor do Menor empobrecido”.

“O verdadeiro culto a Deus é dar atenção ao Menor marginalizado”.

“Acolher a criança, no tempo de Jesus, era acolher o último da sociedade. Jesus não só acolhe a criança, mas Ele mesmo se faz criança pobre”.

“O amor de Jesus pelas crianças é parte do amor de Jesus pelos pobres!”.

“Que toda criança tenha uma família, segurança afetiva, alimentação, saúde, educação, lazer e preparação para o trabalho”.

“Acolher o Menor é lutar por uma nova ordem social”.⁴⁴⁴

Além de frases de impacto que ao sintetizaram o argumento da CF, buscavam cristalizar certas compreensões sobre o tema, outras estratégias foram viabilizadas. Para alcançar o público jovem a CNBB fez parcerias com empresas a fim de poder produzir materiais para a CF. Deste modo, a *AEC do Brasil* elaborou cadernos de 30 e 31 matérias e subsídios específicos para as escolas com o tema da campanha; as editoras *Paulinas*, *Sono Viso*, *Centro Gauchinho* e *Verbo Filmes* se comprometeram com a produção de materiais audiovisuais e, por sua vez, a editora

⁴⁴⁴ Cf. Mensagens para rádio. In. *Manual da Campanha da Fraternidade 1987*, op. cit., p. 294-295.

Salesiana D. Bosco realizou a confecção do calendário e agenda escolar da CF-1987. Assim, com as estratégias que pôde efetuar, a CNBB colaborou decisivamente em 1987 para a explosão discursiva sobre o menor infrator.

O conjunto de narrativas sobre o menor infrator era variado e não convergente, apesar de que em alguns casos guardavam aproximações e diferenças interessantes. Pode-se notar este traço nos contrapontos entre a narrativa da revista *Brasil Jovem* que dizia expressamente que o “menor era o maior dos problemas”, enquanto nos documentos da CF de 1987 a argumentação segue na direção oposta, afirmando que “em vez de problema o menor era solução”. É claro que as instituições aqui em questão não estavam falando exatamente das mesmas coisas, pois partiam de análises distintas daquele tema e em relação àquela pauta colocavam alternativas e caminhos muito diversos.⁴⁴⁵ Por outro lado, apesar das diferenças, ambas as narrativas investiam na política de identidade do menor, isto é, acreditavam e faziam acreditar em critérios infalíveis que fossem capazes de dar conta daquele indivíduo socialmente identificável e localizável em determinado lugar.

Em uma matéria da *Brasil Jovem* narra-se longamente o quadro de desnutrição e pobreza de crianças de São Paulo, Paraíba e Rio de Janeiro. Um elemento aparentemente secundário, mas com funcionamento estratégico, estava presente na articulação do argumento de que tais condições despertavam naquelas crianças “a degenerescência das gerações marginais”. Eram estes detalhes e temas aparentemente secundários que iam aos poucos sedimentando algumas imagens. Com diferenças importantes, no manual da CF 1987 também ocorreu investimento semelhante na definição identitária do menor, considerando-se a figura com o seu perfil, passando pelo Ciclo da Marginalização e por todo um conjunto de fotografias e textos que visualizavam a situação de pobreza das crianças para chegar às causas da delinquência e da infração penal. Os efeitos dessa criminalização da pobreza podem ser notados no depoimento de uma criança de 14 anos de idade, não identificada nominalmente no manual da CNBB, mas que era moradora de Castanhal, no Pará:

Nossos problemas são com a polícia sempre marginalizando, batendo na gente, espancando, e nunca vendo a gente como criança como a gente é, mas sempre humilhando, batendo de tudo quanto é maneira. Já aconteceu casos em Castanhal que marcaram muito, como um irmão do meu amigo. Ele morreu porque os soldados obrigaram ele a roubar. Como ele disse que não ia, deram três balas no peito dele.⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ O menor é o maior problema. In. *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 4, n. 13, 1970, p. 88-89.

⁴⁴⁶ Manual da CF, op. cit. p. 32.

Eram cenas de uma perseguição diária que aparecia no relato dessa criança e no cotidiano de muitas outras. Cenas de violência e exclusão como aquelas que aparecem a seguir.

Como sombras em um palco iluminado, mas dividido pela presença de um muro, uma parede que se impunha como marco divisório, os meninos brincavam [Figura 21]. Descompromissados, às gargalhadas, eles resistiam de forma sorrateira às maquinarias de governo das vidas infames. Na contramão de todas as narrativas que tentavam capturá-los, exercendo sobre eles um poder muitas vezes massacrante, descaracterizando suas diferenças corporais, eles resistiam. Uma vida, outra vida, mais outra... Imanência, potência do existir expresso em risos, pulos, mãos que se apoiavam, pernas que driblavam o muro imponente.

Mas como que espreitando-os a cada instante, todo um jogo social tentava os definir, os circunscrever em uma identidade elaborada a partir de critérios etários, raciais e sexuais. Tal imagem capturando um gesto sutil e brincalhão foi arquivada em um dossiê organizado por cientistas sociais que, em uma revista acadêmica, decidiram se debruçar sobre o “problema dos menores”. Como ponto articulador dessa maquinaria insidiosa e difusa, um certo princípio não apenas origina o processo, pois era efeito dele, mas engessa tal produção e estabelece diferenças entre um antes e um depois. Tal princípio era o da identidade.⁴⁴⁷



Figura 21 – Os meninos brincam. Em 1988, a revista *Psicologia: Ciência e Profissão* publicou dossiê “O problema dos menores”.

⁴⁴⁷ Ver, a respeito: WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 7-72.

Mais do que complementando o que a imagem permite ler, o texto procurava adequar um sentido, aprisionar toda a liberdade insinuada na imagem aos discursos dos profissionais e instituições que “interpretariam” a “real” situação dos menores:

Os menores pertencentes aos segmentos pobres ou empobrecidos, constituem-se num dos problemas sociais que permanecem subsistindo cronicamente como expressão de mais uma das desigualdades da sociedade brasileira. Quais são os encaminhamentos diante desta constatação grave? Trazemos algumas posições como a da FUNABEM [...]. Outra posição é a de dois psicólogos entrevistados, em separado: Benedito Adalberto Boletta de Oliveira explica como e porque o discurso e prática das políticas de atendimento, inclusive a da FUNABEM/FEBEMs, nunca resultam (ou resultam muito pouco) em benefício dos menores; Marlene Guirado faz uma análise das relações instituídas dentro dos grandes internatos do tipo FEBEM, ainda vigentes como modelo predominante de atendimento aos menores ‘abandonados’ ou ‘infratores’. Uma outra posição ainda é a voz de Paulo Collen que, para além da afirmação pessoal, pode ser ouvida como representação simbólica daqueles outros que teriam desejado fazer afirmações muito similares às dele.

Dando-se sempre no conjunto das relações sociais, a identidade constitui-se como efeito dessa teia, mas tendo um alcance político considerável na medida em que, a partir da definição de uma identidade individual, também se definem modos de controle social, cerceamento e observação permanente. Se o rosto do menor foi efeito de uma política ancorada na estratégia de nomear, definir, controlar e circunscrever o problema, tal rosto foi colado a uma identidade socialmente construída para facilitar processos de identificação entre um indivíduo social específico e um conjunto de traços físicos e comportamentais que dariam a legitimidade para as operações de captura desses corpos.

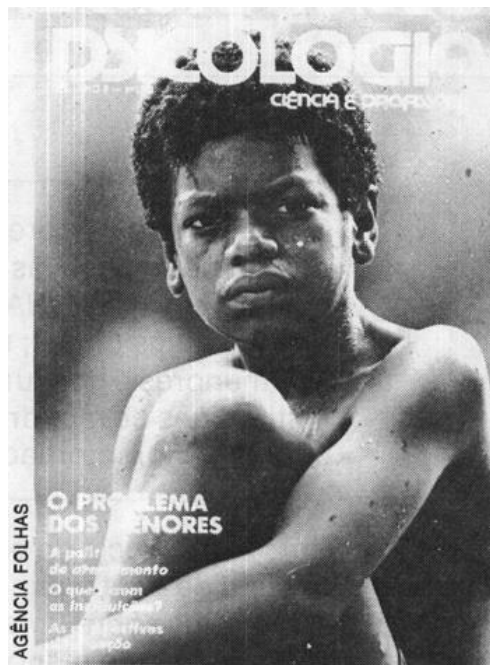


Figura 22 – O rosto e as marcas de um problema social. Fonte: *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 8, nº 1, 1988.

O que quero dizer com isso? Rosto, corpo, cor da pele, sexo e idade foram fatores na política de identidade que engendraram uma expressão, um modo de existência e também um destino irrevogável para os menores codificados e localizados na estrutura semiótica⁴⁴⁸ produzida pelo agenciamento social que inventou o rosto desse sujeito. Todos esses elementos foram articulados em direção ao corpo, assim como as setas, permitem direcionar as características que criam o “perfil do menor” infrator na imagem da CF. Tratou-se, claramente, de um processo arbitrário, político e racista, tornando possível perscrutar como “o corpo é um dos aspectos envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem somos, servindo de fundamento para a identidade sexual, por exemplo”.⁴⁴⁹

O corpo se tornou central nessa genealogia do sujeito infrator. Partindo dessa corporeidade é possível cartografar as linhas que desenharam o contorno do rosto, uma estrutura dos gestos e uma ética dos afetos entre os distintos corpos minorizados. Pulsações, desejos, intensidades, linhas de fuga, tentativas diversas de contrapor-se às tramas do poder foram ensaiadas em vários momentos. Ensaios de resistências, descodificações, mas também alinhamentos às estruturas de dominação que os aniquilava. A imagem de capa da revista *Psicologia, Ciência e Profissão* apresentou a figura do menor no dossiê que tinha como tema “O problema dos menores”. Mais uma vez pode-se ler como a máquina abstrata de rostificação

⁴⁴⁸ ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

⁴⁴⁹ WOODWARD, *Identidade e diferença*, p. 15.

foi composta por diferentes agenciamentos, disputando não somente um sentido abstrato para o menor como questão social, mas elaborando sua imagem, facilitando sua identificação em uma cadeia na qual se articulava a produção de um diagnóstico e um procedimento de intervenção.

Aparentemente, se tratava de uma fotografia posada – a julgar pelo olhar da criança ao encarar a câmera – e produzida com uma finalidade eminentemente pública para “apresentar” o rosto do menor, tornar essa figura juridicamente conceituada e disputando um sujeito visível, um rosto identificável e uma identidade social produzida na interface com os profissionais da Psicologia que, por sua vez, se empenhavam em fazer parte da “solução”. Diferentemente das formulações vistas na Parte I por meio da obra de Arthur Ramos, nesse outro momento o investimento não era mais sobre a inadaptação escolar da criança anormal, mas sobre indivíduos que já vivenciavam processos de marginalização.

Não foi à toa que, no editorial da revista, se escreveu: “a revista *Psicologia, Ciência e Profissão* pretende representar um papel importante para os psicólogos brasileiros, na proporção em que se firmar como um espaço efetivo de análise dos grandes problemas que nos afetam, de crítica social séria e profunda e de socialização das experiências inovadoras”. A escolha daquele tema para a primeira edição do ano de 1988 visava focar as questões do menor abandonado, da criança de rua, das instituições oficiais, da política governamental na área e das possibilidades de atuação do psicólogo.⁴⁵⁰ Consta do editorial que aquele era um “tema catalisador” tanto para a categoria profissional dos psicólogos como para toda a sociedade, pois “o problema do menor abandonado, a exemplo de uma série de outros problemas sociais, surgiu e avolumou-se em função do crescimento dos níveis de pobreza e miséria dos setores marginalizados”. A compreensão mais profunda e crítica de um problema de tais dimensões oportunizaria uma melhor capacitação do psicólogo para o atendimento e os procedimentos para recolher, produzir e arquivar informações.

Tal empenho na construção de dados sobre os menores estava disposto no Código de Menores de 1979, especialmente no capítulo referente às entidades criadas pelo poder público, em que se orientava que o “estudo de caso” do menor no centro de recepção, triagem e observação consideraria os aspectos social, médico e psicopedagógico, sendo feito em até três meses. De tais anotações sobre os menores assistidos ou acolhidos deveriam constar data e circunstâncias do atendimento, nome do menor e de seus pais ou responsável, sexo, idade, ficha de controle de sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitassem sua

⁴⁵⁰ *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 8, n. 1, Brasília, 1988.

identificação e a individualização do seu tratamento. Mesmo no capítulo sobre as entidades particulares que prestassem atendimento para esse segmento, podia-se ler que “toda entidade manterá arquivo das anotações” sobre os itens elencados acima, assim como deveria promover a escolarização e a profissionalização de seus assistidos, preferencialmente em estabelecimentos abertos.

Diferentes atravessamentos perpassaram e produziram o corpo do menor. Daí a importância de perceber o corpo marcado, sujo, perseguido e apreendido como efeito de tecnologias sociais que visavam a produção de uma imagem ancorada em certos procedimentos de correção e normalização. Frente a tais procedimentos, aquelas crianças reagiram chorando, fugindo ou marcando o corpo do outro.



Figura 23 – O rosto, o grito e o choro. Fonte: *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 8, n. 1, 1988.

A todo o tempo se tratou de um corpo investido pelas diferentes fisicalidades do poder, na microfísica constitutiva do cotidiano das interações, perseguições, burlas, golpes de diferentes tipos, capturas, (des) encontros.⁴⁵¹ Essas pequenas, mas estruturantes, efetuações do poder na cotidianidade das práticas sociais do Estado sobre os menores pode ser lida na tensão entre os dois corpos dos policiais fardados e o corpo do menor que, descalço, esmagado pela impossibilidade da fuga e pela ausência de uma ajuda externa – pois o homem parado logo atrás apenas observava mais um menor de rua sendo “apreendido” –, chora desesperadamente. Grita e esperneia como um último gesto de revolta diante de uma relação de força assimétrica não

⁴⁵¹ ALTOÉ, Sônia. *Infâncias perdidas: o cotidiano nos Internatos-Prisão*. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.

apenas fisicamente, mas em termos etários e simbólicos [Figura 23]. Uma cena assim demonstra a cisão histórica entre o Maior e o Menor de modo muito emblemático.

As mãos que o capturaram e que o levaram para o internato ou para a delegacia representavam a ordem política e social, ou melhor, uma certa concepção do que seria essa ordem. Esta, por sua vez, opunha-se aos sujeitos que, reconhecidos em certas circunstâncias, poderiam ser controlados, apreendidos, espancados, mutilados, esquecidos, vilipendiados ao gosto do policial da vez. O menor que chora enquanto tenta se livrar dos policiais parece ter uma estrutura corporal, uma cor de pele e um comportamento parecidos com o do menino que figurou na capa da revista de Psicologia em termos de gênero e raça. Na foto em que a criança chora, a imagem parece querer captar, jornalisticamente, um instante efêmero do cotidiano das ruas, registrando uma ocorrência policial que reforçava a ideia de apreender os “menores de rua”, algo bastante presente na imprensa. Em ambas as circunstâncias se tratava de incisões sobre o corpo da criança.

O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.⁴⁵² Foram distintos os agenciamentos que atravessaram a máquina abstrata de rostificação do menor, daí as variadas formas de codificação desse sujeito a partir dos saberes produzidos interessadamente por áreas consideradas científicas, a Igreja católica, as instituições públicas e privadas que atuavam no atendimento aos menores, a imprensa e assim por diante. O manual da CF, ao apresentar visualmente um “perfil do menor”, criou um destino para tal sujeito.

Tornava-se relevante destacar que as narrativas produzidas e os enunciados mobilizados pela Igreja católica não se alinhavam exatamente ao que os documentos de Estado e os técnicos da PNBEM diziam sobre aquele “problema nacional”. Algo que ficou explícito nesses termos por Alfredo Buzaid, ministro da Justiça, no encontro realizado no Ginásio Industrial Quinze de Novembro em 29 de outubro de 1971 para debater estratégias de unificação nacional do combate a tal problema.⁴⁵³

Eram pronunciamentos que não convergiam em vários níveis e tinham proveniências e âmbitos de circulação nem sempre idênticos. Exemplo disso foram as imagens figurando nas capas do manual da CF e do Código de 1979, pois enquanto a imagem das crianças “ilustrando” o Código partiu de uma organização estatal e circularia em um âmbito mais restrito, por sua vez o manual da CF tinha como público direto os coordenadores e participantes das CEBs. Se as

⁴⁵² SILVA, Tomaz Tadeu (org.). A produção social da identidade e da diferença. In. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 81.

⁴⁵³ Ver: *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 5, n. 20, 1971, p. 46.

datas parecem distantes (1979 e 1987) deve-se levar em conta que tais enunciações dizem respeito a práticas discursivas de longo alcance que macaram investimentos dos anos 1960 a 1990, daí sua possível aproximação e comparação.

Se o menor foi inventado na tensão entre uma identidade socialmente imposta e uma relação dos sujeitos consigo mesmos em diferentes espaços e momentos, a charge reproduzida adiante [Figura 24] permite pensar este aspecto por uma perspectiva crítica. Na imagem se fez uso da ironia como forma de demonstrar a fragilidade do castelo de palavras e imagens que inventou essa figura do menor abandonado. Diferentemente da posição em que o menor chorava enquanto estava sendo apreendido pelos policiais, neste caso, criou-se artisticamente uma situação em que o “próprio” menor tomou a palavra para questionar sua condição de abandono, o que deixou o seu companheiro atônito no meio da cidade.



Figura 24 – O rosto e as marcas do abandono.

Fonte: *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 8, n. 1, 1988.

“Abandonado por quem?”: uma pergunta assim enunciada permite pensar como a charge visou provocar uma reflexão sobre os usos do termo “menor abandonado”. A criança negra apresentada na imagem foi construída como alguém que parece questionar a forma como a nomeavam. Tal imagem faz pensar não apenas sobre quem era o menor abandonado identificável, mas sobre a sociedade e os indivíduos que produziam o abandono.

O traço do chargista demonstrou o investimento na corporeidade do menor como um sujeito de pele preta, descalço, com as mãos estendidas, mas não em gesto de pedinte, e sim acompanhado por uma voz que indaga, que ousa perguntar. A ironia mordaz que estrutura a

imagem e lhe confere conteúdo se constitui como um modo de crítica social, um modo de desfazer a narrativa hegemônica sobre o menor, evidenciado as ambiguidades e escamoteamentos inerentes a essa construção social. Diferentemente da expressão do menor que figurou na capa da revista de Psicologia, a face desse menor expressava certa ira, um incômodo acompanhado pelo gesto com as mãos. Ao seu lado, outra personagem, possivelmente um jovem, branco, mas também descalço, maltrapilho, parecia se dar conta da situação em que se encontravam e das possíveis causas que os teriam colocado ali.

Em meio a tantos textos e imagens que circularam nos anos 1960 a 1980, um depoimento emerge na malha documental. Trata-se do testemunho de Paulo Collen, um ex-interno da FEBEM na cidade de São Paulo. Paulo havia nascido em Diadema (SP) e foi entregue por sua mãe a uma lavadeira, dizendo que lhe pagaria para que ela cuidasse da criança, mas jamais retornou. Como a lavadeira não tinha condições financeiras para cuidar do bebê decidiu buscar auxílio no Juizado de Menores. Foi então que iniciou o processo de institucionalização da criança, desde a visita técnica até o pedido formal assinado pela assistente social, solicitando uma vaga em uma das unidades da FEBEM.

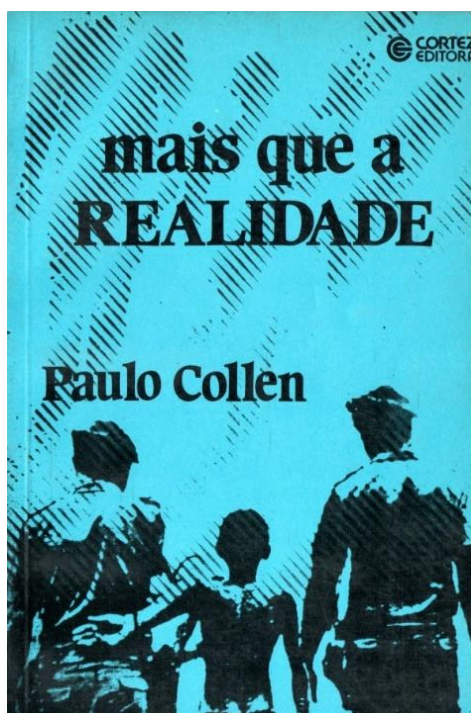


Figura 25 – Capa da autobiografia “Mais que a realidade” (1987), de Paulo Collen. Poderia um “menor” disputar significados sobre o real ao escrever sobre si mesmo?

O livro foi escrito sob encomenda de duas professoras de língua portuguesa e literatura chamadas Maria Aparecida Lustosa (Cida) e Jandyra Massue Alves, que assinam o texto de

apresentação do livro. Na apresentação elas dizem que há dois anos vinham trabalhando com os “meninos da Sé”. Paulo Collen frequentava a Escola Oficina. Um trecho da apresentação permitirá ler alguns aspectos das condições em que tal relato autobiográfico se tornou possível:

É normal que ao chegar à maioridade, um menor abandonado sinta desejo de reunir suas experiências, observações e considerações numa síntese, dando forma à visão de mundo que aos poucos foi elaborando sob o peso do abandono, do desamor, da falta de princípios humanos. Este relato será tanto mais importante quanto mais íntima a relação do objeto de sua percepção e reflexão com o desenvolvimento de um caminhar histórico, onde a própria criatura é ativa na dinâmica de um contexto muito maior que a sua infelicidade vista individualmente.

Nos últimos anos alguns adolescentes cansados de terem sido “menores” e nunca crianças, como todos deveriam poder ter sido, sentiram esta necessidade. Saindo dos limites estreitos de suas próprias vidas, empenharam-se em redigir, mesmo sem que as escolas lhes tenham oferecido as ferramentas para tal empreendimento, as passagens de suas vidas como que para tornar audível o grito mudo desse contingente humano tão marginalizado.⁴⁵⁴

O texto de apresentação parecia funcionar discursivamente como mediador da narrativa e da experiência que era tomada como objeto. Mais do que contextualizar toda a narrativa que se desenrolaria posteriormente, tal relato parecia indicar as motivações de um percurso de escrita e as suas condições de enunciação, uma vez que, segundo as duas professoras, “a elaboração deste trabalho foi um pretexto ao estudo crítico da Língua Portuguesa. Ainda que nunca fosse editado teria cumprido o seu papel educacional e pedagógico”. Mas mais do que este objetivo inicial, “Paulo construiu uma percepção mais abrangente da sua trajetória, decodificando o mundo a partir de seus conflitos e confrontos, conseguindo finalmente recriar criticamente a sua história”.⁴⁵⁵

O livro *Mais que a Realidade* foi publicado pela Editora Cortez em 1987. Consiste na autobiografia de Paulo Collen, um ex-interno da FEBEM-SP. Estruturado como uma espécie de novela, contém dezenove capítulos e um texto de apresentação. Com capa e quarta capa na cor azul, a história contada ao longo de cento e oitenta e três páginas é a de um menino branco que também entrou em um circuito de violência e abandono, sendo a sua história cruzada com a da FEBEM por meio da institucionalização em 1969.

Situado no mesmo campo de forças em que emergiu a autobiografia de Herzer, ao seu modo a escrita de Collen parece disputar sentidos sobre a situação das crianças àquela época. O título já denota uma percepção belicosa da realidade, contrapondo-se, de alguma maneira,

⁴⁵⁴ COLLEN, Paulo. *Mais que a realidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1987, p. 9-10.

⁴⁵⁵ COLLEN, op. cit., 10.

com o excesso de narrativas da imprensa sobre a “questão do menor”. Assim como Herzer, Collen também era poeta e teve a oportunidade de contar sua história e tê-la publicada por uma editora comercial. Ao longo da obra, nota-se o uso de fotografias cujas fontes não são mencionadas. Se a própria estrutura material do texto de Herzer permite ler os caminhos e intervenções coletivas sobre a publicação daquele “relato de si”, neste caso, não há muitas pistas sobre se as fotografias teriam sido selecionadas pelo autor, se o título teria sido escolhido por ele, assim como as relações interpessoais e institucionais que teriam tornado viável a escrita, edição e publicação do seu livro.



Figura 26 - Não precisa nem “aprontar”, basta o guarda invocar com a cara da gente (legenda no original). COLLEN, Paulo. *Mais que a realidade*. São Paulo: Cortez, 1987, p. 177.

Paulo Collen falava nas primeiras linhas do seu livro que quando o começou a escrever se imaginava como um grande escritor. Não tinha sido exatamente fácil para as duas professoras convencê-lo de que o que as pessoas esperavam do seu texto era outra coisa, na condição de um testemunho ou um esforço de memória sobre sua própria trajetória. “Eu ainda teimava”, afirmava Paulo, “dizia que se as pessoas compravam Jorge Amado e gostavam, então iam gostar do meu livro também”.⁴⁵⁶ Este breve relato já insinua as tensões que faziam parte do processo de escrita de si protagonizado por aquele jovem escritor, uma vez que sua voz não foi a única mediadora do texto, mas funcionou em uma rede que balizava o que poderia ser dito e como

⁴⁵⁶ COLLEN, p. 12.

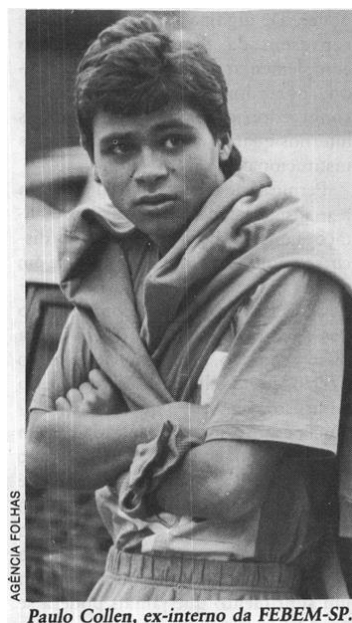
iria ser apresentado a um público mais amplo, o qual, virtualmente e segundo as expectativas das duas professoras, teriam curiosidade sobre a experiência de um menor da FEBEM. Em seu livro ele apresentava um conjunto de experiências que irei recortando ao longo deste trabalho para pensar elementos específicos. O relato pessoal será articulado em meio às relações propiciadas no âmbito do dispositivo da menoridade.

As fotografias foram importantes na constituição autobiográfica que Collen construiu, na medida em que desindividualiza certas práticas e permite pensar os usos que ele fez de recortes de jornais e outros veículos de imprensa. A Figura 25, por exemplo, faz parte de toda uma narrativa sobre as vidas dos menores nas ruas de São Paulo, sendo perseguidos pela polícia mesmo quando não diziam ou faziam algo que fosse “suspeito”. A legenda redigida por Collen tornava-se assim um indício de como o rosto fora elaborado socialmente dentro de um conjunto de expressões e sentidos permitidos ou não toleráveis pela polícia. Bastava que o guarda invocasse com a “cara” deles para que a perseguição fosse reiniciada e a violência autorizada. Mas como nem todo rosto era passível de criminalização, assim como nem todas as expressões socialmente constituídas figuraram no rol de traços suspeitos, o menor que estava sendo apreendido pela polícia era um negro. A disposição imagética da cena e a distribuição espacial dos gestos permitiria perceber os jogos de inclusão e exclusão naquele contexto.

Aquela fotografia pode ser tomada como indício da diferença entre menor e criança de um modo muito particular: quem estava ocupando o lugar de sujeito suspeito era o menor negro, figurando em primeiro plano, junto com outro menor cuja cor de pele parece ser mais clara. O policial expressava um riso debochado enquanto outra criança, branca, observava a cena. O comportamento dos outros dois homens posicionados diante da Lanchonete Menino da Sé, permite entender como aquela era uma cena banal, constitutiva do cotidiano e sem excepcionalidade alguma. Se uma imagem como esta faz pensar sobre como as diferenças entre menor e criança foram se construindo temporalmente, também incide sobre a própria estrutura do relato de Paulo Collen. Ao contar a sua história e ter o seu rosto apresentado no dossiê *O problema dos menores* na revista *Psicologia: Ciência e Profissão* em 1988 (Figura 27), um ano após o lançamento do seu livro, ele ganhou notoriedade. Por outro lado, estas imagens que operaram discursivamente no relato de Paulo só foram possíveis a partir de uma seleção cujos critérios não estão explícitos no livro. Todavia, ao seu modo essas fotografias fazem ver a constituição de um arquivo do abandono de crianças.

O abandono de crianças, e o caso de Paulo não é uma exceção, sempre foi atravessado por diferentes condicionamentos sociais vinculados às diferenciações de gênero, geração, sexualidade e raça, ocasionando processos sociais e institucionais que perpetuaram

compreensões e modos de atendimento que nem sempre foram balizados para a garantia de direitos. Nas histórias de Evaldo, Geraldo, Paulo, Querô e alguns outros, o abandono aparece como um traço comum. Mas fazer uma história do abandono, como uma parte da historiografia da infância já fez, exige que se pense os silenciamentos dessa história, como sugere a antropóloga Cláudia Fonseca⁴⁵⁷, na medida em que as mães são as personagens “abandonantes” em grande parte das narrativas.



Paulo Collen, ex-interno da FEBEM-SP.

Figura 27 – Paulo Collen e o problema dos menores.

Fonte: *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 8, n. 1, 1988, p. 12.

Tais estudos nem sempre atentam para as desigualdades de classe e gênero que fazem com que este tipo de acontecimento (o abandono de crianças por mulheres) tenha se dado de modo recorrente no país. Aos pais quase nunca foi atribuída a responsabilidade por acolher, criar e gerar condições de cuidado integral às crianças, o que permite pensar a “maternidade” como algo compulsoriamente fabricado e direcionado às mulheres como um destino inarredável. Assim, fazer a história tanto do abandono como também da adoção de crianças exige lidar com fragmentos no seio da documentação. À discriminação de gênero (mulheres solteiras que ficassem grávidas eram julgadas por atentarem contra a moral e os bons costumes) articulavam-se opressões de caráter socioeconômico, pois elas eram excluídas de postos de trabalho. A tardia extinção da roda dos expostos em cidades como Rio de Janeiro (1938), Porto

⁴⁵⁷ FONSECA, Cláudia. Mães “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, janeiro-abril, 2012, p. 13-32.

Alegre (1940), São Paulo e Salvador (1950) deixa clara a permanência dessas relações de dominação com base no gênero.

Ao seu modo, o livro de Collen discute essa questão em texto e imagem. Sem um lar para chamar de seu, as crianças dormiam em cima das grades de ventilação subterrânea na praça da Sé ou em outros locais por onde andavam como a estação Bresser, no bairro da Mooca (SP) [Figura 28]. Expostas ao frio e à fome, assim como a ações violentas e constrangedoras dos policiais, o uso das drogas aparecia como oportunidade para amenizar as dores e promover o esquecimento, como diz Collen em uma das legendas em que menciona o uso da “cola” de sapateiro por meio da inalação. Seria aquela possivelmente uma maneira de tentar esquecer a dor de terem sido deixados para trás. Mas possivelmente eles visavam “esquecer” também o fato de que tinham as suas vidas expostas à possibilidade de morte violenta a qualquer momento.

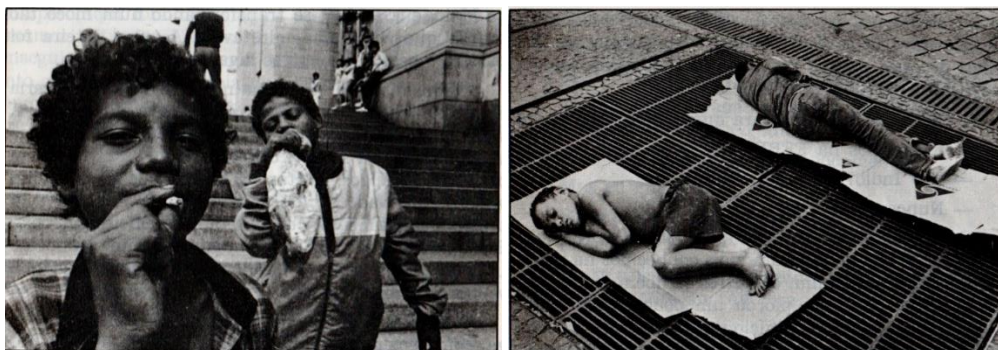


Figura 28 – Depois de muita surra, melhor mesmo é a cola para esquecer (legenda original na foto da esquerda). COLLEN, Paulo. *Mais que a realidade*. São Paulo: Cortez, 1987, p. 144.

Nesse conjunto amplo de narrativas públicas sobre o menor deve-se perceber não somente suas diferentes proveniências, mas as distintas formas de abordagem e definição de públicos para consumir aquelas imagens sobre um “problema social”. Não sendo convergentes em seu conjunto, tais materiais sobre aquele sujeito eram agenciadas em diferentes perspectivas e com vistas a ganhos sociais também variados. Na ótica da Igreja Católica, por exemplo, se buscava fazer ver o menor como resultado de uma questão social e humana muito mais ampla, daí o seu tom redentor durante a CF de 1987.

Referenciada em uma compreensão ao mesmo tempo teológica e política do problema, ancorada por muitos dados demográficos, estatísticos e sociais sobre a questão da criança abandonada e pobre no Brasil, a CF buscava ao seu modo incidir na esfera pública, disputando significados para o problema do menor. Todavia, também apresentou propostas sobre o destino que deveria ser produzido coletivamente para os indivíduos adequados e situados naquela

identidade. À época, a questão do menor era objeto de grandes debates no Congresso Nacional, nas universidades, na imprensa e na sociedade civil, o que contribuiu para a formação de todo um arquivo para documentar, definir, prescrever e legislar sobre esse “problema nacional”.

Se a leitura que partia do Código de Menores estava baseada na compreensão do menor como indivíduo a ser corrigido pelas instituições, por outro lado, a Igreja Católica trazia uma leitura muito mais acolhedora desse sujeito. Apontava a educação como efetivo caminho de redenção daquela figura que, mesmo desviante, poderia ser reconduzida ao caminho “correto” e ao padrão de comportamento esperado para que se tornasse uma criança.

Mas é preciso dizer ainda que nem sempre se tratava de imagens que evocavam tristeza, lamento ou consternação sobre a situação do menor. Na fotografia que abre o dossiê da revista *Psicologia, Ciência e Profissão* de 1988, pode-se dizer que os menores figuram poeticamente em uma imagem em que apenas se pode perceber os gestos, os movimentos dos corpos em contato, brincando, mas sem individualização alguma, sem nenhum procedimento taxativo que visasse identificá-los. Na Figura 21 se vê, por exemplo, um momento em que os meninos bricam em um espaço que possivelmente era o de um parque. Contra a luz, a fotografia sugere um fundo escuro composto provavelmente por árvores. No primeiro plano o jato de água era objeto de diversão para aquelas crianças que partilhavam o momento entre brincadeiras e sorrisos. Enfim, um momento singelo compondo o cotidiano no espaço da cidade.

Nas instituições em que eram recolhidos também podia-se ver formas de expressão nas quais registraram a seu modo algumas visões de mundo. Os Lares Abrigados ou Comunidade Educativa União consistiram em uma experiência de trabalho desenvolvida na Agência Central da FEBEM de Minas Gerais (MG) por uma equipe de profissionais de quatro instituições: Fundo Cristão para Crianças (FCC), Centro Salesiano do Menor (CSAM), Associação Profissionalizante do Menor (ASSPROM) e a FEBEM-MG. Por meio da abordagem dos menores em situação de rua, esse projeto começou a ser desenvolvido em 1984. Posteriormente, em 1986, foi criada a Comunidade Educativa União (mais conhecida como Casa da Rua Ubá ou, simplesmente, a Casa), onde os menores de rua permaneciam voluntariamente. Durante o dia inteiro desenvolviam atividades recreativas, educativas, esportivas, de primeiros socorros, oficinas de aprendizagem ocupacional para menores de 8 a 14 anos, preparação para o emprego para jovens de 14 a 17 anos, entre outras ações.

Esse tipo de atendimento realizado em meio aberto teve como uma das suas características o fato de que não havia regras impostas hierarquicamente aos adolescentes, mas eram justamente eles que participavam da construção das regras de convivência naquele espaço, conjuntamente com os técnicos, funcionários e demais envolvidos em seu cotidiano, através de

assembleias. A importância de um trabalho desse tipo não estava no número de menores atendidos (no prazo de seis meses, a capacidade foi de 24 meninos e meninas de rua), mas na realização de uma opção de trabalho viável que era contrária ao enclausuramento em grandes internatos.

A equipe da Casa era formada pelos psicólogos Juarez Alves, Walter Ude Marques, Wellington Gonçalves Chaves e Maria Inês Maíra Goulart; pelas assistentes sociais Aidê Silvéria Orsetti e Terezinha Bruzzi Malta; pelo professor Eduardo Sarquis Soares; pelo instrutor de atividades Nelson Antonio Alves Neto; e pela supervisora Marisa Estela Sanabria Tejera.⁴⁵⁸

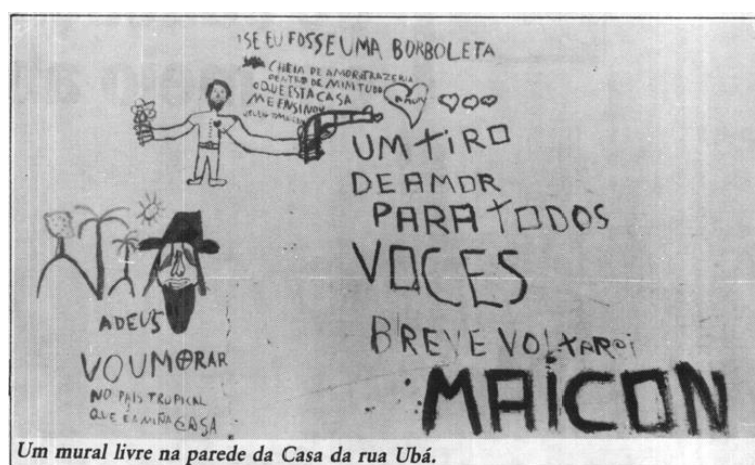


Figura 29 - Fazer das paredes, quadros, e quem sabe, desenhar um sonho.
Fonte: *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 8, n. 1, 1988.

Quem terá sido Maicon, que fez da parede um quadro no qual desenhou um sonho? Tal personagem não se apresenta (nem é apresentado) por meio de um rosto individualizável. Se, à primeira vista, o gesto da criança apresentada no desenho com um revólver em punho causa estranhamento, tal sensação se acentua quando, colada à imagem, se pode ler a frase: “Um tiro de amor para todos vocês. Breve voltarei”.

Em um universo simbólico marcado pela violência urbana e pela circulação de alguns objetos que singularizavam certas posições e relações de poder, o revólver tem sua estrutura enunciativa subvertida, desmontada, articulada em outro agenciamento, diferentemente daquela imagem na qual o menino negro estava segurando um revólver de brinquedo [Figura 9]. Diante da possibilidade de sair daquele espaço, vivenciar outras experiências, conhecer novos lugares, ampliar suas possibilidades de vida, teria Maicon experimentado um devir-borboleta? Mas uma experimentação de tal tipo, um devir-animal intensivo com tal espessura, em um ambiente agora atravessado pela oportunidade de outro modo de vida, não significava de forma alguma um

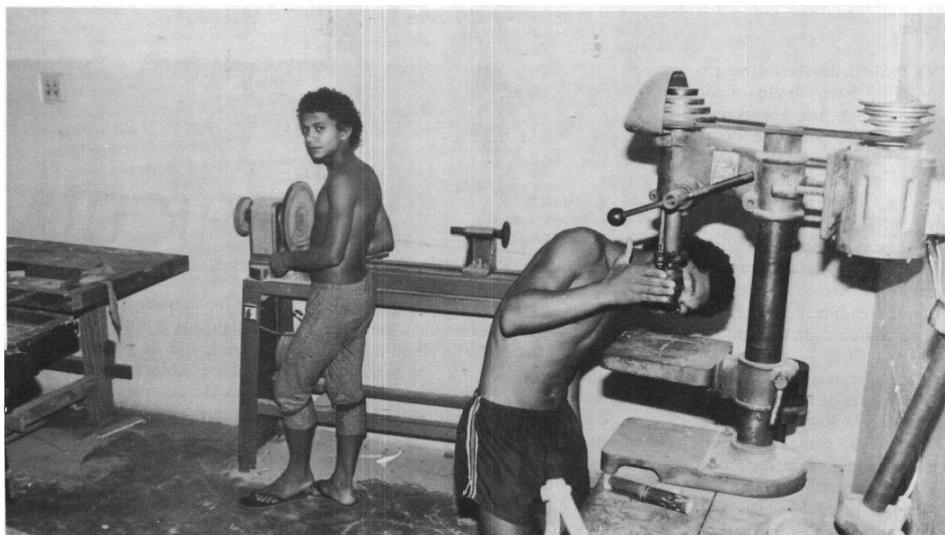
⁴⁵⁸ *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 8, n. 1, 1988, p. 15 (adaptado).

processo de “imitação”. Não se trata de um menino se tornar, mimeticamente, uma borboleta. Mas entre um menino que ganhava a liberdade e uma borboleta simbolizada como liberdade, voo, possibilidade de ir e vir, criar, fazer, percorrer trajetos distintos, o que mais interessa pensar não é sobre a imitação da forma do inseto, mas sobre o intercâmbio de forças entre um corpo humano e outro inumano.⁴⁵⁹

Isto oportuniza refletir a respeito de um devir-animal, um devir-intensivo, sempre minoritário, sempre molecularmente constituído, sempre dando-se como uma travessia, um entre, um vir a ser que não privilegia a forma a imitar, mas as trocas desejanças, forças expansivas, intensidades que se interconectam para dar a ler de modos diversos o outro e a si próprio, pois este si já é cindido, atravessado e pontilhado de marcas da alteridade e do mundo. Efetivamente, um devir é sempre minoritário, constituindo-se como desterritorialização da forma homem-adulto-branco-europeu-heterossexual-cisgênero-racional.

Entre o menino Maicon e a borboleta houve troca intensiva, multiplicidade afirmada, isto é, diferença na passagem de um momento a outro, na construção afetiva e política de um horizonte distinto do até então visto naquele território institucionalizado e vampirizado pelas tecnologias de captura do Estado. Mas dizer que Maicon imaginou uma experiência de liberdade, ao ponto de desenhá-la na parede com as referências imagéticas e simbólicas de que dispunha também significa dizer que a liberdade é uma agonística ininterrupta. É um conflito permanente, uma conquista sempre por vir, sempre disputada na maleabilidade dos gestos e na tensão dos diferentes fluxos que nos constituem, ora sendo codificados por aparelhos de captura, ora sendo descodificados e desterritorializados por meio de experiências sempre singulares, libertárias, nômades.

⁴⁵⁹ Cf. DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. 1730 – Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (2). 2ª ed. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012, pp. 11-120 (vol. 4).



A aprendizagem de um ofício visa a geração de renda para o menor.

Figura 30 – O corpo e a pedagogia do trabalho. Fonte: *Psicologia, Ciência, Profissão*, v. 8, n. 1, 1988.

Em se tratando de uma agonística, de uma luta constitutiva e constituída não por relações dicotômicas ou binarismos universais, mas por todo um conjunto de engrenagens sob engrenagens, máquinas de máquinas, fluxos contra fluxos, também existem as tecnologias que vampirizam os corpos, captando suas vidas, suas potências, e assim as viciando aos costumes culturais a partir de certos códigos, valores, modelos de existência que devem se literalmente incorporados ou corporificados.

Assim, também na Casa de Ubá os menores eram pedagogizados para o trabalho dentro da convivência proporcionada pela instituição. Pela imagem acima se vê que não havia cuidado com a segurança no trabalho, estando os dois adolescentes sem camisa e com chinelo de dedo. Essa pedagogia que apostava na regeneração pelo trabalho tem uma longa história. O estudo de Ramon Tisott sobre a presença de crianças na formação da classe operária em Caxias do Sul (RS) ao longo século XX, por exemplo, demarca a presença de instituições como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) como órgão importante na formação laboral das classes populares.⁴⁶⁰

Na própria revista *Psicologia, Ciência e Profissão*, uma matéria sobre o projeto da Casa da Rua Ubá relatava os trabalhos voltados para a geração de renda nos seguintes termos: “Atualmente encontra-se estruturado um programa de geração de renda. Ele consta de uma pequena oficina de marcenaria, artesanato em couro, fabricação e comercialização de ‘chupe-chupe’, montagem de uma fábrica de velas e participação em cursos negociados com a

⁴⁶⁰ TISOTT, Ramon Victor. *Formar trabalhadores, transformar a sociedade: o ensino industrial em três tempos* (Caxias do Sul, 1901-1964). 230 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG) como os de mecânica, manicure, pedicure, e salgadeira e doceira. Alguns já se encontram em funcionamento: mecânica de autos, manicure e pedicure”.

Naquele momento, grande parte das ações do programa ainda não tinham ocorrido, conforme a matéria, por causa da falta de equipamentos e verbas para manutenção: “A respeito do programa de lazer da Casa, temos vivenciado um grande espaço para jogos diversos: pingue-pongue, peteca, etc. Há ainda a opção de TV e a participação em atividades esportivas na comunidade: futebol, natação, corrida e outras”. Nesse processo de pedagogização dos comportamentos e valores, alguns meninos demonstravam interesse de voltar para suas famílias, o que se justificaria, de acordo com o texto em análise, pelo fato de que certos adolescentes haviam construído vínculos afetivos com os educadores da Casa, desejando assim fazer o mesmo com seus pais e familiares. Porém, logo em seguida, conforme a matéria, voltavam frustrados com o insucesso nas relações familiares, retornando ao convívio na Comunidade Educativa. Dizia-se ainda que “a prática tem revelado a impossibilidade de uma retomada da convivência familiar, talvez em função do rompimento prolongado do elo afetivo e da situação econômico-financeira da família”.

A aprendizagem de um ofício se efetuava na conjugação das diferentes máquinas mobilizadas pelo agenciamento maquinico que tinha no Estado, neste caso, um importante fator de codificação para compor o menor não mais como infrator, mas como trabalhador. Aqui também operaram máquinas técnicas associadas, acopladas às “máquinas” couro, olho, madeira, boca, braços, pernas, mãos... Máquinas de máquinas porque o aparelhamento técnico de nada serviria sem um corpo adestrado que lhe fosse útil. Mas este corpo organizado, educado, treinado só seria possível através de um processo de maquinação que o construiria no tempo. Daí a importância das oficinas, os contatos iniciais com as máquinas, entre outros fatores constitutivos de um *treinamento*.

O que matar quer dizer⁴⁶¹

Na periferia de São Paulo, depois de um dia de trabalho como metalúrgicos em um momento tenso em que uma greve estava prestes a eclodir, Tião (Carlos Alberto Ricelli) e Otávio (Gianfrancesco Guarnieri) decidiram ir tomar uma pinga e uma cerveja no bar do Alípio (Renato Consorte). Quando estavam lá a conversar sobre a gravidez de Maria (Bete Mendes) e

⁴⁶¹ O título desta seção foi inspirado na obra de Mathieu Lindon. Cf. LINDON, Mathieu. *O que amar quer dizer?* Trad. Marília Garcia. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

a enorme responsabilidade que Tião assumiria a partir dali, assim como sobre os entraves entre os trabalhadores para dar início ou não ao movimento grevista, eis que adentra no bar um adolescente negro, com aparentemente seus quinze anos de idade. Segurava um revólver em punho, falando assustado e em tom de ameaça:

– Ninguém se mexe, se mexer eu mato – olha para o dono do bar com assombro, pedindo ajuda –. Alípio, me esconde! É que os "homi" tão atrás de mim.

– Te esconder onde, ô cara? – Responde Alípio tentando se desvencilhar de qualquer confusão que parecia se iniciar.

Mas o menor insiste:

– Me esconde, porra! Dessa vez não, "morremo" tudo aqui. Mas dessa vez eles não me "leva" – a este ponto ele já apontara a arma para Alípio e os demais que ali estavam, isto é, Tião, Otávio e um velho, de pele negra, que figurou o tempo todo em silêncio na cena.

Tentando resolver aquilo da melhor maneira possível, Alípio indica:

– Vai pelo fundo desgraçado – apontando com um gesto da cabeça a pequena porta depois dos engradados de cerveja que levava para um quintal –. Pula o muro!

Sem dizer mais nada o jovem sai andando de costas, ainda segurando a arma para se defender de um possível ataque. Entra pela porta estreita com o plano de pular o muro e continuar em fuga.

– Bora, pai, que isso aqui vai esquentar – disse Tião com medo de que aquilo não tivesse terminado com a simples fuga do rapaz.

Em plano médio a cena focalizava naquele momento apenas os rostos de Tião e Otávio, ambos de perfil, com a porta de entrada do bar ao fundo, mas rebaixada. A voz de Alípio orienta os dois dizendo: “Fica aí que os homi vem com tudo”. Som de passos ligeiros e, em seguida, o barulho da porta de aço rolando para cima, sendo puxada por um grupo de três policiais que entram em cena com as armas em punho. Um deles pergunta de forma áspera:

– Onde tá aquele filho da puta?

– Lá – novamente apenas a voz de Alípio soa sem que se retire o enquadramento do rosto do policial e dos dois fregueses que continuavam cabisbaixos: – Ele ameaçou a gente com a arma e desembestou aí pro fundo.

Rapidamente os policiais seguem para os fundos do bar, entrando pela mesma porta que o adolescente seguiu anteriormente. Em plano médio, mostrava-se agora o cenário do bar e as quatro personagens em tensão, na impotência de fugir e no aguardo do desdobramento já previsto pela ação da polícia. Apenas as vozes das personagens do policial e do adolescente dariam o tom ao desdobramento desse plano-sequência:

– Parado aí seu puto!

– Não vem não, hein? Não vem não! Não pensa que vão me machucar de novo não – a fala do jovem se enunciava em gritos, bravejando –. Já chega, filhos da puta! Vocês me largaram seus “viado” – e aqui uma breve pausa se instaura sem que a tensão seja suspensa. E novamente retoma: – Não pode fazer isso comigo não!

A voz de outro policial insistiu:

– Pega ele!

E a última fala do adolescente deu-se por um grito ainda mais estridente e angustiante para os demais que aguardavam a “sentença” no bar. Após dizer que não poderiam fazer aquilo com ele, o último gesto do adolescente foi por meio de uma frase em forma de grito:

– ... sou de menor.

Apenas as rajadas de tiros ocupavam sonoramente aquela cena, como indicativos da sentença confirmada para aquele menor fugitivo da polícia. Por alguns segundos apenas uma longa série de tiros produz o efeito sonoro de tensão, mas sem muitas reações da parte dos quatro homens que estavam no bar.

– Agora é melhor sair – disse Alípio sem olhar para os fregueses, mas ainda cabisbaixo.
– Vou fechar!

O plano-sequência de aproximadamente quatro minutos terminava com uma fala breve como essa de Alípio, demonstrando certa consternação. Depois desse plano de imagens em sequência, sem corte, outra brevíssima cena se inicia para demonstrar o desfecho do ocorrido [Figura 30]. Em um plano geral, podia-se ver que sob a noite escura apenas as lanternas de três policiais e os faróis da viatura iluminavam o terreno de barro sob o qual estava disposto o corpo do adolescente assassinado por eles. Passando para um plano médio, com enquadramento no corpo morto do menino, mostra-o estendido no chão de terra, os braços abertos, a perna direita também estendida enquanto a esquerda estava dobrada, indicando o último movimento de fuga que havia esboçado. O rosto do menor negro expressava o desamparo em último grau, a última fronteira da violência e do ato de possuir o corpo do outro, mutilando-o, ceifando sua vida. O morto estava com os olhos abertos, fitando o firmamento escuro, enquanto escorria pelo lado esquerdo da boca um filete de sangue.



Figura 31 – Menor assassinado pela polícia de São Paulo no filme *Eles não usam black-tie* (1981) de Leon Hirszman. Adaptação da peça teatral homônima de Gianfrancesco Guarnieri.

O conjunto de imagens em movimento que demonstrava como a força policial agia em relação aos chamados menores delinquentes e infratores na cidade de São Paulo ocupa um espaço-tempo muito reduzido no conjunto do filme *Eles não usam black-tie*, dirigido por Leon Hirszman em 1981.⁴⁶² Mas justamente por ocupar um espaço reduzido e secundário na narrativa que contava a história de operários metalúrgicos na cidade de São Paulo e a vivência de conflitos externos e internos à classe operária, permitiria pensar como no cotidiano urbano o problema do menor infrator imiscuía-se às diversas dinâmicas e sociabilidades, tomando um alcance considerável.

Embora fosse um militante perseguido pela ditadura militar, Otávio não enunciou absolutamente nada sobre aquela questão, apesar de que tenha demonstrado consternação e incômodo diante daquela situação que estava vivenciado. Exatamente pelo fato de não ser uma produção cinematográfica específica sobre o problema dos menores infratores, *Eles não usam black-tie* permite pensar sobre o alcance social do problema. O fato de que o menor representado no filme era negro não parece ter sido escolha aleatória, principalmente se se insere tal plano-sequência no conjunto de outras enunciações que circulavam naquele momento, narrando de modos distintos aquela “questão social” de grande envergadura. Outro aspecto que chama a atenção se refere a que em uma narrativa cinematográfica sobre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, o menor apresentado como delinquente e perseguido pela polícia atualizava ao seu modo a análise que circulava desde os primórdios do século XX. Em um filme sobre o mundo do trabalho fabril, reforçava-se a tese de que era justamente a ausência do menor no mundo do trabalho que abria as possibilidades para a delinquência e a infração penal.

⁴⁶² *Eles não usam black-tie*. Direção: Leon Hirszman. Produção: Leon Hirszman e Carlos Alberto Diniz. Distribuição: Embrafilme. Ano: 1981.

A narrativa cinematográfica faz pensar por meio de imagens em movimento, com ações encadeadas, dando ao espectador a chance de ouvir os ruídos, perceber a sequência dos gestos, as entonações das vozes das personagens, isto é, toda uma série de recursos que a fotografia não mobiliza. No caso de *Eles não usam black-tie* a sequência em que a questão do menor infrator é abordada estava eivada de tensões. As expressões faciais sobressaltadas ou apreensivas deram o ambiente necessário para construir sensibilidades entre o medo da violência e a impotência diante de certos fatos.⁴⁶³

Obviamente que o filme em si não parecia fazer esse tipo de abordagem, mas como as enunciações nunca estão deslocadas culturalmente de certos enunciados que as tornam possíveis e dizíveis (neste caso, visíveis), pode-se pensar como o conjunto de elementos narrativos que vinculavam o menor à fuga, ao acolhimento por um dono de bar, à linguagem violenta e repleta de palavrões – havendo também o indicativo em sua própria fala de que teria passado por processo de institucionalização e fugido –, são traços pertencentes a uma só maquinaria discursiva que constituía o dispositivo da menoridade.

Não interessa afirmar, portanto, se Leon Hirszman ou Gianfrancesco Guarnieri⁴⁶⁴ defendiam ou não certas narrativas em torno do menor infrator e do elemento racial na constituição do extermínio de jovens negros. Entretanto, cabe pensar na historicidade da narrativa cinematográfica como linha de força que recepcionava e redimensionava elementos das narrativas sociais que lhe eram exteriores e a situação do país. Mesmo ocupando apenas um plano-sequência de cerca de quatro minutos no âmbito de um filme com mais de duas horas de duração, o potencial enunciativo de uma cena como esta reside justamente na capacidade de tensionar os diferentes cotidianos que seriam tomados por acontecimentos semelhantes.

Como ponto de articulação entre a linguagem fílmica e demais documentos que compõem o arquivo social sobre o menor, o rosto desse indivíduo figurava como marca de um caminho não permitido e de uma ação proscrita. Tratava-se do rosto do criminoso, de alguém a ser capturado pelo Estado e corrigido. O filme dá a entender neste plano-sequência como tal relação conflituosa fazia parte do cotidiano das pessoas e a qualquer momento mais uma vida poderia ser impedida pelas armas da polícia. Mas uma cena como esta dialoga com todo um imaginário que se alimentou de diferentes fontes cujas narrativas se empenharam em criar o

⁴⁶³ Sigo de perto as considerações teórico-metodológicas de Laurent Julier e Michel Marie sobre análise de imagens no cinema. Cf. JULIER, Laurent & MARIE, Michel. *Lendo as imagens do cinema*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2012, p. 10.

⁴⁶⁴ A cena do assassinato do adolescente não está no texto teatral escrito por Guarnieri. A peça foi escrita em 1955 e montada pela primeira vez em 1958, no Teatro de Arena em São Paulo. Posteriormente, a peça foi encenada na Argentina, Uruguai, Chile e Alemanha. Cf. GUARNIERI, Gianfrancesco. *Eles não usam black-tie*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 112p.

clima de terror social no grau adequado para tornar justificáveis ações violentas do aparelho policial.

Em 1981 o jornalista Fausto Macedo publicou um livro intitulado “Defenda-se” com letras maiúsculas na capa e logo abaixo o subtítulo “de assaltos, trombadinhas, estelionatos, golpistas, etc.” Constituindo-se como uma fonte possível para a história do sensacionalismo midiático que nos anos 1980 grassava na sociedade brasileira, este livro foi apresentado em um breve texto redigido por outra figura famosa no meio da reportagem policial: Percival de Souza.⁴⁶⁵

Logo de início a própria capa articulava uma série de cores e objetos que sugeria o cotidiano de violência e insegurança pública, o que se podia ver no excesso de fechaduras na porta de casa, assim como o manequim com o sinal de tiro ao alvo no peito, indicando também a vulnerabilidade radical e a sensação de coisificação do corpo humano diante da violência. Mas logo na primeira página após a nota da editora outro elemento foi construído para reforçar a ideia de risco social: o retrato falado. Contudo, o uso do rosto do infrator ou delinquente por meio do retrato falado não obedece exatamente aos mesmos critérios que foram mobilizados por outras instituições e setores sociais que, a partir de outras estratégias e circunstâncias, constituíram uma rostidade para o menor infrator, como no exemplo da CF 1987.

⁴⁶⁵ Jornalista que desde os anos 1970 se especializou em jornalismo investigativo, “Percival de Souza nasceu em Braúna (SP), em 10 de março de 1943. [...] atuou na revista AutoEsporte, nos jornais A Gazeta e A Nação, e colaborou com os alternativos Movimento e Opinião, e com as revistas Realidade, Veja, IstoÉ e Época. Aos 22 anos, foi para O Estado de S. Paulo [...]. Começou também a trabalhar na editoria de Polícia, o que marcaria para sempre a sua carreira jornalística. Nos anos 1970 [...] foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e, mais tarde, escreveu dois livros sobre o período da repressão [...]. Especializou-se no Jornalismo Investigativo, nas áreas de Segurança e Criminologia. Criou um estilo próprio para as reportagens policiais e ganhou vários Prêmios Esso, entre outras honrarias, como outro Vladimir Herzog, em 2006, com Emerson Ramos e Fátima Souza, na categoria TV-Reportagem, com uma série de matérias sobre o Esquadrão da Morte”. Informações disponíveis em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/percival-souza/>. Acesso em 28 de set. 2020.



Figura 32 - Da esquerda para a direita a capa e a primeira página do livro *Defenda-se de assaltos, trombadinhas, estelionatos, golpistas, etc.* O tom policesco e o sensacionalismo fermentaram o medo contra os menores.

O retrato falado consiste em um instrumento de identificação desenvolvido a partir do último quartel do século XIX no âmbito da antropometria. Ao comentar a obra de Pierre Piazza sobre Alphonse Bertillon, considerado um dos pioneiros na polícia científica, Velan Valle Gaspar Neto⁴⁶⁶ enfatiza que a real aplicação do retrato falado se deu efetivamente durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O retrato falado funciona a partir de outros critérios e princípios de regulação, sendo necessário que um fato criminoso se efetive. Com isso, gera-se uma denúncia e a partir do recurso à memória da vítima se pode usar um banco de dados com diversos formatos e tamanhos das partes que constituem a face humana.

Somente a partir disso se compõe uma imagem da face daquele que, uma vez tendo seu rosto virtualmente identificado a partir de um conjunto de traços, passa a ocupar a posição de sujeito criminoso e para o qual serão dedicadas investidas diversas para a sua captura. Tal procedimento põe em funcionamento o princípio segundo o qual “o rosto aparece sempre como o lugar em que a verdade se revela imediatamente”.⁴⁶⁷ Ora, constituir o rosto do menor infrator foi peça fundamental na engenharia social dos anos 1960 a 1980, uma vez que permitiu estabelecer uma série de características consideradas pertinentes às análises de “atitudes suspeitas”.

⁴⁶⁶ GASPAR NETO, Velan Valle. Muito além do CSI: história e sociologia da polícia científica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jul-set. 2014, p. 1065-1070.

⁴⁶⁷ LE BRETON, *Rostos*, p. 303.

Sobre toda esta política que investe o rosto de sentidos, Le Breton afirma que “a razão analítica aplicada ao rosto é um pensamento da suspeita; aliás, já vimos a arbitrariedade, os preconceitos e os fantasmas sobre o outro que se encontra em seu bojo. O rosto não é uma projeção geométrica suscetível de uma divisão em suas diferentes partes; caso contrário, ele deixa de ser rosto e se torna figura, ou seja, aglomeração de traços fisionômicos”. Tal reflexão tensiona a política implícita no retrato falado, uma vez que

o rosto não é uma natureza, um espaço biológico finito decalcando irrestritamente uma psicologia, por sua vez, finita, um tanto à maneira das peças de um quebra-cabeça que são montados a partir de um modelo. Ele é afetado pela terceira dimensão da qual a fisionomia serve-se como se fosse uma resultante da projeção de sua forma e se seu relevo: a do tempo que passa, a relação da pessoa com a duração, com a sua história e com a educação recebida. Isso é o que oculta a caracterologia do rosto. E a história do indivíduo é tecida com a matéria do tempo: será que se pode falar de uma pessoa, deduzindo o tempo de sua vida a partir da forma de seu nariz ou de sua frente?⁴⁶⁸

O livro de Fausto Macedo fez-se uso do rosto a partir de outros critérios, considerando inclusive que a obra não se dedicava exclusivamente ao tema do menor infrator, mas abordava outros perfis sociais (o capítulo 5 focalizou os pequenos ladrões, com conselhos às donas de casa quando fossem às feiras livres do centro, onde menores e trombadinhas mais atuavam), recorrendo à leitura de Lombroso para fins de legitimação científica. Isto ocorreu no texto de apresentação assinado por Percival de Souza, no qual se pode ler o seguinte:

Portanto, você está abrindo um livro realista, sem fantasias, ficções, parafernálias ideológicas ou grotescas avestruzes de cabeça enterrada na areia. Os erros são do sistema? Ou as causas são endógenas e exógenas? Os fatores bio-psico-sociais devem ser levados em conta? As teorias de Cesare Lombroso ainda resistem (embora ele tenha morrido em 1909)? O autor preferiu não abraçar nenhuma tese, ou teoria, e relatar *fatos*. O que hoje em dia pouca gente faz, inclusive – ou principalmente quem sabe – na área criminológica.⁴⁶⁹

Por meio desse texto de apresentação pode-se perceber a força que o pensamento de Lombroso teve na formação do imaginário social brasileiro acerca do crime e do criminoso, sendo usado neste livro – embora o prefaciador pareça dizer o contrário – que se pretendia um guia, um verdadeiro be-a-bá que ensinaria as pessoas a prevenirem as situações já enunciadas no subtítulo. Para tanto, ao longo das 133 páginas foram descritas inúmeras situações sobre as

⁴⁶⁸ Idem, p. 117.

⁴⁶⁹ SOUSA, Percival de. Apresentação. In. MACEDO, Fausto. *Defenda-se de assaltos, trombadinhas, estelionatos, golpistas, etc.* São Paulo: Global Editora, 1981, p. 9, grifo no original.

quais Macedo lançava seu olhar como repórter policial experiente, analisando os erros cometidos pelas vítimas e as formas de se prevenir em situações futuras. Mas sobre a leitura de Lombroso, uma ressalva foi feita por Percival de Sousa ao afirmar que “hoje não temos, como regra, tipos *lombrosianos*. Também não temos, como regra, bandidos se destacando individualmente, já que a grande maioria age em bandos. A década da violência fez os bandidos perderem a individualidade”.⁴⁷⁰ Entre assertivas e negativas a teoria de Lombroso continuou sendo citada, fosse para apropriação, fosse para a construção de alternativa críticas e diagnóstico das suas limitações.

Embora não tenha sido possível mapear a tiragem dessa obra, pode-se perceber como tal gênero narrativo tinha um apelo social, dadas as recorrências e referências ao tema da violência urbana e dos personagens criminosos em diferentes meios de comunicação. Por esta razão, uma narrativa deste tipo contribuiu, com as imagens e textos de que lançou mão, para constituir um imaginário social assentado na ideia de inimigos a serem extirpados e reparações a serem realizadas a fim de garantir o bem-estar geral. Tal tipo de enunciação diariamente forjada contribuiu para a ideia de que o menor era um perigo social e que deveria ser objeto da ação policial. Mas entre o dito e não dito em meios de comunicação, toda uma cultura assentada no racismo estrutural, em critérios e formas preconceituosas de lidar com aquela questão permitia que cenas como a do filme de Leon Hirszman não fossem situações isoladas.

A partir do século XVII as sociedades ocidentais passaram a desenvolver um conjunto de mecanismos e tecnologias cujo objetivo central passava a ser o de incidir sobre a vida da população. Tais mecanismos constituíram uma transformação importante, uma vez que o que caracterizara até então o poder do soberano, visto em última instância, havia sido o direito de vida e morte sobre o corpo dos súditos.

Em sua análise da emergência da biopolítica como paradigma de governo, Michel Foucault fez uma genealogia dos modos de exercer o poder sobre a vida da população, tornando-a um objeto de saber estratégico para o Estado moderno. A partir da época clássica, segundo este filósofo, os mecanismos de poder passaram por transformações importantes, pois

o confisco tendeu a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância,

⁴⁷⁰ SOUSA, op. cit. p. 15.

de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isto o poder de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos”.⁴⁷¹

Inventou-se a “população” como objeto de estudo e de intervenção, lendo-a não como algo inerte e homogêneo, mas ao contrário como objeto variável e heterogêneo, exigindo que os cálculos do poder e as técnicas de saber se exercessem ao “nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população”.⁴⁷² A partir do século XVII esta tecnologia de poder se desenvolveu a partir de dois polos que não se opõem, mas se complementam: o primeiro polo teria focalizado o corpo como máquina, dedicando-se ao seu

adestramento, ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano.⁴⁷³

Por outro, de modo suplementar, formou-se outro aspecto que focou no corpo-espécie, “transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar”. Tais processos foram assumidos através de uma série de intervenções e regulações caracterizando uma “bio-política da população”.⁴⁷⁴

Portanto, no conjunto de investimentos e cálculos por meio dos quais a vida foi tomada como objeto de intervenção global e molecular, ao mesmo tempo, um aspecto se sobressai de modo evidente. Segundo Foucault,

agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no “como” da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico. Isso sobre o que o poder tem

⁴⁷¹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 128.

⁴⁷² Idem, p. 129.

⁴⁷³ FOUCAULT, *História da sexualidade*, p. 131.

⁴⁷⁴ FOUCAULT, *História da sexualidade*, p. 131.

domínio não é a morte, é a mortalidade. E, nessa medida, é normal que a morte, agora, passe para o âmbito do privado e do que há de mais privado.⁴⁷⁵

No processo de criação da sociedade moderna com todas as invenções e estruturações que isto exigiu, a invenção da vida como objeto de estudo e intervenção consiste em algo fundamental, pois “a velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”, abrindo assim o que Foucault chama de uma “era do bio-poder”.⁴⁷⁶

Houve um conjunto de ações que emergiu na sociedade europeia e brasileira, a exemplo das políticas de saúde, educação, assistência social e segurança, o que no Brasil ocorreu a partir da primeira metade do século XX. Todavia, se com este conjunto de transformações o poder passou a inverter a lógica da soberania do Antigo Regime que dizia “fazer morrer e deixar viver”, para então afirmar “fazer viver e deixar morrer”, alguns desdobramentos merecem atenção, a fim de que se possa ler em sua historicidade as imagens do homicídio de jovens em películas como *Pixote – a lei do mais fraco* (1980) e *Eles não usam Black-Tie* (1981). Será mesmo que a morte se tornou algo exterior aos cálculos do poder nessa virada diagnosticada por Foucault? De que maneira a morte também foi, paradoxalmente, (re) investida de sentidos e ações por parte do Estado, apesar de suas políticas de promoção da vida da população e da ampliação das forças produtivas?

Por meio de um deslocamento conceitual criativo e eminentemente político, Achille Mbembe parte das considerações foucaultianas sobre a biopolítica para pensar os efeitos de conjunto que tais mudanças provocaram na “periferia do capitalismo”.⁴⁷⁷ Sendo assim, o pensador camaronês subverte a reflexão de Foucault sem abrir mão das importantes ferramentas de análise propostas por ele, mas articulando a noção de biopoder às de “Estado de exceção” e “Estado de sítio”. Indaga, portanto:

essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política como forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo

⁴⁷⁵ FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In. *Em defesa da sociedade*: curso dado no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 208.

⁴⁷⁶ FOUCAULT, *História da sexualidade*, p. 131-132.

⁴⁷⁷ HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere aude*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, Jan./Jun. 2016.

humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder?⁴⁷⁸

Considerar a política como o trabalho da morte deve nos alertar para o fato de que a rede de poderes que permanecem atualizando e promovendo a matança de indivíduos e populações não partem unicamente do Estado, sendo as milícias e outras organizações sociais formas de captura de vidas consideradas ingovernáveis ou passíveis de serem eliminadas por diferentes critérios, entre eles o racial. Tais modos de ação na desordem da vida social ancoravam-se na noção ficcional do inimigo, algo que se pode ler tanto na DSN da ESG como também em narrativas literárias, cinematográficas e jornalísticas. Fomentado diariamente pelas notícias e outras narrativas que criam o clima de medo, “o terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errática de criar um espaço em que o ‘erro’ seria minimizado, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado”.⁴⁷⁹

Neste sentido, a uma biopolítica da população Mbembe propõe o conceito de necropolítica para tensionar essas maquinarias de gestão da vida a partir da crítica do racismo, do colonialismo e do capitalismo, indissociavelmente. Por meio dessa articulação pode-se perceber como na periferia do capitalismo, isto é, em sociedades africanas e latino-americanas, sobretudo, o direito de vida e morte continuou sendo objeto de decisão por parte da soberania estatal. Nas primeiras linhas de seu estudo, Mbembe afirma: “este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”.⁴⁸⁰ Trata-se, pensando com o deslocamento operado por Giorgio Agamben na analítica foucaultiana do biopoder que,

se em todo Estado moderno, existe uma linha que assinala o ponto em que a decisão sobre a vida torna-se decisão sobre a morte, e a biopolítica pode deste modo converter-se em tanatopolítica, tal linha não mais se apresenta hoje como um confim fixo a dividir duas zonas claramente distintas; ela é, ao contrário, uma linha em movimento nas quais o soberano entra em simbiose cada vez mais íntima não só com o perito, mas também com o médico, com o cientista, com o sacerdote.⁴⁸¹

⁴⁷⁸ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução: Renata Santini. Revisão técnica: Cezar Bartholomeu. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 6-7.

⁴⁷⁹ Idem, p. 23.

⁴⁸⁰ Idem, p. 5.

⁴⁸¹ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução: Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 119.

Em se tratando da invenção do menor infrator no Brasil, foram múltiplas as circunstâncias históricas e as cenas de sujeição que fazem pensar sobre como as vidas de pessoas negras e pobres foram relegadas ao esquecimento ou tomadas como objeto de matança. Em ambos os casos se tratava de uma intervenção política, uma vez que esquecer as condições reais de existência de grande parte da população brasileira no pós-abolição consistiu em uma efetiva política de morte, não criando condições sanitárias, laborais, salariais, higiênicas e arquitetônicas para que esta parcela da população pudesse ser inserida socialmente. Como afirma Abdias Nascimento,

se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego e na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive. Alegações de que esta estratificação é “não-racial” ou “puramente social e econômica” são chavões que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira.⁴⁸²

Se o racismo estrutural foi condição de possibilidade para a emergência histórica do menor infrator no Brasil e na formulação do rosto que lhe foi socialmente atribuído, as políticas de morte direcionadas a este segmento social também se basearam no mesmo critério. Entre as diferentes narrativas que compuseram o arquivo desta pesquisa pode-se ver como personagens de menores criminosos e infratores foram apresentados como negros.

Obviamente que pensar a racialização desse processo também deve considerar as diferentes branquitudes em jogo, pois personagens como Pedro Bala, Paulo Collen, Lilica, Anderson Herzer, Pixote e Querô, que são destacadas nas narrativas literárias e fílmicas, aparecem como não negras, mas paradoxalmente vivendo o *devir negro do mundo* em suas próprias carnes. As suas branquitudes se tornaram alvo de políticas violentas por parte do Estado e da sociedade na medida em que outros marcadores sociais de diferença contribuíram para gerar processos de exclusão. No caso de Lilica e Herzer, as relações de gênero e sexualidade repercutiram em suas vidas muitas vezes punindo seus corpos por estarem fora do padrão imposto pelo dispositivo da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsórias.

Por sua vez, personagens como Bala, Collen e Pixote não sofreram as mesmas perseguições e julgamentos que Lilica e Herzer, mas se envolveram em relações nas quais o

⁴⁸² NASCIMENTO, *O genocídio do negro brasileiro*, p. 101.

fato de serem “menores” criminosos e sem uma família considerada “estruturada” os colocou como alvo da polícia e de outros grupos sociais que os viram ora como possíveis parceiros na relação com o tráfico de drogas, ora como inimigos das cidades. Assim, marcadores como idade e classe social funcionaram para os caracterizar como “perigosos”, mesmo que seus rostos destoassem do “perfil” instituído para se definir o menor com base no critério racial que, paradoxalmente, jamais foi oficialmente declarado, mas persistentemente documentado.

Portanto, corpos brancos como os destas personagens tornaram-se subalternizados e passíveis de assassinato ou perseguição na medida em que não corresponderam a outras exigências sociais referentes a padrões de gênero e sexualidade ou ainda se desviaram de processos de socialização tornados obrigatórios como escolarização e inserção no mercado formal de trabalho. O assassinato de Fumaça, no filme *Pixote*, permite ler como corpos brancos institucionalizados e inseridos em um circuito de corrupção e perseguição foram vistos como vidas matáveis. Por outro lado, as personagens assassinadas nas tramas de Leon Hirszman e Hector Babenco são negras: Dito e Garotão (em *Pixote*), “Adolescente” (sem nome, em *Eles não usam black-tie*). Em outras fontes como no manual da CF 1987 o menor cujo perfil foi desenhado e apresentado anteriormente era negro e de periferia. Embora a produção social do menor tenha sido atravessada também por outros marcadores sociais da diferença – na última parte desta tese discute-se sobre os atravessamentos de gênero e sexualidade na construção da minoridade – se torna relevante mostrar como no jogo de exclusão em que tal conceito-imagem foi gestado o elemento racial foi predominante.

No caso específico do rosto do menor infrator se tornou evidente a maneira pela qual o rosto do menor negro foi taxado como sinônimo de bandido. Contudo, a partir das reflexões apontadas por meio do diálogo com Mbembe e Almeida pode-se pensar a raça como categoria relacional, dando abertura para questionar os processos de diferenciação racial não apenas a partir de negritudes e pretitudes, mas também de branquitudes disputadas na arena social. Fugir dessa “razão dual racial”, como nos fala Lourenço Cardoso⁴⁸³, é fundamental para pensar de um modo menos autocentrado e mais plural a questão étnica e racial, pois o binarismo que compreendia escravizador (português) e escravizado (africano) tornou possível depois a oposição entre branco e negro após ter-se escanteado o indígena. Portanto, da tríade branco-negro-indígena formou-se uma díade português-africano que engessou o modo de pensar as relações raciais na oposição entre branco e negro, quando efetivamente a personagem branca geralmente aparece como modelo universal, homogêneo e a-histórico. Assim, falar em relações

⁴⁸³ CARDOSO, Lourenço da Conceição. O modo de pensar da razão dual racial: a branquitudes e o mestiço-lacuna. *Revista Debates Insubmissos*, Caruaru, PE. Brasil, Ano I, n. 2, mai./ago. 2018.

raciais no senso comum levaria a questionar a opressão contra negros, mas não a branquidade como lugar de afirmação e defesa de privilégios.

A simples – e por isso mesmo problemática – frase “o problema do negro no Brasil” torna-se reprovável na medida em que parte de uma regra ou modelo subjacente em relação ao qual o negro apresenta-se como exceção. A branquidade acabou sendo o espaço vazio da discussão étnica e racial no Brasil e em boa parte do mundo, quando questionar a branquidade como efeito de uma racialização também tornar-se-ia fundamental para compreender os elementos simbólicos cruciais à manutenção dos privilégios e violências que se expressam na divisão social e sexual do trabalho, na produção e reprodução das condições de existência, nos modelos estéticos que definiriam o lugar do belo e do feio, do sutil e do grotesco (algo explícito na recusa de Evaldo Braga à sua imagem projetada na TV), gerando toda uma economia política das desigualdades e opressões sobre os corpos não brancos.

Pensando deste modo, pode-se começar a observar algumas cenas de horror por meio das quais as políticas de matança dos menores infratores no país foram se consolidando. Os rostos racializados de diferentes modos permitem perceber diferenças, mas também prestar atenção para “coincidências” que não são aparentes inicialmente, mas estruturaram processos de criminalização daqueles cujos corpos não levaram o signo da branquidade hegemônica.⁴⁸⁴

O filme *Pixote – a lei do mais fraco* construiu uma narrativa que ajuda a entender os processos de dominação e as políticas de morte internas e externas às instituições voltadas para o encarceramento dos menores infratores. A composição do filme deu-se também a partir da inspiração tomada por Hector Babenco da estética neorrealista italiana que se configurou após o fim da Segunda Guerra Mundial como cinema de resistência tanto ao fascismo de Mussolini que havia impedido a produção cinematográfica, como também às pretensões estadunidenses com o modelo hollywoodiano de fazer a sétima arte.⁴⁸⁵ De acordo com Luiz Alberto Pereira Júnior uma das características fundamentais da estética neorrealista residiria em que “lança mão de planos longos, o chamado plano-sequência, falas dos atores improvisadas, cenários ao ar

⁴⁸⁴ Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne afirmam ser preciso pensar “o problema do negro” na sociedade brasileira em termos críticos e relacionais, uma vez que “o problema do negro só existe quando acreditamos que a sociedade deveria ser composta por brancos. O negro é visto como problema porque o branco é a norma, o ideal a ser perseguido em nossa sociedade composta majoritariamente por negros e mestiços”. Cf. GOMES, Nilma Lino & LABORNE, Ana Amélia de Paula. *Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, 2018, p. 14.

⁴⁸⁵ AUGUSTO, Isabel Regina. A lição neo-realista: a breve longa história de um movimento de resistência e libertação do cinema hegemônico. *VII Encontro Nacional de História da Mídia: mídia alternativa e alternativas midiáticas*. 19 a 21 de agosto de 2009. Fortaleza, CE.

livre, som ambiente, luz natural e participação de atores não profissionais que poderiam representar a si mesmos; [...] e a câmera [...] tinha a função de reproduzir o olhar humano”.⁴⁸⁶

Uma das apostas de maior envergadura feita por Babenco neste longa-metragem refere-se ao fato de ter escolhido trabalhar com um elenco infanto-juvenil que não era composto por atores experientes nas artes cênicas. Por meses a fio foram selecionados e treinados meninos da periferia de São Paulo por meio de testes e exercícios com a preparadora de elenco Fátima Toledo. Foi deste modo que ele encontrou Fernando Ramos da Silva (1967-1987), um menino pobre de Diadema que conquistou a personagem título, desbancando um outro garoto que já tinha experiência com comerciais de TV. Anos depois Babenco diria que foi a tristeza contida no olhar de Fernando – com sua face ambivalente, sendo significado como um “anjo mau” – que o fez entender que a personagem havia encontrado o seu ator.⁴⁸⁷

Embora tivesse se inspirado no romance *Infância dos Mortos* para compor o roteiro do filme com Jorge Duran, Babenco mais uma vez inspirado na ótica neorrealista decidiu não se prender ao roteiro, mas indicar às crianças do elenco as situações que iriam ocorrer e a partir disso eram montadas as falas por meio de improvisos e processos criativos compartilhados. A presença não normativa do roteiro indica o grau de experimentação e liberação artística, ética e política que estava em jogo. Tratava-se, afinal, de um filme que tinha a pretensão de pôr em tela um considerável problema na sociedade brasileira do momento: a marginalização de crianças e adolescentes e as violências institucionais que reforçavam tal processo. Não foi à toa que o filme foi dividido em dois momentos que deixaram muito explícita sua vontade de fazer crítica social. Inicia-se com um pequeno documentário e, em seguida, a narrativa “ficcional”, a qual também esteve, por sua vez, dividida em duas etapas: na primeira, um conjunto de cenas dramáticas contam a vida de um grupo de crianças em uma instituição correcional; na segunda, a narrativa desdobra-se após a fuga de um grupo de internos com as experiências vividas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nos dois momentos, as cenas são repletas de tensões e situações que tinham o claro objetivo de não somente prender o espectador, mas promover uma experiência estética e política capaz de incomodar e fazer pensar.

Por uma decisão política Hector Babenco e Jorge Duran não escreveram em nenhum dos diálogos que se tratava da FEBEM de São Paulo, detendo-se apenas na expressão “instituto” para designar o espaço institucional para onde Pixote (Fernando Ramos da Silva) fora levado

⁴⁸⁶ PEREIRA JÚNIOR, Luiz Alberto. *O filme Pixote – a lei do mais fraco e o governo das crianças marginalizadas (1980-1985)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, 2014, p. 33.

⁴⁸⁷ Para ver tal relato, entre outros, cf. *Pixote in memoriam*. Gênero: documentário. Nacionalidade: Brasil. Ano: 2006. Direção: Felipe Briso e Gilberto Topczewski. Duração: 1h20min.

após fugir de casa porque estaria de “saco cheio” de sua avó, como comenta em um dos diálogos com o grupo composto por Dito (Gilberto Moura), Lilica (Jorge Julião), Fumaça (Zenildo Oliveira Santos), Chico (Edilson Lino) e Garotão (Cláudio Bernardo). Neste espaço a vivência era marcada pela violência diária praticada pelos inspetores liderados por Sapatos Brancos (Jardel Filho), chamado assim porque sempre aparecia usando calçados dessa cor. Tratava-se de um homem branco, alto e violento nos gestos e nas palavras com os internos.

Em uma noite chuvosa Sapatos Brancos entregou um grupo de meninos para ser levado por outros inspetores, cujo propósito não fica claro no decorrer das cenas, mas que se pode depreender que eram conduzidos para praticarem furtos. O inspetor diz que esperava ter os menores de volta em três dias e o outro indivíduo que estava no carro pediu para que ele relaxasse, pois nunca deixaram de devolver. Na breve cena que se segue a este diálogo se vê alguns menores sendo soltos em um lugar ermo para onde saem correndo, enquanto outros permanecem presos no carro, a exemplo de Pixote. Ao som de gritos de socorro se pode ver os meninos fugindo dos tiros e sendo perseguidos pela lanterna que destacava seus corpos na escuridão da noite. Quem conseguisse ser rápido e livrar-se das balas estaria “livre”, mas o fato era que tal possibilidade era inviável naquela situação. Por isso mesmo, não demorou para que os meninos caíssem mortos no chão enquanto os outros observavam temerosos pelas brechas da porta traseira do veículo. Mesmo depois que os corpos estavam inertes os inspetores aproximavam-se para atirar outras vezes, inviabilizando assim qualquer possibilidade de sobrevivência.

Em seguida, na delegacia, um grupo de menores foi colocado diante da Viúva (Beatriz Segall) de um desembargador que havia sido assaltado e morto por um grupo de jovens – separados, obviamente, pelo vidro escuro que protege os suspeitos da vítima. Insegura diante de todos aqueles meninos que para ela seriam iguais, o delegado tentou persuadi-la dizendo que se o garoto era branco, como ela dizia, só devia ter sido aquele (que posteriormente o expectador fica sabendo que se trata de Fumaça), pois ele já tinha “um homicídio nas costas”. Ele afirma que seria então aquele garoto, mas a Viúva questionou tal certeza, dizendo que era ele quem estava afirmando e não ela. A última fala do delegado nessa cena seria: “Eu sei que é doloroso, mas faz parte do nosso trabalho”. O que não estava dito nessa frase era que fazia parte do seu trabalho escolher os culpados e com isso dar fim a querelas e disputas internas. Por este motivo, o escolhido da vez foi Fumaça. Quando a sua mãe foi visitá-lo no “instituto” ninguém sabia informar onde ele teria ido, uma vez que não estava mais ali. Depois que ela muito insistiu apenas Garotão interrompeu seu jogo com os outros para dizer o seguinte:

— Ei dona, os “homi” levaram uma cambada de gente aí, ó. Mas o Fumaça ainda não pintou. É melhor a senhora perguntar direitinho por aí, hein!

Lilica, debochada, encara a mãe de Fumaça dizendo:

— Olha dona, acho melhor a senhora fazer outro filho, viu? Porque esse aí já era.

Sem falar nada mais, a mãe de Fumaça sai cabisbaixa.

Ocorre que Fumaça foi entregue aos companheiros de trabalho de Sapatos Brancos totalmente machucado, ferido, “arrebentado”, como eles diziam. Na enfermaria do reformatório Pixote ocupa outra cama e no meio da noite o diretor veio ralhar com os inspetores para saber como era que eles tinham feito aquilo, devolvendo o menino naquelas condições. A preocupação maior era com as visitas do Juiz (Rubens de Falco) que poderia “prejudicar o diretor”. A saída escolhida para isto foi a mais violenta e assassina. Retiraram o menino na calada da noite da enfermaria, mataram e atiraram seu corpo em um lixão.



Figura 33 – O corpo de Fumaça, um dos companheiros de Pixote no “instituto” de menores, foi atirado em um lixão. *Pixote – a lei do mais fraco*, de Héctor Babenco. Distribuição: HB Filmes/Embrafilme, 1980.

O rosto desfigurado, o corpo marcado por cortes e sangue imiscuíam-se a toda a sorte de restos e coisas sujas que se pode ver em um imenso lixão. A câmera enquadrava todo o cenário, enfatizando ao centro o corpo morto entre os dejetos e lixos da sociedade industrial enquanto catadores e policiais observavam o cadáver. Aos poucos o movimento da câmera foi focalizando mais e mais o corpo até o ponto de o corte para a cena seguinte ocorrer quando se podia ver muito aproximadamente que sequer os olhos do morto estavam fechados e a expressão de horror tomava aquilo que um dia foi uma face humana.

Mais um corpo dispensado, desovado. Esquecido. E uma das cenas mais impressionantes pela sua sutileza e delicadeza foi justamente aquela em que Pixote, ao despertar no dia seguinte na enfermaria e não encontrar Fumaça na cama ao lado, pergunta para a enfermeira onde ele estava. A resposta foi sucinta e ríspida dizendo que não sabia de Fumaça

nenhum e que ele tratasse de engolir aquele remédio que ela lhe colocava na boca com uma colher. O olhar de Pixote expressou que ele havia entendido o pacto de silêncio que reinava naquele espaço. Havia matado Fumaça e se livrado do seu corpo. Depois disso a regra era “ninguém sabe, ninguém viu”. O olhar triste de Pixote com suas lágrimas contidas deixa claro que aqueles meninos apresentados no cinema não foram apenas captados pelas lentes da câmera. De certa maneira eles também nos olham, nos inquiram e nos afetam a cada nova reprodução da película.

Mas dentro daquilo que o delegado chamou de “nosso trabalho” ainda haveria desdobramentos a serem realizados. Se antes o corpo do menor machucado representava um problema de gestão, agora o efetivo sumiço do cadáver significava algo mais grave ainda, tornando-se necessário justificar e explicar os motivos de mais uma morte depois que a imprensa noticiou o corpo encontrado no lixão. Foi durante a refeição, à noite, que ao assistirem a televisão todos os internos puderam ver as fotos do corpo de Fumaça mostradas no jornal que dizia que o menor L.C.P foi encontrado depois de duas semanas desaparecido. Na reportagem o diretor do instituto falava, falsamente consternado, que “as brigas eram frequentes entre os menores dado o nível social dos mesmos”.



Figura 34 - Pietà profanada? A cena apresenta Lilica e seu namorado Garotão, assassinado pelos inspetores do “instituto”. *Pixote – a lei do mais fraco*, de Héctor Babenco. Distribuição: HB Filmes/Embrafilme, 1980.

Tinham “descoberto” que o menor fora brutalmente espancado por um dos colegas de internação, devidamente “identificado”. O menor “espancador”, como afirma o jornalista, era A. C de 17 anos. E o rosto que aparece na foto da reportagem, com a tarja preta cobrindo a parte dos olhos, era de Garotão. Todos se assustam e para evitar tumulto um dos funcionários que também jantava ergue-se e desliga a televisão. Foi então que se iniciou o combate entre Garotão e o inspetor. Ele se revoltou diante do jogo armado pelo diretor e os funcionários para incriminá-lo. Sapatos Brancos entra no refeitório e consegue acalmar o rapaz dizendo-lhe que aquilo era

momentâneo e que daqui a pouco ele estaria completando os dezoito anos, ficando livre de tudo. Ao sair do refeitório fez sinal com os olhos para os demais inspetores. Estes, na hora em que os internos começaram a se encaminhar para os quartos, impediram que Garotão prosseguisse e levaram-no para outro ponto do instituto onde ele foi brutalmente espancado e torturado, fazendo-se inclusive o uso de cabo de vassoura para fins de estupro ou espancamento, como ele relatou para Lilica antes de morrer e sem dar maiores detalhes.

O nível de corrupção e violência praticado pelos funcionários fica evidente nesse conjunto de cenas em que a morte se tornava algo banal e simples de ser praticado desde que atingisse os fins de proteção individual de diretores e outros gerentes da política dos menores. Após espancarem brutalmente o namorado de Lilica, os inspetores entraram no quarto dos meninos na surdina, enquanto todos dormiam. Pretendiam deixar o corpo na cama, mas quando escutaram a voz de Lilica perguntando quem havia entrado no quarto, eles deixaram o corpo do garoto no chão e saíram para não serem identificados.

A cena enquadrada inicialmente em um plano médio mostrava o cenário escuro, mas composto por um amplo conjunto de beliches e um chão de cimento escurecido. Ao se aproximar e perceber que era Garotão, ela chorou copiosamente e tentou acalotá-lo, amparando-o no colo em um jogo cênico que faz lembrar a clássica cena da Pietà. Embora o elemento afetivo fosse semelhante, isto é, o choro diante de um corpo assassinado, as personagens são distintas e o fato de os protagonistas da cena serem dois adolescentes que tinham uma relação afetiva e sexual permite pensar o potencial de crítica contida na sequência. Formou-se um círculo em volta de Lilica e Garotão. Todos os internos olharam apreensivos e temerosos, enquanto Garotão morria.

Em sua face negra escorria sangue proveniente das horas de tortura. Balbuciou algumas palavras ainda, entre elas afirmando que o maltrataram com um cabo de vassoura. Sem maiores possibilidades de resistência, mais um corpo morto ocupava o dormitório do instituto para menores. Cenicamente o jogo de cores funcionou de modos distintos nas duas sequências [Figuras 32 e 33], embora os temas fossem semelhantes, isto é, a morte dos adolescentes. No enquadramento que mostrava Fumaça morto no lixão a variedade de cores remeteria possivelmente ao descaso, à nulidade da vida dos menores, assim como à objetificação do corpo morto entre tantos outros objetos desgastados pelo consumo. No quadro que apresentava a morte de Garotão as cores não são tão variadas, construindo um cenário mais obscuro, permitindo ver tonalidades distintas criando um ambiente de desamparo que tem seu aspecto mental acentuado. Logo depois da morte do adolescente todos começaram a quebrar objetos e tocar fogo no dormitório, gerando-se uma rebelião e uma fuga coletiva.

Tais apontamentos em torno das relações e tensões entre os próprios adolescentes no espaço institucional e fora dele me levam a pensar com Mbembe sobre as maneiras por meio das quais vão sendo construídos mecanismos que inviabilizam a vida e a tomam como objeto execrável, definível e eliminável por uns e outros. No âmbito das políticas de morte alimentadas em grande medida pelas polícias e outros personagens e estruturas a ela relacionadas, Mbembe pensa a respeito de como “a soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e o de objeto”.⁴⁸⁸ Na medida em que estamos lendo as opressões e jogos de poder com/sobre os adolescentes a partir também da crítica do colonialismo, capitalismo e racismo, pode-se pensar como as territorializações efetuadas dentro ou fora do instituto fazem ver o limbo em que permaneceram soterrados os corpos daqueles jovens, tomados como objetos passíveis de morte a todo e qualquer instante, fosse nas disputas com os “homi” (Estado, policiais, diretores...) ou entre eles mesmos, os moleques.



Figura 35 - Na cena Pixote, Lílca e Dito praticam assalto a um cliente de Sueli.
Pixote – a lei do mais fraco, de Hector Babenco. Distribuição: HB Filmes/Embrafilme, 1980.

Se o filme mostrava a parceria entre os meninos internos como forma de resistência às violências praticadas no instituto, por outro lado também mostrava como o próprio grupo foi sendo desfeito ao longo do tempo. Ao fugirem do instituto, o grupo composto por Pixote, Lílca, Dito e Chico precisou sobreviver. A primeira alternativa não deu muito certo, pois a partir de Cristal (Toni Tornado) que era amigo de Lílca todos se inseriram no tráfico de drogas.

Tiveram prejuízos devido ao não pagamento dos valores que lhe eram devidos e acabaram se envolvendo em um homicídio no momento em que foram cobrar a dívida de Débora (Elke Maravilha). Após luta corporal Chico foi morto e Pixote esfaqueou Débora,

⁴⁸⁸ MBEMBE, *Necropolítica*, p. 39.

praticando assim o seu primeiro homicídio. Depois disso partiram para o Rio de Janeiro e lá construíram uma parceria com um cafetão e uma prostituta chamada Sueli (Marília Pêra). Caberia ao grupo de meninos participar das situações em que ela levaria os clientes para determinados locais e lá os assaltaria.

Neste momento Lilica já não fazia mais parte do grupo, tendo ficado desapontada com a relação afetiva e sexual de Dito e Sueli, decidindo ir embora e não sendo informado mais absolutamente nada sobre seu paradeiro. Neste último assalto a um turista de língua inglesa com quem Sueli marcara um programa, apenas Pixote e Dito fariam o assalto. Como o cliente resistiu, uma confusão se instalou e no meio dos tiros Dito acabou sendo morto por Pixote, em uma sequência de grande comoção. Assim, as convivências que se estabeleceram e as leis não escritas que regeram os papéis daqueles meninos terminaram gerando situações limite em que “foi preciso” matar para não morrer. O amigo tornou-se alvo, mesmo que não tenha sido de modo planejado. Se Chico e Dito estavam mortos e Lilica havia partido, havia somente Sueli e Pixote. Contudo, a relação entre os dois estaria longe de se tornar uma parceria.

O filme de Hector Babenco havia chegado aos cinemas brasileiros em outubro de 1980, em um momento marcado pela promessa da abertura política iniciada no governo Geisel (1974-1979) e continuada pelo general João Figueiredo (1979-1985). Ao analisar a película, André Luiz Vieira de Campos avalia as condições de surgimento dessa narrativa por se localizar em um momento em que a sociedade civil estava “reaprendendo a conviver com liberdade de imprensa” após a revogação do AI-5, ocorrida em 31 de dezembro de 1978. O filme despertou sensações diferentes no público, desde aprovação e comoção, até reações mais violentas e críticas corrosivas por parte de dirigentes de instituições voltadas para o atendimento dos adolescentes. Sobre este aspecto, Campos comenta que “arriscaria afirmar que essa reação negativa está associada ao fato de o filme desmascarar as instituições, não apenas denunciando sua incapacidade de ressocializar seus internos, mas também responsabilizando-as pela reprodução das condições de pobreza e violência que deveriam combater”.⁴⁸⁹

Do mesmo modo que propus pensar anteriormente sobre a máquina literária de Plínio Marcos, pode-se ver o cinema como uma forma de pensamento, como nos sugerem Deleuze e Guattari. Tratava-se ali, por meio das imagens com suas potências afetivas, sensíveis e éticas, de criar condições para não somente “comunicar” um tema, mas sobretudo construir enunciabilidades e possibilidades de entendimento sobre a infância, a violência e o desamparo

⁴⁸⁹ CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Pixote: a infância brutalizada*. In: SOARES, Mariza de Carvalho & FERREIRA, Jorge. *A História vai ao cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 119.

humano, em última instância. A máquina cinematográfica de Babenco fez ver e deu a ler um aspecto específico no conjunto de forças que compunham o dispositivo da minoridade. Não se tratava de uma denúncia com suas remissões jurídicas, nem tão pouco um apelo como mais tarde faria a CF de 1987.

Não havia apelo às ciências do comportamento humano nem aos postulados jurídicos que embasavam no plano interno e internacional as condições para atuar na causa da infância e adolescência. Tratava-se de pensar com imagens⁴⁹⁰, o que se efetuou por meio de um jogo intensivo cujas maquinações funcionaram por meio das três operações do cinema: o quadro, o plano e a montagem.⁴⁹¹ Deleuze e Guattari nos ensinaram que a Arte consiste em uma forma e uma força potente de pensamento, assim como a Ciência e a Filosofia. Contudo, a arte se constrói sob um plano de composição sem direcionamento prévio, mas mobilizada por *afectos* e *perceptos* e constituindo-se socialmente na produção subjetiva (individual e coletiva). Tal geração de afetos ocorre não por um sentimentalismo ingênuo, nem tampouco por fazer da memória uma pedagogia do lamento, mas porque “a obra de arte é um ser de sensação, e nada mais: ela existe em si”.⁴⁹² Portanto, o pensamento por meio das imagens opera como maquinação ética, estética e política. Não mimetiza, mas produz. Não interpreta, mas intervém.

⁴⁹⁰ “O cinema é uma forma de pensamento. Os grandes cineastas são pensadores, embora não pensem conceitualmente, mas por imagens. Daí a primeira grande tese de Deleuze ao elaborar uma classificação das imagens cinematográficas: o cinema pensa com imagens-movimento e imagens-tempo, as primeiras caracterizando o cinema clássico, as segundas, o cinema moderno”. Cf. MACHADO, Roberto. Deleuze e o cinema. In. *Deleuze, a arte a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 246.

⁴⁹¹ “Chamamos *enquadramento a determinação de um sistema fechado, relativamente fechado, que compreende tudo o que está presente na imagem, cenários, personagens, acessórios*. O quadro cinematográfico constitui, portanto, um conjunto que possui um grande número de partes, isto é, de elementos que entram, por sua vez, em subconjuntos. [...] O quadro é, portanto, inseparável de duas tendências – a saturação ou a rarefação. [...] Mas em ambos os extremos, rarefação ou saturação, o quadro nos ensina assim que a imagem não se dá apenas a ver. Ela é tão legível quanto visível. O quadro tem essa função implícita de registrar informações não apenas sonoras, mas visuais. Se vemos muito poucas coisas numa imagem é porque não sabemos lê-la bem, é porque avaliamos mal tanto a sua rarefação quanto a sua saturação”. Cf. DELEUZE, Gilles. *A imagem-movimento*. Tradução de Stella Senra. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2018, p. 29-30 (grifos no original).

⁴⁹² DELEUZE & GUATTARI, *O que é a Filosofia?* p. 194.



Figura 36 - Em um dos assaltos a um cliente de Sueli, Pixote mata Dito. *Pixote – a lei do mais fraco*, de Héctor Babenco. Distribuição: HB Filmes/Embrafilme, 1980.

As narrativas sobre a questão do menor articularam narrativas que cruzaram de diferentes modos a fronteira entre o real e o ficcional, tanto na literatura como em outras expressões culturais. Na cidade de São Paulo uma personagem emblemática no circuito de narrativas que inventaram a figura do menor infrator foi Wilson Paulino da Silva, conhecido como Wilsinho Galiléia. Nascido em 13 de julho de 1960 e morto em 10 de agosto de 1978 pela polícia militar de São Paulo, teria entrado para o “mundo da criminalidade” aos 7 ou 9 anos de idade.

Em seu livro de denúncia publicado em 1982, Carlos Alberto Luppi contava a história da violência do Estado e da sociedade brasileira praticada contra crianças e adolescentes, sempre taxados e estigmatizados como menores e produtores da desordem pública. *Agora e na hora de nossa morte: o massacre do menor no Brasil* consistia em uma narrativa a mais no conjunto de visibilidades e dizibilidades sobre o tema. As suas duzentas páginas foram constituídas a partir de intensa pesquisa realizada, apresentando dados estatísticos e diversas “evidências” que contribuíssem para desmoralizar o discurso penal e as bases de sustentação que criminalizavam a criança pobre, negra e periférica. Não cabe aqui examinar a obra em seu conjunto. Entretanto, a partir dos textos e imagens apresentadas, pode-se pensar como a personagem Wilsinho Galiléia foi lida por aquele jornalista na mediação com outras práticas discursivas que fizeram dele o símbolo do terror e do crime praticado por jovens em São Paulo. Segundo Carlos Luppi, Wilsinho Galiléia foi

um garoto-símbolo do que a sociedade, a polícia, as autoridades políticas, as entidades oficiais e o sistema têm feito com a infância carente, abandonada e marginalizada do Brasil nos últimos tempos. Durante muitos anos, ele foi torturado pela fome, pelo abandono. Tratado como bandido, foi perseguido,

ameaçado, humilhado, desprezado, espancado, preso e marcado como “delinquente irrecuperável”.⁴⁹³

Wilsinho havia sido internado algumas vezes na FEBEM de Mogi Mirim. A primeira vez foi em 1975, fugindo em janeiro do ano seguinte. Foi internado novamente em 1977, tendo a sua última fuga ocorrido em 16 de maio de 1978. Ele foi assassinado pela polícia em 10 de agosto do mesmo ano na casa de sua namorada, Geny, com tiros no peito e na cabeça, no bairro São João Clímaco, na zona sudeste de São Paulo. Segundo Carlos Luppi, a partir do depoimento de Geny Tiezzi Duque, o corpo foi “crivado com mais de 18 balas calibre 9 milímetros”.⁴⁹⁴ No mesmo ano de sua morte a imprensa divulgou amplamente o ocorrido, mas sempre fazendo uso da estratégia de compor uma narrativa biográfica do indivíduo como delinquente e infrator.

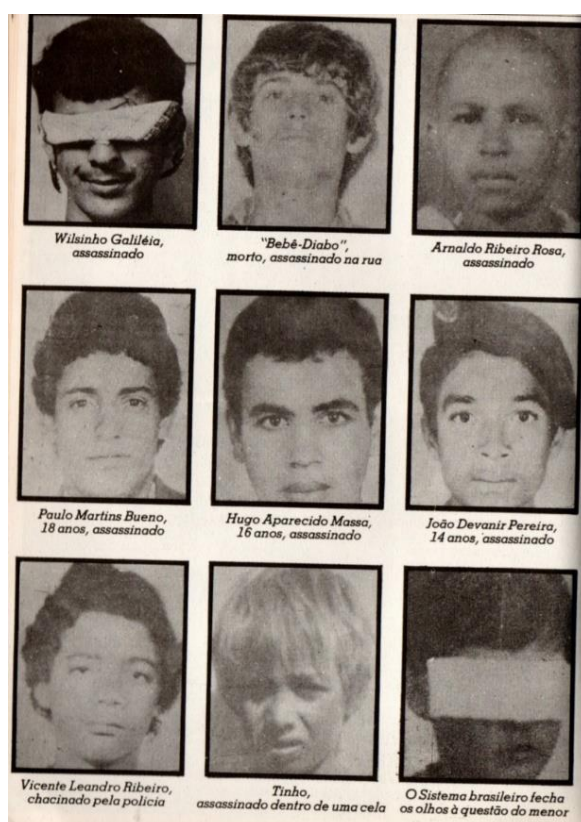


Figura 37 - Um rosto entre outros: Wilsinho Galiléia e a espetacularização da delinquência juvenil.
Fonte: *Agora e na hora de nossa morte: o massacre do menor no Brasil*, 1982, p. 46.

A imprensa foi certamente um dos principais meios de produção e proliferação de narrativas sobre a questão do menor. Como se pode ver na imagem acima muitos foram os rostos diariamente apresentados como mecanismo de identificação do perfil de criminosos. Mas

⁴⁹³ LUPPI, *Agora e na hora de nossa morte*, p. 16.

⁴⁹⁴ *Idem*, p. 17.

a legenda articulada à última fotografia na parte inferior direita indica uma indiferença social à questão do menor. Todos os que ali figuraram na imagem foram assassinados em situações diferentes. A fotografia sugere que, paradoxalmente, a sociedade brasileira criou uma série de imagens, políticas e saberes sobre a questão do menor, mas ao mesmo tempo ignorava o extermínio em curso.

Historicamente, as elites brasileiras que monopolizaram os veículos de mídia televisiva, impressa e de radiodifusão demandaram maior segurança pública, fazendo disso um dos seus avatares para gerar audiência e produzir o medo. Este, por sua vez, emergiu como efeito estratégico para gerar sensibilidades e “opiniões” em relação ao “problema do menor” no país. Tal tema foi mobilizado em favor de pautas reacionárias como redução da idade de responsabilidade penal, encarceramento de jovens e o “justiçamento” de ladrões, bandidos e outros personagens fabricados como inimigos internos.



Figura 38 – Cartaz do programa Globo Repórter, da TV Globo, sobre a história de Wilsinho Galiléia.

A TV Globo dedicou duas edições do seu programa jornalístico Globo Repórter para contar a história de Wilsinho Galiléia. O apresentador Sérgio Chapelin iniciou o programa com o seguinte texto:

Em julho deste ano um menor delinquente de 17 anos acusado de quatorze crimes de morte e centenas de outras ações criminosas fugiu espetacularmente quando era transferido para uma unidade da Fundação do Bem-Estar do Menor em Mogi Mirim, interior de São Paulo. No dia 10 de agosto, logo depois de completar dezoito anos, Wilson Paulino da Silva, era esse o seu nome, foi morto por uma rajada de metralhadora ao cabo de um cerco policial que durou vários dias. Morria Wilsinho Galiléia, bandido menino da crônica policial. Wilsinho entrou atirando, disseram os policiais. Wilsinho foi fuzilado, dizem seus companheiros que assistiram ao tiroteio. Saber se ele foi ou não fuzilado talvez não seja o mais importante. O mais grave é que Galiléia não era e não é o único. São centenas de milhares de menores delinquentes no Brasil. Há quem fale em milhões de outros garotos tão violentos e sem esperança quanto ele. Por isso o Globo Repórter realizou este programa. Não para simplesmente retratar a carreira de um menor delinquente. Muito menos para tomar partido. Mas para tentar encontrar resposta para esta pergunta: por que se criam delinquentes como Wilsinho Galiléia? Que fatores os alimentam? Até quando continuaremos a criar os Wilsinhos Galiléia? Onde está o nosso erro? É importante saber, afinal estamos às vésperas do Ano Internacional da Criança.⁴⁹⁵

Aos poucos pode-se perceber como as narrativas sobre o menor infrator construíram zonas de interligação e distanciamento. Nesses dois programas exibidos em outubro e novembro de 1978 o que efetivamente foi ao ar foi o documentário Wilsinho Galiléia (1978), sob a direção de João Batista de Andrade e produzido pela Raiz Produções Cinematográficas e pela TV Globo.⁴⁹⁶ O conteúdo exibido na televisão foi basicamente o mesmo contido no documentário, apesar dos aproximadamente 20 minutos de cortes para exibição no “horário nobre” da emissora, retirando-se por exemplo a cena do assassinato de Wilsinho, reconstituída com o uso de atores e atrizes.

Foram, pois, diferentes investimentos para contar e “reconstituir” a história do jovem infrator que se tornara tão conhecido na mídia nacional pelo fato de que com menos de 18 anos de idade já havia praticado mais de 500 assaltos e 15 homicídios, como noticiara a *Folha de São Paulo* no ano de sua morte.⁴⁹⁷ Também nesta matéria informava-se sobre o documentário dirigido por João Batista de Andrade para a TV que foi censurado por Rogério Nunes, presidente da Divisão de Censura de Diversões Públicas do governo federal, afirmando que o documentário era “inconveniente” e as cenas “nefastas” e “desumanas” poderiam “influenciar

⁴⁹⁵ Wilsinho Galiléia. *Reportagem do Globo Repórter*. Duração: 40 minutos e 58 segundos. TV Globo: São Paulo, 1978.

⁴⁹⁶ Título: *Wilsinho Galiléia*. Gênero: documentário. Duração: 62 minutos. Direção: João Batista de Andrade. Produção: Raiz Produções Cinematográficas e TV Globo. Fonte: Cinemateca Brasileira.

⁴⁹⁷ Polícia fuzila Galiléia, jovem com 15 homicídios e 500 assaltos na conta. *Folha de São Paulo*, 10 de agosto de 1978.

a cabeça dos jovens”. Tal atitude indicava que apesar da abertura política iniciada em 1974, a repressão e censura ainda davam o tom em muitos aspectos da vida social brasileira.⁴⁹⁸



Figura 39 - Policiais mataram Wilsinho Galiléia na casa de Geny, sua namorada. Documentário *Wilsinho Galiléia*, de João Batista de Andrade. Produção: Raízes Produções Cinematográficas/TV Globo, 1978.

Muitas foram as estratégias para desenhar o perfil do menor infrator a partir do caso de Wilsinho. Através da reportagem na *Folha de São Paulo* informava-se que o seu pai foi policial civil e havia sido assassinado quando ele tinha nove anos de idade, o que possivelmente lhe causou traumas e desejos de vingança que repercutiram em sua personalidade. Tal informação dialoga com o relato de Patrícia – amiga de Wilsinho e Geny e namorada de Chiquinho (amigo de Wilsinho) – prestado ao documentário. "Parece que ele tinha complexo da vida que ele vivia", afirmou ela ao ser perguntada sobre como era o comportamento do jovem. "Gostava de parecer filhinho de papai. Ele fazia tudo isso mais para aparecer nos jornais porque gostava de fama. 'Pô, quê que esses 'homi' tão fazendo que não põe notícia minha no jornal?'" , disse por fim tentando reproduzir uma fala de Wilsinho. Neste sentido, a fala de Chiquinho funcionou como uma espécie de complemento à narração de sua namorada, ao dizer que "ele era matador, mas era gente. Era humano. Ele era muito revoltado". Assim, tentou-se delinear os traços psicológicos de Wilsinho e compreender as condições de surgimento do seu comportamento delinquencial em uma linha temporal mais ampla que o explicaria.

Se efetivamente aparecer na imprensa era um dos objetivos do rapaz que se tornou “mito” quando se falava em criminalidade juvenil na década de 1970 em São Paulo, parece que

⁴⁹⁸ O documentário só seria reconhecido cerca de 20 anos depois, quando dividiu o prêmio de melhor longa documental com o filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho, no festival do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). Cf. *Folha de São Paulo*, 10 de agosto de 2018.

tal meta foi alcançada [Figura 40], uma vez que seu rosto figurou em diversas matérias jornalísticas entre 1976 e 1978. Mesmo com o uso da tarja e a abreviação do nome a sua imagem havia se consolidado no imaginário social.

O potencial multiplicador dessas narrativas foi algo impressionante, na medida em que o tema foi sendo tratado aqui e ali por diferentes grupos e em condições distintas. Mais um exemplo disso se pôde ver no *Jornal da República*, publicado em São Paulo em 1979, divulgando a peça de teatro intitulada *Fim de Carreira, Galiléia* criada por Carlinhos Lyra e que seria encenada no Teatro Conchita de Moraes, no Largo Santa Terezinha, em Santo André, nos dias 06 e 07 de outubro (fim de semana), com entrada franca. A sinopse publicada dizia: “Sobre os últimos três dias de vida do marginal Wilsinho Galiléia, morto no ano passado em tiroteio com policiais de São Paulo. Uma abordagem do problema do menor carente e uma crítica a Febem que em vez de proteger o menor, consegue transformá-lo em monstro”.⁴⁹⁹

Porém, no jogo de imagens em movimento, fotografias e textos diversos mobilizados para pensar as políticas de morte operacionalizadas e direcionadas para os chamados menores infratores, nota-se algumas tristes coincidências e inegáveis recorrências na criminalização do menor negro. Ocorre que o adolescente morto no filme *Eles não usam black-tie*, que não tem um nome próprio e morre assassinado pelos policiais após passar pelo bar de Alípio, era negro e havia sido interpretado por Gilberto Moura, o mesmo ator que encarnou Dito, um personagem central na película de Hector Babenco e um dos companheiros de Pixote, até ser assassinado por ele durante o assalto. Este mesmo jovem ator negro, em início de carreira, havia sido mobilizado também para contracenar, dois anos antes dos testes que o levaria à fama, na reconstituição do caso de Wilsinho Galiléia. A imprensa da época apontava Ramirinho como o sucessor e vingador do irmão. Na composição da cena Ramirinho aparece junto do irmão, sendo ensinado a atirar com revólver, demonstrando ânsia para matar e chegando inclusive a ser interrompido por Wilsinho dizendo que já estaria bom e que ele poderia parar de atirar.

O detalhe mais grotesco não apenas do ponto de vista estético, mas social e político, estaria no fato de que ao contrapor as imagens da reconstituição com a breve entrevista cedida por Ramiro (ao vivo e ao lado de sua mãe) para o documentário, percebe-se que o menino não era efetivamente negro, nem tinha os traços físicos e fenotípicos apresentados por Gilberto Moura, como cabelo crespo e pele preta. Como teria sido possível escolher para a reconstituição de um crime uma figura que não dialogava sob nenhum aspecto com a personagem real a ser retratada? Este detalhe banal parece nos incitar a pensar como o procedimento de

⁴⁹⁹ *Jornal da República*, São Paulo, sábado 6 de outubro de 1979, p. 14. Acervo da Hemeroteca Nacional.

criminalização e genocídio do jovem negro foi sendo constituído em diferentes enunciações e expressões culturais e estéticas, sem haver a necessidade de verbalização explícita dos princípios ordenadores de tal enunciação. Ocorre que uma imagem deste tipo só foi historicamente possível no jogo de imbricações e articulações que naturalizou o negro como criminoso nato, como personagem recorrente nas tramas policiais e no cotidiano de violência de uma cidade como São Paulo.

Nessa trama, o ato de matar entrava cada vez mais nos cálculos do Estado e dos grupos a ele vinculados ou não, fazendo com que a racionalização das práticas e formas de matar se configurasse como efetivo problema de gestão. Corpos individuais e estratos da população foram recortados e sobrecodificados para compor as arestas, as zonas limite e os entrecruzamentos de fluxos e tensões diversas.

Meninos, adultos, pobres, prostitutas, territórios do prazer e das desavenças, artimanhas e jogos de interação com as polícias, as instituições e os saberes instituídos, tudo enfim compondo um corpo social sobre o qual a cisão, a diferenciação e a decisão final também poderiam se efetuar por uma linha de corte na promoção da morte. Vidas que poderiam ser eliminadas pública ou reservadamente e cujos corpos eram vistos como infames e pútridos, significados como lócus das doenças venéreas, promovidas pela devassidão moral e o esquecimento dos “bons costumes”. Estes eram os elementos de uma racionalidade que tornou possível as práticas de “limpeza social”. Assim foi sendo chamada a ação dos grupos de extermínio nos anos de 1970 e 1980 no Brasil.

As políticas voltadas para exterminar indivíduos compreendidos como inimigos da sociedade ou do Estado constituíram-se em meio a um tipo de agenciamento micropolítico que ganhou realce na história do Brasil na segunda metade do século XX. O assassinato de prostitutas, moradores de rua, ladrões e os chamados menores foi promovido por grupos que passaram a se formar a partir de meados da década de 1950 para dar “respostas” e efetuar um controle sobre as taxas crescentes de criminalidade no período.⁵⁰⁰ Ao analisar o surgimento desses grupos, Francis Kanashiro Meneghetti diagnostica que tal emergência se deu no contexto da ditadura militar, embora tenha se dado na continuidade a práticas que vinham ocorrendo nas décadas anteriores, mas que ali ganharam repercussão e uma certa “institucionalidade” não formalizada no período.

⁵⁰⁰ Com foco na análise sociológica, Adorno et al analisaram mudanças na criminalidade juvenil entre 1993-1996 na cidade de São Paulo. Mapeia tendências nos estudos sociológicos, descreve a interferência da Organização das Nações Unidas (ONU) na legislação interna, menciona casos de jovens em conflito com a lei que obtiveram visibilidade midiática, mas não detalha as trajetórias individuais. cf. ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana; LIMA, Renato. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 4, 1999.



Figura 40 - Imagens de Wilsinho Galiléia como criminoso na imprensa. Fonte: Acervo *Folha de São Paulo*, 10 de agosto de 1978.

Os embates entre bandidos e policiais foram se tornando cada vez mais acirrados em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, o que gerou um “sentimento de vingança”. Tal aspecto parece ter sido um dos pontos de sustentação para que grupos como o “esquadrão da morte” pudessem surgir na capital paulista. Mas ao comparar experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Espírito Santo, o autor enfatiza que tais grupos foram nomeados de modos distintos como “sindicato do crime”, “esquadrão da morte” e sindicato da morte”.⁵⁰¹ Eram

⁵⁰¹ MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ – 4 a 7 de setembro de 2011.

organizações paramilitares formadas por policiais civis e militares, assim como por outras pessoas vinculadas ao parlamento e empresas. Em nome da segurança pública investiu-se na fabricação de múltiplos episódios regados a torturas, assassinatos e encenação de crimes que marcariam os anos 1970 e 1980, assim como as décadas posteriores. Mas ao analisar o caso de Alagoas, Meneghetti indica que a emergência de tais grupos violentos esteve articulada com estruturas sociais de longa data e que, desse modo, foram atualizadas.

No estado de Alagoas, as origens dos grupos de extermínio são marcadas por motivações econômicas e culturais, decorrentes do coronelismo que marcava a relação política nesse estado, onde os proprietários de terras se apoderavam das instituições locais, sob autoridade do Estado, para benefícios próprios. [...] O uso da violência como recurso das elites econômicas e políticas faz parte da história do estado de Alagoas [e] a associação entre violência policial e repressão política apresenta-se como fundamento da constituição das organizações de repressão desse estado, tendo a polícia como um dos seus principais representantes, caracterizando-se, sua situação, por execuções sumárias, torturas, espancamentos e coações que faziam parte do seu repertório para atender a interesses econômicos e políticos privados, encontrando guarida nas instituições do Estado.⁵⁰²

David Maciel de Mello Neto conta que para combater os chamados “gângsteres de pés descalços” foi criado no Rio de Janeiro em agosto de 1957, pelo chefe de polícia general Amaury Kruel, a Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão Armada (TVRAMA). Poucos dias depois da criação desse serviço de segurança pública “cadáveres de marginais começam a aparecer fuzilados pela cidade”.⁵⁰³

Somaram-se ao ódio a personagens sociais definidos como marginais e vagabundos, acontecimentos como o assassinato de Edgar Farias de Oliveira, motorista da TV Tupi, em 26 de fevereiro de 1958. Ele foi morto “por engano” ao ser confundido com um ladrão (ainda no que diz respeito à geografia dos detalhes, este homem era negro), o que fez com que a categoria “esquadrão da morte” ganhasse muita repercussão a partir de órgãos de imprensa como o jornal *Última Hora*. Àquela época os policiais foram até chamados de esquadrão suicida porque matavam e se expunham à morte em defesa da segurança social, mas tendo sua imagem vinculada ao TVRAMA. Posteriormente, esse nome “esquadrão da morte” passou a ser agenciado de outras maneiras e com base em outro acontecimento: o assassinato do detetive Milton Le Cocq, considerado um “ídolo dentro da polícia”, em 27 de agosto de 1964.

⁵⁰² Idem, p. 5.

⁵⁰³ MELLO NETO, David Maciel de. “Esquadrão da morte”: Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 10, n. 1, Jan/Abr. 2017, p. 141.

Esta arquitetura dos detalhes que aos poucos foi compondo o rosto do infrator a partir de critérios raciais mais ou menos explícitos, pode ser notada também na sequência do documentário sobre Wilsinho Galiléia em que se entrevista o médico que atuava na FEBEM de Mogi Mirim. Ele foi convidado, juntamente com a professora e o psicólogo que haviam atendido Wilsinho, para contar os procedimentos que se efetuavam no atendimento de um menor com aquele perfil.



Figura 41 - Vinculando a figura do infrator ao do jovem negro no documentário exibido na TV Globo. *Wilsinho Galiléia*, de João Batista de Andrade. Produção: Raízes Produções Cinematográficas/TV Globo, 1978.

Estruturava-se no jogo entre palavras e imagens ao longo dessa sequência um tipo de diferenciação e hierarquização racial que se mostrava no próprio contraste de cores presente na cena. O cenário era o de um consultório médico no qual um adolescente estava sendo atendido no exato momento em que o profissional passou a ser entrevistado para constar no documentário. A presença do jovem negro pode ter sido justificada em cena para que se pudesse expressar o cotidiano de trabalho do médico, a forma de atendimento na instituição para internos com menos de dezoito anos de idade e o perfil do público. Porém, tal cena lida em sua interface com demais práticas e investimentos do dispositivo da minoridade passa a ter outro sentido histórico. Pensada na raridade de sua emergência e na exterioridade de suas relações com outras enunciações e imagens visuais, tal imagem ganhava os contornos para definir mais uma vez o perfil do adolescente negro como criminoso.

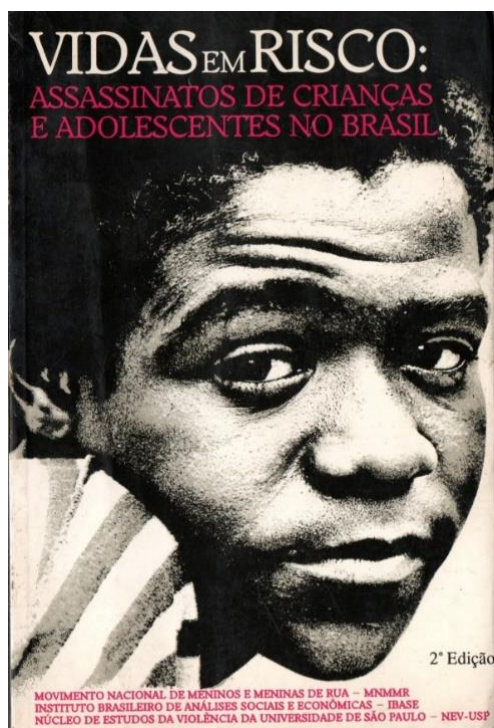


Figura 42 - Capa de *Vidas em risco*: uma pesquisa sobre as farsas e falsas justificações para o extermínio de crianças e adolescentes no país.

Nos debates que foram travados sobre extermínio de crianças e adolescentes no país entre as décadas de 1970 e 1990, os saberes produzidos por movimentos sociais e núcleos de estudos se mostraram cruciais para denunciar os crimes de Estado e os de setores vinculados à polícia. Ao seu modo, tais investimentos contribuíram para desfazer o rosto do menor como criminoso que pairava no senso comum. Neste sentido, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), lançou em 1990 o resultado de uma pesquisa sobre o extermínio de crianças em três metrópoles brasileiras através de periódicos de grande circulação: São Paulo (*Notícias Populares*), Rio de Janeiro (*O Dia*) e Recife (*Diário de Pernambuco*).

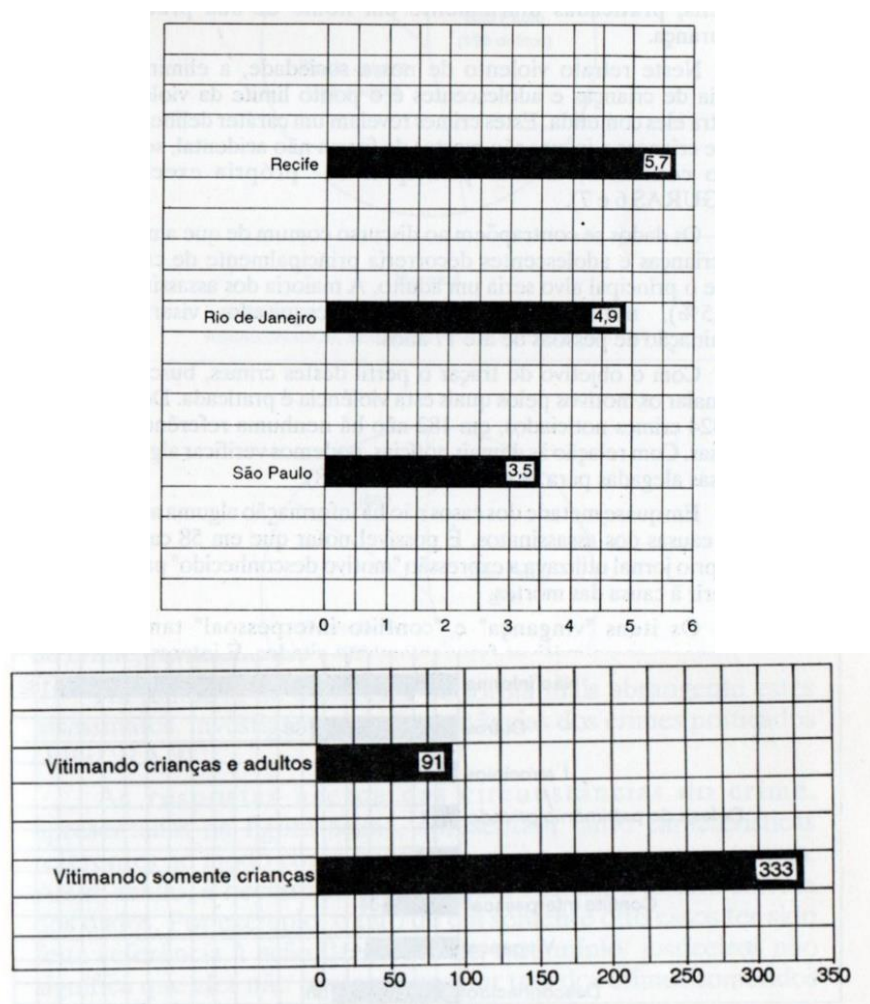


Figura 43 - De cima para baixo temos “Proporção de crianças e adolescentes assassinados por 100 mil habitantes de 0 a 17 anos” e “Número total de delitos”. Fonte: *Vidas em risco*, 1991.

A pesquisa foi realizada entre março e agosto de 1990 e a publicação intitulada *Vidas em Risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*⁵⁰⁴ foi lançada no mesmo ano, contando com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (da sigla em inglês United Nations Children’s Fund - UNICEF) e Misereor⁵⁰⁵, organização alemã que historicamente tem prestado apoio técnico e financeiro às organizações de direitos humanos no país.

Conto com a paciência do leitor e da leitora para que nas figuras abaixo se possa notar como o extermínio de crianças e adolescentes no país foi apresentado e discutido a partir da materialidade dos números, visando mensurar estatisticamente o extermínio de crianças e jovens. No ano em que a nova constituição foi promulgada, uma das principais iniciativas na

⁵⁰⁴ *Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*/Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Instituto de Análises Sociais e Econômicas, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Rio de Janeiro: MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991, 111 p.

⁵⁰⁵ Para mais informações sobre essa instituição e sua atuação no tempo presente, ver: Misereor. Disponível em: <https://www.misereor.org/pt/>. Acesso em 16 de abr. 2020.

ordem do saber para tensionar o dispositivo da menoridade esteve particularizada na pesquisa realizada no Brasil pelo MNMMR com o apoio da organização Defense for Children International (DCI).⁵⁰⁶

Esta pesquisa coletou dados sobre os assassinatos de crianças e adolescentes na Baixada Fluminense e foi uma condição de possibilidade importante para que as investigações levadas a cabo por organizações da sociedade civil ganhassem força e visibilidade, principalmente entre o fim dos anos 1980 e a década de 1990. Naquele momento todo um novo conjunto de organizações políticas, particularizadas inclusive pela exportação do modelo Third Sector (Terceiro Setor) dos Estados Unidos, passariam a ocupar a cena pública na denúncia e combate às violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.⁵⁰⁷

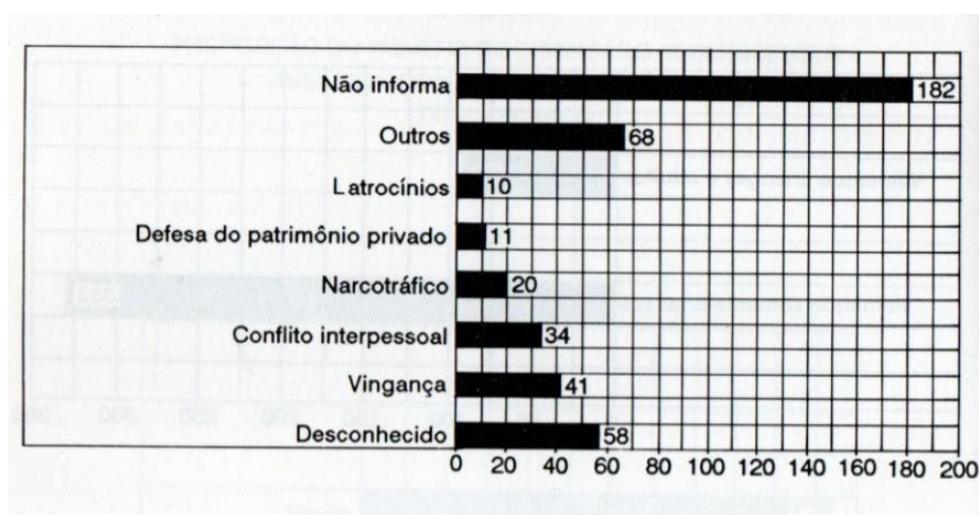


Figura 44 – Motivo do crime. Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

A publicação dizia logo em suas primeiras páginas que

⁵⁰⁶ Cf. Defense for Children International. Disponível em: <https://defenceforchildren.org/>. Acesso em 10 de abr. 2020.

⁵⁰⁷ Um amplo conjunto de publicações sobre a questão do menor emergiu a partir de fins dos anos 1970 a 1990, partindo principalmente de áreas como Sociologia e Psicologia Social. Nestes debates a PUC-SP foi um ponto de convergência importante realizando seminários, grupos de estudos, promovendo pesquisas sobre o tema, etc. Destaco a seguir algumas publicações pertinentes à abordagem do tema, mas que nesta tese não serão examinadas individualmente. Cf. PASSETI, Edson; IZIQUE, Maria Claudia P.; ARRUDA, Ronaldo S. V.; QUEIROZ, José J. (orgs). *O mundo do menor infrator*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1987, 175 p.; RIBEIRO, Ivete; BARBOSA, Maria de Lourdes V. A (org.). *Menor e Sociedade Brasileira: análises/programas institucionais/experiências*. São Paulo: Edições Loyola, 1987, 150 p.; CAMPOS, Ângela Valadares Dutra de Souza. *O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, 195 p.; MARQUES, João Benedito de Azevedo. *Marginalização: menor e criminalidade*. São Paulo: MCGraw Hill do Brasil, 1976, 188 p.; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *Pequenos Bandidos: um estudo sobre a gestação dos menores infratores na cidade de São Paulo*. São Paulo: Global Ed., 1983, 175 p.; VIOLANTE, Maria Lucia V. *O dilema do decente malandro: a questão da identidade do Menor – FEBEM*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1983, 196 p.

o assassinato de crianças e adolescentes no Brasil é um fenômeno nacional. Ainda que não se tenha condições de precisar exatamente quando ele assumiu a caracterização de extermínio é possível localizar o momento e os atores que o fazem emergir dos bastidores das delegacias e da órbita circunscrita às entidades de atendimento e de defesa de direitos das crianças e adolescentes para o cenário nacional e internacional. Estes atores o fizeram exigindo posicionamento da sociedade como um todo e a intervenção das autoridades competentes no sentido de buscar formas de coibir esse tipo de prática.⁵⁰⁸

Tal diagnóstico tornava-se uma arma política muito importante, uma vez que os números demonstraram a gravidade da situação: o número total de vítimas foi 457 crianças e 142 adultos no ano de 1989.

Todas essas informações se deram no interior do dispositivo da minoridade como modo de tensionar as narrativas em questão. Sobre a figura do menor/pivete “o imaginário popular o concebe armado de canivetes, ou mesmo revólver, cheirando cola de sapateiro e efetuando furtos, impelidos à violência pela pobreza e abandono em que se inserem, sendo estas as causas em última instância de sua morte”.⁵⁰⁹

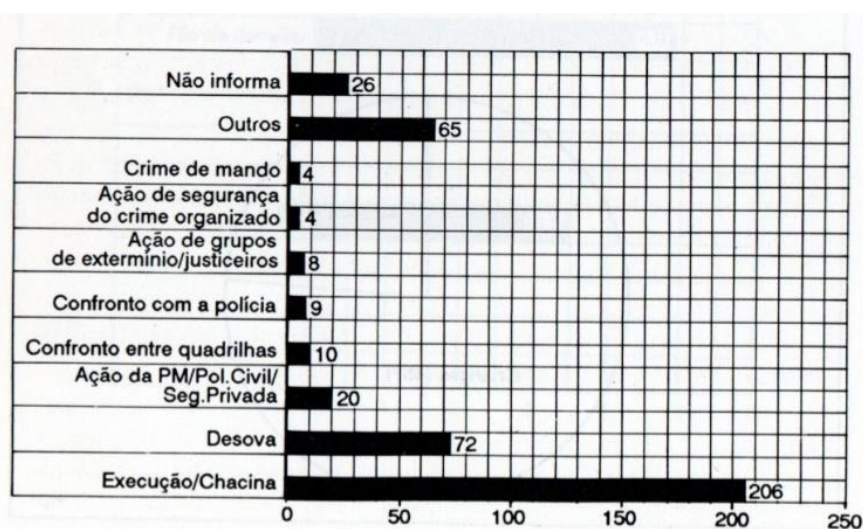


Figura 45 - Circunstâncias do delito. Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

Mas tratava-se de uma morte cultural e politicamente definida para certas pessoas. Neste caso, o alvo consistia em menores considerados perigosos e em situação de marginalização. Embora os dados não explicitem detalhes sobre racialização dos homicídios, a figura acima deixa claro como chacinas e execuções eram as formas mais repetitivamente praticadas para dar cabo dessas vidas esquecíveis, desperdiçáveis. O fato de terem se constituído grupos

⁵⁰⁸ *Vidas em Risco*, p. 13.

⁵⁰⁹ *Idem*, p. 65.

voltados para a “limpeza social” da cidade através do homicídio dessas figuras da exclusão, assim como a banalização das mortes no cotidiano, fazem perceber as razões que motivaram as organizações sociais e acadêmicas na hora de pensar em como denunciar tais crimes. Assim, a produção de um diagnóstico se tornou crucial para iniciar tal empreitada na ordem do saber e no campo de forças em que se fazia preciso criar formas de combate a tais crimes dentro e fora da arena estatal.

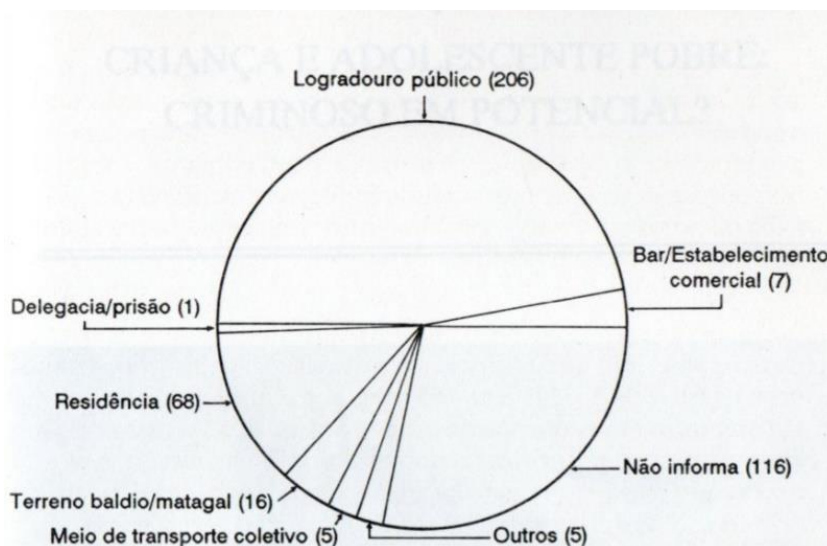


Figura 46 – Local de ocorrência do crime. Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

O extermínio da juventude ia se caracterizando como um fenômeno que merecia atenção pública, não sendo algo circunscrito à esfera privada ou podendo ser visto como fenômeno estaticamente não mensurável, podendo ser lido na lógica das “exceções” ou como casos isolados. Efetivamente os crimes ocorriam em logradouros públicos e não em espaços domésticos, privados, como os dados da pesquisa permitem perceber [Figura 47]. O grau de “desinformação” sobre o tema, por outro lado, fica expresso no número de casos em que não se localizou onde o homicídio foi praticado (16). Essas limitações dizem respeito ao não investimento técnico e burocrático na investigação de tais crimes pelas polícias, o que oportunizaria criar uma rede de dados, cruzando informações e potencializando processos decisórios acerca do tema.

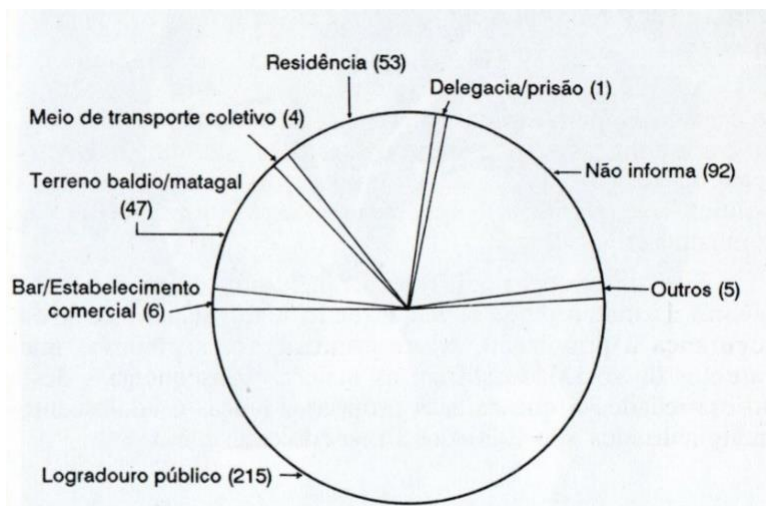


Figura 47 – Local onde os corpos foram encontrados. Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

Se o estudo realizado por MNMMR/IBASE/NEV-USP não permite tensionar o elemento racial, por outro lado, demonstra de forma muito clara como o número de adolescentes do sexo masculino era muito maior no caso dos assassinatos (390 em relação a 64 casos de adolescentes do sexo feminino). Isso parece dizer respeito a outros aspectos como grau de vulnerabilidade no espaço público, possibilidades maiores de circulação e redes de sociabilidades violentas. Se o filme de Babenco mostrou o assassinato e “desova” do corpo de Fumaça em um lixão, por outro lado, se pode ver nesses dados estatísticos como terrenos baldios e matagais ocupam o 4º lugar no que se referia a locais onde os corpos eram encontrados.

As estatísticas maiores apontam “logradouro público” (215), “local não informado” (92) e “residência” como predominantes nesse quesito. Ao seu modo, tais números permitem notar como a produção deliberada dessas mortes de crianças e adolescentes esteve articulada a toda uma espacialização social do crime. Uma topografia marcada pela exclusão de tais indivíduos no espaço da cidade, a ausência de acesso à justiça e a vulnerabilização acentuada de tais corpos na condição de vidas matáveis, precárias, passíveis de assassinato e esquecimento público.

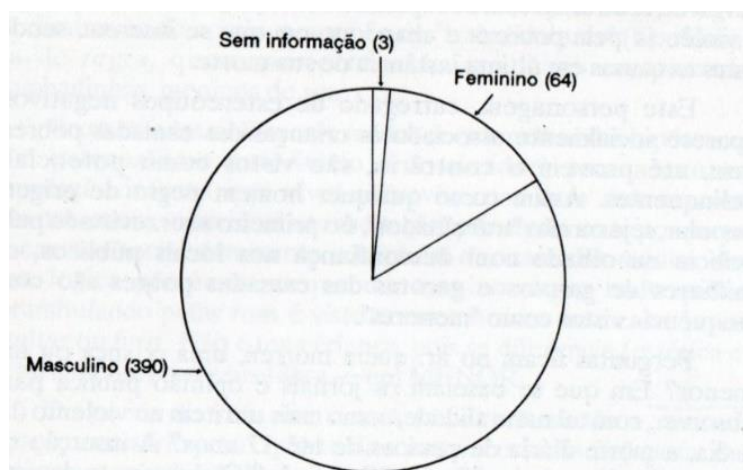


Figura 48 - Crianças e adolescentes assassinados segundo o sexo. Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

A faixa etária alvo desse “massacre”, para usar o termo que intitulou o livro de Carlos Alberto Luppi, estava entre os 15 e 17 anos de idade. Falava-se tanto em futuro da nação desde o início do século XX e naquele período da ditadura militar tal discurso retomou fôlego. Entretanto, o futuro como experiência a ser efetivamente constituída somente era possível para alguns indivíduos e grupos sociais marcados socialmente em termos econômicos, sociais e de gênero. O *modus operandi* marcado pela indiferença e reforço de desigualdades econômicas e sociais por parte da “elite dirigente” – mas não somente por ela, obviamente – teve como efeito principal a exclusão de crianças e jovens pobres da possibilidade de uma vida em segurança, com dignidade e acesso aos direitos mais básicos, recém conquistados. As informações sobre sexo e faixa etária deixam claro como essas vítimas eram do sexo masculino, algo que as estatísticas de meados dos anos 1990 iriam reforçar e caracterizar como genocídio da população negra e extermínio de jovens negros das periferias do país.

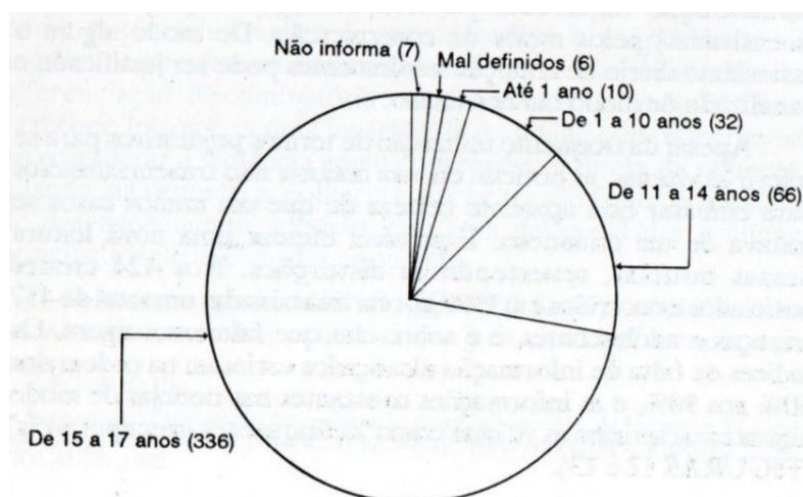


Figura 49 – Crianças e adolescentes assassinados segundo a faixa etária. Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

Estas crianças foram transformadas em “menores” para que se justificasse – se é que se pode usar tal termo – sua matança por alguns agenciamentos sociais direcionados para esse tipo de atuação criminosa. Tais pessoas assassinadas diariamente eram vistas por parte da imprensa e da sociedade como culpadas pelo caminho que haviam tomado, como delinquentes que eram. Uma das razões parecia residir no fato de que não ocupavam o lugar para elas destinado pela ética do trabalho, mas não somente por isso. Os dados demonstram que na imensa maioria dos casos registrados em 1989 simplesmente estas crianças não tinham passagem pela polícia por motivo algum – o que se vê de modo bastante claro no caso da Operação Camanducaia –, ao contrário da narrativa sensacionalista que as colocava como usuárias de entorpecentes e com uma vida no crime. Dados sobre a passagem de tais jovens pela polícia são bem inferiores (17) se comparados com a subnotificação acerca disso (395), como sugere a estatística presente na Figura 17.

Nessa batalha de explicações e levantamentos que se direcionava não mais para a questão do menor abandonado ou infrator, isoladamente, mas para a temática do extermínio de parte da população brasileira, os dados levantados e sistematizados por organizações da sociedade civil e parte da academia, permitiriam perceber as contradições e racionalidades que tornaram possível algumas narrativas sobre crianças e adolescentes em situação de rua, a marginalização e a criminalização de setores mais pobres no país. Assim, a retórica sobre “defender a sociedade dos bandidos” caía por terra, deixando claro que outras estratégias e racionalidades embasavam o funcionamento e o conjunto de práticas por meio das quais algumas atitudes eram reforçadas quando se tratava de selecionar quem matar.

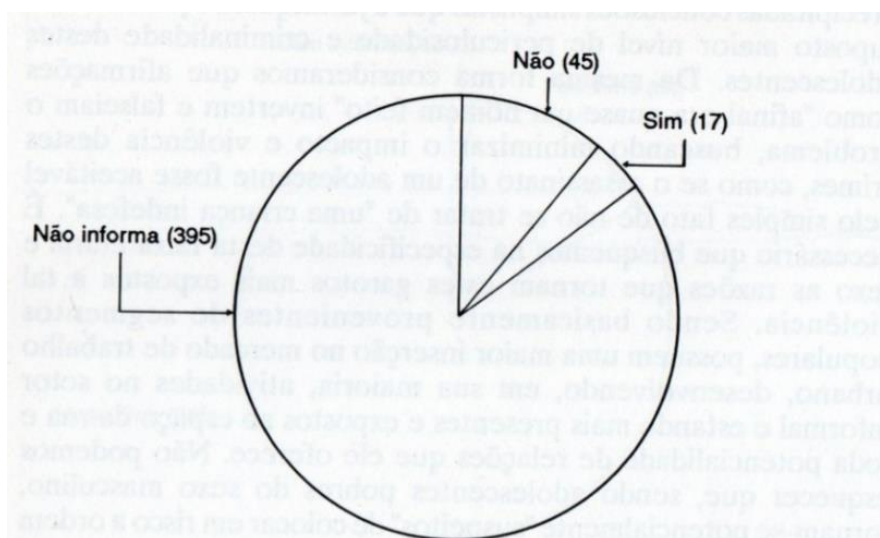


Figura 50 - Crianças e adolescentes assassinados segundo passagem pela polícia. Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

O fato de estarem ou não portando arma no momento em que essas crianças e adolescentes foram mortos também foi objeto de quantificação no relatório. Ali pode-se ler que em 350 casos não houve menção ao fato de as vítimas estarem portando revólver ou qualquer outra arma no momento em que o homicídio ocorreu. Tal aspecto contrariava diretamente o senso comum e narrativas da imprensa sobre menores armados diariamente pelas ruas da cidade, o que teria contribuído para a configuração da imagem de tais indivíduos como inimigos da vida urbana e da nação, por extensão.

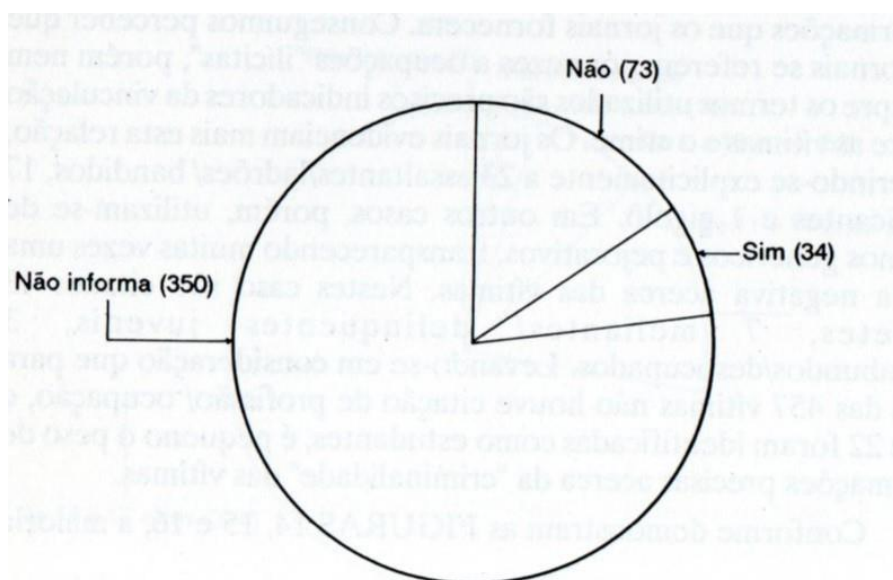


Figura 51 – Crianças e adolescentes assassinados segundo estar ou não portando arma.
Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

Se uma das acusações contra aqueles indivíduos se referia ao fato de terem uma “carreira no crime”, com várias passagens por instituições oficiais como a FEBEM ou SAM – no caso das décadas anteriores a 1960 – vemos como tal justificativa não se sustentou com os dados apresentadas pelo relatório. Pois em 414 casos não houve menção ao fato de aquelas vítimas terem passado por processo de institucionalização anterior por quaisquer motivos.

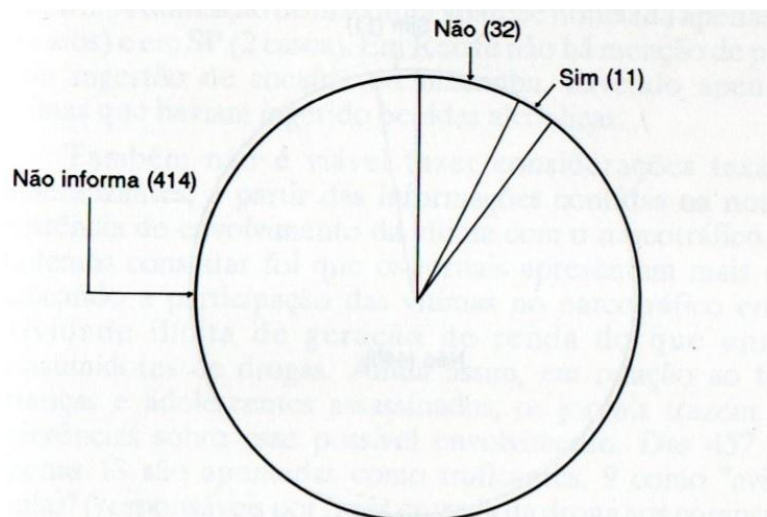


Figura 52 – Crianças e adolescentes assassinados segundo passagem por instituições oficiais.
Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

Do mesmo modo, a acusação de que eram viciados ou envolvidos com o narcotráfico também não tinha legitimidade nem demonstração prática nos casos registrados pela polícia, de acordo com o relatório do MNMMR. Afinal, em 446 casos (contra 11) não houve informação de que as vítimas consumiam qualquer tipo de droga (não se especifica se lícita ou ilícita), assim como em 419 (contra 38) não havia evidência alguma de envolvimento com organizações voltadas para tráfico de entorpecentes.

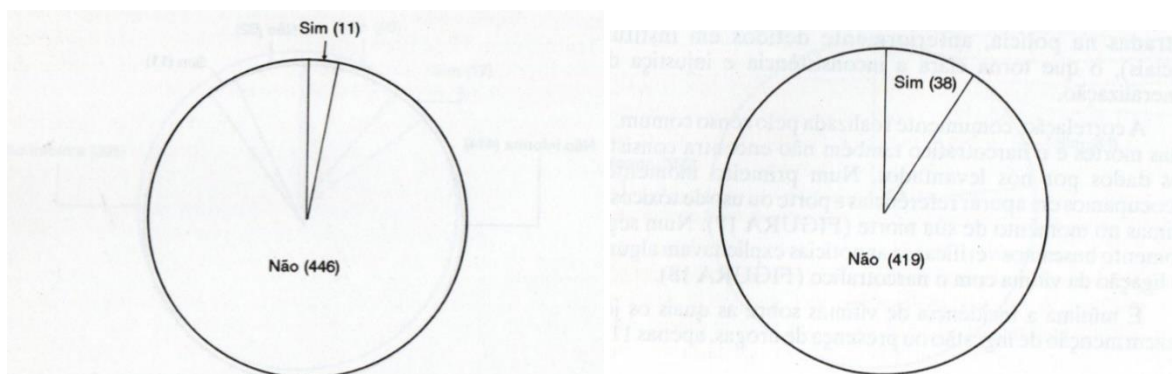


Figura 53 – Da esquerda para a direita vê-se estatísticas sobre assassinatos de crianças e adolescentes segundo “indício de presença de ingestão de drogas” e segundo “indicação de envolvimento com narcotráfico”.
Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

Tais crianças e adolescentes eram acusados de não terem casa e viverem em situação de abandono completo. Entretanto, os dados do relatório não deixam dúvidas de que se tratava de crianças e jovens com vínculo familiar e residência fixa, o que aponta para outra configuração socioeconômica e relacional, diferentemente dos conteúdos que visavam reforçar a marginalização de tais sujeitos. Na terceira parte desta tese mostrarei como o caso Operação Camanducaia demonstra de forma cabal as formas de violência institucional, quando

adolescentes e jovens que não estavam vinculados ao tráfico e não tinham “passagem pela polícia” foram sequestrados e violentados pela polícia militar de SP. Foram levadas para uma “desova coletiva” no interior de MG, criando um horrível episódio da nossa história recente.

Tal caso deixa muito explícito como esse tipo de violência ancorou-se em discriminações e no não reconhecimento de que os adolescentes tinham suas famílias e histórias particulares. É algo que o gráfico abaixo deixa claro ao informar que em 115 casos os adolescentes tinham endereço fixo e moravam com as suas famílias. Por outro lado, o número de adolescentes “sem informação” localizada pela polícia sobre sua residência também foi alto (251), o que mostra que isso não estava isolado de outras dinâmicas na configuração das taxas de letalidade.

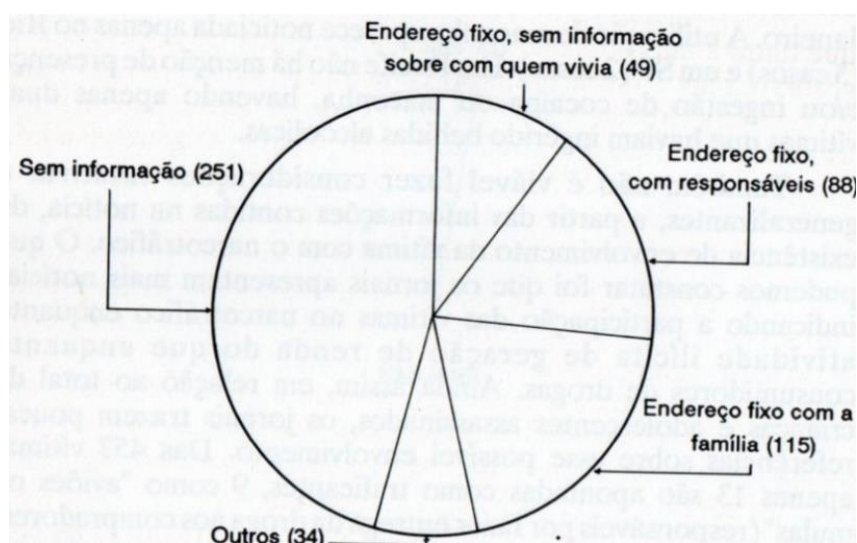


Figura 54 – Crianças e adolescentes assassinados segundo onde e com quem viviam.
Fonte: *Vidas em Risco*, 1991.

Nesse emaranhado de números e outros saberes sobre as “vidas em risco”, percebe-se o redesenho de formas de produzir saberes e exercer poderes sobre tal segmento da população. Entretanto, em se tratando do perfil construído para essas crianças e adolescentes assassinadas no país e articuladas com a questão do menor abandonado e infrator, tal imagem só poderia ter ganho tanta notoriedade, credibilidade e sentido no jogo de reiterações constantes. No âmbito do que chamei máquina abstrata de rostificação não haveria a necessidade de sempre dizer em frases explícitas que o negro era o criminoso em qualquer situação. Apesar da reiteração do rosto, em algumas situações foi possível prescindir do recurso à materialidade da imagem facial, considerando-se o apelo que tal sentido já havia incutido socialmente. O uso da tarja preta ou branca deixa isto muito evidente ao passo em que por um lado esconde o rosto, mas por outro o reafirma no imaginário social, arquitetando e reforçando a política de definição identitária.

No caso do uso da imagem do jovem negro na entrevista com o médico no documentário/reportagem sobre Wilsinho Galiléia, mostrado anteriormente, o procedimento foi esse: na medida em que a voz do repórter narrava ou fazia questionamentos sobre o conteúdo da matéria, o rosto do adolescente aparecia sintonizado com as frases que explicavam os exames médicos para diagnosticar lesões, doenças venéreas e outras “características” dos infratores.

Era justamente nesse ambiente marcado pelo sentido da higiene e do controle médico sobre o corpo do jovem, configurando divisões entre aquele que estava como objeto de investigação (negro, em silêncio) e aquele que investigava o corpo (médico, branco, que tomou a palavra) que enunciados racistas eram atualizados. Tal divisa reforçava práticas de longo alcance, pois historicamente foi destinado ao negro o local do silêncio por meio de efetivas políticas constituídas para impedir a tomada da palavra e o exercício do poder mediado pelo diálogo. Neste sentido, Grada Kilomba construiu análise seminal sobre as políticas de silenciamento dos negros e negras partindo da análise da imagem *Escrava Anastácia* (1817-1818), de Jacques Arago, para pensar a problemática da máscara como estratégia genocida, repressora e castradora das possibilidades socioculturais para negros e negras se compreenderem e partilharem por meio da comunicação as alternativas e caminhos frente ao colonialismo e escravismo.⁵¹⁰

Aos negros e negras eram dedicadas formas de controle que não se expressavam apenas no âmbito do uso exacerbado de seus corpos como força de trabalho na acumulação primitiva de capital. Foi importantíssimo para os colonos a imposição do silêncio, fosse por meio da junção de pessoas com línguas e heranças étnicas distintas, a fim de reduzir as chances de comunicação, fosse ainda por meio da violência física e homicida como o uso da máscara. Tal estrutura impunha-se sobre a face, desumanizando o indivíduo e tornando-o coisa, logo sem qualquer resquício de “humanidade” e dignidade. Ao longo do tempo as estratégias de silenciamento mudaram e o fato de algumas sutilezas terem se efetuado talvez não tenha comprometido a sua estrutura básica de funcionamento e os seus efeitos. Na dinâmica entre o maior e o menor, o adulto e a criança, impôs-se diariamente nas rotinas institucionais as novas políticas do silenciamento, entre as quais aquela cena do documentário de João Batista de Andrade foi um exemplo sutil.

Ao seu modo, as estatísticas produzidas pelo IBASE na pesquisa realizada e publicada em parceria com o NEV-USP e o MNMMR, disputaram sentidos para a questão do menor abandonado e infrator, apontando ainda para outro conjunto de práticas com violência mais

⁵¹⁰ KILOMBA, Grada. A Máscara. In. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jéssica Oliveira de Jesus. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

acentuada e letal, que passou a ser nomeada como extermínio da juventude negra ou genocídio. Ora, as estatísticas foram mobilizadas nesse momento, assim como em várias outras circunstâncias nas décadas anteriores e posteriores para atribuir significados a um determinado estado de coisas.

Diferentemente de outras narrativas culturais, parece que os números se impuseram como dados meramente técnicos e imparciais. Mas, obviamente que como linguagem cifrada e produzida sociologicamente para fins institucionais e de controle social, esta gramática própria das estatísticas não está em um nível inferior ou superior às outras formas de construção de sentido para o mundo social, podendo ser convergente ou divergente com as demais. Sendo produzidas no âmbito de uma pesquisa científica que visou produzir e sistematizar informações quantitativas e qualitativas sobre um problema que instituições e movimentos sociais vinham tematizando, os dados da investigação conduzida pelo NEV-USP emergiram tanto como “resposta” aos índices de letalidade contra adolescentes e jovens, como geraram demandas na esfera pública sobre como entender e criar estratégias de enfrentamento a tal problema.

Contudo, alguns descompassos se deram entre as narrativas numéricas, por assim dizer, e as demais com as quais estabeleceu relações de complementaridade ou de distanciamento. Inicialmente, pode-se ver isto na descontinuidade entre a imagem utilizada na capa da publicação do relatório e o conteúdo estatístico da pesquisa. Se a capa apresentava o rosto de um adolescente negro, o fator raça não parece ter figurado como uma das variáveis para entender as dinâmicas que incidiam no extermínio de jovens. Tal descompasso permite notar como apesar de terem a pretensão de aferir uma leitura “técnica” do real, operando como espécie de “espelhamento”, efetivamente os números operaram como uma narrativa entre outras, mas com estratégias singulares. Tais dados estiveram situados em um campo semântico que dependeu de recortes da pesquisa, amostra, enfoque teórico-metodológico, entre outros fatores acadêmicos e institucionais.

Portanto, entre filmes, autobiografias, periódicos, legislações, estatísticas e outras narrativas arroladas ao longo dessa parte da tese, foi possível problematizar a produção histórica de um rosto para o menor infrator, sendo este um elemento central na política que constituiu uma identidade para tal personagem. Argumentei que a máquina abstrata de rostificação operou por meio de aparelhos e práticas concretas, historicamente situadas e transformáveis no tempo, mobilizando elementos como raça, gênero e idade para vincular uma face e um corpo a uma identidade formulada não somente em termos jurídicos. Tal produção do rosto do menor somente foi possível em um momento no qual as condições de produção e circulação de imagens havia passado por mudanças no país, com a possibilidade de jornais e revistas

contarem com o uso extensivo de fotografias coloridas e outras estratégias visuais. Esses recursos visuais foram tecnicamente mobilizados para fazer com que imagens fotográficas, gravuras, pinturas e outros suportes fossem produzidos para tematizar a questão do menor, atribuindo-lhe uma “cara” e permitindo que processos de estigmatização fossem reforçados.

No dispositivo da menoridade, portanto, a fabricação do rosto foi algo que exerceu força considerável porque, ao seu modo, atualizou o racismo estrutural e mobilizou seus conteúdos e sentidos para vincular à face do menor infrator a ideia de que se tratava de um negro, como assim fez o cinema, a imprensa, a Igreja Católica e outras instituições sociais. Nesse jogo em que raça e geração foram mobilizados como critérios para definir o perfil do menor, atrelado ainda a marcadores como classe e gênero, obviamente, foi possível mapear como o racismo estrutural se tornou condição de possibilidade para a invenção do conceito-imagem do menor infrator.

Os diferentes aparelhos sociais que estigmatizaram o menor também fizeram dele um alvo para políticas de morte e perseguição, tornando as vidas de crianças e adolescentes matáveis. Neste aspecto, demonstrei como não somente adolescentes negros foram alvo desse processo de violência institucional, pois branquitudes também puderam ser subalternizadas e consideradas passíveis de homicídio, uma vez que tais corpos estavam inseridos em dinâmicas sociais não condizentes com padrões de gênero, sexualidade e/ou formas de socialização alheias às possibilidades de controle do Estado e alguns setores da sociedade.

Se algumas cenas narradas ao longo das páginas anteriores permitiram analisar como a invenção do menor infrator foi efeito de uma série de procedimentos que articularam racismo e outras formas de exclusão social, o seu objetivo terá sido cumprido. Fabricar um rosto, definindo os contornos corporais e comportamentais de uma personagem cada vez mais caracterizada como “inimiga da nação”, exigiu investimentos diversos. Tal processo somente pôde ser arquitetado com múltiplas engrenagens e tecnologias de governo sobre o corpo do outro, individual e coletivamente. Contudo, frente a tais relações tensas e densas, múltiplas práticas de resistência puderam se esboçar nos níveis micro e macropolítico. Frente às diversas estruturas que tornaram visível o rosto do menor infrator como parte do castelo de cartas que compôs o dispositivo da menoridade, torna-se possível agora problematizar as linhas de força que fizeram com que, a partir de meados dos anos 1970 e início da década de 1990, tais maquinarias pudessem ser questionadas, criticadas e (parcialmente) desfeitas por meio de dinâmicas que operaram sob a marca de resistências plurais.

PARTE III

AS FIGURAS DA RESISTÊNCIA

E OS APARELHOS DE CAPTURA

Um modo de vida pode-se compartilhar entre indivíduos de idade, *status*, atividade social diferentes. Ele pode dar lugar a relações intensas, que não se parecem com nenhuma daquelas que são institucionalizadas, e parece-me que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética. Ser *gay* é, creio, não se identificar com os traços psicológicos e com as máscaras visíveis do homossexual, mas procurar definir e desenvolver um modo de vida.

Michel Foucault, *Da amizade como Modo de Vida*, p. 351.

[...] tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica [...].

Se consideramos os grandes conjuntos binários, como os sexos e as classes, vemos efetivamente que eles ocorrem também nos agenciamentos moleculares de outra natureza e que há uma dupla dependência recíproca, pois os dois sexos remetem a múltiplas combinações moleculares, que põem em jogo não só o homem na mulher e a mulher no homem, mas a relação de cada um no outro com o animal, a planta, etc.: mil pequenos-sexos. E as próprias classes sociais remetem a “massas” que não têm o mesmo movimento, nem a mesma repartição, nem os mesmos objetivos, nem as mesmas maneiras de lutar.

Gilles Deleuze & Félix Guattari, *Mil Platôs*, p. 99.

“O sujeito” é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva.

Judith Butler, *Problemas de gênero*, p. 19.

A luta de classes não passa mais simplesmente por um *front* delimitado entre os proletários e os burgueses, facilmente detectável nas cidades e nos vilarejos; ela está igualmente inscrita através de numerosos estigmas na pele e na vida dos explorados, pelas marcas de autoridade, de posição, de nível de vida; é preciso decifrá-la a partir do vocabulário de uns e de outros, seu jeito de falar, a marca de seus carros, a moda de suas roupas, etc. Não tem fim! A luta de classe contaminou, como um vírus, a atitude do professor com *seus* alunos, a dos pais com *suas* crianças, a do médico com *seus* doentes; ela ganhou o interior de cada um de nós com *seu* eu, com o ideal de *status* que acreditamos ter de adotar para nós mesmos. Já está mais do que na hora de se organizar em todos os níveis para encarar esta luta de classe generalizada

Félix Guattari, *Revolução molecular*, p. 15.

A via crucis do menor

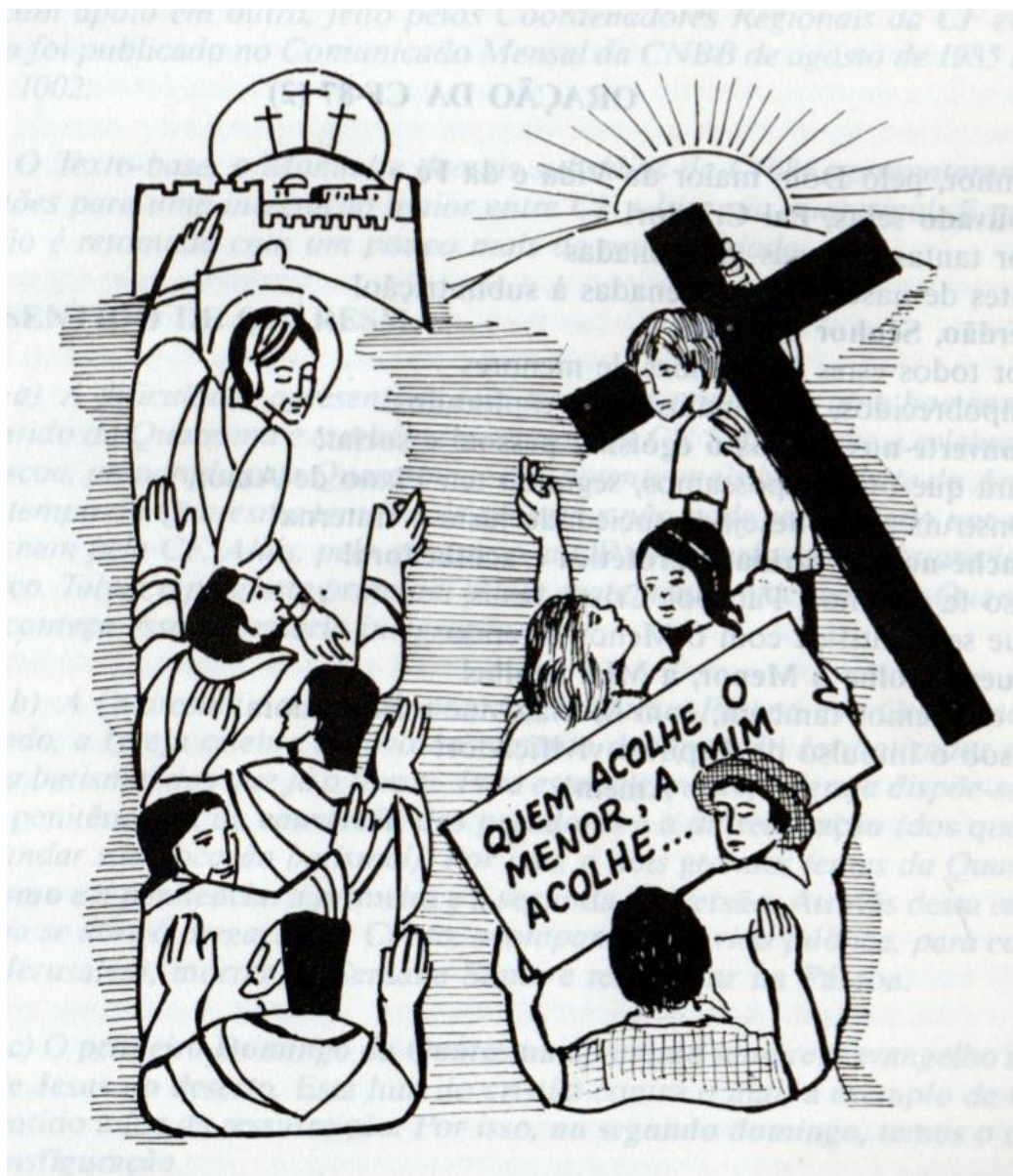


Figura 55 - A imagem do menor e a via sacra: mediação entre Jesus e o menor sem nome. Fonte: Manual da CF, CNBB, 1987. Acervo do Centro de Documentação e Informação da CNBB, em Brasília.

Tempos distintos, mas atravessados. Espaços diferentemente cartografados e territorializados, mas aparentemente compartilhados semioticamente. Entre a imagem do Cristo morto pelo farisaísmo e os menores abandonados e assassinados na sociedade brasileira dos anos 1970 e 1980, quais os pontos de articulação? Frente aos desafios postos pela ditadura militar e as políticas de morte empreendidas contra as vidas de meninos negros e pobres, traçou-se um campo de resistências. Portanto, cartografar as micropolíticas da resistência, experimentadas por meio de movimentos sociais, redes de sociabilidade e amizade e escritas de si mediadas por cisões de gênero, raça, geração e sexualidade constitui-se como o objetivo desta parte da tese.

Oração do Pequeno Delinquente

Fazei, Senhor, presente
a razão dos que me julgam,
que enquanto os filhos de pais abastados
tinham escolas escolhidas,
alimentos, recreação, carinho e brinquedos,
eu, filho de pais ignorantes e pobres,
era criança marginalizada,
perdida pelas ruas,
detida no pátio das Delegacias,
driblando os guardas,
solerte e malandrim
às voltas com o Juizado de Menores.

Eu tinha fome.

Sonhava com um bife bem grande.

Um pastel enorme, uma fruta.

Um doce sem tamanho.

Eu era Menor Abandonado.

Correndo dos guardas
sozinho, sem escola e faminto.

Meu Deus, acordai o coração dos meus juízes.

Senhor, dai idealismo às autoridades
para que elas criem em cada bairro

pobre de Goiânia

uma Escola conjugada Profissional

e Alfabetização para os meninos pobres,

antes que eles se percam pelo abandono

e por medidas inoperantes e superadas dos que tudo podem.

Mobral... Dai um Mobral
à criança que não teve lugar
na Escola Primária ou deixou
de a frequentar por falta de uniforme,
de livros e de cadernos e taxas
escolares.

Enquanto houver no meu País
uma criança sem escola
haverá sempre um adulto se evadindo
de um Mobral. Aumenta o número
de adultos analfabetos na razão
direta da criança sem escola,
aumenta a criminalidade jovem
na razão direta do Menor Abandonado,
infrator corrompido, delinquente
a caminho da criminalidade do adulto
pela falta de escolas profissionais,
escolas de salvação social.

Cora Coralina

O sonho de um menino

Era uma vez um menino...
 Tinha a idade do Brasil, embora fosse ainda uma criança.
 Um menino gigante, historicamente
 empobrecido, doente.
 Não era negro, não era índio, não era
 branco;
 mas em suas veias corria o sangue dos três
 povos.
 Carregava no peito infantil profundas e
 dolorosas cicatrizes: feridas
 repetidamente abertas e reabertas, que
 revelavam o sofrimento de cinco séculos
 de existência.

Primeiro assistiu ao massacre de seus
 antepassados indígenas:
 Surpreendidos pelos invasores, haviam
 sido brutalmente assassinados.
 A história os fez vítimas de uma política
 de exclusão e extermínio.
 Foram sugados em todas as suas forças.

Presenciou também o cativo
 de seus antepassados negros, trazidos a ferro da
 mãe-terra-África, marcando com o
 estigma da escravidão, este solo que
 sempre os renegou e ainda os renega.

Foram sugados em todas as suas
 Esperanças.
 Sangrando por essas feridas de séculos,
 expulsos da terra e impedidos de a ela
 retornar.
 O menino, depois de muito caminhar,
 acabou caindo na cidade.
 Pisou o asfalto duro, contemplou os
 Prédios mudos; teve a alma esmagada
 pelo concreto, pela pedra, pela máquina.
 Abandonado e solitário em meio à
 multidão, chorou amarga, copiosa e
 doloridamente, sentado à beira da
 calçada e da vida.

Uma noite, deitou-se à porta de uma
 loja e dormiu ao som de centenas de
 passos dos transeuntes. Sonhou...
 sonhou com pés, sim, com pés, muitos
 pés!
 Eram mil, dois mil, milhões, um número
 infinito de pés
 Num silêncio surpreendente, avançavam
 em determinada direção.
 Eram como que os olhos, os ouvidos, e a

boca de um grande povo; porque o povo
vê, ouve e fala com a sabedoria dos pés
que caminham!

Enfim, detiveram-se e fixaram-se numa
terra: terra limpa, fecunda, pronta para
receber a semente!

De súbito, os pés puseram-se a criar
Raízes – fortes, longas.

E das pernas, dos braços, da cabeça, de
todo o corpo, nasciam ramos, depois
folhas e por fim, flores e frutos.

Os pés eram homens e mulheres e eram
também árvores – verdes, vigorosas.

E eram, ao mesmo tempo, os seus
antepassados mortos.

O tempo estava bom, o sol sorria com
todas as suas forças.

Havia pássaros, havia cantos e danças,
havia festa no ar.

Era primavera, um novo dia, um novo
tempo!

O menino acordou, acordou com um
pontapé e um grito:
era a polícia.

Ele tinha ousado invadir o vão da porta
de uma propriedade privada.

Aos chutes e berros, foi atirado num
camburão.

Tremendo de medo e de frio, o menino relembra o sonho:

Um sorriso de imensa ternura iluminava-lhe o semblante.

E duas grossas lágrimas rolavam quentes pela face escura.

Os criativos se parecem com o Deus da vida, CNBB, CF-1987, p. 36.

Desde 1985 a CNBB passou a se debruçar sobre a temática do menor abandonado e delinquente no país, a fim de criar os subsídios necessários para implementar uma das edições da CF. Entre as diferentes estratégias mobilizadas para efetivar a campanha, a utilização imagética da chamada Via Sacra (ou *via crucis*, do latim) ganhou uma materialidade muito especial por meio do uso dos próprios corpos das crianças que participaram das atividades durante a Quaresma de 1987. A produção imagética de uma semelhança entre as dores do Cristo e os sofrimentos do menor na sociedade brasileira funcionou discursivamente como máquina de produção de afetos e sensações. Se desde que fora fabricada na era moderna, a ideia de uma via sacra apelava para sentimentos como compaixão, empatia e possibilidade de renúncia, no

caso da CF uma história milenar e tomada como exemplo “universal” na acepção cristã foi mobilizada para entender os contornos de uma situação social nacional.

Uma verdadeira profusão de imagens se realizou durante a campanha, visando comunicar, tocar e chamar a atenção para aquele tema. A imagem do menor sendo posta ao lado do caminho de Cristo em direção ao calvário (Figura 55) performatizou ao seu modo todo um circuito de diferenças articulado pela vontade de semelhança. A distribuição espacial na imagem dava a perceber como a cruz tomada como significante principal havia sido transferida, não exercendo mais seu peso sobre o corpo de Cristo e sim do menor que a carregava sofregamente. Mas também na geografia que ali se desenhava pode-se notar que os próprios atores que compunham o cenário de mortificação corporal também eram distintos, uma vez que a presença masculina ao lado de Cristo predominava nessa imagem – diferentemente de outras que marcaram a história da iconografia cristã –, enquanto que ao lado do menor estavam mulheres e homens, distribuídos de modo quase equitativo.

Os significados muitas vezes se constituem no jogo de detalhes que estruturam uma imagem. A presença masculina ao lado esquerdo (Jesus) denotaria claramente que teriam sido os apóstolos aqueles que primeiramente exerceram o apoio e compuseram a linha de frente no questionamento e no enfretamento ao ritual do homicídio praticado sob a autoridade de Pôncio Pilatos. Por sua vez, a parte direita (imagem do menor) insistiria na atualidade do sofrimento do Cristo, agora encarnado na figura e no drama do menor abandonado e, potencialmente, infrator. Tal imagem redistribuiu, ao seu modo, a função social dos apoiadores da tortura e a rede de questionamento e resistência às injustiças praticadas. Os apóstolos poderiam ser todos e cada um, desempenhando o mesmo grau de importância na luta política que se travava e que tinha na infância seu objeto e sua motivação nos anos 1980. Pode-se pensar como a CF funcionou a partir de investimentos visuais que contribuíram para a produção do menor infrator, mas não usando exatamente as mesmas estratégias de outros setores ou segmentos sociais como os meios de comunicação de massa e os órgãos de Estado, como a *Brasil Jovem*.

O roteiro produzido pela CNBB orientando os passos para a reprodução da via sacra⁵¹¹ esteve presente no manual da CF e consistia em uma orientação de caráter geral para os

⁵¹¹ De acordo com a Enciclopédia Católica Popular publicada pela editora Paulinas, o significado da via sacra é o seguinte: “Também chamada Via Crucis, é, segundo o Directório da Piedade Popular e Liturgia (DPPL 131-135), o mais apreciado exercício de piedade em louvor da Paixão de J. C., pelo que se pratica sobretudo nos tempos penitenciais. Consiste em acompanhar espiritualmente o trajecto de Jesus desde a agonia no Getsémani até à morte e sepultura no Calvário, com momentos de meditação e oração em várias estações. Síntese de várias devoções, a sua prática desenvolveu-se a seguir às Cruzadas, promovida pelos Franciscanos e particularmente por S. Leonardo de Porto Maurício (+1751). Presentemente conta 14 estações baseadas em passagens dos Evangelhos ou em tradições populares: 1) Jesus condenado à morte; 2) Toma a cruz; 3) Cai pela primeira vez; 4) Encontra sua Mãe; 5) O Cireneu ajuda-o a levar a cruz; 6) A Verónica enxuga-lhe o rosto; 7) Cai pela segunda vez; 8) Consola as

educadores e membros das comunidades eclesiais, a fim de que as dioceses realizassem o trabalho e contribuíssem localmente.⁵¹² O arquivo do Centro de Documentação e Informação (CDI) da CNBB, em Brasília, contém uma variedade documental considerável com materiais de todas as CFs e outras atividades realizadas pela Igreja Católica e a CNBB. Pude acessar um conjunto de materiais com cartazes, cartilhas, informativos, fotografias avulsas, álbuns, entre outros materiais audiovisuais. Mobilizo alguns recortes para pensar sobre a incidência da CF.

Em Balsas, no Maranhão, foi produzido um roteiro com orientações e dados locais sobre a situação do menor, a fim de subsidiar a encenação a partir de questões regionais, cujo potencial de sensibilização e aproximação do público com a temática seria maior, possivelmente.⁵¹³ Neste roteiro dizia-se logo em suas primeiras linhas que constava ali a “nossa realidade” e a “reflexão” para cada estação, o que se efetuou por meio da apresentação de casos que poderiam contribuir para a compreensão de cada etapa da via sacra encarnada a partir das histórias de meninos e meninas que sofreram na própria carne os dramas da exclusão social.⁵¹⁴

A proposta foi “reconstituir” todas as estações que compunham a via crucis de Jesus Cristo em direção ao calvário, desde a condenação à morte por Pilatos até a sua ressurreição.

filhas de Jerusalém; 9) Cai pela terceira vez; 10) É despojado das vestes; 11) É pregado na cruz; 12) Morre na cruz; 13) É descido da cruz e entregue a sua Mãe; 14) É depositado no sepulcro. Os títulos das estações podem ser criteriosamente alterados, como o fez várias vezes João Paulo II na V.-S. de Sexta-Feira Santa no Coliseu, p.ex., em 1992: 1) Jesus no Horto das Oliveiras; 2) Traído por Judas, é preso; 3) É condenado; 4) É negado por Pedro; 5) É levado a Pilatos; 6) É flagelado e coroado de espinhos; 7) Carrega a cruz; 8) É ajudado pelo Cireneu; 9) Fala às mulheres de Jerusalém; 10) É crucificado; 11) Fala ao bom ladrão; 12) Tem Maria e João ao pé da cruz; 13) Morre na cruz; 14) É deposto no sepulcro. Este exercício de piedade encontra-se indulgenciado (EI conc. 13). As estações podem distribuir-se no interior da igreja ou mesmo em trajeto ao ar livre, sendo assinaladas por uma cruz. O Ritual das Bênçãos reserva uma especial bênção para as estações da V. S. O Directório regista ainda outras devoções semelhantes, entre nós menos divulgadas: a Via Matris (dolorosae) com 7 estações, correspondentes às 7 dores de Nossa Senhora, desde a profecia de Simeão até à sepultura de seu divino Filho (DPPL 136-137); a Via Sanguinis, a evocar as 7 efusões de sangue do Senhor explícita ou implicitamente recordadas no Evangelho (DPPL 178); e a Via Lucis que, no seguimento da Via-Sacra, recorda, no Tempo Pascal, as várias aparições do Senhor ressuscitado (DPPL 153)”.

Disponível em: http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=1962. Acesso em 21 de fev. 2020.

⁵¹² A numeração dos capítulos e versículos seguiu três bases: a) as informações contidas no capítulo “A Via Sacra do Menor” no manual da CF 1987, pp. 53-69; b) indicações que constam na página Aletheia. Disponível em: <https://pt.aletheia.org/2018/03/29/via-sacra-no-coliseu-meditacoes/>. Acesso em 20 de fev. 2020; c) Bíblia Sagrada: Mensagem de Deus. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

⁵¹³ A pesquisa realizada no Centro de Documentação e Informação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CDI-CNBB), em Brasília, em julho de 2019, permitiu acessar um conjunto muito variado e rico de documentos sobre a atuação da Igreja Católica no âmbito da Campanha da Fraternidade de 1987, especialmente, mas outros que permitem pensar diferentes atividades e estratégias de mobilização da sociedade em prol de temáticas específicas. Deste modo, referente à campanha de 1987 foram coletadas mais de 20 publicações (livretos, folhetos, manuais, etc.), assim como um conjunto de cartas entre bispos, comunicados oficiais da CNBB, desenhos, gravuras, letras de músicas, recortes de jornais, além de um álbum fotográfico composto pela CNBB com imagens das atividades da CF em diferentes locais do país. No âmbito desta tese, mobilizar-se-á apenas uma parte desse amplo arquivo institucional.

⁵¹⁴ Transcreve-se a partir daqui a redação que consta no material produzido pela diocese de Balsas, na interface com as orientações contidas no manual da CF produzida para circulação nacional pela CNBB, em Brasília. As imagens intercaladas com as estações foram extraídas do *Roteiro para os grupos de reflexão*, produzido pela Diocese de São Mateus, no Espírito Santo para as ações alusivas à CF de 1987.

As quinze estações constituiriam-se como cenas por meio das quais a dor seria teatralizada para fins de configuração de uma sensibilidade coletiva sobre o tema do menor nas diferentes regiões do país. Por meio da mortificação do corpo e a presença efetiva de crianças e adolescentes em cena buscava-se apresentar as alternativas de superação. Daí o roteiro ter sido montado a partir da seguinte estrutura, tanto nacional como localmente: “número da estação”, “nossa realidade” e “reflexão”, articulando um tipo de compreensão dialética da realidade, o que se poderia perceber como efeito das leituras e ressonâncias da Teologia da Libertação e suas referências teóricas na constituição de modelos de compreensão sobre a realidade e a intervenção social.



Figura 56 – Pôr o corpo em cena, mobilizando saberes e afetos, foi uma estratégia da CF 1987. Acervo do Centro de Documentação e Informação da CNBB, em Brasília.

1ª Estação: Crianças recebem cada dia a setença: condenadas à morte

Jesus é condenado à morte (Mateus 15, 12-15)

Diariamente a estrutura social e econômica condenava milhares de vidas infantis no país. Segundo dados coletados por Carlos Alberto Luppi, em 1980, 63 milhões de brasileiros eram jovens menores de 18 anos. Por sua vez, a CNBB denunciava que em 1985 haviam nascido 3.887.999 crianças e morreram aproximadamente 320.000 entre 0 e 4 anos de idade. Para cada 10 crianças que morriam na América Latina, 5 eram brasileiras.⁵¹⁵

Dona Maria e o senhor Lucas, do bairro periférico de uma das cidades do Maranhão, tinham seis filhos. Os pais eram doentes, sífilíticos. As crianças eram raquíticas, subnutridas, sem condição de um crescimento normal. O caçula, com 5 anos, tinha o físico de uma criança

⁵¹⁵ Manual da CF 1987, p. 23.

de 8 meses, cega, surda e muda. O maior aparece como “o normal”. Quem havia condenado as crianças àquela situação? Ao seu modo, os materiais de divulgação da CF em Balsas buscavam provocar inquietações do tipo: as crianças do nosso sertão e dos nossos bairros eram condenadas a quê? Ao trabalho para sobreviver na cidade vendendo suquinhos, temperos, bolos, atuando como empregadas domésticas, em oficinas mecânicas. No sertão, o trabalho se dava na roça. Isto é, em diferentes circunstâncias e por diferentes caminhos, houve uma naturalização do trabalho infantil, uma vez que a inserção precoce nos mundos do trabalho aparecia como a alternativa predominante para tentar driblar as privações que tanto a criança como a sua família sofriam.

2ª estação: A criança carrega a cruz da miséria e do abandono

Jesus toma a sua cruz nos ombros (Marcos 8, 34-35)

“Susaninha, 5 anos, filha de mãe solteira. Ficava em casa sempre sozinha, enquanto a mãe saía para ganhar a vida. Uma noite, às dez horas, Susana estava sentada no meio da rua, soluçando de medo, porque acordou e não encontrou sua mãe, saindo a esperá-la na rua. Que tipos de cruzes os menores carregam? Falta de segurança, inclusive no lar, crianças que moram longe dos pais, abandono”. Foram muitas as histórias apresentadas nos materiais da CF a partir de pequenos fragmentos de jornais, relatos de crianças de todas as partes do país, formando um conjunto disperso e múltiplo, mas que era mobilizado para dar rosto, matéria e vivência ao tipo de discurso que atravessava e formulava as ações da CNBB sobre os direitos da criança e do adolescente. Cristo, encarnado na figura do menor, aparece como sugere a imagem abaixo, como horizonte, alternativa para sair do sofrimento ao qual as crianças estavam subjugadas e no qual a fome tinha forte presença. A via crucis simbolizaria, neste caso, não somente o sofrimento, mas a sua superação.



Figura 57 – Da conversão à atenção ao menor desamparado: roteiro para os grupos de reflexão. Campanha da Fraternidade. Diocese de São Mateus, ES, 1987.

3ª estação: A criança nasce para viver... não tem condição... e morre

Jesus cai pela primeira vez (Isaías 53, 4-5)

1986. Bairro periférico de Balsas. De julho a dezembro foram constatadas mais de 60 mortes de crianças, de zero a 3 anos de idade. As causas: desidratação unida à desnutrição e falta de cuidados. Questionava-se no manual sobre a expansão da riqueza para uma minoria da população enquanto a maioria continuava vivendo as situações mais abjetas como subnutrição. Dizia que era do mundo dos empobrecidos, especialmente, das favelas e cortiços que saíam 70% dos menores infratores no país, rearticulando a narrativa sobre pobreza/criminalidade/violência, algo que desde o início do século vinha dando o tom para o debate.⁵¹⁶

Entre a apropriação de antigos critérios para avaliar o problema do menor e a proposição de saídas, emergia narrativas poéticas que abordavam o tema. Alguns anos antes da CF ser realizada, no Natal de 1973 a poeta Cora Coralina distribuiu um folheto intitulado “Menor abandonado – versos amargos para eles” com mensagens manuscritas no verso. Mais tarde, em 1979, definido pela ONU como o Ano Internacional da Criança, ela divulgou intensamente esse poema que, por sua vez, foi posteriormente publicado no livro *Poemas dos Becos de Goiás e outras estórias mais*.

Menor abandonado Versos amargos para o Ano Internacional da Criança, 1979

De onde vens, criança?
Que mensagem trazes de futuro?
Por que tão cedo esse batismo impuro
que mudou teu nome?

Em que galpão, casebre, invasão, favela,
ficou esquecida tua mãe?...
E teu pai, em que selva escura
se perdeu, perdendo o caminho
do barraco humilde?

Criança periférica rejeitada...
Teu mundo é um submundo.
Mão nenhuma te valeu na derrapada.

Ao acaso das ruas – nosso encontro.
És tão pequeno... e eu tenho medo.
Medo de você crescer, ser homem.
Medo da espada de teus olhos...

⁵¹⁶ Manual da CF 1987, p. 144.

Medo da tua rebeldia antecipada.
 Nego a esmola que me pedes.
 Culpa-me tua indignação inconsciente.
 Revolta-me tua infância desvalida.

Quisera escrever versos de fogo,
 e sou mesquinha.
 Pudesse eu te ajudar, criança-estigma.
 Defender tua causa, cortar tua raiz
 chagada...

És o lema sombrio de uma bandeira
 que levanto,
 pedindo para ti – Menor Abandonado,
 Escolas de Artesanato – Mater et Magistra
 que possam te salvar, deter tua queda...

Ninguém comigo na floresta escura...
 E o meu grito impotente se perde
 na acústica indiferente das cidades.

Escolas de Artesanato para reduzir
 o gigantismo enfermo
 da criança enferma
 é o meu pedido S.O.S

Estou sozinha na floresta escura
 e o meu apelo se perdeu inútil
 na acústica insensível da cidade.
 És o infante de um terceiro mundo
 em lenta rotação para o encontro
 do futuro.

Há um fosso de separação
 entre três mundos.
 E tu – Menor Abandonado,
 és a pedra, o entulho e o aterro
 desse fosso.

Quisera a tempo te alcançar,
 mudar teu rumo.
 De novo te vestir a veste branca
 De um novo catecúmeno.
 És tanto e tantos teus irmãos
 na selva densa...

E eu sozinha na cidade imensa!
 “Escolas de ofícios Mãe e Mestre”
 para tua legião.
 Mãe para o amor.
 Mestre para o ensino.

Passa, criança... Segue o teu destino.
 Além é o teu encontro
 Estarás sentado, curvado, taciturno.

Sete “homens bons” te julgarão.
Um juiz togado dirá textos de Lei
que nunca entenderás.
- Mais uma vez mudará de nome.
E dentro de uma casa muito grande
e muito triste – serás um número.

E continuará vertendo inexorável
a fonte poluída de onde vens.
Errante, cansado de vagar,
dormirás como um rasteiro
enrodilhado, vagabundo, clandestino
que crescem sem parar.

Há um fosso entre três mundos.
E tu, Menor Abandonado,
és o entulho, as rebarbas e o aterro
desse fosso.

Acorda, Criança,
Hoje é o teu dia... Olha, vê como brilha lá longe,
na manchete vibrante dos jornais,
na consciência heroica dos juízes,
no cartaz luminoso da cidade
o ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA.⁵¹⁷

Na interface entre textos e imagens pode-se ler como semioticamente constituiu-se toda uma narrativa que vinculava o problema nacional do menor a uma série de outras questões estruturais na sociedade brasileira, desde a pobreza geradora de toda espécie de vulnerabilidades, passando pelas estruturas violentas do Estado no tratamento com a população carente, até os processos de reprodução ou atualização da violência. Este foi o tipo de denúncia presente no poema *Oração do Pequeno Delinquente*, de Cora Coralina⁵¹⁸, que abriu esta terceira parte da tese. O menor abandonado, sem acesso à educação e depois tendo que abrir mão até mesmo da possibilidade de estudar no MOBREAL se constituiu como drama cotidiano apresentado na narrativa poética de Cora Coralina.

Se ela recorre à ideia da oração isto permite analisar que, guardadas as distâncias sociais de diferentes tipos, a autora quis fazer pensar sobre a subjetividade de tantos meninos solitários que somente dialogando consigo mesmo – e possivelmente mediado pela crença em uma entidade espiritual – elaborariam sentidos para suas dores e sofrimentos. “Oração” pode ser lida neste sentido como chamamento a uma conversa que o indivíduo, em situações singulares e sob condições específicas, empreende para constituir um trabalho sobre si mesmo. Foi por meio da

⁵¹⁷ CORALINA, Cora. Menor Abandonado, versos amargos para o Ano Internacional da Criança. In. *Poemas dos Becos de Goiás e outras estórias mais*. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014, p. 226-229.

⁵¹⁸ CORALINA, p. 232.

oração, da prece religiosa e da fé esboçada em gestos de contemplação sobre a sua situação e dos companheiros do trapiche abandonado em Salvador, que Pirulito elaborou sentidos para si e constituiu sua vocação mediada pela parceria de Padre José Pedro, como se lê nas páginas de *Capitães da Areia*.

Ao seu modo, Cora também exerceu uma certa militância sobre os temas do menor abandonado e dos presidiários, principalmente a partir da década de 1970. Em sua tese sobre a poeta, a historiadora Andrea Delgado nos conta que uma das estratégias usadas por Cora foi a escrita de Cartas Abertas para as autoridades públicas, como o presidente Médici, o governador de Goiás, o presidente da FUNABEM ou ainda por meio de seus posicionamentos críticos e politicamente engajados em periódicos como o *Jornal de Brasil*:

A criação de Escolas Profissionais ou Escolas de Ofícios, nos moldes das Escolas de Aprendizes Artífices criadas pelo presidente Hermes da Fonseca, é sua principal proposta (...). Em defesa da sua ideia, ela argumenta que os jovens aprenderiam artes visuais manuais que deveriam ser valorizadas visto que ‘o artesanato é fonte criadora de trabalho e arte jamais superada e cuja demanda aumenta com o cansaço e o volume da produção em série.’⁵¹⁹

Fazendo da poesia uma forma de intervenção no mundo, opondo-se às formas de opressão contra grupos estigmatizados e excluídos socialmente, a poesia de Cora pode ser lida como ponto de atravessamento de uma série de outras práticas discursivas produzidas desde o início do século XX, remetendo por exemplo ao enunciado que fazia do trabalho a possibilidade de salvação das crianças marginalizadas. A poeta se colocou frontalmente contra os processos de institucionalização que desumanizavam as crianças, tornando-as números em uma instituição cuja proposta muitas vezes sequer foi claramente explicada à sociedade, tornando-se muito mais um espaço para reter os indomáveis, os ingovernáveis.

Quais os sentidos que a fé operaria na constituição de subjetividades alinhadas às experiências da dor e do desamparo? Se houve diferenças significativas entre a poesia de Coralina e a campanha da fraternidade da CNBB, também as aproximações parecem ter existido, na medida em que ambas fizeram uso da fé religiosa ou não, como modo de constituição de si e do outro. Fé, neste sentido, funciona muito menos como oblação divina, e mais como instância imaginativa, força criativa de novos sentidos para uma trajetória individual

⁵¹⁹ DELGADO, Andrea Ferreira. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. 508 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2003, p. 247-248.

ou coletiva a fim de alimentar forças de resistência e não cultivar uma espécie de niilismo passivo frente às dores do mundo que se encarnariam na própria pele.

Fé, no caso da CF 1987, esteve intimamente articulada às transformações institucionais da Igreja, mas também às críticas e propostas de alteração do próprio modo de organização da sociedade brasileira com seu racismo e capitalismo perversos. Sendo assim, a experiência religiosa que apareceu em textos de Cora Coralina, da CF e outros documentos do período faz ver as conexões entre religião, militância e movimentos que questionaram o discurso hegemônico sobre o menor infrator. Em um nível macropolítico, pode-se pensar como a Igreja católica desempenhou papel estratégico no debate público sobre este tema, enquanto em sua dimensão mais molecular, micropolítica parece ter havido uma função também disciplinadora sobre as condutas individuais e o funcionamento das famílias nas diferentes comunidades. Isto diz respeito não somente à CF, mas também aos processos relacionados com a formação religiosa e a divulgação da fé cristã na formação e governo das condutas.

As imagens que constam do roteiro para círculos litúrgicos mobilizaram à sua maneira os signos da desigualdade e da opressão vinculados aos documentos da CNBB, privilegiando a cotidianidade das práticas de exclusão dos menores na sociedade brasileira. Nos documentos da CF 1987 torna-se muito clara a ambivalência do uso dos termos criança, adolescente, jovem e menor de modo intercalado, como se em alguns momentos significassem a mesma coisa. Entretanto, as circunstâncias e as cenas em que o termo menor e criança apareceram se referiam a procedimentos distintos que visaram incidir uma diferença. O episódio da construção do perfil do menor infrator foi um dos momentos mais significativos e expressivos neste sentido. Por outro lado, a provocação sobre o fato de o abandono ser uma produção social e econômica, assim como haver a presença invisibilizada da criança em “nosso meio”, como sugerem as imagens abaixo, atestam claramente a crítica às sensibilidades que criam ou não as possibilidades para que se reconheça a criança e a sua demanda singular.



Figura 58 – O menor e o meio social. Campanha da Fraternidade. Diocese de São Mateus, ES, 1987.

4ª estação: A criança explorada no trabalho

Jesus encontra com a sua mãe, Maria (Lucas 2, 34-35)

Nas ruas das cidades parecia ser cada vez mais frequente encontrar crianças vendendo suquinhos, engraxando sapatos, entre outros trabalhos em busca de alguns trocados. “A exploração destas crianças é um fato gritante”, dizia o texto da diocese de Balsas, “pois, o dono fica com a maior parte do dinheiro, ficando para as crianças que passam o dia todo na rua uma ninharia”. Estes eram fatores que organizavam a dinâmica de exploração do trabalho e do sobretrabalho, assim como circunstâncias como violência física e moral. Neste item, uma pergunta parecia provocar os colaboradores da CF: será que também nós somos exploradores ou violentos com as crianças? Tal assertiva parecia ressoar uma reflexão sobre o cotidiano que abre a possibilidade para a crítica da atualidade não apenas como apontamento geral sobre o outro, mas como diagnóstico de si mesmo, reconhecendo-se na resistência ou reprodução de formas de dominação de classe combinada com o fator geracional, de gênero ou raça, como a epígrafe de Félix Guattari nos faz pensar. De algum modo, a CF quis fazer ver como as relações de poder que incidiam sobre as crianças em diferentes níveis e circunstâncias sociais, fossem reconhecidas e analisadas. Isto exigiria uma observância sobre atos e condutas por parte dos adultos, familiares e demais responsáveis. Daí o caráter pedagógico da CF no que se referia também às relações intergeracionais.

5ª estação: Raimundo, Cirineu do menor

Jesus recebe a ajuda de Cirineu (Lucas 23, 26)

“Raimundinho, morador de nosso sertão. Viúvo, com dois filhos, casou com outra viúva, também com dois filhos. Do seu matrimônio nasceram outros dois. Rosa, vizinha do lugar, morreu deixando duas filhas mais em herança para o casal. Indo na rua, Raimundinho encontrou um negrinho abandonado e o levou para a sua casa. Raimundinho fala assim: ‘Eu não tenho nada, mas quando eu morrer, se tiver uma esteira, cada um dos meus nove filhos vai levar uma palha’”. Tal narrativa reforçou os princípios da cooperação e da partilha. O exemplo de Raimundinho acabava funcionando como modelo ético e político, na medida em que se partia de uma situação de vulnerabilidade e miséria para mostrar que daí também poderiam surgir as alternativas de superação. Por isso, a ideia de um acolhimento às crianças minorizadas parece ter sido uma das recomendações mais recorrentemente apresentadas nos materiais da campanha.

6ª estação: O rosto do menor é o rosto de Jesus

Verônica enxuga o rosto de Jesus (Isaías 53, 2-3)

“Belo Horizonte, um bairro de periferia. Olhando a situação de tantos menores abandonados, a comunidade paroquial se propôs fazer alguma coisa: alugaram uma casa para acolher estes menores e começaram junto a eles a experiência de uma grande família. Fazendo pequenos trabalhos e começando a estudar, cada um se sente responsável na caminhada do grupo. Os que não tinham família, encontraram uma grande família, onde todos são irmãos”.

Indagava-se aos colaboradores: “como é o rosto do Cristo nos pequenos da zona rural, das ruas de nosso bairro e de nossa comunidade? O que estamos fazendo para transformar o rosto sofredor de Cristo destas crianças marginalizadas?” A problemática do rosto parece ter funcionado, neste registro especificamente da releitura do drama de Cristo, a partir da temática do menor. Deste modo, o princípio de universalidade contido na organização teológica da Cristandade parecia se materializar nestes registros e gestos vivenciados em diferentes espaços, mas articulados pela proposta da CF. O rosto de Cristo aparece como marca “universal” a ser diagnosticada e observada nas faces singulares de todos os esquecidos da Terra, aos quais a Igreja deveria dedicar esforços materiais e simbólicos para sua “redenção”.

Mas frente a tal princípio pode-se pensar, como nos sugere Le Breton, que

a evidência do rosto dissimula o quanto ele escapa, por todos os lados, às tentativas de circunscrevê-lo, de apreendê-lo, de fixar de uma vez para sempre a fugaz familiaridade que, às vezes, ele deixa entrever. Para o indivíduo – pelo menos, no Ocidente –, o rosto é, provavelmente, o primeiro motivo de admiração, seja ao olhar para si mesmo em um espelho ou em uma fotografia, ou ao procurar – por exemplo, no relacionamento amoroso – compreendendo as feições e o olhar do outro.⁵²⁰

O processo de assimilação do rosto de Cristo com o rosto do menor parece ter querido mediar a unidade e universalidade de um rosto – também ele fabricado historicamente a partir de um conjunto de referências raciais aliadas à branquidade hegemônica – a uma multiplicidade de experiências mediada também por fatores e marcadores de raça, gênero e região. Na órbita do discurso que atravessava todos aqueles documentos produzidos pela CNBB pode-se pensar como a ideia de “salvação” estava sendo ressignificada, deslocada para outro aspecto, diferentemente dos modos como havia se pensado no início do século XX na passagem da caridade à filantropia. Ali não se tratava de racionalizar em termos econômicos e políticos os

⁵²⁰ LE BRETON, *Rostos*, p. 189-190.

procedimentos técnicos para livrar a criança menorizada daquela teia de exclusões, mas mobilizar um referencial religioso, teológico, moral e estético para produzir *afectos* capazes de criar forças mobilizadoras, transformadoras da “realidade” e incitadoras de novos modos de criação e experimentação política.

O rosto de Cristo tomado como metáfora universal poderia ser o caminho de leitura e compreensão da situação de opressão das crianças. Se em um primeiro momento o recurso a uma imagem universalizante e transcendental parecia produzir algo desencarnado, caberia também perceber nos jogos micropolíticos agenciados pela CNBB como iam se dando em cada contexto local. No agenciamento maquínico em que a CF ocorreu, mobilizando as diferentes linhas de composição do corpo do menor martirizado em um novo tipo de calvário, também se pôde ver a construção de narrativas sobre o país, o continente americano e o modelo de civilização. Houve uma forte crítica ao modelo capitalista e às suas produções subjetivas e comportamentais, uma vez que o individualismo seria uma forte linha de propulsão das desigualdades e dos modos de matar vidas pobres que sequer tinham a oportunidade a uma alimentação diária como ocorria no Brasil, conforme dados do IBGE que constam do manual.

Uma das marcas desse individualismo da cultura moderna se vê no poema *O sonho de um menor*, que descreve exatamente um episódio onírico em que uma criança negra sonhou enquanto dormia. Logo nos primeiros versos poderia-se notar a ambivalência na qual a narrativa se estrutura como em fluxo dividido entre o real e o sonhado, entre ser negro e não ser negro, menor e gigante, assim como estando situado entre o passado herdado e o futuro imaginado, mas logo impedido. Assim, era um menino gigante, mas historicamente empobrecido. Diz-se inicialmente que não era negro, mas que trazia em suas veias as heranças dos três povos formadores da nação brasileira: indígenas (ameríndios, povos originários), negros (africanos) e brancos (português)⁵²¹. Ao seu modo o poema promoveu usos do passado a partir de certos enquadramentos tendo em vista o tempo presente, situando-se em um dos materiais da CF produzido pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo.⁵²² Tratava-se de fazer ver as diferentes formas por meio das quais as crianças eram impedidas de vivenciar suas infâncias com respeito e dignidade.

Tanto no poema presente no material da CF como no de Cora Coralina o gesto de dormir e o sonho foram apresentados como elementos marcados pela violência, pois em ambas as

⁵²¹ Para uma leitura crítica da ideia das três raças formadoras da nação brasileira no século XIX, cf. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças*, op. cit.

⁵²² Só os criativos se parecem com Deus. Subsídios para educadores. Campanha da Fraternidade/Pastoral do Menor. Arquidiocese de São Paulo, 1987, 39p.

narrativas a criança foi despertada, seja pela força violenta do policial ou pelo chamamento que o eu lírico da poesia de Coralina faz à criança para que desperte a fim de “comemorar o seu dia”. Aqui, vê-se o uso da ironia como estratégia tropológica⁵²³ da poeta para abordar o descompasso entre as datas oficiais e o cotidiano em que as crianças viviam. O devir-criança do menino negro sonhador foi impedido, abortado, solapado pelos chutes do policial, acordando-o de sobressalto. O menino foi expulso por ter deitado sob a porta de uma “propriedade privada” que o poema não identifica de que tipo seria. Portanto, em sua singeleza rítmica uma narrativa deste tipo elabora os contornos suficientes para uma crítica aos modos que nomearam aquela situação como “o problema do menor”, algo que historicamente soa arrogante e adultocêntrico. Assim, economia capitalista, racialização dos corpos, conflitos de geração, ocupação desigual/desordenada das cidades, violência policial, marginalização social e usos políticos do passado histórico brasileiro, tudo isto atravessava a narrativa poética de Coralina que partia da metáfora do sonho para contar o pesadelo do qual dificilmente aquelas crianças conseguiam sair.

7ª estação: A menor é desrespeitada e violentada

Jesus cai pela segunda vez (Isaías 53, 8-10)

“Adeildes, 12 anos. Veio do sertão para estudar na cidade, filha de mãe solteira. A tia convenceu ela a trabalhar num bar, e neste trabalho foi prostituída por um homem casado. Ela fugiu, com medo da mãe, para o garimpo do Pará, junta com outras mulheres, entre as quais várias adolescentes, também prostituídas. No garimpo pegou malária e morreu”.

Na trama das opressões sociais o marcador de gênero foi estruturante na divisão social e sexual do trabalho e das formas de exclusão no Brasil.⁵²⁴ A construção social “do” menor diz muito sobre as divisões de sexo e gênero estabelecidas, o que ocasionou processos como o uso dos corpos infantis femininos no trabalho doméstico não remunerado ou sub-remunerado, assim como em situações de abuso e exploração sexual comercial, apesar de que a documentação da CNBB usava ainda a expressão “prostituição”. Uma narrativa como esta presente na CF parecia antecipar os tipos de cena de abuso do corpo infantil feminino como nos seriam apresentadas

⁵²³ Sobre a tropologia e suas dimensões metodológicas na escrita da história e na literatura, cf. WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

⁵²⁴ Sobre os padrões de comportamento definidos com base na diferença de sexo e gênero e as opressões e exclusões incluídas neste processo, cf. ABREU, Martha. Meninas perdidas. In. DEL PRIORE, Mary(org.). *História das crianças no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 289-316.

anos depois pelo filme *Anjos do Sol*, de Rudi Lageman.⁵²⁵ Nesta obra, os marcadores de gênero, geração, classe e região nos permite pensar sobre as diferentes engrenagens sociais que produziram as situações de “venda” de meninas para exploração sexual comercial em um garimpo na floresta amazônica. São imagens perturbadoras de uma realidade social e econômica já apresentada nos textos da CNBB, assim como também na película de Babenco e no romance de Louzeiro, que permite entender como sexo-gênero-sexualidade e capital financeiro foram mobilizados na produção de formas de tornar vidas descartáveis.

Neste cenário, a CF desempenhou ação importante, tanto nas atividades realizadas na Igreja e por meio da liturgia, como também através de sua atuação na mídia e em espaços como a Galeria de Arte Antônio Bandeira, na cidade de Fortaleza, no Ceará, onde foi realizada exposição da CF. A participação das crianças foi algo importante tanto para divulgar a campanha, como também para contribuir na venda dos exemplares do livro com o texto-base, músicas e outros materiais produzidos para subsidiar os debates e atividades.

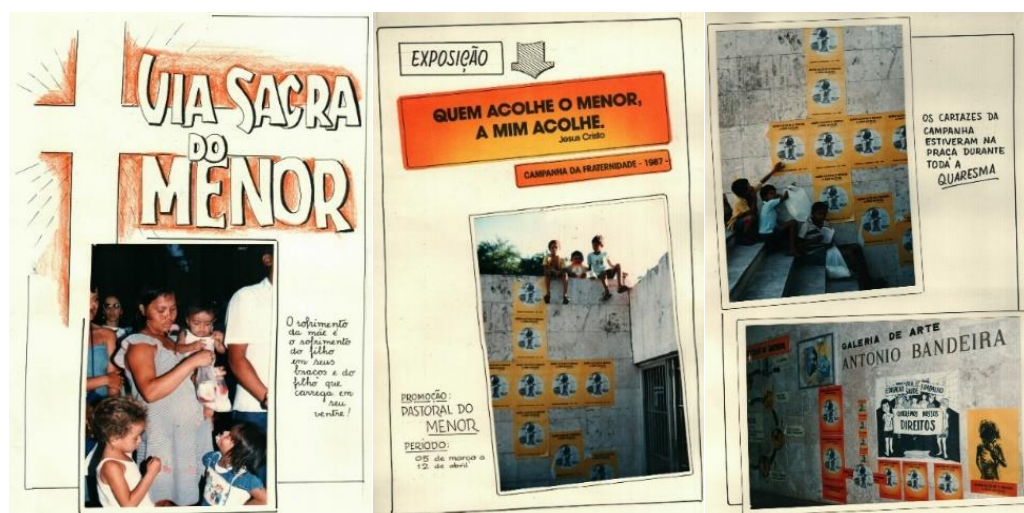


Figura 59 – Participação das famílias na Via Sacra do Menor e de crianças na exposição realizada na Galeria de Arte Antônio Bandeira, em Fortaleza/CE. Acervo do Centro de Documentação e Informação da CNBB, Brasília.

8ª estação: As mães choram a situação dos filhos sofredores

As mulheres de Jerusalém lamentam no sofrimento de Jesus (Lucas 23, 27-31)

“Esperança. Mulher da vida, quase cega. Cinco filhos e outro a caminho. Tem que trabalhar de lavadeira para ganhar a vida, ganhando ninharia, lutando pela sua sobrevivência e a dos seus filhos”. No caso de mulheres abandonadas por seus maridos com filhos e filhas para

⁵²⁵ *Anjos do Sol*. Gênero: drama. Direção e roteiro: Rudi Lageman. Nacionalidade: Brasileira. Distribuição: Globo Filmes. Ano: 2006.

criar e educar, o drama se acentua, pois as fontes dão a entender uma dificuldade a mais para inserção no mundo do trabalho formal devido a pouca escolarização. Nestes casos pode-se ver como as opressões de gênero efetuações e desempenham um papel forte na experiência social.

O fato de os documentos da CF indagarem e proporem ações e iniciativas das comunidades na promoção de novas formas de acolher e amparar estas pessoas, sem quase nunca mencionar o Estado, nos permite pensar como, apesar das suas decisivas diferenças, havia um mesmo tipo de enunciado que organizava ações e percepções por parte da PNBEM e CNBB. O critério da “ação comunitária” funcionou como um mesmo enunciado que organizou práticas discursivas e não discursivas dessas entidades.

Tal tipo de agenciamento maquínico em prol da iniciativa das comunidades e do desenvolvimento comunitário esteve no horizonte da ESG e da DSN, criando um campo de possibilidades e sentidos compartilhados que muito contribuiriam para os acontecimentos, reordenações e “reforma do Estado” que se dariam na década de 1990, permitindo a transformação de estruturas institucionais e políticas mediadas por uma agenda neoliberal que ganhava contornos muito emblemáticos na América Latina. Portanto, se a CF foi uma linha de força importante na produção do conceito-imagem do menor infrator, também se nota como seus empenhos, investimentos e mobilizações não convergiam direta nem necessariamente com outras narrativas, embora mantivesse pontos de contato.

**9ª estação: O pequeno trabalhador cai sob o peso de um trabalho
que está acima das suas forças
Jesus cai pela terceira vez (Isaías 53, 5-6)**

“José, rapaz de 15 anos. Largou seus estudos para ir trabalhar na fazenda do doutor. Depois de 6 meses desmatando, foi mandado embora, sem receber um centavo. Seu irmão Antônio também teve um acidente na mesma fazenda, com o trator, e ficou aleijado de uma perna. Não recebeu nem um cruzado de indenização”.

Na axiomática capitalista as divisões sociais produzidas pelas desigualdades estruturais são significadas e agenciadas na ordem de um desejo de expansão da produção do capital, sendo mobilizada para isto toda força de trabalho passível de exploração. Este histórico do modo como o capitalismo foi inserido na sociedade brasileira desde o oitocentos, retroalimentando uma série de práticas escravistas, divisões sexuais e de gênero nos mundos do trabalho, assim como a propriedade da terra e a conquista da cidadania, foram elementos que marcaram

posteriormente os debates da ANC, onde a CNBB teve uma atuação forte e paradoxal, como demonstrarei adiante. Mas a história de José também permite perceber os modos como as práticas sociais vão moldando os corpos através da configuração de uma deficiência adquirida pela exploração no trabalho parcamente remunerado e sem segurança alguma. Era, naquela situação, um adolescente que aos 15 anos de idade teve a sua história significativamente transformada e, mais que isso, parcialmente impedida.

10ª estação: O menor despojado do direito de viver

Jesus é despojado de suas vestes (João 19, 23)

Assim como Jesus foi despojado de suas vestes, tendo seu corpo exposto e molestado, o corpo do menor aparece enredado nessa via crucis do Brasil dos anos 1980. Sem educação, sem alimento, sem possibilidade efetiva para uma vida digna, respeitada. O martírio do menor aparece articulado ao de Jesus por meio de diversas imagens. A associação entre o corpo de ambos foi recorrente, o que demonstra uma preocupação da CF com os efeitos práticos, físicos, da desigualdade e das injustiças sociais na ausência de condições básicas de habitação, alimentação e acesso à justiça. A própria imagem do cartaz materializava a ideia de um desamparo, dada a figura de uma criança descalça, abandonada na rua .

Se a CF narrou uma série de situações que demarcavam a vulnerabilidade de crianças e adolescentes em diferentes recantos do país, isto disputava a cena com mudanças que há algumas décadas vinham se configurando no que dizia respeito aos direitos das crianças. O descompasso entre as alterações na legislação e a efetivação de tais direitos por meio de políticas públicas foi algo questionado no manual. No período que compreendeu o fim da década de 1950 até os anos 1980 algumas discussões marcaram a legislação internacional sobre crianças e jovens na ONU, repercutindo no Brasil.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959, proclamou a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Lá preconizava-se:

Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe.

Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.

Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física e mentalmente deficiente.

Direito à educação gratuita e ao lazer infantil.

Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho.

Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.⁵²⁶

O que pode o discurso jurídico no âmbito da defesa dos direitos da criança e do adolescente? Pierre Bourdieu assevera que

o direito é, sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições.⁵²⁷

Assim, vê-se como a legislação internacional de direitos da criança e do adolescente construídas no âmbito da ONU foi importante dispositivo para a implementação de caminhos e estratégias no panorama brasileiro, pois “o direito é a forma por excelência do discurso atuante, capaz, por sua própria força, de produzir efeitos”⁵²⁸, fazendo ao seu modo o mundo social. Um dos efeitos produzidos por estas tensões no campo jurídico, como sugere Eleonora de Brito, apareceu na própria forma de nomear o “menor”, pois, com a nova redação do Código de 1979, “o conceito de ‘delinquente’ foi substituído pelo de menor em ‘situação irregular’”.⁵²⁹ Tais formas de nomear relacionaram-se com o reaparelhamento das instituições, contribuindo para o desenho de novos escopos jurídicos. A alteração do Código em 1979 permite ver como a tensão entre uma “doutrina da situação irregular” abria cada vez mais espaço, na malha jurídica, para os contornos do que previa e postulava a “doutrina da proteção integral”, embora esta somente tenha aparecido com mais “força de lei” a partir da legislação após 1988.

Na esteira da Declaração de Genebra de 1924⁵³⁰ – ainda no âmbito da Liga das Nações –, a Declaração de 1959 e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 tiveram papel importante no ordenamento do Direito Público Internacional⁵³¹, estando esta última vinculada aos princípios e prerrogativas contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH-

⁵²⁶ BRASIL. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP). Declaração Universal dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 20 de dezembro de 1959. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em 24 de dez. 2020.

⁵²⁷ BOURDIEU, op. cit., p. 236.

⁵²⁸ Idem, p. 237.

⁵²⁹ BRITO, op. cit., 64.

⁵³⁰ Esta declaração foi adotada pela Liga das Nações em 1924 a partir de documento elaborado em 1923 pela organização não governamental International Union for Child Welfare. Cf. AREND, Sílvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infante-juvenil (1978-1989). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 29-47, jan./abr. 2015.

⁵³¹ Para uma análise da construção dos artigos 1 e 2 da Convenção e a conjuntura política do período, cf. AREND, Sílvia Maria de Fávero Arend. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). *Tempo*, Niterói, v. 26, n. 3, Set./Dez. 2020.

1948). Contudo, de acordo com Fúlvia Rosemberg e Carmen Lúcia Sussel Mariano⁵³², o processo de construção destes documentos foi eivado por muitas tensões entre os países, uma vez que diferentes concepções de infância e de direitos estiverem presentes nos debates. O contexto político no qual esteve situada a CF com as propostas em torno de defesa dos direitos da criança seria importante para pressionar estruturas do Estado e da sociedade em busca da transformação do escopo jurídico-legal, o que abriria a possibilidade para redesenhar as políticas públicas para esta área e segmento.

O projeto inicial da Convenção de 1989 foi apresentado no começo de 1978 pelo governo polonês diretamente à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em um gesto que visou homenagear Janusz Korczak.⁵³³ Neste contexto, tinha-se a expectativa de que o texto fosse aprovado rapidamente para que pudesse figurar simbolicamente no ano seguinte, marcado como Ano Internacional da Criança. Havendo críticas por parte de países ocidentais, decidiu-se criar um Grupo de Trabalho – GT, sem número delimitado de membros em sua composição, com o objetivo de apreciar um segundo projeto de Convenção que também foi apresentado pelo governo polonês. O referido GT se reuniu anualmente entre 1980 e 1987 (e em duas ocasiões em 1988). A Convenção obteve aprovação na Comissão de Direitos Humanos, no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e na Assembleia Geral da ONU. Entretanto, as tensões antes e depois da aprovação se expressaram em diferentes aspectos: na distribuição da participação dos países nas sessões do grupo de trabalho; nas concepções divergentes de direitos humanos presentes nas culturas de cada país; na forma quase impositiva com que se apresentaram as concepções de matriz ocidental/liberal que, por sua vez, estava mais focalizada na formulação de direitos civis e políticos do que nos direitos econômicos e sociais.

A polarização política e econômica tensionou fortemente o processo de formulação de uma legislação e de uma plataforma com abrangência internacional sobre direitos humanos. Tal conflito esteve expresso no período anterior com a formulação de dois pactos propostos pela ONU em 1966 como medidas técnicas para iniciar a efetivação da DUDH, isto é, o Pacto de Direitos Civis e Políticos⁵³⁴ (de cariz fortemente ocidental, liberal, estadunidense) e o Pacto de

⁵³² ROSEMBERG, Fúlvia & MARIANO, Carmen Lúcia Sussel. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debates e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.

⁵³³ Considerado um nome importante na defesa dos direitos da criança no século XX, “Janusz Korczak foi um judeu-polonês nascido em Varsóvia em 1878, e pertencia a uma família de eruditos bastante assimilada, sentindo-se um verdadeiro polonês. Foi médico, educador, jornalista, escritor e criador de dois orfanatos baseados nos princípios democráticos de educação: um judaico, Don Sierot (1912-1942); e outro cristão, Nasz Dom (1919-1936)”. Morreu em 1942 no campo de concentração de Treblinka, na Polônia, sendo uma das tantas vítimas do Holocausto. Cf. SARUE, Sarita Mucinic. *Janusz Korczak diante do sionismo*. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.

⁵³⁴ Ratificado no Brasil por meio do Decreto 592 de 6 de Julho de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 16 de abr. 2020.

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais⁵³⁵ (inspirado no socialismo e tornado possível pela força exercida pela União Soviética). O Brasil garantiu frequência nos debates do GT, tendo representantes em todas as sessões a partir de 1981. A repercussão no país foi importante, uma vez que a assinatura e posterior ratificação da Convenção em 1992 permitiram fomentar debates que estavam ocorrendo desde 1976 e que visaram propor uma alternativa legislativa e jurídica ao Código de Menores em 1979.

Visando superar a doutrina da situação irregular, tanto juristas e acadêmicos, como militantes cada vez mais passaram a se expressar em termos de uma doutrina da proteção integral, o que se materializou no artigo 227 da Constituição de 1988 após os debates na Constituinte e, posteriormente, com a elaboração e promulgação do ECA como novo escopo jurídico para crianças e adolescentes do país, rompendo com as formas de opressão jurídica, institucionalmente validadas.⁵³⁶ Este debate que alterou em termos formais a compreensão de direitos e cidadania foi atravessado diretamente pelas linhas de discussão propiciadas pelo GT da ONU e pela Convenção de 1989.

Embora tenha sido considerada como ponto de costura dos vários debates que desde o começo do XX visavam reconhecer o estatuto de sujeito de direitos às crianças, a aprovação da Convenção de 1989 esteve longe de finalizar os debates. Ao contrário, muitas possibilidades de leitura e alternativas críticas ao que se postulou nesse marco jurídico supracional apareceram desde os primeiros momentos após a aprovação. Se o ambiente de redemocratização favoreceu para que a América Latina tomasse a dianteira nos processos de assinatura e ratificação deste documento, por outro lado, países como Estados Unidos e Somália resistem até o presente momento para assinar e ratificar tal dispositivo da ONU, uma vez que enquanto convenção ela exerce *poder vinculante* e o país que se torna signatário torna-se obrigado a obedecer e informar periodicamente sobre os procedimentos políticos e jurídicos tomados internamente.

11ª estação: O menor é pregado na cruz do trabalho

Jesus é pregado na cruz (Lucas 23, 33-34)

⁵³⁵ Ratificado no Brasil por meio do Decreto nº 591 de 6 de Julho de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 16 de abr. 2020.

⁵³⁶ GOMIDE, Paula Inez Cunha. *Menor infrator: a caminho de um novo tempo*. Curitiba: Juruá Editora LTDA, 1990.

“Meninos e meninas do sertão tem que fazer, todos os dias, vários quilômetros para assistir à escola, muitas vezes sem comer nada. À tarde, quando voltam para casa, ainda têm que ajudar na roça, cuidar dos animais, dos irmãozinhos, lavar, etc”.

No panorama internacional a discussão sobre direitos da criança havia tomado novos contornos no âmbito da ONU. Neste sentido, um dos temas centrais foi o trabalho infanto-juvenil e as devidas regras jurídicas que deveriam normatizar em termos etários o acesso ao mercado de trabalho e as condições em que crianças e adolescentes poderiam exercer algum tipo de ofício remunerado. Ao estudar o processo de elaboração da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, partindo do documento “Legislative History of the Convention on the Rights of the Child” da organização *Save the Children*, Sílvia Arend focalizou sua análise nas discussões em torno do Artigo 32 do referido instrumento da ONU para pensar o labor infantojuvenil. Ao tratar das ressonâncias ou “ecos” desse debate jurídico internacional na legislação infraconstitucional, a autora enfatiza que “a socialização das crianças, adolescentes e jovens por meio das relações de trabalho tornara-se [...] quase uma regra para meninas e meninos pobres no mundo rural ou urbano”.⁵³⁷

Nos anos 1970, o quadro de ampla difusão das práticas de labor infantojuvenil mantinha-se praticamente inalterado nos centros urbanos, especialmente para as populações migrantes”.⁵³⁸ Portanto, se no início dos anos 1980 uma série de movimentos e grupos se organizou para reivindicar direitos para infância e juventude, tal cenário deve ser lido como ponto de atravessamento de múltiplas narrativas e forças que disputaram o lugar da infância no mundo do trabalho, reforçando ou não determinadas práticas de exploração do labor da criança e do jovem em condições muitas vezes análogas à escravidão.⁵³⁹ Arend situa que as discussões sobre trabalho infantojuvenil materializavam-se no escopo jurídico menorista, mas não necessariamente para fins de proteção. O Código de 1979 abordava este assunto somente em um artigo do Título VIII (“Do trabalho do Menor”) e situava a sua regulamentação no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, especialmente em seus Artigos 402 e 441. Isto significava que para os governantes “o fato de um contingente populacional ingressar no mercado de trabalho formal e informal desde a infância não constituía uma questão que devesse ser tratada no âmbito da legislação para o ‘menor’”.⁵⁴⁰

⁵³⁷ AREND, p. 41.

⁵³⁸ Idem, p. 41.

⁵³⁹ Para uma análise acerca deste tema, com foco no trabalho infantil explorado na agroindústria do algodão, cf. DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Corrêa de. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In. DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 407-436.

⁵⁴⁰ AREND, op. cit., p. 42.

12ª estação: Menores morrem cada dia

Jesus morre na cruz (Lucas 23, 46-47)

“Francisca, 13 anos. Interrompeu os estudos, deixou o bordado, e ficou grávida. O pai obrigou ela a casar. Seu parto foi complicado, unido a uma crise de apendicite. Morreu no parto”.

A CF questionava como se poderia criar condições para a redução do índice de mortalidade infantil no país e nas comunidades. Convocava a população a construir alternativas para que os direitos das crianças fossem observados, ampliados e garantidos. Neste sentido, a Pastoral da Criança focava em crianças de 0 a 6 anos, aproximadamente, com atividades que atentavam para a vacinação, peso, alimentação e higiene.

Diante desse quadro, as CEBs exerciam uma função importante tanto no diagnóstico local das demandas, como na orientação e reflexão sobre os impasses e questões que atravessavam essas práticas de exploração no trabalho, bem como as violências sofridas no ambiente familiar e comunitário. A dimensão comunitária das ações tendia a reforçar a ideia de uma rede de apoio, mas também de denúncia, o que parece ter visado redesenhar toda uma nova economia do visível e do invisível no que se referia às problemáticas sociais e ao reconhecimento das pautas a serem assumidas localmente.



Figura 60 – O menor, o trabalho, a violência e a comunidade. CF: Diocese de São Mateus, ES, 1987. Acervo do Centro de Documentação e Informação da CNBB, Brasília.

13ª estação: Menor encontrada quase sem vida

Jesus é descido da cruz (Lucas 23, 50-52)

“Lúcia voltava de uma festa, à noite, quando foi surpreendida por 3 jovens drogados. Pegaram-na e a maltrataram de tal jeito que ficou em coma e ferida a tal ponto de ser irreconhecível até pelos próprios vizinhos. Foi levada para Imperatriz para se tratar, com o

dinheiro arrecadado entre os vizinhos, pobres como ela. Ainda está traumatizada com a experiência, e nunca voltará a ser normal”.

Tal trecho denunciava que as relações sociais de gênero baseadas na dominação masculina criaram historicamente processos de violência. Anteriormente falei sobre a exploração sexual comercial de crianças no Norte do país. Neste tópico, pode-se notar que mesmo sem o usufruto financeiro, o corpo das mulheres tem sido objeto de definição e violação por parte de homens em diferentes idades e circunstâncias, gerando efeitos dos mais perversos no cotidiano e nas trajetórias que nem sempre são conhecidas e narradas como esta que se fez presente no material da CF. Exemplos deste tipo demonstram o alcance social e simbólico do estupro em sua reiteração da masculinidade e seu poder sobre o corpo-outro, marcado em sua diferença e dominado em sua possibilidade. A sentença de que a adolescente jamais seria “normal” novamente deixa claramente expressa a compreensão de que a violência sexual opera não somente com vista a um gozo no presente, mas a um domínio que se estende no tempo e tem um efeito de destinação sobre o corpo e a subjetividade de quem foi marcado.

14ª estação: Passa o cortejo fúnebre

A sepultura de Jesus (Lucas 23, 52-53)

“Maria, Suzaninha, Adeildes, José, Francisca, Lúcia... Crianças sofredoras das nossas cidades, do nosso sertão”.

O modo como a configuração da via crucis do menor foi desenhado fez apelo a uma certa política do luto. Articulado o rosto do menor com o rosto de Cristo, a CF transformou a cruz no significante principal ao qual seria alocado outro significado. Isto indicaria que ao articular uma série de informações demográficas, econômicas e políticas para criar discursivamente o cenário em que algumas experiências foram vividas por menores, como se pode ver nos inúmeros relatos presentes no manual, a Igreja católica pode ter contribuído para um trabalho de luto socialmente distribuído e orquestrado.

Mas em que medida a CF teria funcionado como uma política do luto? Neste ponto, pode-se operar a diferenciação entre as imagens dos corpos assassinados apresentados na segunda parte desta tese com aquelas que figuraram nas encenações performatizadas no interior da CF. Se naquelas podia-se ver um conjunto de corpos massacrados, explorados, vilipendiados e mortos em situações de efetivo extermínio – ou genocídio, para ser mais preciso em sua aceção e alcance ético e político –, nestas pode-se ver que outras estratégias semióticas

entraram em funcionamento, redistribuindo e recolocando o corpo do menor em um sistema diferente de significação, apesar do reconhecimento do drama do genocídio.

Pensar que a CF pode ter funcionado eticamente como um trabalho de luto significa reconhecer as mortes diretas e indiretas provocadas pelo Estado brasileiro às crianças e jovens como parte significativa de sua população. Ao tematizar a problemática do luto, a filósofa Judith Butler nos fala que:

Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, neste sentido, despolitizante. Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o “nós” é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra; ou melhor, podemos argumentar contra, mas estaríamos negando algo fundamental sobre as condições sociais da nossa própria formação.⁵⁴¹

Butler lança luz sobre a questão da própria constituição da subjetividade em sua dimensão compartilhada, negociada, atravessada por forças diversas que tendem a violentar ou acolher, matar ou promover a vida. Trata-se de pensar como o luto exerceria uma função não apenas simbólica, mas fundamentalmente ética para entender os dramas peculiares, singulares e locais dos diferentes menores nas cidades brasileiras, mas também se compreender como parte dessa rede de violência. Deve-se entender, neste aspecto, que se fala em violência como um dos elementos constitutivos dessa rede, não sendo o principal nem o único que atuou no dispositivo da minoridade no Brasil. Pois bem, a CF parece ter contribuído na organização de um processo de enlutamento por todas as vidas perdidas de forma violenta, desde a inanição provocada pela ausência do alimento às mortes promovidas em esquinas e ruelas pela mira de policiais e milícias como o esquadrão da morte.

Portanto, a vivência da fraternidade somente se estruturaria com base no reconhecimento deste dilema, mais do que um tema. Afinal, “Enlutar e transformar o luto em um recurso para a política não é resignar-se à inanição, mas pode ser entendido como o processo lento pelo qual desenvolvemos um ponto de identificação com o próprio sofrimento”.⁵⁴² Se vida e morte são construídas e distribuídas socialmente em um dado campo de forças que define a partir de critérios diversos e sob certas circunstâncias quem pode viver e quem deve morrer, eis que o trabalho de luto considerado em sua dimensão pública e coletiva fornece os elementos para constituir enfrentamento às práticas de promoção da morte e negação da vida em seus

⁵⁴¹ BUTLER, Judith. Violência, luto e política. In. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Tradução de Andreas Lieber. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 43.

⁵⁴² Idem, p. 51.

vários aspectos e estratégias. Um trabalho deste tipo demonstra significativamente como os afetos não estão distantes da política. O luto, o reconhecimento da dor do outro e o processo de aproximação a este tema compreendido em sua dimensão compartilhada e socialmente distribuída de modo desigual abrem canais singulares para resistir politicamente e criar transformações de conjunto.

15ª estação: O menor está ressuscitando

Jesus ressuscita (Lucas 24, 1-12)

“Nossa realidade: Algumas atividades: inúmeros grupos se organizam no Brasil a partir da ação dos educadores de rua, multiplicando atividades, segundo as possibilidades. Restaurantes comunitários, associações e cooperativas, centros comunitários, são algumas das muitas iniciativas desses grupos com apoio de instituições oficiais e civis. Esses grupos de Meninos e Meninas de Rua já estão atingindo um nível de organização que se consolida até mesmo nacionalmente e possibilita voz e vez aos próprios menores. A presença do Agente de Pastoral, como fermento nestes Movimentos autônomos, pode propiciar um intercâmbio rico de frutos para os menores e para os Educadores de Rua”.

A participação de crianças e adolescentes cada vez mais se constituía como prerrogativa fundamental para reconstruir a democracia brasileira naquele movimento amplo e difuso que desde os anos 1970 e 1980 vinha mobilizando diferentes grupos sociais que tomaram a infância como objeto de discussão a ser articulado a um novo marco jurídico e institucional. Dentro desse panorama de participação e envolvimento político que acabara construindo espaço na própria ANC, a CF exerceu ao seu modo uma interferência relevante. A ramificação política empreendida pela campanha tornou possível o trabalho nas CEBs, mas também interferindo na esfera pública por meio da participação nos meios de comunicação como rádio e TV, e também no Congresso Nacional por meio do posicionamento da CNBB na subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, analisada adiante.



Figura 61 – Um relato “pessoal” no arquivo institucional. Acervo do Centro de Documentação e Informação da CNBB, Brasília.

Em se tratando especificamente da CF pode-se ver que em sua política de constituição de um arquivo sobre a sua atuação figuraram imagens de crianças participando, decidindo, contribuindo, enfim, sendo articuladas em processos nos quais suas vidas eram também objeto de discussão. Tais histórias singulares foram colocadas no tabuleiro de uma formação social mais ampla, em que diagnosticava-se o não respeito à infância e à criança por séculos. Ao articular relatos e fotografias, a CF contribuiu para que as “vozes” das crianças aparecessem de algum modo no escopo do seu arquivo institucional.

As formas como tal participação se deu parece conter diferenças importantes na maneira como as crianças tomaram a palavra para falarem sobre si. Algumas crianças e adolescentes se expressaram de modo genérico dizendo que a partir dali os menores poderiam ser “ajudados” por ações conduzidas por adultos, especificamente os líderes das comunidades e da CF, outras falaram sobre as pequenas “vantagens financeiras” que a CF oportunizou. Ocorre que com a venda dos livros (manuais da campanha), puderam pagar contas de água ou luz. A constatação foi a de que a venda dos manuais da campanha as ajudou a obter mais dinheiro do que se estivessem vendendo sacolas. Tal fato parece ter gerado o interesse das crianças – uma vez que sequer sabiam da existência da CF – para participar de outras edições. Tais informações provenientes do arquivo da CNBB permitem pensar sobre os descompassos entre os

investimentos que criaram socialmente a imagem e o conceito do menor infrator e as vidas de todos aqueles meninos que não se submeteram a tal percepção social, escapando das armadilhas dessa teia discursiva. No caso das crianças que participaram da CF, alguns relatos permitem pensar as imagens e gestos que as próprias crianças construíram para dar sentido àquela experiência e ao tipo de narrativa contra a qual ela se impunha.

Portanto, percebe-se que as imagens da CF com o corpo dos menores encenando a via sacra se constituiu como elemento modulador na política de subjetivação que ali foi posta em funcionamento. Se nestas imagens e circunstâncias o corpo do menor aparece articulado ao sofrimento do Cristo como símbolo de uma superação, também pode-se pensar e ver como o corpo foi investido socialmente, encenado ritualisticamente no cotidiano atravessado por situações que fizeram com que certas posturas, comportamentos e processos de individualização se tornassem quase banalizados.

Fosse na articulação direta com o sofrimento do Cristo ou em outras circunstâncias, nenhum corpo passaria incólume naquela trama cultural. Afinal, não há cultura que possa prescindir do corpo e mesmo a Cristandade e seu mal-estar com as pulsões, desejos e potências corporais sempre falou dele exaustivamente mesmo que ainda na condição de uma “carne” a ser preservada do pecado e do desvio. Clarice Lispector⁵⁴³ também nos falou dessa via crucis do corpo no cotidiano, nas situações mais banalizadas e rotineiras, mas que são fundamentais para negociar e construir sensações possíveis e vivências (im) praticáveis, uma vez que não há o sujeito e seu corpo, mas um sujeito-corpo para todas as situações da vida como morrer, comer, matar, transar, sentir prazer, sorrir ou eivar-se de raiva.

Tornar-se sujeito, isto é, ocupar um lugar constituído social e culturalmente a partir de certas relações de força e repertórios culturais, não significou um processo nem de “iluminação” e “tomada de consciência”, nem o contrário disso que se poderia expor na problemática noção de uma “alienação” ocasionada por parte de uma “ideologia” operante no campo social. Ao invés disso, no campo de forças que fez surgir o menor infrator, a criação de circunstâncias para articular experiências e promover processos de “reconhecimento” por meio de um jogo socialmente forjado funcionou o tempo inteiro. Pode-se ler as imagens dos corpos dos menores encenando a via sacra como parte dessa tecnologia de subjetivação que visou promover artificialmente o encontro daqueles indivíduos socialmente dispersos com o lugar social configurado para eles por um conjunto de instituições, saberes e tecnologias de governo que compuseram o dispositivo da menoridade.

⁵⁴³ LISPECTOR, Clarice. *A via crucis do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Se a subjetividade diz respeito aos modos de constituição de si em meio às tensões e condicionamentos sociais nos quais os corpos, gostos, desejos, gozos e saberes “individuais” são burilados, isto significa dizer que o uso do corpo infantil na realização da via sacra promoveu efeitos de sentido muito importantes ao mobilizar uma série de estratégias semióticas que fez da invenção da “semelhança”, paradoxalmente, a constituição de uma diferença na estrutura da própria carne. Por estes procedimentos, a carne foi-se constituindo como um ponto de elaboração, amarração, circunspeção e estetização não somente da dor, mas de traços psicológicos sobre os quais as instituições deveriam incidir. Da carne ao corpo: isto significa dizer que entre a materialidade orgânica – situada individualmente e distribuída sob certas condições na disposição física, fisiológica, orgânica e mental de um indivíduo – e a elaboração do corpo existe um hiato que se refere à produção, à maquinação que torna possível que a carne se constitua como materialidade corpórea, performatizando significados socialmente dispostos.

Rachar a imagem, desfazer o conceito

A CF 1987 desempenhou uma função muito importante no campo de forças que desde meados da década de 1970 vinha se organizando para pautar um conjunto de alterações na ordem institucional e política brasileira. Se desde 1974 havia sido iniciada uma abertura “lenta, gradual e segura” com o presidente Geisel, visando a “distensão política” que daria condições para o processo de redemocratização do país, também se podia perceber que múltiplas camadas e segmentos sociais iam se organizando paulatinamente e disputando espaços. No que concernia aos debates sobre as políticas para crianças e adolescentes, era evidente que as imagens da FUNABEM e das FEBEMs sofriam desgastes com as denúncias de violência e corrupção, demonstrando que a herança do SAM ainda permanecia bastante presente.

1987 foi um ano politicamente muito importante na organização do Brasil, uma vez que ali muitas articulações que desde 1971 vinham se organizando em prol de uma Constituinte – veja-se, por exemplo, o *II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira*, promovido pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em julho de 1971, em Recife, no qual declarou-se publicamente o posicionamento a favor de uma Constituinte –, teriam possibilidades de interferência na conjuntura política. Se Geisel foi o personagem da “distensão política”, foi também aquele que em 1977 havia feito uso das prerrogativas contidas no AI-5 para fechar o Congresso Nacional e impor o chamado “Pacote de Abril”.

Tratava-se de definir uma série de estratégias para que o governo determinasse e mantivesse controle sobre o processo político, uma vez que em 1978 ocorreriam eleições para governadores e era de interesse do aparato ditatorial emendar a Constituição para que tal eleição ocorresse de forma indireta. Tal preocupação explicava-se devido ao fato de que a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do governo, não detinha a quantidade necessária de votos para realizar tal mudança, isto é, 2/3 dos votos. O contexto foi marcado por inseguranças políticas e pela crise econômica que grassava na sociedade brasileira desde 1973 com a pauta da crise do petróleo repercutindo no aumento da inflação. O Pacote de Abril, portanto, previa as seguintes medidas: extensão da Lei Falcão que visava diminuir o fortalecimento da oposição na eleição de 1978; criação de regra para eleição indireta de 1/3 dos senadores, que passaram a ser chamados de “senadores biônicos”; alteração do Colégio Eleitoral que iria votar a sucessão de Geisel; alteração do quórum de 2/3 para maioria simples no caso de votação de emendas constitucionais pelo Congresso Nacional e ampliação do mandato presidencial de quatro para seis anos.⁵⁴⁴

No contexto em que a possibilidade de recondução democrática do jogo político apenas começara a se esboçar, tais ações do governo despertaram reações quase imediatas na sociedade civil. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pronunciou-se em abril daquele ano a favor da convocação de uma constituinte como única forma de restaurar as instituições democráticas. No mês de julho, durante a XXIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), o tema da Constituinte também atraiu atenções. Em agosto seria a vez de juristas se pronunciarem a favor desta pauta, em São Paulo, por meio de uma Carta aos brasileiros assinada por professores da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. O MDB decidiu, posteriormente, em convenção partidária, que o tema seria objeto central de sua estratégia política, o que se materializou também em sua candidatura à sucessão de Geisel, quando Euler Bentes se comprometeu a convocar a ANC, caso fosse eleito. Portanto, se o governo Geisel havia combinado medidas autoritárias com *insights* para a abertura política, sendo a revogação do AI-5 um marco importante naquele contexto, também vale lembrar que as tensões não terminariam por ali, nem tampouco com a sua saída do governo.

Quando assumiu o governo em 1979, o general João Batista Figueiredo declarou sua intenção de “fazer deste país uma democracia”, prosseguindo com as alterações constitucionais. Uma delas foi a sanção da Lei nº 6.683 que anistiaría parte dos punidos por atos de exceção

⁵⁴⁴ Para maiores detalhamentos destas informações, ver CPDOC/FGV.

Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>. Acesso em 25 de fev. 2020.

durante a ditadura, não obtendo apoio de parte da sociedade que se organizou sob o lema da “anistia ampla, geral e irrestrita”. Outro ponto importante neste contexto foi a extinção do bipartidarismo por meio da lei nº 6.767, pondo fim à dobradinha Arena e MDB e dando início ao processo de criação de novos partidos. Uma vez que se criou a compreensão também de que devido a tantas alterações, a Constituição acabara se tornando uma verdadeira “colcha de retalhos”, o tema da Constituinte voltava de quando em vez em um contexto no qual as ambições partiam de diferentes setores que buscavam o redirecionamento da ordem constitucional.

Mais uma vez diferentes saberes iriam assumir presença na correlação de forças marcada por posturas autoritárias como as de Geisel mencionadas acima, mas também por um amplo campo de resistência à ditadura militar que se expressou na produção musical, na organização e incidência do movimento de negros e negras, mulheres e LGBTQIA+ (à época, Movimento Homossexual) do país, coletivos de jovens, mulheres e organizações voltadas à defesa dos direitos humanos, em diálogo com intelectuais, partidos políticos, sindicatos e agremiações diversas.

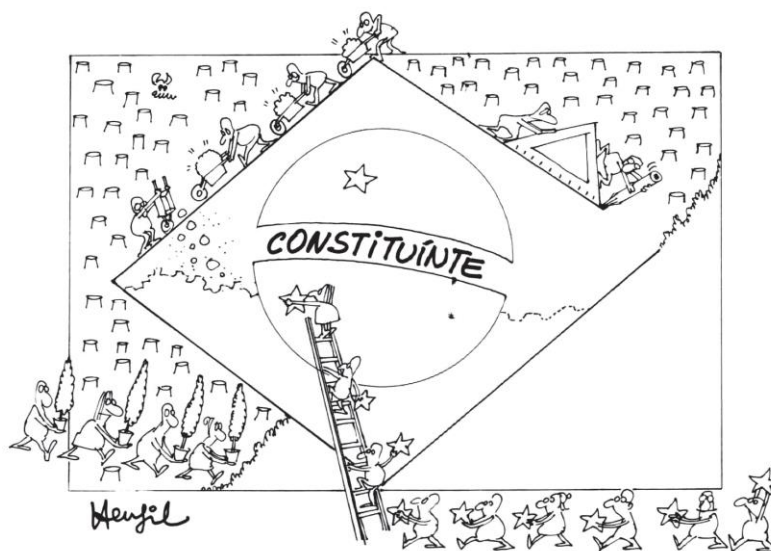


Figura 62 – Cartoon de Henfil sobre a ANC 1987-1988. Acervo: Câmara dos Deputados, Brasília.

Em dezembro de 1979, Petrônio Portela, então ministro da Justiça, sugeriu a criação de nova Carta Constitucional sem uma constituinte. No ano seguinte, o senador José Sarney propôs que se criasse uma comissão interpartidária composta também com a participação de juristas para que se adaptasse o texto da Constituição ao contexto criado pela abertura política, mas novamente sem uma ANC. Da parte de uma oposição moderada, partia de Tancredo Neves, do Partido Popular (PP), a proposta de que se assegurasse aos novos membros do Congresso Nacional que seriam eleitos em 1982 o poder constituinte. Mas o presidente do MDB, Ulisses

Guimarães, se colocava frontalmente contra a qualquer ideia que passasse longe da convocação de uma ANC, vista por ele como alternativa mais relevante e legítima para romper com o passado do regime instaurado em 1964. Este contexto fermentou a discussão sobre a necessidade de uma ANC, mas tal tema só voltou fortemente a compor os debates públicos após a rejeição em 1984 da emenda constitucional “Diretas Já”, que garantiria a possibilidade de a população escolher o próximo presidente da república.

Em 15 de janeiro de 1985, após ser eleito presidente da república, Tancredo Neves fez um discurso na Câmara dos Deputados em que convocou o país a participar do debate constitucional, criando uma agenda de trabalho para a efetiva transição política. Com a morte de Tancredo, coube ao vice-presidente José Sarney, político notoriamente ligado aos governos ditatoriais, conduzir o processo, assinando em 18 de julho de 1985 o decreto nº 91.450, criando a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CPEC), conhecida como Comissão Arinos, em referência ao seu idealizador, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco.

Depois de alguns meses de discussão interna, aprovava-se em novembro de 1985 no Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 26 que abria a possibilidade de eleição para uma ANC. Esta eleição ocorreu em 15 de novembro de 1986, simultaneamente às eleições para governadores de estado e deputados estaduais. A possibilidade de uma ANC ganhou grande repercussão na imprensa, como se pôde assistir no intervalo da telenovela *Selva de Pedra* da TV Globo, em cujo horário nobre se convidava a população para entender o que era a Constituinte e para isto mobilizava-se todo um conjunto de informações históricas, apresentando curiosidades sobre a primeira constituição brasileira de 1824.⁵⁴⁵ Tratava-se de criar um espaço na sociedade para discutir algo distante do cotidiano, mas que modulava as condições para a própria vida em sociedade.

Em 1º de fevereiro de 1987, sob a presidência do ministro José Carlos Moreira Alves, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), foi instaurada a ANC. Eram 559 constituintes em seus respectivos partidos (13), devendo-se considerar que durante a Constituinte 1987-1988 houve mudança de agremiações partidárias por diferentes razões, como o fato de alguns terem assumido funções nos governos federal ou estadual, sendo um acontecimento importante nesse contexto a criação, no mês de julho de 1988, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) a partir de uma dissidência no PMDB. Contudo, estes detalhamentos que complexificaram o quadro não será objeto de descrição e análise neste estudo.

⁵⁴⁵ O material audiovisual com propagandas e divulgação da ANC pode ser acessada na plataforma YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pKZJBx6OoQM>. Acesso em 27 de fev. 2020.

Assim, nesse amplo canteiro de disputas pela viabilidade de uma ANC, os grupos sociais que atuavam com a temática da infância e adolescência também puderam se somar, uma vez que em uma assembleia daquele tipo todas as pautas consideradas relevantes para o país iriam ser debatidas com maior ou menor qualidade, daí a necessidade de incidir, influenciar, tematizar e dar a ler o assunto para o maior número possível de pessoas.

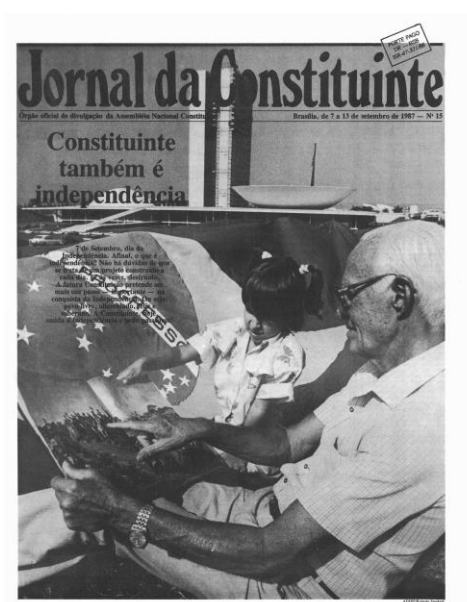


Figura 63 – A criança e a Constituinte. Fonte: Jornal da ANC, Brasília, 7 a 13 de set. 1987, nº 15.

Parecia efetivamente a abertura para um “tempo novo”, uma nova experiência que poderia ser mediada democraticamente e com a oportunidade de diálogo com amplos setores. Mas esse tempo novo pareceu figurar-se por meio de algumas imagens do passado e uma delas pode-se ver na 15ª edição do *Jornal da Assembleia Nacional Constituinte*, publicado em setembro de 1987 e em cuja capa figurava uma criança branca, do sexo feminino e um idoso do sexo masculino, branco, observando um livro no qual figurava a famosa pintura *O Grito do Ipiranga*, produzida por Pedro Américo em 1888 em referência à “Independência” do Brasil em 1822. Parece que mediar uma certa percepção do tempo histórico e das possíveis transformações em curso, passava pela imagem do “novo” frente ao “velho”, sendo mobilizadas as imagens de uma criança e de um idoso articuladas com diferentes temporalidades e passados históricos.

Por esse jogo intergeracional mediado por uma certa política do tempo que incide sobre a divisão novo/velho, passado/presente/futuro pode-se ver a constituição de uma experiência que faz do passado um ponto de ancoragem para propostas de futuro. Renovava-se a retórica

de um *Brasil Novo*, mas paradoxalmente a imagem parecia sugerir que o “velho” ensina algo ao “novo”, sugerindo a concepção de um passado áureo, proferindo uma lição para as novas gerações.

Isso diz muito acerca do sentido do tempo histórico se produzindo na tensão entre o presente como passado presentificado e espaço de experiência e, por outro lado, o futuro como horizonte de projeção de expectativas que, por sua vez, articula-se com o já vivido e pensado, como nos sugere Koselleck.⁵⁴⁶ Tendo como pano de fundo o Congresso Nacional, o idoso e a criança observam as fotografias que ele apoia em seu colo. A bandeira do Brasil figura como elemento para dar a cor e tom à frase: “Constituinte também é independência”. Por outro lado, vê-se como a imagem da infância associada à Constituinte e às promessas de um tempo novo, era bem diferente e distanciada do excesso de imagens que apresentavam socialmente o “menor” como risco a este mesmo futuro.

Quando a questão do menor foi apresentada nesse mesmo jornal voltado para relatar as atividades da ANC, como na sua primeira edição no mês de Junho, a fotografia e as formas de apresentá-la variaram bastante, pertimindo “ver” – literalmente – como em se tratando de futuro e de independência a infância e a criança operaram a partir do marcador da branquidade, enquanto ao se tratar dos problemas do país e do risco ao tempo por vir, a imagem apresentava o menor negro, pobre, filho de ninguém [Figura 64]. Logo, sem futuro possível.

Entre a imagem da criança branca associada ao futuro da nação e as crianças pobres, minorizadas, como entrave ao desenvolvimento nacional, houve uma defasagem. Tanto em termos textuais como imagéticos, os investimentos foram diferenciados e marcados por atravessamentos de classe, raça, gênero e geração. Entre uma imagem que parece consolidar leituras vinculadas à infância hegemônica e normalizada [Figura 63] e a que atualiza as “características” de uma infância abandonada e criminoso a la Evaristo de Moraes [Figura 64], as defasagens não são exatamente “evidentes”, mas se estruturaram paradoxalmente sobre a tessitura das fotografias que agenciaram temporalidades variadas.

⁵⁴⁶ KOSELLECK, *Futuro Passado*, p. 305-328.

LEGALIDADE & REALIDADE

Os filhos de ninguém

Eles são 36 milhões. Maltrapilhos, esmoeados, doentes, 20% deles, ou seja, 7 milhões, em completo abandono. Espalhados por todos os cantos do país, eles sofrem, desde os primeiros momentos de sua vida, fome, frio, maus-tratos, violências, indignidades de todo tipo. Nascem e se criam (quando sobrevivem) numa estrutura de criminalidade. Eles são os menores carentes do Brasil.

Um contingente tão grande que supera a população de vários países europeus e outras tantas em outros continentes. Eles superam, por exemplo, a população total da Espanha, Bélgica, Alemanha Oriental, Áustria, Dinamarca, Arábia Saudita, Austrália, Canadá e Cuba. Mais do que a Bolívia e o Chile juntos.

Otandas de famílias ganhando abaixo de um e meio salário mínimo, essas crianças se multiplicaram ao longo dos últimos anos, com o fenômeno da urbanização, da industrialização e sobretudo com a pobreza que se acentou no país. Assim, em 1976, a CPI do Menor, instaurada pela Comissão dos Deputados, apurava a existência de 14 milhões de menores carentes no Brasil, atendidos no Nordeste e maior contingente, segundo o plano pela Região Sudeste. Hoje, conforme projeção feita a partir de dados do IBGE, pela Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, eles atingem o número de 36 milhões, sem dúvida nenhuma mais um recorde vergalhão que o Brasil teve no cenário mundial.

Agora, com a Assembleia Nacional Constituinte, parece ter saído a hora e a vez do menor abandonado. É que se constitui uma proposta da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, presidida pelo Deputado Nelson Aguiar e coordenada em relatório do Deputado Erasmo Tinoco, uma extraordinária inovação na área do direito do menor acatada, o que deverá mudar a face do que existe.

Antes de expor ao ponto de vista, o Presidente da Subcomissão, Constituinte Nelson Aguiar, advertiu: sociedade nenhuma resolve o problema do menor sem o apoio do governo, e nenhum governo resolve a questão sem o apoio da sociedade. E direitos indispensáveis a uma ação conjunta. O Estado não pode, nem deve ser o executor de qualquer política em favor da criança. A sociedade pode e deve executar essa política, enquanto o Estado a apoiar técnica e financeiramente.

Sigilo de direito — Das 606 propostas ou sugestões encaminhadas ao Senado de Brasília à Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, 478 dizem respeito especificamente ao problema do menor

"O maior volume de sugestões encaminhadas à Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso revela as grandes ansias da sociedade atenta à condição do menor em abandono."



é exercido pelo homem e só na ausência deste, pela mulher. Assim é que a criança...

Maria Valdina

Como Brasil/Almeida Correia

de centros de formação profissional para os jovens, assistência ao menor carente em seu próprio lar, centros de recreação em horário integral, restabelecimento da cultura nos programas de televisão, revistas e filmes, para entrar a promoção da parcerias da violência, condenação às FEBEM e FUNABEM como entidades que preferem chamar de "criança", ao invés de "menor", reconhecendo no terreno jurídico, através da transformação da criança em sujeito de direito, independentemente do fato de ela pertencer ou não a uma família.

O Presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso explica como se dará essa transformação, caso a proposta do artigo técnico seja aprovada. Segundo ele, no sistema jurídico brasileiro, o direito da criança está incorporado ao direito da família. É uma espécie de direito agregado, tutelado pela figura do pátrio poder, que

de criança abandonada, com estado de abandono ou não, não dispõe de nenhuma lei, nem mesmo da Constituição, que diga que ela seja sujeito de direito.

O Código de menores define a sua situação como irregular e determina o seu acolhimento através do juiz de menores, ouvidor ou curador. Assim, a criança abandonada tem no direito do juiz a fonte do seu direito. Neste espaço de vida em que ela já não abandonou até que se submeta à tutela judicial, ela simplesmente não tem direito.

O conceito de abandono — protergia Nelson Aguiar —, neste caso, é o mais elástico possível. Não é da família, que já não existe para ela, não é da sociedade, que não a assume, e não é do Estado, que a marginaliza. Ela é uma espécie de filho de ninguém, que existe de fato, mas que de direito não existe.

"Se aprovada nossa proposta no Constituinte a ser elaborada, a criança passará a ser sujeito de direito, independentemente de existência ou não de uma família. Com isso, cessará o estado, na futura Constituição, a obrigação da sociedade e do

Estado de responder pela garantia do direito da criança. O que não queremos, na verdade, é criar, no texto da Constituição, o instituto do direito da criança, segundo o preceito da Declaração Universal dos Direitos da Criança" conclui.

Vergonha Nacional — Um país com um terço de sua população infanto-juvenil

Mas, todos sabemos a quantas andam o ensino, a educação e a escola no Brasil.

Esta não dispõe de estrutura suficiente para atender a todos, mantê-los durante, pelo menos, 6 horas e educá-los integralmente, preparando-os para o exercício de uma profissão adequada ao desenvolvimento do País.

Mas a pobreza ainda é a grande campê na saga das crianças carentes porque dela decorrem as demais carências e dela se geram as deficiências nutricionais, habitacionais e educacionais. Isto sem se falar nas carências emocionais e indispensáveis do afeto, da amizade e do amor. Crianças ainda transcorrem fora pelo redor da CPI do Menor, que foi presidida pelo deputado Carlos Santos, dardamos aqui um perfil biopsicossocial de crianças e jovens que crescem na pobreza, descrito no relatório do Conselho Nacional de Higiene Mental

"O Estado não pode nem deve ser o executor de qualquer política em favor da criança, mas sim o dever de apoiar técnica e financeiramente a sociedade atenta ao menor."

magistralmente enfrentará, no futuro, os maiores problemas sociais do mundo, inclusive no tocante à criminalidade, já alertava o então Deputado Manoel de Almeida, em seu relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o problema da criança e do menor carente no Brasil (1976). "Assim, a demografia de uma situação que vem adquirindo proporções de calamidade nacional", as conclusões da CPI apontavam na direção da responsabilidade do Poder Executivo em atender, agora e já, as exigências prioritárias de sobrevivência da infância da juventude desassistida de Brasil.

Decorridos 10 anos, as medidas preconizadas pela CPI, inclusive um projeto de excelente conteúdo e maturo, o Projeto Dom Bosco, parecem ter sido esquecidas nas gavetas do Executivo. Pelo menos, o saldo desse anos não tem sido nada positivo: o abandono de crianças continua sendo um dos maiores desafios que o País tem de enfrentar.

Referindo-se às crianças que vivem em completo abandono, juiz e, que não têm casa, família, amigos, vivem inicialmente se deslocando pelas ruas, o Constituinte Nelson Aguiar diz o seguinte: São 7 milhões de crianças expostas à ação da fome e da criminalidade nos mais diversos aspectos, como a prostituição comercializada, contrabando para o estrangeiro, trabalhos irregulares, uso e tráfico de drogas, exploração por margens aquilinhadas, ação das revistas e dos filmes obscenos, violência policial, entre, à ação de perseguição de toda ordem. E toda esta estrutura de criminalidade não tem da qual está o menor.

A desorganização da família, em decorrência da pobreza e da rápida mudança de

"A pobreza absoluta é a grande sementeira de crianças abandonadas porque dela decorrem as demais carências e dela se geram as deficiências nutricionais, habitacionais e educacionais."

dos Estados Unidos, que estudou o problema em profundidade, em 1970: "Pobreza significa que milhões de crianças são vítimas de fome, de negligência, de desnutrição, que podem prejudicar o desenvolvimento físico e intelectual e minar a confiança da criança nos pais e no mundo em que ela vive; significa um lar com muitas pessoas comprometidas dentro dele, e um lar miserável, que pouco ou nada oferece para que se possa superar as potencialidades circunscritamente reduzidas da criança; significa a vida numa vizinhança que provavelmente oferece poucas oportunidades para um bom desenvolvimento, para a intimidade pessoal ou segurança, mas muitas oportunidades para perigo, brutalidade e exposição a comportamentos desviados; significa um apagar de esperanças e perspectivas, em sentimento de exclusão e rejeição, um senso de todo por causa da negligência, ou a entrega ao abandono e à fuga."

Figura 64 – Os filhos de ninguém. *Jornal da ANC*, 1 a 7 de Junho de 1987, nº 1, p. 9.

Percebe-se como o espaço da ANC foi também um meio de apresentação e circulação de figuras e narrativas que faziam parte de todo um imaginário social que cindia diferentes crianças e percepções sobre a infância. Como espaço de poder, atravessado por relações de força que barganharam a manutenção de alguns privilégios em prol da abertura de algumas pautas políticas e a definição de novos direitos reivindicados e propostos pela sociedade civil organizada, a ANC pode ser lida não somente como um ponto de costura e elaboração de um tempo novo para a sociedade brasileira, mas também como um dos elementos ou instrumentos por meio dos quais muito do imaginário social e político pré-existente, associado a várias práticas discursivas e não discursivas, se fez presente e lutou por sua manutenção.

Afinal de contas, enquanto espaço de poder, a ANC foi disputada em todas as frentes desde o segundo dia de sessão quando da eleição de Ulisses Guimarães (PMDB-SP) como seu presidente com 425 votos, ficando claro o quanto o PMDB queria dar as cartas naquele espaço e exercer o maior controle sobre as comissões e submissões, principalmente aquelas consideradas mais estratégicas sobre temáticas estruturais como regime de governo (o debate sobre parlamentarismo e presidencialismo gerou cisões de todo tipo), ordem econômica e reforma agrária.

Partido	Nº de constituintes
Partido Movimento da Democracia Brasileira - PMDB	303
Partido da Frente Liberal – PFL	135
Partido Democrático Social – PDS	38
Partido Democrático Trabalhista – PDT	26
Partido Trabalhista Brasileiro – PTB	18
Partido dos Trabalhadores – PT	16
Partido Liberal – PL	7
Partido Democrata Cristão – PDC	6
Partido Comunista Brasileiro – PCB	3
Partido Comunista do Brasil – PC do B	3
Partido Socialista Brasileiro – PSB	2
Partido Social Cristão – PSC	1
Partido Municipalista Brasileiro – PMB	1
Total: 13	Total: 559

Tabela 1 – Bancadas na ANC 1987-1988. Composto pelo autor a partir de informações do CPDOC-FGV.

Ao longo do processo, o governo Sarney exerceu muita influência no jogo político, articulado a setores empresariais que se incomodavam com o andamento dos debates e a definição de uma pauta ampla de direitos sociais e a possibilidade de maior interferência do Estado na economia.

A participação social foi orquestrada a partir de dois dispositivos: a) a realização de audiências públicas; b) a iniciativa popular que abria a possibilidade para que se apresentasse emendas ao projeto de Constituição, desde que fosse comprovado o apoio de 30 mil eleitores e o respaldo de três instituições sociais. Além disso, organizações sociais, câmaras de vereadores, assembleias legislativas e tribunais poderiam encaminhar propostas e sugestões.

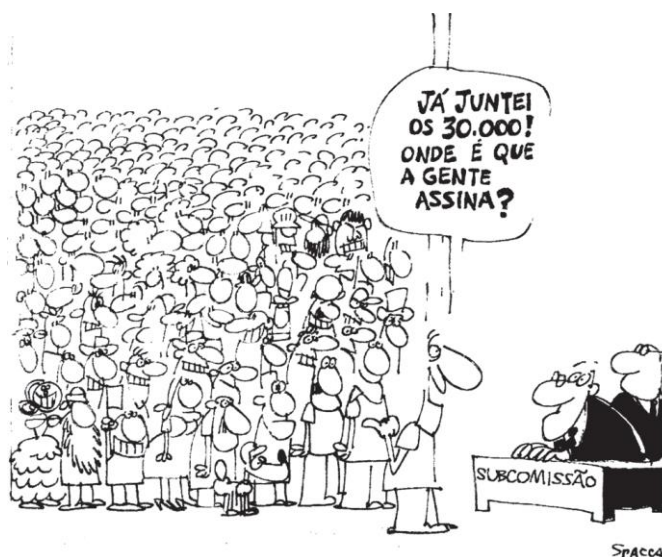


Figura 65 – Participação popular na ANC 1987-1988. Folha de S. Paulo, 25 de maio de 1987. Reproduzido em *A sociedade no parlamento*. Acervo: Câmara dos Deputados, Brasília, 2008, p. 79.

A ANC foi organizada a partir de um modelo considerado inovador com base no trabalho de comissões e subcomissões. Foram formadas oito Comissões Temáticas (CT) e uma Comissão de Sistematização (CS), observando-se a proporcionalidade partidária. Com exceção da CS, cujos integrantes foram definidos pelos líderes dos partidos, cada constituinte tinha direito a uma vaga de titular e a outra de suplente.

Depois de instaladas, as comissões se dividiram em três subcomissões, sendo neste nível dado o início ao debate das matérias constitucionais. Depois que as subcomissões elaboraram seus anteprojetos, uniram-se às outras duas convizinhas da CT ascendente, visando a elaboração de novo anteprojeto. Os textos das oito comissões foram encaminhados para a Comissão de Sistematização, a fim de que a partir do trabalho de redação e revisão na norma legislativa se pudesse compor um único projeto constitucional. Por fim, este projeto de Constituição seria enviado para votação em dois turnos, no plenário.⁵⁴⁷ Portanto, o trabalho da ANC foi organizado em quatro etapas: o trabalho nas subcomissões; nas comissões temáticas; na Comissão de Sistematização e no Plenário.

À temática sobre criança e adolescente foi dedicada uma Subcomissão da última Comissão Temática definida na ANC, o que permite pensar sobre a centralidade ou não daquele tema. Por efeito não meramente retórico, o que já não seria pouco problemático, ocorreu que este tema foi relegado a um número reduzido de discussões, se considerada a sua centralidade afirmada na imprensa da época e na própria propaganda estatal por meio da revista *Brasil Jovem*.

O presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso foi o constituinte Nelson Aguiar (PMDB-ES) e o relator, Eraldo Tinoco (PFL-BA) e também vinculado à Igreja Assembleia de Deus. Foram realizadas oito reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária, ocorrida na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Apesar de reconhecerem a importância da participação de entidades de defesa de direitos, havia regra de que não se convidasse diretamente expositores, a fim de evitar favorecimentos. Por isso, em tese, não seriam realizados convites formais às entidades, deixando-se que todas aquelas que tivessem interesse no debate se somassem às sessões, voluntariamente.⁵⁴⁸

⁵⁴⁷ Toda a descrição sobre a ANC está muito próxima àquela que se pode ler no CPDOC-FGV, redigida com a colaboração de André Magalhães Nogueira. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>. Acesso em 25 de fev. 2020.

⁵⁴⁸ O levantamento de uma considerável parte das informações sobre as audiências nas comissões e subcomissões da ANC foi feita a partir de livro organizado pela Câmara dos Deputados em 2008, alusivo aos 20 anos da Constituição Federal de 1988. Portanto, cf. BACKES, Ana Luíza. *A sociedade no parlamento: imagens da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988*. Organização e seleção de textos e Ana Luíza Backes e Débora Bithiah de Azevedo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara 2008, 243 p.

Contudo, essa orientação sobre não privilegiar instituições específicas, convidando-as, somente foi seguida parcialmente. Vinícius Wohnrath indica que a visita do presidente da ANC, Ulisses Guimarães, à Subcomissão ocorreu às vésperas da audiência com D. Luciano Mendes de Almeida. Isto deixa perceber a força dos católicos naquele espaço, pois foi o próprio presidente da Subcomissão, deputado Nelson Aguiar, quem telefonou pessoalmente à CNBB. Assim, se, por um lado, era vetado convidar diretamente expositores, tal conduta do presidente não foi criticada, pois a presença do bispo naquele espaço foi vista como algo “natural”: “Sua participação foi cercada de reverências. Mobilizou parlamentares importantes, que foram à Subcomissão exclusivamente para prestigiá-lo. É o caso do sen. Ronan Tito, que dois anos mais tarde apresentaria o projeto de lei convertido no Estatuto da Criança e do Adolescente”.⁵⁴⁹

Para analisar as divisões na ANC, Wohnrath lança mão de dados comparativos sobre as subcomissões da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária e da Família, do Menor e do Idoso, para refletir sobre incidência dos partidos e interesses na temática.

A subcomissão da Reforma Agrária era expressivamente maior em número de parlamentares e de partidos. Na prática, mostra como os temas de sua alçada geraram maior mobilização. Antes de tudo, a estrutura agrária guarda íntima conexão com os grupos de poder mais estabelecidos no Estado brasileiro. Noutro sentido, **é significativo que duas cadeiras de titularidade tenham ficado vagas na Subcomissão do Menor.** Não houve interesse por parte das legendas, especificamente do PT e do PFL, em preenchê-las. No caso dos liberais, ¼ ficou vago; já os petistas abdicaram da sua vaga. Enquanto isso, a questão agrária foi alvo de lutas pela inserção de parlamentares além dos inicialmente previstos.⁵⁵⁰

Para notar um rápido perfil dos membros da subcomissão, é preciso considerar a seguinte quantificação: “dos dezoito membros titulares da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, oito pertenciam a movimentos religiosos, católicos e evangélicos, notoriamente contrários à legislação do aborto e ao uso de métodos anticoncepcionais alternativos, não naturais”.⁵⁵¹

A CNBB também participou ativamente dos debates no interior da Subcomissão, uma vez que reconhecia o valor daquele espaço como sendo fundamentalmente estratégico e para o qual deveriam convergir pelo menos uma parte dos esforços empreendidos na CF. Assim, vê-

⁵⁴⁹ WOHNATH, Vinícius Parolin. Duas dinâmicas, dois resultados: a Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988. *Pro-posições*, v. 28, n. 3, Set/Dez. 2017, p. 261.

⁵⁵⁰ Idem, p. 249.

⁵⁵¹ O levantamento de uma parte considerável destes dados foi realizado em publicação da Câmara dos Deputados com os Anais da ANC 1987-1988. Cf. BACKES, Ana Luíza; AZEVEDO, Débora Bithiah de; ARAÚJO, José Cordeiro (org.). *Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009, p. 616.

se toda uma capilarização das formas de resistência ao modo como o tema do menor foi sendo trabalhado, dando a oportunidade de pensar não somente as múltiplas forças em jogo, mas fundamentalmente a pluralidade de abordagens e sentidos conferidos ao problema do menor.

Toda a CF contribuiu paradoxalmente para a crítica da situação de abandono das crianças e adolescentes pobres, mas também para reforçar o conceito-imagem do infrator. Portanto, tratava-se de uma ação não exatamente contraditória e claudicante, mas mais que isto. Era uma ação que mobilizava um certo repertório político e semiótico. Não foi à toa que a participação mais efetiva da CNBB se deu nos debates em torno do tema planejamento familiar, bem como sobre a temática polêmica do aborto, não gerando nenhum posicionamento efetivamente crítico e propositivo para o Plenário, mas reforçando leituras sobre a relação sexual, sexualidade e reprodução que muito mais dizia sobre um passado a superar do que a respeito de um futuro equitativo a construir nas relações de gênero.

Esta postura deu-se frente ao movimento feminista que se fez presente na ANC por meio de mulheres como Eleonora Oliveira, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que, no debate com Daniel Barbato, representante do Movimento Pró-Vida, demarcou as posições distintas no que se referia às relações de gênero e direitos reprodutivos. Apesar de ter sido um assunto que dominou os debates na 9ª Reunião, como em outras anteriores, “a questão da legalização ou proibição do aborto acabou não sendo contemplada no anteprojeto do relator, já que a maioria dos constituintes considerou que o assunto estava fora do escopo das matérias de natureza constitucional e deveria ser tratado pela legislação ordinária”.⁵⁵²

O tema do menor apareceu em duas audiências públicas, sendo que a primeira delas foi a 11ª Reunião da Subcomissão, realizada em 4 de maio, com a participação de Alda Marco Antônio (representante da Secretaria do Menor do Estado de São Paulo), Ana Maria Wilhelmn (da Coordenação da Comissão da Creche do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM) e Fúlvia Rosemberg (representante da Fundação Carlos Chagas). O segundo momento em que se discutiu a questão foi na 12ª Reunião, realizada em 5 de maio. Nesta, a atividade foi dividida em duas partes. Na primeira ouviu-se os representantes do Estado – LBA e FUNABEM – e na segunda parte tomaram a palavra os representantes da sociedade civil, o padre Bruno Sechi (representando o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR) e Carmen Craidy (em nome do Movimento Criança e Constituinte).

Como espaço de participação plural, a Subcomissão foi marcada pela tentativa de influenciar o processo da Constituinte não somente para assegurar e ampliar direitos às crianças

⁵⁵² Audiências públicas na ANC, op. cit., p. 621.

e adolescentes para além do que o Código de Menores de 1979 havia definido. Buscava-se ir além, mobilizando todo o arsenal teórico e político produzido no panorama nacional e internacional, pois estava em pauta a discussão sobre a proteção integral⁵⁵³ às crianças e adolescentes, o que se inscreveria em 1989 na Convenção sobre os Direitos da Criança, cujo processo de construção estava em curso. No plano interno, a emergência do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em 1985 havia posto um ator importante no debate, pois tinha capilaridade política relevante por meio do trabalho de educação de rua, mobilizando comunidades, educadores, setores da educação e assistência às infâncias, assim como incidindo em espaços importantes para a definição das políticas públicas.

Obviamente que as limitações eram grandes ainda, uma vez que o processo de distensão política sofreu vários recuos e a sociedade civil necessitava de maior espaço institucional para ter suas reivindicações aceitas. De todo modo, o movimento conseguiu levar dezenas de pessoas para participar das atividades em Brasília. Algumas fotografias permitem pensar sobre essa mobilização de instituições e pessoas, entre elas as próprias crianças que se tornavam não somente objeto do debate, mas partícipes daquele espaço que, se ainda não era decisório, tinha importância singular naquele momento da história política do país.

Na 11ª reunião da Subcomissão, realizada em 4 de maio de 1987, a participação de Evanir dos Santos, representando a Associação dos ex-alunos da FUNABEM, seria marcada pelo debate sobre a questão do menor no país articulada a aspectos que ele considerava não somente conjunturais, mas mais profundos, uma vez que considerava tal problema como estrutural na sociedade brasileira:

Temos que compreender que no país temos duas infâncias: uma é a criança; criança lourinha, dos olhos azuis, toma leite Ninho, usa fralda Johnson e brinca com brinquedos Estrela, basta ligar a TV Globo. Essa tem todas as garantias sociais, serão os futuros dirigentes da pátria. E temos outro segmento dessa população, que é considerado o menor, eles não são crianças. Geralmente são negros, mulatos ou descendentes de nordestinos mestiços filhos de favelados, das pessoas sem-terra ou desempregados. Esta é a grande

⁵⁵³ Sobre as diferenças entre “doutrina” (os autores optam pelo termo “teoria”) da proteção integral e doutrina da situação irregular, cf. REIS, Suzete da Silva & CUSTÓDIO, André Viana. Fundamentos históricos e principiológicos do direito da criança e do adolescente: bases conceituais da teoria da proteção integral. *Justiça do Direito*, v. 31, n. 3, p. 621-659, set./dez. 2017.

questão que temos que discutir no país. Tem a criança, que é filha da classe dominante, e tem menores, filhos da classe operária.⁵⁵⁴

Evanir havia sido interno do antigo SAM. Sua história de vida foi marcada não necessariamente pelo abandono, mas por uma institucionalização forçada devido ao ostensivo e violento policiamento no Rio de Janeiro dos anos 1960. Ele era filho de uma camponesa que, segundo seu relato, foi duramente explorada nos canaviais de Campos. Posteriormente ela foi trabalhar na cidade grande, onde conheceu um baiano por quem se apaixonou e do qual ficou grávida. Por conta disso foi expulsa do emprego por sua patroa, encontrando na prostituição uma forma de ganhar a vida. Até por volta dos três ou quatro anos Evanir foi criado pela mãe no “prostíbulo” onde ela trabalhava, mas foi então que “o Estado achou que eu estava abandonado e fui raptado e levado para o SAM”, conta ele. Em um momento do seu relato, prossegue: “Vivi no SAM o pão que o mestiço amassou com o rabo. Vivi na FUNABEM a mesma coisa”.

A história de Evanir articulava-se às muitas outras histórias de meninos negros como ele que foram perseguidos pela polícia e institucionalizados pelo Estado desde pequenos como medida socialmente profilática na ordem de um discurso racista. O seu depoimento se efetuou na reunião em um momento em que se debatia sobre “planejamento familiar” no Brasil, pois durante a sua fala houve uma tensão entre ele, na condição de expositor, e o constituinte Eraldo Tinoco, relator da subcomissão. Divergiram no tocante a este tema porque, de acordo com Evanir, o discurso em torno do planejamento familiar não buscava compreender e atuar na base do problema da marginalização de menores no país, pois, de acordo com suas palavras, “não se resolve o problema do menor abandonado fazendo um planejamento familiar. Isto é tapar o sol com a peneira”. Logo no início de sua fala havia contextualizado sua desconfiança em relação a uma política de planejamento familiar porque essa soaria muito mais como um perigo do que como solução uma vez que

por trás da justificativa do planejamento familiar [...] existe uma intenção racista. Na própria Europa se fala muito sobre isso de reduzir o nascimento no Terceiro Mundo na Ásia, na África e na América Latina. Justamente a população que mais cresce é a dos negros e mestiços”, e arrematou do seguinte modo: “Na medida em que a estrutura social não consegue distribuir seus ganhos e seus lucros para essa população, se essa população continuar a crescer, ela poderá ser uma ameaça do *status quo*.”⁵⁵⁵

⁵⁵⁴ Atas das Comissões, *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988*. Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, Câmara dos Deputados, p. 133.

⁵⁵⁵ Idem, p. 140, grifo na transcrição original.

O pressuposto que se poderia apreender da fala de Evanir era de que efetivamente uma proposta de planejamento familiar deste tipo teria um forte conteúdo racista e classista, pois partia do pressuposto de que pobres não poderiam ter mais do que uma quantidade X de filhos, considerada, pelos grupos economicamente dominantes, suficiente para ocupar as funções no mercado, ofertando a única coisa que detinham: a força de trabalho. Portanto, planejamento familiar deveria ser algo visto com cuidado a fim de que não reiterasse as desigualdades da sociedade brasileira, pois para aquele ex-interno da FUNABEM que havia se tornado educador, “a questão do menor não é uma questão conjuntural, se fosse teria sido resolvida em 1964, quando se criou a FUNABEM – ela é uma questão estrutural”.⁵⁵⁶

Ao dizer que “a questão do menor tem uma problemática em seu bojo muito séria, que nesta sociedade tenta-se esconder, que é o racismo”, ele construiu toda uma contextualização sobre a Lei do Ventre Livre de 1871. Indicou como no período imperial as crianças foram tratadas sem o devido reconhecimento de suas necessidades, não sendo a lei de 1871 uma efetiva transformação naquelas relações, uma vez que senhores de escravos continuaram usando o trabalho infantil, pois tal lei instituiu a obrigatoriedade que as crianças e jovens trabalhassem até os 21 anos de idade para obter a libertação.

A eloquência, o modo incisivo e argumentativo como Evanir se posicionou foi objeto de aplausos em diferentes momentos da reunião. Interlocutores como a então presidente da FUNABEM, Marina Bandeira, confirmavam o tipo de crítica feito por Evanir ao dizer, por exemplo, que o número de meninos negros em processo de internação realmente girava em torno de 90%. Ela também falava sobre o alcance social do estigma do menor superando o trabalho realizado pela instituição, pois efetivamente essa má fama do sujeito e da instituição se dava em função de um número mínimo de adolescentes institucionalizados que cometiam infrações, pois a grande maioria estava em situação de abandono, outros 10% era composto por órfãos. Tal amplificação da visibilidade dos “infratores”, de acordo com ela, se dava em função de algumas brigas e fugas noticiadas pelos meios de comunicação. Contudo, “não critico a imprensa”, dizia Marina Bandeira na Subcomissão, “porque compreendo que isso daria manchete, ao passo que a rotina de um trabalho dificilmente consegue chegar às manchetes da imprensa”⁵⁵⁷, o que mostra o que a própria responsável pela instituição pensava sobre o sensacionalismo jornalístico ao noticiar casos como o de Wilsinho Galiléia.

⁵⁵⁶ Idem, p. 140.

⁵⁵⁷ Atas das Comissões, p. 163.

A fala de Evanir se realizou em dois momentos, pela manhã e durante a tarde, pois no primeiro turno a atividade foi encerrada às 12h30 e retomada pelo presidente da Subcomissão às 17h30 seguindo até às 19h40.

Um ponto central no modo como ele construiu sua participação foi a estratégia de se posicionar criticamente sobre quatro enfoques, ao menos: a) compreensão do problema do menor como questão estrutural, em relação à qual deveriam ser feitos esforços no sentido de reconhecer e reconfigurar processos de longo alcance, através, por exemplo, da reforma agrária e de uma efetiva reforma tributária; b) colocação do racismo como elemento substancial na construção da diferença entre os termos menor e criança, somado a processos vinculados ao consumo e acesso aos meios de comunicação de massa; c) crítica à ideia de família concebida pela classe dominante composta por pai, mãe e filhos como modelo para toda a sociedade brasileira, não reconhecendo outros arranjos ou composições familiares que não seguiam tal prerrogativa, a exemplo das famílias chefiadas por mulheres; d) crítica da ideia de que por meio de uma nova Constituição seria possível alterar consideravelmente as estruturas às quais ele se referia, pois seria necessário o empenho em conjunto de forças políticas e sociais, representadas por movimentos e grupos organizados que não estavam ali representados. Assim, se a ANC era um espaço estratégico, por outro lado ela não poderia ser vista ingenuamente como um tipo de panaceia.

Pelo modo como as discussões se desenvolveram no âmbito dessa Subcomissão pode-se avaliar que aquela emergiu como um espaço onde o conceito-imagem do menor infrator foi questionado, desconstruído, desmontado como peça de toda uma maquinaria política de atualização ou reforço de preconceitos e modos de exercer governo sobre os corpos das crianças pobres do Brasil, baseando-se em critérios de raça, classe, gênero e geração. Diferentes falas contribuíram nesta direção, a exemplo da de Ana Maria Wilhelm que, dialogando com as argumentações de Evanir, solicitou que aquela Subcomissão tomasse em conta o estigma que estava presente na terminologia “menor”. Relatou que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o grupo que conduzia a campanha Criança e Constituinte estava ciente dessa questão e tinha deliberado pela utilização dos termos “criança” e “adolescente” como forma de propor uma mudança no vocabulário social sobre a questão. Disse ainda que a opção pelo uso desses dois termos justificava-se pela tentativa de “abraçar todos os cidadãos menores de 18 anos”.

Se diferentes participantes se mostraram dispostos a contribuir no debate, efetivamente foram as exposições de Evanir que se destacaram tanto por sua estratégia combativa, embora não agressiva nem polêmica, como também pelo seu lugar de enunciação (conferindo autoridade e sensibilidade à narrativa oral) de abordar o tema do menor naquele espaço. Ele

problematizou os modos como o Estado lidava com a questão em falas como a seguinte: “Se o Estado atendesse a todas as necessidades de garantias sociais para essas crianças, não teríamos menores. O menor seria condição jurídica da delinquência e que julgaríamos, tanto os da classe alta quanto os da classe baixa. Dentro da FUNABEM não tem ninguém de classe média. E pelo que me consta a classe média também delinque”.

Eram pronunciamentos que desconfiavam do senso comum assentado até mesmo em posicionamentos de políticos, jornalistas, entre outros, os quais Evanir combateu frontalmente: “Não existe o problema do menor no Brasil, mas sim uma sociedade onde 3% da população ficam cada vez mais ricas e a grande maioria da população fica cada vez mais pobre. Enquanto a estrutura for esta teremos não só 36 milhões; porque em 1976, numa CPI feita nesta casa, sobre o problema do menor, havia 25 milhões, hoje, quase 11 anos depois, já são 36, daqui a mais 10 anos vão ser 60 milhões. Enquanto não mudar essa estrutura este problema vai continuar existindo” (seguiram-se aplausos).

Portanto, se Evanir denunciava que no Brasil existiam duas infâncias distintas, pertencentes a espaços e campos sociais muito específicos e estratificados por divisões de classe e raça, principalmente, podemos pensar como sua contribuição no âmbito da ANC, somada aos esforços de outros participantes, atingiu frontalmente aquela concepção não somente adultocêntrica – o que não seria pouco nem banal –, mas profundamente racista condensada na categoria “menor”. Se tenho argumentado sobre o campo de forças em que tal conceito-imagem emergiu e o estatuto de sujeito que a partir dela se fabricou, a fala de Evanir demonstra isto de maneira cabal, na medida em que a criança lourinha, de olhos azuis e que consumia leite ninho, que usava fraldas da marca Johnson e brincava com os produtos da Estrela, assistindo a TV Globo, pertencia ao universo da infância hegemônica. Por sua vez, noutra segmento da população tinha-se o menor, que não era considerado como criança, geralmente negro, “mulato” ou descendente de nordestinos e mestiços, filho de habitantes de favelas, sem-terras ou desempregados.

Às primeiras foram garantidos bens materiais e simbólicos que as colocaram na condição de promessa para o país (veja-se o lema do governo militar nos anos 1960: “Brasil Jovem é a base do futuro sem fronteira”) e dirigentes da pátria. Às outras foi imposta a imagem da negação como efeito de um profundo mal-estar em relação àqueles corpos, gestos e culturas que não foram moldadas a partir dos critérios anteriormente expostos. As marcas dessa distinção agenciaram procedimentos diversos, como disse Evanir: “Os senhores têm dois segmentos muito claros quando falamos do atributo da criança, falamos de uma discussão sob o ponto de vista da educação. Quando falamos na discussão sobre o menor sob o ponto de vista

da criminalidade, falamos da ordem das penalidades”. Portanto, àqueles corpos ingovernados e ingovernáveis se apresentaria a alternativa da morte, física e/ou simbólica, materializada diariamente por meio de diferentes tecnologias diretas e indiretas que poderiam ser expressas por dois outros termos equivalentes: a indiferença criminoso e o policiamento fascista.⁵⁵⁸

Apesar de ter sido criada para superar o problema do menor infrator e possibilitar a ressocialização daqueles meninos, a FUNABEM contribuiu paradoxalmente para reforçar no imaginário da sociedade esta imagem estigmatizadora, pois, para Evanir, um dado “curioso” era que “a grande maioria deles não era delinquente, quando menor. Por força do estigma ele acaba sendo empurrado para a marginalidade” de diferentes formas, sendo que a impossibilidade de conseguir um emprego depois de sair da FEBEM era um dos mais fortes fatores nessa dinâmica.

A entrada na instituição e no sistema montado pela PNBEM em 1964 funcionava como condenação para aqueles meninos, pois “na medida em que penetram na Funabem, são considerados delinquentes em potencial. Aí é que está o ‘X’ do problema”. De acordo com Evanir, quando o garoto ganhava o diploma da instituição, ao entrar em uma empresa, ser encaminhado para o Departamento de Seleção e mostrar tal documento, era mandado ir noutro dia, sendo informado, nesse retorno, que a vaga já havia sido preenchida. Ou seja, os egressos da FUNABEM-FEBEM sofriam antes, durante e depois do processo de internação, sendo impedidos de construir suas trajetórias a partir de outras escolhas e oportunidades, uma vez que o próprio campo de possibilidades e interações se limitava bastante em função do conceito-imagem que se encarnava em sua própria carne para identificá-los como menores infratores ou potencialmente delinquentes. Nas palavras de Evanir: “Este estigma do menor bandido, menor assassino, de menor perigoso é um estigma que a sociedade dá aos da Funabem! Lá dentro encontraremos uma minoria muito pequena que poderia ser classificada como de menores de alta periculosidade”.⁵⁵⁹

Outro acontecimento importante na condução dos trabalhos da Subcomissão foi a presença de crianças que faziam parte do MNMMR, coordenado pelo padre Bruno Sechi, da Arquidiocese de Belém do Pará. Naquele momento tal movimento se fazia presente em cerca de 70 municípios do país, tendo surgido em 1985 a partir do “intercâmbio de experiências, as

⁵⁵⁸ Tais debates apontam para a problematização da política penal e das formas de ressocialização de infratores. Considerando-se a amplitude do debate e as perspectivas antipunitivistas, abolicionistas e da justiça restaurativa, cf. ACHUTTI, Daniel. Justiça restaurativa no Brasil: Possibilidades a partir da experiência belga. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, pp. 154-181, jan-abr. 2013. Para uma introdução ao abolicionismo penal, cf. PASSETTI, Edson. Ensaio sobre *um* abolicionismo penal. *Verve*, São Paulo, n. 9, pp. 83-114, 2006.

⁵⁵⁹ Idem, p. 145.

mais diversificadas, mas que se descobriu que tinham elementos comuns, princípios comuns, atitudes fundamentais comuns, experiências que existiam em toda parte do Brasil” do Norte ao Sul, conforme depoimento do padre à Subcomissão, respaldando sua fala em seus 16 anos de experiência no trabalho com meninos e meninas em situação de rua através do Movimento da República do Pequeno Vendedor, também localizado em Belém do Pará.⁵⁶⁰

Em maio de 1986 o MNMMR havia organizado um grande evento intitulado *I Encontro sobre Meninos de Rua*, realizado em Brasília com representantes de diferentes regiões.⁵⁶¹ Parecia claro a todos e todas que ali estavam que o espaço da Subcomissão era estratégico para a construção de uma agenda pública. Naquele cenário, o Movimento soube imprimir uma diferença importante por meio da participação das próprias crianças e adolescentes que ali puderam tomar a palavra diante da mesa e dos constituintes. Foram três participações que ocorreram juntamente com a do padre Bruno Sechi, sendo a menina Luzimar e os meninos Argemiro e Orlando alvos de observação e aplauso dos presentes.

A MENINA LUZIMAR: – Quero falar, primeiro, da violência da cidade satélite do Gama. Como nós sabemos, violência gera violência. E a violência está gerando das polícias mesmo, porque a polícia pega a criança, pega o menor, coloca na DM, e a tortura. E de lá, eles vêm revoltados, se jogando no mundo da droga. Então para isso não acontecer, nós estamos pedindo, fazendo um apelo, para não vivermos num mundo de violência, porque no Gama está demais. As meninas estão se prostituindo, porque a maioria das pessoas que se prostituem é porque não tem pessoas para as aconselhar. Então, nós estamos precisando muito de pessoas que nos aconselhem. A falta de organização do Gama está demais. As escolas, também não têm condições para se estudar, nos colégios do Gama, principalmente no Centro 9. Nós não temos condições de estudar, e sem isto não iremos ter futuro, porque sem futuro teremos a igualdade de todo o mundo (sic). As escolas particulares têm que ser iguais às escolas públicas também. Porque assim, não teremos futuro deste jeito, porque nós não vamos ter condições de estudar. Como teremos futuro, se não temos condições de estudar? E sem estudo ninguém é nada. Aí está meu apelo, mais para o estudo, porque o que se quer é chegar aonde vocês chegaram, onde vocês estão. É só isso. (Palmas).⁵⁶²

O cenário em que tal enunciação se deu não determinava explicitamente a forma e o conteúdo dos pronunciamentos das crianças ali presentes, mas de toda forma definia (im) possibilidades sobre o que falar ao tomar a palavra em meio a olhares e expectativas diversas. Neste caso quem tomou a palavra foi uma menina de 12 anos de idade. A própria presença

⁵⁶⁰ Atas das Comissões, p. 164.

⁵⁶¹ Uma leitura crítica e relevante acerca da categoria “meninos de rua” por meio da análise sociológica das condições sociais, institucionais e as tramas que geram o abandono e a situação de rua, pode ser vista no trabalho de Maria Filomena Gregori e Cátia Aida Silva. Cf. GREGORI, Maria Filomena & SILVA, Cátia Aida. *Meninos de Rua e instituições - tramas, disputas e desmanche*. São Paulo: Contexto, 2000.

⁵⁶² Idem, p. 152.

daquelas crianças no Anexo II do Senado colocava os constituintes noutra condição discursiva e política. Teoricamente eles estavam ali na condição de definidores dos direitos sociais que poderiam ser usufruídos, posteriormente, por aqueles indivíduos reconhecidos a partir dali como “sujeitos de direitos”, considerando-se as promessas e os conteúdos políticos expressos na ANC para a “Nova República”. Todavia, como questiona Ana Lúcia Heckert,

em um capitalismo de produção, no qual a fabricação da infância ocupou um lugar fundamental, inventamos um sujeito de direitos com a condição de cumprir primeiramente seus deveres de cidadão para, posteriormente, fazer uso de seus direitos por meio do acesso às políticas estatais que viabilizariam a reprodução da força de trabalho.⁵⁶³

O discurso da pedagogia do trabalho, articulado com o da garantia de direitos foram mobilizados de diferentes modos, mas pode-se lê-los também como novas formas de captura e normalização das infâncias. Até porque a crise do capitalismo na década de 1970 e a sua reconfiguração no que diz respeito ao consumo e ao capital financeiro apontaram outros lugares para a infância, segundo Heckert, “não podemos esquecer que essa crise do capitalismo se efetuava no justo momento de acirramentos das lutas sociais por acesso aos direitos sociais; grande parte desses direitos estava vinculada à defesa do cuidado com a infância”. Naquele contexto, portanto, “a narrativa que se forjava [...] postulava ascender a criança ao estatuto de sujeito de direitos, e não apenas objeto passivo da ação dos adultos”. Foi justamente em torno desse novo sujeito que se criou “uma rede de políticas estatais, e também [se] constituiu a infância como consumidora de bens”.⁵⁶⁴

Nesse cenário de transformações, Luzimar participou da reunião na condição de uma menina que assumia o lugar de alguém a ser “aconselhado”, pedindo um “conselho”, o que parece de algum modo atualizar o tipo de discurso que atravessou a imagem da menina e do idoso na frente do Congresso Nacional, mirando o quadro de Pedro Américo em uma encarte. Por outro lado, ela também propõe, aconselha, incide ao seu modo naquele cenário. Mas o que se quer com um conselho? O que quer quem aconselha? De um modo ou de outro, parece que a fala de Luzimar expressa de maneira ambivalente os ensaios de participação política de crianças e adolescentes praticados na sociedade civil entre as décadas de 1970-80. Obviamente, se tratou de uma participação efetuada dentro de um certo enquadramento cultural e político, no qual as próprias condições de definição destas crianças ou de outras não ficam nítidas.

⁵⁶³ HECKERT, *Por uma infância menor*, op. cit., p. 328.

⁵⁶⁴ *Idem*, p. 328.

Entretanto, a presença de tais indivíduos naquele espaço, ocupando outro lugar de sujeito na luta por reconhecimento das especificidades dos direitos de crianças e adolescentes, tem um aspecto singular, tanto pela experiência que se efetivou, como pelo efeito multiplicador que tal presença desencadeou na década de 1990 e nos anos 2000, quando novos movimentos e instituições emergiram, fazendo uso de um imaginário do que foi a ANC e a presença daqueles sujeitos ali.

A seguir, Argemiro, cuja idade não foi informada, tomou a palavra:

O MENINO ARGEMIRO: – Estou representando a cidade de Goiânia aqui. Falarei sobre a situação precária do problema da escola lá. Se a pessoa chegar lá cedo, tem que pegar a carteira primeiro, senão, fica em pé na aula, não terá jeito de escrever. Também há violência lá. As meninas que ficam no centro de Goiânia estão todas grávidas dos policiais, porque vão para a Delegacia e lá são estupradas e apanham. Não somos nós apenas que estamos aqui, mas muita gente de todo o Brasil e iremos fazer um apelo para que os Governadores e Constituintes aqui presentes venham nos ajudar para continuarmos nos estudos e ver o que acontece. Muito obrigado. (Palmas.).⁵⁶⁵

Por meio da fala de um menino percebia-se uma visão sobre a realidade da criança brasileira do momento mediada pela diferença de gênero. Diferentemente da fala de Luzimar, Argemiro questionou a presença de uma forma específica de violência que atuava diretamente sobre o corpo das meninas, possivelmente partindo de experiências com familiares ou amigas que haviam sofrido o estupro e uma gravidez não desejada, mas que gerava a condição para reforçar um ciclo de violações. O poder das polícias sobre o corpo dos menores se materializava de diferentes maneiras, expressando claramente que “a polícia tornou-se, ela própria, um inimigo a ser temido em vez de um aliado a ser respeitado”.⁵⁶⁶ A promoção do estupro como realização de um gozo mediada pelo desejo de posse da existência do outro foi uma das suas expressões mais corriqueiras e cruéis em cenas que a documentação consultada registra. Tal situação lida pela ótica de um menino que, possivelmente, estava entrando na adolescência demonstrava as linhas de força que atuavam no repensar do lugar da heteronormatividade e seus efeitos.

A terceira e última participação naquele momento se deu com duas falas seguidas de Orlando, menino com 14 anos de idade que também representava o movimento coordenado pelo padre Bruno Sechi:

O MENINO ORLANDO: – Eu me chamo Orlando, tenho 14 (quatorze) anos, estou na fase da adolescência e queria falar sobre a situação da moradia em

⁵⁶⁵ Idem, p. 152.

⁵⁶⁶ CARVALHO, *Cidadania no Brasil*, p. 198.

Goiânia do pessoal mais pobre, da classe mais baixa, porque os salários deles são muito baixos, não têm onde morar, invadem os lotes e são espancados pela polícia. Porque não têm apoio sobre moradia, ganham muito pouco e se pagar o aluguel não têm o que comer. Então, eles são humilhados, porque moram nos lotes dos outros e têm que enfrentar a humilhação dos donos-da-casa e então eles invadem os lotes.⁵⁶⁷

Esta primeira parte da fala de Orlando foi levemente interrompida pelo presidente Nelson Aguiar que pediu à imprensa que se afastasse um pouco porque as crianças estavam postas à frente dos senhores/as constituintes. Deste modo, o garoto pôde continuar sua participação do seguinte modo:

O MENINO ORLANDO: – Queria falar, também, sobre o trabalho, porque não assinam carteira de menor, e quando ele chega na fase dos 16 até 17 anos, não tem como ele encontrar serviço, porque está na hora de ser chamado para o Serviço Militar. Queria agradecer aos Srs. todos. (Palmas.)

Embora mais objetiva e articulada com as anteriores, a fala de Orlando parece atualizar a condição da criança como trabalhadora em potencial. Enredado no discurso que desde o início do século XX desenhara esse lugar para a criança, sendo o labor infantil um modo de adestrá-la e treiná-la melhor para a vida em sociedade – salvaguardando-a dos “perigos das ruas” e dos “maus costumes” –, o menino Orlando assume esse lugar de sujeito por meio da fala que enunciou na ANC. Tal enunciação oral se situou em um momento no qual as mudanças ocorridas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e articuladas por sua vez ao novo Código de Menores de 1979 instituíram regras para o trabalho do “menor” de dezoito anos. No decreto-lei nº 229 de fevereiro de 1967, que alterara trechos da CLT, lê-se o seguinte:

Art. 80. Ao menor aprendiz será pago salário nunca inferior a meio salário-mínimo regional durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício. Na segunda metade passará a perceber, pelo menos, 2/3 (dois terços) do salário-mínimo regional.⁵⁶⁸

No parágrafo único desse artigo, complementava-se: “considera-se aprendiz o menor de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, sujeito a formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho”. Por outro lado, a violência policial parece ter sido um elemento presente nas três falas dos adolescentes. Ao seu modo, Luzimar, Argemiro e Orlando fizeram de suas vidas e a possibilidade de participação ali uma arma contra a violência que fazia parte do seu cotidiano

⁵⁶⁷ Idem, p. 153.

⁵⁶⁸ Decreto-lei nº 229 de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10229.htm. Acesso em 18 de set. 2020.

em diferentes partes do país. Não somente pelo conteúdo ali contido, mas pelo modo como se expressaram – e aqui existe o limite de apenas ler a transcrição do que foi efetivamente pronunciado, possivelmente atravessado por sinais do nervosismo e ansiedade de se verem expostos e escutados por constituintes e a imprensa nacional –, a participação das crianças na ANC tornou-se símbolo de uma resistência organizada, capilarizada pelo território nacional e com força de mobilização de instituições, saberes e culturas diversas.

Erguer uma bandeira, incidir politicamente em um espaço do qual historicamente a população foi alijada por muito tempo parecia ser o ponto de transformação para novas experiências da sociedade brasileira com suas crianças e infâncias, daí os sorrisos, abraços e alegrias que atravessaram o tempo por meio da captura em imagem fotográfica da forte atuação do Movimento de Meninos e Meninas de Rua em Brasília, àquele momento.



Figura 66 - Mobilização com participação de crianças e adolescentes no Congresso Nacional em 24 de maio de 1987. Acervo da Câmara dos Deputados, Brasília.

Imediatamente após a fala de Orlando, foi a vez de o padre Bruno Sechi tomar a palavra para afirmar o seguinte:

“Esses apelos, desde 85, vêm sendo articulados, através do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, englobando pessoas que assumem a causa do menino no Brasil inteiro. Hoje está presente em 70 cidades, e tem o objetivo de resgatar as capacidades desses meninos, deles sentirem, de falarem, de se organizarem, e de terem voz. Queremos que eles ganhem espaço na sociedade, como cidadão, e que esse espaço seja reconhecido”.⁵⁶⁹

Assim, os contornos de classe, gênero, raça, geração e região atravessaram aquela experiência de participação política de diferentes formas, gerando distintos efeitos subjetivos.

⁵⁶⁹ Ata das Comissões, p. 153.

Aquele estava sendo um momento marcado pela possibilidade de mudança social, abrindo um canal de comunicação com a sociedade civil que talvez tenha sido o primeiro espaço no qual os dilemas estruturais do Brasil parecem ter sido, em alguma medida e mesmo que com sérias limitações, minimamente discutidos.

Mas o próprio processo da Constituinte entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988 esteve repleto de tensões e posturas não somente individuais, mas institucionais que iam na contramão dessa ideia de um espaço marcado pela participação plural e cidadã. Basta ver que na 12ª Reunião, o presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, Nelson Aguiar, se referiu ao fato de que dois jovens que estavam participando das atividades, mobilizando crianças e adolescentes, haviam demonstrado interesse de colocar no prédio administrativo do Congresso Nacional a “Bandeira da Paz”, construída por eles. Porém, o presidente da ANC, Ulisses Guimarães, proibiu que a bandeira fosse exposta e mesmo após os dois jovens conseguirem recolher assinaturas dos deputados e deputadas constituintes com apoio necessário para seu ato, não houve permissão do presidente.

Face ao “mito” de origem da Constituição de 1988 como sendo o grande berço da cidadania da nova república, demarcando assim uma transformação radical em relação ao período que lhe antecederia, torna-se preciso perceber as marcas de sua historicidade. Pensar de tal maneira não significa deslegitimar o processo, mas tensioná-lo em suas condições de possibilidade, evitando uma perspectiva laudatória em relação a mitos e personificação de alguns indivíduos como condutores de uma “redenção nacional”. Tal modo de olhar para o passado promove o esquecimento de outras forças que estiveram em jogo e foram fundamentais também para viabilizar aquele momento político marcado por diferenças e transformações. Termina não levando em consideração algumas permanências desagradáveis e perigosas para uma ordem efetivamente democrática. Basta lembrar que a condução dos trabalhos na ANC se deu por homens brancos, majoritariamente, e por partidos vinculados à classe política hegemônica e ao empresariado. Por sua vez, as religiões de matriz judaico-cristã (católica e pentecostal) garantiram suas participações de forma considerável, inviabilizando inclusive que assuntos como “aborto” e direitos reprodutivos fossem seriamente discutidos como questão de saúde pública, resultando de opressões sobre o corpo e a individualidade femininas.⁵⁷⁰

⁵⁷⁰ Para que se pense a ANC como espaço de conquistas cidadãs, mas também como palco de atravessamento de muitas disputas que inviabilizaram sob muitos aspectos a incidência de alguns movimentos sociais e a não conquista de direitos específicos, torna-se preciso avaliar a participação de católicos e pentecostais nesse espaço. Se a ANC, de um modo geral, também foi o palco de reafirmação de alguns privilégios vinculados a problemas e tensões estruturais do país, sob um outro enfoque se poderá notar como a participação de instituições religiosas como a CNBB, no campo católico, e representantes da Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus e Confederação Evangélica do Brasil, no campo pentecostal, tornou inviável a

No caldo dos debates especificamente voltados a crianças e adolescentes, muita coisa de importante se debateu, mas os critérios para definição dos temas, o tempo para abordá-los, as figuras políticas que ocuparam a tribuna para emitir suas opiniões, compartilhar suas experiências, exercer sua crítica ou construir alternativas, em grande medida estavam vinculados a grupos que detinham poder de decisão não somente na ANC, mas na vida política nacional. A própria composição da comissão, a preeminência do discurso religioso judaico-cristão e a hegemonia de homens na tomada da palavra e na condução dos trabalhos permitem perceber como o processo renovador que se pretendia criar ali foi marcado predominantemente por estratificações sociais com base em classe, gênero e raça que eram anteriores àquele grupo de trabalho, mas condições fundamentais para o que podia ou não poder ser dito e encaminhado.

A Subcomissão foi se constituindo ao longo dos dias como espaço combativo em relação ao conceito-imagem do menor infrator, operando um trabalho de desconstrução dessa díade. O castelo de imagens e palavras que foi construindo esse fantasma no imaginário social parece ter tido ali um espaço de profundo questionamento, gerando situações de tensão entre os constituintes devido ao fato de que, para justificar determinadas posturas, precisou-se recorrer a estatísticas e conceitos nem sempre consensuados. Alguns exemplos: o debate sobre “planejamento familiar” entre Evanir e Eraldo Tinoco; as diferenças de posicionamento e compreensão no que se referia à terminologia menor e criança por parte de Antônio Salim Curiati (constituente, PDS-SP) e Irmã Maria do Rosário Cintra (representante da CNBB e da Pastoral do Menor de São Paulo); ou ainda a tensão estabelecida durante a 12ª Reunião entre Marina Bandeira e Antônio Salim Curiati. Estava na ordem do dia a discussão sobre como construir políticas públicas efetivas para tirar crianças e adolescentes da situação de opressão, dada a repercussão não apenas midiática do tema, mas o seu alcance social efetivo conhecido por todos aqueles que ali estavam e que tinham experiências articuladas ao tema da infância, como o presidente da Subcomissão, que havia trabalhado na FUNABEM no Rio de Janeiro.

Volta e meia a reunião da Subcomissão sofria uma pequena pausa devido à intervenção de outros constituintes e representantes da sociedade civil que vinham fazer *lobby* sobre outros temas que estavam sendo discutidos nas demais comissões e subcomissões. A deputada

discussão de temas estratégicos dentro da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, como também outras como a Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Sobre a incidência desses grupos religiosos e o efeito disso na configuração da Carta Constitucional de 1988 e na experiência democrática durante e após a ANC, cf. WOHNATH, Op. cit.; ROSA, Wanderley Pereira da. Pentecostais na Política Brasileira na era da Constituinte de 1988 e alguns de seus desdobramentos. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano XIII, n. 37, Maio/Agosto de 2020, pp. 25-41.

Benedita da Silva (PT), por exemplo, foi à subcomissão fazer divulgação sobre as propostas acerca do reconhecimento das trabalhadoras domésticas na Carta Magna.

A entrega de material informativo foi uma das estratégias usadas para este tipo de incidência também por parte dos expositores e membros da própria Subcomissão. Dom Luciano Mendes de Almeida havia sido eleito presidente da CNBB recentemente e devido às primeiras atividades assumidas ele não pôde participar da 12ª Reunião da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso (ele participaria no dia seguinte no debate sobre adoção). Por este motivo a CNBB foi representada pela Irmã Maria do Rosário Cintra que também era membro da Pastoral do Menor na cidade de São Paulo. No cenário de debates sobre as políticas para crianças e adolescentes que deveriam ser desenvolvidas pela “Nova República” a participação da referida representante da instituição católica foi muito incisiva e propositiva.

Referenciando todo o trabalho desenvolvido pela CNBB no âmbito da CF daquele ano, Irmã Maria do Rosário entregou exemplares do texto-base, explicou que a análise sobre a situação do menor partia de levantamentos e pesquisas desenvolvidas pela instituição e pelo recolhimento de informações de todas as regiões do país com “descrições sobre o perfil do menor infrator”. Para tanto, estruturou a sua apresentação a partir do Ciclo de Marginalização do Menor [Figura 18, Parte II]. Sua voz foi uma das que ecoou a frase que dizia que a criança deveria ser definida como prioridade absoluta na CF, argumentando-se a partir de informações sobre a Declaração da Criança de 1959 e dos debates que estavam sendo promovidos pela ONU. No que diz respeito a assumir uma postura política em relação à terminologia que era usada no debate daquele grupo de trabalho, ela se posicionou do seguinte modo:

Afinal, por que eu falei em criança, adolescente, jovem e não falei em menor? Sei que esta Subcomissão é do Menor e nós também dizemos pastoral do menor, mas, lá em São Paulo, dizemos: **"Queremos ser uma pastoral suicida. Queremos que morra a expressão menor, da maneira como ela existe em nosso País"**. Gostaria aqui que todos procurassem, nas outras línguas, qual é o correspondente a menor, no sentido em que nós entendemos. É enfant, é niño, é criança? Ninguém chama de menor. Lamento que o Dr. Salim Curiat não esteja aqui, porque ia justamente rebater – poderei fazê-lo posteriormente, quando ele – um lapso, acho que ele é o representante da LBA –, ele diz que trabalhava com 1 milhão e 500 menores. E eu disse-lhe: "O Senhor não trabalha com menores, o Senhor trabalha com crianças". **É preciso distinguir muito bem criança do menor**. Por quê? Não devemos distinguir, o menor é criança, a criança é menor. Mas, para nós, o menor passou a ser quem? A criança empobrecida, marginalizada, de rua. Nós lemos uma vez num jornal de São Paulo: "Uma criança foi assaltada [por], um menor, na porta do Colégio Dante Alighieri". E nós que tínhamos essa dimensão crítica perguntamos: "Quem era a criança que foi assaltada, não era um menor? E quem era esse menor que assaltou a criança? Não é uma criança?" O que está

acontecendo? Um fator de marginalização, de uma certa porcentagem, e grande, de nossa população.⁵⁷¹

Quando se dizia que era preciso distinguir menor e criança sob uma visão mais crítica, a fim de implodir o conceito de “menor”, estava em questão toda uma estruturação do processo de socialização no qual crianças pobres eram significadas e organizadas. Fazer uma crítica contundente da linguagem significaria historicamente (e necessariamente) operar uma crítica da cultura, uma crítica da economia do poder e da sua distribuição em um campo de forças.

“Queremos ser uma pastoral suicida” articula-se no sentido de que tensiona o real e os modos por meio dos quais ele seria significado. Tal densidade crítica marcaria a própria tentativa de rasgar, desfazer, desmontar toda uma cadeia semiótica que apresentara um sentido para o “ser menor” em uma determinada cultura. O posicionamento de Maria do Rosário permite pensar essa dimensão política da linguagem na medida em que ela participa da produção do real, não apenas lhe conferindo significados como se estivesse de fora. Mais que isso, ela produz, participa do jogo belicoso que constitui o real na tensão entre significados disputados. Justamente por isto uma oposição linguística entre a criança e o menor foi a marca de uma diferença definida politicamente, moralmente.

Se a a ANC foi o espaço privilegiado para tensionar todo um imaginário social constituído ao longo de décadas por meio de várias linhas de força que tentaram impor uma certa racionalidade para o “problema do menor”, este espaço somente foi possível porque um campo de forças muito variado e heteróclito, externo ao Congresso Nacional e às instituições hegemônicas do momento, criou diferentes canais e estratégias para incidir nele. Engano seria acreditar que estas forças representadas por movimentos sociais, associações e indivíduos teriam “apenas convergido” para o espaço da Subcomissão, especificamente, ou para a ANC de um modo geral.

O campo de forças políticas, mas não necessariamente institucionalizadas no âmbito do Estado, era muito mais extenso do que a representação presente na Subcomissão. Em 1985 o MNMMR foi formado como estratégia de mobilização e formação política naquele cenário em que se disputava a possibilidade de alteração do marco legal para crianças e adolescentes. Portanto, a ANC foi apenas um dos espaços nos quais a sociedade civil se fez presente e reivindicou novas diretrizes e políticas públicas que pudessem ser estruturadas e viabilizadas a partir da noção de proteção integral daqueles novos sujeitos políticos, reconhecidos como sujeitos de direitos.

⁵⁷¹ Ata das Comissões, p. 169, grifo meu.

Como marca de uma transformação histórica no dispositivo da minoridade deve-se atentar para o fato de que no conjunto de práticas discursivas emergiu o conceito “pessoa em situação peculiar de desenvolvimento” que cada vez mais ganharia força e espaço na militância e nas produções científicas sobre a adolescência. Sua formulação conectava-se diretamente com os debates desenvolvidos nos campos da Psicologia do Desenvolvimento Infantil e Juvenil e a Psicologia Clínica que se debruçavam sobre o desenvolvimento a partir da consideração de aspectos biológicos, neurológicos, afetivos, sociais e físicos. Tal entrecruzamento de fatores era visto como pertinente para um entendimento mais detalhado e complexo da vida e da condição de crianças e adolescentes tanto na primeira infância como na fase da adolescência.

No conjunto de debates promovidos pelos movimentos e instituições sociais que atuavam com esta temática, emergiram também diversos relatos de experiência e livros com testemunhos de militantes e defensores de direitos humanos cuja trajetória vinculava-se à defesa dos direitos dessa parcela da população. Em meados de 1986, por exemplo, foi publicado o livro *Abandonados*, contando a história da advogada e militante de direitos humanos Lia Junqueira, uma das fundadoras do Movimento em Defesa do Menor (MDM) na cidade de São Paulo no ano de 1979. Trata-se de um livro montado a pedido da Ícone Editora, representada por Alexandre Kadunc que fez a proposta, e para o qual Lia Junqueira demonstrou-se ao mesmo tempo interessada, mas reticente, uma vez que não se sentia segura para escrever sobre sua própria vida como militante na política voltada para crianças e adolescentes. Neste sentido, a editora possibilitou que Tereza Moreira realizasse uma série de conversas gravadas com Lia durante quatro meses. Depois disso o livro estava pronto, após um processo de transcrição e organização.

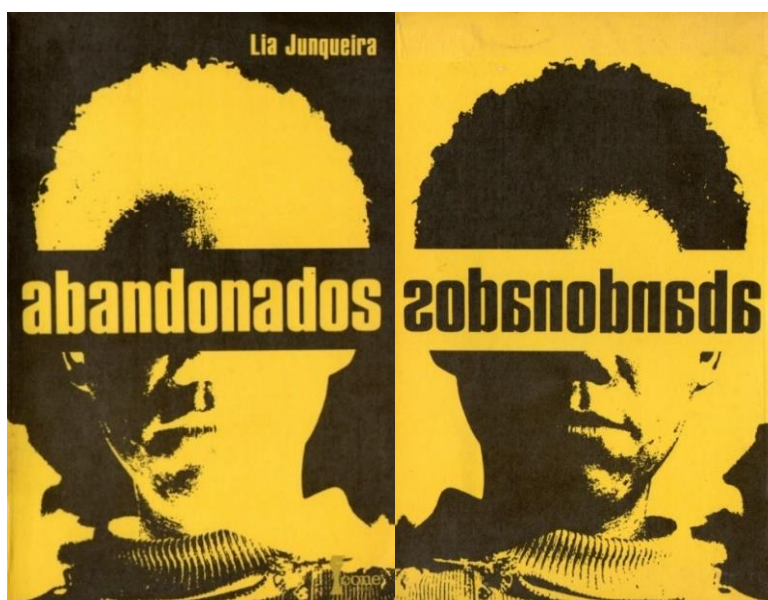


Figura 67 – No boom dos depoimentos sobre a questão do menor, emerge o relato de Lia Junqueira.

Tendo acesso ao material inicial, Lia pôde interferir nele até o seu processo de finalização e publicação. Estas informações inclusive foram dispostas em uma seção inicial do livro que se intitula “Explicações necessárias”. Tal aspecto permite pensar sobre os procedimentos de organização do “sentido” que se queria endereçar aos leitores, bem como sobre como foram justificadas algumas escolhas para que tal memória discursiva fosse mobilizada, organizada, sistematizada e articulada a um arquivo institucional.

O jogo de inversão de cores e letras que compõe o título e a imagem de capa do livro [Figura 67], produzida por Nabih Mitaini, dá conta dos procedimentos de apresentação social que eram recorrentes em narrativas sobre o menor infrator ou delinquente no período. O uso do rosto como procedimento de identificação, mas paradoxalmente a presença da tarja cobrindo os olhos remetem ao enunciado estratégico da máquina abstrata de rostificação analisada na segunda parte desse estudo, permitindo perceber as sutilezas e interações semióticas nas diferentes narrativas e suportes que ajudaram a criar um arquivo de imagens e textos sobre aquele problema social.

Nas primeiras páginas do livro um pequeno texto apresentava a personagem central do depoimento e que o assinava:

Lia Junqueira é advogada, formada pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-graduanda na Universidade de São Paulo, Psicologia-Biologia e Psicologia-História, fundadora do Movimento em Defesa do Menor, 1979, presidenta do Movimento do Menor até 1985, realizou trabalho com o menor institucionalizado, de 1970 a 1979, e trabalho industrial com o menor periculoso durante o ano de 1975. Foi membro da Comissão dos Direitos do Menor junto à Comissão de Justiça e Paz, membro do Grupo de Trabalho do Menor da PUC, membro do Grupo de Estudo do Direito do Preso e coordenadora do projeto Manicômio Judiciário. Participou de diversas palestras, simpósios, mesas redondas, seminários, exposições em todo o País em defesa do menor abandonado. Coordenou outros encontros como: O 1º Seminário sobre “O Problema do Menor”, PUC São Paulo promovido pelo Movimento em Defesa do Menor; ‘IV Encontro Nacional dos Direitos do Menor’ promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Advogados de São Paulo e Movimento em Defesa do Menor, 1985, além de inúmeras exposições em defesa, não só do menor abandonado, como da mulher, das prostitutas, dos presos, dos institucionalizados no Manicômio Judiciário e das centenas de pessoas que lhe pedem auxílio diariamente em seu escritório.⁵⁷²

Do material com o testemunho de Lia, consta um conjunto de fotografias extraído de diferentes jornais da época, mas também imagens do MDM, do qual ela fazia parte e certamente

⁵⁷² JUNQUEIRA, Lia. *Abandonados*. São Paulo: Ícone Editora, 1986, 175 p.

cedeu para fins de seleção e inserção no livro. Deste conjunto, apresento a seguir duas fotografias que permitem pensar aspectos referentes ao testemunho da advogada e militante. A primeira fotografia [Figura 68] apresenta o contraste entre o orgânico e o inorgânico, isto é, entre o concreto da marquise e o corpo do menino que dormia.



Figura 68 – Criança dorme na Praça da Sé, aquecendo-se com o “ventinho do metrô”.
Foto: Agência F4.

A possibilidade para se aquecer do frio era ficar no pequeno vão pelo qual entrava o vapor quente proveniente do metrô. Trata-se de uma imagem do desamparo do corpo infantil, algo que se pode ver como não sendo apenas individual – o que já seria problemático –, pois era comum a outros meninos que dormiam naquele espaço. A indústria, o capital, o trabalho são forças sociais que produzem o mundo e constituem a sociedade moderna que tem na afirmação do progresso e na figura do humano um dos seus aspectos centrais. Contudo, o relato de Lia nos permite pensar como aqueles meninos não figurariam de modo algum na ordem de um discurso que falava do humano a partir de outros critérios, sentidos e categorias. Aqueles eram corpos considerados desprezíveis do ponto de vista higiênico e imprestáveis do ponto de vista das relações produtivas no mercado.

Em seu depoimento Lia Junqueira conta sobre a sua passagem pelo Recolhimento Provisório de Menores (RPM) nos anos 1970, assim como demonstra ter acompanhado a formação desde 1973 da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (Pró-Menor) que antecedeu a FEBEM. Ao demonstrar sua experiência construída a partir da relação com os meninos e meninas atendidos – ou melhor, capturados – por aquelas instituições, ela afirma:

a primeira vez em que entrei no pátio do RPM, deparei com aqueles meninos que, embora jovens, pareciam restos humanos, cheirando a urina e cadáver,

semi-nus. Senti muita raiva, raiva de ser brasileira, raiva de ser impotente frente à injustiça, raiva de não poder naquele momento mostrar para todo mundo o que São Paulo estava fazendo com seus adolescentes. Ao entrar outras vezes naquele pátio e conseguindo conversar com os garotos fiquei sabendo que eles eram frequentemente torturados pelos policiais durante a noite e conforme iam me relatando os tipos de tortura que sofriam, me mostravam marcas no corpo, sendo que muitas delas eram de queimaduras com brasa que os policiais usavam para fazer churrasco durante a noite. Como conviver com este tipo de coisa e ficar calada? A angústia dos meinos passou também a ser a minha angústia”⁵⁷³,

A operação de escuta criou as condições de possibilidade para que Lia também foi demarcando o seu lugar de enunciação sobre o tema dos menores a partir da sua experiência. Por sua vez, esta “fala autorizada” ancorava-se em um repertório mediado pela formação profissional e acadêmica, mas também pela militância vinculada a setores da Igreja católica.

Restos humanos. Esta foi a expressão usada por Lia para descrever a situação daqueles meninos no RPM. Tratava-se de uma situação semelhante àquela presente na Figura 69, com a disposição dos diferentes meninos em uma espécie de fila na FEBEM de São Paulo. Todos nus, próximos à parede, na condição de objetos a serem observados, medidos, tocados, analisados, comentados. Na calada da noite, ocorriam situações que se repetiram e estão relatadas em boa parte do arquivo recolhido para este estudo, pois as violências se reproduziram com uma abominável criatividade para gerar dor no corpo do outro.

Diante de situações desse tipo, o suicídio, as insurgências por meio de fugas e rebeliões, assim como o assassinato de funcionários⁵⁷⁴, tornavam-se alternativas para lidar com a máquina de horrores que antecedeu e sucedeu a FEBEM. Situações assim atualizavam o processo por meio do qual se produzia vidas precárias, isto é, vidas humanas que sequer foram consideradas ética e politicamente como passíveis de luto, de cuidado, de pranto, caso fossem desperdiçadas, perdidas, assassinadas. Por estratégias distintas e conclusões também diferenciadas, Giorgio Agamben e Judith Butler construíram análises fundamentais para analisar os processos contemporâneos que constituem subjetividades e deslocam significados do que é o humano, a vida, a proteção individual e a liberdade civil. Ao olhar a imagem que apresenta os corpos nus, pode-se pensar inicialmente de forma literal na expressão cunhada por Agamben em seu estudo

⁵⁷³ JUNQUEIRA, *Abandonados*, p. 32.

⁵⁷⁴ A convite do editor Henrique Flory, da editora Arte e Ciência, o escritor Roberto Causo realizou entrevistas e escreveu a obra “Cadeia de chocolate: os funcionários da FEBEM falam”, na qual mobiliza as histórias de dois funcionários da FEBEM de São Paulo, Paulo Sergio Farias e Laércio Narciso. São relatos fortes e interessantes para pensar o cotidiano nas unidades de internação e os processos de recrutamento e formação dos funcionários que, na ótica desses dois interlocutores, exercem a dupla função de “educador-carcereiro”. Cf. FARIAS, Paulo Sergio & NARCISO, Laércio. *Cadeia de chocolate: os funcionários da FEBEM falam*. São Paulo: Arte e Ciência, 2005, 192 p.

sobre o estatuto da “vida nua” na ordem das decisões biopolíticas tomadas por governos autoritários.

A vida nua consiste na vida exposta, radicalmente vulnerável, desamparada, passível de toda e qualquer decisão que possa inclusive decidir sobre sua extinção. O paradigma do campo na sociedade contemporânea permite pensar imediatamente no corpo das vítimas de regimes de exceção como o nazismo alemão e sua produção do Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial. Tratava-se de vidas que eram vistas a partir de critérios biológicos, étnicos e raciais que articularam embasamentos racistas para excluir, matar, exterminar cerca de seis milhões de vidas humanas. Mas a vida nua aparece na história em diferentes circunstâncias e, neste sentido, o estudo de Agamben desdobra a análise da biopolítica foucaultiana saindo dos domínios e recortes cronológicos inicialmente propostos por ele em seus cursos dos anos 1970 e início dos anos 1980 no Collège de France. Daí Agamben ir à Antiguidade greco-romana para pensar a figura do soberano e da vida nua como estruturante da própria organização política do Ocidente desde as suas bases.



Figura 69 – O corpo nu e a encenação do desamparo. Foto: Agência F4.

Em seu estudo da terminologia grega antiga, Agamben descreve que para aquela língua e aquela sociedade havia duas expressões para “vida”. *Zoé* exprimia o simples ato de viver que era comum a todos os seres vivos como animais, homens e deuses. Havia também o termo *bíos* que, por outro lado, recobria outro campo semântico, significando “a forma ou a maneira própria de viver de um indivíduo ou de um grupo”. Assim, Agamben analisa que “quando Platão, no *Filebo*, menciona três gêneros de vida e Aristóteles, na *Ethica nicomachea* [Ética a Nicômaco], distingue a vida contemplativa do filósofo (*bíos theoreticós*) da vida de prazer (*bíos*

apolausticós) e da vida política (*bíos politicós*), eles jamais poderiam ter empregado o termo *zoé* (que, significativamente, em grego carece de plural) pelo simples fato de que para ambos não estava em questão de modo algum a simples vida natural, mas uma vida qualificada, um modo particular de vida”.⁵⁷⁵ Mediada por essa análise que descreve ao mesmo tempo processos de individualização e totalização, Agamben formula uma reflexão que vale a pena ser citada integralmente:

Se algo caracteriza, portanto, a democracia moderna em relação à clássica, é que ela se apresenta desde o início como uma reivindicação e uma liberação da *zoé*, que ela procura constantemente transformar a mesma vida nua em forma de vida e de encontrar, por assim dizer, a *bíos* da *zoé*. Daí, também, a sua específica aporia, que consiste em querer colocar em jogo a liberdade e a felicidade dos homens no próprio ponto – a “vida nua” – que indicava a sua submissão. Por trás do longo processo antagonístico que leva ao reconhecimento dos direitos e das liberdades formais está, ainda uma vez, o corpo do homem sacro com o seu duplo soberano, sua vida insuscetível e, porém, matável. Tomar consciência dessa aporia não significa desvalorizar as conquistas e as dificuldades da democracia, mas tentar de uma vez por todas compreender por que, justamente no instante em que parecia haver definitivamente triunfado sobre seus adversários e atingido seu apogeu, ela se revelou inesperadamente incapaz de salvar de uma ruína sem precedentes aquela *zoé* a cuja liberação e felicidade havia dedicado todos os seus esforços. [...] A nossa política não conhece hoje outro valor (e, conseqüentemente, outro desvalor) que a vida, e até que as contradições que isto implica não forem solucionadas, nazismo e fascismo, que haviam feito da decisão sobre a vida nua o critério político supremo, permanecerão desgraçadamente atuais.⁵⁷⁶

Tal impasse se efetua de diferentes maneiras e certamente o modo como o corpo da criança vulnerável e abandonada tem sido historicamente tratado denota claramente como essa inserção da vida nua, da *zoé*, nos processos de decisão arbitrários, intimidatórios e genocidas tem se ocasionado com muita frequência no Brasil e em outras partes do mundo. Os processos migratórios, as políticas de natalidade, os movimentos que visam a conservação de certos modelos e estruturas parentais poderiam ser lidos nessa direção: como alguns poucos exemplos de fenômenos que mostram as zonas e campos temáticos onde essa biopolítica da vida nua que integra o poder em dinâmicas da promoção da morte do outro, do insuscetível, mas matável.

São processos de conjunto que se efetuem não apenas por decisões individuais em relação a corpos individualmente escolhidos de maneira deliberada, mas fazendo ressonância de estratégias muito mais capilarmente dispersas na sociedade brasileira e que foram agenciadas e mobilizadas em atuações e formas políticas institucionalmente organizadas. A polícia se

⁵⁷⁵ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p. 9.

⁵⁷⁶ Idem, p. 17.

configura como um exemplo estratégico na medida em que a escolha dos corpos jovens a serem perseguidos ou até mortos em determinadas situações não ocorre obedecendo a critérios psicológicos ou individuais apenas, mas a recortes do que é ou não é identificável como matável. Logo, a recorrência de mortes de jovens pobres, negros e de periferia parece ser um dos indicativos mais importantes que ajudam a entender que a vida nua é socialmente definida a partir de certos critérios. No caso aqui em estudo, o critério racial foi fundamental na instituição efetiva de uma necropolítica voltada para menores ditos infratores. Tais critérios sempre devem ser objeto da crítica e da desconstrução política.

Nesta direção, o estudo da filósofa estadunidense Judith Butler pode apresentar zonas de diálogo com as formulações de Agamben, na medida em que sua densa reflexão sobre as políticas de luto e a precariedade das vidas humanas se complexifica a partir do momento em que ela busca entender por meio de quais enquadramentos culturais uma vida é passível de luto e outra não. Em suas palavras: “Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras”.⁵⁷⁷ Trata-se de uma reflexão que tenta construir as bases para uma “nova ontologia corporal” que seja capaz de descrever e construir condições de problematização da dor, da interdependência, da vulnerabilidade e da precariedade como condição compartilhada, repensando suas condições históricas e culturais imanentes. Cito a filósofa:

A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida ou, melhor dizendo, como parte da vida. Desse modo, a produção normativa da ontologia cria o problema epistemológico de apreender uma vida, o que, por sua vez, dá origem ao problema ético de definir o que é reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação e a violência. Estamos falando, é claro, de diferentes modalidades de ‘violência em cada nível desta análise, mas isso não significa que todas sejam equivalentes ou que não seja necessário estabelecer alguma distinção entre elas.’⁵⁷⁸

Se a preocupação de Agamben se refere às condições em que sob a suspensão da lei as formas de violência podem ser potencializadas sobre a vida nua, gerando condições para retroalimentar circuitos de vulnerabilidade e extrema violência, no caso de Butler o deslocamento opera não com o foco em situações em que sob um Estado de exceção e a

⁵⁷⁷ BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 13.

⁵⁷⁸ Idem, p. 16.

suspensão da lei cria tais condições. Ela se debruça sobre algo que está para além das condições jurídicas e legais pertinentes a este tema, mas que atravessa o discurso jurídico e a estrutura do Estado. Trata-se, para Butler, de estudar e criar condições de inteligibilidade para analisar os processos de reconhecimento de algumas vidas como vivíveis e outras não. Isto se organiza a partir de um conjunto de “enquadramentos” criados social e culturalmente a partir dos repertórios instituídos e compartilhados, os quais, por sua vez, são atravessados por relações de poder que perpetuam ou não modalidades de desigualdade, exclusão e indiferença sobre o sofrimento do outro.

Portanto, a imagem dos corpos de adolescentes apreendidos na FEBEM deixados nus encostados em uma parede e expostos a toda uma série de tratamentos degradantes como os arquivos de época nos tem permitido analisar, pode ser tomada como exemplo claro das políticas que impregnam os “enquadramentos” por meio dos quais algumas vidas são passíveis de reconhecimento, isto é, apreensão da sua condição ontológica digna, vivível, respeitável e protegível, ao passo em que outras não o são.

Mas esta imagem presente na biografia política de Lia nos faz lembrar também da reflexão de Susan Sontag em seu último e incontornável ensaio *Diante da dor dos outros*, publicado em 2003. Ali, tematizando os horrores da guerra, ela nos diz que “as fotos são meios de tornar ‘real’ (ou mais ‘real’) assuntos que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar”.⁵⁷⁹ Isto diz de um modo singular sobre a necessidade de “documentar” tais fatos e experiências, algo sentido por Lia e o movimento do qual ela fazia parte. Tratava-se da gestão de um arquivo visual a serviço de uma denúncia sobre a indiferença do Estado e da sociedade sobre o encarceramento de jovens.

Lia Junqueira conheceu em sua militância o caso da menina Sandra Mara Herzer, que foi internada na FEBEM de Santa Maria e que lá passara por um conjunto de violências e sofrimentos, dada a sua própria condição social e sexual, uma vez que foi durante a internação que Sandra passou por um processo de recomposição da sua identidade de gênero, nomeando-se como Anderson Herzer, como analiso adiante. Durante sua internação Anderson escreveu uma série de poemas que “retratam” de maneira específica as condições de não reconhecimento da vida e de alguns sujeitos sociais.

O poema a seguir é um exemplo:

⁵⁷⁹ SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 12.

Mataram João Ninguém

Quando o próximo sangue jorrar
daquele por quem ninguém irá chorar,
daquele que não deixará nada para se lembrar
daquele em quem ninguém quis acreditar,
Quando seus olhos só puderem fitar o escuro
quando seu corpo já estiver inerte, frio e duro,
quando todos perceberem morto João Ninguém
e quando longe de todos ele será seu próprio alguém.
Tantas mãos, tantas linhas incertas,
tantas vidas cobertas, sem ninguém pra sentir,
Tantas dores, tantas noites desertas
tantas mãos entreabertas, sem ninguém pra acudir.
Qualquer dia vou despir-me da luta
pisar em coisas brutas, sem me arrepender.
Tão difícil ver a vida assassinada
quando estamos já tontos para tentar sobreviver.
As perguntas sem resposta, sem nada,
as vidas curtas e desamparadas
o último grito que não foi ouvido
calaram mais um homem iludido.
E no mundo não dão mais argumentos
pra fugir aos lamentos
de quem sozinho falece.
Para esses, não há mais compreensão,
Não há mais permissão, para que se tropece.
Na televisão o aguardo da cotação
um instante ocupado, para dizer morto João Ninguém
mas a aflição ataca, a cotação subiu ou caiu?
E João morreu... ninguém ouviu.
Eu vou distribuir panfletos,
Dizendo que João morreu
talvez alguém se recorde
do João que falo eu.
Falo daquele mendigo que somos
pelo menos em matéria de amor
daquele amor que esquecemos de cultivar
o qual com tanto dinheiro, ninguém jamais coroou.⁵⁸⁰

O Brasil apresenta em sua formação histórica e cultural diferentes desníveis e desequilíbrios que são perceptíveis nas relações entre o racismo estrutural, as relações de gênero e geração. Isto gerou condições de possibilidade para formas de marginalização social que desenharam a figura do “menor”, cujos predicados e adjetivos socialmente definidos parecem ter retirado dele a possibilidade de constar como cidadão respeitável, mas como vida sacrificável e matável.

⁵⁸⁰ HERZER, Anderson. *A queda para o alto*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1983, p. 153-154.

O poema de Anderson Herzer permite pensar justamente sobre a sociedade moderna, industrializada e com grande potencial de acumulação e expansão do capital, mas que relega o humano à condição menor, especialmente a partir de alguns recortes que fazem com que o mendigo, em última instância, seja o João Ninguém, a vida desprezível, sequer reconhecida como digna de ser vivida.

Para Butler, “nem todos os atos de conhecer são atos de reconhecimento, embora não se possa afirmar o contrário: uma vida tem que ser inteligível *como uma vida*, tem de se conformar a certas concepções do que é a vida, a fim de se tornar reconhecível”.⁵⁸¹ Se partimos da consideração de que a vida é sempre diferença em relação a modelos instituídos e que o próprio ato de instituir a vida a partir de alguns predicados já seria um ato de contê-la em seu excesso e possibilidade de diferenciação, aí se cria as condições para entender porque as vidas dos meninos infames têm sido historicamente excluídas das possibilidades de reconhecimento, apesar das políticas que se desenvolveram e das batalhas que foram travadas especialmente no século XX (o “Século da Criança”, em expressão cunhada por Ellen Dey em 1900⁵⁸²) para instituir outros modos de entendimento.

Em seu depoimento, Lia Junqueira se expôs de maneira bastante crítica em relação à PNBEM, mas fez questão de historicizar que esta só se tornou possível por meio de uma elaboração lenta que se deu através das Semanas voltadas para o Estudo do Problema do Menor, tendo sido a primeira delas realizada em 1948. A *Semana de Estudos do Problema do Menor*⁵⁸³ consistia em um espaço onde se criou um certo enquadramento não apenas sobre esse “problema”, mas conformou uma inteligibilidade para a vida desse sujeito e as políticas que deveriam ser a a ele destinadas.⁵⁸⁴

⁵⁸¹ BUTLER, p. 21.

⁵⁸² Para uma análise dessa concepção e da obra, cf. SANDIN, Bengt. Imagens em conflito: infâncias em mudança e o Estado de Bem-Estar Social na Suécia. Reflexões sobre o “Século da Criança”. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, São Paulo, setembro de 1999.

⁵⁸³ Por meio da pesquisa documental foi possível acessar os Anais da XIII Semana de Estudos do Problema do Menor, realizada entre os dias 26 e 31 de julho de 1983, retomando as atividades que aconteceram entre 1948 e 1973, havendo uma ausência de encontros nesse ínterim. De modo geral pode-se caracterizar esses encontros como estratégicos, de natureza interprofissional, com advogados, promotores, defensores públicos, representantes do governo e dos poderes legislativo e judiciário, voltados a discutir e encaminhar propostas de políticas com base em alguns diagnósticos discutidos e referendados pelo referido grupo. Cf. *Anais da XI Semana de Estudos do Problema de Menores*. Realizada em São Paulo de 26 a 31 de julho de 1971. São Paulo: Tribunal de Justiça, 1972, 501 p. Consta também do arquivo os anais da Semana de 1983. Cf. *Anais da XIII Semana de Estudos do Problema do Menor*: de 26 a 31 de julho. São Paulo: Taito do Brasil – Indústria e Comércio LTDA, 1983, 491 p.

⁵⁸⁴ Para uma análise das Semanas e uma síntese das discussões nos anos 1930 a 1950, cf. MORELLI, Ailton José. Semanas de Estudos do Problema de Menores: debates acerca do atendimento à infância e à juventude (1930-1950). In. AREND, Sílvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; SOSENSKI, Susana (orgs.). *Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018, p. 261-284.

Observando-se tais dinâmicas político-institucionais, reconhecer a precariedade torna-se condição fundamental para pensar alternativas coletivas que objetivem alterar tais molduras, isto é, transformar os enquadramentos sociais que fundamentam essas relações de diferenciação e hierarquização. Com isso, “afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo”.⁵⁸⁵

Um aspecto importante na trajetória de Lia Junqueira e que permite pensar como a desmontagem ou o questionamento do conceito-imagem do menor infrator esteve socialmente capilarizada e dispersa, refere-se ao tipo de discurso adotado desde a fundação do MDM em 1979, contando com uma diretoria e um conselho compostos obrigatoriamente em 2/3 de seus integrantes por familiares de menores e por maiores de dezoito anos que haviam saído da FEBEM. Lia conta que foi na reunião de fundação do movimento que se colocou pela primeira vez o termo “menor” em discussão, sendo esse considerado como estigmatizante, pois efetivamente eles reconheciam todos aqueles na faixa etária inferior a 18 anos como crianças e adolescentes e entendiam que se costumava usar a palavra menor apenas para designar um certo segmento social. Foi nesta ocasião que “Edmilson, recém saído da FEBEM, nos alertou para que não discutíssemos coisa sem importância pois segundo ele, ‘tão logo modificasse a vida destes menores, eles automaticamente passariam a ser reconhecidos como crianças e adolescentes. *O que estigmatiza a gente não é a palavra menor e sim o tipo de vida que a gente leva*’”.⁵⁸⁶

Uma frase como a de Edmilson parece, a priori, fazer desmoronar todo o conjunto de debates sobre a produção social do estigma do menor e a força da nomeação por meio dessa categoria. O jovem fala de algo muito concreto, pois, efetivamente, tal concepção e a imagem não eram produções imateriais, deslocadas das formas de vidas que essas crianças e jovens levavam, mas justamente o contrário. Se se compreende que a linguagem não é um fenômeno metafísico, mas intimamente imbricado e articulado nas dinâmicas culturais então fica claro o que o jovem está dizendo. Logo, outras práticas culturais vivenciadas por eles, outras formas de vida, de socialização, de acesso ao conhecimento por meio da escolarização, assim como a possibilidade de experimentar uma existência para além dos circuitos da violência, seriam condições fundamentais para que o conceito e a imagem do menor deixassem de fazer sentido.

Uma reflexão como esta, feita na reunião de formação de um movimento social que iria questionar tal conceito-imagem na esfera pública, assume uma importância fundamental nos

⁵⁸⁵ BUTLER, *Quadros de Guerra*, p. 30.

⁵⁸⁶ JUNQUEIRA, *Abandonados*, p. 58, grifo nosso.

níveis micro e macropolítico. Isto tornou possível que se problematizassem os espaços sociais em que este termo foi debatido, questionado ou defendido, na medida em que alguns queriam a manutenção do Código de Menores com sua doutrina da situação irregular e outros propunham um novo ordenamento jurídico e político-institucional. A ANC, portanto, consistiu em um amplo fórum de debates de ideias e projetos para o país. Neste espaço, as infâncias foram tematizadas, problematizadas e os escopos jurídicos e institucionais puderam ser reavaliados, questionados, desconstruídos e novas propostas puderam ser ali gestadas. Contudo, no âmbito do dispositivo da menoridade e neste momento de forte tensão do conceito-imagem do menor infrator, cabe notar que apenas em momentos específicos (e dentro de regras e “rituais” determinados) foi que tal concepção foi reavaliada e questionada no seu aspecto sociojurídico.

Voltando um pouco o olhar para os detalhes estratégicos que compuseram tal narrativa foi possível perceber que os segmentos sociais que se fizeram presentes nas reuniões sobre a “questão do menor” na Subcomissão estavam vinculados a setores da sociedade que exerciam poder de decisão sobre a infância há longa data. As conquistas obtidas na ordem constitucional com a definição dos Artigos 227 e 288, regulamentados posteriormente no ECA em 1990, estiveram intimamente articuladas a uma agenda política de matriz liberal, mas com feições e traços que haviam particularizado experiências de bem-estar social na Europa e nos Estados Unidos. Tais traços definiram um modo de atuação e de análise dos problemas sociais vinculados à infância, considerada como parte importante de um mercado consumidor e de uma agenda política no momento em que a axiomática capitalista passaria a transformar em mercadoria aspectos e temas que até então pareciam não estar em sua órbita. A respeito de uma visão crítica disso, as participações de Evanir, Maria do Rosário e Carmen Craidy não deixam dúvidas.

Socialmente discutia-se a transformação do próprio modo de enunciar a divisão entre crianças e menores, reconhecendo-se cada vez mais os marcadores de raça e classe que a organizava. Nas atas da Subcomissão pode-se ver como a crítica ao Código de Menores se dava de maneira muito incisiva por parte da CNBB, evidenciando-se na participação de Maria do Rosário, para quem tal legislação acabava sendo bastante discriminatória, uma vez que a figura do Juiz de Menores detinha um poder de definição indiscutível sobre as vidas das crianças. “O que ia beneficiar acabou rotulando terrivelmente, o menor em situação irregular”, exclamava ela na reunião. “E o Código de Menores é um instrumento tão brutal que pode até dar direito ao juiz de legislar, porque diz que nas questões omissas, o Doutor juiz decide. É um instrumento

brutal, que tem e deve ser revisto”. Para ela não deveria haver Juiz de Menores, mas o Juiz da Criança, sem o conteúdo pejorativo da expressão anterior.

Este posicionamento faz pensar sobre outras posições ali assumidas, que iam na direção de uma crítica ao Código de Menores e da propositura de que ele fosse novamente alterado e emendado, como se fez em 1979. Mas a proposta de alteração da legislação não se expressava ainda em termos de um Estatuto a ser elaborado, preferindo-se expressões como revisão, reforma ou criação de um “Código da Criança e do Adolescente”, para se usar as expressões adotadas pela campanha nacional *Criança e Constituinte*, conforme informou Carmen Craidy na sessão de 5 de maio de 1987. Por outro lado havia quem parecia torcer o nariz para essa problematização dos termos, como o relator Eraldo Tinoco, que, em determinado momento, tentou imprimir certa inocuidade ao debate sobre a terminologia, propondo que cada um utilizasse a palavra que mais considerasse pertinente, não reconhecendo assim o alcance daquela terminologia preconceituosa e excludente e o significado social do debate ali travado.

Os debates no interior da ANC foram fundamentais no sentido de gerar as condições políticas e institucionais para a mudança do escopo jurídico voltado às crianças e jovens no país. Após a promulgação da CF em outubro de 1988, nela contendo os artigos 227 e 228, abriu-se uma etapa que daria continuidade ao debate sobre como regulamentar uma nova legislação para tal segmento. De acordo com Júlio Cesar Francisco, Agnaldo Lima e Luís Antônio Groppo, em 1989 chegaram projetos de lei no Congresso Nacional que tanto propunham reformas ao Código de Menores como também uma nova e específica legislação para crianças e jovens. O projeto de lei nº 193 de 1989, do senador Ronan Tito (PMDB), ganhou *status* formal para poder ser discutido entre os parlamentares no dia 13 de março. A comissão para análise foi composta pelos seguintes senadores: Alexandre Alves Costa (PFL), Antônio Luiz Maya (PDC), Francisco Guimarães Rollemberg (PMDB), Wilson Barbosa Martins (PMDB), Louremberg Nunes Rocha (PMDB), João Assis Meira Filho (PMDB) e Roberto Pompeu de Sousa Brasil (PMDB).

Esta versão inicial do ECA foi debatida e confrontada com propostas reformistas do Código de 1979 apresentadas por meio dos projetos de lei nº 255/1989, de autoria do senador Nelson Carneiro, e do projeto nº 279/1989, de autoria do senador Márcio Lacerda. Os projetos 193 e 255 acabaram protagonizando o debate: “Em apenas 11 meses, o projeto passou pelo Senado Federal, de 30 de junho de 1989 a 25 de maio de 1990, e rapidamente encaminhado à Câmara dos Deputados, que passou a receber a designação PL nº 5.172 de 1990”.⁵⁸⁷ A comissão

⁵⁸⁷ FRANCISCO, Julio Cesar; LIMA, Agnaldo Soares; GROPPPO, Luís Antônio. Tramitação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional (1989-1990). *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-21, 2020.

na Câmara foi composta pelos seguintes membros: Antônio Mariz (PMDB), Rita Camata (PMDB), Hélio Rosas (PMDB), Maria Lúcia (PMDB), Nilson Gibson (PMDB), Airton Cordeiro (PFL), Sandra Cavalcanti (PFL), Salatiel Carvalho (PFL), Arthur da Távola (PSDB), Robson Marinho (PSDB), Nelson Aguiar (PDT), Jorge Arbage (Partido Democrático Social – PDS), Dionísio Hage (Partido da Reconstrução Nacional – PRN), Benedito Monteiro (Partido Trabalhista Brasileiro) e Benedita da Silva (PT). Durante cerca de 45 dias a comissão analisou o projeto e promoveu discussões.

Um ponto ressaltado por Francisco, Lima e Groppo se refere à importância da versão do Código de Menores de 1979 e a conservação de vários dos seus dispositivos na nova lei que seria promulgada em 1990. Destacam que, por exemplo, “mantiveram-se os princípios de estudo psicossocial da vida dos jovens para subsidiar o juiz na aplicação de determinada sentença, agilidade na apuração processual, de modo a evitar o sentimento de impunidade do infrator”, assim como foi mantida a “possibilidade de aplicação de medidas de responsabilização mais brandas e com maior razoabilidade, por meio das medidas de Liberdade Assistida e Semiliberdade”.⁵⁸⁸

Embora não tenha contado com a participação da sociedade civil, os debates sobre o projeto do ECA na Câmara referendou propostas, emendas populares e conteúdos discutidos durante a ANC. O projeto seguiu para o Senado onde houve debates e poucas alterações na redação em 29 de junho. A aprovação unânime ocorreu em 12 de julho e a sanção pelo presidente Fernando Collor de Mello se deu no dia seguinte, 13 de julho de 1990, quando o ECA passou de projeto disputado no seio da sociedade e no Congresso Nacional para se tornar a lei nº 8.069.

Portanto, ao mapear algumas resistências que contribuíram para tensionar o conceito-imagem do menor infrator e propor outros modos de conceber a infância, penso que a ANC foi um espaço estratégico para revisão das políticas para tal segmento. Contudo, sem acreditar que todos os movimentos e práticas de resistência convergiram naturalmente para a ANC, pode-se pensar o espaço da Subcomissão como sendo também marcado por idiosincrasias e conflitos de toda sorte, um efetivo campo de forças localizado institucionalmente. As condições de possibilidade para isto parecem ter sido expostas no fim de uma das sessões pelo presidente da Subcomissão, Nelson Aguiar (PMDB-ES), nos seguintes termos:

Quero lembrar que não fizemos uma revolução neste País para depois convocarmos uma Assembléia Nacional Constituinte. Fizemos um acordo nacional, em que sentaram à mesma mesa, para fazer esse acordo, cassados e

⁵⁸⁸ Idem, p. 13.

caçadores, torturados e torturadores, banidos e banidores, corruptos e corruptores e outras coisas mais. Fizemos um grande acordo nacional para provocarmos este momento político a que damos o nome de transição. Vejam bem. Não tivemos um Fidel Castro. Tivemos um Tancredo Neves. Não tivemos uma Sierra Maestra. Tivemos um Planalto. Tivemos a cidade de Brasília, embora tivéssemos as multidões nas praças e, num dado momento, vi com espanto, comícios de 600 mil pessoas, de 500 mil pessoas, de 1 milhão de pessoas, o operário descalço agarrado no braço do intelectual, cantando um hino que ele nunca tinha ouvido cantar, que ele nunca havia cantado. De repente, todos nós estávamos vestindo as cores da nossa Bandeira Nacional. A nossa Bandeira ganhou cores diferentes, cores novas, cores muito mais bonitas. De repente, o amarelo virou a cor da moda brasileira. De repente estávamos assobiando por aí, quase que automaticamente, o hino da Fafá de Belém. Foi um momento extraordinário que aconteceu! E naquele momento foi assinado o compromisso da convocação da Associação Nacional Constituinte. Esta Constituição que nós iremos fazer é a que está saindo de uma Assembléia Nacional Constituinte convocada em função desse grande acordo.⁵⁸⁹

Na ordem de um “grande acordo nacional” construído entre grupos e conformações de poder historicamente hegemônicos no país, urdiu-se a redemocratização brasileira que teve como um dos seus elementos chave o processo da ANC. Considerados estes aspectos no âmbito de uma macropolítica que organizou os debates e modos de incidência para fazer ruir a imagem do menor e desfazer o conceito que lhe constituía a dupla face, torna-se necessário cartografar outros aspectos do amplo campo de forças que se constituiu dos anos 1970 a 1980, descrevendo suas ramificações micropolíticas expressas e vivenciadas a partir de experiências de amizade, de escrita de si em forma de relatos e as temidas rebeliões e fugas da FEBEM-SP.

Itinerários de um escândalo, mapas de insurreições

Ao seu modo Pedro Bala se constituiu em suas relações com os meninos do bando como um indivíduo marcado pelo desejo de driblar, resistir, inventar para si outras formas de vida, desterritorializando a imagem que a polícia e a elite baiana fizera de garotos como ele. Seu próprio rosto foi marcado, uma vez que na disputa com o grupo rival, restou-lhe uma cicatriz na face que serviria inclusive para identificá-lo com mais facilidade pelas ruas de Salvador. Por outro lado, a vida de Pedro também foi marcada por coisas boas e bons encontros. Os afetos, desejos e relações de amizade construídas no grupo permitem perceber como a narrativa literária amadiana foi atravessada por toda uma ética da resistência singular, localizada e circunstancial.

⁵⁸⁹ Anais da ANC, Ata das Comissões [Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso], p. 177.

Do corpo torturado ao corpo desejanste; do corpo (dito) improdutivo para o trabalho ao corpo que fez do espaço político da militância um modo de cultivar a rebeldia individual e coletiva; foi assim que Jorge Amado fez de Pedro Bala uma imagem vibrante na literatura brasileira da segunda geração do modernismo. Imagem capaz de mobilizar paixões, mas também de incitar as políticas do ódio efetuadas pela repressão do Estado Novo e de todos aqueles que não toleraram que a partir de uma personagem marginal e “sem futuro”, fosse possível erguer um símbolo da resistência da classe trabalhadora. Se, por um lado, aquela narrativa parece desenhar a trajetória de Pedro como uma redenção ao trabalho e à consciência de classe, também se pode ver ali um gesto político que fez parte de todo um regime de escrita marcado pela vontade de tensionar e fazer ver todo um campo social esquecido ou, aliás, mais que isso, profundamente alardeado, mas por isso mesmo ostracizado.

Um conjunto de narrativas articulado de modos distintos pelo dispositivo da menoridade permitiria ver ao longo do tempo como múltiplas formas de composição da resistência se efetuariam contra os processos de normalização. Frente a uma ampla e opressiva maquinaria de morte dos corpos infantis e juvenis periféricos, pobres, negros e excluídos, se comporia uma rede multifacetada e variada de contraposições. Na seção anterior pôde-se ver alguns aspectos da militância e dos movimentos e instituições que disputaram na esfera pública os debates sobre o menor delinquente e infrator, especialmente no âmbito da ANC. Relembrar Pedro Bala nesse momento da narrativa tem o interesse de suscitar olhares sobre outros agenciamentos coletivos que tornaram possível resistir às ações ocasionadas no âmbito do dispositivo da menoridade.

O poder não poderia ser jamais lido como algo que se detém e se possui eternamente, mas muito mais como um jogo estratégico, relação social articulada em níveis e estratificações distintas, estruturando-se em um campo de forças onde a resistência às formas de normalização sempre se constituem, embora nem sempre sejam documentadas ou passíveis de leitura quando se trata de experiências recuadas no tempo. Este desafio pode ser superado em parte para pensar as dinâmicas que resistiram ao processo de invenção do menor infrator como signo de um mal a ser superado e matado. Se a literatura de Jorge Amado ao seu modo contribuiu para ler as táticas e estratégias em jogo na disputa da cidade por menores e seus diferentes algozes, posteriormente, nos anos 1970 e 1980, outras fontes documentariam à sua maneira as formas de resistir a tais investimentos e os seus efeitos institucionais.

Se a participação de crianças no âmbito da ANC de 1987 foi importante na construção de certa leitura desse processo político e da construção de novos sujeitos de direitos na esfera pública, também seria preciso olhar para outras fontes e perscrutar outras formas de resistência que foram possíveis para além da tomada da palavra em um espaço político formal. Se as

relações de poder se constituem de diferentes modos, articulando práticas diversas e resistências sempre singulares e diacronicamente transformáveis no tempo, por isso mesmo torna-se possível pensar outros modos de sua constituição e efetuação.

Depois da morte de Garotão em seus braços, Lilica se desesperou no meio do quarto escuro, rodeado por tantos meninos apreensivos diante da possibilidade de que eles mesmos fossem as próximas vítimas. Temeroso, Pixote suplicou para que Dito os ajudasse a sair dali. Não demorou muito para que uma rebelião se instaurasse, marcada por gritos de desespero. O choro de Lilica e a raiva incontida que se efetuava ao rasgarem colchões, atearem fogo no quarto, quebrarem os poucos utensílios que ali existiam, como cadeiras, se constituíram como marcas de uma rebelião. A insurreição⁵⁹⁰ coletivamente efetuada, mas não pensada nem planejada naquela circunstância funcionou como resposta coletiva⁵⁹¹ às injunções e violações que marcavam o cotidiano da instituição que o filme de Babenco sequer nomeou como FEBEM-SP, mas que logo foi reconhecida pelo público. Este foi um momento ímpar na narrativa fílmica pois a partir dali um pequeno grupo fugiu e permaneceu junto nas ruas de São Paulo e, posteriormente, no Rio de Janeiro quando os meninos se envolveram em um esquema de tráfico de drogas.

Depois de atearem fogo no quarto, quebrarem as janelas e conseguirem iniciar o processo de fuga da instituição, um dos momentos singulares para pensar os processos de subjetivação e as tramas da exclusão é exatamente aquele em que Roberto – um dos

⁵⁹⁰ Ao estudar as rebeliões de jovens da Fundação Casa (substituta do sistema FEBEM-FUNABEM em 2006) no estado de São Paulo, Salete Oliveira constrói uma importante crítica dos mecanismos sociais de aprisionamento de jovens em instituições e estruturas execráveis, que demonstram como instituições prisionais não podem ser reformadas, porque efetivamente seu funcionamento não pode prescindir da tortura, da indignidade e da violência rotineira. Pensar as rebeliões de jovens fora do esquema “mas o que propor no lugar disso?” torna-se ponto de partida para fazer uma crítica não acomodada aos mecanismos de violência que socialmente são legitimados por aqueles que aludem diariamente sobre a “defesa de direitos”. Cf. OLIVEIRA, Salete. Aprisionamento de jovens, revoltas, fugas e o indomável? In. RAGO, Margareth & GALLO, Sílvio (org.). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017, pp. 303-310.

⁵⁹¹ Em seu estudo sociológico das rebeliões de adolescentes das unidades da FEBEM-SP ocorridas em 1992, 1997 e 1999, sendo a deste último ano a que ganhou maior repercussão, Mione Sales analisa como tais movimentos não podem ser lidos apenas como “impulsos” ou “pulsões” naturais à violência, mas como respostas do coletivo de jovens às violações de direitos que sofriam dentro das unidades, sendo este um meio importante de ocasionar transformações na própria estrutura e na rotina da internação. Isto significa atentar para o “protagonismo” e a capacidade de resistência organizada desses jovens para levar adiante uma determinada leitura de suas vivências para a população externa às instituições. Os escândalos provocados pelas rebeliões exerceram força para que em 2006 fosse mudado não apenas o nome, mas a proposta das unidades de internação por meio da emergência da Fundação Casa. Cf. SALES, Mione Apolinário. Juventude *transviada* de direitos: uma crônica das rebeliões na FEBEM-SP. In. FRAGA, Jorge Cesar Pontes & IULANELLI, Atílio Silva (orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 188-220.

adolescentes amigos de Pixote, Dito e companhia, reconhecido por todos como cantor, como o “Roberto Carlos dos pobres” – desiste de fugir porque, na condição de deficiente físico, não teria como andar habilmente pelas ruas da cidade, roubar e fugir dos policiais. Ficar ali, apesar de tudo, seria menos doloroso para ele. Assim, ficou sozinho, observando os outros pularem a janela, sorrateiros, enquanto ele lamentava com o olhar triste a sua impossibilidade de resistir frente àquela circunstância e aproveitar, tal como os seus amigos, aquela possibilidade de ser livre.

No contexto das instituições de acolhimento ou reforma de menores, a rebelião se efetua como acontecimento coletivo, tendo sido recorrente no estado de São Paulo principalmente no ano de 1985, sendo fartamente documentada na imprensa paulista, conforme depoimento de Lia Junqueira. Falar em fugas, rebeliões e insurreições no contexto dessas instituições voltadas para este segmento infantil e juvenil exige que se coloque o corpo na cena principal, uma vez que a rebelião só se efetua naquele tipo de contexto a partir de toda uma trama de exclusões e violações cuja superfície de inscrição, incisão, fissura e marcas somente poderia ser o corpo infantil e juvenil. Naquele contexto institucional o corpo podia ser submetido nos cálculos do poder e da economia constituída entre adultos e menores, o que se configurava na condição impositiva de monitores, supervisores e gestores daquelas unidades de atendimento. Tratava-se, portanto, de corpos em resistência, em ebulição coletiva, manuseando, subsumindo e resistindo às maquinarias que os produziu e em relação às quais eles nunca foram exatamente meros produtos ou resultados imediatos.

Dos caminhos trilhados por Pedro Bala pelas ruas de Salvador, passando pelo plano-sequência construído por Hector Babenco para criar um clímax em sua película, ou ainda rememorando as impressionantes páginas em que Querô foge, subverte, engana e se alia às redes de poder para driblar os seus algozes na instituição ou os milicianos quando ele já estava em liberdade após a fuga, são cenas e mais cenas que permitiriam pensar longamente o estatuto da resistência em suas efetuações no dispositivo da minoridade. Se os corpos em fuga presentes na literatura e nas imagens do cinema, ou ainda nas diversas páginas da imprensa configuram-se como peças-chave para entender as cartografias da resistência frente aos aparelhos de captura, então cabe notar que o corpo aqui não age exatamente no nível de uma vingança individualmente urdida e executada.

Ao pensar os corpos em rebelião no contexto das fugas e insurreições de adolescentes na Fundação Casa (SP) entre 1998 e 2001, Maria Cristina Vicentin⁵⁹² descreve um conjunto de

⁵⁹² VICENTIN, Maria Cristina G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. *Tempo Social*, revista de Sociologia da USP, v. 23, n. 1, p. 97-113.

situações que nos tocam e nos afetam sobremaneira ao ver os momentos vividos por adolescentes como Maguila que, em 25 de dezembro de 1998, participou de uma rebelião. Ocorre que, não fugindo com seus amigos mas os convocando a morrerem juntos, usou pedaços de vidro para ferir repetidamente o próprio rosto, até chegar ao momento final em que se suicidou, tendo seu corpo carbonizado no incêndio. São situações extremas que permitem entender as maquinarias que regularam e fizeram funcionar historicamente as instituições que deveriam ressocializar e criar condições e oportunidades.

O corpo infantil e juvenil, assim, funcionaria como uma matéria explícita e radical do testemunho sobre os tratamentos destinados a esta parcela da sociedade. Este corpo-testemunho, na acepção de Vicentin, apresenta-se como atravessado pelas incisões e inscrições institucionais, desde o rosto retalhado ao gesto de suicídio como denúncia. Tais processos só se efetuem em uma condição institucional marcada pelo sofrimento que paulatinamente geraria situações desse tipo ou semelhantes. Contudo, seria preciso desindividualizar o sofrimento assim como os processos de resistência que a ele se articularam por diferentes meios e táticas, pois este diria respeito muito menos a uma condição médica e psicológica pessoal e mais a um processo institucional e social.

As rebeliões podem ser lidas como agenciamentos coletivos de enunciação que articulam uma variedade de fluxos semióticos, experiências individuais e afetividades dispostas em um certo campo de forças, tornando possível a desobstrução, o golpeamento da instituição desde o interior de sua estrutura. Seria o caso de pensar essas diferentes linhas de fuga como constituintes de uma enunciação coletiva que não se submeteu a uma unidade que lhe seria resultante. Isto é, a fuga ou a rebelião não se direcionaram a um mesmo objetivo partilhado ou definido coletivamente apenas, pois a partir daí as trajetórias tomariam rumos diferentes.

O campo de forças em que aqueles corpos infantis e juvenis estiveram inseridos claramente estava eivado por resistências moleculares, localizadas, sendo diária e cotidianamente reforçadas ou redirecionadas. Mas a rebelião se constituiu como elemento articulador, como agenciamento sob um conjunto de linhas de fuga que a partir dali desenharam outros modos de ação. Por este motivo que Vicentin propõe que não se pense as insurgências juvenis apenas como “uma forma degradada de vingança diante da demanda por justiça”. Isto a reduziria à condição de “geradora de ódio e desconfiança”, desconsiderando a multiplicidade de forças e potências que a constituem desde o início de sua efetuação.

Mas se as insurgências coletivas foram importantes para questionar as instituições e mostrar seus limites éticos, políticos e administrativos, a vida fora desses espaços quase nunca foi marcada por uma experiência “romântica” da liberdade. Após a fuga, uma das cenas mais

instigantes do filme de Babenco é justamente a conversa entre Lilica, Pixote e Chico quando estavam na praia do Rio de Janeiro. Lilica fala que em breve completará seus 18 anos de idade e, como resposta à frase brincalhona de Chico dizendo “tá ficando velha, hein Lilica?”, ela responde com um olhar triste e cabisbaixo. Sabia que a partir dali a “barra iria pesar” e ela “não poderia marcar bobeira”.

Pixote lhe diz que quando fizesse dezoito anos iria buscar outra coisa, falar com o Roberto para saber se ele o deixaria entrar na banda. Mas Lilica lamenta dizendo que para ela não adiantaria de nada, pois todos sempre teriam motivos para lhe fazer chacota e lhe infernizar com expressões como “bicha de merda”, que ela pronuncia imitando o tratamento rude e costumeiramente praticado por policiais frente a homossexuais e travestis. Alguns segundos depois, um dos momentos mais tocantes ocorre. Sob a luz do sol no Arpoador e com a praia de Ipanema ao fundo, Lilica se pôs a cantar “Força estranha”, canção de Caetano Veloso. Mirando as aves que sobrevoavam o mar, sentindo o vento tocar-lhe a pele branca e lhe bagunçar os cabelos molhados e ondulados, o menino “viado” enuncia o seu lamento em forma de poesia. Antes, indaga com amargor:

— O que é que pode esperar uma bicha da vida?

— Nada, né Lilica? — diz Pixote com a boca cheia de pedaços de um pão que ele segura.

Sorradeira, a câmera vai fechando o plano no rosto de Lilica que fixa o horizonte e canta:

Eu vi um menino correndo
Eu vi o tempo brincando ao redor
Do caminho daquele menino
Eu pus os meus pés no riacho
E acho que nunca os tirei
O sol ainda brilha na estrada e eu nunca passei
Eu vi a mulher preparando outra pessoa
O tempo parou pra eu olhar para aquela barriga [...].⁵⁹³

A luz crepuscular cobre a cidade, a praia e as águas do mar ao passo em que a voz de Lilica vai cantando o seu lamento poético. A teia semiótica que se estabelece entre o rosto de Lilica, o conteúdo emotivo de seu canto, assim como a escolha da poesia e a sequência de imagens, permitem pensar como Babenco instituiu ao seu modo uma percepção do tempo, da imagem-tempo no intuito de descrever as (im) possibilidades de vida para um menor de rua que, além dos estigmas vinculados à delinquência, tinha inscrito em sua pele, na estrutura dos seus gestos, na intensidade do seu desejo e no desenho de sua face maquiada os contornos de

⁵⁹³ A personagem canta a música até este trecho, motivo pelo qual citamos até o mesmo. A letra pode ser acessada na íntegra no seguinte link: <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44727/>. Acesso em 22 de mar. 2020.

uma sexualidade dissidente e desviante. A pergunta de Lilica incomoda, mas não a Pixote que trazia em si a resposta que veio automaticamente para reforçar que uma bicha não teria lugar algum. Se alguma tolerância lhe havia sido garantida até então na condição de menor de idade e passível de alguns procedimentos por parte do Estado, a partir dali nada mais lhe poderia ser ofertado e o seu corpo se constituía como indicativo da inviabilidade de sua própria existência.

Ao passo em que reforçou o estigma sob a sexualidade de Lilica sem pensar muito a respeito disso, Pixote também a abraçou enquanto cantava a canção, em um gesto de apoio e solidariedade naquele momento de tristeza que se abatera sobre sua amiga. Inserida naquela situação triste, a canção parecia falar de outra coisa, uma espécie de potência latente, imanente àquele corpo que respirava, gesticulava, experimentava o prazer erótico e sexual com Dito e outros meninos com quem vinha partilhando os dias e vivenciando afetos. Aquela canção falava de uma força estranha. Havia sido composta por Caetano Veloso em 1978, a partir de um encontro casual com Roberto Carlos na TV Globo. A música estaria fazendo menção a um modo de resistência também? Estaria Lilica falando, por meio daquela canção, não apenas de sua tristeza frente às discriminações que sofreu, mas questionando-as? Estaria ela falando do seu corpo como potência afirmadora de vida, disputando a cena, construindo relações, driblando os horrores que o machismo e o sexismo produziram sob o seu corpo na condição de “viado”?

Talvez por meio daquele gesto Lilica também estivesse falando de si como força criativa, como um corpo escândalo frente aos horrores da normalização sexual que a relegava a uma espécie de não lugar na divisão sexual binária entre meninos e meninas, homens e mulheres. Ela era branca, magra, com os olhos castanhos escuros, tinha os cabelos loiros, mas em diferentes momentos aparece usando uma peruca ruiva e roupas bem ajustadas ao corpo, buscando delinear suas curvas. Seu corpo falaria, tomaria a cena, questionaria aquele estado de coisas organizado sob a regra da heterossexualidade normativa e compulsória que fazia do corpo de um menino viado, um menino afeminado, o corpo esquecido e risível.

Por meio da canção de Caetano Veloso estaria a adolescente falando do seu corpo no tempo. Um tempo que estava passando e começava a deixar suas marcas na sua estrutura física. Um corpo socialmente articulado por forças diversas, sendo uma delas a possibilidade de definição de uma identidade etária que, ao ser categorizado como possuindo 18 anos, poderia ser colocado na condição de maior de idade. Logo, criminalmente imputável. Ao pensar sobre o discurso que institui as identidades etárias e as faixas de idade em sua relação com o corpo, Alfredo Veiga-Neto afirma que as idades funcionam socialmente como marcadores sociais, isto é, “símbolos culturais que funcionam para diferenciar, agrupar, classificar, ordenar” e inscrevem-se na superfície do corpo, manifestando “as marcas que nos posicionam: ser (ou não

ser) baixo, negro, magro, loiro, deficiente, etc.; ter (ou não ter) tal ou qual sexo, idade, língua, etc.; partilhar (ou não partilhar) de tal ou qual costume, tradição, território, classe social, etc.”⁵⁹⁴

Seja como assunto, conceito ou categoria, a idade “funciona” estando totalmente articulada com os demais elementos que constituem as categorias que definem a identidade: “De fato, existe uma teia de relações entre elas; talvez o melhor exemplo disso se tenha nos diferentes significados que a idade assume em função do gênero: ‘ser velho’ é muito diferente de ‘ser velha’. Além disso, alguns marcadores identitários — como o vestuário, os adereços (na roupa ou diretamente no corpo), as marcas físicas (cor, textura e corte dos cabelos, cor da pele, maquiagens, etc.), a gesticulação, o modo de falar, etc.— acabam funcionando não só para representar um determinado grupo étnico (ou uma tribo), como, ao mesmo tempo, para representar esse ou aquele grupo etário”, enfatiza Veiga-Neto.

Trata-se de pensar a definição das faixas de idade como uma produção da cultura, composta pelos demais elementos que a isto se articula, e “ainda que qualquer identidade jamais seja fixa e nem mesmo estável, no caso das idades é evidente *per se* que, se há um agrupamento cujo critério maior de formação e ordenamento é o tempo vivido, é suficiente viver esse tempo para que cada um acabe percorrendo os diferentes grupos. Dito de outra maneira: todo adolescente já foi criança, todo adulto já foi adolescente e todo velho já foi tudo isso... De fato, o que se espera é que cada pessoa assuma diferentes identidades etárias, ao longo de sua vida”.

Entretanto, para além dessas amarrações sociais que fazem do corpo objeto de definição e organização política, fica a impressão de que ali, ao cantar “Força Estranha”, Lilica estava falando do seu corpo como um escândalo frente à norma, um corpo desejante, desejável, articulável nas tramas do desejo e da presença partilhada. Como corpo dissidente, Lilica pareceu em diferentes momentos constituir-se, elaborar-se subjetivamente a partir de outros horizontes e outras perspectivas que não se articulavam facilmente ao já dito, já pensado, já feito no âmbito da sexualidade. Lilica parecia constituir para si, em diferentes cenas do filme, uma relação criativa com seu corpo e seu desejo. Estaria Lilica criando para si um corpo sem órgãos? Um corpo indisciplinado, insatisfeito às divisões de posição sexual e moral que a relegara ao lugar do sujeito passivo na transa e esquecível/risível na vivência coletiva?

Um corpo sem órgãos, como propõem Deleuze e Guattari, seria a constituição ética, estética e, por isso mesmo, política, de uma relação do corpo contra o organismo, isto é, contra

⁵⁹⁴ VEIGA-NETO, Alfredo. As idades do corpo: (material)idades, (divers)idades, (corporal)idades, (ident)idades... In. *VII Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular* (SMED/Porto Alegre) "Utopia e Democracia: Os Inéditos Viáveis na Escola Cidadã". Julho de 2000. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.12.htm>. Acesso em 23 de mar. 2020.

o sistema de regras, normas, fatos, leis simbólicas e jurídicas que reduzem o corpo a um conjunto de funções predefinidas e das quais não se poderia fugir. Trata-se de um questionamento às estratificações de gênero e sexualidade, neste caso, onde o desejo desloca significados e constrói outra relação entre os corpos e os prazeres.⁵⁹⁵ O inimigo do corpo não são os órgãos, mas o organismo, pois sendo o organismo o “juízo de Deus” constitui-se como força de subjugação da corporeidade como diferença, singularidade.⁵⁹⁶

O corpo de um menor infrator como o de Lilica pode ser pensado como ponto de atravessamento de toda uma política do sexo que define o seu lugar ou que questiona a sua não acomodação automática a um certo lugar destinado a este corpo. Vamos percebendo assim como sexo e gênero estão articulados a jogos complexos e que permitem entender que a invenção do menor infrator esteve articulada a uma definição deste sujeito em termos não apenas de classe, raça e idade/geração, mas também de gênero e sexualidade. Lilica, sob este aspecto, é o corpo indisciplinado, duplamente desviante como menor infrator e como menor “viado”, que deveria se localizar na condição de menino, do sexo masculino, mas diante dessa regra ele ou ela transita, bifurca. O uso da peruca, maquiagem, dança e sexo com os parceiros do instituto são formas de infringir as regras.

Assim, questiona e incide sobre a própria gramática que se instaura no regime de verdade que aloca alguns indivíduos como meninos, logo machos e fortes; e outros como meninas, logo, fêmeas e frágeis. Mas trata-se também de uma fragilidade que desperta o desejo de poder sobre o corpo do outro, o que se pode ver de maneira muito clara quando eles ainda estavam no instituto para menores e Pixote viu Lilica dançando. Estando ele escondido com Fumaça, logo disse para seu parceiro: “eu comia”, após caracterizar Lilica como uma “mina gostosa”. Quando Fumaça o adverte que não era uma menina, mas uma bicha, ele diz que comeria mesmo assim. Percebe-se, portanto, como o corpo dissidente de Lilica foi tratado como abjeto, mas paradoxalmente também foi desejado.

Ao habitar a zona do indiscernível, o corpo de Lilica foi machucado, vilipendiado e objeto de riso e sarcasmo por muitos meninos. Daí Lilica se impor também com base na violência simbólica e física, desempenhando os mesmos papéis que os meninos em momentos em que ações como traficar, roubar, assaltar e agredir se fizeram necessárias para a

⁵⁹⁵ Para uma interessante leitura sobre as formas de estratificação social, o corpo e o desejo, cf. GUATTARI, Félix. *Devir criança, bicha, malandro*. In. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 3ª ed. Tradução de Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 64-69.

⁵⁹⁶ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Como criar para si um corpo sem órgãos? In. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 24.

sobrevivência do grupo. Os corpos de travestis, transexuais e pessoas transgêneros têm sido historicamente objeto de perseguição, ojeriza e homicídio, o que reforça o argumento sobre a dimensão eminentemente política da definição social de gênero e sexualidade. Sobre este tipo de estratificação, Gayle Rubin afirma que “os indivíduos cujo comportamento figura no topo dessa hierarquia são recompensados com o reconhecimento de saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, apoio institucional e benefícios materiais”. Contudo, “à medida que se vai descendo na escala de comportamentos sexuais ou ocupações, os indivíduos que os praticam se veem sujeitos à presunção de doença mental, falta de idoneidade, tendência à criminalidade, restrição de mobilidade social e física, perda de apoio institucional, sanções econômicas e processos penais”.⁵⁹⁷

Estudando o processo de construção do roteiro de *Pixote*, que se deu no ano de 1979 em um trabalho conjunto de José Louzeiro, Hector Babenco e Jorge Duran, Bruna Castelo Branco⁵⁹⁸ mobiliza os três manuscritos cedidos pela família de José Louzeiro para a Fundação Biblioteca Nacional em 2017 e faz uma crítica genética, descrevendo os detalhes de constituição das personagens principais da trama, como Pixote, Lilica e Sueli. Um primeiro detalhe importante é que Lilica não figurava no romance que originou o filme, sendo elaborada para o filme e aparecendo de maneiras diversas nas três versões do roteiro. O primeiro nome pensado para ela, que já era definida como homossexual, foi “Mariazinha”, embora marcações no roteiro indicassem a provisoriedade daquela nomenclatura. Posteriormente, foi o próprio Louzeiro quem escreveu recado para Babenco dizendo que o nome Mariazinha não era condizente com a força da personagem na trama. Assim, com base na análise das versões do roteiro, o estudo de Castelo Branco faz ver como todo um repertório cultural que articulava termos como “feminilidade”, “homossexualidade”, “passividade” e “sexualidade” foi mobilizado inicialmente para atribuir o nome de Lilica como “Mariazinha”, cujo uso no diminutivo também atualiza um conteúdo sexista.

Se as reflexões de Rubin nos permitem pensar sobre como gênero e sexualidade são elementos politicamente articulados para definir o lugar social de corpos generificados como masculinos ou femininos, o corpo de Lilica parece subverter ao seu modo esse esquema binário, transitando entre os gêneros, performatizando um conjunto de práticas que diriam respeito a um e outro, mas ao mesmo tempo a nenhum deles. A travestilidade vivenciada por Lilica, neste

⁵⁹⁷ RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. Tradução de Jamille Pineiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 83.

⁵⁹⁸ CASTELO BRANCO, Bruna Maria Paixão. *O protagonismo anti-herói na obra de José Louzeiro: análise do processo de criação do roteiro do filme Pixote – a lei do mais fraco*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal do Maranhão, 2020.

sentido, pode ser pensada como efetivamente um conjunto de princípios e atitudes que irrompem sob alguns aspectos no binarismo e na heterossexualidade compulsória.⁵⁹⁹

Ao ler os diferentes momentos de constituição do roteiro do filme, Castelo Branco nos indica uma das sequências que foram excluídas, mas ao mesmo tempo que diz muito sobre as definições de gênero e sexualidade que circulavam na tessitura da narrativa cinematográfica. Ela refere-se ao episódio em que, após a fuga do reformatório, Pixote, Dito e Chico teriam dito que Lilica somente poderia seguir com eles se tirasse a maquiagem do seu rosto. Pois bem, a cena não entrou na versão final e não consta do filme, mas permite pensar como Lilica foi um corpo incômodo, não ajustável, não facilmente articulável na ordem dos gêneros desde a formulação do roteiro, sendo lida inicialmente com base nas referências do binarismo homem/mulher e heterossexual/homossexual. Um corpo sem órgãos poderia ser lido justamente nesse ínterim, nesse processo que implode por dentro um sistema de regras ao qual ele não se submete, não obedece. Portanto, o juízo de Deus cai por terra e suas condenações, mais que objeto de temor e obediência, tornam-se objeto de gargalhadas profanas.

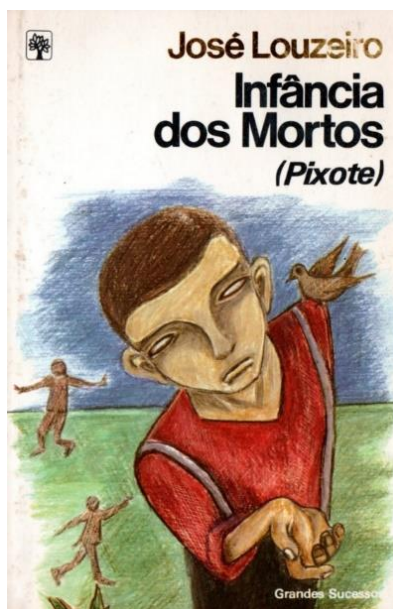


Figura 70 – Capa de *Infância dos Mortos*: do escândalo político ao romance.

Inicialmente Lilica não estava no conjunto das personagens que compunham o enredo do romance-reportagem de José Louzeiro publicado originalmente em 1977 pela editora Record. Trata-se de uma obra importante na trajetória do autor que trabalhou em diferentes

⁵⁹⁹ Diz respeito ao modo como a cultura naturalizou a heterossexualidade sob a condição de que qualquer outro comportamento ou orientação sexual fosse taxada e perseguida como desviante e passível de punição. Sobre este conceito, cf. RICH, Adriene. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, n. 5, 2010, p. 17-44.

jornais do São Paulo e Rio de Janeiro. Nascido em São Luís, capital do Maranhão, no ano de 1932, e falecido em dezembro de 2017, Louzeiro trabalhou como jornalista, escritor e roteirista de cinema e televisão, tendo deixado sua cidade natal em 1954, indo buscar oportunidades no Rio de Janeiro. Lá atuou inicialmente na *Revista da Semana* e, posteriormente, também nos jornais *A Luta Democrática*, *O Dia*, *Diário Carioca*, *O Radical*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O Jornal* e *Diário da Noite*, e nas revistas *O Mundo*, *O Mundo Ilustrado*, *Última Hora* e *O Globo*. Em São Paulo, atuou no jornal *Folha de S. Paulo* de 1972 a 1975. Foi neste ano que ele decidiu se dedicar à literatura, por meio da escrita de romances e contos.

O trabalho literário de Louzeiro partiu da sua experiência como repórter policial, tendo contato diário e muito próximo com grupos sociais marginalizados e estigmatizados. Mas um ponto de atravessamento entre sua carreira como jornalista e escritor foi certamente um dos episódios mais vergonhosos da história do Brasil no que concerne ao tratamento do Estado às questões relacionadas à institucionalização de crianças e adolescentes. Em 1974 tomariam as manchetes de diferentes jornais de São Paulo e Rio de Janeiro as notícias sobre aquilo que passou a ser chamado como Operação Camanducaia. Contar essa história será fundamental para pensar sucintamente sobre o tipo de denúncia que Louzeiro escolheu fazer a partir da literatura.

Na segunda-feira, dia 21 de outubro de 1974, o jornal *Folha de S. Paulo* estampava em seu primeiro caderno a seguinte notícia: “Título: Ônibus para Camanducaia – viagem do horror”. Tratava-se de uma reportagem escrita por dois enviados especiais, Ernani Marques e Gilberto Ribeiro, à cidade de Camanducaia, no sul do estado de Minas Gerais.⁶⁰⁰

“Fechem as cortinas, abaixem as cabeças”. No dia 18 de outubro, sexta-feira à noite, um grupo composto por cerca de 93 adolescentes apreendidos por policiais no DEIC da cidade de São Paulo viveu uma experiência de horror ao serem retirados do 3º andar dessa instituição para onde haviam sido levados sem motivo algum, uma vez que a maioria não havia cometido nenhum tipo de infração legal, e colocados dentro de um ônibus sem saber para onde estavam sendo levados na calada da noite.

“Às 20h30 eles foram retirados das celas, em grupos de 10, e levados para um ônibus estacionado na garagem do departamento, na rua Brigadeiro Tobias. Nove homens levavam a

⁶⁰⁰ Neste trecho estruturo a narrativa a partir da transcrição da reportagem. Cf. Ônibus para Camanducaia – viagem do horror. *Folha de S. Paulo*. Segunda-feira, 21 de outubro de 1974. Caderno 1, p. 6.

caravana. Dois iam na frente, num Opala verde (com chapa de Mogi das Cruzes), cinco no ônibus; e mais dois numa perua C-14, amarela, fechando o cortejo”. De acordo com depoimentos, um dos policiais havia tentado explicar a situação ao perguntar sobre quem, entre os garotos, morava em Cachoeirinha ou Mairiporã, pois iriam levá-los para casa. Contudo, os meninos só perceberam o que estava acontecendo quando foram largados, por volta das 2h30 da manhã do sábado, a cerca de 165 quilômetros de São Paulo, na rodovia Fernão Dias, completamente nus.

“Tudo o que aconteceu na viagem eles contaram ao delegado de Camanducaia, Paulo Emílio Viana, e ao escrivão Delmar Dantas, que tomou os depoimentos dos menores. Ontem eles foram trazidos para o Juizado de Menores de São Paulo, com um ofício do juiz da comarca de Camanducaia, Ranulfo Giacomelli”. A reportagem dizia ainda que “os menores – a maioria deles delinquentes – não sabem quanto tempo durou a viagem. Espremidos nos bancos e no corredor do ônibus, dizem ter contado 93 companheiros, de 10 a 17 anos. Alguns, com cabeças raspadas, à moda dos calouros, estavam detidos há apenas dois dias; outros, há sessenta dias, cabeludos”.

A identificação dos policiais responsáveis pelo ato não foi simples, mas os adolescentes informaram que tinham escutado alguns nomes durante o percurso: “Um se chamava Mingo, o chefe, o motorista era Roberto, e teve um que chamaram de Tenente”. Um dos meninos conseguiu descrever com detalhes um dos policiais envolvidos: “Era cabeludo e barbudo, de cabelos pretos ondulados, com 1,70 m de altura, usava jaqueta Lee e calça US-Top (brim desbotado)”. Outro foi descrito como o “baixinho, moreninho, de cabelo preto curto”. Contaram aos repórteres que os homens do Opala paravam em alguns postos rodoviários na estrada para poder conversar com os guardas, continuando a caravana logo em seguida.

“Os mais velhos riam e falavam alto. Às vezes, levavam tapa, aos gritos de ‘cala a boca’. Os mais novos estavam com medo, alguns choravam. Quando se aproximavam de Camanducaia – uma pequena cidade ao sul de Minas, com 12 mil habitantes, a 160 quilômetros de São Paulo, pela Fernão Dias –, começaram a ficar apreensivos. Os homens pediram documentos aos que ainda tinham algum. ‘Depois devolvemos’, disseram”, recolhendo documentos pessoais como certificados de alistamento militar, rasgando-os em seguida. Assim, parecia haver um plano maior em tudo aquilo, uma vez que não bastou sequestrar, desnudar os meninos e espancá-los durante a viagem. Um dos meninos teve os dois braços quebrados ao ser atirado de um canto a outro do ônibus em movimento por um dos policiais. De acordo com a reportagem, os alistamentos “pertenciam a F.B.A., residente à rua Porto Ferreira (Itam Paulista), L.C.A., residente à rua Dr. Seng. s/n (Bela Vista), E. M., residente à avenida Celso Garcia, 2.241

(Tatuapé), e G. V., residente à rua 2, n.o 27 (Jardim Damaceno – Freguesia do Ó), todos com 17 anos”.

O fim da viagem guardaria os desdobramentos de algo que já havia sido horroroso e humilhante até ali. “O ônibus, descrito como um mercedes verde e vermelho, com a inscrição de uma conhecida empresa de turismo de São Paulo, subia a serra da Camanducaia. Cinco quilômetros depois avistaram o Posto e Churrascaria Cometa, que fica no quilômetro 433 (MG). Uns 1.200 metros adiante, pararam em um largo acostamento, junto a um barranco, onde há uma pequena estrada à direita e uma placa de declive. Chovia e fazia frio”. Um dos policiais intimou-os, dizendo: “Vamos descer para tomar um banho de piscina, tirem toda a roupa”. Começou então uma enorme gritaria dos dois lados, dos meninos assustados e sem possibilidades de resistir e dos policiais que os xingavam de todo jeito, esmurrava-os e os forçava a saírem do ônibus no meio da noite fria e sem iluminação alguma por perto.

“Estou com frio, quero roupa”. “Estou com fome”. Os policiais estavam armados com revólveres e metralhadoras, enquanto outros estavam munidos de forma mais rudimentar com pedaços de madeira com pregos e parafusos na ponta. Um dos meninos relatou: “Aí eles começaram a bater na gente, era muita confusão”. Quando os homens começaram a atirar para o alto ouviu-se a voz de comando: “Some pro meio do mato”, mas não era possível saber qual dos meninos havia dito isso. “Uma rajada de metralhadora, tiros de revólver, uma coronhada. O pânico tomou conta dos garotos, que se espalharam pela estrada e pelos barrancos. ‘A gente se agarrava nas espinheiras, muitos ficaram machucados’. Os carros cantaram os pneus e saíram a toda velocidade. A escuridão era total. Vento, chuva, frio. Noventa e três garotos ficaram perdidos na estrada, nus, as cabeças raspadas, molhados e com fome”.

Alguns caíram no barranco, não conseguindo enxergar bem o caminho que trilhavam em meio à pressa para sobreviver e com péssimas condições para enxergar qualquer coisa, dada a escuridão, a chuva forte e o medo que os desorientava. Ficou no meio da estrada que ligava os estados de São Paulo e Minas Gerais um grupo de meninos pobres, de periferia, apreendidos violentamente pela polícia paulistana que, por sua vez, vinha praticando situações como aquela visando “limpar” a cidade.

Os caminhões iam passando e eles pediam carona para voltar, o que fez com que o grupo maior fosse dispersando e indo parar em cidades como Itapeva e Atibaia. Um grupo chegou primeiro ao Posto Cometa, caminhando pela estrada. “O gerente da Churrascaria, João Batista Ferreira, estava na caixa. Eram 3 horas da madrugada. De repente olhou pela vidraça e levou um susto: ‘Pensei que estava no outro mundo’. Eles foram chegando de um lado e de outro. ‘Mais de cem, sô, todos nuzinho’. Gritavam: ‘Estou com frio e com fome’. ‘Quero roupa’. ‘Me

dá uma calça’. ‘Me dá uma camisa’. ‘Não acanha não, Zé, vai em frente’, falava um dos meninos”.

O episódio chamou a atenção de muita gente, pois um grupo tão grande de meninos nus aparecendo no posto de gasolina era algo novo e assustador em Camanducaia. Quais as razões daquilo tudo, afinal? Tudo o que os meninos queriam era algo para se cobrirem e se protegerem do frio, assim como buscavam comer algo para sanar a fome que desde a noite passada também os consumia. “Um grupo tentava arrombar uma perua, estacionada no posto, onde o motorista dormia. Ele saiu empunhando um revólver, dizendo: ‘Fiquem calmos que eu vou resolver o problema de vocês. Vou arranjar um ônibus para levá-los de volta a São Paulo’. ‘Aí eles se acalmaram um pouco””, contou o gerente. “O japonês continuava apontando o revólver para um menino pequeno, de uns 10 anos” que, no auge de seu desamparo, disse: “Me dá logo um tiro que eu estou cansado de sofrer”.

Alguns entraram pela janela de um dos ônibus estacionados no posto e arrancaram as cortinas para com elas improvisarem roupas. Outro grupo composto por cerca de oito adolescentes apoderou-se do caminhão Mercedes, de chapa KG 23-73, de Camanducaia, que pertencia a Sebastião de Góes Maciel. Safos, eles fizeram ligação direta no motor e fugiram em direção a Atibaia, onde foram presos mais tarde pela polícia. Um dos boxes que compõe a reportagem iniciava-se com uma pergunta perturbadora diante daquele acontecimento:

O que fazer com os menores delinquentes?

Segundo um policial – obviamente ele não quer seu nome publicado – era preciso fazer alguma coisa. “Qualquer coisa”. Uma ideia que tomou corpo quando, na noite de quinta-feira, ao surpreenderem um grupo de **trombadinhas** atacando um senhor idoso dentro de uma farmácia da Praça João Mendes, dois investigadores do Setor de Vadiagem do Degran foram atacados com um canivete espanhol. “Um dos agentes, ex-lutador de box, acabou sendo ferido gravemente... e o garoto não tinha mais que 12 anos”.

Segundo ainda o mesmo policial, fez-se uma reunião. E várias sugestões teriam sido apresentadas:

1 – um dos presentes teria proposto que se fizesse um pequeno corte na orelha dos pequenos assaltantes a fim de marcá-los. Nessa mesma linha, outro sugeriu que o corte deveria ser feito no indicador direito, “para dificultá-los no momento de bater as carteiras”.

2 – “Que tal raspar de novo suas cabeças?”. Sugestão não aceita: já foi tentada uma vez “e, depois, cabelo cresce logo”.

3 – “Já sei, marcar os meninos com tatuagens...”. Sugestão aceita para, a seguir, ser transferida para uma problemática discussão sobre em que parte do corpo.

- a) No braço, a facilidade de se descobrir;
 - b) Nas costas da mão, difícil de se ver;
 - c) Na testa, visível demais;
- Que tal o gogó, o pomo de Adão? Um pequeno círculo em volta teria a vantagem de não ser muito visível e seria até difícil de esconder... e se tornaria uma boa marca de identificação de alerta.
- Não, não dá. Que tal Camanducaia?

Diante do problema representado pelos menores, o dilema sobre o que fazer voltava com muita frequência. As alternativas para marcar e visibilizar corporalmente o estigma do delinquente foram negociadas de diferentes formas. A voz dos policiais e os conteúdos que elas fizeram circular exerceram influência nesse debate por décadas. De acordo com a reportagem da *Folha de S. Paulo*, aquela situação havia mexido com o cotidiano da cidade e o delegado de Camanducaia, Paulo Emílio Viana, questionava o procedimento tanto da polícia como do governo de São Paulo no trato com a situação. Por outro lado, as histórias daqueles meninos espantados diante do delegado e do escrivão não eram compreensíveis a priori. Eles sequer sabiam porque haviam sido presos e misturados uns aos outros, recebendo aquele tipo de tratamento. “W. M. V., de 16 anos, residente à rua Dr. Luís dos Santos Medeiros, 50 (Vila Brasilândia), foi preso no dia 17, às 11h45, na porta de casa, e levado ao 28º DP e depois enviado ao Deic. Trabalha na fábrica de retentores Sabó, na seção de Embalagens. S. A. C., de 14 anos, residente à rua Passagem C. nº 3 (Alto do Mandaqui) foi preso no dia 12, na rua Voluntários da Pátria, quando ia para o serviço. S. S., de 15 anos, residente à Estrada Tibúrcio, 321 (Itaim), foi preso no Parque D. Pedro, quando esperava a namorada. J. A. S. G., de 15 anos, residente à rua 2, nº 18 A (Jardim Primavera), foi preso numa padaria, nas proximidades da sua casa, quando comprava pão”.

Tratava-se de vidas apreendidas pelo aparelho de captura representado pela polícia. Socialmente, foram muitos os mecanismos que induziram, cercearam, viabilizaram ou tensionaram as invenções da subjetividade no dispositivo da menoridade. Na história de Lilica, por exemplo, ficou evidente como o processo de estratificação com base nas relações de gênero e sexualidade pode ser visto como parte importante na composição de subjetividades, na estruturação mesma de uma corporeidade que pode ser aceita na interação social, desde que regulada por princípios que desde o nascimento regem sua existência.

Deleuze e Guattari dizem que “há sempre um coletivo, mesmo se se está sozinho”, o que nos permite entender como o corpo jamais poderia ser tomado isoladamente, assim como a subjetividade que, por sua vez, corporifica-se, organiza-se com base em uma materialidade

que é também óssea, epitelial, corpórea. São sempre agenciamentos coletivos que tornam possíveis certos modos de constituição de si e dos outros na cultura.

Assim como Lilica, aqueles meninos que sofreram a penosa viagem para Camanducaia passaram por um processo de apreensão, de aprisionamento marcado pela violação do corpo, o que somente foi possível por um outro aparelho de captura chamado polícia. Sob a ideia de que poderiam fazer o que bem entendessem com as vidas desprezíveis daqueles meninos pobres, os homens fardados, encarnando a voz do Estado em sua ressonância mais molecular e idiossincrática, promoveram um episódio real, violento, articulado e propulsor de forças que não se explicam somente por aquela situação ocorrida a partir da noite de 18 de outubro de 1974.

Um acontecimento desse tipo, que logo ganhou repercussão e foi objeto de denúncia pelo Ministério Público de São Paulo, somente pode ser lido na teia social que o sustentou. Partindo do rosto do infrator como efeito de uma política de identidade alicerçada no racismo estrutural, analisei as linhas de sustentação que marcaram o processo de genocídio de adolescentes e jovens negros, pobres, periféricos e estigmatizados como menores delinquentes e infratores. Tanto nas diversas narrativas apresentadas ali como na Operação Camanducaia, se trata de perceber o campo de forças que tornou viável que os recursos do Estado tenham sido usados para promover um episódio daquele tipo.

Foram processos de violência e exclusão social que se constituíram molecularmente a partir de uma cadeia de relações e percepções, estruturando compreensões desse tipo e justificando ações como: impedir que um adolescente comprasse o alimento e retornasse para casa; o impedimento de que outro encontrasse sua namorada; enfim, articulando uma interferência violenta nas vidas de tantos indivíduos. Ao preço de prenderem, torturarem, demonstrarem sua força e promoverem uma espécie de vingança pública que jamais se satisfaz, a polícia empreendeu ações daquele tipo.

Pela repercussão que obteve, pelas denúncias que suscitou, pode-se pensar como essas diversas notas sobre o escândalo da Operação Camanducaia contribuíram para fazer ver os critérios que fundamentavam os enquadramentos sociais, isto é, os modos de tornar reconhecível e passível de morte ou não as vidas de adolescentes e jovens pobres. Mais uma vez, denúncias. E foi justamente no sentido de uma denúncia que José Louzeiro se interessou pelo caso, sendo ele o primeiro repórter da *Folha de S. Paulo* a chegar na cidade de Camanducaia para ver os adolescentes que haviam passado por aquela situação e com eles poder conversar e documentar o acontecimento. O escândalo da Operação Camanducaia foi tanto que este fato contribuiu para que em 1975 fosse criada na Câmara dos Deputados a CPI do Menor.

Entre 19 de junho de 1975 e 10 de abril de 1976, realizou-se um conjunto de 33 sessões, resultando em um relatório intitulado “Resolução nº 81” contendo 669 páginas com os depoimentos dos parlamentares federais e representantes de organizações da sociedade civil.

Outro relatório também foi publicado como resultado dos debates na CPI no formato de livro. Trata-se de *A realidade brasileira do menor*⁶⁰¹, editado pela Coordenação de Publicações Técnicas da Câmara dos Deputados. A CPI do Menor foi criada em 29 de abril de 1975 por meio de requerimento do deputado federal do Rio Grande do Sul, Nelson Marchezan (Arena – RS), sendo a primeira reunião realizada em 19 de junho. O presidente da comissão foi o deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Carlos da Silva Santos (MDB), que tinha como pauta central em seu mandato a melhoria das condições de vida de trabalhadores, crianças e jovens; o vice-presidente foi o paulista Rui Osvaldo Cêdo (MDB), que atuava com temas como educação infantil, combate à miséria e condições de vida para crianças; a relatoria ficou sob a responsabilidade de Manoel José de Almeida (Arena – MG), vinculado aos segmentos da polícia e segurança pública; e a relatoria substituta ficou com a deputada Lígia Maria Lessa Bastos (Arena – RJ), que fazia da educação um dos seus temas principais na legislatura. Os amplos debates constituídos nos anos 1970 sobre a questão do menor repercutiram na CPI, uma vez que a própria composição demográfica parecia se tornar objeto de preocupação constante.

O Censo de 1970 demonstrou que o Brasil tinha uma população total de 93.292.100 pessoas, sendo que deste 49.478.200 estavam na faixa etária de 0 a 9 anos de idade (52,88%). Portanto, as linhas de composição do dispositivo da minoridade traçaram a curva de uma transformação, pois, a partir dessa CPI, abriu-se a possibilidade de que o Código de Menores fosse revisto. Em seu relatório final, a referida CPI alertava para a forma atrasada como aquela lei tratava o “problema social do menor”, indicando a necessidade de se criar outro escopo jurídico capaz de reorientar as políticas públicas. A alteração ocorreu três anos depois, mas certamente a CPI ajudou a criar o cenário para tal mudança, sendo mencionada na ANC.

A CPI do Menor enviou a 3.953 municípios brasileiros um questionário para subsidiar informações ao Congresso Nacional, mas apenas 1.697 responderam e encaminharam os dados solicitados. No livro *A realidade brasileira do menor*, pode-se ver um quadro com o número de atos “antissociais” cometidos por adolescentes no qual se lê que o furto era o tipo de delito mais praticado. Ocorre que estes debates ocorriam em um momento tenso, conectando-se com

⁶⁰¹ Localizei este documento em pesquisa documental na Biblioteca Nacional de Brasília, mas ele também pode ser encontrado no arquivo da Câmara dos Deputados. Cf. BRASIL. *A realidade brasileira do menor*: relatório. Brasília: Coordenação de Publicações, 1976, 258 p.

processos anteriores e desdobrando-se em outros que se configurariam posteriormente no debate sobre temas como a redução da idade de responsabilidade penal.

Este foi um tema fortemente debatido na CPI do Menor, com posicionamentos distintos. Em 1967 a idade de responsabilidade penal havia sido reduzida para 16 anos por meio da Lei nº 5.258⁶⁰² de 10 de abril, contando com apoio do Senado Federal. Contudo, dada a repercussão negativa da decisão e a crítica de juristas diante da retomada do critério do discernimento que estava em desuso desde os anos 1920, houve um recuo e, por meio da lei 5.439⁶⁰³ de 1968, foram restabelecidos os critérios com relação ao menor em conflito com a lei considerada a inimputabilidade até os 18 anos incompletos.

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1. Furto	83,00	62,50	72,87	88,89	88,11	65,39
2. Homicídios ou Tentativas de Homicídio	29,02	56,25	35,68	27,31	21,63	34,62
3. Delitos Sexuais	46,16	43,75	48,75	49,85	36,22	53,85
4. Outras Ocorrências	49,67	25,00	33,17	59,69	53,52	42,31

Tabela 2 – Resultados preliminares da análise de questionários sobre a natureza de ocorrências anti-sociais praticadas por menores em 1974. Fonte: CPI do Menor. Dados elaborados pela assessoria legislativa.

Outra tentativa para baixar a idade penal para 16 anos ocorreu por meio do Decreto-Lei nº 1.004 de 21 de outubro de 1969 sobre a Inimputabilidade Penal.⁶⁰⁴ Neste decreto dizia-se o seguinte:

Art. 33. O menor de dezoito anos é inimputável salvo se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.

Art. 34. Os menores de dezesseis anos, bem como os menores de dezoito e maiores de dezesseis inimputáveis, ficam sujeitos às medidas educativas, curativas ou disciplinares determinadas em legislação especial.

⁶⁰² BRASIL. Lei nº 5.258 de 10 de abril de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5258-10-abril-1967-372245-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 08 de abr. 2020.

⁶⁰³ BRASIL. Lei nº 5.439 de 22 de maio de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5439.htm. Acesso em 08 de abr. 2020.

⁶⁰⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.004 de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1004-21-outubro-1969-351762-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 08 de abr. 2020.

Foram sendo construídas várias formas para fortalecer a criminalização do adolescente em conflito com a lei. Contudo, houve resistência dentro e fora da estrutura estatal, daí os recuos que se efetuaram no tempo sobre esta pauta. Em seu estudo sobre a CPI do Menor, o historiador Daniel Alves Boeira analisa os diferentes debates, tensões e propostas que atravessaram aquelas sessões das quais resultaram uma série de propostas de políticas públicas que nunca foram consideradas pelo poder executivo federal. Tais propostas visavam romper com as heranças do SAM (retomadas pela FUNABEM e suas congêneres estaduais). De acordo com o autor:

Nos debates realizados na Câmara dos Deputados sobre o tema da legislação e dos operadores da lei, percebemos que os gestores da Funabem e os juízes de Menores se posicionaram de forma semelhante, ou seja, contra a redução da idade da responsabilidade penal. Já as divergências de opinião ficavam explícitas no que tangia ao tema da abordagem da polícia em relação às crianças e aos jovens considerados infratores. Para a autoridade da Febem paulista, o cenário, naquele espaço social, era positivo. Para os representantes da sociedade civil, a atividade policial era considerada um fracasso.⁶⁰⁵

Portanto, a CPI do Menor consistiu em um espaço importante para tensionar narrativas e demonstrar as fragilidades no processo de definição da agenda pública em um momento ainda marcado pelo autoritarismo da ditadura, apesar do processo de distensão.

Em *Infância dos Mortos*, José Louzeiro tratou da violência policial de maneira muito forte em cenas de tirar o fôlego. Assim, foi neste contexto que sua narrativa emergiu disputando sentidos sobre as formas de marginalização do menor na sociedade brasileira.

Em depoimento para Cristiane Costa referenciado na pesquisa de Castelo Branco sobre a adaptação de sua obra para o cinema, José Louzeiro relatou que pensou em se tornar escritor depois que cobriu a Operação Camanducaia e a censura fez com que sua reportagem para a *Folha de S. Paulo* fosse drasticamente reduzida, inviabilizando-a como denúncia e crítica social. Com isso, ele optou por recolher todo o material que resultou da viagem para Camanducaia e, dessa forma, passou a escrever um texto em outro formato. Foi assim que nasceu o romance *Infância dos Mortos*, publicado originalmente em 1977. Composto por oito capítulos, a obra conta a história de Dito, um menor abandonado e delinquente da cidade de São Paulo com quinze anos de idade e dez em que estava em situação de vulnerabilidade. Liderava um grupo composto por Manguito, Pixote e Fumaça, inicialmente.

Como exposto acima, este romance em 1979 tornou-se filme dirigido por Hector Babenco lançado em 18 de setembro de 1981: *Pixote – a lei do mais fraco*, sendo considerado

⁶⁰⁵ BOEIRA, Daniel Alves. *CPI do Menor: infância, ditadura e políticas públicas* (Brasil, 1975-1976). 258 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2018, p. 148.

um grande sucesso de público e crítica com bilheteria de 2,5 milhões de espectadores. Castelo Branco enfatiza a mudança de foco narrativo no processo de adaptação do romance para o filme, uma vez que na narrativa literária o protagonista era Dito e no filme quem ganhou o papel central foi Pixote. Este, no romance, teve sua história apresentada nas dez primeiras páginas, pois foi assassinado no cemitério por onde o grupo tentou fugir para encontrar um traficante.

Infância dos Mortos foi o terceiro livro escrito no gênero romance-reportagem por José Louzeiro, dando continuidade ao gênero literário já experimentado em *Lúcio Flávio: passageiro da agonia* (1975) e *Araceli, meu amor* (1975). No primeiro contava-se a história de um famoso bandido de São Paulo a partir de uma ótica que não o criminalizava, mas traçava sua trajetória e seus pertencimentos sociais, enquanto o segundo abordava a história da violência sexual sofrida pela menina Araceli Cabrera Sanchez Crespo, estuprada e seviciada por homens pertencentes à elite de Vitória (ES), em um dos mais violentos casos de estupro seguido de homicídio, que se tornou publicamente conhecido em 1973.

Neste sentido, Louzeiro havia se inserido em todo um campo literário marcado pela vontade de tecer a articulação entre literatura e jornalismo, inclusive como estratégia de fuga das censuras prévias impostas pelos militares aos jornalistas em diferentes periódicos a partir de 1968. Castelo Branco destaca que,

apostando em uma narrativa romanceada de temas reais, José Louzeiro foi elencado como um dos principais representantes no Brasil do gênero literário conhecido como romance-reportagem, um segmento da literatura que se aproxima do *new journalism*, narrativas já popularizadas nos Estados Unidos e praticadas por nomes como Truman Capote, Gay Talese e Tom Wolfe.⁶⁰⁶

Este tipo de procedimento em Louzeiro também ocorreu em autores como Jorge Amado nos anos 1930, em uma literatura marcada pela crítica social e pelo diálogo com as Ciências Sociais, assim como em Plínio Marcos nos anos 1970 e 1980. Contudo, as razões e os horizontes de expectativa envolvidos nesses autores não eram necessariamente os mesmos. Diferentemente de Amado, Louzeiro dialoga menos com as Ciências Sociais e o marxismo e mais com o campo do jornalismo investigativo no qual havia tido experiência e formação. Por sua vez, Plínio Marcos articula-se a grupos minoritários para produzir literatura e teatro, sem necessariamente propor ou articular um projeto político.

Infância dos Mortos, assim como *Querô* e *Barrela* foram narrativas literárias construídas a partir de acontecimentos considerados em suas conotações éticas e políticas. O

⁶⁰⁶ CASTELO BRANCO, p. 27.

caso Camanducaia constituiu-se como ponto de partida para que Louzeiro escrevesse o romance, mas quem tem a chance de ler a obra logo vê que até chegar neste episódio foram escritas mais de cento e setenta páginas contando a história de Dito e seu grupo de amigos em diferentes situações sociais de fuga, roubo, infrações e riscos que eles sofreram e infringiram aos outros. Nesse tipo de romance-reportagem o que estava em questão era suscitar uma leitura que incomodasse, causasse afetos e percepções capazes de desestabilizar e recusar certas explicações e simplificações sobre a realidade. Assim, Dito nem é herói nem vilão, mas possivelmente um anti-herói na medida em que está sempre atravessado por muitas contradições, sonhos, desejos e relações que o estruturaram a partir de sentimentos e afetos compartilhados, sendo exemplo disso as suas amizades que tanto no romance como no filme apresentam-se como as suas verdadeiras famílias.

Pode-se notar como a literatura de Louzeiro, especialmente em *Infância dos Mortos*, permite pensar todo um uso social e ético da memória na produção da subjetividade infantil. O rosto de Dito, assim como o de Pedro Bala, foi marcado desde cedo com uma ferida logo acima da sobrancelha. Em diferentes situações de tensão e medo essa ferida arde, dói, lateja, como dispositivo que o recolocava no passado que gerou aquela ferida, mas ao mesmo tempo o impulsionava para situações novas que o presente fazia emergir. Do mesmo modo, a morte de Pixote que ocorre logo no primeiro capítulo também foi alvo de lembranças ao longo de toda a narrativa. O desejo de se vingar de pessoas como Débora e Cristal, personagens presentes tanto no romance como no filme, só faz sentido na relação com uma justiça a ser praticada frente à memória dos mortos.

Essa memória dos e sobre os mortos parece ter sido enunciada desde a própria imagem de capa do livro [Figura 70], em que um desenho apresenta personagens que parecem zumbis, efetuando assim do modo mais eficiente possível o paradoxo morto/vivo, compartilhado por todas as personagens, mas principalmente por Dito, desde suas resistências e perseguições, até o ato final do seu “suicídio”. Na edição de 1984 de que lanço mão, pode-se pensar em uma série de aspectos que relacionam em um fluxo transemiótico os modos de composição da imagem do menor infrator entre matérias e memórias. De início cabe perceber que o termo Pixote figura na capa como uma espécie de subtítulo à obra, o que somente se explica pelo fato de que esta nova edição foi realizada após o lançamento do filme e – dada a grande repercussão que ele obteve no Brasil e no exterior –, o termo passou a se popularizar e, assim, foi usado para reforçar as vendas. Isto parece indicar um grau de interação entre as narrativas literária e cinematográfica, articuladas por uma estratégia publicitária e econômica.

A “marca” Pixote pode ser lida materialmente como um dos elementos que contribuíram para a disseminação dessa noção pejorativa sobre o menor de idade que passava cada vez mais a ser vinculado à criminalidade. O livro ganhou repercussão nacional e internacional, sendo lançado na Espanha em 1978 com o título *La Infancia de Los Muertos* pela Libreria Editorial Argos. Posteriormente, em 1982, após o lançamento do filme de Babenco, foi lançada a versão francesa com o título *Pixote, La Loi du Plus Faible*, pela Editions Karthala. Isto permite notar como a transposição e intercâmbio entre os diferentes suportes narrativos foi uma marca da invenção do menor infrator no imaginário social.

No caso da obra de Louzeiro, vale lembrar que o lançamento do romance em 1977 já se dera também na esteira do sucesso de um outro filme de Babenco, no qual a sua obra *Lúcio Flávio: passageiro da agonia* havia sido adaptada para a película homônima, sendo o personagem principal interpretado por Reginaldo Faria. Assim, a parceria entre Babenco e Louzeiro vinha se constituindo ao longo do tempo, no momento em que as formas narrativas articulavam literatura, jornalismo, investigação policial e cinematografia para poder tematizar aspectos da sociedade brasileira. A obra de Babenco foi burilada na interface e inspiração com o movimento do neorealismo italiano. Isto significa dizer que havia um conjunto de percepções e proposições em curso no momento em que se decidia adaptar uma obra literária para a narrativa cinematográfica, privilegiando aspectos e personagens histórica e socialmente excluídos da distribuição social da riqueza do país.

O cinema, nessa ótica, deve ser compreendido como agenciamento coletivo de enunciação que permite não apenas tematizar a realidade, mas tensioná-la. Ao estudar as transformações do cinema clássico caracterizado pelas imagens-movimento e sua percepção indireta do tempo e o cinema moderno que teria efetivamente produzido uma percepção da temporalidade a partir de imagens puras, não fazendo mais uso do extraordinário, mas do cotidiano como composição narrativa, Deleuze produziu uma taxionomia do cinema da diferença. Para tanto, identificou que o neorealismo italiano e obras de cineastas como Orson Welles, Alfred Hitchcock, Roberto Rossellini, Vittorio De Sica, Lucchino Visconti, Pier Paolo Pasolini, Federico Fellini e Michelangelo Antonioni teriam sido fundamentais para constituir imagens-tempo que, por sua vez, deslocariam a cinematografia para outro lugar social e político.

Ao comentar essa taxionomia, Jorge Vasconcellos afirma que Deleuze concordou com a análise de André Bazin (do *Cahiers du Cinéma*) sobre o fato de que era preciso invocar não somente critérios contedústicos (de caráter ou cunho social) desse cinema neorrelista, mas

também critérios formais e estéticos para delinear a sua particularidade. Portanto, de acordo com a abordagem deleuziana,

não se trataria apenas de uma associação direta aos fatos da realidade e à sua colação sem restrições ao real. O neorealismo não estaria apenas fundando uma cinematografia calcada nos acontecimentos puros da realidade; o chamado realismo cinematográfico já o fazia. O que está em jogo, para além das novidades técnicas – como, por exemplo, a ampla substituição de uma decupagem a escandir as ações e reações de um personagem do filme pelo plano-sequência –, é mostrar a passividade dos personagens diante das situações de um filme. Tratava-se de ultrapassar a forma (o estético) e o conteúdo (o social).⁶⁰⁷

Sendo assim, para Deleuze, o neorealismo e o cinema de Orson Welles são considerados paradigmáticos para a constituição do cinema moderno.⁶⁰⁸ Mas seria importante reter, para que se possa ler e pensar com as imagens-tempo urdidas por Babenco, que o cinema não era pensado na análise deleuziana como uma espécie de língua universal ou primitiva, mas em sua materialidade própria. Cinema como matéria pensante, autônoma, que na ótica deleuziana foi nomeada como “matéria inteligível”. Dizer isso se torna fundamental para analisar os trânsitos entre literatura e cinema na produção de Babenco, na medida em que o real mais do que representado acaba sendo constituído na materialidade das imagens-tempo.

Portanto, pode-se pensar como, ao mobilizar todo um conjunto de matérias, memórias, pessoas, sentidos, grupos, profissionais e recursos materiais e imateriais para compor o filme *Pixote*, estava ali a tentativa de tensionar o real em seu aspecto fugidio. Na opção por focar o caráter anti-heróico das personagens, bem como a trivialidade dos gestos, comportamentos e vivências dentro e fora de uma instituição, estava em jogo compor imagens-puras que não remeteriam indiretamente a uma percepção do tempo, mas a articularia diretamente com seus signos específicos. Sem alarde nem tom panfletário, estava em jogo na cinematografia de Babenco toda uma concepção diferencial do cinema que não se reduzia aos conteúdos a abordar (o social, sempre disputado) ou os aspectos estéticos isoladamente e em relação a outros modos de compor as imagens. Tratava-se de um cinema diferencial, capaz de dar a ler e fazer pensar sobre as “minorias” em um território atravessado por desigualdades e hierarquias.

Esse cinema produzido por Babenco pode ser lido em uma linha de continuidade com o que o Cinema Novo vinha propondo e experimentando desde a década de 1950, uma vez que a

⁶⁰⁷ VASCONCELLOS, Jorge. *Deleuze e o cinema*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna LTDA, 2006, p. 115-116.

⁶⁰⁸ DELEUZE, Gilles. *A imagem tempo*. Tradução de Eloísa de Araújo Ribeiro. Revisão filosófica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2013.

inspiração do neorealismo italiano era referência comum e estruturadora desse novo modo de fazer cinema no país. Tratava-se de criar um cinema nacional, com características próprias e capaz de se posicionar frente à produção industrial de Hollywood e sua massiva inserção cultural no cenário brasileiro. Tal produção se deveu em grande medida à falência da Companhia Cinematográfica Vera Cruz que havia sido fundada em 1949 por Franco Zampari visando uma renovação da cultura nacional empreendida pela “burguesia progressista”, nos termos de Mariarosaria Fabris. Contudo, esta autora chama atenção para o fato de que,

ao se falar do diálogo entre o neo-realismo e o cinema brasileiro, é importante lembrar que o movimento italiano, quando eclodiu entre nós, na segunda metade dos anos 1940, não veio impor-se enquanto modelo, a exemplo das produções hollywoodianas, mas apareceu como um elemento deflagrador a mais daquela tentativa de levar para as telas uma cultura nacional autêntica. Elemento deflagrador a mais, porque é necessário levar em conta, dentro do contexto brasileiro, outros fatores, como o fracasso da Vera Cruz e o debate sobre cinema independente.⁶⁰⁹

Como marca do neorealismo pode-se ler em *Pixote* não somente a escolha de atores não profissionais, cenários e locações reais, situações efetivamente reais vividas nas ruas da capital paulistana como os assaltos que eram combinados apenas entre atores – sendo as câmeras colocadas em posições estratégicas para captar a reação da população aos “crimes” praticado pelos “moleques trombadinhas” –, mas também o conjunto de imagens que dão conta da cotidianidade compartilhada entre os meninos tornados inimigos da sociedade. Assim como algumas sequências envolvendo Lílca e Pixote, Dito e Chico que estiveram em versões preliminares do roteiro não entraram na versão editada da película, outras situações e cenas que não estavam previstas inicialmente acabaram entrando na versão final.

A última cena constituiu-se assim como exemplo emblemático. Em um dos intervalos de gravação o pequeno ator Fernando Ramos da Silva (Pixote) almoçou e foi brincar nos trilhos do trem próximos da locação. Sem planejamento algum, sem ensaio, apenas intuitivamente seguindo seu desejo de brincar, Fernando caminhou por sob os trilhos, tentando equilibrar-se, insistindo para não cair enquanto seguia para lugar algum, pois a linha do trem estendia-se em um horizonte indefinido.

Diante daquele momento singular, Babenco pediu ao seu assistente para que filmasse a cena improvisada, sem que Fernando notasse. A cena entrou na sequência em que Pixote mata, acidentalmente, Dito no assalto praticado com Sueli. Ela também o abandonou, fazendo com

⁶⁰⁹ FABRIS, Mariarosaria. A questão realista no cinema brasileiro: aportes neo-realistas. *ALCEU*, v. 8, n. 15, jul./dez. 2007, p. 82.

que ele partisse sem caminho, sem amigos, sem destino algum, mas armado com um revólver na cintura e com seu denso olhar de “anjo mau”. Enfim, ao som da música instrumental composta por John Neschling, cria-se uma imagem-tempo, uma imagem pura que denota a condição de desamparo que atua sob cada ínfima parte do corpo da criança abandonada. A imagem permanece aberta em plano geral ao passo em que a música se encarrega de produzir uma ambientação triste, sem fechamento claro do enredo. Pixote caminha por sob os trilhos, sendo seu corpo de menino ainda mais pequeno diante do caminho indeterminado e perante o cenário composto por casebres de madeira e, logo atrás, prédios industriais. A luz do sol desponta forte, vibrante no horizonte. Pixote tenta por diversas vezes equilibrar-se na medida em que caminha sem olhar adiante, mantendo os braços abertos e as pernas em movimento na direção de um horizonte que lhe foge a cada instante.

Herzer: um corpo dissidente nas tramas do “sexo-rei”

O que quer dizer relatar a si mesmo, fazendo da escrita um modo de composição de uma trajetória biográfica? Do interior da FEBEM de Santa Maria, em São Paulo, o adolescente Anderson Herzer fez da escrita um modo de narrar sua história, contando sua vida pretérita à internação e, posteriormente a isso, com detalhes sobre o cotidiano, as vivências e formas de resistência por meio das aulas de teatro e da escrita de poesias, roteiros para encenação e atividades lúdicas por meio das quais o tempo ia passando de um modo menos doloroso.

Aquela unidade de internação era destinada exclusivamente para meninas abandonadas e em situação de vulnerabilidade ou delinquência. Quando ele chegou à instituição seu nome era Sandra Mara Herzer. O nome, nessa circunstância, designava uma trajetória, um conjunto de experiências que somente a partir de alguns recortes serão apresentadas nesta tese. Espera-se que ao ler a autobiografia de Anderson Herzer se torne possível pensar sobre como um sujeito se autoconstrói na relação com o mundo, a vida, o saber e a cultura, permitindo assim cartografar as tensões que envolveram um processo em que mudar de nome significou construir para si um outro corpo, outra identidade, outro sexo/sexualidade, outro modo de existência.

Esse processo de nomeação acontece cultural e socialmente em relações que visam a definição de uma certa identidade, pois como nos sugere Bourdieu, com o “nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como *agente*, isto é, em todas as

suas histórias de vida possíveis”.⁶¹⁰ O nome funciona como “designador rígido” na construção da identidade de um indivíduo.

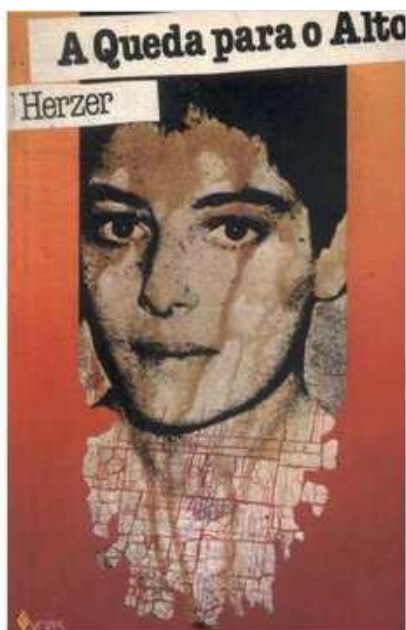


Figura 71 – Anderson Herzer, a questão do menor e o relato de uma sexualidade dissidente.

Seguindo alguns passos da formulação de Phillippe Lejeune, considero a autobiografia como “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”.⁶¹¹ Embora na formulação de Lejeune se considere a identidade entre o autor, o narrador e o personagem como condição discursiva para que se tenha uma autobiografia, no caso da escrita de Anderson houve um embaraçamento desses elementos, como descrevo em seguida. O livro foi estruturado gramaticalmente na primeira pessoa, tanto no depoimento como também nos poemas. Como a narrativa autobiográfica não se propõe a fazer adivinhações ou coisas do tipo, ela se estrutura a partir de um pacto entre o autor/narrador/personagem e o leitor. Isto pode ser efetuado de diferentes maneiras, mas segundo Lejeune, tem sempre a intenção de “honrar *sua assinatura*”.⁶¹²

Na medida em que se trata de uma narrativa referencial, isto é, um texto que remete a um extratexto e um conjunto de experiências que o tornou possível como lembrança, testemunho ou relato, monta-se um aspecto que pode ser mais ou menos explícito no texto, mas

⁶¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁶¹¹ LEJEUNE, Phillippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Organização: Joviata Maria Gerheim Noronha. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 17.

⁶¹² Idem, p. 30.

que é coextensivo do pacto autobiográfico e se formularia em uma frase como: “juro dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade”.⁶¹³ No caso de Anderson Herzer o momento em que tal pacto referencial se apresenta de maneira explícita acontece no sétimo capítulo, quando ele escreve:

mas como eu disse no início desse relato, procuro fazer de minhas experiências, do meu dia-a-dia, um caso aberto a quem quiser continuar usando da sinceridade para que, quem quer que leia esta história, verídica em todos os pontos, não tenha quaisquer dúvidas em relação a este relato, ao meu mundo relatado.⁶¹⁴

Sob este aspecto, ao pensar sobre as autobiografias a partir do problema da identidade narrativa, Paul John Eakin⁶¹⁵ nos permite entender como não se deve de modo algum separar o que somos e o que dizemos sobre quem somos, mas atentar para as características e procedimentos por meio dos quais um indivíduo (re) constitui-se autobiograficamente, encadeando estética e afetivamente acontecimentos, pertencimentos, padrões de conduta e formas de vida que elaboraram sua própria trajetória no tempo. Daí a indivisibilidade entre a realidade vivida e a forma como ela é narrativa e linguisticamente apresentada, organizada e refletida.

Entretanto, torna-se preciso esclarecer que esta seção não tem o objetivo de fazer a biografia de Anderson Herzer sob nenhum aspecto ou enfoque, na medida em que isto exigiria um procedimento diferenciado, mobilizando inclusive outras fontes documentais e critérios de análise. Trata-se, de maneira mais detida e circunscrita, de tornar o depoimento de Anderson um documento/monumento e problematizar a escrita como processo de resistência subjetiva à institucionalização e à marginalização que lhe foi imposta como um menor infrator. Ao pensar a escrita de si como possibilidade de denúncia e resistência social, procuramos levar em conta alguns marcadores sociais de diferença como gênero, geração e sexualidade, que parecem ter sido estruturantes para as dinâmicas de opressão e resistência sofridas por aquele jovem entre fins da década de 1970 e começo dos anos 1980 tanto na sua vida familiar como depois da sua internação.

O livro foi publicado pela editora Vozes em 1982, dois meses depois da morte de Anderson Herzer, o que se deu às 9h30 da manhã de 10 de agosto de 1982, tendo a sua obra surgido em um momento de comoção articulado à visibilidade que sua história teve. Antes de

⁶¹³ Idem, p. 43.

⁶¹⁴ HERZER, *A queda para o alto*, p. 37.

⁶¹⁵ EAKIN, Paul John. *Vivendo autobiograficamente: a construção da identidade narrativa*. Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Letras e Voz, 2019.

contar um pouco mais sobre isso quero evidenciar alguns aspectos da materialidade da obra. O livro está organizado em duas partes, sendo a primeira intitulada *Depoimento* e a segunda destinada para *Poemas*. Contudo, antes de o depoimento ser iniciado consta um prefácio assinado pelo deputado estadual Eduardo Matarazzo Suplicy; segue-se a transcrição de dois ofícios, sendo o primeiro destinado ao diretor da FEBEM, Dr. Humberto Marini Neto, solicitando a concessão de licença para Sandra Mara Herzer sair da FEBEM e poder trabalhar na Assembleia Legislativa, sob responsabilidade de Suplicy, e o segundo endereçado ao juiz de menores da capital, Dr. Milton Silveira, no qual o deputado se compromete a arcar com as despesas e demais responsabilidades com o adolescente. Em seguida apresenta-se ainda um poema de Ernesto Cardenal intitulado *Al Perderte* junto com um breve texto assinado por Lia Junqueira. Somente depois disso um outro pequeno texto intitulado *Apresentação*, e redigido por Anderson, antecede o início da primeira parte.

O próprio título do livro foi definido pelo publicitário Carlito Maia, o que permite perceber como o testemunho de Herzer fez parte de uma rede enunciativa mais ampla e na qual sua história pessoal exerceria uma função estratégica. Assim, a estrutura do livro somente pode ser analisada ao passo em que vamos descobrindo que a obra do jovem escritor que ficou internado na FEBEM dos 14 aos 17 anos tornou-se possível a partir de um campo de possibilidades que se constituiu nesse intercurso. Tal aspecto permite entender como, no caso Anderson Herzer, o processo de escrita pode ter contado com alguma autonomia criativa, que se deu nos momentos em que escreveu suas peças e poemas no ambiente da FEBEM. Contudo, relativizar a estrutura e a função social do seu testemunho torna-se importante, pois efetivamente ele emerge como “encomenda” da editora. Soa como se os editores tivessem solicitado o “contexto” que ajudaria a explicar e entender as cenas e impressões que os poemas registraram e o depoimento forneceu. Essa demanda singular, no caso de Herzer, faz ver que apesar da presença de um “pacto autobiográfico” e de uma relação de si com a escrita, este processo passou a ser coletivamente mediado a partir de certo momento, quando a possibilidade de “publicação” se tornou real.

Nas (im) possibilidades de narrar a si mesmo, o encontro de Anderson com Suplicy em 1980 exerceu um peso significativo. Naquele momento o deputado estava conhecendo diversas unidades da FEBEM pelo estado de São Paulo, em parceria com Lia Junqueira. Segundo relata Suplicy no prefácio, ele conheceu durante essas visitas institucionais a história de uma menina que estava internada na FEBEM sem razão alguma. A partir dali decidiu prestar sua assistência. No último capítulo de seu livro, Anderson narra que esse encontro com Lia e Suplicy se deu no

contexto em que as meninas da FEBEM passavam por situações de violação de direitos encabeçadas pelo diretor da instituição, Humberto Marini Neto:

Conversamos por longo tempo a respeito de vários assuntos, primeiramente a respeito de algumas desavenças ocorridas dentro da FEBEM, e o fato do Sr. Humberto ter pego, sem minha autorização, meus trabalhos poéticos, tentando publicá-los em nome da FEBEM.⁶¹⁶

Ao longo do contato e da aproximação, tanto Lia como Suplicy foram descobrindo traços da história daquele jovem e do seu talento com a escrita, bem como de seu protagonismo em atividades na FEBEM, figurando como uma espécie de líder entre as meninas. Como se destacou pela produção de seus poemas e peças de teatro que ali foram encenadas, Eduardo Suplicy nos conta no prefácio que houve interesse por parte da instituição para que essa produção literária fosse publicada. Considerando ainda o investimento da FUNABEM em produzir materiais para fazer circular elogios sobre a sua imagem institucional – a revista *Brasil Jovem* é o exemplo mais emblemático disso –, a escrita de Anderson poderia ser capturada para fins institucionais, algo que aparece claramente ao longo da autobiografia.⁶¹⁷

Temendo que a instituição pudesse fazer um uso desonesto dessa produção, Suplicy decidiu conversar com Rose Marie Muraro e Leonardo Boff, que trabalhavam na Editora Vozes. Houve interesse na proposta de publicar os poemas de Sandra, mas Muraro teria dito que faria muito mais sentido se estes fossem publicados juntamente com um depoimento ou um testemunho da vida daquele jovem institucionalizado. Desse modo, o material teria um potencial político para analisar as condições de vida de jovens marginalizados e, posteriormente, institucionalizados. Essa solicitação da editora, que acabou funcionando como condição para que a “obra” fosse publicada, deixa explícito o funcionamento de uma política da escrita e da autoria. Isto fez com que tanto as expectativas de Anderson como sua experiência com a escrita acabassem mobilizadas em outro cenário enunciativo, cujas regras para produção

⁶¹⁶ HERZER. *A queda para o alto*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p. 133.

⁶¹⁷ Em entrevista à Tânia Carlos no âmbito do projeto Promenino da Fundação Telefônica, em julho de 2015, Eduardo Suplicy relata o seguinte: “Recebi uma ligação da presidenta do Movimento em Defesa do Menor, Lia Junqueira. Fui visitá-la num dia em que teve licença para estar fora da Febem. [...] Então, eu fui até o juiz, contei a ele que havia convidado a jovem para fazer um estágio comigo no meu gabinete. Inicialmente, ela ajudava a atender telefone, passar fax, todas essas rotinas de escritório. Também a levei a uma pensão em Pinheiros, onde passou a morar. [...] Ela sabia escrever muito bem e ainda tinha a preocupação de que a Febem publicasse suas poesias sem a sua assinatura, como se fossem trabalhos coletivos. Por isso, eu disse: “Escreva um livro de poesia. Vou te dar a tarefa de escrever a história da sua vida e, uma vez que você tiver completado o livro, vou apresentá-lo a uma editora. Quando ela acabou de escrever o livro com os poemas e a história dela, eu o encaminhei para a Editora Vozes, onde a Rose Marie Muraro e o Leonardo Boff, que eram os responsáveis pela editora, gostaram muito e resolveram publicar”. Cf. SANTOS, Elisângela da Silva & NASCIMENTO, Dayane Assis. *Infância e cidadania em Carolina Maria de Jesus e Sandra Mara Herzer*. *Itinerarius Reflections*, v. 14, n. 1, 2018, p. 4.

e circulação foram definidas exteriormente. Entre viver e escrever, narrar e ter publicado o seu depoimento, toda uma situação foi desenhada anteriormente na medida em que o próprio relato autobiográfico organizado em cerca de 120 páginas se evidenciou como uma “encomenda”, uma “solicitação”, a qual funcionou como “condição” para que os poemas fossem publicados. Se, em um primeiro momento, tal jogo parece ter visado apenas “contextualizar” os poemas do jovem escritor, por outro lado, funcionou como “armadilha” para Anderson, ao ser convocado para um exercício de escrita autobiográfica em prosa.

Diante de tantas interferências, quem foi o autor de *A queda para o alto*? A própria materialidade do livro permite ver as mediações e regulações que operaram na fabricação dessa “narrativa de si”. O título, a capa, a divisão entre o depoimento (antes) e os poemas (depois), ambos “apresentados” por Suplicy e Lia, denotam como muitas vozes e profissionais interferiram na editoração do livro. Houve toda uma política da autoria que incidiu sobre a construção da autobiografia de um jovem como Anderson. Subalternizado em termos etários, de gênero e sexualidade, a sua história se tornou passível de publicação somente ao responder às solicitações e requisitos específicos em uma política de atribuição da autoria. Mesmo tendo sido a sua escrita eivada por tensões e regulações variadas, o nome Herzer figura como autor. Embora tal autobiografia tenha sido fabricada por encomenda, a “autoridade” do testemunho foi conferida a Anderson, embora o nome na capa não permita particularizar e identificar o autor em termos de gênero.

Essa condição subalterna, na qual a possibilidade de tomar a palavra e falar sobre si aparece de modo problemático, também integra a experiência analisada por Anne McClintock, situada em outro contexto, mas com similiaridades ao caso aqui abordado. Ainda sob os efeitos do levante de Soweto na África do Sul, a escritora africâner Elsa Joubert, branca, escreveu o livro “A longa jornada de Poppie Nongena” (1978). O enquadramento do livro em algum gênero como romance, autobiografia ou biografia soa problemático, e isto McClintock problematiza bem. O que me interessa aqui é pensar, no contraponto com Herzer, as tensões que se dão em uma política da “interpretação e da autoria”, na medida em que Poppie Nongena, mulher negra, africâner, aparece como personagem subalterna, tentando a todo o tempo proteger sua família da violência policial contra negros em seu país. Ao passo em que a obra se deu no “diálogo” entre as duas mulheres, efetivamente foi Joubert quem desempenhou e recepcionou os efeitos que a “função autor” lhe proporcionaria por meios de críticas e premiações.

O jogo híbrido mediado pela escrita permite entender como o lugar da autoria foi historicamente criado e, nesse caso singular, como as marcações de gênero, raça e classe social

se deram. Poppie Nongena foi o nome fictício criado com a condição de que, mesmo com a pressão da imprensa, Joubert jamais contasse sobre a verdadeira identidade da protagonista de sua trama. A fama e o reconhecimento não seriam divididos uma vez que o acordo entre as duas mulheres previa exclusivamente que, “se o livro vendesse, os rendimentos seriam divididos igualmente entre elas”.⁶¹⁸ Diferentemente, Anderson Herzer teve o seu nome divulgado e a sua história articulada diretamente com seu rosto, sua identidade e os lugares por onde passou. As exclusões que sofreu e os procedimentos de controle sobre sua escrita e sua fala se deram em função não de raça ou classe social, predominantemente. Como jovem branco, cuja sexualidade acabou sendo “explicada” de modo quase patológico por aqueles que o ajudaram, as marcações de gênero e sexualidade parecem ter sido centrais nas preocupações e seleções que participaram da urdidura da sua “autobiografia”.

Importa quem fala? Antes de ver a autobiografia como expressão de uma interioridade, como relato verdadeiro sobre a “real” história e experiência daquele jovem, caberia pensar que a escrita de si ocorre em meio a condições pessoais, institucionais e econômicas, criando possibilidades de reconhecimento ou não. Questionei acima o lugar da “autoria” a partir da própria disposição material do livro para fazer pensar sobre como esse lugar de sujeito, essa posição “individual” torna-se passível de crítica. Digo isto não no sentido de uma anulação do papel mediador que a editoração assume na configuração do relato, mas partindo da análise dessa disposição material do testemunho para perceber as múltiplas solicitações e interferências que o tornaram possível em termos de produção, publicação e circulação.

Ora, o termo “autor” traz em sua etimologia ideias como autoridade, propriedade e domínio. Mas mais do que uma marca ontológica, um lugar fixo, esta personagem autor se refere mais detidamente a um “momento crucial”, segundo Foucault, na história das ideias e da literatura. Não foi sempre que os escritos foram atribuídos a um autor e o fato de isto passar a ocorrer na modernidade diz respeito a procedimentos de controle, atribuição e autenticidade que se tornaram presentes na crítica sobre o “homem e a obra”. O nome do autor acaba por não ser um nome próprio como outros, na medida em que não funciona somente como designação ou descrição. Tal singularidade permite entender que o nome de um autor não é somente um elemento em discurso, pois “assegura uma função classificatória”, articulando textos, reagrupando-os e opondo-os.

Ao exercer certa interferência no modo de ser do discurso, a figura do autor contribui para construir entre diferentes textos uma relação de homogeneidade, filiação ou autenticidade

⁶¹⁸ McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 434.

e explicação recíproca. Ao questionar o modo como o nome Herzer figurou na capa do livro autobiográfico, quero pensar sobre o fato de que, ao dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, tal operação “indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status”. Assim, a “função autor”⁶¹⁹, como sugere Foucault, diz respeito a um certo modo de existência, circulação e funcionamento de certos discursos em uma dada sociedade.

Quem leria a autobiografia de Herzer? Como o seu rosto, seu corpo e os afetos que marcaram a sua trajetória seriam recepcionados? Estas são questões que parecem ter preocupado os planejadores da “obra” de Anderson, uma vez que a própria forma como a unidade escritural foi montada teve o objetivo de narrar uma vida, mais que apresentar contribuições literárias de um jovem escritor no início dos anos 1980 através de uma editora comercial. A função autor ativada nesse processo dizia respeito à autoridade que o relato de um ex-interno poderia ter ao criticar as políticas de Estado e ao interpor-se na rede discursiva na qual tantas matérias jornalísticas, textos científicos e análises sociais disputavam sentidos sobre o “problema dos menores”.

Parece que a singularidade de Anderson submerge, apaga-se, frente ao “contexto” criado pela editora para seus poemas e para a sua própria narrativa individual como um efeito paradoxal da proposta editorial. O fato de que tal relato de si tenha sido elaborado sob “encomenda” e não pensado espontaneamente coloca em questão o modo de aparição e funcionamento da função autor nesse caso. Portanto, o jogo da atribuição da autoria se deu aqui por um procedimento que tentou regular a fala de Herzer e a sua criação artística, ao passo em que, por outro lado, buscou escamotear todas as injunções editoriais e políticas que estavam tornando tal testemunho possível.

Foram tais interações que tornaram possível a produção do livro daquele adolescente que então se nomeava como Anderson Herzer. Mas o dilema entre ser nomeado e chamado como Sandra ou Anderson parece ter sido constante naquela experiência, pois mesmo depois que ele passou a trabalhar na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), Suplicy continuou chamando-o como Sandra e usando pronomes femininos para se referir a Anderson. Em seu prefácio, apesar do respeito e dedicação voltado para aquele jovem, em nenhum momento ele o nomeou no masculino. Essa tensão sobre como nomear parece figurar na própria capa do

⁶¹⁹ FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In. *Ditos e escritos III: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, pp. 264-299.

livro, uma vez que apenas o sobrenome foi referenciado. No interior da obra ocorre o mesmo e quem o lê somente se dá conta da ambivalência envolvendo o nome do autor quando percorre os textos iniciais que servem para situar histórica e socialmente aquela produção. Outro aspecto que consta da materialidade do livro e que produz um efeito discursivo importante diz respeito à figuração do próprio rosto de Anderson Herzer na capa. Apresentei durante a segunda parte desta tese uma problematização sobre os funcionamentos da máquina abstrata de rostificação que criou o rosto do infrator a partir de toda uma produção de imagens a partir dos anos 1960.

Porém, no caso da obra de Anderson o seu rosto figurou a partir de outro registro imagético que não conotava imediatamente a imagem do jovem perigoso, infrator ou criminoso, apesar de que o livro parecia servir ao interesse de parte da sociedade para dar visibilidade às nuances e particularidades do desvio social de jovens por meio da (auto) narração de histórias de vida.⁶²⁰ O seu livro e a imagem de sua face que figurava logo na capa pareciam funcionar articuladamente a toda uma proliferação discursiva que tentava dar conta do problema do menor. Neste caso especificamente, o livro e o rosto inserem-se em uma perspectiva de criar narrativas biográficas e autobiográficas para entender os processos e as particularidades da formação de jovens infratores no país. Tratava-se de um procedimento interessante tanto politicamente como em termos culturais e estéticos na medida em que este investimento editorial em obras que contassem a história de personagens consideradas criminosas ou marginalizadas tinha como objetivo individualizar e particularizar condutas, assim como criar linhas de entendimento sobre o que era o desvio social e quais as condições demográficas, sociais, econômicas e políticas que o tornava possível no tempo e espaço.⁶²¹

⁶²⁰ No cinema, na TV e em alguns projetos editoriais esse aspecto parecia dar o tom para a emergência de uma série de documentos testemunhais apresentados literariamente. O livro de Paulo Collen (*Mais que a realidade*) parece sintomático dessa tendência, assim como o livro autobiográfico de Eliane Maciel sobre sua vida e luta como menina que viveu situações de tensão com sua família envolvendo o dilema maioridade/menoridade em uma batalha judicial. Fossem livros escritos em primeira pessoa contando a trajetória do (a) autor (a) ou por meio da escrita de um jornalista ou escritor que escolhia uma personagem para abordar e fazer pensar socialmente sobre o tema da infância (como por exemplo, *Araceli, meu amor*, de José Louzeiro publicado em 1976 que trata sobre a violência sexual), parece que a partir de meados dos anos 1970 houve efetivamente uma proliferação de narrativas biográficas sobre crianças e jovens no país. Cf. MACIEL, Eliane. *Com licença, eu vou à luta (é ilegal ser menor?)*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1984, 272 p. Por outro lado, outro tipo de obra que surgiu no período dos anos 1980-90 exemplifica-se no livro de Roberto da Silva. Diferentemente de uma autobiografia trata-se de uma pesquisa acadêmica desenvolvida sobre o tema da formação da identidade criminosa da criança órfã ou abandonada por pessoas que viveram a experiência do abandono e decidiram pensá-la acadêmica e socialmente a partir de dados que fossem além da experiência pessoal que havia motivado a investigação. Cf. SILVA, Roberto da. *Os filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

⁶²¹ No âmbito da produção cinematográfica pode-se tomar como exemplo a própria adaptação da autobiografia de Herzer para o cinema, rendendo grande repercussão em meados dos anos 1980 e rendendo à estreante Ana Beatriz Nogueira o prêmio de melhor atriz no 37º Festival de Cinema de Berlim, assim como no Festival de Brasília em 1986. Cf. Vera. Direção: Sérgio Toledo. Nacionalidade: Brasil. Ano de lançamento: 1987. Duração: 1h27min. Nos anos 2000 uma obra cinematográfica elucidativa para pensar as memórias e biografias de ex internos da FEBEM

Na medida em que ocorreram algumas transformações no dispositivo da menoridade, parece ter sido gestada a “demanda” pela narrativa (auto) biográfica de adolescentes e jovens em conflito com a lei ou em situação de vulnerabilidade e marginalização social. Tratava-se de um tipo de investimento que passou a se configurar com mais intensidade a partir da década de 1970, funcionando como uma das condições de possibilidade para a emergência do relato de Anderson Herzer no mercado editorial. Ao seu modo, instituições estatais também investiram nesse tipo de narrativa, obviamente a partir de controles e procedimentos específicos, como aqueles que visibilizaram histórias como as de Geraldo ou Evaldo Braga, fartamente documentadas na revista *Brasil Jovem* em prosa e imagem.

O prefácio de Suplicy deixa claro que o livro de Herzer surgiu como contraponto a um possível uso institucional de sua produção artística por parte do sistema FEBEM-FUNABEM na continuidade de outras histórias pessoais das quais a instituição já tinha se apropriado simbólica e materialmente.⁶²² Por meio deste livro, não somente se publicaria seu conjunto de poesias, mas seria possível contar a sua trajetória por meio de uma escrita autobiográfica. De início se apresentaria como narrativa de um “eu” coerente que toma a palavra para falar de si e narrar sua experiência pessoal, mas posteriormente essa narrativa foi situada em um campo de possibilidades diferenciado, visando publicação e inserção da trajetória individual em outro circuito discursivo no qual contribuiria para “explicar” as “razões” e condições que levam um jovem a delinquir.

O relato de Anderson somente pôde vir à tona na batalha de memórias e histórias institucionais que vinha ocorrendo entre autores, instituições e movimentos sociais. Tal aspecto fica claro na maneira como a publicação foi objeto de mediações com o Movimento em Defesa do Menor (Lia Junqueira), da ALESP (Eduardo Suplicy), da imprensa (notadamente a interferência de Carlos Alberto Luppi da *Folha de São Paulo*) e do mercado editorial (Rose Marie Muraro e Leonardo Boff). Se o “eu” somente pode ser compreendido histórica e socialmente em suas interações e redes de sociabilidade, o relato de si produzido por Herzer parece demonstrar isso de maneira cabal. Contudo, mais do que crer no “eu” como construção

é o filme *O contador de histórias*, que narra um encontro transformador entre um menino negro interno institucionalizado e uma pedagoga branca, de origem francesa, que o adota. Ver: *O contador de histórias*. Direção: Luiz Villaça. Nacionalidade: Brasil. Ano: 2009. Duração: 110 min.

⁶²² Na Parte II foi possível contar como as histórias de crianças como Geraldo, Luizinho e outros foram divulgadas de maneira contínua pela FUNABEM através da revista *Brasil Jovem*, dando continuidade a todo um investimento do governo militar para se apropriar da privacidade e das histórias individuais. Os rostos de Luizinho e Geraldo se tornaram símbolos da FUNABEM. Em várias edições da revista fez-se o uso social das histórias das crianças e adolescentes como modo de demonstrar a efetividade das políticas da PNBEM. Cf., por exemplo. Seis histórias menores. In. *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. v. 2, n. 6, 1968, p. 95-97. Cf. também a respeito disso, A aventura de Geraldo vira-mundo. In. *Brasil Jovem* – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 2, n. 5, 1967, p. 68-71.

estável e “representável” na estrutura narrativa de um relato, penso que vale a pena considerar como tal processo acaba sendo marcado por pactos e vontades de verdade que incluem e excluem dinâmicas, processos, pensamentos e possibilidades.

Tal aspecto demarca as condições que, ao estruturar um “eu” com suas características diversas, tende a remeter ao esquecimento ou ao apagamento sobre outros processos subjetivos, os quais não poderiam, não deveriam ou não contribuiriam para os fins a que se destinaria uma publicação daquele tipo. Isto significa dizer que relatar a si mesmo não pode ser visto como um tipo de espelhamento entre escrita e subjetividade, mas como operação fabricadora de imagens, sentidos e projetos. No caso de Anderson, muitas outras mãos vieram interferir na estrutura do texto tanto na estrutura externa e interna como também na fabricação do testemunho. Talento, individualidade e sensibilidade certamente foram elementos que participaram da possibilidade de tornar seu livro possível, mas somente na articulação com condições políticas e institucionais foi que tal projeto pôde ser viabilizado. Tratava-se de uma batalha entre setores sociais diversos e nessa rede a história de Anderson apareceu e foi inicialmente capturada pela FEBEM – o roubo de seus poemas pelo diretor Humberto mostra isso, como ele relata – e, em seguida, seu deslocamento para outra rede discursiva.

Sandra Mara Peruzzo nasceu em Rolândia, interior do estado do Paraná, no dia 10 de junho de 1962. Filha de Lurdes Peruzzo e Pedro Peruzzo, desde sua primeira infância passou mais tempo com sua avó e a tia do que com os pais. Este tipo de organização familiar seria um dos elementos que provocaria incompreensão e estranhamento por parte da menina. Mas o que ela não poderia esperar era que sua vida familiar ainda fosse atravessada por tantas tragédias. A primeira delas foi o assassinato de seu pai, que trabalhava como pequeno comerciante em um bar. Com sua mãe a relação continuaria sendo mal estruturada e em seu relato Anderson conta que não gostava muito dela, porque não se sentia à vontade, nem acolhido. A percepção dele em relação à mãe parece ser bem negativa, desconfiando de que sua falta de zelo com ela e as duas irmãs seriam explicadas por “atitudes” que a família desaprovava, em clara referência ao fato de a mãe ter se prostituído: “Minha mãe saía todos os dias quando o sol já estava para ir embora. Trancava a porta e nos deixava a sós. Nós morávamos ao lado da casa de nossa avó (materna) que cuidava de nós; já éramos em três irmãos, eu, Tânia, Rosana, ainda pequena”.⁶²³

⁶²³ HERZER, *A queda para o alto*, p. 24.

Seu afeto passou a ser cada vez mais dedicado à avó. Contudo, outra circunstância dolorosa viria algum tempo depois. Certa manhã, duas amigas de sua mãe chegaram à porta da casa de sua avó com malas nas mãos, informando que Lurdes havia morrido em São Paulo: “Disseram que ela precisou ser operada, mas seu corpo já tão fraco, contendo apenas a parte externa, pois interiormente seus órgãos estavam destruídos e sem modo de salvação”⁶²⁴, a levou à morte. Naquela situação Anderson conta que sequer teve condições de chorar, apesar do choque:

Andei em direção aos fundos da casa, onde existia uma pequena horta. Foi lá que eu chorei, sem que ninguém visse, de cabeça baixa, fingindo que estava colhendo abobrinhas. Depois tudo isso se acabou; o ódio, o amor envolveu; a nuvem, o vento levou; o pranto, a vida nova enxugou; e só ficaram a cicatriz e eu, tudo o de que minha infância restou.⁶²⁵

Com aquelas perdas iniciais um novo momento da vida de Anderson (até ali, Sandra) se configurava. A partir dali ele foi adotado pela tia e o tio, cujos nomes não são citados no depoimento. Aquela transformação começou incidindo sobre o próprio nome, pois a partir de então Sandra Mara Peruzzo ficava no passado e ele se chamaria Sandra Mara Herzer. Mudou-se com os tios para Nova Iguaçu com a esperança de que um novo tempo estaria chegando em sua vida e que pudesse contar com carinho e acolhimento. Foi estando já sob este novo lar que pôde viver outra importante perda com a morte de sua avó materna, Antônia Bononi.

O velório ocorreu na casa da sua tia e, como gesto de despedida, ele passou a noite inteira deitado sob um colchão no chão, bem próximo ao caixão no qual sua avó seria sepultada. Ali dormiu um pouco, acordando algumas vezes durante a noite e retomando o choro. Mas apesar dessa nova e significativa perda, de fato acreditava que um tempo novo estava surgindo com a nova família. Porém, não demoraria muito para que novos conflitos colocassem seu aconchego e sua base familiar novamente em risco. Ao contar para seu pai sobre uma traição praticada por sua mãe a relação jamais seria a mesma. Apesar de o casamento não ter acabado, a relação com sua mãe se tornou difícil, uma vez que a menina foi alvo de ameaças. Anderson relata que isso ficou claro quando certa feita ela disse que Sandra havia destruído “a nossa família”, como se Sandra não fizesse parte daquela família. Esse foi mais um dos choques com os quais precisou aprender a lidar. A rotina familiar ainda lhe apresentaria horrores com os quais nunca imaginou que precisaria conviver.

O relato foi se estruturando de modo a construir uma sequência de atos e processos que visavam “explicar” ou encadear as condições que teriam feito com que a personalidade de

⁶²⁴ Idem, p. 25.

⁶²⁵ Idem, p. 25.

Sandra se formasse a partir de “impulsos agressivos”. Pode-se perceber tal procedimento no trecho: “o tempo foi passando, e eu me tornando uma criança adulta, que lutava contra tudo e contra todos que viessem me aborrecer com opiniões sobre fatos contra os quais eu me colocava: a agressividade parecia ter se infiltrado no meu sangue”.

As brigas na escola, as fugas de casa e os conflitos iriam se somando ao longo tempo, gerando condições para que logo ele passasse a consumir álcool, o que funciona na narrativa como uma espécie de “fuga” dos problemas familiares e subjetivos, mas também como modo de se aventurar:

a bebida já era meu alimento diário. Sem o álcool, eu não era nada, brigava muito em casa, mas bastavam algumas doses e me transformava, jogava palitos, baralho, participava de rchas de carros em São Bernardo do Campo. Porém, se não bebesse nada, só tinha vontade de fugir, de brigar, de ver sangue alheio ou meu mesmo.⁶²⁶

No início do relato, demonstrava se sentir feliz com os efeitos provocados, pois não sentia raiva nem ódio de nada, parecendo estar em uma espécie de paraíso para o qual queria retornar com frequência, daí o uso recorrente da droga. Todavia, aos poucos o relato vai mostrando outros traços que parecem estabelecer uma relação de causa e efeito entre esses atos e tudo o que ocorreria ainda: “não sabia então que, nos caminhos que levavam àquele mundo perdido, eu iria me perder cada vez mais, e com menos possibilidades de retorno”.⁶²⁷

Pouco tempo depois ocorreu a primeira internação. Sandra foi levada para a Comunidade Terapêutica Infância (CTE), dando entrada no sábado, mas protagonizando sua primeira fuga no dia seguinte, chegando em casa à noite. Foi internada novamente, mas, em seguida, ela e outros internos foram expulsos da CTE. Passou por outra instituição, o Instituto Eldorado Raposo, ao qual se refere nos seguintes termos: “onde tive que conviver com todo tipo de gente, inclusive com deficientes mentais”. Mas essa internação novamente não surtiu efeito porque depois que retornou para casa também voltou a consumir drogas e sair com frequência à noite. Mas aí surge uma ameaça dos pais, pois caso não se comportasse direito seria enviado para a FEBEM, apesar de que segundo Anderson nesse momento ele teria reduzido o consumo de álcool. Depois de estabelecer todo o cenário que desencadearia sua internação, o relato passa a narrar este que funcionou como um ponto definidor na trajetória de Anderson, demarcando um antes e um depois:

As ameaças foram continuando, meu pai me levava até lá mas não me aceitavam, pois eu não trazia problemas a ninguém por beber, sair à noite, não

⁶²⁶ HERZER, *A queda para o alto*, p. 33.

⁶²⁷ *Idem*, p. 33.

aceitavam como motivo justo para uma internação até a maioridade em um juizado de menores.

Mas um dia, chegara em casa pela manhã, mal me deitara para dormir, fui acordado com alguém me chamando. Olhei ao redor de minha cama e entendi tudo: meu pai, minha mãe, uma mulher e um policial, todos me fitavam.

O policial mandou que me levantasse, o que fiz, pedindo para ir ao banheiro lavar o rosto; mas me pegaram pelos pés e pelos braços, me puseram na perua e fui entregue ao juizado.

Quando a perua saiu da frente de minha casa, aquilo tudo me deu um gosto amargo na boca. Minha mãe chorando no portão... Para que chorar se ela própria me internou em três lugares seguidos? Para que fingir, se todos diziam quererem livrar-se de mim, como se eu fosse um objeto qualquer?

Quando entrei no pequeno quartinho da Triagem, onde fui entregue, olhei para aquelas meninas, ouvi o que se conversava e percebi rapidamente que aquela iria ser a fase mais difícil e dolorosa de minha vida.

FEBEM... Um encontro direto com a marginalização!⁶²⁸

Ao contrário do que esperavam os seus pais, a internação funcionou para Anderson como promotora de mais revolta, mais insatisfação com sua família e sua própria história. O momento mais significativo que teria contribuído para isso foi uma violência que veio de quem ela menos esperava. Uma vez que a relação extraconjugal de sua mãe com outro homem não havia sido encerrada, ela recebeu a visita dele outra vez e beijaram-se no interior de sua casa, sem saberem que Sandra estava à espreita observando tudo. Decidiu contar tudo para seu pai, na tentativa de fazer com que ele não fosse enganado novamente, pois entendia que não merecia aquilo. Tudo isso antes de sua internação na FEBEM. A relação familiar continuou abalada e dificilmente seria reconstituída como antes. Foi então que algo muito grave aconteceu:

Um dia, durante a tarde, eu estava ajudando meu pai em sua perfumaria. Minha mãe, não me recordo por qual motivo, não estava em casa.

Talvez meu pai já pensasse em fazer isso antes, ou talvez tenha sido algo que ele pensou naquele momento, mas estava tapando alguns vidros de perfume, quando senti seu corpo tocar no meu corpo, e suas mãos me apertaram, aquelas mãos que antes eram tão dóceis e tão paternas, tornaram-se imundas e nojentas. Sim, meu pai me desejava. Eu me virei contra ele, estupidamente, tentando afastá-lo de mim. Consegui me livrar de suas garras sujas, correndo em direção à porta: mas ele me alcançou e eu, tentando fugir, me debatia. Ele se irritou e golpeou com toda a sua força o meu braço esquerdo. Depois, pelo visto, se arrependeu e me soltou. Subi a escadinha que dava na porta de minha casa, meu braço doía, logo após ele chegou atrás de mim. Eu estava sentado em uma cadeira, com um pano úmido em salmoura, envolto em meu braço, que já estava inchado e com uma leve cor escura, meio roxa. A dor ia piorando, meu pai me pediu para que não contasse nada a ninguém. Meu tio viu meu braço. Precisei ir até o pronto-socorro. A desculpa dada foi que havia caído em cima de um ferro da perfumaria.⁶²⁹

⁶²⁸ HERZER, *A queda para o alto*, p. 36.

⁶²⁹ *Idem*, p. 41.

O braço foi engessado, mas o fato é que ele nunca mais ficou totalmente curado da pancada que sofreu. Ao longo de todo o livro o depoimento não segue uma sequência linear, pois Anderson retoma alguns acontecimentos com base em sua memória afetiva. Esta narração sobre o abuso sexual que sofreu do tio (pai adotivo) ocorre em um momento em que recua, após já ter iniciado a narrativa sobre sua internação na FEBEM. Aparentemente este seria um tema do qual ele não queria recordar, mas que se impôs diante da necessidade de estabelecer relações causais entre os diferentes acontecimentos e percursos que sua existência permitiu viver. Isto fica claro no fim do capítulo VII quando, depois de narrar tal violência, encerra do seguinte modo:

esse foi o motivo do desentendimento entre mim e meus pais, foi mais ou menos o que se pode chamar de “porquê” da minha vida, que não era mais vivida dentro de casa; e o fato de que eu bebia, saía às noites e retornava só na madrugada foi como a gota d’água que estava faltando para que minha liberdade fosse apreendida durante três anos na FEBEM.⁶³⁰

Depois da internação na FEBEM, Sandra Mara Herzer foi liberada pelo juiz de menores e o diretor para poder trabalhar, reconstituir sua vida social e romper o “ciclo de marginalização”. Entretanto, apesar dos esforços de Suplicy, Lia e outros para ajudar naquela recomposição da vida social, alguns desafios se impuseram. Um deles seria muito importante no modo como Anderson/Sandra seria cada vez mais visto, pois durante sua permanência como interna da FEBEM de Vila Maria ele passou por um processo de readequação ou recomposição da sua identidade de gênero.

Se, na infância, ao tornar-se juridicamente filha de seus tios, ele precisou mudar de sobrenome (Peruzzo para Herzer), a partir de sua compreensão como sujeito do sexo masculino o nome também seria novamente alterado. Lia Junqueira conta que quando Sandra Herzer tinha treze anos de idade, isto é, antes da internação, ele havia tido um namorado com o qual se envolvera intensamente, mas que faleceu devido a um acidente com sua motocicleta. Tal perda, no conjunto de muitas outras que ele havia experimentado, fez com que um trauma se constituísse em sua vida, impedindo-a inclusive de trabalhar esse luto, elaborando-o como condição de superar a perda daquele objeto (o namorado). Lia narra tal processo do seguinte modo: “Sandrinha, ao conhecê-lo, passou a conhecer todas as sensações de afeto, de segurança, e até de ser amada, passou a ser importante!”⁶³¹ Contudo,

⁶³⁰ Idem, p. 42.

⁶³¹ Idem, p. 17.

foram poucos dias de vida, porém, foram muito bem vividos. Bigode morreu no asfalto, num acidente de moto. Sandra, que agora conhecia o amor, não podia deixar Bigode morrer. Assim, num passe mágico, Bigode continuou vivendo através de Sandra e ela se transformou em todas as outras mulheres do mundo. As depressões são profundas nos momentos raros em que Bigode desaparece e Sandra tem que assumir Sandra. Por isso mesmo, ela policiava todos os seus momentos para impedir a ausência de Bigode.⁶³²

O modo como na própria estrutura do livro o relato de Lia se insere para dar conta das complexidades da subjetividade de Anderson demarca o território disputado do texto. Quanto a estes temas não foi Anderson quem tomou a palavra, não foi ele quem apresentou os significados que tais acontecimentos tiveram para ele, individualmente. Pode-se pensar até mesmo como o relato dele se tornou possível no dispositivo da menoridade quando útil para fazer pensar sobre as condições que geram a delinquência juvenil, mas por outro lado a história foi apresentada por meio de interdições e mediações que categoricamente enquadraram sua sexualidade no campo de uma certa “anormalidade”, uma extravagância que devia ser explicada por outrem. Coube a Lia Junqueira, neste caso, mobilizar suas leituras, valores e compreensões sobre a sexualidade para poder “dar sentido” àquele outro desvio vivenciado por Anderson.

Contudo, ao passo em que Lia circuncreve a sexualidade de Anderson na fronteira fictícia do normal e do desviante, tal gesto permite entender a historicidade dos processos que criaram a identidade de gênero em relações de poder. Tal identidade foi alicerçada, de acordo com a posição de Lia, na medida em que um nome foi tomado para si no processo de uma perda afetiva (a morte de Bigode), o que funciona narrativamente como um procedimento que visa delimitar a identidade de gênero e a orientação sexual a partir de certas causas possíveis de serem diagnosticadas, explicadas e controladas.

Ao ler os relatos de Suplicy e Lia sabe-se que, após a morte do namorado, Sandra tatuou em seu pulso a expressão “Big”, uma abreviação do apelido. Toda os termos e enunciações de Suplicy e Lia sobre Anderson funcionavam como “chaves explicativas” para o mistério da personalidade e da história de Anderson, mas apesar de figurarem como textos prévios ao testemunho do jovem, este mesmo não elegeu tais temas para relatar e rememorar. Tal gesto narrativo problemático compartilhado por Suplicy e Lia permite ver que ao emergir dentro das condições de possibilidade do dispositivo da menoridade, tal testemunho esteve articulado em condições de visibilidade e dizibilidade que autorizaram certos aspectos de sua história, mas inviabilizaram outros. Assim aconteceu na medida que a própria disposição textual da obra já articulava a figura de Anderson a outras que tentaram explicá-lo e acabaram contribuindo para

⁶³² HERZER, p. 10-11.

uma visão estereotipada e patologizante de sua identidade de gênero e as expressões de sua subjetividade.

As explicações de Lia e Suplicy seguem na direção de demonstrar como havia se desenhado na própria estrutura corporal de Anderson uma masculinidade. Em um dos trechos mais significativos do modo como Lia articula sua “apresentação” de Anderson, ela conta o momento final, aquele no qual ele pusera fim à sua própria vida:

Quero acreditar que, naquela noite chuvosa de agosto de 82, num descuido seu, Bigode se ausentou e repentinamente ela se sentiu desamada. Sem amor, sem Bigode, desesperada saiu à sua procura, e repentinamente percebeu que só havia uma maneira de encontrá-lo, não tinha outra saída. E ao cair no asfalto, subiu com Bigode para nunca mais descer...⁶³³

A história termina, portanto, caindo nas armadilhas da linguagem não somente editorial – com as solicitações para que o depoimento desse conteúdo e contexto aos poemas –, mas fundamentalmente nas tramas de um discurso cisheteronormativo que Lia atualizou em seu texto. Ao visar estabelecer essas relações causais na história de Anderson e narrar por ela mesma o ato final do suicídio, vê-se como funcionava em sua narrativa a possibilidade de que Anderson tivesse sua vida, seu desejo e sua memória dissecada, explicada e comentada como objeto de laboratório.

Os modos como foram articulados os relatos de Lia e Suplicy geraram o conteúdo necessário para que a identidade de gênero não fosse vista fora dessa chave patologizante e biologizante, como fica explícito no modo como Suplicy conta a ida de Anderson a uma ginecologista:

Havia uma enorme barreira para Herzer conseguir um lugar numa pensão ou arrumar um emprego regular. Pessoa doce, que tratava muito bem aos que lhe respeitavam, capaz de se desdobrar em esforços para fazer um bem a quem necessitasse de alguma ajuda, porém, com uma dificuldade de ser aceita normalmente por todos. Pois ao longo de seu tempo na FEBEM, pouco a pouco, e cada vez mais fortemente, Herzer passou a se sentir e a se portar como se fosse um homem. Não sei exatamente as razões, a FEBEM nunca lhe explicou, mas ocorreu com Herzer uma transformação.

Segundo o testemunho da Dra. Albertina Duarte Takiuti, médica ginecologista do Hospital das Clínicas, aonde levei Herzer para uma consulta em julho passado, os seus caracteres sexuais femininos sofreram uma parada em seu desenvolvimento. O diagnóstico completo de seu balanço hormonal ainda não havia sido completado, embora iniciado, por causa de seu receio a respeito de sua própria condição.

Em seu corpo cresceram pelos, seu cabelo foi cortado como o de um rapaz. Passou a usar roupa exclusivamente masculinas. Em todas as unidades femininas da FEBEM, principalmente na Vila Maria em que passou mais

⁶³³ HERZER, *A queda para o alto*, p. 18.

tempo, Herzer se tornou, mais que líder, “chefe de família”, pessoa responsável por muitas iniciativas. Organizava, por exemplo, a apresentação das peças de teatro de sua autoria com a participação de muitas companheiras. Um dos fatores que provavelmente contribuiu para a transformação da personalidade da mesma Sandra Mara Herzer em Anderson Bigode Herzer, foi o desaparecimento de seu namorado, de apelido “Bigode”.

[...] Herzer contou a mim e a Lia Junqueira, no dia em que a conhecia, o episódio de seu namorado Bigode. Provavelmente porque preferia não ter mais a lembrança de se sentir mulher, optou por não contar esse episódio em seu livro.⁶³⁴

A cena no consultório, o olhar de Suplicy e a ginecologista delimitaram ali uma nova armadilha para Anderson: o saber médico diante do seu “corpo estranho”. Aos poucos, as linhas traçadas por dois adultos sobre o corpo do adolescente redefiniam o campo das diferenças etárias, de gênero e sexualidade, na medida que o corpo dele não se adequou às expectativas sociais e gerou “surpresas” no cotidiano da ALESP diante do “descompasso” entre um “corpo masculinizado”, uma “voz feminina” e um “nome masculino”. Assim, se por um lado o relato de Anderson apareceu historicamente como um depoimento, um testemunho pela “causa dos menores”, por outro lado a sua história e o seu corpo foram objeto de apreensões e armadilhas nas quais o seu desejo e sua sexualidade foram tomados como objetos de explicação e de normalização. Frente às interferências e inquisições sobre o seu corpo, Herzer expressou-se assim: “para mim eu era um rapaz em fase adolescente, e para alguns um caso que deveria ser tratado clinicamente. Mas para o senhor Humberto não havia outra palavra; simplesmente um machão da V. Maria”.⁶³⁵ Nesse trecho se vê o jogo tenso em que Herzer não esteve passivamente colocado, mas no qual questionou, incidiu na ordem do saber e do confronto corpo a corpo.

Todos os investimentos para explicar e delimitar o “corpo estranho” de Anderson por meio de normas do saber médico e das ficções de um imaginário social heteronormativo fazem pensar como a política de identidade funcionou para articular corpos e desejos em uma estrutura binária: homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade. Por que o corpo de Anderson causou estranheza? Dentro de quais enquadramentos sociais e formas de saber a sua diferença foi circunscrita? Penso que seu desejo desalojou toda possibilidade de explicar e circunrever sua subjetividade. O próprio gesto de tentar explicá-lo e estabelecer uma “causa” para a sua sexualidade deixa claro o incômodo que tal diferença produziu. Ao seu modo, parece que o corpo de Anderson questionou o princípio normalizador da identidade. Mas em uma sociedade marcada estruturalmente por um imaginário que reforça a

⁶³⁴ HERZER, *A queda para o alto*, p. 10-11.

⁶³⁵ HERZER, *A queda para o alto*, p. 114.

heterossexualidade compulsória e a pedagogização dos corpos, educando-os e alojando-os em determinadas identidades de gênero, a existência de Anderson desestabilizou esse modo de ver.⁶³⁶

A autobiografia de Anderson Herzer, mediada por outras narrativas que visaram explicá-la e situá-la no âmbito do dispositivo da minoridade e da cisheteronormatividade, permite entender como a construção social da identidade de gênero somente se efetiva em determinado campo de forças, dividindo, selecionando, organizando política e subjetivamente um conjunto de elementos com os quais o sujeito precisa lidar para se autoconstituir como individualidade ou singularidade.

A consulta médica, o exame hormonal, a análise de comportamento e a configuração de uma narrativa sobre a vida pretérita de Sandra Mara Herzer se constituíram como partes de um mesmo procedimento: produzir subjetividade. Aparentemente o corpo da “menina” apareceu “deslocado” da identidade de gênero que deveria assumir e para vincular-se a esta identidade o corpo precisaria responder a um conjunto variado de demandas e expectativas fabricadas. Parece ser com pesar ou preocupação que o relato de Suplicy fala das mudanças corporais, da não vinculação imediata entre o corpo de Anderson Herzer (em transformação) e todo um campo de significados no qual a figura de Sandra Mara ainda pertencia. Este não lugar, esta região fronteira mediada pelo corpo e a sexualidade causaram incômodo e estranheza. O modo como se lidou com tal situação foi por meio de explicações, definições causais e procedimentos médicos. Isto mais reforçou uma série de processos patologizantes do que favoreceu o estabelecimento de um diálogo com essa diferença a fim de pensá-la por ela mesma, abrindo mão dos recursos ancorados em normas e valores “estranhos” àquela singularidade.

Uma transformação se efetuou, como diz Suplicy. Mas quais as tensões e as relações de poder que operaram minuciosamente, em sua mais insidiosa fisicalidade, na composição desse “corpo abjeto”, mas tomado como objeto permanente dos olhos dos outros? Nota-se, não a partir da autobiografia propriamente dita, mas das narrativas que a ela se articularam, que esse processo de transição ou redesignação sexual ocorreu no caso de Sandra Mara Herzer para Anderson Herzer a partir de um “objeto amado”, o que já conota uma leitura psicologizante. De acordo com o relato de Lia, foi aos treze anos de idade que Sandra perdeu seu namorado. De repente, sob a figura repetitiva e dolorosa do asfalto, o objeto amado se desfez. Este parece

⁶³⁶ Para uma discussão sobre o “corpo queer” (estranho) e as potencialidades de uma política pós-identitária que questione a amplie as possibilidades de leitura sobre as sexualidades para além das armadilhas da cisheteronormatividade, cf. LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

ter sido, na ótica de Lia, um “acontecimento fundador” na constituição do sujeito Anderson Herzer. Enfim, se tratava do tipo de investimento que Lia julgou ser importante para explicar quem Anderson foi e assim compreender a sua trajetória.

A identidade de gênero nem de longe pode ser pensada como uma essência ontológica fundamental, uma espécie de “sempre aí” que estruturaria a personalidade e o desejo do sujeito. Sobre esse ponto, Judith Butler analisou as políticas e os diferentes processos decisórios que ocasionaram no plano da cultura a fabricação de uma “matriz heterossexual”. Em *Problemas de gênero*⁶³⁷, a filósofa problematiza o gênero como construção performática, criativa, não essencial nem biológica, mas efeito da cultura mediada por gestos, símbolos e imagens. O gênero organiza-se socialmente a partir de um conjunto de atos repertoriados culturalmente e que se repetem, atualizando ou reforçando modos de conduta. Contudo, faz uma distinção entre “*performance* (que pressupõe a existência de um sujeito) e *performatividade* (que não o faz). Isso não significa que não há sujeito, mas que o sujeito não está exatamente onde esperaríamos encontrá-lo – isto é, ‘atrás’ ou ‘antes’ de seus feitos”⁶³⁸.

Daí a radicalidade e potência analítica que *Problemas de gênero* apresenta para (re) pensar o gênero e a história da subjetividade, nos permitindo ver o corpo de Anderson marcado por processos sociais que atribuem o gênero em meio a exercícios de poder e formas de domínio sobre si e os outros: “A performatividade não é, portanto, um ‘ato’ singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição”⁶³⁹.

Portanto, nessa genealogia do menor infrator como sujeito produzido a partir da mediação entre uma imagem e um conceito historicamente fabricados, a presença de Anderson Herzer emerge como signo de uma diferença. E uma das razões pelas quais sua presença tensiona a própria invenção *do* menor reside justamente no fato de que permite analisar como a própria designação de gênero precisa ser questionada, pensada, tomada como problema. De Sandra a Anderson, houve um processo de tensões e dores que uma leitura sensível de sua autobiografia pode imaginar, não no exercício de uma famigerada empatia, mas na direção ontológica de perceber os processos de constituição da subjetividade. De Rolândia para Foz do Iguaçu e de Foz a São Paulo, o corpo foi sendo transformado pelas construções do gênero. O

⁶³⁷ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Revisão técnica de Joel Birman. 15ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 107.

⁶³⁸ SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. 15ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 66.

⁶³⁹ BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edição, 2019, p. 34.

pai assassinado, a mãe que morreu por doença venérea adquirida na prostituição, a traição da tia (mãe adotiva) e o abuso sexual sofrido pelo tio (pai adotivo) foram acontecimentos apresentados em seu relato e que, por sua vez, fazem ver as marcas de poder que o gênero havia efetuado em suas relações familiares.

Tais eventos ajudam a pensar como os “papéis de gênero” foram inicialmente apresentados e incorporados diferencialmente por Sandra Mara. Gênero, em todas essas circunstâncias, pode ser pensado como um processo socialmente constituído em dado campo de forças e culturalmente repertoriado a partir de um arquivo de imagens e saberes que constroem a realidade por meio de regimes de verdade que definem o que seria o homem e a mulher, o masculino e o feminino e os atributos de cada um desses polos. Com Butler, penso que a identidade de gênero se constitui como verdadeiro “constructo performativo”⁶⁴⁰ que emerge e se efetua a partir de uma certa “sequência de atos” reiterativos em uma certa ordem temporal. Em uma das epígrafes dessa terceira parte do estudo, a citação de Butler incita um questionamento sobre as políticas e poéticas de constituição do sujeito no mundo contemporâneo como condição *sine qua non* para pensar, propor e fazer novas políticas que favoreçam o entendimento sobre como o poder jurídico produz aquilo que ele diz apenas “representar”.

Pelo excesso de normas, expectativas e imagens que socialmente definem e atualizam as divisões e posições de gênero, se vê como desde o século XVIII e mais intensamente a partir do XIX a sexualidade tem sido objeto de proliferação discursiva. Pode-se ver isso em teorias médicas, na emergência de campos e saberes devotados a investigar, caracterizar e dar cabo das expressões das sexualidades, entre outras tecnologias de governo. Gênero e sexualidade se constituem como produções históricas que, ao serem articulados em relações de poder, prestígio e legitimação de forças em jogo, são criados e recriados socialmente. Como afirma Sara Salih, o “gênero é um processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que ‘fazemos’ e não algo que ‘somos’”.⁶⁴¹

Partindo da análise de uma autobiografia como texto que pretende constituir uma certa identidade narrativa que recorra ou dê funcionamento ao critérios de referencialidade, verdade, realidade e fidelidade, pode-se pensar como o relato de si não pode ser lido meramente como “transferência” do vivido para o narrado, cumprindo parcial ou totalmente o desejo de representar o real. O relato de si pode ser compreendido como operação ética que necessariamente se efetua em uma rede de sociabilidade, na medida em que “o ‘eu’ não tem

⁶⁴⁰ Idem, p. 65.

⁶⁴¹ Idem, p. 67

história própria que não seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas”⁶⁴² que social e politicamente define o visível, o dizível, o memorável e o narrável.

A história de Anderson nos faz pensar sobre os efeitos de uma política corporal intrínseca a uma política do sexo/gênero/desejo. Na perspectiva da cisheteronormatividade, o corpo feminino só pode ser de um jeito, assim como o corpo masculino. E entre esses dois polos há distinções fixamente demarcadas e “naturalizadas”. Anderson, assim como Lilica, teve o seu corpo analisado, inquirido, desejado e questionado. Obviamente que por estratégias distintas e procedimentos particulares, mas as duas histórias permitem entender os contornos sociais que o processo de generificação dos corpos produz. Os olhos dos outros inquietaram-se, vacilaram, desejaram possuir ou aproximar-se daqueles indivíduos. Pixote desejou, mas estranhou e riu do corpo de Lilica considerado por ele e Fumaça como um objeto para o prazer masculino, mas também tomado como algo risível por sua estranheza e não conformação ao corpo de uma menina ou menino.

Ao seu modo, Anderson incorporou um conjunto de marcas do que seria a masculinidade no interior da FEBEM, articulando assim suas relações com as meninas a partir de um repertório que atualizava o corpo cis e heterossexual do “macho” a partir de domínios sobre o corpo das meninas. Em certo ponto do depoimento, ele conta:

em geral as menores como eu eram chamadas de *machão*⁶⁴³, mas a maioria delas eram criticadas pelas outras, pois nos passeios da Unidade para locais como cinema, unidades masculinas, enfim qualquer tipo de passeios, essas menores eram totalmente diferentes: aceitavam gracejos dos homens, muitas arrumavam namorados, etc. Como nunca dei motivo para nenhuma crítica desse tipo era sempre ressaltado como sendo o único ‘machão’ autêntico.⁶⁴⁴

Ora, o trecho demonstra os funcionamentos do processo de “tornar-se homem” e como tais posições foram negociadas em circunstâncias específicas. Ao repetir um conjunto de atos que o colocariam na posição de “machão”, Anderson ainda parece narrar com júbilo que era “autêntico”. Ao mobilizar uma série de características e expectativas sobre o que era ser “machão”, todo um cotidiano de práticas de poder sobre o corpo das meninas tornou-se possível para Anderson, como líder do grupo e exercendo domínio sobre as demais.

⁶⁴² BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*: crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 18.

⁶⁴³ Grifo no original, o que diz muito.

⁶⁴⁴ HERZER, *A queda para o alto*, p. 69.

Ao estudar as narrativas de si de jovens em conflito com a lei, Nilda Stecanela e Carmen Craidy problematizam como as imagens desses indivíduos, “mais caracterizados como delinquentes do que como sujeitos de direitos, reproduzem-se nas suas narrativas, indicando forte identificação com as produções discursivas da sociedade disciplinar e de controle”.⁶⁴⁵ No caso de Anderson, ele atualizou um conjunto de significados sobre o que era ser machão e que foram definidos em relações sociais de gênero que o precederam. Portanto, ser machão, nesse contexto, significaria exercer um certo domínio sobre os corpos femininos, como se vê noutro trecho do relato: “na FEBEM, os ‘machões’ tinham sua mulher, isto é, outra menor da mesma unidade e, dependendo do casal, uniam-se a eles outras meninas que se colocavam no papel de filhas ou filhos. Assim sendo, havia inúmeras famílias lá dentro, algumas pequenas, outras imensas”.⁶⁴⁶

As maquinações do gênero e da sexualidade funcionaram a partir de um conjunto muito específico de práticas com as internas, permitindo pensar as reproduções dos modelos de família e relações afetivas. Arnaldo Franco Júnior, ao analisar a autobiografia de Herzer, afirma que

o relato, entretanto, também nos sugere que a construção dessa identidade masculina passou pela identificação com a identidade masculina negativa em relação à qual se contrapõe. [...] Ser um machão aí, implica, portar e construir, para si, as qualidades masculinas a partir das quais se enfrentará o algoz mostrando-se, nesse enfrentamento, melhor do que ele [Humberto, o diretor violento da FEBEM] por portar as mesmas qualidades, mas não exercitá-las de modo cruel, arbitrário ou gratuitamente violento.⁶⁴⁷

Como analisa Leocádia Chaves, a relação de tensão com Humberto se dá no nível da interferência dele sobre o corpo de Anderson, na medida em que os tratamentos que visavam subalternizá-lo por sua diferença foram questionados. Expressões como “machão sem saco” e “machão sou eu que tenho duas bolas”⁶⁴⁸ foram proferidas visando tornar o corpo de Anderson algo abjeto, risível e violável por não se adequar ao regime da heterossexualidade compulsória.

Entre mudanças e permanências, as relações de gênero foram definindo (im) possibilidades para a vivência de Anderson como jovem em processo de internação. No conjunto de textos que mediaram a enunciação individual de Anderson vê-se o funcionamento de uma verdadeira rede discursiva que regeu, para além do dito e do não-dito explicitamente,

⁶⁴⁵ STECANELA, Nilda & CRAIDY, Carmen. Intérpretes de si: narrativas identitárias de jovens em conflito com a lei, *Linhas Críticas*, Brasília, DF, n. 36, mai./ago. 2012, p. 308.

⁶⁴⁶ HERZER, *A queda para o alto*, p. 79.

⁶⁴⁷ FRANCO JÚNIOR, Arnaldo. Experiência autoritária e construção da identidade em *A queda para o alto*, de Herzer. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 12, 2008, p. 244.

⁶⁴⁸ Cf. CHAVES, Leocádia Aparecida. *A queda para o alto: a experiência de Anderson Herzer na construção de seu corpo, de seu gênero, de sua sexualidade*, *Letras Escreve*, Macapá, v. 7, n. 4, 2º semestre, 2017, p. 72-73.

as regras do que poderia e do que não deveria ser dito sobre si. O fato de em todo o seu depoimento não ter feito referência à morte de Bigode e ao processo de transformação na relação com o seu corpo e seu desejo, acabou sendo usado editorialmente para criar uma narrativa na qual sua trajetória fosse explicada a partir de um conjunto de estratégias que, mais do que incluir e dialogar com a sua diferença, a colocou em um discurso normativo sobre a sua identidade de gênero e sexualidade.

Se tratou de um procedimento analisado por Foucault quando analisou o dossiê sobre Pierre Rivière⁶⁴⁹, relatando o caso de um jovem que em 1835 matou e degolou sua mãe, sua irmã e seu irmão. O que deu visibilidade para tal caso foi o fato de que ele foi investido de sentido por muitos campos enunciativos como a medicina, a polícia e o discurso penal e, nessa rede, Foucault insere o próprio relato escrito por Rivière enquanto esteve na prisão, redigido antes de cometer suicídio por enforcamento. Tal procedimento metodológico contribui para pensar as dinâmicas que tornam possível a configuração dos indivíduos a partir de critérios científicos e normas sociais. No caso de Foucault, era interesse dele contar as histórias dos homens infames, daqueles cujas histórias e trajetórias somente se tornaram conhecidas devido aos investimentos e procedimentos mediados pelos outros.

No caso de Rivière, se trata de pensar como em um determinado contexto histórico um acontecimento e uma personagem foram agenciados e mobilizados para fins de “explicação” sobre crime, comportamento desviante, parricídio e outros temas mediados pela Psiquiatria e pelo Direito Penal. Indagando não sobre verdades essenciais, mas sobre as condições de emergência de um relato, o gesto foucautiano permite pensar os enredamentos e as imbricações entre os diferentes saberes que disputaram sentidos e diagnósticos para a personalidade de Rivière e o acontecimento que o marcou socialmente. Nesta rede foi que o relato de Rivière, escrito durante seu período na prisão, emergiu. Aparece assim a sua versão sobre os fatos por meio de uma longa narrativa sobre sua vida familiar, as relações afetivas e as razões que o fizeram tentar “libertar” o seu pai do sofrimento que era viver ao lado de sua mãe e das opressões que ela o impunha. Assim, entre as instituições e os saberes do sistema judiciário emergiu o “relato do criminoso”, permitindo que outra leitura se somasse àquelas que já vinham delimitando e definindo seu comportamento a partir da produção de uma biografia e o perfil psicológico do parricida.

⁶⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...: um caso de parricídio do século XIX* apresentado por Michel Foucault. 2ª ed. Tradução de Denise Lezan de Almeida. Revisão técnica de Georges Lamazière. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

A partir de outras perguntas e (im) possibilidades, busquei mapear as redes de poder e saber na qual o relato de Anderson Herzer emergiu e como o seu “depoimento” não serviu apenas para a “causa do menor”, de modo “ilustrativo” e “reiterativo” ao que outras narrativas já diziam, mas como indicativo de um modo de resistência. Sua história foi selecionada, organizada, mediada e apresentada a partir de requisitos e de condições externas mais ou menos articuladas e implicadas às suas expectativas como escritor. Se a sua expectativa era ver os poemas publicados, para que isto se tornasse possível a editora Vozes solicitou um depoimento, um relato sobre si que desse a forma e o conteúdo necessários para disputar sentidos sobre a questão do menor. Entre a escrita de Anderson e a publicação do texto, muitos procedimentos agenciaram a “sua obra”.

Caindo nas armadilhas de um discurso heteronormativo, o depoimento de Anderson parece ter sido objeto provocador de dúvidas, estranhamentos, inquietações e tentativas de apreensão por apoiadores como Lia e Suplicy. Cindida pelas diferenças de gênero, geração e sexualidade, estas histórias cruzadas não conseguiram frear gestos que patologizaram o desejo e a sexualidade de Anderson. Tratava-se ali da interferência direta do dispositivo da sexualidade sobre a narrativa de um caso individual, de uma história singular logo suprimida ou engessada no discurso sobre o “sexo rei”⁶⁵⁰ e a definição rígida da identidade de gênero.

Acontece que o sexo parece ter sido apresentado como espécie de guardião da verdade do indivíduo no Ocidente. Longe de ter sido o primeiro na história a ter seu corpo analisado e seu “verdadeiro sexo” questionado em termos médicos e sociais, Anderson constituiu sua identidade de gênero a partir de um arquivo que socialmente definia o que era o masculino e o feminino, de modo que ele pôde mobilizar referências em práticas singulares no cotidiano da FEBEM. Mas essa “necessidade” de aferir o “sexo verdadeiro” – funcionando como um “ideal regulatório” – foi fabricada historicamente e ganhou contornos na história do Ocidente a partir dos séculos XVIII e XIX, como demonstra Michel Foucault em seus estudos a partir da década de 1970 na cátedra História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France.

Pesquisando no arquivo do Departamento Público de Higiene da França, Foucault encontrou o dossiê com o caso de Herculine Barbin⁶⁵¹ que, tendo sido descoberta como hermafrodita masculino, foi obrigada a mudar o seu nome no registro civil para Abel Barbin em 22 de julho de 1860. Durante anos, Adelaide Herculine Barbin – nascida em 8 de novembro

⁶⁵⁰ Sobre tal termo, ver a entrevista de Foucault a Bernard Henri-Lévy. Cf. FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012, pp. 344-362.

⁶⁵¹ FOUCAULT, Michel. *Herculine Barbin: diário de um hermafrodita*. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

de 1838, em Saint-Jean-d'Angély – teve sua vida e suas relações constituídas a partir do convento das Ursulinas de Chavagnes, sendo posteriormente diplomada como professora na Escola Normal de Oléron, onde estudara e começara a trabalhar. Era reconhecida por sua inteligência no aprendizado de matemática e línguas estrangeiras, assim como por seu devotamento à leitura de história antiga e moderna, que ela tinha como verdadeira paixão.

Mas, nas memórias escritas por Herculine, outras paixões também ganhariam destaque, uma vez que desde a adolescência seu envolvimento afetivo com outras meninas do convento e da Escola Normal foram objeto de algum estranhamento, mas não ao ponto do que ocorreria quando fosse “descoberto” o seu envolvimento, como professora da Escola Normal, com uma das companheiras que, em seu relato, aparece com o nome fictício de Sara. A história de Herculine foi marcada por algumas relações afetivo-sexuais que a narrativa do seu depoimento apresenta com riqueza de detalhes. O clímax da história e a revelação do “segredo” de Herculine se dá quando ela, após reclamar de dores na região da virilha, realiza uma consulta médica e no seu diagnóstico algo que ela não desejava acabou vindo à tona: a presença daquilo que biologicamente o médico caracterizou como um micro pênis com cerca de cinco centímetros e um testículo de tamanho também reduzido.

Este evento – uma consulta médica – selou o destino de Herculine Barbin de modo intransponível. Em sua obra Michel Foucault apresenta não somente as memórias redigidas por Herculine Barbin antes de seu suicídio em fevereiro de 1868, mas também outros documentos que compõem o dossiê, como por exemplo o estudo do médico August Ambroise Tardieu publicado em 1860 em uma revista médica com o título *Question 'd'identité* em que se falava pela primeira vez sobre o caso de Herculine, também conhecida como Alexina B, devido ao apelido dado por seus pais ainda na infância. Nessa obra, Tardieu publicou uma parte das memórias de Alexina, material acessado pela polícia quando ela foi encontrada morta depois de passar por um longo e doloroso processo de solidão em que precisou ir morar em Paris e ter poucas oportunidades de emprego. Também no caso de Herculine pode-se ver como a designação de um nome associado a uma identidade de gênero implica em amplos e complexos processos de inclusão e exclusão social. A mudança de nome e a chegada em Paris implicaria a busca de emprego e esta, por sua vez, exigiria explicações sobre sua história e os últimos acontecimentos, o que em nada ajudaria na sua recolocação profissional. Isto alimentou um ciclo de exclusões, privações e sofrimentos vivenciados solitariamente. O caso de Herculine recoloca de um modo importante o processo por meio do qual se instituiu e normatizou a necessidade de um “sexo verdadeiro” para cada sujeito.

Contudo, “precisamos verdadeiramente de um verdadeiro sexo?”, questiona Foucault a respeito do caso Barbin. E prossegue:

com uma constância que beira a teimosia, as sociedades do Ocidente moderno responderam afirmativamente a essa pergunta. Elas obstinadamente fizeram intervir essa questão do “verdadeiro sexo” em uma ordem de coisas na qual se podia imaginar que apenas contam a realidade dos corpos e a intensidade dos prazeres.⁶⁵²

A sexualidade torna-se um tema de debate científico e público a partir do século XVII quando “as teorias biológicas da sexualidade, as condições jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo nos Estados modernos conduziram pouco a pouco à recusa da ideia de uma mistura dos dois sexos em um só corpo e, conseqüentemente, a restringir a livre escolha dos indivíduos ambíguos. A partir de então, a cada um, um sexo, e apenas um”.⁶⁵³ Segundo Butler,

a formação de um sujeito requer a identificação com o fantasma normativo do “sexo”, e essa identificação toma lugar mediante um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Esse é um repúdio que cria uma valência de “abjeção” e sua condição para o sujeito como espectro ameaçador.⁶⁵⁴

Ocorre que a materialização do sexo vai operar regulando as práticas identificatórias de modo que a identificação com a “abjeção do sexo será persistentemente repudiada”. A diferença foi excluída nos discursos médico e jurídico. Esse tipo de discurso assentado na heterossexualidade compulsória e na regulação dos corpos, dos desejos e das sexualidades ao longo do tempo se materializou em diagnósticos que iriam circunscrever e patologizar lésbicas, homossexuais masculinos, assim como o onanismo e todo um conjunto variado de práticas que passaram a ser vistas como suspeitas pelas famílias e os saberes médico-jurídicos. Ao comentar o caso Barbin para problematizar as construções políticas da “identidade” e da “anomalia”, Durval Muniz de Albuquerque Júnior reflete sobre o fato de que

como Alexina, o homossexual é esse ser ambíguo, esse ser visto como anomalia da natureza ou do espírito. Ser sem identidade, ou uma identidade

⁶⁵² FOUCAULT, Michel. O verdadeiro sexo. In. *Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política*. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017, p. 81.

⁶⁵³ Idem, p. 82.

⁶⁵⁴ BUTLER, *Corpos que importam*, p. 19.

que se afirma apenas pela negativa: não é homem, nem é mulher, é algo que se passa no meio, no interdito, no entredito, ser no limbo.⁶⁵⁵

Essa impossibilidade de situar de maneira fixa e inquestionável uma identidade de gênero foi objeto de tensões e violências não somente simbólicas, mas físicas na medida em que aos médicos foi definido o poder de interferir e incidir sobre os “corpos estranhos” desde o nascimento. Assim, percebe-se os múltiplos e insidiosos mecanismos por meio dos quais as tecnologias do dispositivo da sexualidade foram incidindo e definindo práticas e destinos. Assim como a sexualidade passou a ser objeto de discursos e disputas diversas a partir dos séculos XVIII e XIX, o depoimento de Anderson Herzer somente se tornou possível em um conjunto variado de possibilidades históricas.

Estava em jogo a “questão do menor” e as narrativas que dessem conta das histórias de vida de adolescentes e jovens em conflito com a lei ou em situação de marginalização. Contudo, o testemunho de Anderson foi “encomendado” para dar suporte, forma e contexto aos seus poemas. Nessa teia discursiva mais ampla, figuras como Eduardo Suplicy e Lia Junqueira exerceram uma função importante para apresentar e articular a trajetória de Anderson às questões sociais, editoriais e políticas em curso. O seu corpo “estranho” foi objeto de perguntas e respostas dadas por outros, mas não por ele, propriamente. Sua história foi esquadrinhada, explicada e enquadrada em uma publicação editorial com formatos, imagens e títulos que ele propriamente não escolheu. Essa trama permite entender os processos de inclusão e exclusão na ordem do discurso e os jogos insidiosos que puseram em funcionamento os dispositivos da menoridade e da cisheternormatividade.

Toda esta terceira parte da tese buscou mapear um campo de forças marcado por resistências contra o dispositivo da menoridade. Tais resistências se organizaram em diferentes níveis e por estratégias diversas, desde as formas de contestação e rebelião dentro da FEBEM, como aconteceu no filme *Pixote*, até processos mais amplos, com a organização de grupos e movimentos sociais entre os anos 1970-80, inclusive com a participação e incidência de alguns desses grupos na ANC em 1987-88. Este foi um espaço bastante destacado na medida em que o analiso como um ponto importante no “abalo” sísmico provocado no dispositivo da menoridade e no castelo de narrativas sobre a questão do menor infrator. Entretanto, como um espaço atravessado por múltiplas formas de dominação econômica, religiosa e midiática, a ANC

⁶⁵⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Bela ou a Fera: os corpos entre a identidade da anomalia e a anomalia da identidade. In. RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 114.

não foi apenas um locus de transformação estrutural das relações do Estado com a sociedade brasileira, mas igualmente um lugar de reforço de antigas formas de controle social.

Nesse sentido, se, por um lado, a ANC contribuiu para rachar a imagem e desfazer o conceito do menor infrator, especialmente nas discussões travadas na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, por outro, várias pautas relevantes para a infância ficaram de fora e nem tiveram a chance de ser discutidas. Espaço ambivalente, marcado pelo encontro de promessas e projetos de transformação estrutural para o país, como se pôde ver na fala de Evanir dos Santos, mas também pela manutenção de acordos e possibilidades de manutenção de privilégios e de dominações seculares.

Aqui e ali, por estratégias e táticas distintas, cartografei, por meio de imagens, textos e movimentos variados, os modos como se resistiu, questionou, tensionou e se propôs alternativas para a relação da sociedade brasileira com suas infâncias e crianças. Se, ao falar das histórias de Anderson, Querô, Wilsinho Galiléia, Pixote, Lilica, Dito e tantos outros, alguns elementos como “morte” e “violência” reaparecem, não terá sido por mera coincidência, na medida em que os processos de marginalização social incidiram sobre condições práticas, inviabilizando vidas. Ao comparar os casos de Anderson, Rivière e Herculine, o suicídio apareceu como um traço comum entre essas trajetórias. Entretanto, olhando retrospectivamente as histórias de tais personagens, pode-se esboçar uma leitura sobre como, em diferentes circunstâncias e por meio de táticas variadas, esteve como alvo de suas condutas e objeto de seus desejos fazer com que suas vidas pudessem se constituir como diferença em relação ao instituído.

De modos particulares e por caminhos singulares, estas personagens driblaram relações de poder embora tenham sido capturadas por outras. Ambivalentes e criativas, transformadoras ou não, as histórias dos meninos infames que apareceram nesta tese mapearam formas de vida que podem contribuir para pensar transformações e permanências nas políticas de subjetivação, ou seja, nos modos como as carnes se tornam corpos e os indivíduos ocupam lugares (sempre questionáveis) de sujeito.

Epílogo
Da forma-infância ao devir criança
(In) Conclusões

Ocasionalmente precisamos descansar de nós mesmos, olhando-nos de cima e de longe e, de uma artística distância, rindo de nós ou chorando por nós; precisamos descobrir *o herói* e *o tolo* que há em nossa paixão do conhecimento, precisamos nos alegrar com nossa estupidez de vez em quando, para poder continuar nos alegrando com a nossa sabedoria!⁶⁵⁶

Nietzsche, *A gaia ciência*, 1882.

A alteridade da infância é algo muito mais radical, nada mais, nada menos do que sua absoluta heterogeneidade em relação a nós e ao nosso mundo, sua absoluta diferença. E se a presença enigmática da infância é a presença de algo radical e irredutivelmente outro, ter-se-á de pensá-la na medida em que sempre nos escapa; na medida em que inquieta o que sabemos (e inquieta a soberba da nossa vontade de saber), na medida em que suspende o que podemos (e a arrogância da nossa vontade de poder) e na medida em que coloca em questão os lugares que construímos para ela (e a presunção da nossa vontade de abarcá-la). Aí está a vertigem: na medida como a alteridade da infância nos leva a uma região na qual não regem as medidas de nosso lugar e de nosso poder.⁶⁵⁷

Jorge Larrosa, *O enigma da infância*, 2016.

*Quem morreu, uma criança ou um menor?*⁶⁵⁸

Ao longo desta tese analisei as condições de emergência de uma diferença entre o menor infrator e a criança. Ambos os conceito-imagens fizeram parte de repertórios culturais diferentes, funcionaram de maneira relacionada, mas produzindo efeitos variados no âmbito do que chamei de um dispositivo da menoridade. Sem me preocupar detidamente com o estudo de períodos, cartografei um conjunto de transformações e permanências que se constituíram em temporalidades específicas que atravessaram o que chamamos de século XX.

A invenção do menor infrator no imaginário social brasileiro se deveu a uma ampla gama de investimentos e maquinarias. Se as últimas cenas da tese se referiram às resistências micro e macropolíticas dentro e fora da ANC e no campo de forças da sociedade civil brasileira dos anos 1980, os efeitos do dispositivo da menoridade não cessaram.

⁶⁵⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 124.

⁶⁵⁷ LARROSA apud HECKERT, op. cit. p. 336.

⁶⁵⁸ Cf. *Vidas em Risco*, 1990, p. 65.

“Matei você porque você não estudava e não tinha futuro...”⁶⁵⁹

A frase acima consiste em um recorte de um cartaz localizado junto ao corpo do menino Patrício Hilário, de 9 anos de idade, que foi encontrado jogado numa rua do bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, em mais uma cena de assassinato de crianças entre os anos 1980 e 1990. A redação completa do cartaz dizia o seguinte: “Matei você porque você não tinha futuro... O governo não pode deixar que as ruas da cidade sejam invadidas por menores”. Tratava-se de uma enunciação que remetia ao princípio de que certas vidas não eram dignas, mas matáveis. Cenas assim continuaram marcando o cotidiano do país ao longo da década de 1990 e nos anos 2000 e 2010. A emergência do *Mapa da Violência* em 1998 dá a ler sobre a relevância de diagnosticar os modos de funcionamento e incidência do extermínio de adolescentes e jovens no país.

Ao longo do texto demonstrei como a emergência do menor infrator representou um mal-estar na história da infância. Mas de que mal-estar se trata, afinal, no que concerne à invenção do menor infrator como personagem inimigo da nação ou um problema nacional? Não se trata de pensar essa invenção local como efeito daquele *Mal-estar na Cultura* diagnosticado por Sigmund Freud⁶⁶⁰ ao analisar as tensões psíquicas entre os princípios do prazer e da realidade na formação do sujeito. Penso que a invenção do menor infrator foi efeito de um mal-estar social em relação às múltiplas infâncias e aos devires-criança que a sociedade brasileira tentou controlar e normalizar a partir de distintas tecnologias. Mal-estar com a impossibilidade de universalizar o rosto da criança como efeito da sociedade burguesa, branca, escolarizada e passível de controle diuturno. As infâncias das personagens que protagonizaram cenas desta tese – e que por sua vez foram construídas em outras narrativas culturais – diferiram do modelo da criança. Mas como nos indaga Lúcia Heckert “não seria a infância uma experiência de variação?”⁶⁶¹ Não seria até mesmo inoportuno permanecer com o uso desse termo no singular, uma vez que as multiplicidades se espraiam por cotidianos variados do presente e do passado?

Infâncias, crianças pensadas em suas diferenças. Isto foi exatamente o que o dispositivo da menoridade mobilizou. A produção do conceito-imagem do menor infrator se referiu a uma

⁶⁵⁹ Cf. *Vidas em Risco*, 1990, p. 16.

⁶⁶⁰ FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In. *O mal-estar na civilização, conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-123.

⁶⁶¹ HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Por uma infância menor. In. LOBO, Lília Ferreira & FRANCO, Débora Augusto. *Infâncias em devir*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, p. 325.

espécie de “fantasma”, um susto, um assombro, um arremedo em relação ao que a criança deveria ser. Daí penso ter derivado esse mal-estar: dessa inabilidade, impassibilidade às peculiaridades de crianças e adolescentes cujos corpos, afetos, sexualidades e saberes não condiziam com o que a Ciência, o Direito e o Estado fabricaram como horizonte possível.

Mal-estar na história da infância porque a infância foi um dispositivo de poder criado pela modernidade, como nos ensinou Sandra Mara Corazza, para exercer poderes sobre as gentes infantis a partir de diversas tecnologias de governo da vida. Aí a escola ter aparecido como uma das engrenagens fundamentais de outro dispositivo, o da infantilidade. O mal-estar na história da infância residiu justamente no fato de que, frente ao modelo culturalmente instituído, o menor apresentou-se como linha de fuga, como experimentação da vida, do espaço e do saber, como desvio à regra. A menoridade parece ter sido, paradoxalmente, uma descodificação da forma-infância. Mas, ao seu modo, o conceito-imagem do menor foi recodificado em um campo de forças que tratou de construir sentidos que patologizaram, marginalizaram, criminalizaram e excluíram as diferentes crianças e infâncias cujos corpos, cores de pele, desejos, pertencimentos e afetos foram vistos como odiosos, criminosos, delinquentes e infratores. Tal emergência tornou viável políticas de subjetivação e processos de assujeitamento que tiveram, como uma das suas mais densas características, a criação de corpos não enlutáveis.

Depois de analisar as condições de emergência do menor infrator e as transformações pelas quais passou o dispositivo da menoridade no Brasil, pode-se ver como as discussões em torno dessa temática foram retomadas desde o início da década de 1990, logo após a sanção da Lei 8.069 de 13 de julho – ECA. Nas diferentes mídias e plataformas digitais, assim como nas conversas cotidianas e nos programas sensacionalistas que ocupam horários estratégicos na televisão brasileira, vê-se narrativas diversas que visam criminalizar e patologizar a figura do “adolescente infrator”.

Na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI foram várias as tentativas de criar a sensação pública de que a insegurança estrutural da sociedade brasileira teria como origem o problema da criminalidade juvenil expressa secularmente no problema do menor delinquente e infrator. Casos de ampla repercussão midiática envolvendo crimes praticados por adolescentes com idade inferior a 18 anos de idade têm sido usados para retomar a discussão sobre redução da maioridade penal, sendo o adolescente visto como “causador” de desordem e

insegurança pública.⁶⁶² As diferentes narrativas da mídia produzem a imagem do adolescente infrator como sendo negro e pobre, as quais, em muitas situações, já se fazem presentes em periódicos dos anos 1960 em diante.⁶⁶³

As estratégias de criminalização e marginalização de crianças pobres continuou produzindo resultados e projetos reacionários. As propostas legislativas sobre a redução da maioridade penal demonstram isso cabalmente. Em 1993, cinco anos após aprovada a nova Carta Constitucional e apenas três anos depois da promulgação do ECA, eis que surgiu a primeira PEC propondo a alteração do artigo 228 da Constituição e apresentando propostas sobre o tratamento do adolescente em conflito com a lei. Trata-se da PEC 171/1993 do deputado Benedito Domingos (PP-DF). Tal projeto propunha a redução da idade de responsabilidade penal de 18 para 16 anos. A este projeto, várias outras propostas foram apensadas ao longo do tempo,⁶⁶⁴ havendo debates e disputas entre parlamentares, juristas e intelectuais de diversos campos das Ciências Humanas sobre o tema. Em 2012 surgiu outra famosa PEC apresentada pelo então senador Aluísio Nunes (PSDB/SP) e a mais recente entre as PEC's sobre redução da maioridade penal é de autoria do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos/RJ). Tais propostas, em seu conjunto, retomam a ideia de criminalização de jovens e fazem uso da noção de discernimento, tão questionada por Tobias Barreto no fim do século XIX.⁶⁶⁵

Nesse contexto de discussões, desde 1998 o *Mapa da Violência* tem se debruçado estatística e sociologicamente sobre o fenômeno do extermínio de jovens negros no Brasil. Em abril de 2019 a *Carta Capital* publicou matéria informando que o homicídio da juventude negra no país havia aumentado 429% em 20 anos, sendo que, de cada 5 casos de homicídios ocorridos em 2017, 4 envolviam jovens negros.⁶⁶⁶ Em junho de 2019 o *Estadão* publicava matéria com

⁶⁶² Um dos casos mais emblemáticos e de grande notoriedade foi a morte violenta da criança João Hélio no início de 2007. Ver: Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0..AA1454931-5598.00-MENOR+CULPA+IRMAO+PELA+MORTE+DE+JOAO+HELIO.html>. Acesso em 31 de mar. 2020.

⁶⁶³ Veja, por exemplo, a matéria "O que diz o adolescente infrator". Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/04/o-que-diz-o-adolescente-infrator.html>. Acesso em 31 de mar. 2020.

⁶⁶⁴ Para ler a PEC 171-93 e as demais apensadas a esta, ver o voto em separado do deputado Alessandro Molon (PT-RJ) que, assim como outros, permite visualizar a lista de projetos propostos ao longo dos anos 1990. Câmara dos Deputados. Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição PEC nº 171-a, de 1993, do sr. Benedito Domingos e outros, que "altera a redação do art. 228 da constituição federal" (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos), e apensadas. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1349513. Acesso em 05 de abr. 2020.

⁶⁶⁵ Para uma leitura crítica dos projetos em tramitação no Senado Federal até o ano de 2015, a exemplo das seguintes propostas: PEC Nº 20/1999; PEC nº 90/2003, PEC nº 71/2011; PEC nº 83/2011; PEC 33/2012 e a PEC nº 21/2013, ver: VAVASSORI, Mariana Barreto & TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. Propostas de Redução da Maioridade Penal: a Juventude Brasileira no Fio da Navalha? *Psicologia, Ciência e Profissão*, 2015, v. 35, n. 4, p. 1188-1205.

⁶⁶⁶ Assassinatos de jovens negros no Brasil aumentam 429% em 20 anos. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/assassinatos-de-jovens-negros-no-brasil-aumentam-429-em-20-anos/>. Acesso em 31 de mar. 2020.

dados do *Atlas da Violência* denunciando que 75% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras.⁶⁶⁷



“Negro, loiro, periférico - funkeiro. Um dos Jesus apresentados pela Mangueira hoje é o retrato de muitos jovens brasileiros”. Fonte: Mídia Ninja @MidiaNINJA. 24 de fev. 2020, 01:01 am. Tweet.

Cenas de um genocídio em curso e que em 2020 foi denunciado no samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira no carnaval carioca. Assim como a Campanha da Fraternidade fez em 1987, a escola de samba também apresentou o “perfil” do jovem que tem sido marginalizado no Brasil. Com o samba-enredo “A verdade vos fará livres”, carnavalescos e foliões mobilizaram a imagem de um “Jesus da gente”, defendendo a ideia de que hoje Jesus Cristo não seria bem visto nem incluído socialmente, uma vez que seria pobre, preto, marginalizado e com ideias que questionavam o *status quo*.

Mobilizando todo um imaginário religioso e deslocando-o para pensar o extermínio de jovens negros no país, Jesus foi apresentado como jovem negro, com cabelos descoloridos e outros símbolos vinculados à juventude de favelas e periférica. Alguns elementos se destacam na imagem capturada na transmissão ao vivo: ouro (no nome “negro”), madeira, pele e sangue. Monumentalizados na imagem para apresentar o jovem supliciado no tempo presente por meio das violências das polícias e milícias, estes quatro elementos parecem remeter a um passado que não passa e que fazem lembrar das heranças da escravidão e do legado autoritário que ela deixou entre nós.

⁶⁶⁷ 75% das vítimas de homicídio no país são negras, aponta Atlas da Violência. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-aponta-atlas-da-violencia,70002856665>. Acesso em 31 de mar. 2020.

Em uma análise do encarceramento da população negra no Brasil, Juliana Borges problematiza a Lei nº 11.343 de 2006 (Lei de Drogas), que criou as condições para um exponencial aumento do aprisionamento: “Em 1990, a população prisional no Brasil tinha pouco mais de 90 mil pessoas. Na análise histórica, chegando aos mais de 726 mil, hoje, temos um aumento de 707% de pessoas encarceradas. O crescimento abrupto acontece, exatamente, após 2006 e a aprovação da Lei de Drogas. De 1990 a 2005, o crescimento da população prisional era de cerca de 270 mil em 15 anos. De 2006 até 2016 [...], o aumento foi de 300 mil pessoas.”⁶⁶⁸ Portanto, o presente impõe imensos desafios às infâncias e juventudes, pois como mostra o *Relatório de Progresso dos Direitos da Criança no Brasil*, elaborado pela organização *Child Rights Now* e publicado em 2020:

a juventude brasileira, na qual se inserem os adolescentes a partir de 15 anos de idade, enfrenta um dos momentos mais críticos de sua história, com cerca de 30 mil jovens sendo mortos por ano no país. 71% deles são negros. Diante desse quadro, a *Child Rights Now* alerta para a necessidade urgente de se enfrentar esse problema de forma sistematizada e planejada, para prevenir a violência e proteger a vida de crianças e adolescentes negros.⁶⁶⁹

De diferentes maneiras, o passado histórico da escravidão e da não inclusão da maior parte da população repercute no contemporâneo. Frente a tais dinâmicas de violação de direitos, talvez seja preciso fazer ressoar uma pergunta elaborada por Sandra Mara Corazza: “o que faremos com o que fizemos da infância?”⁶⁷⁰ Ou ainda, o que faremos com o que deixamos de fazer com as múltiplas infâncias esquecidas, negligenciadas ou violentadas no passado e no presente?

A invenção do menor infrator no imaginário social brasileiro deveu-se à articulação densa e complexa, nem sempre convergente, de um conjunto de narrativas historicamente produzidas com base em saberes distintos e dispersos no campo de forças que desde as primeiras décadas do século XX empenhou-se em fabricar a distinção entre a criança e o menor. O espaço que fabricou e ancorou tal diferença somente foi possível em uma sociedade marcada

⁶⁶⁸ BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro/ Pólen, 2019, p. 24.

⁶⁶⁹ CHILD RIGHTS NOW. *Relatório de Progresso dos Direitos da Criança no Brasil*. disponível em: https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2019/07/relatorio_de_progresso_dos_direitos_das_crianças_no_brasil_0.pdf. Acesso em 31 de mar. 2020.

⁶⁷⁰ CORAZZA, Sandra Mara. O que faremos com o que fizemos da infância. In. *Infância & Educação: Era uma vez... Quer que conte outra vez?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 191-204.

pelo racismo estrutural e pela aviltante desigualdade social e econômica que relegou amplas parcelas da sociedade ao lugar do desamparo e da exclusão mais abjeta.

A figura do menor delinquente e infrator foi montada como espécie de entrave para promover o esquecimento social das condições de vida em que efetivamente tais indivíduos se encontravam. Falar, portanto, que a invenção do menor se deu a partir de um conceito-imagem significa dizer duas coisas, pelo menos: a) *no nível de um conceito*, o termo menor se tornou possível como variação de algo que remetia “apenas” à diferença de idade e estatura em relação ao adulto, sendo tal significante deslocado para outro campo semântico em que lhe foi articulado um significado pejorativo, discriminatório, racializado e generificado, e que passou a funcionar socialmente como identificador de determinadas condutas individuais e coletivas, na interface entre saberes como o Direito Civil e Penal, a Psicologia Social e Educacional, entre outros; b) *no nível de uma imagem*, tal figura somente foi possível a partir da definição de um conjunto de características físicas, pertencimentos sociais, marcas corporais, condições de renda e escolaridade e um denso processo de generificação e racialização em que menor foi caracterizado como negro, subalterizando ainda certas branquitudes devido às interseções de classe, gênero e sexualidade. Assim, definiu-se em termos corporais quem era e como identificar o menor, o que pressupôs necessariamente a sua rostificação, isto é, a atribuição de certas características faciais que contribuiriam para “reconhecê-lo”.

A invenção do menor infrator se apresenta como termo muito importante nesse estudo, pois falar em invenção significa dizer que aquilo que constitui as experiências humanas não tem origem transcendental, mas que as palavras, as coisas, os objetos, corpos, sujeitos e as instituições são criadas, fabricadas em um determinado campo imanente de forças, a partir de certas expectativas, escolhas, possibilidades e horizontes que foram constituídos e dispostos na cultura. A invenção do menor quer dizer, portanto, que ele não existe e jamais existiu como uma espécie de natureza criminosa impregnada no corpo de algumas crianças, estando expressa em estigmas faciais ou atributos que uma investigação biográfica deslindaria. Ora, insisto, a diferença entre criança e menor apresenta ressonâncias de classe, raça, gênero, sexualidade e geração. A criança esteve articulada à imagem do indivíduo branco, heterossexual, cisgênero, higienizado, escolarizado, com uma família “estruturada”, um lugar social e econômico definido, remetendo a uma concepção burguesa com seus valores e moralidades provenientes do século XVIII. Por sua vez, o “menor” não detinha nenhum desses predicados, ou não inteiramente.

As imagens da criança a apresentam como branca, limpa, no espaço doméstico (bastando lembrar dos debates na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso), escolar ou

em atividades de lazer permitidas e recomendadas por uma legião de cuidadores – médicos, puericultores/pediatras, psicólogos, professoras/es, entre outros – ao passo em que o menor foi apresentado visualmente a partir dos anos 1930 como sendo pobre, em geral negro, por vezes homossexual e transgênero, sujo, maltrapilho, vivendo nas ruas, com uma família “desestruturada” dado o abandono da família, as parcas condições econômicas, a não frequência ou exclusão da escola, assim como uma série de vícios ou condutas reprováveis atribuídas a ele. Entre estas figuraram o consumo de bebidas, cigarros, o “desajustamento” moral com tendências agressivas, fugas repetitivas e passagem pela polícia.

Assim, criança e menor foram sendo constituídos como sujeitos diferentes, mas em ambos os casos se tratava de um lugar vazio. Afinal, o sujeito configura-se como espaço vazio, uma ocasião linguística, uma circunstância ou espaço discursivo que certos indivíduos historicamente passam a assumir ou ocupar. Isto foi demonstrado de modo intensivo na análise de relatos diretos ou indiretos de crianças e adolescentes que passaram pela perseguição, internação/institucionalização ou demais situações sociais destinadas àqueles considerados infratores. Exemplos disso podem ser vistos nas análises dos testemunhos ou narrativas de si de Querô, Lilica, Pedro Bala, Paulo Collen e Anderson Herzer, assim como também no pronunciamento público de Evanir dos Santos na ANC em 1987.

Toda a estrutura da tese foi montada para fazer pensar sobre as linhas que compuseram uma história da subjetividade. A primeira parte, *As formas do visível e as tecnologias da sujeição*, buscou analisar as condições de emergência de uma série de narrativas sobre o menor por meio da arqueologia de diversos saberes que, em alguns casos, estiveram cientificamente legitimados como Psicologia, Direito Penal, Serviço Social, Psicanálise, Literatura, Imprensa, entre outros. Buscou-se perceber como a criação do Código de Menores em 1927 somente foi possível devido a toda uma rede discursiva que criou as condições para iniciar tal processo de diferenciação social, compreendendo que o discurso jurídico de modo algum ocasiona ou origina algo em sociedade. Ao lê-lo em sua exterioridade constitutiva pôde-se notar os entraves, disparates, interferências e confluências que permitiram que uma lei assim emergisse.

A segunda parte da tese, *O rosto do infrator e as tiranias da identidade*, permitiu mapear uma transformação histórica importante na medida em que, se narrativas diversas vinham dando cabo de definir e pensar o problema do menor desde o início do século, foi somente na virada dos anos 1950 para 1960 – com algumas mudanças técnicas, tipográficas e visuais na produção de periódicos e outras mídias – que se criou um campo de possibilidades para fabricar o rosto do infrator. Foi-se definindo, com base naquele conceito jurídico e psicológico, um perfil, uma

identidade que pôde ser problematizada em jogos de poder que buscaram legitimar, justificar e também denunciar o extermínio de crianças e adolescentes nos anos 1970 e 1980.

Nesta segunda parte pude analisar como o racismo estrutural funcionou como condição de possibilidade para que tal imagem fosse fabricada. Também foi possível articular marcadores de raça, gênero, geração e classe social para pensar como os corpos dos menores foram lidos em suas negritudes, branquitudes, pertencimentos sociais e modos de composição nas leituras que os tomaram como objeto de avaliação e comentário. Procurei apresentar os funcionamentos macro e micropolíticos de toda uma estratégia necropolítica voltada para tratar da questão do menor na ótica de uma “limpeza social”.

A terceira parte teve como desafio pensar *As figuras da resistência e os aparelhos de captura*, pois se a produção de sujeito estrutura-se por dois polos que envolvem a composição social de uma identidade imposta a determinados indivíduos em processos de sujeição, por outro lado, também existe o trabalho sobre si, a autoconstituição que um indivíduo vivencia para ocupar certo lugar discursivamente produzido para ele. Considerando-se que a política está em todos os espaços e suas composições se dão em termos tanto micropolíticos como macropolíticos, foi preciso estudar as diferentes formas de resistência que contribuíram para que o conceito e a imagem do menor infrator fosse questionado, desmontado, deslegitimado, abrindo-se assim uma rachadura, uma rasura, no dispositivo da menoridade.

Dessa forma, analisei algumas situações e encenações como a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso que funcionou no âmbito da ANC em 1987-1988, oportunizando a criação da atual CF 1988 e a definição dos direitos humanos de crianças e adolescentes em seus artigos 227 e 228. O “rompimento” com a doutrina da situação irregular que marcaria o Código de Menores de 1979 também articulou continuidades no modo de tratamento do adolescente em conflito com a lei naquilo que o ECA definiu a respeito das medidas socioeducativas. Instituiu-se a doutrina de uma proteção integral por meio da qual um novo conjunto de conceitos e imagens emergia, como a concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

Tal transformação histórica foi possível devido às interferências e negociações de organismos bilaterais e multilaterais como a UNICEF e a UNESCO nos debates ocorridos no pós-Segunda Guerra Mundial. Neste conjunto de forças, também foi importante pensar a participação de movimentos sociais como MDM e a Pastoral do Menor da Igreja Católica, assim como a Campanha da Fraternidade, que em 1987 definiu a frase “*Quem acolhe o menor a mim acolhe*” como seu slogan. Esta terceira parte analisou, pois, as resistências organizadas ou não que permitiram pensar como entre as décadas de 1970 e 1980 um conjunto de saberes e ações político-institucionais questionaram, racharam e desfizeram o conceito e a imagem do menor

em termos jurídicos e políticos. Isto, contudo, não impediu que no universo cultural mais amplo esse termo continuasse sendo mobilizado, tendo seus significados deslocados em períodos sobre os quais o presente estudo não se debruçou.

O trabalho com um arquivo tão rico e complexo permite pensar em outras possibilidades de estudo, especialmente no campo da História da Infância e Juventude. Está por ser feita a história da revista *Brasil Jovem*, da FUNABEM, compreendendo o conjunto de suas publicações, sua política editorial e as definições que permearam a produção semiótica do “problema do menor” associado à questão do desenvolvimento nacional. Por sua vez, as fontes consultadas no Centro de Documentação e Informação da CNBB permitiram constatar que existe uma documentação riquíssima sobre todas as edições da CF, com fontes para pensar a história das infâncias e das juventudes em recortes temáticos variados. Acredito que a literatura e o cinema também abrem possibilidades para estudar subjetividades, corpos infantis e juvenis e demais temáticas. Destaco a importância de uma análise histórica do processo de publicação, circulação e apropriação pública da autobiografia de Anderson Herzer, assim como também ficam as sugestões para analisar as relações intersemióticas entre jornalismo e literatura em publicações como *Araceli, meu amor* (1976) de José Louzeiro, assim como produções relevantes e que têm sido objeto de adaptações cinematográficas como o romance *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins⁶⁷¹, adaptado/lançado no cinema por Fernando Meireles e Kátia Lund (2002).⁶⁷²

Para não aumentar ainda mais a lista de possíveis temas para pesquisas futuras, finalizo essa tese e a jornada de estudos que a precedeu, percebendo que uma marca dos debates sobre o menor infrator nos anos 1970 a 1980 parece ter sido a produção de biografias e autobiografias visando publicizar trajetórias de jovens em conflito com a lei e que em alguns casos passaram pela experiência da internação. Isto sugere todo um leque de discussões possíveis sobre as escritas de si, políticas da escrita individual, memória e autobiografia, assim como sobre a história de jovens em conflito com a lei, permitindo pensar sobre os processos de significação e simbolização de tais práticas. Como os historiadores e historiadoras têm cada vez mais se debruçado sobre as fontes audiovisuais, penso que diferentes programas de TV, filmes e álbuns musicais apresentam igualmente possibilidades para pesquisar não somente a fala do adulto

⁶⁷¹ LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. 2ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

⁶⁷² *Cidade de Deus*. Direção: Fernando Meireles e Kátia Lund. Roteiro: Bráulio Mantovani. Distribuição: Imagem Filmes. Duração: 2h15m. Para uma análise das imagens de infâncias neste filme, cf. FISCHER, Rosa Maria Bueno. Quando os meninos de Cidade de Deus nos olham. In. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 147-162.

sobre crianças e jovens, mas também suas narrativas e participações em processos socioculturais múltiplos.

Finalizando, acredito que entre o texto que se escreve e o que se lê há um oceano de possibilidades de interpretações e reelaborações. Ao longo do trabalho, procurei educar meu olhar para ver as diferenças e as multiplicidades de experiências infantis que o dispositivo da menoridade não apagou. De algum modo, as histórias que esta tese apresentou permitiram pensar que a resistência não diz respeito somente a um jogo entre contrários, com polos definidos e molares. Mais do que isso, resistir em meio a variados campos de força parece se referir à possibilidade de inventar novos modos de existência, habitando territórios nos quais se possa experimentar – com suas (im) possibilidades – o saber, a alegria e a vida.

FONTES*Impressas*

- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 5 n. 20, 1971.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 5, n. 17, 1971.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 5, n. 18, 1971.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 6 n. 23, 1972.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 6, n. 21, 1972.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 6 n. 22, 1972.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 7, n. 27, 1973.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 7 n. 25, 1973.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 28, 1974.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 29, 1974.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 31, 1975.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 13, n. 40, 1978.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 13, n. 41, 1978.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 13, n. 42, 1978.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 2, n. 5, 1967.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 2, n. 6, 1968.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 2 n. 7, 1968.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 2, n. 8, 1968.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 3, n. 10, 1969.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 3 n. 11, 1969.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 3, n. 12, 1969.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v_4, n. 13, 1970.
- Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 32, 1975.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 33, 1975.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 34, 1976.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 10, n. 35, 1976.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 10, n. 36, 1976.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 11, n. 38, 1977.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 12, n. 39, 1977.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 13, n. 42, 1978.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 29, 1974, p. 4, grifos meus.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 29, 1974, p. 7.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 29, 1974, p. 8.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 5, n. 20, 1971, p. 46.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 2, n. 6, 1968, p. 95-97.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 29, Ano 1974, p. 81.

Brasil Jovem – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Ano II, Número 7, outubro de 1968.

Brasil Jovem. Direito do Menor não é o mesmo que Direito da Criança. In. **Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 10, n. 35, 1976.

Brasil Jovem. Fazer Justiça exige Exame Criminológico do Delinquente. In. **Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 8, n. 32, 1975, p. 36-38.

Brasil Jovem. O menor é o maior problema. In. **Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 4, n. 13, 1970, p. 88-89.

A aventura de Geraldo vira-mundo. In. **Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 2, n. 5, 1967, p. 68-71.

A instituição e a identidade do menor infrator, **Psicologia, Ciência, Profissão**, Brasília, v. 8, n. 1, 1988, p. 21.

A Maldição do Ser Menor, **Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Ano IV, nº 13, dezembro de 1969, p. 26-29.

A matança dos inocentes. In. **Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 7, n. 25, 1973, p. 8-16.

ALENCAR, Ana Valadares A. N de. **Código de Menores: lei nº 6.697/1979: comparações, anotações, histórico, informações.** 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1984, p. 9.

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia.** Ilustrações de Poty. 114ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004 (1937).

ARNS, Dom Paulo. **Brasil Nunca Mais.** 19ª ed. São Paulo: Vozes, 1986.

Anais da XI Semana de Estudos do Problema de Menores. Realizada em São Paulo de 26 a 31 de julho de 1971. São Paulo: Tribunal de Justiça, 1972, 501 p.

Anais da XIII Semana de Estudos do Problema do Menor: de 26 a 31 de julho. São Paulo: Taito do Brasil – Indústria e Comércio LTDA, 1983, 491 p.

Atas da Comissões, **Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988.** Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, Câmara dos Deputados, p. 133.

BACKES, Ana Luíza. **A sociedade no parlamento:** imagens da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988. Organização e seleção de textos e Ana Luíza Backes e Débora Bithiah de Azevedo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara 2008, 243 p.

BACKES, Ana Luíza; AZEVEDO, Débora Bithiah de; ARAÚJO, José Cordeiro (org.). **Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte:** a sociedade na tribuna. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

BACKES, Ana Luíza; AZEVEDO, Débora Bithiah de; ARAÚJO, José Cordeiro (org.). **Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte:** a sociedade na tribuna. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009, p. 616.

BARRETO, Tobias. **Menores e loucos em direito criminal.** Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1926.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **O menor e a ideologia de segurança nacional.** Belo Horizonte: Vega-Neto Espaço, 1985.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base.** Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf. Acesso em 01 de jun. 2019.

Bíblia. LEB - Edições Loyola. São Paulo, 1994.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5. 452 de 05 de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 16 de abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916 – **Código Civil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm. Acesso em 11 de abr. 2020.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 11 de abr. 2020.

BRASIL. **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade São Paulo (USP)**. Declaração Universal dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 20 de dezembro de 1959. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em 24 de dez. 2020.

BRASIL. **Código de Menores**. Decreto federal nº 17.943-A de outubro de 1927. Organização, índices e notas de Fernando H. Mendes de Almeida. Edição Saraiva: São Paulo, 1955.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Organização e edição de Ronaldo Poletti. 3ª. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL. Convenção Internacional dos Direitos da Criança. In. **Direitos humanos: atos internacionais e legislação correlata**. 4ª ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013, p. 202-216.

BRASIL. **A realidade brasileira do menor**: relatório. Brasília: Coordenação de Publicações, 1976, 258 p.

BRASIL. **Lei nº 5.258 de 10 de abril de 1967**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5258-10-abril-1967-372245-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 08 de abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.439 de 22 de maio de 1968**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5439.htm. Acesso em 08 de abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.004 de 21 de outubro de 1969**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1004-21-outubro-1969-351762-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 08 de abr. 2020.

CAMPOS, Ângela Valadares Dutra de Souza. **O menor institucionalizado**: um desafio para a sociedade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, 195 p.

COLLEN, Paulo. **Mais que a realidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

CNBB. **Manual da Campanha da Fraternidade**. Brasília: CNBB, 1987.

CORALINA, Cora. Menor Abandonado, versos amargos para o Ano Internacional da Criança. In. **Poemas dos Becos de Goiás e outras estórias mais**. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014, p. 226-229.

CORALINA, Cora. Oração do Pequeno Delinquente. In. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014.

Correio Paulistano, terça-feira, 26 de abril de 1910, número avulso.

DIAS, Annamaria. **Me leva nos braços, me leva nos olhos**. 1ª ed. São Paulo: Centro de Estudos Vida & Consciência Editora, 2010, 524 p.

Diário de Pernambuco, segunda-feira, 30 de agosto de 1915, página dois.

FARIAS, Paulo Sergio & NARCISO, Laércio. **Cadeia de chocolate**: os funcionários da FEBEM falam. São Paulo: Arte e Ciência, 2005, 192 p.

Folha de São Paulo, 10 de agosto de 2018.

GUARNIERI, Gianfrancesco. **Eles não usam black-tie**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 112p.

HERZER, Anderson. **A queda para o alto**. 7ª ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1983.

Jornal da República, São Paulo, sábado 6 de outubro de 1979, p. 14. Acervo da Hemeroteca Nacional.

Os Filhos de Ninguém. **Jornal da Assembleia Nacional Constituinte**, Brasília, 1 a 7 de Junho de 1987, nº. 1.

A criança e a Constituinte. **Jornal da Assembleia Nacional Constituinte**, Brasília, 7 a 13 de Setembro de 1987, nº 15.

JUNQUEIRA, Lia. **Abandonados**. São Paulo: Ícone Editora, 1986, 175 p.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2016.

LOUZEIRO, José. **Infância dos Mortos (Pixote)**. São Paulo: Abril S.A Cultural, 1984.

LUPPI, Carlos Alberto. **Agora e na hora de nossa morte**: o massacre do menor no Brasil. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.

MACEDO, Fausto. **Defenda-se de assaltos, trombadinhas, estelionatos, golpistas, etc.** São Paulo: Global Editora, 1981.

MACIEL, Eliane. **Com licença, eu vou à luta (é ilegal ser menor?)**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1984, 272 p.

MARCOS, Plínio. **Barrela**. São Paulo: Global Editora, s/d.

MARCOS, Plínio. **Uma reportagem maldita (Querô)**. 4ª edição. Editora Parma LTDA, 1979.

MARQUES, João Benedito de Azevedo. **Marginalização**: menor e criminalidade. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1976, 188 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. **A questão do menor e a constituinte**. Documento datilografado. São Paulo, 1986, 24 p.

MORAES, Evaristo de. **Criminalidade da infância e da adolescência**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

MOTTA, Cândido N. Nogueira da. **Os Menores delinquentes e seu tratamento no estado de São Paulo**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1909.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Sangue, Corrupção e Vergonha**: S.A.M. Sangue da mocidade, lama da corrupção e vergonha da incúria recaem sobre a sociedade brasileira, enquanto perdura a tragédia dos menores abandonados. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA. São Paulo, 1956, 391 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 16 de abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 16 de abr. 2020.

O Paiz, Rio de Janeiro, sexta-feira, 4 de fevereiro de 1910, página 7.

Ônibus para Camanducaia – viagem do horror. **Folha de S. Paulo**. Segunda-feira, 21 de outubro de 1974. Caderno 1, p. 6.

PASSETI, Edson; IZIQUE, Maria Claudia P.; ARRUDA, Ronaldo S. V.; QUEIROZ, José J. (orgs). **O mundo do menor infrator**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1987, 175 p.

PASSETTI, Edson. **O que é menor**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

PIRAGIBE, Vicente. **Infância abandonada e delinquente (Novos rumos do Serviço Social)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

Polícia fuzila Galiléia, jovem com 15 homicídios e 500 assaltos na conta. **Folha de São Paulo**, 10 de agosto de 1978.

Psicologia, Ciência e Profissão, v. 8, n. 1, Brasília, 1988.

RAMOS, Arthur. **A criança problema**: a higiene mental na escola primária. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, 407p.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Psicologia Social**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante, 1957.

RIBEIRO, Ivete; BARBOSA, Maria de Lourdes V. A (org.). **Menor e Sociedade Brasileira**: análises/programas institucionais/experiências. São Paulo: Edições Loyola, 1987, 150 p.

SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição (EC) n. 33, 2012**. Autoria de Aloísio Pereira Nunes (PSDB). 12 p.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Emenda à Constituição (PEC) n. 32, 2019**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135977>. Acesso em 22 de dez. 2020.

USP/NEV/MNMMR. **Vidas em risco**: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil/Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Instituto de Análises Sociais e Econômicas, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Rio de Janeiro: MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991, 111 p.

Páginas da web

“**O que diz o adolescente infrator**”. Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/04/o-que-diz-o-adolescente-infrator.html>. Acesso em 31 de mar. 2020.

75% das vítimas de homicídio no país são negras, aponta Atlas da Violência. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-aponta-atlas-da-violencia,70002856665>. Acesso em 31 de mar. 2020.

Aletheia. Disponível em: <https://pt.aleteia.org/2018/03/29/via-sacra-no-coliseu-meditacoes/>. Acesso em 20 de fev. 2020.

Assassinatos de jovens negros no Brasil aumentam 429% em 20 anos. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/assassinatos-de-jovens-negros-no-brasil-aumentam-429-em-20-anos/>. Acesso em 31 de mar. 2020.

CHILD RIGHTS NOW. **Relatório de Progresso dos Direitos da Criança no Brasil**. disponível em: https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2019/07/relatorio_de_progresso_dos_direitos_das_crianças_no_brasil_0.pdf. Acesso em 31 de mar. 2020.

CPDOC-FGV. **Verbete**: Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>. Acesso em 25 de fev. 2020.

CPDOC/FGV. **Verbete**: Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>. Acesso em 25 de fev. 2020.

Defense for Children International. Disponível em: <https://defenceforchildren.org/>. Acesso em 10 de abr. 2020.

Ecclesia. Disponível em: http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=1962. Acesso em 21 de fev. 2020.

Letra de música. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44727/>. Acesso em 22 de mar. 2020.

Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1454931-5598,00-MENOR+CULPA+IRMAO+PELA+MORTE+DE+JOAO+HELIO.html>. Acesso em 31 de mar. 2020.

Misereor. Disponível em: <https://www.misereor.org/pt/>. Acesso em 16 de abr. 2020.

YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pKZJBx6OoQM>. Acesso em 27 de fev. 2020.

Audiovisuais

Anjos do Sol. Gênero: drama. Roteiro: Direção e roteiro: Rudi Lageman. Nacionalidade: Brasileira. Distribuição: Globo Filmes. Ano: 2006.

Cidade de Deus. Direção: Fernando Meireles e Kátia Lund. Roteiro: Bráulio Mantovani. Distribuição: Imagem Filmes. Duração: 2h15m.

Eles não usam black-tie. Direção: Leon Hirszman. Produção: Leon Hirszman e Carlos Alberto Diniz. Distribuição: Embrafilme. Ano: 1981.

O contador de histórias. Direção: Luiz Villaça. Nacionalidade: Brasil. Ano: 2009. Duração: 110 min.

Pixote: a lei do mais fraco. Gênero: drama. Direção: Hector Babenco. Roteiro: Hector Babenco e Jorge Durán. Inspirado na obra *Infância dos Mortos*, de José Louzeiro. Distribuição: Embrafilmes. Ano: 1981. Nacionalidade: Brasil.

Pixote in memoriam. Gênero: documentário. Nacionalidade: Brasil. Ano: 2006. Direção: Felipe Briso e Gilberto Topczewski. Duração: 1h20min.

Quanto vale ou é por quilo? Filme: longa-metragem. Gênero: drama. Direção: Sérgio Bianchi. Roteiro: Sérgio Bianchi, Eduardo Benaim e Newton Cannito. Distribuição: Rio Filme. Nacionalidade: Brasil. Ano: 2005.

Vera. Direção: Sérgio Toledo. Nacionalidade: Brasil. Ano de lançamento: 1987. Duração: 1'27.

Wilsinho Galiléia. Gênero: documentário. Duração: 62 minutos. Direção: João Batista de Andrade. Produção: Raiz Produções Cinematográficas e TV Globo. Fonte: Cinemateca Brasileira.

Wilsinho Galileia. *Reportagem do Globo Repórter.* Duração: 40 minutos e 58 segundos. TV Globo: São Paulo, 1978.

ACERVOS E ESPAÇOS DE PESQUISA

Acervo do jornal Folha de São Paulo

Acervo do jornal O Estadão

Arquivo da Câmara dos Deputados

Arquivo do Senado Federal

Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande

Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Biblioteca Nacional de Brasília

Centro de Documentação e Informação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco

Fundação Casa de Jorge Amado

Hemeroteca Nacional Digital

Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In. FARIA, Ana Lúcia Goulart & FINCO, Daniela. **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, pp. 17-36.

ABREU, Martha. Meninas perdidas. In. DEL PRIORE, Mary(org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ACHUTTI, Daniel. Justiça restaurativa no Brasil: Possibilidades a partir da experiência belga. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, pp. 154-181, jan-abr. 2013.

ADÃO, Sônia Maria. **Os discursos confrontados no processo de privatização**: o caso Companhia Vale do Rio Doce. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, 2006.

ADORNO, Sérgio. Perturbações: Foucault e as Ciências Sociais. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, pp. 33-61, abril, 2017.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana; LIMA, Renato. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, 1999.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução: Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História**. Destrução da experiência e origem da história. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução: Vinícius de Castro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Bela ou a Fera: os corpos entre a identidade da anomalia e a anomalia da identidade. In. RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de Teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, ano 4, n. 19, Rio, 2009.

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

ALTOÉ, Sônia. **Infâncias perdidas**: o cotidiano nos Internatos-Prisão. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.

ALVAREZ, Marcos César & SALLA, Fernando. Os novos contornos do bacharelismo liberal: uma análise da trajetória de Candido Motta (1870-1942). **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 39, mai./jun. de 2018.

ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927**: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. 207 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

ALVAREZ, Marcos César; LOURENÇO, Luiz Claudio; SANTOS, Mariana Chies Santhiago. Jovens internados em São Paulo (1934-1950): notas para uma análise genealógica das instituições disciplinares e de controle social. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v. 13, n. 25, Edição Especial de 2021.

ALVAREZ, Marcos César. O homem delunquente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, n. 47, jul./dez. 2005.

ANDRADE, Luís Martinez. O capitalismo como religião: a Teologia da Libertação em uma perspectiva decolonial. **Caminhos**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 168-180, jan./jun. 2018.

ARAÚJO, Gessé Almeida. Plínio Marcos e o Teatro Brasileiro: da semente latente à consagração como auto. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso**: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960). 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

AREAS, Daiana Maciel. Imprensa política na década de 1950: o caso do Correio da Manhã. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO**, 2012.

AREND, Sílvia Maria de Fávero Arend. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 3, Set./Dez. 2020.

AREND, Sílvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infanto-juvenil (1978-1989). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 29-47, jan./abr. 2015.

AREND, Sílvia Maria Fávero. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In. VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças**. De Portugal aos Brasil – séculos XVIII ao XX. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010, p. 339-359.

AREND, Sílvia Maria Fávero. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In. VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças**. De Portugal aos Brasil – séculos XVIII ao XX. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010.

AREND, Sílvia Maria Fávero. **Filhos de criação**: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). 447 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

AREND, Sílvia Maria Fávero. **Histórias do Abandono**: infância e justiça no Brasil (década de 1930). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Pequenos Bandidos**: um estudo sobre a gestação dos menores infratores na cidade de São Paulo. São Paulo: Global Ed., 1983.

ASSIS, Wendell Fischer Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez., 2014.

AUGUSTO, Isabel Regina. A lição neo-realista: a breve longa história de um movimento de resistência e libertação do cinema hegemônico. **VII Encontro Nacional de História da Mídia**: mídia alternativa e alternativas midiáticas. 19 a 21 de agosto de 2009. Fortaleza, CE.

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo) liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, Brasília, setembro-dezembro de 2016, pp. 227-284.

AZZI, Riolando. **A Igreja e o menor na história social brasileira**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BANDERA, Vinícius. **Ordenação social no Brasil**: liberalismo, cientificismo e “menores abandonados e delinquentes”. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In. **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. Revisão de tradução de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **O menor e a ideologia de segurança nacional**. Belo Horizonte: Vega-Neto Espaço, 1985.

BECHER, Franciele. **O “perigo moral” em tempos de segurança nacional**: políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul – RS (1962-1992). 302 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

BECKER, Howard. A Escola de Chicago. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.

BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica de Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOEIRA, Daniel Alves. **CPI do Menor: infância, ditadura e políticas públicas** (Brasil, 1975-1976). 258 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2018.

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “solução” para a menoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis – SC (1918-1930)**. 138 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Santa Catarina, 2012.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro/ Pólen, 2019.

BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Sob o signo do perigo: o estatuto dos jovens no século da criança e do adolescente**. 267 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989, pp. 210-254.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGANÇA, Aníbal. Francisco Alves, uma editora sesquicentenária (1854-2004). **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BRITES, Olga. **Imagens da infância: São Paulo e Rio de Janeiro – 1930 a 1950**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

BRITO, Diná Tereza de. Linguagem: o poder no discurso jurídico. **Diálogo e Interação**, vol. 1, 2009.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Justiça e gênero: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Finatec, 2007.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Políticas sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais. In. RESENDE, Haroldo de (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 259-280.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução de Rogério Bettoni. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françaoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edição, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Revisão técnica de Joel Birman. 15ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. Violência, luto e política. In. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CALLEWAERT, Gustave. Bourdieu crítico de Foucault. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 19, 2003, pp. 131-170.

CÂMARA, Sônia. **Sob a Guarda da República**: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. Pixote: a infância brutalizada. In. SOARES, Mariza de Carvalho & FERREIRA, Jorge (org.). **A História vai ao cinema**: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CAMPOS, Ângela Valadares Dutra de Souza. **O menor institucionalizado**: um desafio para a sociedade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, 195 p.

CANCELLI, Elizabeth. Criminosos e não-criminosos na história. **Textos de História** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, v. 3, n. 1, 1995, p. 53-81.

CARDOSO, Lourenço da Conceição. O modo de pensar da razão dual racial: a branquitude e o mestiço-lacuna. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, Ano I, n. 2, mai./ago. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011, p. 225-280.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTELO BRANCO, Bruna Maria Paixão. **O protagonismo anti-herói na obra de José Louzeiro**: análise do processo de criação do roteiro do filme Pixote – a lei do mais fraco. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal do Maranhão, 2020.

CATÃO, Marconi do Ó. **Genealogia do direito à saúde**: uma reconstrução de saberes e práticas na modernidade. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. 17ª ed. Tradução de Ephantim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 45-114.

CERTEAU, Michel de. História e Estrutura. In. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Tradução de Guilherme João Teixeira de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 163-178.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CHAVES, Leocádia Aparecida. A queda para o alto: a experiência de Anderson Herzer na construção de seu corpo, de seu gênero, de sua sexualidade, **Letras Escreve**, Macapá, v. 7, n. 4, 2º semestre, 2017.

CHILD RIGHTS NOW. **Relatório de Progresso dos Direitos da Criança no Brasil**. disponível em: https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2019/07/relatorio_de_progresso_dos_direitos_das_crianças_no_brasil_0.pdf. Acesso em 31 de mar. 2020.

COLLIER, Stephen J. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, Brasília, janeiro-junho de 2011, p. 245-284.

CONTRERAS, Javier Arancibia; MAIA, Fred; PINHEIRO, Vinícius. **Plínio Marcos: a crônica dos que não têm voz**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CORAZZA, Sandra Mara. O que faremos com o que fizemos da infância. In. *Infância & Educação: Era uma vez... Quer que conte outra vez?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 191-204.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 2ª ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In. FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Um gesto menor, logo rebelde, na literatura brasileira: escrita e subjetividade em Plínio Marcos. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2020, pp. 1-12.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. **Páginas de um novo tempo: a invenção do corpo infantil e as imagens da infância no boletim da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba (1947-1955)**. 281 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COURTINE, Jean-Jacques & HAROCHE, Claudine. **História do rosto**: exprimir e calar as emoções. Tradução de Marcos Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

DAMINELLI, Camila Serafim. **Uma fundação para o Brasil Jovem**: FUNABEM, minoridade e políticas sociais para a infância e juventude no Brasil (1964-1979). 305 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2019.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil (1817-1945). Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Ano zero - Rostidade. In. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 35-68.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Como criar para si um corpo sem órgãos? In. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In. **Mil platôs 1**: capitalismo e esquizofrenia 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011, pp. 17-50.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. 2ª ed. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles. **A imagem tempo**. Tradução de Eloísa de Araújo Ribeiro. Revisão filosófica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DELEUZE, Gilles. **A imagem-movimento**. Tradução de Stella Senra. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. Revisão da tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. 1730 – Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia (2). 2ª ed. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012(vol. 4)

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In. **Dois regimes de loucos**: textos e entrevistas (1975-1995). Edição preparada por David Lapoujade. Tradução de Guilherme Ivo. Revisão técnica de Luiz B. L. Orlandi. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

DELGADO, Andrea Ferreira. **A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias**. 508 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: impressão freudiana. Tradução Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão da tradução de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DROUX, Joelle & KABA, Mariana. Le corps comme élément d'élaboration de nouveaux savoirs sur l'enfance délinquante. **Revue d'histoire de l'enfance "irrégulière"** – Le temps de l'histoire, v. 8, 2006, pp. 63-80.

EAGLETON, Terry. O pós-estruturalismo. In. **Teoria da Literatura**: uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. Revisão da tradução de João Azenha Jr. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 191-226.

EAKIN, Paul John. **Vivendo autobiograficamente**: a construção da identidade narrativa. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letras e Voz, 2019.

ENEDINO, Wagner Corsino. **Entre o limbo e o gueto**: literatura e marginalidade em Plínio Marcos. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

FABRIS, Mariarosaria. A questão realista no cinema brasileiro: aportes neo-realistas. **ALCEU**, v. 8, n. 15, jul./dez. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida**: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945). São Paulo: Alameda, 2009.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In. PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 61-92.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em discurso**: mídia e produção de subjetividade. 300 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Quando os meninos de Cidade de Deus nos olham. In. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 147-162.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu** [online]. 2006, n. 26, pp. 11-43.

FONSECA, Claudia. Mães “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, janeiro-abril, 2012, p. 13-32.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FOUCAULT, Michel. A hipótese repressiva. In. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 19-50.

FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem. In. **Ditos & Escritos, volume IV: Estratégia, Poder-Saber**. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 316-327.

FOUCAULT, Michel. A Sociedade Disciplinar em Crise. In. **Ditos & escritos, volume IV: estratégia, poder, saber**. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In. **Ditos & escritos, volume IV: estratégia, poder-saber**. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de março de 1979. In. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Edição estabelecida por Michel Senellart. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão da tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 208.

FOUCAULT, Michel. Como se exerce o poder? In. DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul (orgs.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 283-295.

FOUCAULT, Michel. Do Bom Uso do Criminoso. In. **Ditos & escritos, volume VIII: Segurança, Penalidade, Prisão**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, pp. 115-120.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...: um caso de parricídio do século XIX* apresentado por Michel Foucault. 2ª ed. Tradução de Denise Lezan de Almeida. Revisão técnica de Georges Lamazière. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: diário de um hermafrodita. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012, p. 55-86.

FOUCAULT, Michel. O pensamento do exterior. In. **Ditos e Escritos, volume III**: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Dautran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In. **Ditos e escritos, volume III**: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, pp. 264-299.

FOUCAULT, Michel. O verdadeiro sexo. In. **Ditos & escritos, volume V**: Ética, Sexualidade, Política. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012, pp. 344-362.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WWF, Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Retornar à História. In. **Ditos & Escritos, volume II**: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Organização, seleção e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 40ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FRANCISCO, Julio Cesar; LIMA, Agnaldo Soares; GROPPPO, Luís Antônio. Tramitação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional (1989-1990). **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-21, 2020.

FRANCO JÚNIOR, Arnaldo. Experiência autoritária e construção da identidade em A queda para o alto, de Herzer. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n. 12, 2008.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In. **O mal-estar na civilização**: conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-123.

FRONTANA, Isabel C. R da Cunha. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo**. Edições Loyola: São Paulo. 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e pensamento. In. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GASPAR NETO, Velan Valle. Muito além do CSI: história e sociologia da polícia científica. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jul-set. 2014, p. 1065-1070.

GAUDÊNCIO, Edmundo de Oliveira. **Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia: arqueologia do bandido**. 439 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. São Paulo: LTC Editora, 1988.

GOMES, Nilma Lino & LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018.

GOMEZ, Maria Luísa Trovato. O pastor psicanalista Oskar Pfister: um legado de desconforto. **Psicologia Ciência e Profissão** [online]. 2000, vol.20, n.3, pp.34-41.

GREGORI, Maria Filomena & SILVA, Cátia Aida. **Meninos de Rua e instituições tramas, disputas e desmanche**. São Paulo: Contexto, 2000.

GRIN, Eduardo José. Regime de Bem-Estar Social no Brasil: Três Períodos Históricos, Três Diferenças em Relação ao Modelo Europeu Social-democrata, **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 18, n. 63, Jul-Dez. 2013.

GUATTARI, Félix. Devir criança, bicha, malandro. In. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. 3ª ed. Tradução de Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 64-69.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3ªed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GUÉRON, Rodrigo. A axiomática capitalista segundo Deleuze e Guattari. De Marx a Nietzsche, de Nietzsche a Marx. *Revista Filosofia*, **Aurora**, Curitiba, v. 29, n. 46, pp. 257-282, jan./abr. 2017.

HARCOURT, Bernard. Foucault's Keystone: Confessions of the Flesh. **Foucault Studies**, n. 29, pp. 48-70, abril. 2021.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Por uma infância menor. In. LOBO, Lília Ferreira & FRANCO, Débora Augusto (org.). **Infâncias em devir: ensaios e pesquisas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, pp. 325-340.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, Jul-Dez. 2015.

HERRERA, Martha Cecília & PALERMO, Yeimy Cárdenas. Tendencias analíticas em la historiografía de la infancia em la América Latina. **ACHSC**, Colômbia, v. 40, n. 2, jul-dic., 2013.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância**: da Idade Média à Época Contemporânea. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, Jan./Jun. 2016.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça – Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, jun. 2014.

HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo** - o marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia. v. IX. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques, Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 151-219.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JULIER, Laurent & MARIE, Michel. **Lendo as imagens do cinema**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LARROSA, Jorge. Ferido de realidade e em busca de realidade. Notas sobre as linguagens da experiência. In. **Tremores**. Escritos sobre experiência. Tradução de Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014

LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 183-198.

LE BRETON, David. **Rostos**: ensaio de antropologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LEJEUNE, Phillipe. **O pacto autobiográfico**: de Rosseau à Internet. Organização: Joviata Maria Gerheim Noronha. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LÉON, Adriano de. O cárcere das palavras: o poder simbólico da linguagem jurídica. **Verba Juris**, ano 3, n. 3, jan/dez. 2004.

LINDON, Mathieu. **O que amar quer dizer?** Trad. Marília Garcia. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LISPECTOR, Clarice. **A via crucis do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito Menor. In. DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996, pp. 129-145.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”. In. FREITAS, Marcos Cezar de Freitas & KUHLMANN JR, Moysés (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 319-344.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LUCA. Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LUPPI, Carlos Alberto. **Agora e na hora de nossa morte**: o massacre do menor no Brasil. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.

MACHADO, Josiane Cantos. **A história da psicanálise no Brasil nas primeiras décadas do século XX e sua influência na concepção e constituição de saúde mental no país**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

MACHADO, Roberto. Deleuze e cinema. In. **Deleuze, a arte a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

MARCHI, Rita de Cássia & SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, Normatividade e Direitos das Crianças: Transições Contemporâneas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 141, Out-Dez. 2017, p. 953-954.

MARCILIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. 2ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MARQUES, João Benedito de Azevedo. **Marginalização**: menor e criminalidade. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1976, 188 p.

MARTINS, Ana Luíza. **Revistas em revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

MARX, Karl. **O Capital (livro I)**: crítica da economia política/O processo de produção do capital. 2ª ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAYALL, Berry. The sociology of childhood in relation to children’s rights. **The International Journal of Children’s Rights**, n. 8, p. 243-259, 2000.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. Revisão técnica: Cezar Bartholomeu. São Paulo: n-1 edições, 2019.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MELLO NETO, David Maciel de. “Esquadrão da morte”: Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 1, Jan/Abr. 2017.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Evaristo de Moraes**: tribuno da república. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. **XXXV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/RJ – 4 a 7 de setembro de 2011.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Ordem e progresso, delinquência e minoridade. **Saeculum** (UFPB), João Pessoa, v. 3, p. 81-92, 1999.

MIGUEL, Antônio. Infâncias e pós-colonialismo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 128, p. 629-996, jul-set. 2014.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores...** Faces da infância em Recife (1927-1937). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das FEBEM's**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985). 348 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

MOKREJS, Elisabete. Psicanálise e Educação: Arthur Ramos – um episódio da história da educação no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, 13, n. 1, jan-jun. 1987, p. 91-104.

MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei**: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de imputabilidade. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1996.

MORELLI, Ailton José. Semanas de Estudos do Problema de Menores: debates acerca do atendimento à infância e à juventude (1930-1950). In. AREND, Sílvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; SOSENSKI, Susana (orgs.). **Infâncias e juventudes no século XX**: histórias latino-americanas. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018, p. 261-284.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: o Brasil e a URSS. **Locus – Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 234, 2007.

MOULIN, Annie Marie. O corpo diante da medicina. In. COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Allain; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**. As mutações do olhar. O século XX. Tradução e revisão: Ephraim Ferreira Alves. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. **Mulheres e menores no trabalho industrial**: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **A invenção da infância**: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: Processo de um Racismo Mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. Apresentação de Noéli Correia de Melo Sobrinho. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 05-23, jul-dez. 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. Wilhelm. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. **A infância como portadora do futuro**: América Latina, 1916-1948. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 2011.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. O trabalho infantil em debate na América Latina: primeira metade do século XX. In. AREND, Sílvia; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; SOSENSKI, Susana. **Infâncias e juventudes no século XX**: histórias latino-americanas. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018, p. 307-334.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Sociologia da infância, raça e etnografia: intersecções possíveis para o estudo das infâncias brasileiras. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 413-440, 2015.

OLIVEIRA, Carmen. Quem tem medo da violência juvenil? In. HARTMAN, Fernando & ROSA JR, Norton Cezar Dal Folio da (org.). **Violências e Contemporaneidade**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005.

OLIVEIRA, Paloma Rezende de. **Vinde a mim os pequeninos**: políticas de educação e assistência às infâncias. Juiz de Fora: Funalfa, 2012.

OLIVEIRA, Salete. Aprisionamento de jovens, revoltas, fugas e o indomável? In. RAGO, Margareth & GALLO, Sílvia (org.). **Michel Foucault e as insurreições**: é inútil revoltar-se? São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017, pp. 303-310.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana. Comportamento antissocial nos jovens como sequela da privação: contribuições da clínica winnicottiana para as políticas públicas. **Interface – comunicação, saúde e educação**, v. 22, n. 67, 2018.

PADRÓS, Henrique Serra. Crianças, ditadura e inimigo interno: histórias de infâncias roubadas, controladas, perseguidas... In. CARDOZO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das crianças no Brasil meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 267.

PASSETI, Edson; IZIQUE, Maria Claudia P.; ARRUDA, Ronaldo S. V.; QUEIROZ, José J. (orgs). **O mundo do menor infrator**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1987, 175 p.

PASSETTI, Edson. O Menor no Brasil Republicano. In. DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996, pp. 146-175.

PASSETTI, Edson. Ensaio sobre *um* abolicionismo penal. **Verve**, São Paulo, n. 9, pp. 83-114, 2006.

PEREIRA, André Ricardo. Criança x Menor: a origem de dois mitos da políticabrasileira. In. ROLLEMBERG, Denise (org.). **Que história é essa?** Novos Temas e Novos Problemas em História. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 91-110.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Alberto. **O filme Pixote – a lei do mais fraco e o governo das crianças marginalizadas (1980-1985)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRY, Josiane Rose. **O problema do menor**: uma abordagem jurídico-política. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

PINTO, Bárbara Lisboa. O Menor e minoridade sob a ótica do Direito Criminal Brasileiro na década de 1880: as obras de Tobias Barreto e João Vieira de Araújo. **Revista Justiça e História**, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, v. 2, n. 3, p. 9-11.

PINTO, Céli Regina Jardim. Foucault e as Constituições Brasileiras, **Educação & Realidade**, v. 24, n. 2, jul-dez. 1999, p. 33-58.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, Jul-Dez. 2008, p. 263-274.

PLATT, Anthony M. Platt. **Los salvadores del niño o la invención de la delincuencia**. Tradución de Félix Blanco. 3ª ed. Mexico/España/Argentina/Colombia: XXI Siglo veinteuno editores, p. 19.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.

RAGO, Luzia Margareth. A preservação da infância. In. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Ivete; BARBOSA, Maria de Lourdes V. A (org.). **Menor e Sociedade Brasileira: análises/programas institucionais/experiências**. São Paulo: Edições Loyola, 1987, 150 p.

RICH, Adriene. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, n. 5, 2010, p. 17-44.

RIDENTI, Marcelo. Jorge Amado e seus camaradas no Círculo Comunista Internacional. **Sociologia e Antropologia**, v. 1, n. 2, p. 165-194, 2011.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (Orgs.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 225-286.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (org.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 97-150.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (org.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 225-286.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In. DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, p. 376-406.

ROBYN, Ingrid. Capitalismo, esquizofrenia e raça: o negro e o pensamento negro na modernidade ocidental. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 696-703, set/dez. 2017.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. **Os filhos do mundo: a face oculta da menoridade (1964-1985)**. São Paulo: IBCCRIM, 2001.

ROSA, Wanderley Pereira da. Pentecostais na Política Brasileira na era da Constituinte de 1988 e alguns de seus desdobramentos. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano XIII, n. 37, Maio/Agosto de 2020, pp. 25-41.

ROSEMBERG, Fúlvia & MARIANO, Carmen Lúcia Sussel. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In. FREITAS, Marcos Cézár de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016, p. 205-228.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução de Jamille Pineiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

RUSSO, Fátima Ferreira. **Privatização da Vale do Rio Doce: valores, manifestações e implicações**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SAFIOTI, Flávio Munhoz. O novo significado da “opção pelos pobres” na Teologia da Libertação. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, v. 25, n. 1.

SALES, Mione Apolinário. Juventude *transviada* de direitos: uma crônica das rebeliões na FEBEM-SP. In. FRAGA, Jorge Cesar Pontes & IULANELLI, Atílio Silva (orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 188-220.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. 15ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SANDIN, Bengt. Imagens em conflito: infâncias em mudança e o Estado de Bem-Estar Social na Suécia. Reflexões sobre o “Século da Criança”. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 37, São Paulo, sept. 1999.

SANTOS, Elisângela da Silva & NASCIMENTO, Dayane Assis. Infância e cidadania em Carolina Maria e Jesus e Sandra Mara Herzer. **Itinerarius Reflections**, v. 14, n. 1, 2018.

SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e contribuições à crítica feminista da ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, Belo Horizonte, 2018.

SARUE, Sarita Mucinic. **Janusz Korczak diante do sionismo**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.

SARLOMON, Marlon (org.) **Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.

SCHPUN, Mônica Raisa. Carlota Pereira de Queiroz: uma mulher na política. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 167-200, 1997.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, fev. 1998.
- SILVA, Felipe Cazeiro da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans) tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.
- SILVA, Renato da. “**Abandonados e delinquentes**”: a infância sob os cuidados da medicina e do Estado – o Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941). Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Fundação Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SILVEIRA, Maria Regina Cavalcanti da. **O menor infrator como problema brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1984.
- SODRÉ, Liana Gonçalves Pontes. A participação das crianças de movimentos sociais em projetos educacionais: um estudo de caso. In. VASCONCELOS, Vera Lúcia Ramos de & SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). **Infância (in) visível**. Araquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.
- SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUZA, Lícia Soares de. Infância e errância: imagens da criança abandonada na ficção brasileira. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 46, p. 79-103, jul-dez. 2015.
- STECANELA, Nilda & CRAIDY, Carmen. Intérpretes de si: narrativas identitárias de jovens em conflito com a lei, *Linhas Críticas*, Brasília, DF, n. 36, mai./ago. 2012.
- STRADA, Vittorio. Do “realismo socialista” ao zhdanovismo. In. HOBSBAWM, Eric. **História do marxismo - o marxismo na época da Terceira Internacional**: problemas da cultura e da ideologia. v. IX. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques, Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 151-219.
- TEBET, Gabriela Guarnieri C. Desemaranhar as linhas da infância: elementos para uma cartografia. In. ABRAMOWICZ, Anete & TEBET, Gabriela Guarnieri C. **Infância e Pós-estruturalismo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, pp. 133-152.
- TEIXEIRA, Maria Lúcia & VIANNA, Werneck. Seguridade social. In. GIOVANNI, Geraldo de & NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP; Fundap, 2015, p. 911-916.
- TISOTT, Ramon Victor. **Formar trabalhadores, transformar a sociedade: o ensino industrial em três tempos (Caxias do Sul, 1091-1964)**. 230 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose**: de criança a menor – Curitiba – início do século XX. 257 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Curitiba, 1998.

VASCONCELLOS, Jorge. **Deleuze e o cinema**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna LTDA, 2006.

VAVASSORI, Mariana Barreto & TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. Propostas de Redução da Maoridade Penal: a Juventude Brasileira no Fio da Navalha? **Psicologia, Ciência e Profissão**, 2015, v. 35, n. 4, p. 1188-1205.

VEIGA-NETO, Alfredo. As idades do corpo: (material)idades, (divers)idades, (corporal)idades, (ident)idades... In. **VII Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular** (SMED/Porto Alegre) "Utopia e Democracia: Os Inéditos Viáveis na Escola Cidadã". Julho de 2000. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.12.htm>. Acesso em 23 de mar. 2020.

VEIGA-NETO Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault: (im) possibilidades. **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, [34], p. 83-94, setembro/dezembro 2009.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O mal que se adivinha**: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, (1910-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VICENTIN, Maria Cristina G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, v. 23, n. 1, p. 97-113.

VIOLANTE, Maria Lucia V. **O dilema do decente malandro**: a questão da identidade do Menor – FEBEM. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1983, 196 p.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. **Infância**: um dos nomes da não razão. 259 fls. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 9, n. 2, 2001.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvik. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WINNICOTT, Donald W. **Privação e delinquência**. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão de Mônica Stahel. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 7-72.

WOHNRATH, Vinícius Parolin. Duas dinâmicas, dois resultados: a Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988. **Pro-posições**, v. 28, n. 3, Set/Dez. 2017, pp. 242-270.

ZOURABICHVILI, François. **Deleuze**: uma filosofia do acontecimento. 1ª ed. Tradução e prefácio de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 68-69.